



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA (PPGPS)**

MARCOS ANTÔNIO BEAL

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E O PENSAMENTO
POLÍTICO BRASILEIRO**

**FLORIANÓPOLIS, SC
2015**

Marcos Antônio Beal

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E O PENSAMENTO
POLÍTICO BRASILEIRO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell

Florianópolis, SC
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Beal, Marcos Antônio

Fernando Henrique Cardoso e o Pensamento Político Brasileiro; Marcos Antônio Beal; orientador, Carlos Eduardo Sell – Florianópolis, SC, 2015.
448 p.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em Sociologia Política.

Inclui Referências

1. Sociologia Política. 2. Fernando Henrique Cardoso. 3. Pensamento político brasileiro. 4. ideologia,. 5. Práxis. 6. teoria. I. Sell, Carlos Eduardo. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

AGRADECIMENTOS

O aprendizado adquirido no curso de um processo de doutoramento transcende em muitas dimensões àquele que se adquire pela pesquisa e pela discussão. Nesse sentido, ao longo desses cinco anos em que trilhei essa caminhada, a presença de algumas pessoas e instituições foram fundamentais para que ela pudesse chegar ao seu termo. Sem prejuízo de outras tantas, faço menção aos que para mim foram as mais significativas.

Em primeiro lugar, agradeço ao Carlos Sell, por aceitar orientar este trabalho, por me conceder a autonomia necessária para produzi-lo, pelas suas atentas leituras, seus argutos comentários, pelas sugestões sempre pertinentes. Se limites existem (e o leitor verá que eles aparecem aos borbotões), eles são muito mais produto de minhas teimosias e limitações em acolher suas contribuições do que da qualidade das reflexões que tive a oportunidade de ter a título de orientação. Por outro lado, se algum mérito há no trabalho, ele certamente tem que ser dividido com o afincado dispensado por sua orientação. No entanto, meu agradecimento a ele vai muito além da condição de orientador deste trabalho: Carlos esteve presente desde a graduação, em Brusque, orientando-me nas pesquisas sobre teoria democrática, participação e cultura política; depois, quando voltei ao Paraná para cursar o mestrado na UFPR, devo a ele uma certa co-orientação em meus estudos sobre elites políticas; depois disso, nossos diálogos sempre se mantiveram acesos, até nos reencontrarmos no doutorado. Ao longo destes mais de quinze anos de convivência, tive a clareza de seu pensamento, sua honestidade intelectual e sua imaginação sociológica como exemplo intelectual. Do significado da sua amizade, acumulada ao longo desses anos, limito-me a repetir o que Sócrates dizia: “Para conseguir a amizade de uma pessoa digna é preciso desenvolvermos em nós mesmos as qualidades que nela admiramos”. Espero que, neste sentido socrático, eu possa ter me tornado, ao menos um pouco, seu amigo. Ao Sell a minha mais profunda gratidão pelas imensuráveis contribuições em minha formação e espero, sinceramente, trilharmos outras empreitadas em conjunto.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, pela oportunidade de me acolher para esta jornada e por confiar em meu projeto de pesquisa quando ele não passava de algumas intuições. Agradeço também pelas experiências que me proporcionou ao longo desse tempo: as disciplinas cursadas, os momentos de debate, o ambiente sempre sadio de discussão. Mas,

sobretudo, por ter me proporcionado conviver com pessoas maravilhosas como o Cléber, a Zenalda, a Mariana, a Ana Saccol, a Ana Maria, a Domityla e o Mamadu. Para além das discussões intelectuais que nutrimos nas aulas e nos cafés, agradeço a vocês também pela partilha das angústias existenciais.

Agradeço também a todos os que em algum momento discutiram as ideias contidas neste trabalho. Menciono especialmente: os professores Ricardo Silva e Marcos Valente, que integraram a banca qualificação desta tese ainda no final de 2012. A surra que me proporcionaram na ocasião fez com que eu passasse a olhar de maneira mais rigorosa para muitas das questões que me preocupavam; os professores André Botelho (UFRJ), Herculano Lopes (Casa de Rui Barbosa), Maria Fernanda Lombardi Fernandes (UNIFESP), e Fernando Antônio Pinheiro Filho (USP), que discutiram parte das ideias contidas neste trabalho durante o 38º Encontro da ANPOCS, em 2014; e os colegas e professores das disciplinas de Seminário de Pesquisa do PPGSP, que se debruçaram na leitura e discussão meticulosa dos primeiros rascunhos deste trabalho. Também ao Fernando Mezdari, pela leitura minuciosa de revisão final do texto. Todos contribuíram para dar forma mais precisa a algumas das minhas preocupações. A todos eles devo também uma boa quantidade das linhas que compõem este trabalho.

Não posso deixar também de mencionar as pessoas que, de alguma forma, colaboraram com o fornecimento ou organização dos subsídios deste pesquisa: em primeiro lugar, ao próprio presidente, que gentilmente me recebeu no dia 23 de setembro de 2013 para uma hora de conversa que jamais esquecerei: presenciar um monumento vivo da história nacional dissertando sobre o sentido de suas ideias foi para mim uma experiência única; também ao pessoal do IFHC, especialmente à Anna Mantovanni e ao Chico Granziano que, depois de algumas tentativas frustradas, viabilizaram a entrevista citada; ao professor Antônio Myskyw, da UFFS, competente historiador e dono de uma generosidade sem tamanho, que não raras as vezes me encaminhou materiais de grande valia para a pesquisa; não posso deixar de mencionar também a Graziela, a Mariane e o Eduardo, estudantes do curso de Letras da UFFS que participaram comigo do projeto “Pensamento político brasileiro e história das ideias” e que ajudaram também a levantar alguns dos dados que são explorados neste trabalho. Sem todos vocês, o fardo da pesquisa teria sido muito mais pesado.

Gostaria de agradecer também ao Paulo Giareta e à Giovanna Pizarico que, lá ainda em 2009, me permitiram aprender com eles a

urgência da pesquisa como condição indissociável da prática docente. Naquele ano, passamos a projetar juntos nossas jornadas do doutorado, entremeio à tarefa apaixonante da condução de uma instituição de ensino superior. As nossas conversas naquela ocasião recolocaram em mim a vontade de estudar um tema que eu havia deixado pra trás por ocasião da conclusão do mestrado, ainda em 2006: as tradições de pensamento que fundamentam a cultura política brasileira. Junto a estes nomes, acrescento a professora Gema Bonetti (também um exemplo para mim), a Mariza, a Daniela, o Aílson, o Marco Aurélio e tantos outros que partilharam desta tarefa. Com todos eles aprendi que com pouco, as vezes se pode fazer muito. Do mesmo modo, devo agradecer a todos os (ex)colegas de trabalho das outras instituições nas quais trabalhei e que, de alguma forma, estimularam o ingresso no doutorado.

Agradeço também à Universidade Federal da Fronteira Sul, instituição que me acolheu como docente exatamente no mesmo período em que eu começava o doutorado. Devo confessar que conciliar as atividades do programa com uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais foi realmente extenuante. Penso que, se a universidade tivesse me concedido afastamento para a capacitação, talvez até tivesse tido um ganho a mais na formação como pesquisador; por outro lado, acho que o fato de ter continuado atuando como docentes durante este tempo me fez, de certa forma, cultivar um sentido mais preciso acerca do que eu estava fazendo e do *para que* eu estava me preparando. De qualquer forma, devo agradecer à direção e aos colegas professores desta instituição, especialmente aos do campus Realeza-PR, que, muitas vezes se sobrecarregaram para que eu pudesse ter um tempinho a mais na escrita da tese. Além da figura do professor Antônio – já mencionada –, não posso esquecer dos comentários sempre desconcertantes do Ivandro e da Angela, dos seminários de discussão com o Jackson e o Bruno, das discussões conceituais e ideológicas com Sergio e da colaboração da Luciana Vinhas com algumas traduções. Não nomearei outros(as) para não acabar por cometer alguma injustiça por esquecimento. A todos, obrigado.

Devo mencionar também que, embora não tenha sido exclusividade da convivência nesta instituição, nela me deparei com questionamentos de todas as ordens sobre a pertinência de se dedicar a um estudo que tivesse por objeto o legado de Fernando Henrique Cardoso. Assim, dirijo meus agradecimentos aos amigos e colegas de todos os meios que, a toda vez que me questionavam sobre a pertinência de dedicar um trabalho a um “neoliberal”, instigavam em mim o desejo

pela busca do lugar das ideias e forneciam o combustível para eu pudesse seguir em frente.

Finalmente, não posso deixar de mencionar os meus familiares, que em maior ou menor medida, forneceram o suporte espiritual para essa travessia. À Franciele, minha esposa, agradeço pela paciência e compreensão durante esses anos, mas também por ter perseverado comigo nos momentos mais difíceis; a meus pais, José e Lucimar, devolhes tudo: seu exemplo é algo que persigo imitar, mas que temo não transmiti-lo à altura; a meus irmãos, Liliam e Lucas, pelo incentivo de sempre. A meu sogro e minha sogra, de quem também não faltou apoio e suporte. A todos eles me dirijo com reverência, recorrendo aos versos de Carlos Drummond:

“Pois de amor andamos todos precisados! Em dose tal que nos alegre, nos reumanize, nos corrija, nos dê paciência e esperança, força, capacidade de entender, perdoar, ir para a frente! Amor que seja navio, casa, coisa cintilante, que nos vacine contra o feio, o errado, o triste, o mau, o absurdo e o mais que estamos vivendo ou presenciando.

*Amor é o que se aprende no limite, depois de se arquivar toda a ciência herdada, ouvida.
Amor começa tarde.*

Minha capacidade de amar é limitada, e o amor infinito; este é o drama.”

Em todas as vezes que vinha à mente a ideia de desistir, especialmente em virtude das cansativas viagens semanais de 800km para cursar as disciplinas do programa, sua guarida me fazia ver que valia a pena. Eles souberam reconhecer – muitas vezes mais do que eu mesmo – o valor desta empreitada. A eles, mais do que meu agradecimento, dirijo meu amor incondicional e a dedicação deste trabalho.

O juízo que conta é o da História, e a ele os personagens não assistem. Quando a grande mestra dos homens sentencia, o veredicto recai nos mortos” (Fernando Henrique Cardoso, A arte da política, 2006, p. 24).

RESUMO

A construção do legado de Fernando Henrique Cardoso tem transcorrido a partir do signo de rupturas e dicotomias estruturantes, características que se articulam em torno da ideia da transição da atividade intelectual para a atividade política, num processo que reforça traços marcantes da imaginação política brasileira. Partindo da crítica dessa visão, este trabalho investiga o que o processo de formação do legado do autor como levado a cabo até aqui tem a dizer sobre os modos pelos quais se produz e se reinventa o “pensamento político brasileiro”, ou, em outras palavras, o que sua trajetória intelectual *individual* representa em relação à trajetória *coletiva* de pensamento designada por esta expressão. Duas teses interpretativas principais são desenvolvidas ao longo deste trabalho: a primeira, de que o fio de continuidade e de unidade entre os diversos momentos da trajetória intelectual de Cardoso, negado pelas abordagens que até o presente vão dando conta da sistematização de seu legado, pode ser reconstruído e recuperado se a ênfase da análise recair na especificidade política de seus escritos, reconstrução e recuperação que, obviamente, não se furtam a considerar possíveis inconsistências, incoerências e mudanças nas crenças ao longo de sua trajetória; e a segunda, de que tal pensamento político, sem desconsiderar outras fontes genericamente rotuladas como “universais”, estrutura-se a partir de um diálogo seletivo, sistemático e contínuo com algumas das principais matrizes de interpretação do político no país, diálogo este que, de um lado, torna possível evidenciar a existência de uma cosmovisão a atuar como “fio condutor” para o conjunto de seu pensamento (conferindo a ele um *sentido de coerência*) e, de outro, entender o impacto ressignificador desse pensamento sobre tais matrizes. O trabalho está organizado em três partes: na primeira, produz-se uma reflexão teórico-metodológica do campo do pensamento político brasileiro; na segunda, discute-se a especificidade da reflexão política do autor a partir de dois momentos distintos (o do estabelecimento e o da consolidação das suas crenças políticas); e na terceira, num exercício de tentar aproximar as duas primeiras, discute-se a especificidade da inscrição do pensamento político do autor no campo do pensamento político brasileiro a partir de duas variáveis: as filiações e as recepções.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso, pensamento político brasileiro, ideologia, práxis, teoria.

ABSTRACT

The construction of Fernando Henrique Cardoso's legacy has been developed based on the mark of structuring ruptures and dichotomies, characteristics that are both articulated around the idea of the transition from the intellectual to the political activity, in a process that reinforces strong features of the Brazilian political imagination. Anchored in a criticism of this view, this study investigates what the process of formation of the author's legacy developed until the present moment reveal about the forms through which the "Brazilian political thought" is produced and reinvented, or, in other words, what his personal intellectual trajectory represents in relation to the collective thought trajectory designated by this expression. Two main interpretative theses are tested throughout this work: the first one is that the continuity and the unity between the several moments of Cardoso's intellectual trajectory (denied by the approaches that, until the present moment, have been systematizing his legacy) can be reconstructed and recuperated if the emphasis of the analysis lies in the political specificity of his writings - assuming that both the reconstructing and the recuperation, obviously, do not fail to consider possible inconsistencies, incoherences and changes in the beliefs of the author throughout his trajectory; and second, that such political thought, without disregarding other sources generally labeled as "universal", is structured from a selective, systematic and continuous dialogue with some of the main forms of interpretation of the policy in the country, this dialogue, on the one hand, makes it possible to show the existence of a worldview to act as "common thread" for all of his thought (giving him a sense of coherence), and on the other, to understand the impact of this resignificator thinking about such matrices. The work is organized in three parts: in the first, the field of the Brazilian political thought is theoretical and methodologically questioned; in the second part, the specificity of the author's political reflection is discussed based on two different moments (the establishment and the consolidation of his political beliefs); and, in the third part, in an attempt of approximating the two previous parts, the specificity of the insertion of the author's political thought in the Brazilian political thought field is discussed, which is based on two variables: the filiations and the receptions.

KEYWORDS: Fernando Henrique Cardoso, Brazilian political thought, ideology, praxis, theory.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01:	Correntes do pensamento econômico brasileiro no ciclo do desenvolvimentismo.....	64
Quadro 02:	Orientações analíticas do pensamento político brasileiro segundo o conceito de “pensamento político” e a ênfase da abordagem.....	78

APÊNDICES

Quadro 01:	Perfil dos trabalhos produzidos por Fernando Henrique Cardoso entre 1978 e 1994.....	443
Quadro 02:	Lista dos discursos presidenciais analisados neste trabalho e sua referência na coletânea “Palavra do Presidente” (número do discurso/semestre e ano).....	447

LISTA DE TABELAS

Tabela 01:	Número de citações em artigos indexados no Google Acadêmico.....	29
Tabela 02:	Ênfase das abordagens.....	310

APÊNDICE:

Tabela 01:	Ano de publicação dos trabalhos.....	444
Tabela 02:	Instituição de produção dos trabalhos.....	445
Tabela 02:	Área de publicação por tema dos trabalhos.....	446

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
PRIMEIRA PARTE.....	43
“PENSAMENTO” E “IMAGINAÇÃO” POLÍTICA: PARADIGMAS E ABORDAGENS.....	43
CAPÍTULO 1 – PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: CONTORNOS E PARADIGMAS.....	43
1.1 <i>IDEOLOGIA, PRÁXIS OU TEORIA?</i> (OU: “A QUESTÃO DO OBJETO”).....	45
1.2 PARADIGMAS DO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO EM MUDANÇA (OU: “A QUESTÃO DA ABORDAGEM”).....	57
1.2.1 Momentos e tradições na “imaginação política brasileira”.....	57
a) Momentos/processos.....	57
b) Tradições.....	68
1.2.2 Da dualidade “Texto-Contexto” às novas abordagens....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS (PRIMEIRA PARTE).....	99
SEGUNDA PARTE.....	101
O PENSAMENTO POLÍTICO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	101
CAPÍTULO 2 – O PENSAMENTO COMO <i>TEORIA</i>: A IMAGINAÇÃO POLÍTICA NA OBRA ACADÊMICA.....	103
2.1 OS PROBLEMAS POLÍTICOS DA “FORMAÇÃO”: O PATRIMONIALISMO SOCIETAL.....	103
2.2 DESENVOLVIMENTO: “O MAIS POLÍTICO DOS TEMAS ECONÔMICOS”.....	111
2.3 TEORIA DO AUTORITARISMO.....	125
CAPÍTULO 3 – DO PENSAMENTO COMO <i>PRÁXIS</i> AO PENSAMENTO COMO <i>IDEOLOGIA</i>.....	139
3.1 O PENSAMENTO COMO <i>PRÁXIS</i> : OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA.....	140
3.2 O PENSAMENTO COMO <i>IDEOLOGIA</i> : DO MDB À SOCIALDEMOCRACIA.....	164
CAPÍTULO 4 – <i>AGIORNAMENTO</i> E CONSOLIDAÇÃO DAS CRENÇAS: A IMAGINAÇÃO POLÍTICA DO (EX)PRESIDENTE.....	185

4.1 DA DEMOCRACIA PARLAMENTAR À DEMOCRACIA COM LIDERANÇA: REFLETINDO SOBRE O PRESIDENCIALISMO.....	188
4.2 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	204
4.3 REFORMA DO ESTADO.....	212
4.4 NOVAS FACES DA DEPENDÊNCIA: OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO.....	225
4.5 O <i>AGGIORNAMENTO</i> E A CONSOLIDAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO.....	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS (SEGUNDA PARTE).....	243
TERCEIRA PARTE.....	251
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO.....	251
CAPÍTULO 5 – (DES)FILIAÇÕES: O PENSAMENTO POLÍTICO CARDOSIANO E AS TRADIÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO.....	255
5.1 A CRÍTICA AO NACIONAL-ESTATISMO.....	255
5.2 A RUPTURA COM O PENSAMENTO RADICAL.....	265
5.3 A TRADIÇÃO LIBERAL BRASILEIRA NO PENSAMENTO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	276
CAPÍTULO 6 – AS RECEPÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO CARDOSIANO E AS RECONFIGURAÇÕES DAS MATRIZES CONCEITUAIS DO <i>POLÍTICO</i>.....	297
6.1 DE “CARDOSO” A “FHC”: O <i>MAINSTREAM</i> DAS RECEPÇÕES.....	298
6.2 AS RECEPÇÕES DA OBRA E AS LINHAGENS DO <i>POLÍTICO</i>	311
6.2.1 Formação.....	312
6.2.2 Modernização.....	325
6.2.3 Democratização.....	334
6.2.4 Globalização.....	345
CONSIDERAÇÕES FINAIS (TERCEIRA PARTE).....	365
CONCLUSÃO.....	373
REFERÊNCIAS E FONTES DA PESQUISA.....	383
A) PESQUISA TEÓRICO-METODOLÓGICA SOBRE A HISTÓRIA DAS IDEIAS.....	383

B) PESQUISA SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO.....	385
C) OBRAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (LIVROS, ARTIGOS, ENTREVISTAS, DISCURSOS, ETC.).....	392
D) OBRAS SOBRE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	403
E) OUTRAS REFERÊNCIAS.....	410
APÊNDICES.....	413
APÊNDICE 1: ENTREVISTA COM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	415
APÊNDICE 2: TABELAS E QUADROS COMPLEMENTARES.....	443

INTRODUÇÃO

Mais do que um conjunto acumulado de ideias e obras, legados intelectuais representam os investimentos sociais por meio dos quais a memória de determinadas figuras ou instituições é produzida, preservada e também disputada. Nesses investimentos, cumprem importante papel as estratégias e recursos mobilizados pelos pesquisadores que a eles se dedicam a fim de obterem adesões a suas interpretações, mas também o processo específico inerente à construção das ideias, a sua veiculação e a o acúmulo histórico das apropriações que delas se fazem. Assim, como observa Heymann (2009, p. 53)¹, “recuperar um legado num determinado momento histórico significa entrar no processo de disputa da própria constituição desse legado e, nesses termos, tornar presente a contribuição de um autor”. Entendido nestes termos, a importância de uma obra pode ser avaliada pela capacidade que ela possui para exercer o papel de referência para as questões do presente: um legado é tanto mais duradouro quanto mais e sucessivas gerações o reinterpretem e a ele recorrem para se auto interpretar. E é precisamente este recurso que orienta e afeta a própria formação deste legado. Daí que o desafio analítico central para a compreensão do sentido de uma obra intelectual seja o de incluir, na análise imanente das ideias de um autor, a dimensão histórica da produção de representações simbólicas e recepções a fim de lançar luz sobre as questões que o próprio presente enseja.

Nesse processo de *tornar presente a contribuição de um autor*, a construção do legado de Fernando Henrique Cardoso se reveste de uma particularidade especial, que torna seu entendimento uma tarefa ainda mais complexa. Como ressaltou Celso Lafer (2010, p. 62)², Cardoso experimentou todas as feições da relação entre os intelectuais e a política: “os intelectuais podem fazer a crítica do poder, legitimar o poder, assessorar o poder, exercer o poder”. No seu percurso de homem público, Fernando Henrique desempenhou todos esses papéis. Não

¹ HEYMANN, Luciana Quillet. **Memórias de presidente**: reflexões sobre a construção do legado de FHC. In SOHIET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

² LAFER, Celso. FHC: o intelectual como político. In: D’INCÃO, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). **Democracia, crise e reforma**: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

obstante, sua trajetória e legado têm sido produzidos e disputados quase invariavelmente tendo como plano de fundo a passagem do campo da atividade intelectual para o campo da atividade política. Esta transição tem sido expressa, mesmo por amigos mais próximos, como Leôncio Martins Rodrigues (2009)³, a partir de um percurso que compreende quatro momentos distintos:

- a) O de sua *formação sociológica* (1955-1964), em que predomina a abordagem dos temas das relações raciais e da natureza do capitalismo brasileiro, obedecendo, em ambos os casos, a uma abordagem estrutural-marxista (do ponto de vista do referencial de análise) e a uma orientação empírico-positivista (do ponto de vista metodológico);
- b) O de sua afirmação como “*sociólogo da dependência*” (1964-1969), que teria início no exílio no Chile, onde desenvolve trabalho com a CEPAL sobre as vias de possibilidade de desenvolvimento das economias nacionais latino-americanas no contexto da dependência em relação às economias centrais, até seu retorno para o Brasil em 1968;
- c) O do *cientista político* (1969-1978), que passa a refletir sobre a natureza do Estado brasileiro e sobre as possibilidades de reconstrução da democracia, para o que a fundação do CEBRAP (1969) representaria um ponto de inflexão;
- d) E, enfim, o momento de transição e de consolidação da *atividade pública e política* (1978-2002), compreendendo desde os primeiros movimentos de militância no MDB, passando por momentos importantes como a fundação do PSDB, os mandatos de Presidente da República e a consolidação da figura de um ex-chefe de Estado, responsável por ter conduzido um processo de estabilização econômica do país.

Esta linha-mestra de interpretação, embora aponte para o percurso de uma vida, acaba por encobrir aspectos não problematizados em torno da formação de seu legado. Primeiro, porque, por meio de uma operação indutiva, leva a fragmentar sua obra a partir de questões temáticas dotadas não de continuidades, mas de rupturas. Nesse sentido, a categorização apontada acima sugere a existência não de um, mas de ao menos três intelectuais: o “sociólogo marxista” (preocupado com as

³ RODRIGUES, Leôncio Martins. **Fernando Henrique Cardoso**: a ciência e a política como vocação. In BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

questões raciais e com a especificidade da formação capitalista do país), o “teórico da dependência” (que, embora falando do lugar do sociólogo, assume progressivamente o viés do economista que pretende ampliar o referencial marxista) e o “cientista político” (dedicado à crítica do autoritarismo e ao entendimento do processo de redemocratização). Tais categorias passam, inclusive, a disputar o caráter de “variável explicativa” no conjunto da obra. Nesse quesito, ainda que a ênfase das abordagens tenha recaído sobre a perspectiva do autor sobre o problema da dependência, chegando mesmo a tomá-la como ente separado do conjunto da obra – como se nota em trabalhos como os de Packenham (1992), Grosfugel (2000) e Kaufman (2008)⁴, assim como na maioria absoluta dos trabalhos brasileiros da área da economia política dedicados a problematizar sua obra –, tal ênfase começa a dividir espaço com análises que colocam em evidência outras preocupações de seu pensamento, como seus esforços de compreensão da natureza do autoritarismo e suas teorizações sobre a democracia e a redemocratização (LAHUERTA, 1999; SOBRINHO, 2003; RIBEIRO, 2010), ou ainda os estudos que procuram recuperar suas contribuições em temas como o das relações raciais para a estruturação de políticas públicas e para a superação do racismo no país (SANTOS, 2005, *ver cap. 2*; MAIO e SANTOS 2010)⁵.

Segundo, porque, ancorada na ideia de transição entre a atividade intelectual e a atividade política (ideia que, embora difícil de contrapor, necessita ser melhor qualificada), naturaliza a tese de um suposto arrefecimento do vigor de suas intervenções intelectuais derivado dessa afirmada migração. Pela periodização proposta acima, tal inflexão teria tido início com suas contribuições na elaboração do programa eleitoral do MDB em 1974, aprofundando-se com sua eleição para o Senado,

⁴ PACKENHAM, Robert. **The Dependency Movement: Scholarship and Politics in Development Studies.** Cambridge: Harvard University Press, 1992; GROSFUGEL, R. **Developmentalism, Modernity and Dependency Theory in Latin America.** Napantla: Views from the South, Vol 1, No 2, pp. 347-374, July 2000; KAUFMAN, Robert R. **The Impact of Cardoso and Faletto’s Dependency and Development.** Paper apresentado na Conferência “International Inequality: Then and Now”. Watson Center: Brown University, 2008.

⁵ SANTOS, João Paulo de Faria. **Ações afirmativas e igualdade racial: a contribuição de direito na construção de um Brasil diverso.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005; MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. **Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil.** Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2010.

com sua projeção como líder partidário e ministro de Estado, e se consolidando definitivamente com a ocupação do cargo de Presidente da República. Em função dessa suposta “transição”, a pertinência e a qualidade de suas intervenções intelectuais passam a ser interpretadas de maneira inversamente proporcional ao espaço que vai galgando na vida político-partidária do país, e tal produção passa a ser concebida cada vez mais como recurso mobilizado para exponenciá-la. Como consequência, os anos compreendidos genericamente como os da “atividade pública e política” têm sido considerados, do ponto de vista da qualidade das ideias produzidas, um monolito sem grande valor, posto que pretensamente passam progressivamente a servir a um projeto de poder, e não a um projeto intelectual.

A esta característica se associa outra peculiaridade da formação de seu legado: a que consiste em, ao mesmo tempo em que se verifica uma acentuada ênfase na crítica de seu governo (não sendo suas contribuições intelectuais atualmente sendo mobilizadas para pensar quase nada dentro da ciência social brasileira), sua obra aparece, internacionalmente, como uma das que provavelmente tenham atingido maior repercussão dentre os autores brasileiros, ao lado de Celso Furtado⁶, como mostra a tabela abaixo.

⁶ A revista americana *Foreign Affairs* coloca, inclusive, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* como um dos livros mais significativos dos últimos 75 anos nas ciências sociais. Considerando levantamento simples entre o número de citações no Google Scholar, a obra de Cardoso aparece

Tabela 1: Número de citações em artigos indexados no Google Acadêmico

Autor	Citações em artigos indexados no Google Scholar			
	Língua Portuguesa	Posição	Outras Línguas	Posição
Caio Prado Jr.	5181	6°	2934	4°
Celso Furtado	8029	3°	11333	2°
Fernando Henrique Cardoso	6824	4°	11572	1°
Florestan Fernandes	10764	1°	1928	6°
Gilberto Freyre	9317	2°	6865	3°
Joaquim Nabuco	1965	8°	85	8°
Oliveira Viana	1691	9°	3	9°
Raymundo Faoro	4542	7°	141	7°
Sérgio Buarque de Holanda	5224	5°	2514	5°

Fonte: Levantamento feito pelo autor desta tese⁷.

⁷ O levantamento foi produzido em julho de 2014 e atualizado em janeiro de 2015; para o levantamento das citações internacionais, considerou-se todos os idiomas cobertos pelo Google Scholar (Alemão, Chinês simplificado, Chinês tradicional, Coreano, Espanhol, Francês, Holandês, Inglês, Italiano, Japonês, polonês e Turco). A fim de não sobrevalorizar o impacto da obra de Cardoso, foram desconsideradas as citações a seus discursos e intervenções na qualidade de Presidente da República, considerando-se apenas as referências a suas obras acadêmicas.

Esses números certamente se aprofundariam se considerássemos a penetração dos autores brasileiros desconsiderando-se sua recepção nos países da América Latina. Neste caso, o impacto da obra de Cardoso só seria equiparável, provavelmente, à obra Gilberto Freyre.

Terceiro – e, talvez até mais importante –, porque estimula interpretações fundadas na ideia de que o *intelectual* deva ser explicado em função do *político*. Partindo do exercício de pensar a (in)coerência entre o pensado e o vivido, essas abordagens sugerem, em geral, que o governo FHC finalmente explicitava o significado de algumas proposições que haviam sido mal entendidas por ocasião da formulação da versão associada da “teoria da dependência”, ênfase que aparece numa grande quantidade de intérpretes, como por exemplo, Batista Jr. (1999), Cruz (1999) e Martins & Valência (2001)⁸. Tal ênfase se nota de maneira contundente também na produção do balanço da “Era FHC”, que tem frequentemente colocado em confronto, muitas vezes longe de qualquer rigor e honestidade intelectual, detratores e defensores de sua obra. Desde o fim dos anos 90, os detratores empenharam-se em “denunciar” o suposto caráter “neoliberal” das práticas do governo e sua continuidade com as políticas de ajuste vivenciadas, nos anos 80, pela Inglaterra, e no caso latino-americano, pelo Chile. Há uma vasta produção acadêmica de teses e dissertações a este respeito, subjacente aos quais está uma espécie de argumento *ad hominem* que estrutura a ideia da “morte do intelectual” e, de quebra, sugere uma releitura depreciativa de sua produção intelectual progressiva.

Contudo, é interessante notar que este movimento de depreciação da obra intelectual recente do autor é reforçado não apenas por parte dos seus detratores: desde o momento em que ele assume o posto de Presidente da República, começam a aparecer obras que tem por finalidade a “celebração da obra”, num movimento que, em geral, se deu por duas vias: a) ainda na segunda metade dos anos 90, mas com mais ênfase a partir dos anos 2000, começaram a surgir abordagens que enfatizam a trajetória maquiavelianamente *virtuosa* de Cardoso, um dos

⁸ BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Dependência:** da teoria à prática. Estudos Avançados, [S.l.], v. 13, n. 37, p. 215-224, dez. 1999; MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrian Sotelo. **“Teoria da dependência”, Neoliberalismo e Desenvolvimento:** Reflexões para os 30 anos da Teoria. Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, v. 7, p. 115-129, 2001; CRUZ, Sebastião Velasco e. **Ideias do poder:** dependência e globalização em F. H. Cardoso. Estudos Avançados, vol.13, n.37, 1999.

poucos intelectuais de ofício das democracias contemporâneas a chegar ao poder (LEONI, 1997; TOLEDO, 1998; WINTER, 2006); b) a partir de 2002, também ganhou corpo a via da resposta à crítica, que se empenhou em refazer o balanço da “Era FHC”, desta vez em tom mais elogioso (LAMOUNIER, 2002; GOERTZEL, 2002; D’INCÃO & MARTINS, 2010). Em ambas as direções, os “celebrantes”, por assumirem um caráter fundamentalmente laudatório da obra, acabaram por orientar suas análises pelo argumento *ad verecundiam* – exatamente o oposto daquele empregado pelos detratores –, numa espécie de “o presidente disse, o mestre está certo!”.

Assim, no caso do balanço da “Era FHC”, tanto defensores quanto detratores carregam implícita a ideia de que o político solapou o intelectual, ideia cujo efeito depreciativo mais notável faz-se notar sobre a produção intelectual do autor transcorrida a partir do período presidencial. Neste tocante, ao mesmo tempo em que vão se afirmando categorias clássicas a partir das quais sua obra tem sido interpretada – como as de “sociólogo da dependência” e de “teórico do autoritarismo e da redemocratização” –, vai-se criando um vazio na análise da dimensão intelectual de sua trajetória recente,⁹ que traz como consequência a diminuição do significado intelectual pelo qual se avalia sua obra e que se expressa em adjetivos como “ideólogo da terceira via” e de “analista da globalização”.

O conjunto desses movimentos expressa, em suma, a produção e sedimentação de uma perspectiva fundada na ideia de *rupturas* e que se efetua sob o signo de *dicotomias estruturantes*, reforçando os traços epistemológicos mais marcantes da imaginação política brasileira, tal como apontado criticamente nos trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos (1967; 1970)¹⁰. A este respeito, é importante considerar que, se por um lado, a crítica de Wanderley Guilherme à ideia de rupturas foi,

⁹ Este vazio contribuiu, inclusive, para o estabelecimento de um dilema acerca de uma possível ruptura entre o que escreveu como intelectual e o que praticou como político, cobrando dele uma coerência impossível de ser encontrada (haja vista que qualquer passagem do campo intelectual ao campo político não se faz sem discontinuidades e que o político está submetido a uma lógica de coerência diferente do que a que está submetido o intelectual. Como argumenta Bobbio (1997, p. 83), “a prática tem suas razões que a teoria pode não conhecer. Mesmo a teoria mais perfeita, completa e coerente, para se transformar em uma decisão, deve ser adaptada às circunstâncias”).

¹⁰ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Raízes da Imagem Política Brasileira**. Dados. IUPERJ, n. 7, 1970.

ao longo do tempo, dando origens a abordagens mais sensíveis às continuidades, que se traduzem de maneira mais acabada na ideia de “linhagens”, a segunda – às dicotomias estruturantes – permanece presente nos estudos contemporâneos mais conceituados, como os de Lynch (2007)¹¹ e de Brandão (2007)¹² que, retomando a clássica distinção de Oliveira Viana entre “idealismo constitucional” e “idealismo orgânico”, procuram mostrar como o debate político brasileiro se estruturou a partir do debate entre essas duas “famílias intelectuais” fundamentais¹³.

Esta breve aproximação entre o processo de formação do legado do autor e os traços mais gerais da história das ideias no pensamento político brasileiro coloca, por sua vez, uma série de questões, como: o que o processo de formação do legado de Fernando Henrique Cardoso levado a cabo até aqui tem a dizer sobre os modos pelos quais se produz o “pensamento político brasileiro”? O que sua trajetória intelectual *individual* representa em relação à trajetória *coletiva* de pensamento que se exprime por meio desta expressão? Como a primeira trajetória responde à segunda? Como elas se referenciam mutuamente? Adequadamente problematizadas, a resposta a tais questões poderia subsidiar um entendimento mais preciso sobre como são processadas as controvérsias mais relevantes que tem animado a “imaginação política brasileira”.

São estas questões que movem a presente investigação, cujo objetivo central reside em desvelar a especificidade política do pensamento de Fernando Henrique Cardoso para situá-lo de uma

¹¹ LYNCH, Christian Edward Cyril. **O momento monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial**. Tese de doutorado em Ciência política, apresentada ao Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

¹² BRANDÃO, Gildo M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

¹³ Embora Brandão qualifique a tese da dualidade estruturante de Viana, assumindo a introdução de outras formas de pensar que não encontram raízes nela, ocorre que, em síntese, a maioria absoluta das abordagens que tematizam os traços constitutivos da “imaginação política brasileira” frequentemente se traduzem em interpretações que reduzem e subordinam a compreensão do pensamento e de sua pluralidade a um mecanismo dual – expressos por dicotomias como “nacional-estatismo” *versus* “cosmopolitismo liberal”, “luzias” *versus* “saquaremas”, “udenistas” *versus* “psdistas”, “mdbistas” *versus* “arenistas”, “petistas” *versus* “tucanos” –, que parecem ser mais aplicáveis ao jogo ideológico do que aos movimentos de elaboração conceitual e teórica.

maneira mais qualificada dentro da trajetória coletiva de pensamento. Diversamente do conjunto dessas ênfases, a propositura do viés interpretativo da obra intelectual de Cardoso presente neste trabalho recai em dois pontos investigativos centrais: primeiro, em ressaltar a especificidade *política* do pensamento do autor; segundo, em reler tal pensamento em função de suas filiações ao pensamento político brasileiro. Tais preocupações justificam o empreendimento de revisitar sua obra como um todo, buscando as origens desse pensamento na sua obra acadêmica, mas sem desconsiderar os escritos que, ainda vinculados de alguma forma aos debates intelectuais, passam a assumir um caráter cada vez mais engajado, até chegar nos escritos que são produzidos sob a condição de ocupação de uma posição político-partidária de destaque no cenário nacional. Em síntese, a tese aqui apresentada versa sobre o lugar ocupado pelo pensamento de Fernando Henrique Cardoso diante do quadro de referência das questões que norteiam o pensamento político brasileiro em sua dupla dimensão de campo de investigação intelectual e de campo de atuação política.

O recorte deste objetivo levou à elaboração de duas teses interpretativas principais, a serem desenvolvidas ao longo deste trabalho: a primeira, de que o fio de continuidade e de unidade entre os diversos momentos da trajetória intelectual de Cardoso, negado pelas abordagens que até o presente vão dando conta da sistematização de seu legado, pode ser reconstruído e recuperado se a ênfase da análise recair na especificidade *política* de seus escritos, de onde é possível extrair um *sentido de unidade* para o pensamento do autor. Esta reconstrução e recuperação, obviamente, não se furta a considerar possíveis inconsistências, incoerências e mudanças nas crenças do autor ao longo de sua trajetória; e a segunda, de que tal pensamento político, sem desconsiderar outras fontes genericamente rotuladas como “universais”, estrutura-se a partir de um diálogo seletivo, sistemático e contínuo com algumas das principais matrizes de interpretação do político no país, diálogo este que, de um lado, torna possível evidenciar a existência de uma cosmovisão a atuar como “fio condutor” para o conjunto de seu pensamento (conferindo a ele um *sentido de coerência*) e, de outro, entender o impacto ressignificador desse pensamento sobre tais matrizes.

Cabe ressaltar que estudar a obra de um autor em função destas vinculações representa um exercício de apontar para uma dimensão pouco valorizada nas análises, que, via de regra, tem priorizado as filiações dos autores brasileiros aos diálogos com os clássicos do pensamento ou com centros produtores de conhecimento europeus e

norte-americanos. Como afirmou Maria Isaura Pereira de Queiroz (1989)¹⁴, “o pendor mais forte dos estudiosos tem sido para descobrir as correntes de pensamento vindas do exterior e sua influência sobre os pesquisadores nacionais”. No entanto, cabe assinalar, com Sorj (2001, p. 98)¹⁵, que

a construção de conceitos sobre as sociedades modernas e a própria produção nas ciências sociais, ainda que ambicionando o maior nível de generalidade possível, foi, e em grande medida continua sendo feita tendo como referência as sociedades nacionais. A ciência social se encontra enraizada no seu próprio objeto de estudo, de forma que o esforço de construção de categorias científicas sobre a sociedade é sempre atravessado por formas profundamente enraizadas nas diferentes culturas nacionais. Esses laços permitem uma filiação – geralmente invisível e não explicitada –, que assegura uma cumulatividade e uma continuidade mesmo quando mudam modas intelectuais, temas ou marcos teóricos.

Essa tendência a negligenciar e de desassociar os autores nacionais das fontes locais foi reforçada pelo processo de consolidação do “padrão científico” da atividade intelectual nas ciências humanas e sociais, materializado nas mudanças institucionais da intelectualidade brasileira desde a década de 1950, que, desde então passou a enfatizar os processos de filiação do conhecimento aqui produzido aos circuitos internacionais do saber. No caso da obra de Fernando Henrique Cardoso, esta ênfase se nota pelo conjunto das categorias que vem dando conta de sistematizar suas contribuições intelectuais, que privilegiam ora sua filiação a autores ligados ao debate latino-americano sobre a dependência e o desenvolvimento (especialmente as influências recebidas de Albert Hirshmann), ora à polêmica em torno da prevalência do referencial marxista ou weberiano em seus escritos, ora ainda pelo

¹⁴ QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros**: ensaio metodológico. Apresentado no GT: Sociologia da Cultura Brasileira, XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu - 23 a 27 de outubro de 1989.

¹⁵ SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

registro de sua filiação a um realismo e liberalismo políticos que remetem a autores como Maquiavel, Tocqueville e Mannheim. As fontes locais, quando muito, são discutidas em função de sua relação de discipulado a Florestan Fernandes.

Do ponto de vista teórico e metodológico, a dificuldade de um estudo filiado ao campo do “pensamento político brasileiro” consiste, primeiro, em distanciar-se de certas tendências que pouco tem contribuído para a qualificação do debate. Como ressalta Gláucia Villas Bôas (2011, p. 156)¹⁶, seria interessante que as pesquisas: 1) fossem menos “comemorativas” e mais críticas da tradição sociológica e intelectual; 2) apresentassem questões que não digam respeito necessariamente a identidade nacional e instauração da sociedade moderna (embora a área não se restrinja às ideias sobre o país, a grande parte das pesquisas ainda acata esta orientação); 3) fizessem a crítica de categorias como centro e periferia cujo caráter geopolítico contribui pouco para aprofundar o conhecimento das redes de interações entre intelectuais brasileiros e estrangeiros; 4) revisitasse com mais frequência os cânones interpretativos, de forma que o sentido seja a um tempo preservado e superado. Em segundo lugar, em situar-se dentro da polissemia em que a própria expressão é empregada, ou seja, em explicitar em que sentido específico é possível tratar da existência de um pensamento político na obra de Fernando Henrique Cardoso. Em terceiro lugar, em construir algumas demarcações que permitam inscrevê-lo dentro das principais tradições interpretativas e dos principais problemas que movem esta imaginação política.

No intuito de enfrentar estes desafios, o capítulo 1 apresenta uma discussão que se estrutura em duas partes e que possibilitará, na sequência, a análise proposta acerca do pensamento do autor. Primeiro, para situar em que sentido é possível tratar da existência de um pensamento político na obra de Fernando Henrique Cardoso, distinguiremos três principais significados atribuídos à expressão “pensamento político” na literatura: como sinônimo de *ideologia*, como sinônimo de *teoria* e como sinônimo de *práxis*. Em segundo lugar, apontaremos os contornos do que são – ao nosso ver – as principais mudanças de paradigma nos estudos do pensamento político brasileiro e que podemos sintetizar em dois movimentos distintos: de um lado, as ressignificações que se operam nas tradições mais duradouras de nosso

¹⁶ VILLAS BÔAS, Gláucia. Entrevista a Lília Moritz Schwarcz e André Botelho. In: Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. Lua Nova, São Paulo, 82: 139-159, 2011.

pensamento político e nas questões aglutinadoras para as quais convergem nossa “imaginação política”. De outro, uma mudança de paradigma nas próprias orientações metodológicas dedicadas a captar esses movimentos, que têm sido estimuladas, sobretudo, pelo aprofundamento do debate da história das ideias como insumo de produção teórica e que tem apontado para diferentes nuances no tratamento do conjunto de ideias de uma determinada época e/ou de um determinado autor.

A partir destas delimitações, o trabalho se organiza em outras duas partes, uma para cada tese acima levantada. A segunda parte é movida por duas preocupações principais: primeiro, se é possível encontrar – partindo da recusa da ideia de ruptura entre a trajetória intelectual e a trajetória política –, uma forma de compreender tal pensamento *restituindo-lhe um sentido de unidade*; segundo se esse sentido de unidade pode ser convertido em um *teórico-filosófico comum para as ideias*, ou seja, se é possível identificar uma “grande orientação” no pensamento político de Cardoso, que permita entender o sentido das reflexões acumuladas ao longo de sua trajetória. Nela discutiremos especificidade política do pensamento do autor, partindo, para isso, de uma divisão analítica de seus escritos em três momentos distintos: o do *estabelecimento das suas bases teóricas e conceituais* (que cobrem desde os escritos do período acadêmico até os escritos destinados à compreensão da especificidade teórica do autoritarismo); o da *migração de um pensamento como teoria* para um pensamento como *práxis* e, depois, para um pensamento como *ideologia* (compreendendo os escritos sobre a redemocratização até os escritos de atualização do ideário socialdemocrata); e o da *consolidação das crenças*, que correspondem ao período de sua maturidade intelectual –que compreende os escritos produzidos a partir de seus mandatos como presidente da República. No decorrer destes capítulos, procuraremos perceber os trânsitos do autor entre um pensamento político que ora assume feições mais acentuadamente *teóricas*, ora mais *práticas* e ora ainda mais *ideológicas*. O recurso metodológico empregado nestes capítulos consiste em fazer uma análise imanente da produção bibliográfica do autor no período considerado.

Especificamente, o segundo capítulo procura rediscutir a produção acadêmica do autor na tentativa de encontrar nestes escritos as bases das crenças políticas que acompanharão o autor ao longo de sua trajetória. O recorte temporal desta parte acompanha o percurso intelectual do autor desde seu início até o momento em que os analistas de seu legado passam a indicar um momento de transição entre a

atividade intelectual e a atividade política. Tal rediscussão ocorre não no sentido de negar as interpretações clássicas acerca da obra – que em geral atribuem à sua perspectiva sobre o problema da dependência o caráter de variável explicativa de seu pensamento –, mas de lançar um olhar sobre um conjunto de escritos geralmente tratados como de segunda importância, no intuito de evidenciar as bases da elaboração de um pensamento político neste período.

Já o terceiro capítulo aborda aquele momento específico de sua produção que corresponde à indicação desta transição. O influxo da análise transcorrerá no sentido de indicar como o pensamento do autor sofre mutações no sentido do arrefecimento de preocupações teóricas em função, primeiro, da elaboração de um pensamento entendido como *práxis* e, depois, de um pensamento que assume a função precípua de *ideologia*.

O quarto capítulo discutirá os movimentos operados nas crenças políticas do autor no período compreendido entre seus mandatos como Presidente da República e os escritos da maturidade. Contrariando as abordagens que denotam o arrefecimento da atividade intelectual no período, argumentaremos que seu pensamento passa, antes, por um processo de consolidação. Nesse capítulo, ancorados nas contribuições do debate em curso no campo da história das ideias, iremos em busca da especificidade das transformações e/ou continuidades nas crenças mais fundamentais do autor. Assim, subvertendo as ênfases postas em como o “Cardoso” intelectual influenciou o político “FHC”, este capítulo tem a preocupação central de entender como a experiência do *político* incidiu sobre a obra do *intelectual*¹⁷.

A busca de compreensão do sentido da atividade intelectual do autor no período aponta, como se verá, para um momento de consolidação das crenças teóricas formuladas por ele em momentos anteriores de sua trajetória intelectual. Ao apontar para o significado interpretativo da dimensão mais recente de sua produção perante o conjunto da obra, espera-se produzir uma interpretação da obra em seu conjunto, para então pô-la em na perspectiva de seu diálogo com as

¹⁷ Além da análise dos livros e artigos publicados por ele no período, dispensaremos especial atenção às aulas e conferências ministradas pelo presidente-sociólogo a título do recebimento de honrarias acadêmicas ou visitas a universidades, catalogados em conjunto com os 1477 discursos proferidos por Fernando Henrique Cardoso enquanto presidente da República e publicados em coletânea de 16 volumes pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República no ano de 2002.

tradições do pensamento político brasileiro como um todo, objetivo da próxima parte do trabalho.

A fim de desenvolver a segunda tese interpretativa levantada, a terceira parte do trabalho discute a especificidade da inscrição do pensamento político do autor no campo do pensamento político brasileiro. A análise desta questão é levada a cabo a partir de dois movimentos distintos, mas que guardam importantes interfaces. Primeiro (capítulo 5), procuraremos conferir, por meio de uma proposição interpretativa, um tratamento mais sistemático das *filiações* do autor a um conjunto de tradições do pensamento político nacional. Neste capítulo, investigaremos a recorrência entre o pensamento político do autor a partir de seus movimentos de filiação, a fim de se captar qual é o sentido interpretativo o conjunto da obra do autor adquire perante tais tradições. Propõe-se uma interpretação do pensamento do autor que o coloca em movimentos de (des)filiação a três tradições do pensamento: o *pensamento radical*, descrito por Antonio Candido, e o par conceitual elaborado por Oliveira Viana (os idealismos orgânico e constitucional, ressignificados por Lynch (2014)¹⁸ como *pensamento nacional-estatizante* e *cosmopolitismo liberal*). Valendo-nos da lógica da história das ideias de Bevir (2008)¹⁹, procuraremos analisar as respostas produzidas pela sua obra (*agência humana*) aos principais *dilemas* teóricos dessas tradições. Em outras palavras, esta parte do trabalho pretende colocar em confronto as dimensões *diacrônica* e *sincrônica* da obra do autor em relação às tradições de pensamento às quais se filia.

Em seguida (capítulo 6), tentaremos entender com maior precisão em que sentido transcorrem a *recepção* e as *apropriações* do pensamento político do autor por parte de alguns intérpretes que julgamos exemplares em relação aos movimentos de ressignificação das questões aglutinadoras e das tradições mais importantes do pensamento político brasileiro. Caracterizaremos, de início, a recepção do pensamento político do autor transcorrendo sob o signo da mudança linguística no tratamento que se lhe dispensa: de “Cardoso” a “FHC”. Aponta-se para os principais momentos de construção dessa ideia, mostrando como ela está fortemente ancorada na tese de ruptura entre ambas e cujo corolário é a ideia da “morte do intelectual”. Em oposição a esta abordagem e em decorrência das observações acumuladas nos

¹⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril. **Squaremas petistas e luzias tucanos**. O Globo, 13/10/2014.

¹⁹ BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias**. Bauru: Edusc, 2008.

capítulos 2, 3 e 4, defenderemos a existência de uma trajetória intelectual que transcorre paralelamente à trajetória política do autor como seu elemento reflexivo. À luz desta linha geral de recepção, na sequência, procuraremos entender como o pensamento do autor vem sendo mobilizado pelas principais tradições do pensamento político brasileiro para pensar cada um dos momentos (ou processos) para os quais convergem os esforços analíticos da “imaginação política brasileira. Nesse registro, como veremos, as ênfases das abordagens têm tomado o pensamento do autor a partir da ideia de transição entre um referencial marxista para uma abordagem weberiana, frequentemente “enquadrando” seu pensamento mais recente na matriz liberal de nossa tradição política. Mas, ainda que o jogo político e ideológico force, de fato, à estruturação de uma visão dualística das opções de filiação política por parte dos intelectuais tal como apontado anteriormente e que, como afirma Lynch (2005, p.612)²⁰, “a persistência de certas concepções de poder no debate brasileiro possa corresponder à resistência de certas auto representações do povo enquanto comunidade política”, seria o caso de perguntar se o pensamento político do autor representa apenas uma repetição mecânica, sob novas roupagens, de uma tradição de pensamento que remonta ao Império e atravessa toda história política republicana ou, antes, seria possível especular a introdução de elementos realmente novos a partir dos movimentos de (*des*)filiação e de recepção de sua obra?

Cumpra também, ainda a título introdutório, fornecer ao leitor alguns esclarecimentos metodológicos adicionais. Primeiro que, como esperamos ter deixado claro ao longo desta introdução, este trabalho não pretende assumir uma natureza de *crítica ideológica*, nem de *registro biográfico*, tão comuns entre os que abordam a obra do autor. Não pretendemos, também, produzir uma abordagem inscrita na *sociologia dos intelectuais*. Embora marginalmente iremos recorrer a estas três dimensões, é necessário enfatizar que esta pesquisa situa-se estritamente dentro da perspectiva da *história intelectual*, cuja ênfase recai sobre a lógica da produção e disseminação de conceitos, de teorias, de ideias. Em segundo lugar, cumpre apontar para o estatuto atribuído por este trabalho às ideias produzidas pelo autor no momento designado como o da *consolidação das crenças*. Pelo exposto até aqui, o leitor pode ter ficado com a impressão que estamos querendo equiparar as ideias mais recentes do autor, em termos de rigor e sistematicidade, àquelas produzidas por ele em períodos anteriores de sua trajetória, quando o

²⁰ *Op. Cit.*

que estamos propondo é justamente o contrário. A partir das acepções feitas no capítulo 1 sobre o pensamento como *ideologia*, como *práxis* e como *teoria*, o que pretendemos, antes, é de evidenciar justamente sua diferença. Todavia, julgamos que os trânsitos entre diferentes formas de elaboração que seu pensamento vai assumindo não implicam em afirmar uma incomensurabilidade; antes, podem contribuir para captarmos as transformações nas crenças políticas mais elementares que o autor nutre, evidenciando, assim, de uma maneira mais completa, o seu sentido enquanto *pensamento*. Por fim, cabe assinalar que as análises que se seguirão nas partes 2 e 3 deste trabalho assumem como cuidado metodológico escapar de certa tendência que, “em nome da ‘originalidade’ da análise ou da simples apologética”, é levada a “magnificar aspectos menores ou mesmo distorcer o argumento de forma a mostrar filiações que na verdade são secundárias ou mesmo irrelevantes” (SORJ, 2001, p.111-112)²¹.

Uma última palavra introdutória sobre as fontes da pesquisa. Talvez a preocupação que una as fontes que compõem esta tese seja a articulação entre autor, obra e recepção, procedimento que julgamos necessário para evitar os males do anacronismo, “esse problema incontornável, mas que aflige a todo aquele que quer se debruçar sobre o passado, com lentes mais adaptadas” (BOTELHO & SCHWARZ, 2009, p. 13)²². Uma das dificuldades que se apresentam desde o início desta investigação consistiu na enorme quantidade de fontes relativas à figura de Fernando Henrique Cardoso. Diante da impossibilidade de processar todas essas fontes, foram selecionados, em cada um dos momentos analisados, textos ilustrativos e exemplares, segundo o critério da intenção autoral de produzir uma reflexão teórica. Além deste conjunto de escritos do autor, o quadro das fontes indicadas ao final deste trabalho expressa dois outros conjuntos de fontes: as atinentes à pesquisa teórico-metodológica, que contempla tanto os estudos *metateóricos* acerca do pensamento político brasileiro, quanto os estudos do campo da história das ideias, que nos servem de fundamento; e as obras de recepção do pensamento político do autor, de acordo com o tratamento dispensado a cada uma das questões aglutinadoras da “imaginação política brasileira”. Para além do tratamento analítico desse conjunto de fontes bibliográficas, outra fonte privilegiada foi a entrevista realizada com o autor na data de 23 de setembro de 2013 e

²¹ *Op. Cit.*

²² BOTELHO, André; SCHWARZ, Lília. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

que teve como finalidade pontuar o conjunto de questões levantadas nesta introdução.

Enfim, não é objetivo deste trabalho fazer um mero relato cronológico da trajetória intelectual de Cardoso, nem de simplesmente relacionar contexto e obra, mas, fundamentalmente, apreender como se configurou, ao longo de sua trajetória, a atividade cognitiva de seu trabalho intelectual individual em relação a uma trajetória coletiva de pensamento. Ao chamar a atenção para a *trajetória intelectual*, o que se quer é olhar com mais cuidado para a qualidade das ideias produzidas e sua relação com as escolhas políticas feitas pelo autor ao longo de sua vida. Em outros termos, se muitos trabalhos procuraram mostrar como o Cardoso “cientista e intelectual” moldou o Cardoso “político” (especialmente o Presidente da República), esta pesquisa procura investigar se e como o político incidiu sobre o sociólogo e o cientista político. Como observou Lamounier (2010)²³, “o intelectual Fernando Henrique prestou grande contribuição à política, mas a recíproca é verdadeira”, ou seja, o político certamente exerceu grande influência sobre o intelectual.

Em se tratando de um intelectual do porte de Fernando Henrique Cardoso, discutir suas filiações e recorrências, inquerir possíveis rupturas, transformações e continuidades em seu pensamento representa um esforço de compreensão da própria realidade nacional, de suas mazelas e de suas *utopias viáveis*. Além de uma lacuna, um estudo deste tipo ainda se justifica para que estudos que se propõem avaliar a herança de seus governos, o façam de forma mais rigorosa e consequente. Como afirma Brandão (2007)²⁴, a pesquisa do pensamento político-social pode, em meio ao labirinto da especialização acadêmica contemporânea, nos dar uma visão mais integrada e consistente da dimensão de processo que o presente oculta.

²³ LAMOUNIER, Bolivar. **Como um intelectual se fez presidente**. In: D’INCÃO, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

²⁴ *Op. Cit.*

PRIMEIRA PARTE

“PENSAMENTO” E “IMAGINAÇÃO” POLÍTICA: PARADIGMAS E ABORDAGENS

CAPÍTULO 1 – PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: CONTORNOS E PARADIGMAS

Está bastante longe de ser uma questão consensual a indicação e justificativa dos limites do “pensamento político brasileiro” como área de pesquisa. O pensamento político brasileiro tem se constituído historicamente como um campo eclético, que tem acolhido desde sociólogos, cientistas políticos e historiadores, até literatos, jornalistas e analistas em geral. Em comum, o interesse em investigar as matrizes do que Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS 1967 e 1970)²⁵ designou como “imaginação política brasileira”. Os estudos da área tem compreendido pesquisas voltadas para as grandes temáticas de estudo da formação da sociedade brasileira (modernização, modernidade e mudança social, construção e transformação do Estado-nação, cultura política e cidadania), a análise de discursos políticos, do estudo social das artes plásticas, da investigação da estética interna de textos ensaísticos ou do exame das condições sociais de produção intelectual no Brasil. Ainda que a proliferação de estudos sobre as tradições intelectuais, culturais, sociais e políticas brasileiras estejam contribuindo para a afirmação de um campo disciplinar de grande apelo e afluência de interesse por parte dos pesquisadores, este alargamento dá à expressão “pensamento político brasileiro” uma polissemia que contribui para que caibam neste conceito guarda-chuva trabalhos de natureza muito diversa.

Assim, como observa Lynch (2013)²⁶, o principal desafio da área consiste em produzir uma reflexão *metateórica*, que passe por uma discussão dos fundamentos sobre os quais a disciplina se encontra

²⁵ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A imaginação político-social brasileira**. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 2, no 3, pp. 182-193, 1967; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Raízes da Imagem Política Brasileira**. Dados. IUPERJ, n. 7, 1970.

²⁶ LYNCH, Christian Edward Cyril. **Porque pensamento e não teoria? A Imagem Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970)**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, n.4, 2013.

ancorada. Se, de um lado, tal pluralidade denota as múltiplas manifestações do político como categoria de disputa pelo significado da vida social no país, de outro, tem negligenciado um debate mais acurado sobre os fundamentos teórico-metodológicos dos estudos que a ela se filiam.

Não são apenas os problemas metodológicos que não são discutidos ou explicitados; as próprias categorias e conceitos da disciplina parecem ocultar problemáticas de grande envergadura: empregam-se as expressões *história das ideias* e *pensamento* indistintamente, para denominá-la. Mas o conceito de *pensamento* mantém tensas relações com os de *ideologia*, *teoria* ou *ciência*. Coabitam em extraordinária polissemia designações como *pensamento social*, *pensamento político*, *pensamento social e político* e *pensamento político-social*, às vezes como sinônimos, às vezes como antônimos, sem que se saiba sua abrangência ou seu significado (LYNCH, 2013, p. 729)²⁷.

Dada esta polissemia de ordem teórica e metodológica presente na pluralidade das abordagens hoje existentes nos estudos da área, qualquer estudo que pretenda nela se inscrever precisa, de antemão, explicitar a resposta a duas ordens de questões: primeiro, a do entendimento a respeito do conceito de “pensamento político” (e sua conexão com o seu qualificativo “brasileiro”); e, em decorrência, a questão dos contornos teórico-metodológicos que se pretende dispensar ao seu tratamento, questões para as quais este capítulo procurará produzir as delimitações com que este trabalho operará no seu decorrer.

²⁷ *Op. Cit.*

1.1 IDEOLOGIA, PRÁXIS OU TEORIA? (OU: “A QUESTÃO DO OBJETO”)

Raymundo Faoro, em seu *Existe um pensamento político brasileiro?* (1987)²⁸ aponta para dois sentidos básicos a partir dos quais a expressão “pensamento político” tem sido empregada: como *ideologia* e como *ciência*. Faoro parte desta distinção de significados para afirmar a irredutibilidade da expressão a ambos, a partir de onde situa o que é, para ele, um sentido mais apropriado para a expressão: *pensamento* seria sinônimo de *práxis*. De fato, qualquer breve revisão da bibliografia disponível revela que a expressão “pensamento político” tem sido assumida no Brasil – tanto pela bibliografia *metateórica* sobre o assunto quanto implicitamente nos diferentes estudos que reivindicam filiação ao campo – a partir dos três significados distintos apontados por Faoro: como sinônimo de “ideologia”, como sinônimo de “práxis” e como sinônimo de “teoria”, sentidos estes nem sempre definidos de antemão pela pluralidade das abordagens.

A proposição teórica a ser desenvolvida aqui parte da aceção feita por Faoro, mas discorda dela num ponto fundamental: esses significados não devem ser vistos como mutuamente excludentes e a nenhum deles isoladamente deve ser atribuído o estatuto ontológico do *pensamento político*. Antes, como esperamos mostrar ao longo desta sessão, *ideologia*, *práxis* e *teoria* devem ser vistos como tipos ideais do pensamento, como formas exageradas de percepção de suas manifestações singulares e que, apenas consideradas em seu conjunto, conferem à expressão seu significado *par excellence*.

No contexto da produção intelectual sobre a política no Brasil, o sentido mais comum atribuído à palavra “pensamento” é o que acentua seu caráter social e politicamente interessado. O que se coloca em jogo, dessa perspectiva, são os efeitos das ideias sobre a tomada de posições políticas. Como observou Faoro (*idem*, p.12), em sua manifestação ideológica, o pensamento político define-se “como um sistema de crenças ou de valores, utilizado na luta política para influir sobre o comportamento das massas, para orienta-las numa direção e não em outra, para dirigir o consenso, para justificar o poder. Trata-se de uma forma de pensamento político em batalha, uma característica que a diferencia do pensamento puro”. É essa perspectiva que está presente

²⁸ FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** Estud. av. [online]. 1987, vol.1, n.1 pp. 9-58. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141987000100004>.

em toda uma primeira grande leva de estudos que se debruçou a compreender um conjunto de ideias operando fora de seus contextos originais (SALDANHA, 1963, 1978²⁹; CRIPPA, 1979³⁰; UNB, 1982³¹; BARRETO e PAIM, 1989³²; ou ainda nas obras de IANNI, 2004³³ e WEFFORT, 2006)³⁴. Em geral, para esses autores, seria mais produtivo tomar a expressão “pensamento político” como mais próxima à ideia de “ideologia”.

Nessa acepção, a dimensão teleológica do pensamento como *projeto* sobrepuja a dimensão analítica e toda construção intelectual procura conferir algum significado e motivação à própria ação. Isso ajudaria a explicar sua dificuldade em separar um discurso descritivo de um discurso normativo. Tal perspectiva analítica ajudaria a entender, por exemplo, o menosprezo que se desenvolveu ao longo da segunda metade do século XX por determinadas tradições intelectuais, como o pensamento conservador e o pensamento desenvolvimentista, recuperando-as como elementos centrais de distintos projetos de nação. Como firma Codato (2008, s.p.)³⁵, “a vida intelectual nacional no século XX deu origem a uma série de visões sobre o Brasil. Mas deu origem também a uma série de programas políticos sobre como organizar a Nação, orientar o povo, fortalecer o Estado, desenvolver o País. Assim, para entender melhor as concepções e as proposições das diversas correntes, seria mais útil tomar o ‘pensamento político brasileiro’ como um conjunto ora mais, ora menos articulado de ideologias teóricas (doutrinas) e de ideologias práticas (visões de mundo)”. O risco desta perspectiva seria transformar o “pensamento” num epifenômeno, na

²⁹ SALDANHA, Nelson. **História das ideias políticas no Brasil**. Brasília, Senado Federal, 2001 [Edição original: 1963]; SALDANHA, Nelson. **O pensamento político no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001. [Edição original: 1978].

³⁰ CRIPPA, Adolpho. **As ideias Políticas no Brasil**. 2º vols. São. Paulo: Convívio, 1979.

³¹ UNB. **Curso de introdução ao pensamento político brasileiro**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

³² BARRETO, Vicente; PAIM, Antônio. **Evolução do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989.

³³ IANNI, OCTÁVIO. **Pensamento Social no Brasil**. Edusc, 2004.

³⁴ WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro**. Ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.

³⁵ CODATO, Adriano. **Pensamento político brasileiro: um modelo de análise**. Disponível em: <http://adrianocodato.blogspot.com.br/2008/11/o-pensamento-politico-brasileiro-um.html>. Acesso em 21/08/2011.

medida em que resumiria o pensamento a questões relacionadas ao jogo conflitivo de grupos, cabendo ao analista apenas a imputação de quais seriam os verdadeiros interesses objetivos de cada uma das partes em luta.

Uma segunda perspectiva presente no debate metateórico é a que associa “pensamento político” a *práxis*. Segundo esta concepção, ao contrário da teoria sociológica ou da filosofia, o pensamento político é uma atividade indissociável da prática política, mas apenas num sentido específico. Nesta acepção, o “pensamento político” aparece como um sistema de ideias que emerge a partir da prática política e que reconhece, portanto, sua validade não apenas a partir da variável lógica, mas também os esforços de se somar a um estoque acumulado de soluções intelectuais para os problemas políticos do cotidiano institucional. O “pensamento político” consistiria, assim, “num núcleo compartilhado de crenças que se materializa numa cultura política” (LAHUERTA & BOTELHO, 2005)³⁶, emergindo a partir de uma estrutura argumentativa intrinsecamente relacionada e também tributária da inserção nos diferentes espaços políticos em que os autores/atores forem historicamente chamados a atuar. Assim,

as diferentes interpretações do Brasil também se tornaram, ao longo do tempo, como que matrizes de diferentes modos de sentir e pensar o país e de nele atuar. Justamente porque não operam apenas em termos cognitivos, mas constituem também forças sociais que direta ou indiretamente contribuem para delimitar posições e conferir-lhes inteligibilidade em diferentes disputas de poder travadas na sociedade, as interpretações do Brasil existem e são relidas no presente (BOTELHO & SCHWARZ, 2009, p. 13)³⁷.

É a essa dimensão que Wanderley Guilherme dos Santos quer fazer referência com o conceito de “imaginação política”, entendida como “aquele primeiro laboratório onde as ações humanas entram como matéria-prima, são processadas, produzindo uma representação da

³⁶ LAHUERTA, Milton; BOTELHO, André. **Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política:** tópicos de uma necessária agenda de investigação. Perspectivas, São Paulo, 28, 2005.

³⁷ BOTELHO, André; SCHWARZ, Lilia Moritz (org.). **Um enigma chamado Brasil:** 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

história que, em grau maior ou menor, ajuda a moldar as crenças políticas públicas de uma dada sociedade, transformando-se em história política” (SANTOS, 1970, p. 138 e 144)³⁸. A tarefa da *imaginação política* consiste, assim, em produzir uma interpretação intelectual coerente do processo político a partir de diferentes tipos de informação (dados econômicos, indicadores sociais, traços culturais e rumores políticos) e seu núcleo inventivo varia de acordo com a perícia pessoal e a disposição interior dos formadores de opinião. Seu escopo encontra-se associado tanto ao passado (na medida em que os múltiplos acontecimentos atuais unem-se numa explicação racional), quanto ao futuro (no sentido de que estabelece o limite das alternativas de ação dentro do qual as pessoas se movimentarão e escolherão). Do ponto de vista do analista das ideias, o recurso ao conceito possibilitaria, principalmente, compreender as variações de *estilos* de percepção política, vinculados, por sua vez, a distintas práticas políticas, à estabilidade ou transformação da sociedade como um todo e a outros aspectos do sistema político, que criam raízes no público de uma dada sociedade.³⁹

Mas, coube a Raymundo Faoro (1987)⁴⁰ definir “pensamento político” como *práxis* de maneira mais precisa. Para este autor, “Pensamento é o que se tem em mente, quando se reflete com o propósito de entender alguma coisa e quando se delibera com o fim de tomar uma decisão”. O pensamento político seria, segundo esta perspectiva, uma *ação* que busca resultados com base no saber formulado a partir da experiência, estando implícito na ação política e sendo, portanto, algo diferente tanto do *logos* (o saber formulado presente na teoria, na filosofia e na ciência) quanto da *ideologia*. De um lado, ainda que o *logos* anteceda e domine a *práxis*, a filosofia política,

³⁸ *Op. Cit.*

³⁹ Santos constrói esta perspectiva analítica para analisar o caso da ruptura existente na imaginação política brasileira do século XIX em relação ao século XX. Segundo Santos ele, se um analista político brasileiro do século XIX fosse interpretar a cena política do Regime Militar, estaria inclinado para o tipo de análise do comportamento político mais próximo ao formalismo, sem prestar atenção nos determinantes substantivos e/ou nas consequências das orientações políticas. Ao longo do século XX, esta percepção formalista foi cedendo espaço à uma percepção dicotomizada do político, plenamente consolidada nas análises do processo político no Brasil à altura dos anos 1970.

⁴⁰ FAORO, Raymundo. **Existe um pensamento político brasileiro?** Estud. av. [online]. 1987, vol.1, n.1 pp. 9-58. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141987000100004>.

ao reduzir o pensamento político ao *logos*, transforma a realidade em espelho da teoria, a desfigurar a política e a converter a “história política” à “história das ideias políticas”, desvinculando a política da realidade; de outro, o pensamento político também não se confunde com *ideologia*, pois esta, dado que interessada primordialmente na eficácia da ação, desvincula o pensamento do compromisso com a verdade. Ambas, a filosofia política e a ideologia, sistematizam, formulam, estruturam a política, mas

ela, a política que não é filosofia, nem ciência, nem ideologia, que não se extrema na ação, nem se racionaliza na teoria, ocupa o espaço do que se chama *pensamento político*. (...) O pensamento político, como ação, como atividade concentrada, não se confunde, como exercício retórico, com o exercício de jornadas intelectuais. (...) O pensamento político é, assim, um ato político, compreensível politicamente, não em pautas abstratas (FAORO, 1987, p. 12-13)⁴¹.

Se a ideologia e a filosofia política corporificam um princípio político e se propõem a realizá-lo, o pensamento político por sua vez não se desenvolve com base na premeditação dos princípios, mas na consideração sobre o campo da própria política. Assim, o pensamento político atua como saber formulável apenas *a posteriori* da ação, a partir de um feixe caótico de ideias e que tem suas proposições regradas pelo critério da validade e não da verdade lógica. Sua função precípua é a de direcionar a conduta humana em determinado sentido, não de representá-la enunciativamente:

A noção de que a história do “pensamento político” circunscreve-se a um confronto de *paradigmas* abstratos de ideias, em que uns vencem outros pela sua coerência e energia internas não é coerente nem nas ciências naturais, pois o fato científico e a teoria não são categorias separáveis. Uma e outra são amalgamadas por uma ordem social (a comunidade científica) que

⁴¹ *Op. Cit.*

decide pela vigência das revoluções do pensamento. (FAORO, 1987, p. 13)⁴².

O resto do argumento de Faoro é bastante difundido: no Brasil, a possibilidade de existência de um pensamento político se viu comprometida na nascente, uma vez que a *práxis* política brasileira, na sua origem, sempre foi a *práxis* política portuguesa. O importante a reter, aqui, é que a visão de Faoro é radical porque não reconhece a existência do pensamento político brasileiro nem como *práxis*, quanto mais como teoria: se não existe uma prática política autônoma, quanto mais uma “teoria política brasileira”.

Não é o caso de autores como Gildo Marçal Brandão, Francisco Weffort e Christian Lynch que, embora esposando a mesma perspectiva do pensamento político como *práxis*, reconhecem sua autonomia, imbuídos do reconhecimento de um processo reflexivo pelo qual a cultura e a política brasileiras vão adquirindo individualidade nacional, ao mesmo tempo em que vão se integrando à história universal. Weffort reforça esta concepção ao afirmar que “as ideias se revelam não apenas nas palavras, mas também nas ações” (2006, p. 07)⁴³. Lynch, adota textualmente a definição formulada por Wanderley Guilherme dos Santos, citando-o: “Por pensamento *político*, entendo uma gama de manifestações que se refere ao domínio do político entendido como *poder*, e que incorpora, na análise, o seu entorno social” (SANTOS *apud* LYNCH, 2013, p. 731)⁴⁴. Compartilhando da mesma definição, Brandão (2007)⁴⁵ incorpora à ela outros elementos importantes: para ele, as ideias que compõem o repertório do pensamento político brasileiro devem ser compreendidas como forças sociopolíticas que influenciam a modelagem das práticas e das próprias instituições, “operando como um repertório que se cristaliza historicamente como *a priori* analíticos “com base nas quais a realidade é percebida, a experiência prática é elaborada e a ação política é organizada” (2007, p. 30)⁴⁶. Daí o entendimento do projeto intelectual do autor, centrado na reconstrução das linhagens do pensamento político brasileiro como um campo de investigação que vai

⁴² *Op. Cit.*

⁴³ WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro**. Ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.

⁴⁴ *Op. Cit.*

⁴⁵ BRANDÃO, Gildo M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

⁴⁶ *Op. Cit.*

além tanto da lógica própria das ideias quanto de uma definição de política centrada exclusivamente em seus aspectos institucionais, mas que contempla também esforços de esclarecimento e redefinição das estratégias de atuação política que contribuam para revelar as relações de continuidade as formas passadas e atuais de pensar e atuar no cenário político.

Por fim, uma terceira abordagem tende a identificar o “pensamento político brasileiro” como um sistema dotado de um método de reflexão específico. Segundo esta concepção, pensamento político seria sinônimo de *teoria*. Pensar o “pensamento” como *teoria* é uma agenda que só recentemente está ganhando corpo nas análises do pensamento político brasileiro. Tal condição foi historicamente negada por seus analistas, negação esta que talvez melhor se expresse na conhecida afirmação de Antonio Candido sobre a literatura nacional ser “uma literatura de segunda linha, pobre quando comparada às grandes, mas, de qualquer forma, ser a que nos exprime”. No campo do pensamento político, a ênfase da “pobreza” foi menos no caráter inventivo dos produtos intelectuais do que na sua afirmação como subproduto de outros contextos intelectuais. Obedecendo o estatuto atribuído por Leo Strauss para a filosofia política, os analistas do pensamento político brasileiro tenderam a tratar seus produtos intelectuais a partir de um estatuto inferior àquele conferido às “grandes obras”: estas ocupar-se-iam das “questões políticas perenes”⁴⁷, teriam conseguido galgar um patamar de coerência, abrangência e sistematicidade ímpares; aquele, ocupar-se-ia de um escopo mais limitado, teria um caráter mais fragmentário, contingente, assistemático, e seria guiado fundamentalmente pelas questões do cotidiano da política. Como afirma Lynch (2013, p. 758)⁴⁸,

o emprego da palavra “pensamento” no lugar de “teoria”, para designar os seus produtos intelectuais, parece já embutir o reconhecimento da sua inferioridade. Havia implícita [nas interpretações do pensamento político brasileiro] uma espécie de divisão do trabalho intelectual: os países cênicos produziram a “teoria”, ou a “ciência”, ou a “filosofia”, ou seja, reflexões de alcance “universal” e, portanto, mais densas, mais

⁴⁷ STRAUSS, Leo; CROPSEY, Leo (orgs.). **História de la Filosofía Política**. México: Fondo de Cultura, 1996.

⁴⁸ *Op. Cit.*

abstratas, mais generalizantes, ao passo que os países periféricos produziram somente “pensamento”, reflexões de alcance puramente particular ou local, de caráter menos abrangente e contingente, orientado para a ação prática. O pensamento era considerado um subproduto da teoria, tanto quanto se considerava a periferia um subproduto do centro, e os atores políticos, subproduto dos autores [*Acréscimo nosso*].

Assim, não haveria uma clivagem tão sistemática entre “teoria” e “pensamento”. Compreendida a maneira pela qual o pensamento político foi fabricado na periferia, seria possível sugerir um método alternativo de estudá-lo, apto a suprimir a distinção qualitativa entre “teoria política” (universal, cêntrica e superior) e “pensamento político” (local, periférico e inferior).

A crítica da ideia de perenidade⁴⁹ somada à crítica ao “fantasma da condição periférica” (exacerbada pelos estudos pós-coloniais, denunciante do “eurocentrismo”), está por detrás do que se pode considerar um manifesto que reivindica a emancipação teórica desta condição como parte da crítica mais global a um modelo epistemológico. Como afirma Tavolaro (2005, p. 06)⁵⁰, “dada a patente a resistência de ver a sociedade brasileira contemporânea e as ditas “sociedades modernas centrais” em pé de igualdade, avanços em relação à tarefa de compreender a modernidade no Brasil demandam uma consideração crítica da *episteme*, no interior da qual operam as propostas dos clássicos do pensamento social e político brasileiro”. Para o autor, três abordagens seriam exemplares da necessidade de rever esta *episteme*: as que reforçam a *inautenticidade* da modernidade brasileira, a partir da ênfase em características *pré* ou *semi* modernas (como as abordagens sobre o personalismo e o patrimonialismo – Gilberto Freyre, S.B. de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto Da Matta); as que sublinham seu caráter *dependente* e periférico (Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso); e ainda as que tratam do país como caso “singular” de modernidade, na medida em que, ao se valerem do conceito de “singularidade” expressam também a crença no “desvio” (a modernização seletiva de Jessé de Souza). Todas as três

⁴⁹ Conferir Bevir (2003). BEVIR, Mark. **¿Hay problemas perennes en teoría política?** Res publica, 11-12, 2003.

⁵⁰ TAVOLARO, Sérgio. Existe uma modernidade brasileira? **Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro.** RBCS Vol. 20 n°. 59, 2005.

implicam reforçar imagens congeladas e “essencializantes” não só da própria experiência brasileira, como também da dinâmica de sociedades tidas como inequivocamente localizadas no “centro da modernidade”. Por esta razão, valendo-se das proposições de Shmuel Eisenstadt⁵¹, o autor afirma que haveria um ganho analítico em se considerar a modernidade como um tipo de sociabilidade histórica *contingente, multifacetada e tendencialmente global, que* passa crescentemente a reivindicar o caráter múltiplo de sua realização em diferentes contextos. Tal perspectiva enfraquece a ideia de essencialidade e dissolve os binômios “autêntico-inautêntico” e “centro-periferia”, o que não implica negar o caráter assimétrico das suas diferentes realizações: Seria, pois, “a ideia de contingência que deveria orientar esforços interpretativos, não da suposta ‘semi-’, ‘periférica’ ou ‘singular’ modernidade brasileira, mas sim da ‘modernidade no Brasil’” (TAVOLARO, 2005, p. 16)⁵². Caberia, a título de provocação, perguntar em que medida a análise da “modernidade no Brasil” não traria consigo também um componente essencializante da própria modernidade.

Na mesma linha, Maia (2009; 2011)⁵³, sustenta que o processo de rearranjo teórico que vem ocorrendo ao longo das últimas décadas na sociologia em função do descentramento do paradigma eurocêntrico, tem fornecido aos estudos de pensamento brasileiro a possibilidade de um reenquadramento analítico no sentido de deslocar-se “do simples inventário de matrizes formadoras” para assumir “pretensões teóricas maiores” (MAIA, 2009, p. 155)⁵⁴, ficando patente uma tentativa de empreender uma hermenêutica das interpretações produzidas no passado de um modo contemporâneo, que reconheça as contradições do pensamento social. Para o autor, haveriam importantes interfaces entre estudos de pensamento brasileiro e os estudos pós-coloniais, interfaces que derivam da própria natureza da reflexão historicamente acumulada por ambos. A crítica do eurocentrismo, levada a cabo pelos estudos pós-coloniais, estaria contribuindo para que o pensamento político brasileiro

⁵¹ EISENSTADT, S. N. **Multiple modernities**”. *Daedalus*, 129 (1), 2000).

⁵² TAVOLARO, Sérgio. Existe uma modernidade brasileira? **Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro**. *RBCS Vol. 20 n.º 59*, 2005.

⁵³ MAIA, João Marcelo. **Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa**. *RBCS Vol. 24 n. 71*, 2009; Maia, João Marcelo E. **Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro**. *Revista Sociedade e Estado – Volume 26 Número 2 Maio/Agosto 2011*

⁵⁴ MAIA, João Marcelo. **Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa**. *RBCS Vol. 24 n. 71*, 2009;

passasse a tratar gradativamente de dilemas a partir de um ponto de vista distinto daquele formulado no mundo europeu e anglo-saxão, dilemas que não são exclusivos do Brasil, mas que consistem, antes, em temas globais da modernidade. Esta “imaginação política” assume, aqui, outro significado em relação àquele atribuído por Wanderley Guilherme dos Santos na década de 70: “o recurso à imaginação brasileira não visa reconstruir seu repertório linguístico específico ou fixar mais precisamente o que seus protagonistas faziam quando escreviam seus textos, mas sim ativar a fabulação teórica contemporânea com base em matrizes intelectuais normalmente descartadas” (MAIA, 2009, p. 156)⁵⁵. A “imaginação política” se converte, aqui, em “imaginação teórica”, aferindo um novo estatuto ao pensamento político brasileiro. Assim, não reivindicando mais uma autonomia nacional deste sistema de pensamento, os autores que interpretam “pensamento” como *teoria*, o importante ressaltar seria a crescente coerência lógica que tais elaborações intelectuais vem adquirindo, especialmente se levado em conta o cenário intelectual internacional.

A sintética recuperação destes três sentidos para a expressão *pensamento político* permite indicar tanto a *atividade de pensar* quanto a de *fazer a história ou sociologia deste pensamento* pode significar, ao menos no debate brasileiro, três coisas distintas, embora imbricadas: envolver-se em debates *ideológicos*, *teóricos* e/ou de *práxis*. No primeiro caso, a atividade consistirá fundamentalmente numa tarefa de estabelecer recepções e/ou gestações de ideias com a finalidade de influenciar o jogo político-institucional tendo em vista a realização do pensamento como *projeto*; no segundo caso, na definição da avaliação do componente lógico e formal dos sistemas de ideias como tarefa precípua do pensamento; e, no terceiro caso, consistirá na busca do entendimento de como as práticas políticas se conectam em sistemas mais ou menos articulados de ideias, alterando-se mutuamente, acabando por adquirir maior ou menor materialidade numa dada cultura política.

Como *tipos ideais*, *ideologia*, *práxis* e *teoria*, implicam na renúncia de duas formas alternativas de concebê-los. Primeiro, daquelas abordagens que podem ter a tentação de ver nelas categorias que se sucedem no tempo a partir de um enfoque positivista. Embora seja possível afirmar que cada uma delas tenha sido mais ou menos predominante nos diferentes momentos históricos que se queira

⁵⁵ MAIA, João Marcelo. **Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa**. RBCS Vol. 24 n. 71, 2009;

considerar, é importante indicar que elas são reveladoras também dos lugares a partir dos quais cada autor e obra se posicionam no debate político, sejam eles do passado ou do presente. Ou seja, mais importante do que indicar a existência desta natureza *típico-ideal* do pensamento político brasileiro, é importante sublinhar que tais categorias operam como elementos que fornecem os contornos das preocupações que informam o conteúdo a que se dedicam os autores e suas obras. Como *tipos ideais* dos produtos intelectuais do pensamento político brasileiro, as propensões autorais que se materializam numa obra e a partir dos quais elas se inserem no debate ajudam a entender a existência de esforços intelectuais que se justificam ora propensamente em função do tratamento da estética interna de um dado debate, sua coerência ou lógica – o debate da teoria democrática, por exemplo –, esforços mais voltados compreender a relação entre as práticas políticas (que podem ser as do passado, mas principalmente as contemporâneas) e o estoque acumulado de ideias e, por fim aqueles esforços mais afeitos ao tratamento da dimensão de projeto que constitui o *político* (ou seja, seu caráter ideológico).

Em segundo lugar, esta caracterização *típico-ideal* se afasta, também, de uma abordagem funcionalista da questão, conforme encontrada na acepção feita por Burawoy (2005)⁵⁶ ao elaborar sua “divisão social do trabalho sociológico”. Há que se demarcar, todavia, uma distinção entre a proposta expressa nos parágrafos anteriores e o recurso a um modelo *durkheimniano* tal qual formalizada na proposta de Burawoy. Este, ao procurar caracterizar o conhecimento produzido pela sociologia norte-americana, chama a atenção é para a necessidade de se procurar avaliar um dado produto intelectual em função de suas propensões, ou diferentes *funções*. Ao analisar a sociologia norte-americana contemporânea – e cabe sublinhar que seu raciocínio pode ser perfeitamente transposto para apreender o pensamento político –, Burawoy identificou quatro modalidades de conhecimento: a *sociologia profissional* (eminentemente técnica, que fornece métodos, corpos acumulados de conhecimento, questões balizadoras, e arcabouços conceituais), à qual está diretamente ligada a *sociologia crítica* (que examina as fundações dos programas de pesquisa da sociologia profissional); a *sociologia política* (a serviço de objetivos definidos por um cliente político) e a *sociologia pública* (que inaugura uma relação de

⁵⁶ BURAWOY, Michael. **Por uma sociologia pública**. Palestra de abertura da Associação Americana de Sociologia, 2004. Originalmente publicado como artigo na *American Sociological Review* Vol.70, no.1, February 2005.

diálogo entre sociólogos e públicos na qual a agenda de cada um é posta na mesa e passa por um processo de ajuste).

É importante sublinhar que, para ele, ainda que exista uma interdependência mútua entre esses quatro tipos de conhecimento, elas caminham em trilhos separados, na medida em que desempenham *funções* diferentes. Burawoy estabelece esta divisão com o objetivo de fazer a importante distinção entre a produção de um conhecimento instrumental, de um lado, e de um conhecimento reflexivo por outro, tendo como base para esta diferenciação duas questões “conhecimento para quem?” e “conhecimento para que?”. No entanto, como apontaram Perlatto e Maia (2012)⁵⁷ o principal problema em tomar o trabalho intelectual a partir da acepção proposta por Burawoy consiste em não atentar para a interpelação entre estes estilos, ainda mais se levado em conta o caso brasileiro, que viu aflorar, ao mesmo tempo, um processo crescente de sofisticação teórico-metodológica e uma procura sistemática pelos atores da vida pública e em que, especialmente a dimensão pública, tornou-se mais difusa e polifônica, mas nem por isso descolada do diálogo com atores da ciência:

No lugar de uma história sequencial dos tipos de sociologia, tal qual sugerido pelas reflexões de Burawoy, o que testemunhamos é um processo marcado por uma dinâmica combinada e persistente de institucionalização de uma sociologia profissional, com forte inserção no debate público e considerável articulação com públicos subalternos (PERLATTO & MAIA, 2012, p. 106)⁵⁸.

A adesão à tipologia do pensamento como *ideologia*, *práxis* e *teoria* parece processar de maneira mais adequada essa crítica. Por esta razão, na análise que se seguirá a partir do capítulo 2, nossa investigação sobre as ideias políticas de Fernando Henrique Cardoso consistirá numa análise a partir da tipologia estabelecida, o que nos permite identificar momentos em que o pensamento do autor adquire ora um cunho mais teórico, ora mais ideológico, e ora ainda mais em sentido de *práxis*. Considerado a partir dos tipos ideais propostos, fazer a história das

⁵⁷ PERLATTO, Fernando. MAIA, João Marcelo. Qual sociologia pública? Uma visão a partir da periferia. Lua Nova, n. 87. São Paulo, 2012.

⁵⁸ *Op. Cit.*

ideias do pensamento político se torna um exercício que não se restringe apenas à dimensão de insumo à produção teórica (como reivindicado pela virada historicista da teoria política contemporânea), adquirindo também significado como elemento central para atualizar o interesse pela ressignificação histórica das ideologias e, sobretudo, para chamar a atenção para a importância de buscar entender a relação entre o estoque acumulado das ideias políticas e o significado atribuído às práticas políticas, ou seja, a dimensão do pensamento político enquanto *práxis*. Como veremos, tal exercício metateórico de “(re)pensar o pensamento” a partir de suas dimensões teóricas, ideológicas e de *práxis* não se esgota em si mesmo. Aponta, antes, para a necessidade de se lançar um olhar alternativo a questões sempre controversas nas análises do pensamento político brasileiro, como a de suas periodizações e a da formação de suas tradições, exercício que passamos a fazer na sequência.

1.2 PARADIGMAS DO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO EM MUDANÇA (OU: “A QUESTÃO DA ABORDAGEM”)

1.2.1 Momentos e tradições na “imaginação política brasileira”

a) *Momentos/processos*

Qualquer classificação das interpretações ou teorias sobre o pensamento político tem, naturalmente, algo de arbitrário. Conforme já indicamos, no caso do pensamento político brasileiro, as abordagens têm transitado da ênfase na recepção e adaptação de sistemas exógenos de ideias para abordagens que expressam a autonomização do pensamento. Desde as primeiras tentativas de classificação, como a de Saldanha (1963; 1978)⁵⁹, passando por obras como a de Crippa (1979)⁶⁰, pelo curso em 12 volumes da UNB (1982)⁶¹ e o livro de Barreto e Paim

⁵⁹ SALDANHA, Nelson. **História das ideias políticas no Brasil**. Brasília, Senado Federal, 2001 [Edição original: 1963]; SALDANHA, Nelson. **O pensamento político no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001. [Edição original: 1978].

⁶⁰ CRIPPA, Adolpho. **As ideias Políticas no Brasil**. 2º vols. São. Paulo: Convívio, 1979.

⁶¹ UNB. **Curso de introdução ao pensamento político brasileiro**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

(1989)⁶², ou ainda nas obras de Ianni (2004)⁶³ e Weffort (2006)⁶⁴, nota-se como tendência central a busca por classificar as “etapas” do pensamento político brasileiro a partir do influxo fundamental da apropriação ideológica feita por um conjunto de autores, definidos em função da centralidade que ocupavam em seus respectivos contextos institucionais, seja na Colônia, no Império ou na República.

Rompendo com este esquema analítico, as ênfases na *autonomização* do pensamento têm procurado enfatizar a construção de momentos a partir da ideia da aquisição de estatuto independente do pensamento. A proposta de Brandão (2007)⁶⁵, por exemplo, leva em conta a relação que se estabelece entre as ideias no momento em que aparecem e sua reapropriação em momentos subsequentes. Segundo ele, o processo de constituição de um pensamento político no Brasil poderia ser compreendido a partir de quatro momentos históricos: os antecedentes literários e o ensaio histórico sobre a formação nacional dos anos 1930; a consolidação das ciências sociais como discurso interpretativo da sociedade a partir dos anos 1950; o surgimento dos estudos sobre o pensamento social e político a partir da década de 1970; e a fase da maturidade, a partir dos anos 1990. Seria apenas nestas fases mais recentes que se começa a refletir de maneira mais sistemática sobre a trajetória do pensamento político no Brasil, com a formulação de esquemas interpretativos fundamentados na consolidação das próprias ciências sociais, proliferando estudos que procuram sistematizar essas tradições, relacioná-las e resgatar sua importância histórica⁶⁶.

No mesmo sentido, a proposta de Lynch (2013)⁶⁷ procura compreender os “paradigmas do pensamento político brasileiro” a partir da mesma ideia de *autonomização*, criando, no entanto, momentos

⁶² BARRETO, Vicente; PAIM, Antônio. **Evolução do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989.

⁶³ IANNI, OCTÁVIO. **Pensamento Social no Brasil**. Edusc, 2004.

⁶⁴ WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro**. Ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.

⁶⁵ *Op. Cit.*

⁶⁶ Brandão acaba por privilegiar o entendimento desta trajetória a partir do seu desenvolvimento como campo disciplinar, *como área de estudo*, reduzindo-se, gradativamente, a importância de como o cenário ideológico incide sobre a retomada das ideias. Assim, os períodos criados por Brandão rompem com o critério que ele mesmo estabeleceu, privilegiando a lógica da institucionalização do campo em detrimento de sua vinculação ao cenário das forças sócio-políticas vigentes.

⁶⁷ *Op. Cit.*

distintos daqueles apontados por Brandão: tal história poderia ser entendida, para este último autor, pela substituição progressiva do paradigma do “cosmopolitismo periférico” (1880-1930), passando pelo do “nacionalismo periférico” (1930-1970), chegando, por fim – desde o movimento inaugurado pelas contribuições seminais de Wanderley Guilherme dos Santos (1967; 1970; 2002; [1975])⁶⁸ – ao advento de interpretações que reivindicam a aquisição de um estatuto reflexivo autônomo na relação centro-periferia. O “telos” para onde aponta a evolução destas interpretações consiste, assim, no indicativo das etapas de um processo de emancipação desta imaginação política. A tais etapas se subordinam, conseqüentemente, as análises de seus horizontes temáticos, de seus estilos de escrita e mesmo de suas questões norteadoras. Nas palavras do autor,

Ao longo do século XX, houve uma atenuação do grau de inferioridade do pensamento brasileiro na percepção de suas elites, que acompanhou a mudança de atitude imposta pelo paradigma nacionalista, adaptado para a periferia. Este “crescendo” experimentou certa interrupção em 1964, quando o advento do regime militar levou parte significativa da intelectualidade a instrumentalizar o estudo do passado nacional para denunciá-lo por seu caráter autoritário. Ao mesmo tempo, apesar de matizada, persistia uma abordagem tributária de uma cronosofia etnocêntrica, que pensava a ideia como um ente essencializado, absoluto, desencarnado das pessoas, que tinha um “lugar” (o “centro”) e que sofria forçosamente alterações qualitativas negativas quando transferido a outro (a

⁶⁸ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A imaginação político-social brasileira**. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 2, no 3, pp. 182-193, 1967; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Raízes da Imagem Política Brasileira**. Dados. IUPERJ, n. 7, 1970. SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: Roteiro Bibliográfico do brasileiro Pensamento político-social. Horizonte, Ed. UFMG; Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 2002 [1975 – Texto preparado pelo autor em 1975 a pedido de Cândido Mendes, como material preparatório ao trabalho coletivo sobre ciências sociais no Brasil, Rússia, Holanda, Austrália, Tunísia, Tanzânia e Camarões, por solicitação da UNESCO].

“periferia”). (...) Por fim, o quadro descrito não parece mais representativo da situação atual. O processo de superação da “condição periférica”, ao menos no que diz respeito à avaliação do pensamento político-social brasileiro, sofreria uma primeira importante inflexão na década de 1970, com a pesquisa de Wanderley Guilherme e o debate sobre o pensamento autoritário brasileiro; e uma segunda, nos últimos quinze anos, ao longo dos quais erodiram muitos dos pressupostos por que se justificara, no passado, a crença da inserção subalterna da nossa cultura no quadro mundial. (LYNCH, 2013, p. 759)⁶⁹.

No entanto, ambos os paradigmas acabam, em alguma medida, por simplificar a complexidade do movimento das ideias em um aspecto central, qual seja o de reduzir a noção de processo histórico à sucessão de momentos em grande medida estanques e historicamente separados, desconsiderando, assim, a possibilidade de perceber como *determinadas questões* entrecortam os diferentes momentos, perpassando diferentes épocas, atualizando-se e, em alguns poucos casos, tornando-se obsoletas.

Assim, a ênfase na história das questões estruturantes da “imaginação política” permite deslocar o centro dos interesses de aspectos como a formação de um *quadro enciclopédico* e a *autonomização do pensamento* para a consideração mais qualificada do quadro dos embates que movem esta imaginação. Do ponto de vista analítico, permitiria, também, enfatizar as continuidades entre momentos distintos, ao invés de sublinhar uma história marcada por rupturas; permite, por fim, entender que tais contendas se desdobram, em planos distintos, em formulações *teóricas*, *ideológicas* e de *práxis política*. Nesta linha, sem a pretensão de exaustividade, poderíamos compreender a história do pensamento político brasileiro ao longo do século XX como entrecortada por quatro grandes processos, que operaram como questões aglutinadoras da imaginação política, para onde autores e tradições foram convergiram esforços no sentido de produzir respostas: a questão da *formação*; a da *modernização*; a da *democratização*; e a da *globalização*, para as quais passamos, na sequência, a fazer uma caracterização mínima.

⁶⁹ *Op. Cit.*

O primeiro processo para onde convergiu a imaginação política brasileira foi (e em boa medida ainda continua sendo) o de pensar a *formação*. Tal processo encontra nas questões da identidade política nacional e da formação das instituições seus temas privilegiados. Foi a partir dele que os demais temas foram se afirmando. Seu tratamento aponta para o surgimento e enraizamento de uma cultura política particular que, embora partilhando dos valores políticos da modernidade, assume uma forma específica e contingente dentro da multiplicidade de suas manifestações. Tal exercício é certamente uma tarefa que transcende o horizonte do pensamento brasileiro no século XX, como afirma Cardoso (2013, p. 05)⁷⁰:

Esta obsessão vem de longe, ela data do período da Independência. Aparece nitidamente em José Bonifácio quando, em vez de se considerar “português” ou “paulista” – assim como aconteceu com frei Caneca, “pernambucano” –, passou a se considerar brasileiro e tentou compreender o que nós, brasileiros, somos; ou melhor, como fazer de todos, inclusive dos escravos, parte da mesma nação. E acaso Nabuco não estava lutando para que se desse ao liberto e ao escravo a condição de cidadãos da mesma nação?

No entanto, é uma tarefa que ganha sua forma mais madura entre os anos 20 e 50 do século XX, quando então, como afirma Weffort, “o pensamento político produzido nos ajuda a perceber que o grande problema é menos o de criar um povo do que o de reconhecer o povo realmente existente” (2006, p. 328)⁷¹.

Ainda que persistam visões que identificam a pesquisa em torno da formação política da identidade e das instituições políticas pensadas em termos nacionais como um conhecimento antiquário e anacrônico, é fundamental observar que tal agenda continua a operar tanto em termos cognitivos quanto em termos normativos, conferindo inteligibilidade às forças políticas e ao pensamento contemporâneo, indicando que a afirmação de novas questões temáticas se fazem em diálogo – e não em substituição – a tais questões.

⁷⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

⁷¹ *Op. Cit.*

As transformações sociais e políticas observadas a partir do apogeu dessas abordagens levam a considerar a afirmação de um segundo processo do qual passa a se ocupar a imaginação política brasileira, o qual poderíamos designar genericamente como o da *modernização*. As transformações observadas nos anos 1950 representaram um notável ponto de inflexão para o pensamento brasileiro como um todo e também para o pensamento político. Nesse período, como observou Brandão, ocorre tanto a rotinização das inovações tecnológicas do pensamento social dos anos 1930, como uma mudança profunda de ênfase, estilo e problemáticas intelectuais: “nesses termos, a ideia-força organizadora do campo intelectual passa a ser a do desenvolvimento. Prefigurado quando a necessidade de modernização do Estado ocupava o primeiro plano, o problema teórico da estrutura e dinâmica da sociedade tal como se está constituindo torna-se determinante e logo, projetos distintos, aliados e opostos de ‘superação do atraso’ lutam para imprimir à mudança social, direção” (BRANDÃO, 2007, p. 36)⁷².

A questão subjacente à *modernização* é a do *desenvolvimento*. Assim como no caso do momento anterior, é em função de pensar as transformações de uma sociedade em processo de modernização que os outros temas vão se afirmando. Parametrado pelo estoque acumulado de conhecimentos oriundos do tratamento do tema da *formação*, o momento da modernização passa a tratar dos dilemas e das mudanças observadas no país, como a urbanização, o preconceito, a marginalidade, a democracia de massas, ganhando formulações teóricas precisas nas teorias do populismo, a dependência e do autoritarismo.

A questão do *desenvolvimento* (entendida como vetor das preocupações do pensamento brasileiro com a *modernização*), é reforçada, no plano do pensamento econômico, pela atenção crescente dispensada ao tema da transição do modelo primário-exportador para o urbano-industrial, dando origem ao “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” descrito por Bielschowsky (2000)⁷³ para atribuir o caráter fundador a uma tradição que se forma e se reúne em torno da ideia de *desenvolvimento* e em virtude da qual adquire a unidade de seu *corpus* teórico⁷⁴.

⁷² *Op. Cit.*

⁷³ BIELSHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contra Ponto, 2000.

⁷⁴ Bielschowsky considera a existência de três correntes no pensamento econômico brasileiro no “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”: a

Para o autor, o sentimento geral entre grande número de economistas era o de descrença em relação à teoria econômica existente face à falta de teorias que poderiam ser adaptadas às realidades econômicas e sociais que esses autores tentavam entender e transformar. Para Bielschowsky, (2000, p. 11)⁷⁵, a questão principal das disputas teóricas e políticas no seio da teoria econômica nos anos 40 e 50 foi a da conveniência da intervenção do Estado para estabelecer um novo padrão de crescimento, com os países subdesenvolvidos se tornando novo objeto da velha disputa teórica entre liberalismo e intervenção do Estado. Esquemáticamente, o quadro montado pelo autor sobre as principais correntes do pensamento econômico brasileiro pode ser resumido da seguinte forma:

neoliberal, a socialista e desenvolvimentista, que se desdobra em três variantes. O importante é observar o peso da variável política a partir da qual o autor estabelece sua classificação: haveria, para ele, uma vertente *antiliberal*, favorável à intervenção estatal à acumulação privada e com posições internamente variadas no que tange à participação do capital estrangeiro; uma vertente “não-nacionalista”, favorável ao apoio estatal à industrialização em alguns setores, mas com preferência por soluções privadas, pelo capital não-nacional e por políticas de estabilização monetária; e, por fim, uma vertente *nacionalista*, defensora de inversões estatais em setores estratégicos e o fomento do capital privado nacional.

⁷⁵ *Op. Cit.*

Quadro 1: Correntes do pensamento econômico brasileiro no ciclo do desenvolvimentismo

<i>Corrente</i>	<i>Principais núcleos</i>	<i>Principais economistas</i>	<i>Orientação teórica</i>	<i>Projeto econômico básico</i>
Neoliberal	FGV, Confed. Nac. do Com., Ass. Com de SP, Cons. Nac. de Econ.	Eugênio Gudin, Octávio G. de Bulhões, Dênio Nogueira, Daniel Carvalho	Teor. Clássica e neoclássica (liberalismo)	Crescimento equilibrado via Forças de mercado
Desenvolvimentista	Não nacionalista (Setor público)	Comissão mista Brasil-EUA, BNDE	Ecletismo pós-keynesiano	Industr. em ritmo compat. com o equil. Econ., c/ intensa particip. do capital estrang. e c/ planej. Parcial
	Antiliberal (Setor privado)	CNI e FIESP	Ecletismo pós-keynesiano, Prebisch	Industrialização com proteção estatal ao capital industrial nacional
Nacionalista (Setor público)	BNDE, Assessoria econômica de Vargas, Clube dos economistas, CEPAL, ISEB	(Roberto Simonsen), J.P. de A. Magalhães, Nuno F. de Figueiredo	Ecletismo pós-keynesiano, Prebisch	Industr. planejada e fortemente apoiada por empreend. Estatais
Socialista	PCB e ISEB	Caio Prado Jr, Nelson W. Sodré, A. Passos Guimarães, Aristóteles Moura.	Materialismo histórico	Viabilizar o desenvolv. Capitalista para passagem ao socialismo. Industr. planif. em bases estrit. Nacionais; ref. Agrar.

Fonte: Bielschowsky (2000, p. 242-243) - Adaptado

Como é possível observar, o quadro descrito pelo autor confere grande peso à variável política. Na medida em que tal quadro passa ter que produzir respostas a perguntas sobre o modelo de Estado, da sociedade civil, sobre os partidos políticos, bem como sobre os demais temas caros ao pensamento político, o desenvolvimento passa a ser visto como “o mais político dos temas econômicos” (CARDOSO, 1995)⁷⁶. Nesse sentido, o quadro pintado por Bielschowsky pode ser complementado, tanto no que o precede quanto no que o sucede, pelas proposições de Bresser-Pereira (1982)⁷⁷, ao derivar do debate econômico brasileiro sete interpretações do Brasil:

Inicialmente temos (1) a interpretação da vocação agrária, em conflito nos anos quarenta e cinquenta com (2) a interpretação nacional-burguesa. Esse conflito é superado por uma série de fatos novos que ocorrem nos anos cinquenta e se esgota na Revolução de 1964. Surgem então, de um lado (3) a interpretação autoritário-modernizante própria do novo sistema de dominação, enquanto que os intelectuais de esquerda irão se dividir em três posições nem sempre claramente distintas: (4) a interpretação funcional capitalista, (5) a interpretação da superexploração imperialista, e (6) a interpretação da nova dependência. Finalmente, quando o regime de 1964 entra em crise, a partir de meados dos anos setenta começa a delinear-se a interpretação do projeto de hegemonia burguesa industrial (BRESSER-PREREIRA, 1982, p. 269)⁷⁸.

Entrecortando as reflexões sobre os processos de *formação* e de *modernização*, podemos identificar ainda um terceiro processo que atua na imaginação política brasileira com caráter aglutinador: o da *democratização*. Suas questões subjacentes centrais são a da

⁷⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência sob o título de “O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”**. Center for strategic and international studies, Washington, 21 de abril de 1995. [In: Palavra do Presidente, 2002].

⁷⁷ BRESSER-PREREIRA, Luis Carlos. **Seis interpretações sobre o Brasil**. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 25, No. 3, 1982, pp. 269 a 306.

⁷⁸ *Op. Cit.*

participação política e a da *construção das instituições*. Poder-se-ia objetar que, em termos da especificidade de suas dimensões analíticas, tal processo poderia ser perfeitamente interpretado como um dos temas subordinados às questões da *modernização* do país. No entanto, a questão da *democratização* ganha estatuto autônomo na medida em que seu tratamento transcorre de certa maneira independente ao tratamento daqueles temas, sendo possível, inclusive, atribuir seu surgimento como antecedente em relação a algumas questões centrais da *modernização* na versão específica que este debate assumiu no contexto brasileiro, conforme apontado acima.

Nesse sentido, a *democratização* como vetor do pensamento político é o exemplo mais acabado da transversalidade e do entrecortamento que caracteriza os processos para os quais tem convergido a imaginação política brasileira. Vejamos: embora alguns autores a considerem como produto dos desdobramentos da agenda das questões da *formação*, ou ainda como inscritas dentro do horizonte da modernização do país (BRANDÃO, 2007)⁷⁹, as preocupações com a *democratização* podem ser encontradas no pensamento político brasileiro antes mesmo da elaboração de algumas das principais abordagens dos estudos desses problemas, como mostra o percurso da ideia de “República” no século XIX.⁸⁰ Mas, talvez seja *Raízes do Brasil*, a obra que melhor expressa esta transversalidade: escrita por um pensador que geralmente é lido dentro do registro das preocupações com a *formação da identidade política brasileira*, a obra tem sido progressivamente relida dentro da preocupação com as possibilidades da democracia no país no momento em que se observa o avanço de seu processo de *modernização*.

A *democratização* – considerada como vetor da imaginação política – atravessou o século XX experimentando momentos de maior e menor centralidade, ao sabor das efêmeras experiências institucionais do país com a democracia. Assim como os processos da *formação* e da *modernização*, a agenda intelectual da *democratização* continua aberta, influenciando e sendo influenciada pelo tratamento desses outros processos.

⁷⁹ *Op. Cit.*

⁸⁰ Conferir Sousa e Perlatto (2010). SOUSA, Diogo Tourino de; PERLATTO, Fernando. **A tradição republicana em três atos**: percursos da ideia de “república” no dezenove brasileiro. 34º Encontro Anual da ANPOCS. Seminário Temático 16: Intelectuais, cultura e democracia. Caxambu, 2010.

Finalmente, de forma mais tardia, a imaginação política brasileira passa a ser confrontada pelos efeitos da discussão sobre a *globalização*. Cumpre ressaltar que não se trata, aqui, de assumir a globalização como um dado em si mas, antes, considerá-la como um vetor para o pensamento a partir de um determinado momento. No âmbito do pensamento político, a discussão da globalização quer chamar a atenção para a rediscussão dos efeitos do processo de modernização e para as possibilidades e as ambivalências dos fenômenos associados às mudanças modernizadoras num contexto de maior integração política e econômica. Nobre (2012)⁸¹, por exemplo, aborda o que considera o esgotamento da agenda da maneira clássica de compreender a modernização no país, expressa de maneira mais contundente no fracasso do projeto nacional-desenvolvimentista, chamando a atenção para a geração de uma nova cultura política – e de uma imaginação política, acrescentamos –, atenta às mudanças em curso e associada a uma “nova modernização”⁸². Com isso, tornou-se necessário, “produzir um novo diagnóstico, ainda mais complexo e, sobretudo, permeado por uma ‘negatividade’ que ficou em segundo plano nos modelos originais” (NOBRE, 2012, s.p.)⁸³. O movimento que, para ele, melhor capta a alteração desta agenda na cultura e imaginação políticas foi o projeto do Plano Real, que não consistiu num “projeto de país” nos moldes do nacional-desenvolvimentismo, sendo, antes, “o desmonte daquele

⁸¹ NOBRE, Marcos. **Depois da formação**. Revista Piauí, n.74, nov. 2012.

⁸² Segundo seu argumento, desde a independência formal até aproximadamente os anos 30 do século XX, o país não conseguiu se constituir efetivamente como nação: os anos que cobrem a história do Império e da Primeira República não foram mais do que um acordo de elites sem nenhum interesse efetivo na realização desse projeto nacional. Contudo, entre os anos 30 e os anos 50, foi se firmando um modelo de desenvolvimento e de construção da nacionalidade que, durante as décadas posteriores, foi sinônimo de “moderno” e de “modernidade”. A este paradigma foi associada toda uma produção intelectual que, munida das interpretações associadas à questão da formação da nacionalidade produzidas até os anos 30, passou a dedicar-se à investigação e operacionalização de um projeto de nação. No entanto, a crise e a crítica ao nacional-desenvolvimentismo observada a partir de fins da década de 1970 não atingiu apenas o modelo de Estado em questão, levando também a imaginação política brasileira superar suas preocupações com um certo tipo de modernização que não tem mais sentido histórico. Assim, o arrefecimento do nacional-desenvolvimentismo expressa não apenas a obsolescência de uma proposta política, mas a própria superação do momento da modernização na imaginação política brasileira.

⁸³ *Op. Cit.*

projeto e, paulatinamente, a produção de instituições ‘flexíveis’, capazes de se ajustar às condições cambiantes do novo sistema econômico mundial”. Para ele, “a nova lógica da integração econômica já não segue o padrão ‘inter-nacional’; desliga a ideia de formação da ideia-força da “nacionalidade”, com seu vínculo pretensamente intrínseco a um determinado território, a uma determinada população e a uma forma específica e exclusiva de soberania (*idem*)⁸⁴.

Parece necessário, portanto, considerar que as transformações na imaginação política brasileira ao longo do século XX acompanham essas quatro questões articuladoras, que poderiam ser descritas como quatro processos que vão sendo gestados e atingem seu ápice como pontos de convergência reflexiva. É nesta chave de leitura que transcorrerá a análise da emergência e consolidação do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso que faremos na segunda e terceira partes deste trabalho.

b) Tradições

Da mesma forma que a questão da periodização, a questão da consideração da existência de “linhagens” ou “tradições” intelectuais no pensamento político brasileiro contempla aspectos problemáticos, especialmente porque, neste caso, tem atendido quase invariavelmente ao procedimento de valer-se de um esquema que parte da transposição de ideologias exógenas: as tradições políticas brasileiras seriam meras adaptações das ideologias políticas ocidentais para o contexto político e intelectual local. Não obstante, desde Oliveira Viana, alguns dos melhores intérpretes do pensamento político brasileiro têm se esforçado na elaboração de categorizações que extrapolam esta transposição mecânica, num duplo movimento de, por um lado, ampliar um debate muitas vezes restrito a sua dimensão ideológica e, por outro, no sentido de produzir categorias explicativas mais contextualizadas. É nesse sentido que o par conceitual de idealismos elaborado por Viana, o “orgânico” e o “constitucional”, tem sido sistematicamente retomado por autores como Brandão (2007)⁸⁵ e Lynch (2007; 2013; 2014)⁸⁶ para

⁸⁴ *Op. Cit.*

⁸⁵ *Op. Cit.*

⁸⁶ LYNCH, Christian Edward Cyril. **O momento monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial**. Tese de doutorado em Ciência política, apresentada ao Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.; LYNCH, Christian Edward Cyril. **Porque pensamento e não teoria? A**

ilustrar esta dupla aposta e, de certa forma, o rechaço em analisar o político no país a partir de categorias desgastadas pelo uso maniqueísta que delas se fazem:

nossa cultura política reconhece duas tradições dominantes desde quase a independência do país: de um lado, o nacional-estatismo; de outro, o cosmopolitismo liberal. Essa dicotomia se estabeleceu de modo claro quando se firmou no Império a oposição entre saquaremas e luzias em torno de propostas alternativas de superação do atraso nacional. (...) Desde o Império, os luzias acusam os saquaremas de autoritários, patrimonialistas, corruptos e adoradores do Estado, sendo por eles acusados de elitistas, privatistas, moralistas e entreguistas. (...) Desde então, ambas as tradições vieram, de forma quase despercebidas e adaptado às transformações da sociedade brasileira e à sua democratização (LYNCH, 2014, s.p.).⁸⁷

Seguindo o registro de Lynch, seria possível identificar, no plano intelectual, replicações da disputa que se estabelece entre esses paradigmas, como por exemplo, no plano da análise historiográfica, a partir dos distintos referenciais que orientam a produção das obras de Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Júnior, ou ainda na polarização entre um nacional-desenvolvimentismo isebiano e as vertentes mais liberalizantes ligadas a nomes como Eugênio Gudim, Roberto Campos e Roberto Simonsen. Segundo ele,

Essas duas linhagens fundamentais elaboraram, cada qual, uma proto-historiografia ou uma proto-interpretação do Brasil. Suas maneiras de compreender a formação colonial do país, os acontecimentos políticos desde a independência e as razões de seu antagonismo sob o Império – construção da ordem, fundação da liberdade,

Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, n.4, 2013.; LYNCH, Christian Edward Cyril. **Saquaremas petistas e luzias tucanos**. O Globo, 13/10/2014.

⁸⁷ *Op. Cit.*

combate ao despotismo do Estado, ou criação de uma sociedade nacional - deram origem às tradições historiográficas nacionais consolidadas sob a república e às interpretações da formação brasileira. Assim, a vertente luzia frutificaria em Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Manuel Bonfim, Sérgio Buarque, Raymundo Faoro, Bolívar Lamounier; ao passo que a vertente saquarema fecundaria Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, Pandiá Calógeras, Oliveira Viana, Guerreiro Ramos, Wanderley Guilherme (LYNCH 2007, p. 374)⁸⁸.

Assim como proposto por Lynch, muitas outras tipologias de outros autores têm se valido frequentemente de categorias dicotômicas e/ou antitéticas para expressarem suas representações sobre o pensamento político brasileiro. A obra de Brandão (2007)⁸⁹ é, neste aspecto, um divisor de águas, na medida em que propõe uma reconceptualização das tradições de pensamento do país para além do corte dicotômico. Brandão parte do pressuposto filosófico que as ideias, para além de uma concepção imaterial, são forças sócio-políticas, fruto das práticas e das instituições (e não elementos de uma sabedoria intemporal) e que só ganham significado na medida em que são retomadas em diferentes momentos históricos. Neste registro, o autor define o conceito de “tradições” como “estruturas intelectuais que se cristalizam historicamente como *a priori* analíticos que se articulam com a perspectiva política mobilizada”, como “um corpo acumulado de problemas e soluções intelectuais”, como um “estoque teórico e metodológico aos quais os autores são obrigados a se referir no enfrentamento das novas questões” e que se convertem em fontes de problemas, conceitos hipóteses e argumentos que permitem situar e pôr sob nova luz muita proposta política e muita análise científica atual (*idem*, p.23-25)⁹⁰.

É a partir desta definição que o autor vai procurar caracterizar a história das tradições políticas nacionais como uma história que extrapola as tradições fundamentais descritas por Viana, permitindo reconhecer a agregação de outras tradições de pensamento a elas. Além de enfatizar esta recorrência, o referencial de Brandão ainda é

⁸⁸ *Op. Cit.*

⁸⁹ *Op. Cit.*

⁹⁰ *Op. Cit.*

importante por chamar a atenção para a importância do enfoque no tratamento das linhagens, ou dos “laços de parentesco” que se estabelecem entre autores de contextos e épocas distintas, ligados por determinados “estilos” e “formas” de pensar persistentes no tempo, por modos intelectuais de se relacionar com a realidade que, por estes laços, estabelecem problemáticas e continuidades (*idem*, p. 29)⁹¹. Brandão assume, assim, que os campos teóricos de cada linhagem se distinguem pela ressignificação constante desses estilos fundamentais diante dos embates vivenciados em cada contexto, dirigindo seus esforços para a compreensão das trajetórias coletivas de pensamento, embates e questões.

Apesar de negar a existência de matrizes transtemporais (indicando, antes, “afinidades eletivas” entre autores de diferentes orientações e em diferentes contextos), o autor vai propor um novo esquema de compreensão dessas tradições de pensamento: para caracterizar as mais antigas, assim como Lynch, ele recorre a Oliveira Viana que, em *O Idealismo da Constituição* identifica duas maneiras fundamentais de compreender o futuro da República: o “idealismo orgânico (descrito por ele como um pensamento conservador, centralizador e estatizante), o idealismo constitucional (de corte liberal, seja ele monarquista ou republicano). É neste horizonte que autor passa a especular tanto a afirmação de novas “formas de pensar” em períodos posteriores, como é o caso do pensamento radical descrito por Antonio Candido, quanto as conexões e ressignificações posteriores dentro das duas linhagens fundamentais (como descreve no tratamento que dispensa ao pensamento de Oliveiros Ferreira como autor que retoma as preocupações de Oliveira Viana e, por conseguinte, do idealismo orgânico).⁹²

Como ressalta Lynch, as principais questões norteadoras da proposta de compreensão das linhagens na obra de Brandão expressam algumas preocupações centrais do autor: primeiro, se podem ser

⁹¹ *Op. Cit.*

⁹² Oliveiros Ferreira, considerado por Brandão como “o revolucionário da ordem”, define sua perspectiva política como Libertária, Nacional e Progressista, justificando a necessidade histórica de uma revolução pela necessidade de “impedir a deformação do processo brasileiro pelos *príncipes do Sistema*, para devolver aos sindicatos sua autenticidade, e à classe operária sua qualidade de Sujeito da História, retirando-a da condição de mero Objeto a que foi reduzida pela legislação sindical do Estado Novo, inalterada até hoje apesar da redemocratização” (FERREIRA, 1964, grifos do autor).

tomadas por equivalentes as categorias criadas por Brandão às de outros acadêmicos para designar as duas principais “linhagens” da tradição política brasileira (a “liberal” e a “conservadora”)? Segundo, a atribuição de caracterizações às linhagens não espelhariam as próprias filiações ideológicas de cada interprete? Terceiro, a reconstrução da trajetória das linhagens a partir de suas respectivas matrizes ideológicas poderia servir como instrumento interpretativo do campo político-partidário brasileiro contemporâneo? (LYNCH, 2013, p. 729)⁹³

A estas questões se acrescentam outras, como a de saber – embora o estudo de Brandão não se proponha ser exaustivo – se seria possível caracterizar a existência ainda de outras tradições de pensamento para além das descritas por ele, ou ainda questões de corte mais *metateórico*, como: Seria a dicotomia proposta por este conjunto de autores realmente fundacional ou, na linha argumentativa de Brandão, haveriam outras tradições que poderiam ser consideradas sob este rótulo e que permitissem entender os embates políticos do país a partir de um prisma mais complexo do que o proposto por este conjunto de autores? Em que medida a preocupação dos autores com o esboço de duas tradições fundacionais não reforçaria vícios comuns nas análises sobre o pensamento político brasileiro, como aquele apontado por Wanderley Guilherme dos Santos (2002 [1975])⁹⁴ dessas abordagens se organizarem sempre a partir de categorias dicotômicas ou ainda, dada a conotação pejorativa presente no emprego da ideia de idealismo, de reforçar a ideia da inautenticidade dessas tradições frente aos contextos originais a partir de onde emergem?

O tratamento destas questões não é objeto para este trabalho. De qualquer forma, o principal aspecto a reter do debate sobre as tradições do pensamento político brasileiro é a preocupação em entender como as diferentes tradições são recorrentemente retomadas nos diferentes contextos de consolidação do pensamento político brasileiro, tanto como insumos para a produção de discursos teóricos, quanto para a ressignificação das ideologias em batalha no cenário político, estabelecendo linhagens e continuidades. Nesse sentido, parece plausível apontar para tais questões como elementos reveladores da importância de se atentar com rigor para as maneiras com que um dado autor – em nosso caso, Fernando Henrique Cardoso – recorre a este repertório acumulado e contribui para ressignificá-lo, o que, por sua vez, pode contribuir de uma maneira específica para o avanço de nossa

⁹³ *Op. Cit.*

⁹⁴ *Op. Cit.*

compreensão do pensamento político brasileiro: nos dizeres de Botelho (2012, p. 15)⁹⁵, “em meio ao labirinto da especialização acadêmica contemporânea, e do decorrente fracionamento do conhecimento, o estudo do pensamento social e político brasileiro constitui um espaço social de comunicação entre presente, passado e futuro que pode nos dar uma visão mais integrada e consistente da dimensão de processo que o nosso presente ainda oculta”.

Assim, se Oliveira Viana pode ser considerado aquele que funda esta tentativa de olhar para a questão das tradições de pensamento de forma mais contextualizada, sua retomada nas obras de Brandão e Lynch nos permitem constatar sua recorrência histórica e, em decorrência, emprega-las de uma maneira mais qualificada para avaliar tanto as questões que vetorizaram a imaginação política brasileira, como a *formação*, a *modernização*, a *democratização* e a *globalização*), quanto a reciclagem de tais representações simbólicas nas dimensões do pensamento político como *ideologia*, como *práxis* e mesmo como *teoria*.

1.2.2 Da dualidade “Texto-Contexto” às novas abordagens

A referência mais sólida às formas de abordagem do pensamento político brasileiro decorrem das contribuições produzidas por Wanderley Guilherme dos Santos na década de 1970. Ao analisar as formas de ordenação praticadas pelos analistas, o autor (1967; 1970; 2002 [1975])⁹⁶ identificou três paradigmas subjacentes às abordagens: a matriz *institucional*, que tende a ver a história do pensamento a partir da ideia de uma ruptura existente a partir da criação dos primeiros cursos de ciências sociais no Brasil e o passado “pré-científico”; a matriz *sociológica*, que procura explicar a variação no conteúdo das preocupações intelectuais como reflexo a partir das características da

⁹⁵ BOTELHO, André. **Interpretações do Brasil e ciências sociais**: um fio de Ariadne. Re. Sinais sociais, v.7 n°20, setembro/dezembro, 2012.

⁹⁶ *Op. Cit.* SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Paradigma e história**: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: Roteiro Bibliográfico do brasileiro Pensamento político-social. Horizonte, Ed. UFMG; Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 2002 [1975 – Texto preparado pelo autor em 1975 a pedido de Cândido Mendes, como material preparatório ao trabalho coletivo sobre ciências sociais no Brasil, Rússia, Holanda, Austrália, Tunísia, Tanzânia e Camarões, por solicitação da UNESCO].

estrutura social mais ampla a partir do qual emergem, procurando demonstrar a dependência funcional entre o conteúdo do que se pensa e o desdobrar empírico da história social; e a matriz *ideológica*⁹⁷, que reivindica, “a diferenciação e a análise conceitual como procedimentos padrão e, em consequência disso, a maior ou menor adequação do pensamento à dinâmica social” (SANTOS, 1967, p. 188).⁹⁸

Em relação aos três paradigmas apontados, Santos dirige suas críticas mais enfáticas às duas primeiras matrizes. A vertente institucional, dado o corte que propõe entre um presente “científico” e um passado “pré-institucional, é criticada pela sua insistência em reconhecer o pensamento do passado como mera ideologia, tendo assim seu valor mensurado como objeto antiquário. Segundo ele, “a historiografia que ordena o passado em função do presente, e assumindo o presente como o ‘moderno’, (...) está desarmada até para entender o presente” (SANTOS, 1967, p. 186).⁹⁹ Em decorrência, tal paradigma estaria na origem de dois equívocos interpretativos comuns nas análises sobre o pensamento político brasileiro: a tendência recorrente ao

⁹⁷ Ressalte-se que o emprego da expressão “ideologia” para qualificar esta última matriz não consiste em reduzir o pensamento a ideologia mas, antes, afirmar que, nela, a distinção entre ciência e ideologia passa a ser medida pela vinculação a tipos distintos de interesses: “a teorização sobre a realidade é *ideológica* quando expressar uma visão partidária; e é *globalizante* quando capaz de chegar à compreensão do processo histórico como um todo”. (SOUZA, 1982, p. 10). (SOUZA, Maria Tereza Sadek R. de. **Análises sobre pensamento social e político brasileiro**. BIB. No. 12, pp. 7-21, 1982).

⁹⁸ O autor inclui no primeiro tipo de abordagem as obras de Costa Pinto e Carneiro (“As ciências sociais no Brasil” – 1955), Djacir Menezes (“La science politique au Bresil au cours des trente dernières années”, de 1950), Fernando de Azevedo (“A cultura Brasileira”, de 1943, e “As ciências no Brasil”, de 1956) e, de forma mais acabada, o escrito de Florestan Fernandes (“Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil”, de 1957). Já em relação à segunda abordagem, seriam exemplares os escritos de Florestan Fernandes (além do citato, outros dois: “Ciência e sociedade na evolução social do Brasil”, de 1956, e “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”, de 1958) e os de Héglio Trindade sobre o pensamento autoritário, (“Integralismo”, de 1974). Já a terceira abordagem teria sua formulação mais precisa nos escritos de Guerreiro Ramos (“Esforços de teorização da realidade nacional politicamente orientados” de 1955, “A ideologia da Jeunesse Dorée” também de 1955, “O inconsciente sociológico: estudo sobre a crise política no Brasil, de 1956, e “A ideologia da ordem”, de 1961).

⁹⁹ *Op. Cit.*

“inauguralismo”¹⁰⁰ e a tendência a pensar a realidade do país a partir de *dicotomias estruturantes* (SANTOS, 1970, p. 144)¹⁰¹; Da mesma forma, o autor encontra problemas na segunda matriz de interpretação, a *sociológica*, sendo o principal deles o que consiste na inexistência de um *método* que permita entender como as ideias podem ser *deduzidas* das mediações sociais, o que torna o recurso a tais mediações meramente um elemento de persuasão.

Já em relação à matriz designada por ele como *ideológica*, embora tenda ao risco de reduzir a história das ideias a mero epifenômeno do jogo político que transcorre entre os diferentes grupos na arena institucional, é esposada por ele na medida em que se concentra na lógica específica das ideias. Ao recusar tanto uma ideia de ruptura entre o “pensamento” (pré-científico) e teoria” (ciência genuína) quanto a dependência funcional das ideias ao contexto socioeconômico, o que Wanderley Guilherme dos Santos procura reter, da matriz ideológica, é seu empenho em relacionar os esforços de teorização sobre a realidade à dinâmica social a partir de um olhar mais elaborado, que procura captar melhor a complexidade das relações entre a construção das ideias e a dinâmica social. É por esta senda que o autor vai construir sua preocupação em analisar os textos em função de sua caracterização conceitual própria, afastando-se tanto das perspectivas que afirmam haver uma mudança qualitativa nas ideias produzidas (o “pré” e o “pós” científico), quanto das que reduzem as ideias a meras armas de combate no jogo político institucional. A vantagem deste último instrumental de análise, portanto, residiria em permitir revelar a *especificidade intelectual* das tradições que foram se estabelecendo ao longo da história em suas relações de continuidade entre as maneiras de pensar de autores do passado com as dos autores do presente, enxergando nos estudos do passado elementos constituidores e constituintes de linhagens intelectuais dotadas mais de continuidades do que de rupturas.

¹⁰⁰ Esta tese foi desenvolvida posteriormente por Schwarz (1987). Mais recentemente, Rubem Barboza Filho retoma o argumento, aventando a hipótese de que o déficit democrático das grandes “linhagens” do pensamento político brasileiro está ligado à percepção da permanente necessidade de ruptura com o passado. Esse imperativo de ruptura teria se imposto em nome da necessidade de sincronização do Brasil com o Ocidente e orientaria a comunidade intelectual brasileira, em seu empenho de construir uma sociedade futura. (FILHO, Rubem Barboza. A modernização brasileira e nosso pensamento político. Perspectivas, São Paulo, v. 37, p. 15-64, jan./jun. 2010).

¹⁰¹ *Op. Cit.*

Este esquema das matrizes de interpretação proposto por Wanderley Guilherme dos Santos permanece como principal ferramenta de análise *metateórica* das abordagens do pensamento político brasileiro. Seu caráter fundacional decorre, como apontou Lynch (2013, p.728)¹⁰², da introdução e ressignificação de quatro fatores: Em primeiro lugar, ela produziu um enquadramento disciplinar do objeto, permitindo superar os dilemas até então impostos pelas oposições existentes até meados dos anos 1950 entre o hegelianismo filosófico (predominante no ISEB) e o positivismo científico (esposado pela sociologia da USP), que redundavam no desprezo do pensamento brasileiro como periférico ou inferior; em segundo lugar, de uma definição clara do seu estatuto: trata-se de estudar o “pensamento político-social brasileiro” e, em particular, a “imaginação política” nele presente; em terceiro lugar, da delimitação do perímetro do pensamento brasileiro no âmbito estrito das ciências sociais; e, em quarto lugar, da caracterização do pensamento brasileiro como indissolúvelmente vinculado à prática, ao contrário das caracterizações precedentes que o associavam à teoria sociológica ou à filosofia.

De um modo geral, os três paradigmas analíticos explorados por Santos podem ser reduzidos a dois: as abordagens *contextualistas* e as abordagens *textualistas*. No primeiro caso, as análises, informadas pelas questões da sociologia do conhecimento, têm focado o pensamento político brasileiro ora em função dos múltiplos aspectos da institucionalização da prática intelectual no país, ora em função das conexões que as ideias guardam com variáveis sociológicas mais amplas¹⁰³. No segundo caso, impulsionadas pela guinada historicista nos estudos de teoria política, as abordagens têm crescentemente abordado as estruturas conceituais próprias das ideias, seus contextos linguísticos, ou ainda da sua construção e evolução conceitual.

¹⁰²LYNCH, Christian Edward Cyril. **Porque pensamento e não teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970)**. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, n.4, 2013.

¹⁰³ Como assinala Oliveira (1985, p.21-22), os pontos nevrálgicos das análises têm residido em primeiro lugar, no exame das relações entre a produção científica (da chamada *comunidade científica*) e os regimes políticos e, em segundo lugar, na indagação sobre a posição dos cientistas e intelectuais na estrutura social, suas relações com as classes, e suas relações com a política e o Estado”.

Assim, embora consideradas sub variantes em cada uma delas, temos de um lado, uma abordagem mais *contextualista*, que busca sublinhar a densidade das mediações que influem sobre a composição de uma obra (desde origens sociais, passando pela formação cultural, até os modos de inserção na cena intelectual) e, de outro, uma abordagem mais *textualista*, que privilegia mais os aspectos lógicos e formais da criação, uso e crítica dos conceitos como elementos componentes de sistemas teóricos. Dessa forma, cruzando a o tratamento conferido à questão do objeto (conforme abordada na sessão anterior), com esta dupla orientação das abordagens, chegaríamos ao seguinte quadro acerca das principais orientações analíticas empregadas nos estudos a respeito do tema:

Quadro 02: Orientações analíticas do pensamento político brasileiro segundo o conceito de “pensamento político” e a ênfase da abordagem

	Ideologia	Práxis	Teoria
Textualista	Ênfase na estrutura e coerência lógica das ideias enquanto estratégias de dominação	Ênfase na estrutura e coerência lógica das ideias que se transformam em cultura política	Ênfase na estrutura e coerência lógica das ideias tomadas como sistemas teóricos.
Contextualista	Ênfase nos processos sociais de afirmação das ideias enquanto estratégias de dominação	Ênfase nos processos sociais a partir dos quais as ideias se transformam em práticas de uma cultura política	Ênfase nos processos sociais que atuam como parâmetros das construções teóricas

Fonte: sistematização do autor

Ainda que não seja possível caracterizar a predominância de uma abordagem teórico-metodológica, e embora bastante esquemático, o quadro revela as principais ênfases sobre as quais têm recaído as principais abordagens sobre o pensamento político brasileiro desde as demarcações de Wanderley Guilherme dos Santos.

No âmbito das análises que privilegiam a especificidade das ideias, a incorporação pelo pensamento político brasileiro, nos últimos anos, das críticas provenientes das três principais matrizes do campo da história intelectual – a Escola de Cambridge, a *Begriffsgeschichte* e “história conceitual do político” –, assim como seus principais desdobramentos – seja por meio das tentativas de síntese de Melvin Richter e Kari Palonen, seja por meio da tentativa do estabelecimento de uma “lógica” para a disciplina levada a cabo por Mark Bevir –, embora tenham permanecido durante muito tempo ignoradas, têm ajudado nos últimos anos na construção de perspectivas menos esquemáticas e na reversão da difundida da imagem do pensamento político brasileiro como um produto de segunda linha. Dessa forma, ainda que apenas em linhas gerais, torna-se necessário apontar para os principais aspectos dessas abordagens, assim como para suas (não)recepções nos estudos do pensamento político brasileiro.

A primeira e mais conhecida delas é a que também recebe mais críticas por parte dos intérpretes do pensamento político brasileiro: a “Escola de Cambridge”.¹⁰⁴ Para os autores vinculados a esta corrente

¹⁰⁴ Como afirma Silva (2009), a abordagem de Skinner, John Dunn, James Tully e John Pocock pode ser entendida como uma reação diante de duas formas de apreender a produção na teoria política: a) as posturas supra-históricas de interpretação, que defendiam a perenidade das obras e problemas, expressas de maneira mais enfática nas obras de Arthur Lavejoy (que, especialmente em *Essays in the History of Ideas* (1948), defendia a existência conceitos cujo sentido permanece invariável ao longo do tempo) e Leo Strauss (que defendia a necessidade de se resgatar a tradição de filosofia política ocidental “degradada pelo materialismo”); b) a revolução comportamentalista em reação ao antigo institucionalismo, que se inicia nos anos 1920-1930, a partir da qual autores como Charles Merriam e de David Easton passaram a defender que a teoria política existente até então se encontrava desarmada para impulsionar o conhecimento empírico da política. Essa sensação de declínio da reflexão teórica começa a ser combatida ainda na década de 1960, a partir de quando parece haver um surpreendente “ressurgimento” da teoria política, fortemente ancorada na investigação histórica. A este propósito, conferir: AMADEO, Javier. **Teoria Política**: um balanço provisório. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 17-34, jun. 2011.

teórica, a história do pensamento político, como vinha sendo feita até então, tende a apresentar as ideias de um autor como a reedição de ideias de autores passados e a interpretar os autores do passado a partir das questões postas pelos autores do presente. Ao invés disso, propõem compreender metodologicamente a história das ideias como a *história de uma atividade*¹⁰⁵. Assim, na esteira da *linguistic turn* operada por Wittgenstein, estes autores passaram a propor o estudo das ideias políticas mediante a aplicação de uma metodologia contextualista baseada na irredutibilidade do contexto linguístico ao contexto social.

Com a publicação de *Meaning and understanding in the history of ideas* (1969), Skinner, a partir da ampliação dos argumentos de Dunn (1968) e por Pocock (1962) e na esteira das pesquisas de Peter Laslett (1949; 1965)¹⁰⁶, passa a criticar as várias tradições da história das ideias políticas praticadas até então, acusando-as principalmente de incorrerem no erro do *anacronismo*, ou seja, na imputação a autores e obras de intenções e significados que estes/as não poderiam ter tido em seus contextos originais. O anacronismo, por sua vez, dá origem à produção de um conjunto de *mitologias* históricas, que deturpam o significado das ideias. Em oposição, para os autores da Escola de Cambridge, as palavras só podem ser compreendidas dentro dos embates políticos de disputa por significados. Para Skinner, o próprio texto deve compor o objeto autossuficiente de pesquisa e de entendimento:

¹⁰⁵ Skinner vai buscar na teoria dos atos de fala de Austin (1962), a ideia de que a análise da sentença cede lugar “à análise do uso da linguagem em um determinado contexto, com uma determinada finalidade e de acordo com certas normas e convenções. Tal perspectiva correspondia genericamente à concepção historiográfica da *compreensão* tal como formulada no programa cognitivo de Robin George Collingwood. O significado de uma proposição é o seu *uso* na linguagem e que, portanto, a sua elucidação deve orientar-se para o seu portador e de que neste uso são reconhecíveis forças ilocucionárias e perlocucionárias não disponíveis à análise orientada para o caráter descritivo ou constatativo da linguagem. AUSTIN, John Langshaw. **How to Do Things with Words**. Oxford, Oxford University Press, 1962.

¹⁰⁶ DUNN, John. **The Identity of the History of Ideas**. Philosophy, 43, 1968.; POCKOCK, John. **The History of Political Thought: A Methodological Enquiry**. Philosophy, Politics and Society, Série II, ed. Peter Laslett e W.G. Runciman, Oxford, 1962.; O trabalho seminal de Peter Laslett foi “**O Patriarca e Outros Escritos Políticos**” (1949) que, segundo Pocock, forneceu a inspiração inicial para a Escola de Cambridge, seguido por “**The World We Have Lost: England Before the Industrial Age**” (1965).

el hecho de que los textos clásicos estén consagrados a sus propios y muy remotos problemas, y no la presunción de que en cierto modo se ocupan también de los nuestros, es que me parece que, lejos de refutarlo, brinda la clave del valor indispensable de estudiar la historia de las ideas (...) Descubrir, gracias a la historia del pensamiento que de hecho no hay conceptos intemporales sino únicamente los variados y diferentes conceptos que acompañaron a diversas y diferentes sociedades, es descubrir una verdad general que no solo se refiere al pasado, sino también a nosotros mismos (SKINNER 2000 [1969], p. 190-191)¹⁰⁷.

Assim, a maneira adequada de se ler um texto seria como um produto histórico linguisticamente situado, em que as verdadeiras intenções do autor, na medida em que podem ser razoavelmente reconstruídas, devem ser o principal guia acerca do porquê um texto assumiu a forma particular que assumiu e porque ele tornou-se central, embora, como observou Tuck (1992, p. 275)¹⁰⁸, nenhum dos autores vinculados a essa escola supusesse que a intenção fosse um guia *suficiente* e que o fracasso também necessitasse de reconhecimento e explicação.

No cenário brasileiro, a perspectiva skinneriana suscitou distintas recepções. As controvérsias, neste caso, versam sobre os distintos sentidos atribuídos ao conceito de *pensamento*. Por um lado, autores como Silva (2009a; 2009b; 2010)¹⁰⁹, recuperam o lado inovador de tal perspectiva em relação à historiografia corrente. Por outro, autores como Brandão, por exemplo, expressam sua discordância do autor em relação

¹⁰⁷ SKINNER, Quentin. **Significado e comprensión en la historia de las ideas**. Prismas, Revista de história intelectual, n. 4, 2000.

¹⁰⁸ TUCK, Richard. **História do pensamento político**. in: BURKE, Peter. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

¹⁰⁹ SILVA, Ricardo. **História intelectual e teoria política**. Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impreso), v. 17, p. 301-318, 2009a; SILVA, Ricardo. **O novo historicismo na ciência política: um encontro entre duas tradições**. Revista Brasileira de Ciência Política (Impreso), v. 1, p. 123-151, 2009b. SILVA, Ricardo. **O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo**. Dados (Rio de Janeiro. Impreso), v. 53, p. 299-335, 2010.

a certo caráter reducionista do contextualismo linguístico: “assumo como pressuposto que nenhuma constelação de ideias pode ser compreendida sem levar em conta os problemas históricos aos quais tenta dar respostas e sem atentar para as formas específicas em que é formulada e discutida; ao mesmo tempo em que nenhuma grande constelação de ideias pode ser inteiramente resolvida em seu contexto”. (2007, p. 30-33).¹¹⁰ Vista, em geral, como uma abordagem descolada da natureza social das ideias, esta recusa – ou mesmo não-recepção – da perspectiva *cambridgeana* por parte dos estudos do pensamento político brasileiro partilhou das duas críticas mais globais à abordagem de Skinner. Primeiro, a afirmação de que tal perspectiva restringe o valor de uma obra ao seu aspecto *antiquário*: conforme Jasmin (2005, p. 29)¹¹¹, a resposta skinneriana a esse tipo de arguição afirma que o estranhamento criado pelo investimento historicista na não-familiaridade contemporânea aos conceitos do passado serve à desnaturalização ou desestabilização dos conceitos da teoria política, possibilitando à imaginação teórica alternativas conceitualmente enriquecidas. Em outras palavras, a reivindicação de um programa historicista nestes termos teria como contraparte a “liberação” da elaboração teórica contemporânea para criar respostas novas para os problemas do presente; Segundo, pela afirmação da inviabilidade cognitiva do projeto cambridgeano, expressa na recusa da *hermenêutica gadameriana*, que afirma a impossibilidade de apreensão dos significados de um texto sem que haja uma fusão de horizontes interpretativos. Segundo Jasmin (*idem*)¹¹², a resposta de Skinner para este tipo de linha de argumentação transcorre no sentido de distinguir os vários tipos de significado que uma proposição pode ter (o significado das palavras enunciadas na frase; o significado da proposição para mim ou para a comunidade contemporânea de intérpretes à qual pertencem; e o significado da proposição como o ato de fala daquele que a proferiu), sendo apenas para a apreensão deste que a metodologia skinneriana foi

¹¹⁰ Ver, também, a nota 15 deste capítulo (na mesma página 33), em que Brandão discorda de outro aspecto fundamental da abordagem skinneriana, qual seja, o de considerar que o sentido de uma obra só pode ser abstraído das intenções manifestas textualmente pelo autor. Segundo Brandão, “não só tal intencionalidade poderia ser reconstruída, como toda interpretação só pode ser válida se compatível com ela”.

¹¹¹ JASMIN, Marcelo Gantus. **História dos conceitos e teoria política e social**: referências preliminares. RBCS Vol. 20 n°. 57 fevereiro, 2005.

¹¹² *Op. Cit.*

pensada. Ou seja, Skinner reconhece que há intenções e significados que não podem ser recuperados. No entanto, se as intenções a serem recuperadas pelo historiador estão expressas num ato de comunicação legível publicamente, as chances de estabelecê-las é grande; a segunda linha de resposta ameniza o caráter científico da certeza do método proposto. Mesmo quando há muita informação contextual, o que se obtém com a pesquisa histórica são hipóteses plausíveis que devem se sustentar na erudição disponível, sem a pretensão de resultados últimos que alcancem “verdades finais, auto-evidentes e indubitáveis”.

No entanto, a resposta a estas críticas se fizeram de maneira mais elaborada a partir da obra de dois continuadores da tradição cambridgeana. O primeiro deles é Mark Bevir. Com a publicação de *The logic of the history of ideas* (1999), este autor vai procurar reler o debate a partir da tentativa de estabelecer uma *lógica* para a disciplina: “quando nos propomos elaborar uma lógica para a história das ideias, o que queremos é aguçar nossa compreensão da realidade graças ao exame de um conjunto aperfeiçoado dos conceitos que operam nessa disciplina” (BEVIR, 2008, p. 33)¹¹³. Bevir quer, com isso, fugir tanto das demarcações dos positivistas lógicos (especialmente Quine) quanto dos filósofos linguistas (Wittgenstein).

Assumindo, de um lado, o pressuposto antifundacional de que a totalidade do nosso conhecimento depende de um determinado contexto (logo, não existem verdades inquestionáveis, autoevidentes e necessárias) e, de outro, rejeitando a radicalização deste mesmo pressuposto (a partir de uma perspectiva pós-analítica que não aceita reduzir a compreensão racional de um significado a sua compreensão como ato de fala), o autor procura erigir uma perspectiva que contribua para a superação de uma perspectiva relativista e restrita ao significado meramente linguístico de um texto, calcada no entendimento das ideias dos autores dentro de suas lógicas específicas e de suas filiações a tradições intelectuais. Bevir assim sintetiza o que intenta propor:

Os historiadores deverão, primeiro, adotar a forma de raciocínio justificativo especificada na discussão da objetividade; depois, a forma de raciocínio explicativo das crenças sinceras, conscientes e racionais especificada na discussão das redes de crenças, tradições e dilemas; e, finalmente, a forma de raciocínio explicativo do

¹¹³ BEVIR, Mark. **A lógica da história das ideias**. Bauru: Edusc, 2008.

engano, autoengano e irracionalidade especificada na discussão da operação das pró-attitudes fraudulentas (BEVIR, 2008, p. 49)¹¹⁴

Isso o coloca diante de problemas filosóficos concretos acerca da natureza do significado, do problema da intenção autoral e do complexo jogo entre a dinâmica própria da constituição e ressignificação das tradições e da própria agência humana. O primeiro conceito enfrentado é o de *significado*. Partindo do debate anglófono de Skinner, Dunn e Pocock sobre “método” na História Intelectual, Bevir procura separar o significado hermenêutico, do significado semântico e linguístico. Dentre estes, apenas o primeiro, fundamentalmente *interpretativo*, deve ocupar o trabalho do historiador das ideias.

Mas, como captar o significado hermenêutico? Bevir argumenta que este “brota das intenções de um autor” (BEVIR 2008, p. 46)¹¹⁵. A este respeito, a perspectiva de Bevir procura refinar o pressuposto *intencionalista*, propondo que este seja tomado em sentido fraco, em oposição ao “intencionalismo forte”, que designa como sendo a abordagem que considera as intenções autorais prévias à redação que importam, que essas intenções permanecem constantes do início ao fim de uma obra, que são racionais e conscientes e as únicas relevantes. Com o conceito de “intencionalismo fraco”, Bevir procura mostrar que os motivos de um autor (suas intenções) não permanecem os mesmos do início ao fim de uma obra, mas se transformam no decorrer de sua elaboração, e cabe ao historiador recuperar a lógica de construção e consolidação das ideias neste percurso. Para isso, Bevir afirma que o historiador pode historiar apenas com ideias expressas publicamente ou, no máximo, que possuam registros públicos. Em outras palavras, propõe diminuir o peso concedido às intenções dos autores, substituindo as intenções iniciais pelas finais (o que importa é o que um autor queria com uma dada obra quando a concluiu), o que permite determinar as crenças mais substantivas e trabalhadas do autor, uma abertura e o reconhecimento da importância das motivações não-conscientes, assim como a possibilidade de resgate dos sentidos apreendidos pelos leitores de uma obra ao longo do tempo.

Enquanto, pela intencionalidade forte, as intenções são conscientes e anteriores à

¹¹⁴ *Op. Cit.*

¹¹⁵ *Op. Cit.*

declaração, a intencionalidade fraca prevê intenções inconscientes e mudanças de intenção durante o ato de declarar. A intencionalidade fraca não passa de um princípio de individualismo procedimental e, consequentemente, os significados hermenêuticos só existem para indivíduos específicos (BEVIR, 2008, p. 46)¹¹⁶

O conhecimento do significado hermenêutico de uma obra só é possível lançando-se mão de uma postura de individualismo procedimental, pelo qual o historiador deve buscar captar as *crenças expressas* por um autor. Com isso, Bevir intenta eliminar tanto a análise quase psicologizante das pré-disposições autorais (pró-attitudes que exercem influência espúria nas crenças professadas) quanto das recepções particulares de terceiros. O autor distingue a existência de três tipos de crenças: as *autoconscientes* (aquelas que o autor está ciente naquele momento particular), as *pré-conscientes* (sustentadas, ainda que não autoconscientemente) e as *inconscientes* (aquelas que as pessoas não estão cientes que sustentam e que contradizem suas crenças autoconscientes e/ou pré-conscientes). As crenças de um autor devem ser tomadas inicialmente como coerentes (sinceras, conscientes e racionais), pois “devemos tratar as crenças dos outros como coerentes porque tratamos nossas crenças como coerentes” (BEVIR, 2008, p. 205)¹¹⁷. A partir da persecução inicial destas crenças o historiador pode levantar hipóteses historiográficas também acerca da insinceridade, inconsciência ou irracionalidade das crenças de um autor. Bevir identifica três casos: a *impostura* (ou engano) se refere à manifestação de uma crença insincera, ou seja, à tentativa de fraudar os outros, tentando fazê-los acreditar em algo que o próprio emissor considera falso; a *auto-impostura* (ou auto-engano) consiste naquelas afirmações feitas em torno de algo que a análise do conjunto da obra demonstra que o autor não acredita; e a *irracionalidade*, ou a manifestação de crenças contraditórias quando confrontadas entre si segundo as máximas lógicas que o autor estabelece a si mesmo (e não a partir do que o historiador ou a cultura julgam coerentes).

Demarcados os termos pelos quais opera sua perspectiva, Bevir vai se concentrar na forma de explicação a ser adotada a respeito das crenças. Ele as distingue entre as explicações *sincrônicas* e *diacrônicas*.

¹¹⁶ *Op. Cit.*

¹¹⁷ *Op. Cit.*

A explicação *sincrônica* busca o sentido das crenças pessoais relacionando-as a redes de crença mais amplas (tradições intelectuais): “uma vez que, nas redes, as crenças se relacionam umas às outras, podemos dizer que uma crença é racional descrevendo a rede à qual pertence” (*idem*, p.47)¹¹⁸. Por *tradições*, Bevir entende as fontes de conhecimento, rede de crenças, valores mais ou menos compartilhados e ambientes intelectuais comuns. Contrariamente a Leo Strauss, Bevir não assume uma postura substancialista a respeito das tradições (entendidas, nesta ótica, como espíritos que passam através de épocas, incorporando elementos ao longo do tempo, mas mantendo-se no essencial). Na constituição de sua rede de crenças, um autor recebe influências de diversas tradições, que representam uma explicação *sincrônica* da rede de crenças de um indivíduo. Para ele, as tradições não são independentes dos indivíduos que as assumem, mas dependem fundamentalmente da transmissão pessoal de conhecimentos operada a partir da relação tutor-pupilo.

A explicação *diacrônica*, por sua vez, procura dar conta das mudanças das crenças e do desenvolvimento das tradições, que Bevir perfaz a partir dos conceitos de *dilema* e de *agência humana*. Os *dilemas* representam qualquer nova proposição aceita por um autor como bem fundamentada e que não se encaixe na rede de crenças que caracteriza a tradição a que se vincula. Acabam, por isso, contribuindo para a reorganização tanto das crenças do autor quanto da própria rede de crenças da tradição. Já o conceito de *agência* descreve a maneira como um determinado indivíduo lida com um dilema face alguma tradição, correspondendo à autonomia de reflexão e síntese de um autor em relação à tradição e ao dilema. A agência humana pode ser entendida como criatividade individual na constituição de sínteses, conferindo poder explicativo à relação tradição-dilema.

Embora partilhando do mesmo teor negativo com que fora recebida a abordagem da Escola de Cambridge, a recepção da abordagem de Bevir se beneficiou de um cenário de crescente influência e mesmo de rotinização das perspectivas da história intelectual como insumo da produção teórica no pensamento brasileiro, vindo a ser citada como fundamento teórico de muitos trabalhos acadêmicos desde sua publicação.

O segundo desdobramento se refere à obra de John Pocock (2003)¹¹⁹, *Linguagens do Ideário* político, que introduz um

¹¹⁸ *Op. Cit.*

¹¹⁹ POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

desdobramento importante dentro da perspectiva de Skinner, qual seja o de conceber a tarefa da busca da compreensão da gramática das linguagens políticas como o substrato para as intervenções dos autores. O centro de sua reflexão metodológica desloca-se para a relação entre as várias linguagens políticas que, no seu confronto sincrônico, conformam a tessitura linguística (*langue*) na qual as diversas performances dos autores (*parole*) se tornam possíveis e inteligíveis. A interpretação de um texto político deve, assim, situar texto e obra “dentro de um conjunto mais amplo de *convenções* ou *questões paradigmáticas* ou modos de enfrentar essas questões, comuns a vários autores mais ou menos contemporâneos – uma comunidade de “falantes” de uma linguagem política, que a atualiza através de suas intervenções particulares” (ARAUJO, 2003, p. 11)¹²⁰. Fundamental é o esforço de decifrar a gramática mais profunda que se supõe estar nos textos estudados: seus termos básicos, as ocasiões típicas em que são empregados, o modo pelo qual se complementam, e se opõem e assim por diante.

Essa ênfase permitiria reconstruir lógicas teóricas derrotadas na luta política, mas não por isso racionalmente inferiores ou desprezíveis (limitação esta apontada por Tuck à abordagem de Skinner). Além disso, a verificação do caráter necessariamente poliglota da linguagem política, com os vários idiomas que em disputa a integram num determinado período histórico, aponta para os riscos da incompreensão. Neste registro, a abordagem de Pocock permite o estudo tanto de autores quanto dos conceitos de que estes fazem uso: as relações entre a *gramática* que permite as várias construções linguísticas (idiomas ou sub-linguagens) e as *performances* específicas de autores (por vezes subversivas da própria gramática) constituiriam o lócus privilegiado da análise pocockiana do discurso político.

Esta breve resenha das principais teses do contextualismo linguístico e de seus principais desdobramentos recentes aponta para algumas questões pouco ou mal tratadas nas análises sobre o pensamento político brasileiro, como, por exemplo, a da substituição de uma visão mecânica de filiações teóricas por uma atenção mais sofisticada aos movimentos sincrônicos e diacrônicos das obras em relação às tradições a que se filiam e a do entendimento mais qualificado das razões pelas quais algumas lógicas teóricas foram derrotadas em decorrência de aspectos específicos da *langue* ou da

¹²⁰ ARAUJO, Cícero. **Apresentação**. In: POCOCK, John. Linguagens do ideário político. São Paulo: Edusp, 2003.

parole. No entanto, a recepção da variante cambridgeana pelas análises do pensamento político brasileiro, somadas às abordagens de Gildo Marçal Brandão e Wanderley Guilherme dos Santos, parecem expressar, para além de uma crítica ao antiquarismo, a tentativa de estimular um maior interesse por variáveis sociológicas – e não apenas lógico-formais – aos estudos do pensamento político brasileiro. Por esta razão, as abordagens continentais terão uma recepção mais positiva por parte desses estudos, como veremos.

O debate metodológico no continente se estruturou em descompasso com o debate da Escola de Cambridge. Como observa Tuck (1992, p. 286)¹²¹, as questões em debate nas diferentes tradições intelectuais desempenharam de início um papel muito pequeno nas discussões dos anos 60 em Cambridge: “Skinner, Dunn e Pocock sempre foram resistentes a qualquer tentativa de vincular seu trabalho a outras abordagens, como a francesa e a alemã, embora seus desenvolvimentos iniciais fossem anteriores aos da perspectiva skinneriana. O debate metodológico inglês permaneceu, assim, oblíquo ao debate continental”.

Fundada na tradição da *história dos conceitos*, iniciada com Otto Brunner e Werner Conze¹²² com o projeto do dicionário dos conceitos e mais tarde revigorada pelo esforço de Reinhart Koselleck, a tradição alemã da *Begriffsgeschichte*, passou a investigar aspectos distintos daqueles com os quais se ocupou a Escola de Cambridge. Fundada na ideia da “temporalidade dos conceitos”, tal abordagem propõe investigar as alterações sofridas pelos conceitos ao longo do tempo em relação a seus empregos semânticos originais, o processo de transformação semântico-conceitual, a recepção e circulação de conceitos políticos e sociais em contextos distintos do original, o surgimento ou obsolescência de um conceito, o estudo da tradução de conceitos (ou seja, sua ressemantização), os usos e os contextos de mobilização dos conceitos privilegiando o seu emprego no discurso público. Assim, a

¹²¹ TUCK, Richard. **História do pensamento político**. in: BURKE, Peter. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

¹²² A história dos conceitos foi inicialmente desenvolvida pelo historiador austríaco Otto Brunner na sua crítica à historiografia jurídica e liberal alemã, em particular ao modo como esta transpunha para a realidade medieval lógicas conceituais derivadas do liberalismo posterior como, por exemplo, a separação entre a economia e a política e a oposição entre o público e o privado.

variante alemã enfatiza a temporalização, contingência e mudança conceitual.

É a noção da política como lócus da mudança conceitual que organiza o projeto da história dos conceitos de Koselleck, que procura sublinhar o papel da experiência política na formação do pensamento político, com o objetivo de estabelecer uma ligação mais próxima entre história conceitual e mudanças políticas: as principais mudanças políticas impõem condições e abrem novas possibilidades para revisões conceituais:

enquanto os conceitos têm capacidades políticas e sociais, sua função e *performance* semânticas não são unicamente derivadas das circunstâncias sociais e políticas às quais eles se referem. Um conceito não é simplesmente indicativo das relações que ele cobre; é também um fator dentro delas. Cada conceito estabelece um horizonte particular para a experiência potencial e a teoria concebível e, nesse sentido, estabelece um limite (KOSELLECK, *apud* JASMIN, 2005, p. 33)¹²³.

A empreitada de Koselleck justificou-se pela percepção, experimentada por historiadores nas décadas de 1950 e 1960, da insuficiência da história do espírito de corte hegeliano e da história das ideias tal como explorada por Dilthey e seus seguidores acerca da baixa contextualização de ideias e conceitos utilizados no passado, no anacronismo daí derivado e na insistência metafísica da essencialidade das ideias. Daí que a reivindicação metodológica mínima possa ser resumida nos seguintes termos: os conflitos políticos e sociais do passado devem ser descobertos e interpretados através do horizonte conceitual que lhes é coetâneo e em termos dos usos linguísticos, mutuamente compartilhados e desempenhados pelos atores que participaram desses conflitos. Desse modo, o trabalho de explicação conceitual procura precisar as proposições passadas em seus termos próprios, tornando mais claras as “circunstâncias intencionais contemporâneas” em que foram formuladas. É esta direção *contextualista* da história dos conceitos que permite uma aproximação teórico-metodológica com as perspectivas da Escola de Cambridge. Se o projeto original de Skinner teve como principais adversárias as

¹²³ *Op. Cit.*

concepções das ideias atemporais e dos problemas filosóficos perenes, o projeto de Koselleck dirigiu-se contra a história das ideias imutáveis tal como desenvolvida, por exemplo, por Friedrich Meinecke.

Segundo Jasmin (2005)¹²⁴, esses modos de interpretação são descritos por Koselleck a partir de um cruzamento simples entre duas variáveis: “um estado de coisas” e “um conceito deste estado de coisas”, de onde emergem quatro situações possíveis: 1) o estado de coisas e o conceito permanecem ambos estáveis ao longo de um período de tempo; 2) o conceito e a realidade transformam-se simultaneamente; 3) os conceitos mudam sem que haja uma mudança concomitante da realidade, ou seja, a mesma realidade é conceituada de modo diverso; 4) o estado de coisas muda, mas o conceito permanece o mesmo”. Assim, toda linguagem é historicamente condicionada, e toda história é linguisticamente condicionada. A principal diferença entre as duas abordagens acima é que Koselleck partilha a posição hermenêutica tradicional, interessada no sentido dos conceitos, enquanto Skinner está mais interessado na ação linguística relacionada ao uso dos conceitos.

Ainda que tal abordagem tenha demonstrado uma maior proximidade com a noção de pensamento como práxis, pode-se perceber como as teses da *Begriffsgeschichte* tiveram maior recepção nas análises do pensamento político brasileiro, ainda que tais empreitadas tenham apenas muito recentemente dado origem a um projeto intelectual de largo escopo sobre a história dos conceitos no pensamento político brasileiro, esboçado a partir do final da primeira década dos anos 2000 por Marcelo Jasmin e João Ferres Júnior (2007)¹²⁵. Do ponto de vista do estudo do pensamento político como práxis, a história dos conceitos de Koselleck permite um avanço em relação à abordagem de Skinner, qual seja o de perceber como a recepção dos conceitos e seus efeitos se dá ao longo do tempo, vindo a sofrer alterações de acordo com o uso eu deles se faça. Como observa Jasmin (2005, p. 32)¹²⁶, trata-se de pensar “as relações recíprocas entre as continuidades, as mudanças e as inovações nos significados e nas aplicações dos conceitos políticos e sociais de um

¹²⁴ *Op. Cit.*

¹²⁵ JASMIN, Marcelo. & FERES JR., João. (Orgs.) **História dos Conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola, IUPERJ, 2007.

¹²⁶ *Op. Cit.*

lado, e as transformações estruturais de larga escala no governo, na sociedade e na economia de outro”¹²⁷.

Os enfoques da Escola de Cambridge e da História Conceitual foram também objeto de tentativas de síntese, especialmente por parte de Melvin Richter e Kari Palonen¹²⁸. Em 1995, Richter publicou *The history of political and social concepts*, um manifesto em prol da síntese desses referenciais, justificando essa fusão em termos pragmáticos e como possibilidade de melhora da qualidade da produção teórica sobre o assunto. Coube, no entanto, a Kari Palonen a elaboração de razões teóricas que justificam tal confluência. Para este, existiram pressupostos e argumentos comuns entre a abordagem de Koselleck e a de Skinner: ambas compartilham das noções de contexto (temporal, histórico e semântico no caso da *Begriffsgeschichte*; linguístico, no caso da Escola de Cambridge); ambas de voltam contra o anacronismo característico das teorizações políticas compreendidas entre o final do século XIX e primeira metade do século XX; ambas põem em destaque os efeitos do tempo e a presença da contingência histórica na constituição e na transformação dos conceitos políticos. De um lado, está implícita na sua abordagem a problematização acerca da falta de atenção dispensada por Skinner à processualidade e dinâmica própria inerentes ao processo histórico, pelo qual o contexto linguístico se forma e se transforma,

¹²⁷ Conforme o mesmo intérprete, em relação à Escola de Cambridge, a história conceitual mantém a noção da não convertibilidade do que foi articulado pela linguagem numa determinada época; mas a história conceitual não para aí, pois está interessada nos modos pelos quais as gerações e os intérpretes posteriores leram, alterando os seus significados, essas proposições políticas do passado. Neste registro é possível afirmar, rigorosamente, que os conceitos em si não têm história; mas também é possível afirmar, com rigor, que a sua recepção tem. Aqui, a perspectiva da mudança conceitual adquire traços diacrônicos de dinamismo histórico e acentos claramente hermenêuticos que estão ausentes, ou são muito tênues, nas proposições fundadoras do contextualismo linguístico de Cambridge (*idem*).

¹²⁸ Apesar de falarem a partir da perspectiva da *Begriffsgeschichte*, ambos não são puros historiadores dos conceitos também estiveram envolvidos com a Escola de Cambridge e/ou com seus predecessores na academia de língua inglesa. Richter é um cientista político norte-americano que se doutorou na década de 1950, quando em seu país o enfoque historiográfico da história das ideias de Arthur Lovejoy era dominante. Ele mesmo colaborou com Dicionário de História das ideias, quando esse foi dirigido por Isaiah Berlin, escrevendo o verbere “Despotismo”. Foi somente no final da década de 1980 que Richter entrou em contato com a produção da *Begriffsgeschichte*.

ganha significado e se ressignifica. De outro, o autor sugere a ressignificação do sentido atribuído por Koselleck à noção de “tempo histórico”: segundo Palonen, Koselleck possui uma concepção naturalizada e unidimensional do tempo e da temporalização dos conceitos, preocupada principalmente com a distinção entre o antes e o depois dos acontecimentos e pela qual o tempo transcorre de maneira progressiva numa velocidade constante, na qual “a principal oposição permanece sendo aquela entre manutenção e resistência, ou entre aceleração e ajustamento das mudanças, sem se preocupar com a direção estas mudanças tomam” (PALONEN, 2007, p. 32)¹²⁹.

Palonen critica o emprego da noção de “tempo histórico” como empregada pela *Begriffsgeschichte*, sugerindo a adoção de uma perspectiva temporal que supere a dicotomia entre processos e acontecimentos e entre momentos de ruptura e cotidianização. Para ele, a política cotidiana e o tempo dos conceitos se entrelaçariam para ditar diferentes ritmos para a compreensão do tempo histórico. Segundo esta perspectiva, mudanças políticas teriam implicações para compreensão do emprego dos conceitos, sujeitos, ambos a dinâmicas temporais comuns¹³⁰. Assim, em termos políticos, o fenômeno chave da temporalização é a recorrência esperada de fenômenos e conceitos e o que interessa a Palonen é a explicação e a diferenciação do uso dos tempos políticos como algo que liga os momentos de ruptura e continuidade. Nesse sentido, “a temporalização indica a compreensão de que nenhuma ruptura é absolutamente a última e, conseqüentemente,

¹²⁹ Para Palonen, Koselleck vê a temporalização como um movimento da história que ocorre não somente no tempo, mas também através do tempo, como uma mera adaptação as “demandas do tempo” (isto é, enquanto aceitação da agenda do progresso e de sua aceleração). Koselleck interpreta a interação entre acontecimentos e estruturas em termos explicitamente temporais, sendo que a questão principal é a distinção entre o antes e o depois dos acontecimentos. Koselleck não está interessado em fazer uma análise de temporalidades específicas da política que se estendam para além dos acontecimentos. PALONEN, Kari. **Tempos da política e temporalização conceitual**. In: JASMIN, Marcelo. & FERES JR., João. (Orgs.) *História dos Conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola, IUPERJ, 2007.

¹³⁰ Abordando três das principais características ligadas à democratização no ocidente (universalização do sufrágio, alternância do poder e parlamentarismo), Palonen vai tentar mostrar como essas mudanças políticas chave carregam ressignificações conceituais, sendo, assim, importantes para estudos comparativos sobre mudança conceitual.

que todo regime político e conceitual é transitório e frágil. A rejeição do progresso não implica um eterno retorno, mas tudo depende da luta política, que se transforma em uma luta no tempo” (*idem*, p. 32)¹³¹.

Em substituição ao paradigma de aceleração e da evolução característico da proposta da *Begriffsgeschichte*, o autor propõe um esquema de “camadas temporais” que intenta combinar momentos de ruptura, continuidade e repetição: “Proponho uma tipologia ideal de quatro camadas temporais: *oportunidade, momentum, extensão temporal e calendário*” (*idem*, p. 33). Por *tempo-oportunidade* o autor concebe os momentos cruciais de historicização política dos conceitos e a conseqüente aceitação de sua manipulação como um dos elementos contingentes e controversos da agência humana, ou, ainda, a oportunidade temporal que cerca o surgimento e desenvolvimento de qualquer conceito (o entendimento de quando e como conceitos surgem e se tornaram obsoletos para seus contemporâneos). O *momentum* se refere ao período de abertura de horizontes para a utilização de um conceito e compreende desde o período de uma instância de ruptura histórico-conceitual inicial ao estabelecimento de um momento conceitual posterior (a continuação do seu legado durante um período e também a sua possível extensão para além do contexto original), bem como o processo de exaustão de um conceito. A *extensão temporal* alude aos horizontes de utilização de um conceito (à demarcação do período durante o qual continuam a existir chances especiais para seu uso) e ao tempo político-limite de sua utilização (relacionado às linhas divisórias futuras). Por fim, o *tempo-calendário* refere-se à atribuição de um índice temporal às atividades que permita um situamento histórico a partir da recorrência dos conceitos, da introdução de novos itens e também a reorganização dos itens existentes, regularizando os aspectos do *momentum* e da extensão temporal em um esquema de pontos de ruptura passados e futuros. Segundo o próprio Palonen, esta tipologia “permite compreender que a temporalização da política não é somente um jogo contra o tempo, mas também um jogo através e pelo tempo” (*idem*, p. 34). Perece-se, assim, como a perspectiva de Palonen se aproxima mais do estudo do pensamento político como *práxis* do que como *teoria*, tal como esboçada na perspectiva cambridgeana.

Por fim, cabe fazer menção à tradição francesa, que, com algumas nuances, transita na mesma linha de articulação entre o cotidiano político e a sua respectiva representação intelectual, encontrando nos trabalhos de Lynch, já citados, seu principal canal de

¹³¹ *Op. Cit.*

recepção no Brasil. Batizada como *História Conceitual do Político*, tal vertente remete à renovação da sociologia e historiografia francesas impulsionada a partir dos estudos de Raymond Aron¹³², Claude Lefort e François Furet, tendo sido desenvolvida, especialmente, nos trabalhos de Pierre Rosanvallon. Esta perspectiva tem procurado enfatizar a “história conceitual do político”, entendendo a busca do “político” como uma instância na qual se encontram a sociedade (em suas múltiplas manifestações, dentre as quais as intelectuais), e os atores do campo político propriamente dito. Partindo da preocupação de Raymond Aron em combater o reducionismo economicista presente na sociologia francesa da primeira metade do século XX, Lefort e Furet passaram, a partir dos anos 60, a desenvolver estudos voltados para a questão da legitimidade do poder, especialmente preocupados com a natureza do totalitarismo e da democracia. O primeiro¹³³, entre as décadas de 60 e 70, desenvolve sua perspectiva sobre o político a partir da crítica ao projeto comunista de construção de uma sociedade sem classes, na qual o conflito seria abolido, vendo nesse projeto o perigo da tentação totalitária. Buscando aporte em Maquiavel, cuja leitura despertou nele a convicção de que foi o conflito, e não a sua eliminação, que fez a glória da república romana, Lefort procura desenvolver a visão de que o conflito (não apenas em sua dimensão institucional), longe de significar a negação da democracia, é sua dimensão constitutiva¹³⁴. Todavia,

¹³² Raymond Aron pode ser pensado como o pioneiro desta nova tendência, tendo este, posteriormente abrigado, na École de Hautes Études en Sciences Sociales, Claude Lefort e François Furet, e este último, como diretor, convidou Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet a ingressarem no Instituto.

¹³³ Elementos duma crítica da burocracia (1971); A invenção democrática (1981).

¹³⁴ Também contribuem nesta direção os estudos de Pierre Clastres sobre as sociedades tribais. Em obras como “Crônica dos índios Guayaki” (1972), e “A sociedade contra o Estado” (1974), Clastres crítica a visão, até então dominante, de que sociedades como as dos índios da América do Sul são mais “primitivas” ou “menos desenvolvidas culturalmente” do que sociedades mais hierárquicas, onde a presença do Estado é mais evidente, como no caso das sociedades Maia, Inca e Asteca. Tendo como plano de fundo suas convicções anarquistas e antiautoritárias, ele procurou demonstrar a falsidade do pressuposto de que todas as sociedades necessariamente evoluem de um sistema “tribal”, “comunista” e “igualitário” para sistemas mais hierárquicos. As sociedades não-hierárquicas, segundo seus estudos, possuem mecanismos culturais que impedem ativamente o aparecimento de figuras de comando. Sendo assim, elas não estariam evoluindo em direção à estatização: ao contrário, configuram-se

coube a François Furet, em *Penser la Révolution Française* (1978), estender o conceito do “político” à historiografia e fornecer a base a partir da qual Pierre Rosanvallon desenvolverá a *histoire conceptuelle du politique*¹³⁵.

Munido desses referenciais sociológicos, políticos e historiográficos, Rosanvallon se coloca como objetivo, de um lado, alargar a noção de história política presente nas escolas metodológicas recentes da história da história das ideias, quanto rechaçar perspectivas que se justificam exclusivamente por seu viés normativo. Parte, para isso, da atribuição aristotélica da *condição política* como dimensão estruturante da própria sociabilidade, da qual o *mundo da política* é apenas um segmento.¹³⁶ O *político*, nesse sentido, aparece como “uma instância a partir da qual se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo, em que as teias de relacionamentos se constituem e se modificam constantemente” (ROSANVALLON, 1995, p. 12)¹³⁷. Nesse registro, o autor estabelece como objetivos específicos de sua abordagem:

1) fazer a história da maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais procuram

como verdadeiras sociedades *contra o Estado*. Assim, dada a existência de um poder não-coercitivo difuso na totalidade da sociedade, Clastres aponta para a ideia do “político” como instância política não necessariamente vinculada à ideia de “Estado”.

¹³⁵ A partir da crítica e desconstrução do que considera como narrativa mítica criada em torno da Revolução Francesa, o autor (FURET, 1988, p. 148; 158) vai defender que os fatos históricos sejam estudados em função do entendimento dos processos que permitem entender o presente: “Sinto necessidade de procurar na história o segredo do presente. (...) A tensão da história está sempre entre a erudição e as hipóteses de conjunto. Advogo que os historiadores parem de querer por todos os meios dar provas de originalidade, operando somente novos microtemas, e ataquem os grandes temas que o século XIX nos legou e nos quais ainda estamos”. Não seria o caso de reinterpretar o passado em função do presente mas, antes, buscar na investigação histórica as chaves para o entendimento do contemporâneo. FURET, François. **O Historiador e a História**: um relato de François Furet. Entrevista concedida à Aspásia Camargo. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 143-161.

¹³⁶ Neste aspecto, Rosanvallon partilha da mesma concepção básica do *político* de outro autor importante desta tradição, Marcel Gauchet.

¹³⁷ ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história conceitual do político (nota de trabalho)**. Revista Brasileira de História, vol. 15, n. 30, 1995.

construir as respostas àquilo que percebe mais ou menos confusamente como um problema, e
2) fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a realidade e sua representação, definindo os campos histórico-problemáticos.

Seu objeto é assim a identificação dos “nós históricos” em volta dos quais: as novas racionalidades políticas e sociais se organizam; as representações do político se modificam em relação às transformações nas instituições, às técnicas de gestão e as formas de relação social. Ela é história política na medida em que a esfera do político é o lugar da articulação do social e de sua representação. Ela é história conceitual porque é ao redor de conceitos que se amarram e se comprovam a inteligibilidade das situações e o princípio de sua ativação (*idem*, p. 16).

Com isso, o autor pretende fugir do que, para ele, consiste em equívocos na prática da história das ideias tal qual levada a cabo tanto pelo contextualismo linguístico quanto pela história dos conceitos e que se misturam em diferentes graus em cada análise: *a tentação do dicionário* (pois esta não fornece a chave das mudanças radicais que se operam na filosofia política de uma época), *a história das doutrinas* (invariavelmente caracterizada pela demarcação histórica de um conjunto de ideias e autores como algo definitivo e estável, e que, em si, não tem nada de histórico), *o comparativismo textual entre heranças e legados* (que consiste em tomar uma obra como um texto autônomo e pensá-la em relação àquelas que a sucedem ou a precedem, como se elas tentassem responder às mesmas questões, o que, para Rosanvallon, geralmente esconde a incapacidade do historiador em interrogar os textos), *o reconstrutivismo* da coerência e da clareza de autores e obras (em que se tem por objeto reescrever uma obra para estabelecê-la numa coerência e clareza que se supõe fazer falta ao autor) e *o tipologismo dos “catálogos”* de escolas e de doutrinas (segundo o qual a história das ideias se reduz à elaboração de organogramas mais ou menos arbitrários de escolas de pensamento).

O problema, notemo-lo, não se limita ao único debate texto/contexto tal como ele se desenvolveu, por exemplo, na Inglaterra e nos Estados Unidos no início dos anos 1970. O maior

defeito de todas essas obras tradicionais da história das ideias é que não nos permitem compreender nada de histórico mesmo quando nos ensinam muitas outras coisas. É em função desse limite fundamental que se faz necessário considerar a contribuição da história conceitual do político (*idem*, p. 16).

A esfera da política necessita, antes, abrir espaço às formas de sociabilidades, às estratégias dos grupos e atores. Rosanvallon intenta, a partir da afirmação desta ótica, superar a divisão disciplinar entre a história das ideias, a história dos acontecimentos e a filosofia. A história conceitual do político não pode se limitar à análise a ao comentário das grandes obras, mas incorpora o conjunto dos elementos que compõem o objeto complexo que é uma cultura política: o modo de leitura das grandes obras teóricas, as obras literárias, a imprensa e os movimentos de opinião, os panfletos e os discursos de circunstâncias, os emblemas e os signos – linguísticos, inclusive).

Essa compreensão passa, fundamentalmente, pela observação e análise da formação das diferentes “racionalidades políticas”, entendidas como “as maneiras pelas quais os sistemas de representações que comandam as lógicas pelas quais uma época, uma cultura política ou grupos sociais conduzem sua ação encaram seu futuro, como forma de reflexão permanente da sociedade sobre ela mesma” (*idem*, p. 16). A novidade da proposta do autor consiste menos no tratamento do tema da racionalidade política, e antes no método de sua abordagem: “este método é ao mesmo tempo *iterativo* e *compreensivo*: iterativo, pois consiste em analisar a forma como uma cultura política, as instituições e os fatos interagem uns nos outros; compreensivo pois se esforça por compreender uma questão resituando-a em suas condições efetivas de emergência” (*idem*, p. 09).

Estas referências explícitas aos temas e concepções weberianas querem apontar para a história conceitual do político como um recurso indispensável na compreensão do presente. Nesse sentido – e compartilhando da tese de Palonen – a história dos acontecimentos deve ser levada em conta de forma permanente e o historiador passa a ter o objetivo de captar o debate político contemporâneo a partir de uma história de suas ressonâncias com o passado: “se a história conceitual do político pode apreender muitos objetos distintos, por outro lado, está sempre relacionada a uma perspectiva central, aquela da interrogação sobre o sentido da modernidade política, de seu advento e de seu

desenvolvimento (*idem*, p. 19). Em síntese, como afirma Oliveira Júnior (2012)¹³⁸, a busca das estratégias e práticas de múltiplos atores que compõem o “político” aparece em Rosanvallon como uma forma de pensar a política não apenas a partir de obras escritas de grandes indivíduos mas, antes, um campo de investigação alternativo para uma história da política como teoria e como prática.¹³⁹

Rosanvallon estabelece, assim, uma posição intermediária entre o historicismo (da escola de Cambridge, por exemplo) e o normativismo (de autores como Habermas, por exemplo), cuja principal orientação consiste em *restituir ao passado sua dimensão de presente*, para o que se torna preciso resgatar a experiência política dos atores, seus sistemas de ação, representação e contradição. Como afirma Lynch (2010)¹⁴⁰, essa *história filosófica ou conceitual do político* se estabelece a partir dos vínculos conceituais entre as questões candentes de uma sociedade e suas representações políticas no decorrer da história. A tarefa de recuperar essas formas históricas de auto representação impõe, por conseguinte, a recusa em distinguir o espaço para onde, de um lado, converge a representação - a *política* e, de outro, aquele onde a representação é produzida - o *político*.

¹³⁸ OLIVEIRA JÚNIOR, Carlos Mauro de. **História política e história dos conceitos:** um estudo sobre o “político” em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet. História da historiografia, número 9. Ouro preto, 2012.

¹³⁹ Munido desta perspectiva metodológica, o autor passa a estudar autores do século XIX como Benjamin Constant, Alexis de Tocqueville, François Guizot, no intuito de traçar uma genealogia da sociedade democrática francesa e ocidental e que, para ele, teria um ponto de inflexão nos eventos de maio de 1968. Nesses estudos, a investigação sobre o “político” pode ser dividida em duas fases: o estudo do funcionamento e dos problemas das instituições eleitorais (atenta ao fenômeno discursivo e ao vocabulário político existente em um determinado período) e a análise da constituição de um “universo de desconfiança” (estudo de práticas políticas e de estratégias existentes na “sociedade civil”). A própria sociedade, passa a ser vista não como um dado, mas como um construto constantemente reatualizado pelo trabalho do historiador.

¹⁴⁰ LYNCH, Christian Edward Cyril. **A Democracia como Problema:** Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político. In: Pierre Rosanvallon. (Org.). Por uma História do Político. São Paulo: Alameda, 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (PRIMEIRA PARTE)

As considerações tecidas ao longo desta primeira parte sobre o *pensamento político brasileiro* como objeto de estudo e da *história das ideias* como caminho investigativo permitem apontar para algumas redefinições analíticas. Primeiro, a acepção entre *ideologia*, *práxis* e *teoria* como tipos ideais de pensamento nos permite, além de combater a visão de que existe certa debilidade teórica em tal pensamento, conferir um sentido mais preciso à hipótese da existência de “famílias intelectuais” aventada por Brandão (2007). Tal distinção torna possível perceber como tais famílias ou “linhagens” se organizam a partir da aglutinação de distintos tipos de esforços dirigidos à compreensão do *político*, ora mais *ideológicas*, ora mais *teóricas* e ora ainda mais *práticas*. Além disso, nos permitiu também conferir um tratamento mais integrado às questões dos *momentos* e *tradições* que permeiam a imaginação política brasileira, sobretudo porque permite incluir na análise obras que, por força das definições subjacentes aos distintos modelos analíticos disponíveis, deixava de fora parte substantiva das elaborações intelectuais sobre o *político*. Tais distinções nos possibilitaram assim, em suma, produzir uma perspectiva mais integrada de análise.

O exercício que se seguirá nas duas partes subsequentes deste trabalho tentará mobilizar tais discussões para entender a especificidade do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso e seu significado diante de uma trajetória coletiva de pensamento designada pela expressão “pensamento político brasileiro”. Nossa análise, daqui por diante, será perpassada pelas contribuições das abordagens da história das ideias, especialmente no sentido que lhe atribuem Rosanvallon e Bevir. Em outras palavras, de um lado, assumiremos o estudo da *lógica das ideias* como estratégia de análise *imane*nte do pensamento de Cardoso e, de outro, a *história conceitual do político* como estratégia de análise de sua dimensão *transcendente*. Sendo o político, segundo Rosanvallon, a instância na qual as múltiplas manifestações da sociedade se encontram para produzir as representações a seu próprio respeito, a mudança nas crenças dos que nela ocupam o lugar de produtores de ideias acaba por impactar de uma maneira decisiva sobre as ressignificações das racionalidades subjacentes a cada uma das tradições que compõem a cultura política de uma sociedade. A este respeito, a aproximação entre a *história conceitual do político* e a *lógica*

da história das ideias pode fornecer uma noção mais exata sobre os trilhos nos quais transcorre a própria elaboração do pensamento.

Motivados por uma tentativa de aproximação dessas abordagens, procuraremos abordar a trajetória intelectual do autor não apenas uma *trajetória de vida*, nem tão-somente uma *lógica das ideias*, mas também as interfaces entre a formulação das crenças do autor com os *compromissos práticos* que o cotidiano político impõe. Desse ponto de vista, o desafio que se abre consiste em conferir um tratamento tão qualificado quanto possível às conexões entre a lógica específica do ideário político de Cardoso e as práticas políticas que as influenciam e transformam. Nesse processo, procuraremos dispensar atenção especial à busca da compreensão das tradições que informam o pensamento e às “linhagens” construídas pelo autor com os autores e a tores políticos do passado.

Na próxima parte (capítulos 2, 3 4), portanto, utilizaremos as três acepções sobre o conceito de “pensamento político” descritas neste capítulo (pensamento como *ideologia*, como *práxis* e como *teoria*) como guias para desenvolver a tese de que a recuperação da dimensão política de seu pensamento é capaz de refazer a unidades desfeita pelas abordagens que enfatizam a transição entre o “intelectual” e o “político”. Na última parte (capítulos 5 e 6), valendo-nos das discussões aqui realizadas sobre os momentos estruturantes e as tradições do pensamento político brasileiro, concentraremos nossa atenção na especificidade dos movimentos operados pelo pensamento político do autor em relação a esta trajetória coletiva de pensamento, a partir da análise dos movimentos de (des)filiação e de recepção de seu pensamento.

SEGUNDA PARTE

O PENSAMENTO POLÍTICO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Analisadas as principais questões *metateóricas* que nos servirão como instrumento metodológico, cabe, agora, voltarmos-nos para o pensamento de Fernando Henrique Cardoso em si mesmo (enquanto objeto), e estudá-lo a em função de tais questões. Nesse sentido, para além da afirmação da ideia de ruptura, a construção do legado intelectual de Fernando Henrique Cardoso tem repousado, quase que invariavelmente, na atribuição do caráter de variável independente a sua perspectiva sobre o tema da *dependência* e mesmo a ideia largamente difundida da transição para a ciência política, que teria se processado a partir da fundação do CEBRAP e aprofundada ao longo dos anos 70, não tem sido capaz de suscitar um enfoque mais cuidadoso e detalhado sobre os aspectos políticos subjacentes aos escritos que antecedem e sucedem a esta transição temática.

A preocupação central que move esta parte do trabalho consiste em indagar se é possível encontrar, partindo da recusa da ideia de ruptura entre a trajetória intelectual e a trajetória política, uma forma de compreender tal pensamento *restituindo-lhe um sentido de unidade*. Por esta razão, o exercício proposto na sequência consiste em repassar a trajetória do pensamento do autor, desde seus primeiros escritos, datados do final dos anos 1950 até a obra que, de certa forma, encerra sua experiência como presidente da República (*A Arte da Política*, 2006). O intuito é o de buscar as continuidades, as rupturas e os *aggiornamentos* em suas crenças políticas, tarefa que, evidentemente, não pode ser feita sem que se assumam os riscos de omissões e de reducionismos na análise.

Do ponto de vista do *conteúdo*, cabe assinalar que esta parte da tese vai além da obra estritamente acadêmica de Cardoso para abranger todo seu conjunto, ou seja, desde suas fases iniciais até o momento presente. Essa abordagem, que consideramos um dos elementos originais e até inéditos dessa tese, busca identificar e organizar os diferentes temas que, sob o ângulo da política, foram trabalhados por Cardoso ao longo da trajetória de seu pensamento. Além de organizá-los com o auxílio dos tipos ideais *teoria*, *práxis* e *ideologia* (desvelando sua unidade enquanto “pensamento” e, dessa forma, apontando para os diferentes “estilos” em que o tema é desenvolvido, evitando a

abordagem dicotômica *intelectual vs político*), queremos remontar concretamente os tópicos empírico-substantivos que vão sendo trabalhados pelo autor em análise segundo esses diferentes registros. Esta reconstrução e recuperação, obviamente, não se furta a considerar possíveis inconsistências, incoerências e mudanças nas crenças do autor ao longo de sua trajetória.

Frente a tamanho desafio, dividimos essa parte da tese em três capítulos que tratam, em regra, e sem obedecer a parâmetros temporais rigidamente demarcados, de três “momentos aglutinadores” da trajetória pessoal-intelectual de Cardoso, a saber:

- a) Anos 60 e 70: fase acadêmica na qual predomina a abordagem predominantemente teórica.
- b) Anos 80: fase de transição, em que a reflexão de Cardoso aproxima-se gradativamente da política enquanto atividade de fato (em especial no parlamento), seja como “práxis”, seja como “ideologia”.
- c) Anos 90: fase em que na qualidade “presidente-sociólogo” e “sociólogo ex-presidente” seu pensamento adquire um sentido auto-reflexivo, ou seja, aparece predominantemente no sentido da “práxis”.

Do ponto de vista do conteúdo é fácil perceber que o pensamento político de Cardoso, sem estar desconectado do instrumental categorial que o mesmo consegue mobilizar, responde fortemente aos desafios da conjuntura política na qual ele se encontra, seja no que tange ao “autoritarismo” (anos 60 e 70), seja no que tange a “liberalização e “redemocratização” (anos 70 e 80), seja no tange ao tema da reforma do Estado e da globalização (anos 90 até o presente). Isso nos impede de produzir uma unidade substantiva, forjando uma unidade temática que, em princípio, é difícil de apontar. Daí nossa opção por reunir essa diversidade sob o signo da “política” destacando a diversidade de “estilos” em que essas diferentes temáticas são apreendidas.

Nos três capítulos que se seguem, portanto, abordaremos a primeira de nossas teses interpretativas arroladas na introdução deste trabalho: a de que o fio de continuidade e de unidade entre os diversos momentos da trajetória intelectual de Cardoso, negado pelas abordagens que até o presente vão dando conta da sistematização de seu legado, pode ser reconstruído típico-idealmente e recuperado, na condição de que a ênfase da análise recaia sobre a especificidade política de seus escritos.

CAPÍTULO 2 – O PENSAMENTO COMO *TEORIA*: A IMAGINAÇÃO POLÍTICA NA OBRA ACADÊMICA

O objetivo deste capítulo consiste em rediscutir a produção acadêmica do autor, buscando nela as bases do estabelecimento de um pensamento político. Buscaremos, assim, oferecer uma leitura alternativa desta produção tanto em relação às apropriações que dela se fazem no plano das teorias econômicas do desenvolvimento, quanto às que interpretam seus escritos engajados contra o regime militar uma espécie de marxismo adstringido. Cumpre ressaltar que, ao revisitarmos as ideias do autor neste período, não temos em mente produzir uma mera reconstrução mecânica, mas, antes, ao recuperá-las em função do entendimento do lugar ocupado pela variável política nestes escritos. É este procedimento que justifica uma releitura global de seus escritos no período considerado, que cobre desde as primeiras obras até o limiar do engajamento do autor na política partidária. Assim, para além da teoria do autoritarismo e da redemocratização, procuraremos abordar um conjunto de escritos geralmente tratados como de segunda importância no conjunto de sua obra. Nesse sentido, as partes deste capítulo abordam a “sociologia” de Fernando Henrique Cardoso como momentos de emergência de seu pensamento político, compreendendo (a) o estabelecimento de suas crenças políticas por ocasião da discussão dos “problemas da formação”, passando por (b) uma leitura politicista de sua produção sobre a dependência e o desenvolvimento até chegar (c) na elaboração de uma teoria do autoritarismo e da democratização.

2.1 OS PROBLEMAS POLÍTICOS DA “FORMAÇÃO”: O PATRIMONIALISMO SOCIETAL

Qual é efetivamente o lugar da política nos escritos anteriores à elaboração da teoria do autoritarismo? Para responder a esta pergunta, precisamos fazer uma breve menção ao contexto dos trabalhos produzidos pela sociologia da USP entre a década de 1940 e 1960. Embora tais trabalhos sejam bastante heterogêneos, conforme Bastos (1999)¹⁴¹, seu substrato comum encontra-se na inquirição sobre as

¹⁴¹ BASTOS, Élide Rugai. **Pensamento social da Escola Sociológica Paulista**. in MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira, 1970-1995*, São Paulo: Sumaré, ANPOCS, CAPES, 1999.

razões, o perfil e o efeito do atraso no Brasil a partir da recusa de uma visão dualista comum à maioria dos intérpretes. Presente em muitos destes trabalhos, as imbricações entre o arcaico e o moderno encontrarão, todavia, no tema da democracia racial uma de suas formas mais elaboradas. O prefácio escrito por Florestan Fernandes a *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis* (1960) expressa de forma exemplar estas preocupações, ao indicar que:

Estamos tão convencidos de que o Brasil constitui uma ‘democracia racial’, que aplicamos mal mesmo as regras do bom senso na avaliação dos resultados a que chegam os investigadores. Em consequência, os advogados da tradição se convertem em obstáculos vivos à implantação da nova mentalidade, requerida por um país que pretende lutar pela industrialização, pela democratização da riqueza ou do poder e pelo progresso social. O ideal brasileiro de uma democracia social, acima mesmo das diferenças étnicas e raciais, é o ideal mais elevado que uma coletividade chega a propor-se. [Todavia,] não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. O que está em jogo não é apenas a nossa possibilidade de imitar povos ‘mais adiantados’ ou seja, de reproduzirmos o regime democrático com estilos de vida correlatos, tal como ele pode ser idealizado pela experiência histórica dos povos em questão. Mas, a perspectiva de conseguirmos esse intento sem perdas culturais. Portanto, o conhecimento da realidade presente precisa ser bastante amplo para proporcionar-nos ideias justas sobre os pontos em que a herança social tradicional se opõe às tendências favoráveis à democratização e para revelar-nos as condições em que ela orienta negativamente a formação de hábitos novos, polarizando-os em torno das concepções patrimonialistas das relações de dominação-subordinação. Faltam-nos certas experiências históricas, suscetíveis de intensificar e dar solidez ao desenvolvimento da democracia social no Brasil. Entre eles, contam a ausência de um senso

fundamental de respeito à pessoa humana. Procedendo dessa forma, corremos o risco de considerar *perfeita* uma democracia racial que ainda se está formando e polindo FERNANDES, 1960, p. XI-XVI).

Essas preocupações com o peso da herança patrimonial sobre a formação de uma sociedade democrática expressas por Florestan sintetizam o substrato da produção intelectual de Cardoso nos seus primeiros momentos, marcadas, de um lado, pela afirmação de um ideal empírico de ciência e, de outro, pela recusa em relação às interpretações que conferem qualquer caráter de legitimidade à ordem patrimonial brasileira. Situam-se, portanto, no âmbito de um encontro temático de três processos centrais que animam a imaginação política brasileira: dialogando com as abordagens sobre a *formação*, encaram a discussão política da construção da democracia no país a partir de seus nexos com as questões de uma agenda de *modernização política*.

A ênfase nesta dimensão política da agenda pode ser encontrada nas principais obras de Cardoso de então. No próprio *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, Cardoso e Ianni procuram evidenciar a existência de uma dicotomia social, cujo ponto de corte é a ideologia racial que delimita espaços distintos para o branco e para o negro. Se o que está em voga para Gilberto Freyre são os pontos de intersecção e contato entre negros e brancos na produção de uma relação diferente daquela estabelecida entre o escravo e o espanhol, para Cardoso e Ianni o que interessa são as *visões de mundo* que discriminam lugares diferentes para negros e brancos naquela comunidade, especialmente o patrimonialismo de corte societal que caracterizou a formação da sociedade brasileira: “a forma de contato encontrada em Florianópolis pode ser considerada como uma configuração típica em relação a certos estágios do desenvolvimento da sociedade brasileira, pois a comunidade mantém diversos caracteres da antiga ordem social estruturada à base de padrões socioculturais luso-brasileiros elaborados no período escravocrata (CARDOSO, 1960, p. 237). Importa sublinhar que, tanto no prefácio mencionado, quanto na própria dissertação de Cardoso, o tratamento deste tema aparece “como parte de uma organização social e política de base nacional” (*idem*, p. 235). Assim, o questionamento da ideia freyreana de democracia racial vai colocar o autor em diálogo com o tema da formação da identidade política, que passará, como veremos, a ocupar um lugar central em sua produção neste momento.

Todavia, os temas da agenda do pensamento político do autor, delineados a partir dos desafios colocados à democratização pela herança do patrimonialismo societal, encontrarão nas incursões no marxismo acadêmico um momento decisivo de consolidação. Levada a cabo a partir da realização do Seminário do Capital em 1958, esta incursão representou um rompimento em relação à tutela intelectual exercida por Florestan¹⁴². Tal rompimento tem, para nossos propósitos analíticos, um duplo caráter esclarecedor: em primeiro lugar, pelo fato de ter significado um relativo abandono da perspectiva empiricista e funcional-positivista do trabalho científico em favor no debate no plano das ideias¹⁴³; e, em decorrência disso, o abandono de um certo distanciamento existente entre a prática intelectual e os desafios colocados pela conjuntura política do país, como era corrente na USP. Em outras palavras, como afirma o próprio Cardoso (2006, p. 77)¹⁴⁴, “o seminário significava nossa emancipação intelectual”.

Nesse sentido, embora seja praticamente consensual entre seus participantes o entendimento de que o Seminário tenha sido motivado pelo propósito de apropriação lógico-filosófica da obra¹⁴⁵, as discussões

¹⁴² Do ponto de vista de Florestan, a ênfase filosófica da leitura de Marx aproximava os autores de um estilo ensaístico, representando um passo atrás na consolidação científica da sociologia no país.

¹⁴³ Esta concepção epistemológica é expressa em obras de Florestan como *Padrão de trabalho científico dos sociólogos Brasileiros* (1958). Todavia, na medida em que Florestan se engajava no estudo sobre as relações entre as classes sociais, diminuía a importância do funcionalismo em sua obra. Depois desta obra, paulatinamente, o percurso intelectual do autor assumiria um viés progressivamente marxista, cujo marco de passagem pode ser considerado *A sociologia numa era de revolução social* (1962).

¹⁴⁴ CARDOSO, Fernando Henrique (Entrevista). In: BASTOS, Elide Rugai; ABRÚCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Marcio. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

¹⁴⁵ Embora dele tenham participado intelectuais de formação distinta, como antropólogos, filósofos, sociólogos e economistas. Como o próprio Cardoso afirma em entrevista à *Folha de S. Paulo* em 17/05/1992, havia no Seminário o que se chamava então de pessoal favorável à “antropologia fundante”, que era o Bento, e os que tinham a visão “estruturalista”, o Giannotti. Eu e o Fernando Novais não éramos nem uma coisa nem outra. Giannotti lia fenomenologicamente *O Capital*. Depois mudou para uma coisa mais estruturalista. Ele sempre se interessou, no fundo, pela lógica. Já o Singer conhecia mais, vamos dizer, a ‘mecânica’ do processo. Ele sempre olhou com desconfiança esse negócio de “antropologia fundante”. O Juarez Lopes se somou a nós dois.

do Seminário aproximavam seus participantes da crítica aos rumos das apropriações políticas dominantes do marxismo no país, tal como vinham sendo feitos tanto por parte de um projeto nacional desenvolvimentista atrelado aos interesses do Estado (corporificada no ISEB), quanto por parte do PCB. Nesse sentido, ainda que de forma indireta, a participação na leitura do *Capital* terá desdobramentos sobre as críticas que o autor dirigirá em momentos posteriores tanto ao nacionalismo quando à esquerda brasileira de então.

Estes traços levaram, inclusive, Bernardo Sorj a afirmar que Fernando Henrique Cardoso, embora “filho da sociologia da USP, incorporaria muito mais o modelo sociológico de Guerreiro Ramos do que o de Florestan Fernandes, seu mestre” (2001, p. 92).¹⁴⁶ Embora sem assumir a radicalidade de Sorj, Cardoso revela certa interface existente mesmo antes as rupturas transcorridas no *Seminário*:

Eu não sei se o Guerreiro me influenciou mais do que o Florestan Fernandes. Acho que não. Pode ser que haja coincidência de estilo de pensamento. O Guerreiro era, pra nós aqui de São Paulo, do pessoal do Rio, o mais influente, o mais consistente. Estou olhando com olhos daquela época. O primeiro trabalho de sociologia que eu fiz foi com o Guerreiro, para o Guerreiro. Era uma pesquisa sobre evasão escolar no SENAI. O Florestan era amigo do Guerreiro e gostava dele, “redução sociológica” e aquela coisa toda. Então, possivelmente ele tenha uma influência indireta sobre mim. (...) Quando eu li “O Capital”, eu não acreditava no Partido Comunista e nem na União Soviética. Depois da invasão russa à Hungria em 1956, nenhum de nós tinha nenhuma ilusão com o socialismo real (Fernando Henrique Cardoso, *em entrevista ao autor desta tese na data de 23 de setembro de 2013*).

A herança epistemológica do Seminário d’O Capital acompanhará o pensamento político de Cardoso e se expressará de maneira mais contundente na discussão dos legados intelectuais de Caio Prado Jr. e do ISEB. Enquanto a contenda com o PCB versará sobre a

¹⁴⁶ SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

visão *etapista* e economicista da história, a crítica ao ISEB sublinhará a crítica ao referencial nacionalista expresso em seu projeto de desenvolvimento. Em síntese, como afirma Schwarz (1998, p. 07)¹⁴⁷, “a certa altura, despontou no seminário uma intuição nova do Brasil e que, sumariamente, consistiu em juntar o que andava separado, ou melhor, em articular a peculiaridade sociológica e política do país à história contemporânea do capital”.

Esta herança aparece de maneira mais explícita em *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional* (1962)¹⁴⁸, em que Cardoso retoma o interesse em discutir as questões da formação política brasileira apontado nas conclusões de *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. No entanto, nesta obra, pela primeira vez, o autor vai reivindicar de maneira explícita sua vinculação à análise política ao reclamar a autonomia relativa do político frente ao econômico. Neste aspecto *da formação política do país*, o interlocutor de Cardoso nesta obra não será apenas Gilberto Freyre, mas também Caio Prado Jr., que na esteira de Marx, apontava para a escravidão colonial como um fenômeno pré-

¹⁴⁷ SCHWARZ, Roberto. **Um seminário de Marx**. Novos Estudos CEBRAP. N. 50, março 1998.

¹⁴⁸ Versão em livro da tese defendida no ano anterior intitulada “Formação e desintegração da sociedade de castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul”. A respeito da inventividade da obra, Schwarz afirma que: Não se tratava de categorias complementares, à maneira da oposição entre casa-grande e senzala, cuja reunião compõe um todo sociológico; nem se tratava da culminação de um antagonismo global, à maneira, imaginemos, de Escravidão e abolição. O que o livro investiga em pormenor são as conexões efetivas entre capitalismo e escravidão numa área periférica do país, área com certa autonomia, mas dependente dos que se passava nos âmbitos centrais e na vizinha Argentina, onde vigorava o trabalho assalariado. Antes que o Senhor, ou a Liberdade, o *outro* da escravidão é o capitalismo, e este de modo muito relativo, já que é também a causa dela. De entrada ficavam relativizadas pela história as polarizações abstratas entre escravidão e liberdade, entre os correspondentes tipos sociológicos, ou a identificação ideológica entre liberdade e capitalismo. Assim, *a escravidão podia ter parte com o progresso*, e não era apenas um vexame residual. No campo da esquerda, em especial, desmentia o itinerário de etapas obrigatórias com ponto de partida no comunismo primitivo, passando por escravismo, feudalismo e capitalismo, para chegar a bom porto nos socialismo em que o Partido Comunista fundava a sua política ‘científica’. Assim, o progresso nacional reproduz e até amplia as inaceitáveis relações sociais da Colônia. Quando enfim suprime a escravidão não é para integrar o negro como cidadão à sociedade livre, mas para enredá-lo em formas velhas e novas de inferioridade, sujeição pessoal e pobreza (SCHWARZ, 1995, p. 08)

moderno, ligado à expansão comercial europeia.¹⁴⁹ No entanto, se os argumentos de Caio Parado Jr. tratavam da escravidão como a “pré-história” do capitalismo no Brasil, Cardoso vai integrá-la à construção de um capitalismo peculiar, *incompleto*, o “capitalismo escravista”, diferente, em sua natureza, das relações políticas e econômicas observadas em outras regiões do país, mas que, se baseia igualmente “no domínio que a camada senhorial exerce, pela violência, sobre os escravos” (CARDOSO, 1962[2003], p. 19)¹⁵⁰.

Sua preocupação consiste, portanto, em abordar a inserção plural do Brasil na dinâmica do capitalismo mercantil a partir da problematização da especificidade da dominação senhorial. Para isso, Cardoso vai caracterizar o modo de produção sulista, presente nas estâncias e nas charqueadas, a partir de um sistema de dominação que, embora partilhe dos contornos gerais do sistema de dominação colonial, assume características *sui generis*¹⁵¹ em virtude de fundar-se nos mitos da branquidade, do igualitarismo e da democracia rural (alimentados por Walter Spalding, Salis Goulart, Dante Laytano e Oliveira Viana). Ao marcar a especificidade da organização política meridional em relação à forma geral de dominação de outras partes da Colônia (notadamente as do norte, que fundamentam Casa Grande & Senzala), Cardoso reorienta interpretação positivada feita por Gilberto Freyre sobre o *patriarcalismo*, no sentido de evidenciar os aspectos negativos de um sistema de dominação colonial fundado no *patrimonialismo*¹⁵².

¹⁴⁹ Estas interlocuções serão exploradas de uma forma mais qualificada no capítulo 4 deste trabalho.

¹⁵⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. [1962]

¹⁵¹ Esta diferenciação é explicada por Cardoso pela distância geográfica, pelo tipo de produto (o couro e o charque, de pouco valor no capitalismo mercantil), pela forma de organização produtiva (a presença do negro no sul se deu de maneira diversificada e difusa) e pelas distintas possibilidades de articulação das concessões de terra e benefícios que dela se originavam (no sul, diferentemente do norte, pequenos proprietários conviveram com grandes senhores).

¹⁵² Nesse registro, a utilização dos conceitos de “tradicionalismo” e “patrimonialismo” exercem uma função teórica fundamental nas análises de Cardoso e são entendidos por ele em termos estritamente weberianos, como “toda dominação primariamente orientada pela *tradição*, porém exercida em virtude de um direito próprio” (WEBER *apud* CARDOSO, 1962[2003], p. 147).

Faltando a tradição consagradora dos limites no exercício do poder conferido, e sendo fluido o sistema de controle mantido pela administração real em área tão longínqua quanto o Rio Grande, não estranha que o arbítrio pessoal do mandatário se exacerbasse a extremos, e que os negócios da fazenda *del Rei* se vissem confundidos com os “negócios da fazenda” – da casa – do súdito a quem a Coroa concedia favores. O processo iniciado em Portugal de formação do Estado patrimonial sofria, por essa razão, uma espécie de regressão para um sistema mais próximo do *patrimonialismo patriarcal* (CARDOSO, 1962[2003], p. 121).

Com tudo isso, Cardoso quer evidenciar a precariedade da ordem democrática instaurada na Primeira República, denunciando a persistência de traços da sociedade colonial. Tratava-se de entender a funcionalidade e a crise das formas atrasadas de trabalho, das relações arcaicas de clientelismo, bem como da inserção global e subordinada da economia da sociedade brasileira. Assim, embora inscrito numa problemática de corte fundamentalmente sociológico, com a análise do *capitalismo escravista* no Rio Grande do Sul, o que Cardoso pretende é colocar em evidência as condições políticas que dão base a uma implementação peculiar do capitalismo mercantil. Embora controlado pela coroa, esse sistema de dominação possibilitou uma acumulação de capital que deu origem uma classe capitalista de origem rural em fins do século XIX – os senhores estancieiros –, classe que, dada sua especificidade em relação à burguesia tradicional, precisava ser contempladas em seu potencial limitante pelos que apostavam na ideia de uma Revolução burguesa no Brasil.

Encontram-se, assim, as preocupações com a democratização do país pela via da crítica ao *patrimonialismo societal*, herdadas da agenda de Florestan, com um sofisticado questionamento das teses da Revolução burguesa, tanto em suas versões mais radicais (como no caso do PCB) quanto em suas versões remendadas (como no caso de Caio Prado Jr.). A partir de então, Cardoso embarcará no debate dos projetos políticos para o Brasil pela via da consideração da democracia como um fim em si mesma e não como um meio. Esta ênfase será observada nas análises do autor sobre outros temas e momentos da história brasileira: nas análises sobre a formação do Estado e das alianças políticas (que se cristalizam mantendo o suporte patrimonial), na análise dos modelos de

desenvolvimento econômico (desde a agro exportação e, a partir dos anos 30, com a industrialização substitutiva até o nacional-desenvolvimentismo), nas análises da formação do empresariado, e para explicar o significado da ruptura representada pelo golpe militar, quando finalmente a dominação supostamente fundada nesses conceitos é derrubada.

Em síntese, tomadas em conjunto, *Cor e mobilidade social em Florianópolis* e *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* mostram como figuraram entre as motivações fundamentais do autor, desde suas primeiras obras, preocupações com o entendimento dos fatores historicamente acumulados que atuaram como limitantes à democratização do país: a ausência de uma cultura democrática no Brasil reside, fundamentalmente na inexistência de movimentos de ruptura da ordem social patrimonial. Suas conclusões, nesse sentido, apontam para o fato de que o sentido do processo de desagregação da ordem escravocrata não propiciaram ao negro uma inserção na ordem social da sociedade de classes em formação na qualidade de iguais aos brancos, donde o desafio que se abre à imaginação política consiste em enfrentar o caráter não democrático da formação política brasileira em suas múltiplas dimensões: no trato interpessoal, inter e extra-classe, mas também no trato com a coisa pública, como veremos na sequência. É precisamente esta conclusão geral de seus “estudos raciais” que levará o autor a se preocupar com o tema da integração das massas como sujeito político.

2.2 DESENVOLVIMENTO: “O MAIS POLÍTICO DOS TEMAS ECONÔMICOS”

Estas preocupações levarão Cardoso a embrenhar-se na elaboração do que pode ser considerado, diante das abordagens vigentes, uma *teoria política do desenvolvimento*, da qual, embora sua perspectiva sobre a dependência seja a formulação mais elaborada, tem suas origens no tratamento dispensado por ele às propensões políticas do empresariado brasileiro. Depois de ter estudado e “empresário” rural gaúcho, as apostas da intelectualidade isebiana na identidade de classe e no papel da burguesia nacional na produção do desenvolvimento levaram também a investigar um outro tipo de empresário capitalista: o empresário industrial, notadamente o paulista. Diferentemente do empresário gaúcho, estes eram considerados a face mais “moderna” do capitalismo brasileiro, ainda que conservassem traços fundamentais do

sistema de dominação e da visão de mundo do empresário rural do sul. Este tipo de empresariado, conforme apontou Cotrim (2001, p. 75)¹⁵³, tem origem no curso do desenvolvimento socioeconômico do período da transição (início do trabalho livre até a Rev. de 30), quando alteram-se as condições políticas, dada a redução da presença do setor agrário e a acentuação das tendências de industrialização. Em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (1963), que tem sua redação terminada pouco antes do Golpe Militar, Cardoso passa a enfrentar de maneira mais explícita a tese de que a burguesia nacional poderia agir como um agente político fundamental no processo de desenvolvimento ou mesmo na Revolução burguesa, como era amplamente defendido nos âmbitos do ISEB e do PCB, respectivamente. Como apontou Schwarz (*Op. Cit.*), a obra traduz a expectativa do autor em relação à constituição de forças políticas capazes de conduzir o processo de desenvolvimento trazido pelos governos de JK e Jango. A questão política central desta obra passa a ser, assim, a investigação do papel político da classe burguesa no Brasil.

Sob o ponto de vista da estruturação de seu pensamento político, a preocupação do autor com o empresário industrial representa um deslocamento das preocupações com a democratização para as preocupações com a estruturação de um projeto nacional de desenvolvimento. Observe-se neste ponto que a ênfase é deslocada dos arranjos políticos que sustentam os sistemas de dominação a nível societário, para as interfaces entre a racionalidade da burguesia nacional com a racionalidade do Estado. Nesse sentido, Cardoso passa a se interessar pela formação dos sistemas de poder apoiados nas alianças que se instalam a cada momento e que refletem determinada correlação de forças, o que o afasta da posição dos teóricos críticos do populismo, na medida em que esses construíram seu dispositivo teórico na crítica e negação das alianças e frentes.

No que tange ao diálogo com o pensamento político brasileiro, ampliam-se também as interlocuções. De um lado, tem-se uma continuidade do debate com as teses de Caio Prado Jr. sobre as possibilidades da burguesia dirigir a Revolução brasileira, da economia colonial ao Brasil-Nação. Diferentemente deste, as razões da descrença de Cardoso no caráter modernizador do empresariado brasileiro derivam da conservação daquele caráter patrimonial que caracterizou o

¹⁵³ COTRIM, Ivan. **O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

empresariado rural. Mesmo com a superação do trabalho compulsório e com a formação de um mercado interno e de uma base industrial nativa, ainda mantinha-se aquele caráter patrimonial-tradicionalista no plano político. Cardoso parte de dois tipos ideais de empresário: o *capitão de indústria* (movido mais pela usura do que pela exploração metódica e racional da força de trabalho) e o *homem de empresa* (aquele que possuía a mentalidade agressiva moderna). Haveria uma diferenciação entre o verdadeiro *empreendedor*, isto é, o empresário de extração clássica do capitalismo originário, e o *empresário brasileiro*, de origem agroexportadora, fruto de uma burguesia débil, tanto por sua origem quanto pela estrutura política patrimonialista. Assim, como a burguesia brasileira relacionar-se-ia com o estado a partir de uma visão predominantemente patrimonialista, o que se mostrava de forma efetiva no horizonte político brasileiro era a hegemonia dos *capitães de indústria*, o que acabava por comprometer a possibilidade de consciência de seu papel no processo de desenvolvimento como apontado por Caio Prado Jr.

De outro, acrescenta-se a polemização com as posições político-econômicas defendidas por autores como Hélio Jaguaribe e Celso Furtado. Para o primeiro, como porta voz de uma das principais correntes isebianas, um projeto nacional de desenvolvimento requeria uma política de alianças que, eliminando a presença dos latifundiários, da burguesia comercial e da pequena burguesia, criasse um núcleo de poder centrado no proletariado e burguesia industrial, ao qual se somariam as forças militares e os setores intelectuais. Já o segundo, apoiado nos argumentos da Cepal, defendia as possibilidades de desenvolvimento com base na constituição de um capitalismo industrial capaz de suprir endogenamente as necessidades de bens (apontando, assim, para as possibilidades da burguesia nacional gestar o desenvolvimento de maneira autossuficiente). Cardoso questiona a premissa – subjacente a ambos – de que os setores sociais “eleitos” para produzir o desenvolvimento estivessem *naturalmente dispostos* a dar garantia e sustentar um capitalismo autônomo. E contrapõe a este núcleo argumentativo os dados coletados em sua pesquisa de campo com o empresariado industrial, que mostram a baixíssima preocupação deste em levar adiante um plano nacional de desenvolvimento, manifestando-se, antes avessos aos assuntos do Estado. Além disso, para se definir esses segmentos sociais, seria necessário antes saber quais os “grupos nacionais e internacionais controlam o Estado e a indústria”

(CARDOSO, 1963[1964], p. 79)¹⁵⁴. A burguesia nacional se limitaria, antes, à vida privada, contentando-se com a condição de sócia-menor do capitalismo, sem lutar para alçar posição na vida política. Segundo Cardoso,

é restrito o grau de controle político que os industriais exercem, *enquanto camada social*, sobre o aparelho estatal. Falta à massa dos industriais a socialização necessária para o desempenho dos papéis a que deveriam responder como cidadãos de uma república democrático-burguesa. Sentem-se, em decorrência disso, sem responsabilidade pela Nação e definem-se sistematicamente como um grupo alheio às decisões do Governo. (...) Na forma de encarar o Estado, de optar por candidatos ou de propor soluções, dissociam a condição de empresários da condição de cidadãos (...) A única forma possível de ação política que se apresenta empiricamente aos industriais consiste na participação pessoal no jogo de compromissos que a política de tipo patrimonialista ainda dominante oferece aos que têm recursos para arcar com os ônus do clientelismo político. (...) as condições sociais de formação da burguesia industrial exercem um "efeito de amortecimento" na concretização das possibilidades de consciência dos interesses de classe que a camada industrial virtualmente possui e dificultam o desenvolvimento de formas de comportamento social compatíveis com sua "situação de classe" (*idem*, p. 165)

Com isso, ele se posiciona de maneira inovadora em relação às polêmicas sobre nacionalismo ou internacionalização, e critica as ideologias que impregnavam os movimentos políticos do período. Cardoso passa, portanto, a interpretar a debilidade da burguesia brasileira a partir de sua formação histórica patrimonial tradicionalista, afastada da vida pública, dado que ela "se vê" apenas como agente econômico privado, apática aos problemas nacionais, como se não lhe

¹⁵⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difel, 1963 [1964].

dissessem respeito¹⁵⁵. Assim, Cardoso define a fragilidade do processo de industrialização pela fragilidade político-ideológica da burguesia nacional que lhe corresponde. Emerge aí sua concepção sobre a fragilidade da burguesia nacional, da qual ele retira a explicação sobre o fraco dinamismo dessa classe, que não assume a condução da economia nacional: ela se desloca em ziguezague, numa dinâmica política que surpreende os setores nacionalistas, ao apoiar o capital internacional e a ele se associar.

Essas polemizações com Caio Prado Jr., Jaguaribe e Furtado denotam como Cardoso vai consolidando uma perspectiva que privilegia as variáveis políticas como elemento de compreensão dos processos econômicos, endossando o tom geral da crítica weberiana à sociologia marxista. Cardoso consolida, assim, sua perspectiva de que é nas possibilidades de mudança política que repousa a possibilidade dos processos de desenvolvimento. É no caráter político (os sistemas de decisão, o engajamento) que as respostas devem ser buscadas e tais possibilidades extrapolam a própria consciência de classe da burguesia nacional, pois atingem as expectativas populares em torno da organização político-econômica.

Nesse registro, compreende-se o dilema fundamental que permeia a imaginação política do autor neste momento de sua produção, expresso no final do livro: “subcapitalismo ou socialismo?” (*idem*, p. 187). Este era certamente o tipo de discurso esperado por setores da esquerda da época, ávidos de abordagens que colocassem as alternativas em termos maniqueístas, a fim de radicalizar o conflito. No entanto, como destaca Schwarz (1995, p. 12) ao comentar tal dilema, o caminho enveredado por Cardoso, na medida em que se afasta das alternativas possíveis para fazer a crítica de todas elas, representa um balde de água fria sobre tais pretensões:

O parágrafo final, redigido às vésperas e sob a pressão dos desfechos de 64, concluía por uma alternativa inesperada para a esquerda. No que dependesse da burguesia industrial o rumo estava tomado: satisfeita com a condição de sócio menor do capitalismo, ela renunciara a tentar a hegemonia plena da sociedade. A incógnita, se

¹⁵⁵ Para ele, desde a Colônia, aqui se colocaram empreendimentos capitalistas-mercantilistas da fase de acumulação primitiva de capital na Europa, de forma que não teria havido uma organização feudal.

houvesse, vinha do campo oposto. Qual seria a reação das massas urbanas e dos grupos populares? Teriam capacidade de organização e decisão para levar mais adiante a modernização política e o processo de desenvolvimento econômico do país? No limite a pergunta será, então, subcapitalismo ou socialismo? Fernando Henrique acertara em toda linha, também neste ponto: tratava-se de um subcapitalismo, ávido de avanços econômicos e sem compromisso com a integração social do país. A impopularidade da tese não impedia que a sua justeza fosse reconhecida à boca pequena, e suponho que a ascendência intelectual e política de seu autor no interior da esquerda tenha crescido a partir daí.

Em síntese, sua pesquisa entre os empresários expressa mais o caráter *político* que econômico do dilema do desenvolvimento brasileiro. O autor buscou explicar a ação da burguesia brasileira pela consciência que ela manifesta diante da realidade socioeconômica, e explicar a não formação de sua “consciência de classe” e seu comportamento ziguezagueante pela sua origem e prática patrimonialistas, as quais não se restringiram aos setores tradicionais, criando, antes, uma estrutura que fez, em muitas ocasiões parte integrante da nova sociedade. Como veremos, a realidade socioeconômica conduzida pelo golpe militar se encarregará de responder os questionamentos deixados em aberto por Cardoso em torno das possibilidades do desenvolvimento, assumindo um sentido claro e forte em favor do subcapitalismo e sem a elevação da economia brasileira à condição de autonomia.

Os próximos movimentos de Cardoso demonstrarão sua preocupação em estudar a outra ponta da questão sobre as possibilidades políticas do desenvolvimento: a participação do Estado nesse processo. Estas preocupações passaram a figurar em seus interesses logo após a publicação de *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, como se pode notar no texto que ele apresenta suas intenções iniciais de investigação à Divisão de Programação do Desenvolvimento Social do Instituto Latino-americano de Planificação Econômica Social (ILPES), em março de 1965:

Um dos obstáculos mais generalizados nos países latino-americanos à formação de uma verdadeira

burocracia de formação técnica reside no fato de que a transição da sociedade tradicional se faz sob a pressão dos movimentos populistas, onde as reivindicações em torno da distribuição da renda e o preço dos favores eleitorais repercutem ao nível do Estado, transformando a administração em um mecanismo da política de clientela, embora com um sentido distinto do que tinha no período de seleção exclusivamente patrimonial dos funcionários (CARDOSO, 1965 [1969], p.49)¹⁵⁶

Todavia, tais preocupações serão profundamente reorientadas, na medida em que a realidade que vai se impondo pela retórica radicalmente anti-populista e pela assunção de um caráter tecnocrático na condução política dos regimes autoritários passam a não mais dar sustentação aos argumentos de sua agenda de pesquisa. Como observou Carvalho (2007, p.25-26)¹⁵⁷, o *planejamento* passa a ser a lógica da modernização, “em detrimento do que havia sido a tônica da ditadura Vargas, a saber, o trabalho, a sociedade”. O regime militar conceberá um consenso forjado exclusivamente pelo mercado, a partir do lançamento do capitalismo brasileiro em uma nova escala de acumulação. Nesse contexto, os economistas assumirão um lugar privilegiado no debate político, seja na legitimação do regime (ao justificarem a importância do planejamento e ao executá-lo), seja fora dele, por meio da crítica aos aspectos tecnocráticos com o qual era conduzido¹⁵⁸. Assim, enquanto setores da esquerda passarão a pautar as

¹⁵⁶ CARDOSO, F. H. **Os agentes sociais de mudança e conservação na América Latina**: um programa de estudos. In: Mudanças sociais na América Latina. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969. Versão modificada, de texto com a colocação inicial de temas de investigação, apresentada em março de 1965 à Divisão de Programação do Desenvolvimento Social do Instituto Latino-americano de Planificação Econômica Social (ILPES).

¹⁵⁷ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.22, n.65 [online], 2007.

¹⁵⁸ Convém ressaltar que, neste ponto que a trajetória de Cardoso começa a romper com as possibilidades institucionais apresentadas pelo campo intelectual no Brasil da época. As vinculações estabelecidas pelo autor com instituições supra-nacionais como o ILPES, a FLACSO e a CEPAL propiciarão a ele uma experiência diferente da maioria dos intelectuais que ficarão no país, na medida em que ele passa a estabelecer vínculos institucionais que o permitem produzir uma perspectiva mais ampla da realidade política da região. Sentindo-se

alternativas políticas a partir da oposição ente *socialismo ou fascismo* (dando suporte intelectual à luta armada e à radicalização do debate), Cardoso permanecerá fiel às conclusões de sua obra anterior, embora passe a ser forçado a assimilar as mudanças impostas por esse novo quadro.

Ocorre também uma alteração nas interlocuções. Se, participando da criação do CESIT em 1962, ajudara o autor a polemizar com as teses defendidas pelo PCB e pelo ISEB acerca das possibilidades do desenvolvimento calcado em bases autônomas e nacionais, neste período Cardoso passará a polemizar com a CEPAL e as abordagens da dependência e do subdesenvolvimento, especialmente em relação às visões mais catastrofistas da questão. No plano epistemológico, o centro das controvérsias sobre seus escritos deste período passam a acompanhar as disputas internas da CEPAL, que opunham neste momento, abordagens de corte marxista (como a de Andre Gunder-Frank) às de corte weberiano (como a de José Medina Echevarría).

No caso específico da inscrição de Cardoso nesse debate, as críticas passam a apontar para um “deslizamento” epistemológico pelo qual o autor progressivamente iria abandonando o materialismo histórico em favor da sociologia compreensiva. O apontamento deste “deslizamento”, a pretexto do resguardo do caráter fundante da variável econômica sobre a estruturação da realidade, passa a rotular a abordagem do autor como “politicista”, como pode ser percebido na abordagem de autores como José Chasin (1999)¹⁵⁹, o que corresponde a negar a intenção autoral de elaborar uma perspectiva que comporte as “determinações recíprocas” entre as estruturas políticas e os processos econômicos de desenvolvimento. De toda forma, sem que seja necessário aderir às críticas do “politicismo”, é possível concordar com os autores ao menos em um aspecto: a perspectiva de Cardoso sobre a

ameaçado, Cardoso exila-se no Chile, onde permanece até 1967. Nesse período, integrou a Comissão Econômica para a América Latina e o Instituto Latino Americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES), sendo diretor-adjunto da divisão social. Além destes vínculos, lecionou no Chile (na FLACSO e na Universidade do Chile), na Argentina e no México. Enquanto os intelectuais que ficam no país se adaptam a um cenário de coação (alguns torturados, outros serão aposentados compulsoriamente e alguns ainda desenvolvendo sua atividade dentro da universidade, embora acompanhados de perto pelo Estado), Cardoso experimentará, no exílio no Chile (64-47) e na França (67-68), uma relativa liberdade de pensamento.

¹⁵⁹ CHASIN, J. **Ad Hominem**: rota e prospectiva de um projeto marxista. In Ensaio ad hominem, n.1, tomo 1. Santo André, AdHominem, 1999.

dependência coloca às abordagens econômicas sobre o desenvolvimento um problema que é mais relevante no plano *político* do que no plano teórico. Embora a ideia de que Cardoso tenha sido em algum momento de sua trajetória um autor puramente marxista, o registro dessa crítica é importante na medida que reforça a centralidade da variável política de seu pensamento, como indica o próprio autor ao fazer uma retrospectiva das motivações que inspiraram sua elaboração:

As nossas discussões então tinham, por um lado, uma espécie de continuidade do ideal bolivariano. Nós queríamos uma América Latina unida, um pouco romântica. (...) E o que é curioso nesse processo é que esse ideal integrador, no caso da América Latina, não derivou de necessidades circunstanciais, do clima ideológico, político. Não foi por causa da existência de um choque da guerra fria, que terá naturalmente ajudado na Europa uma ideia de Europa. Não tínhamos essa mesma presença de ‘o outro lado’. Foi por uma vontade de irmandade e também porque nós precisávamos unirmo-nos porque éramos muito fracos. Precisávamos realmente integrar nossas economias para que nós tivéssemos escala e pudéssemos sobreviver num mundo que nos era, e continua sendo, em grande parte, hostil. Havia, portanto, um valor nesse processo, que era político (CARDOSO, 1998, p. 438)¹⁶⁰.

A elaboração da perspectiva associada da dependência procurará responder a estas preocupações. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (escrita entre 1965 e 1967, mas publicada em 1969) representa, nesse sentido, a ampliação, para o horizonte latino-americano (por meio de um estudo comparativo entre nove países), das teses já defendidas em 1963 acerca da impossibilidade da constituição de um processo de desenvolvimento autônomo (como queriam, no caso brasileiro, o ISEB e o PCB). Sob o conceito de “capitalismo dependente”, as categorias de “dependência” e “desenvolvimento” passarão a não ser mutuamente excludentes, com a *autonomia*

¹⁶⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso de encerramento do V Fórum Eurolatino-Americano**. Lisboa, 22 de maio de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.71, v.07].

continuando a ser vista como uma ilusão e o *desenvolvimento* como uma possibilidade aberta, embora condicionada pelo filtro dos arranjos políticos que sustentam a relação entre os setores econômicos interno e externo. Como afirma o autor:

A perspectiva em que nos colocamos põe em dúvida precisamente o que se aceita como necessário na concepção usual da análise das etapas de desenvolvimento. Tal resultado não é automático e pode não se dar. A determinação das possibilidades concretas de êxito depende de uma análise que não pode ser só estrutural, mas que tem de compreender também o modo de atuação das forças sociais em jogo, tanto as que tendem a manter o status quo como aquelas que pressionam para que se produza a mudança. Exige, além disso, a determinação das “orientações valorativas” ou ideologias que animam as ações e os movimentos sociais. Como essas forças estão relacionadas entre si e expressam situações com possibilidades diversas de crescimento econômico, a interpretação só se completa quando o nível econômico e o nível social têm suas determinações recíprocas perfeitamente delimitadas nos planos interno e externo. (CARDOSO, 2004[1969], p. 52)¹⁶¹

Dessa forma, assim como na análise sobre o empresariado brasileiro, a análise da dependência encontrará nas variáveis políticas do processo seu caráter fundamental. Mais exatamente, a novidade trazida pela obra em relação às análises de Cardoso sobre o empresariado consiste em afirmar que *economia e política* se encontram em “relações e determinações recíprocas”, demandando a formulação de uma perspectiva *integrada de análise* segundo a qual

Não se trata de substituir as análises econômicas do desenvolvimento por interpretações sociológicas ou políticas. Trata-se de recolocar, à luz de uma perspectiva teórica distinta, todo um

¹⁶¹ CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. [Versão original publicada em 1969].

conjunto de problemas para buscar explicar, mais que descrever, determinar estruturalmente, mais que prever instrumentalmente, compreender historicamente, mais que elucidar funcionalmente, as formas possíveis de mudança e de negação das relações de dependência. Teoricamente, portanto, a análise da dependência não substitui a teoria do desenvolvimento embora possa, sem dúvida, encontrar significações novas para alguns de seus resultados. Seria melhor dizer que a limita e lhe dá sentido preciso quando mostra que o núcleo da problemática dos países dependentes só se determina quando se compreende a oposição e a dialética entre formas de dominação e formas de produção, entre política e economia (CARDOSO, 1969, p. 22)¹⁶².

Assim, seria “através da análise dos interesses e valores que orientam a ação de grupos e classes sociais que se dá vida ao sistema socioeconômico” (CARDOSO, 1969[2004], p. 34). A dinâmica referente ao sistema de relações e alianças entre as classes sociais nas nações dependentes torna-se, assim, o elemento chave para se compreender as possibilidades de desenvolvimento, modernização e industrialização:

o problema teórico fundamental é constituído pela determinação dos modos que adotam as estruturas de dominação, porque é por seu intermédio que se compreende a dinâmica das relações de classe (...) Esta opção teórica fica apoiada empiricamente pelo fato de que as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano tem sido sempre acompanhada, senão de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações, e portanto de conflito, entre classes e grupos (*idem*, p. 35)

A própria diferenciação entre economias “de controle nacional” e “economias de enclave” atende a esta opção analítica, na medida em que

¹⁶² CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1969.

tem por objetivo mostrar que a capacidade de controle nacional dos países depende dos arranjos que originaram diferentes esquemas de dominação política, de sorte que as determinações externas se fizeram mediadas pelos sistemas de poder locais. O recurso a estes tipos ideais (de um lado, economias marcadas pela forte presença de proprietários externos como condutores do sistema produtivo e, de outro pela presença de uma burguesia local forte) demonstra também que, em nenhum dos casos, se produz uma inevitabilidade histórica no sentido das economias nacionais se tornarem mero reflexo das modificações ocorridas no polo externo, abrindo, antes um horizonte de possibilidades. Antes, tal distinção apenas evidencia a existência de um gradiente de autonomia política dos países em face das relações externas o que, por sua vez, passa a depender do entendimento dos traços constitutivos da sociedade civil em cada caso, das ligações entre interesses concretos de diferentes grupos, classes ou setores sociais que, não raras as vezes, extrapolam os limites nacionais.

Nesse quadro, a compreensão e explicação do desenvolvimento toma como fundamental a definição das situações e problemas que delimitam e dão sentido à ação das forças sociais e políticas que atuam nas sociedades dependentes. Daí as variáveis políticas terem tanto peso e relevância em sua análise. Em outras palavras, se poderia dizer que a análise do desenvolvimento precisa contemplar o conjunto das forças e movimentos sociais que participam do jogo político na América Latina, seus grupos e classes estratégicos: os setores populares, os setores industriais e também o aparato estatal. Nesta ótica, passam a ser importante a análise do peso relativo dos setores tradicionais na cultura política (a existência de traços patrimonialistas, personalistas, populistas, etc.), o tipo de ligação dos interesses dos distintos grupos com o conjunto da sociedade nacional e com as economias dominantes, a capacidade destes grupos e dos que passam a exercer o controle dos setores industriais e financeiros modernos para redefinir interna e externamente os vínculos com o demais interesses econômicos e grupos sociais, todos estes fatores passam a assumir uma função decisiva para a análise das distintas possibilidades nacionais de transformação social e de desenvolvimento econômico. Também a análise do Estado aparece como essencial, aparecendo como a expressão de um conjunto de forças e movimentos sociais que estabelecem entre si relações de dominação; portanto, de nenhuma maneira se pode pensar em um Estado supra social. Cardoso e Faletto procuram, com isso, ressaltar a natureza política do desenvolvimento econômico: em cada situação concreta de dependência, construiu-se uma dinâmica interna distinta de relação entre

grupos, classes, organizações e movimentos sociais, que abria espaço para uma autonomia relativa. As situações de dependência econômica se definem, em suma, a partir da correlação de forças que afeta os sistemas de poder.

Colocadas nestes termos, as preocupações dos autores com a dinâmica política acabam por colocar no centro da agenda a questão da democracia. Embora não dependam exclusivamente dela, as possibilidades de desenvolvimento na América Latina passam a ser avaliadas a partir das possibilidades de afirmação e enraizamento da democracia como valor. É importante sublinhar que, considerando sua recusa por uma ação radical e sua conseqüente convergência para uma postura democrática, esta postura representa uma dupla recusa em relação ao pensamento “progressista” de então: no plano das instituições, a recusa da democracia como sendo “burguesa” ou “formal”, sendo, antes, o caminho mais curto para o desenvolvimento; e, no plano dos embates sociais, a recusa de que as mudanças estão exclusivamente subordinadas à ação do proletariado e do campesinato. Assim, como afirma Lehmann (1986, p. 32)¹⁶³, Cardoso foi levado a antecipar-se ao “sequestro” de sua perspectiva sobre a dependência por parte de um discurso radical. Antes, em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, o ponto crucial sobre o qual incide a análise é a necessidade de se construir uma “problemática do sujeito” e de se compreender os movimentos sociais:

“não é, pois, surpreendente que dele se pudesse dizer que há muito tempo ele buscava vislumbrar as possibilidades de uma ampla aliança de classes na política brasileira que não fosse populista no conteúdo ou no estilo, mas que possibilitasse a construção de um sistema de participação democrática e de desenvolvimento econômico com certo grau de justiça social (*idem*).

Nesse sentido, a afirmação da dependência em Cardoso denotava, antes de mais nada, a crença inegociável dos autores no desenvolvimento como produto da ação política de grupos sociais dispostos a produzi-lo, o que, por sua vez, mostraria sua face mais dinâmica em uma ordem política democrática para resolver seus

¹⁶³ LEHMANN, David. **FHC**Cardoso: da dependência a democracia. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 14, 1986.

conflitos: se voltamos a *Dependência e Desenvolvimento*, vemos que o livro – sobretudo em suas proposições programáticas e metodológicas – pode ser lido como um longo libelo em favor da análise da política nacional e dos movimentos sociais no contexto das diferentes relações entre a economia de um país e a economia mundial” (LEHMANN, 1986, p. 32)¹⁶⁴. Cardoso e Faletto consideram seu trabalho, assim, como um estudo dos movimentos sociais e da mudança política em tais contextos, e não como uma documentação do modo pelo qual a economia mundial afeta as perspectivas de desenvolvimento na América Latina, o que pode ser observado no esboço feito no último capítulo do livro sobre os padrões de aliança e conflito e de oportunidades surgidas no período em que a “internacionalização do mercado interno” abre espaço para uma autonomia relativa.

Esta autonomia relativa, por sua vez, explicaria a situação ambivalente do Brasil: um dos países latino-americanos que melhor teria equacionado a relação de dependência em favor do desenvolvimento econômico seria também o país em que o Estado seria mais poroso aos interesses patrimoniais, escondendo-se atrás de uma orientação populista. Os esquemas aliancistas estiveram presentes nesse processo (30 a 64), consolidando o populismo. Esse caráter político sofre mutações de Vargas para JK: enquanto no primeiro caso o populismo é nacionalista, no segundo não dispensa o capital externo. Todavia, em permanecendo o populismo, o estado não se moderniza nem se democratiza, de forma que o avanço econômico observado neste período, não produziu o efeito modernizante que ocorrerá com o golpe de 64. O Golpe Militar, por sua vez, rompe com o populismo, ao preço da “revogação democrático-populista”, cria instrumentos racionais-burocráticos capazes de controlar e dar continuidade ao processo de desenvolvimento, mas à custa da própria democracia. No caso da postura do empresariado, até o Golpe, não haveria um compromisso de classe com o processo de industrialização pois, como vimos, os empresários não se organizavam em torno da dimensão política do comportamento empresarial¹⁶⁵. Em seus escritos posteriores ao golpe,

¹⁶⁴ *Idem.*

¹⁶⁵ Até a produção de *EIDEB*, Cardoso vê a burguesia nacional como oscilante, indefinida e inconsciente de sua própria situação histórica e de classe. Antes do golpe militar, o sociólogo paulista considerava que a burguesia movia-se sinuosamente e refletia uma “falsa consciência” da situação, pois se encontrava investida dos padrões políticos tradicionais, patrimoniais; mas, depois do golpe, diz Cardoso, ela expressa uma consciência consistente da realidade,

em particular em *Mudanças sociais na América Latina* (1969), essa indefinição já não é registrada, ao contrário, é posta de manifesto uma objetividade nos seus atos e na sua consciência.

Em síntese, a conclusão de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* reforça os resultados a que chegara em *Empresário industrial*: o Brasil não tende nem ao fascismo, nem ao subdesenvolvimento crônico, nem à estagnação; o capitalismo nacional é um equívoco de análise, e o socialismo não é uma possibilidade factível. Resta a opção do capitalismo dependente com um máximo de democracia política e social a ser conquistada. Cardoso e Faletto deslocam, assim, a ênfase posta na reafirmação do processo de dependência, para colocá-la na novidade do desenvolvimento-associado, embora dependente, ressignificando positivamente a abertura do mercado interno que, por sua vez, permitia “incrementar o desenvolvimento e manter, redefinindo-os, os laços de dependência” (CARDOSO e FALETTI, 2004[1969], p. 141).

2.3 TEORIA DO AUTORITARISMO

A sequência da agenda do pensamento político do autor ao longo dos anos 70 vai colocar o tema do Estado e dos movimentos sociais no topo da agenda da teoria do desenvolvimento e abrirão caminho para as intervenções mais elaboradas que Guillermo O’Donnell apresentou sobre o assunto¹⁶⁶. Os traços do pensamento político do autor que foram se delineando até este momento de sua trajetória se tornarão cada vez mais explícitos ao longo dos anos 70, quando o autor elabora suas teorizações sobre o Estado burocrático-autoritário e sobre o processo de redemocratização, temas que possibilitarão a ele a oportunidade de retomar algumas das preocupações políticas que, por força das circunstâncias, haviam ficado em segundo plano desde 1965. Já em 1967, em *Hegemonia burguesa e independência econômica*, Cardoso se

abandonando a crítica que fazia anteriormente de que ela se moveria mais ao sabor do dia-a-dia, nos limites de uma “consciência empírica”. De outro lado, o mesmo setor tradicional que esteve por trás do atraso burguês no Brasil, contraditoriamente, serviu como base de sustentação da modernização.

¹⁶⁶ Segundo Lehmann, foi Cardoso quem, em 1972, criou o termo “Estado burocrático-autoritário”, mais tarde popularizado por O’Donnell como “Estado B.A.”. LEHMANN, David. **FHC**Cardoso: da dependência a democracia. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 14, 1986.

propunha fazer uma análise das alianças políticas que deram sustentação ao Golpe: “na reconstituição do sistema de alianças desde a derrubada do governo Goulart, viu-se claramente que importantes setores industriais-financeiros articularam o golpe e se propuseram à busca de uma posição hegemônica” (1969 [1967], p. 183)¹⁶⁷. Com o Golpe Militar, aprofunda o padrão de acumulação pela via da internacionalização da economia iniciado no período JK e o controle político do processo passa a ser feito a partir da mitigação da classe trabalhadora via arrocho salarial e retirada dos canais de participação política. Os interesses em jogo que dão sustentação ao regime se acomodam em torno de um novo esquema de alianças políticas, com a burguesia perdendo o caráter político amorfo que a caracterizava e estabelecendo, agora, pela fusão de seus interesses político-econômicos com o Estado, uma relação de identificação crescente com este. Neste quadro, segundo Cardoso, duas alternativas se abriam à burguesia nacional:

É forçoso concluir, portanto, que a política de desenvolvimento baseada no impulso dinâmico do setor industrial financeiro da burguesia nacional chegou a seu termo, sem que isto signifique necessariamente que a burguesia industrial venha a estar excluída dos novos sistemas de aliança. Em qualquer hipótese, contudo, cumprirá um papel subordinado na condução do processo de desenvolvimento: como caudatária dos grandes grupos monopólicos, ou como dependente do setor público, no caso de uma eventual alternativa que leve a uma política econômica independente. No primeiro caso, talvez seja logrado o desenvolvimento industrial, mas a hegemonia burguesa, em termos nacionais, terá passado para o museu das ideologias, e com ela a ideia de economia independente. No segundo caso, quiçá se alcance o desenvolvimento nacional, mas a burguesia como força político-social, pertencerá à

¹⁶⁷ CARDOSO, F.H. **Hegemonia burguesa e independência econômica:** raízes estruturais da crise política brasileira. In: Mudanças sociais na América Latina. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969. Escrito para o número especial sobre o Brasil da revista *Les Temps Modernes*, ano 23, nº 257, Paris, outubro de 1967.

história do desenvolvimento social (CARDOSO, 1969 [original: 1967], p.185)¹⁶⁸.

As análises das questões políticas por ele abordadas (patrimonialismo, alianças, Estado, dominação) até este momento davam-se em função da elaboração de uma teoria política do desenvolvimento, o que mantinha suas interlocuções mais próximas do campo da economia. No entanto, com a fundação do CEBRAP¹⁶⁹, Cardoso passará a discutir questões fundamentais sobre a natureza do regime político brasileiro, redirecionando estas interlocuções para dentro do campo da teoria política. Perdem importância, por outro lado, o interesse de analisar as possibilidades de se instaurar no poder a hegemonia burguesa. A partir de então, o centro de sua reflexão vai mudando, paulatinamente, da questão da dependência para a análise da dinâmica política do Estado, retomando a agenda que deixara em aberto em meados da década anterior, em face do caráter anti-populista e tecnocrático assumido pelo Regime Militar:

O processo político possui certa autonomia diante do condicionamento estrutural. Assim, não se trata de, uma vez caracterizada uma forma nova de dependência, estiolar o conhecimento da vida política na repetição de chavões (...). Ao contrário, penso que a análise das conjunturas políticas é necessária para entender como na luta social (econômica e política) são selecionadas alternativas pelos grupos, classes e indivíduos, que, de modo determinado, recriam a história. (...)

¹⁶⁸ CARDOSO, F.H. **Hegemonia burguesa e independência econômica:** raízes estruturais da crise política brasileira. In: Mudanças sociais na América Latina. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969. Escrito para o número especial sobre o Brasil da revista *Les Temps Modernes*, ano 23, nº 257, Paris, outubro de 1967.

¹⁶⁹ Em 1969, Cardoso, junto com outros ex-uspianos aposentados pelo Regime Militar, como José Arthur Giannotti, Boris Fausto, Francisco de Oliveira e Roberto Schwarz, fundam o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que logo se tornou referência acadêmica do marxismo e sinônimo de resistência ao regime no país. Embora fundado com a preocupação de discutir a natureza do capitalismo brasileiro e do sucesso do “milagre econômico”, as preocupações do CEBRAP evoluirão para a investigação da natureza institucional do Regime Militar e dos caminhos possíveis da redemocratização do país.

depois que, politicamente, as alianças de classe se deslocaram para implementar um dado modelo de desenvolvimento, as alternativas para ele têm que ser buscadas ao nível das forças sociais existentes, as que defendem e as que real ou potencialmente negam o status quo (CARDOSO, 1973, p. 01-02; 65)¹⁷⁰

Assim, a busca das alternativas políticas possíveis dentro de um modelo específico de desenvolvimento (marcado pela internacionalização, pelo tecnocratismo e pelo caráter antipopular), somadas ao interesse do autor em desvendar a natureza e o sentido histórico das mutações do Estado na América Latina expresso já em 1965 por ocasião em seu autoexílio no Chile, darão com que o autor desloque seus interesses investigativos da elaboração de uma teoria política do desenvolvimento para uma *teoria do autoritarismo* em função da qual os temas passarão a se afirmar.

Embora, como vimos, a indicação do esgotamento do modelo político de desenvolvimento patrimonial-populista já estivessem presentes nas análises datadas de 1967, a natureza da nova realidade política só passará a ser uma questão explícita nos escritos do autor a partir de 1970, dando origem à construção da *teoria do autoritarismo*. É importante observar, de início, que tal teoria, ao produzir uma adaptação dos conceitos weberianos para a realidade brasileira, procuram romper com a leitura mecanicista do marxismo dominante do Brasil, que tendiam a reduzir o jogo político à situação de classe. Assim como no caso da análise das situações de dependência, para Cardoso, a relação entre as forças políticas que articulam o regime e as forças sociais que se beneficiam dele encobre o entrelaçamento dos planos econômico e político, que exercem entre si relações de determinação recíproca. Seria preciso distinguir, assim, o conceito de “classes dominantes” do de “facções dirigentes” e, nas primeiras, separar as que de fato ampliam suas vantagens das que não necessariamente ganham com a condução política das facções dirigentes. Dessa forma, a questão de base, subjacente à instauração de uma ordem política, seria a de regular os atores legítimos da arena do poder e a de excluir com êxito – e violência, se necessário – os grupos, classes e frações de classe que perderam legitimidade diante de uma situação política vencedora: “a

¹⁷⁰ CARDOSO, F.H. **O modelo político brasileiro**. Col. Corpo e alma do Brasil. 2.ed. São Paulo: Difel, 1973.

condição ‘histórica’ que permite a um grupo emergente de atores políticos auto afirmar-se como donos do poder e encontrar a obediência dos demais depende de uma equação entre o recurso à força e a capacidade que o novo grupo tenha para resolver um conjunto de problemas que aparecem como cruciais num dado momento” (1993 [1974], p. 159)¹⁷¹.

Como observou Ribeiro (2010)¹⁷², é neste momento que Cardoso reorienta sua caracterização do patrimonialismo brasileiro *do plano societal*, oriundo do modo de produção escravocrata, *para o plano político*, como resultante da herança ibérica patrimonial, na constituição do Estado brasileiro, especialmente nos vários momentos de autoritarismo existentes no país, como o paternalismo autocrático do império, a “democracia de elites” da República Velha, o populismo autoritário de Vargas e o autoritarismo tecnocrático dos militares. Assim, Cardoso elaborará uma teoria do Estado Autoritário calcada no referencial weberiano, que ressalta os aspectos burocráticos e tecnocráticos do regime, destacando a discussão sobre os conflitos internos do estado, no plano institucional e das alianças que lhe dão sustentação.

O primeiro aspecto dessa construção consiste na própria definição da especificidade do fenômeno: o autor se opõe à análise política que vê no novo sistema de poder tendências fascizantes ou totalitárias, indicando como falso o dilema “socialismo ou fascismo”, apresentado como inevitável por setores da esquerda para a América Latina¹⁷³. O regime inaugurado não é, também, uma ditadura, pois os *regimes ditatoriais* só se afirmaram diante de situações políticas que contavam com ao apoio de organizações populares revolucionárias.

¹⁷¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **A questão do estado no Brasil**. In: A construção da democracia no Brasil: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993. Publicado originalmente na Revista Dados, abril de 1974.

¹⁷² RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. **Autoritarismo e democracia no pensamento político de Raymundo Faoro, Simon Schwarzman e Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Orientadora: Wania Amélia Belchior Mesquita. Campos dos Goytacazes, 2010.

¹⁷³ Sobre a importância do CEBRAP, conferir o texto já citado de Lahuerta (2001) e Baptista (2007).

Com base nas análises do autoritarismo espanhol empreendida por Juan Linz¹⁷⁴ (que analisa o governo franquista como uma forma híbrida entre o fascismo e a democracia), Cardoso vai fundar sua análise num quadro classificatório que polariza, de um lado, o totalitarismo e, de outro, a democracia, com o autoritarismo estando no caminho intermediário em termos dos graus de liberdade, uma modulação reduzida e suavizada do primeiro. Ao mesmo tempo, a partir das definições do totalitarismo empreendidas pelo pensamento liberal, vai falar em “revogação da democracia”. Segundo ele, essa gradação em relação a esses polos se daria na medida em que “os regimes autoritários não são mobilizadores, não organizam partidos e limitam as tendências existentes para transformar em doutrinas abertamente totalitárias as bases ideológicas sobre que se assentam” (CARDOSO, 1975, p. 39)¹⁷⁵.

A essa dimensão autoritária, se somará a dimensão burocrática, com algumas nuances em relação ao emprego weberiano do conceito. A este propósito, o Golpe não é retratado por ele como um golpe personalista e caudilhesco, mas como ação de uma corporação tecno-burocrática. A ruptura representada pelo golpe militar significa, sob este aspecto, a superação da burocracia tradicional brasileira, caracterizada desde 1965 como patrimonialista. Em *Aspectos Políticos do Planejamento no Brasil* (1970)¹⁷⁶, a crítica à burocracia tecnocrática do Regime Militar aparece pela primeira vez. Neste texto, Cardoso contrapõe o surgimento, no período de 1945-1964, de “ilhas de racionalidade” no interior do Estado, responsáveis pela atividade de planejamento como ofício tecnocrático de uma burocracia pública, embora patrimonial, com a nova tecnocracia do Regime Militar, marcada pela exponenciação do caráter corporativo e autocrático, que restringe-se a mobilizar a população apenas pelo reforço dos ideais de

¹⁷⁴ Especialmente nas suas duas primeiras obras: LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. **The Breakdown of Democratic Regimes**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978. LINZ, Juan J. **El sistema de partidos en España**. Madrid: Narcea, D.L., 1979.

¹⁷⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

¹⁷⁶ Texto publicado como capítulo de “*O Planejamento no Brasil*”, organizado por B. Mindlin). Outros textos ilustrativos desta “fusão temática”: “Industrialización, Dependência y Poder en América Latina” (Rev Paraguaya de Sociología, n.º 19, 1970), “*Impedimentos estructurales e institucionales para el desarrollo*” (Revista Mexicana de Sociología, 32 (6), 1970), “Imperialismo e Dependência na América Latina” (publicado em *O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaio*, de 1972),

fortalecimento do país. Neste texto, ainda, seguindo as matrizes teóricas de Weber e Mannheim, Cardoso desloca a centralidade do planejamento econômico para a política, na negação da tecnocracia em favor da democracia.

a tendência predominante parece ser a do fortalecimento da autoridade central em prejuízo dos Estados e a substituição dos critérios democrático-representativos do sistema político anterior, não por outros ditos mais aperfeiçoados, mas por critérios autocráticos e tecnocráticos de tomada de decisões. (...) são questões políticas que marcam as condições de êxito e os limites do planejamento. Para sua solução os planejadores, como categoria social, pouco podem contribuir. Seu equacionamento adequado dependerá sempre das forças sociais subjacentes ao processo de planejamento e da dinâmica política mais ampla que circunscreve as condições nas quais se dá o planejamento brasileiro. Mas como intelectual e cidadão o planejador não pode eximir-se de colocá-las e mostrar que a falácia do tecnocratismo, quando as desqualifica por não serem "questões técnicas", não faz mais que encobrir os problemas políticos subjacentes a qualquer planejamento (CARDOSO, 1973[1970], p.183-184)¹⁷⁷.

O regime vai se configurando com características que o fenômeno da burocracia clássica analisada por Weber não explica, na medida em que, passa a existir no âmbito do Estado uma racionalidade que é mais característica do meio empresarial do que propriamente da burocracia pública, mas que, também encarna um tipo de empreendedores distintos do empresariado privado. O aparato burocrático aparece composto por dois tipos distintos de burocracia: a oriunda da grande empresa privada e a burocracia pública, que conta necessariamente com as Forças Armadas e com a “burguesia de estado” (conceito elaborado pelo autor para designar os executivos e *policy-makers* das empresas estatais), ambas operando num sistema produtivo

¹⁷⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Aspectos Políticos do Planejamento**. In: LAFER, Bety Mindlin. *Planejamento no Brasil*. São Paulo, Perspectiva, 1973[1970].

em que o padrão de poder é explicado a partir da formação de uma nova categoria social cuja “forma da propriedade das empresas estatais é pública, mas o controle delas se faz de forma privada” (CARDOSO, 1973, p. 41)¹⁷⁸, obedecendo as regras de um sistema corporativo.

Com esta concepção, Cardoso busca estabelecer a diferença de padrão político, entre o que trata por “Estado burocrático-autoritário”, e a velha forma, tratada por nacional-populista: a ditadura militar eliminou a “burocracia tradicional”, cumprindo parte substancial do papel político inovador que a burguesia nacional não assumira. Mediante esta caracterização ele passa a conferir um efeito político de *modernização conservadora* à ditadura militar. Os militares desmontaram a velha democracia, rompendo com o padrão político populista e patrimonialista, revolucionaram o caráter “burocrático” do Estado (ao substituírem a “burocracia tradicional” pela “burocracia empresarial”), ergueu o setor de infraestrutura por meio da composição com setores da burguesia, assimilou procedimentos empresariais. Operou, assim, algo próximo a uma revolução burguesa, ainda que restringindo liberdades. Interpretar o golpe como “volta ao passado” (como queriam setores da esquerda), implicava em tomar como idênticas o regime militar e o populismo varguista e, conseqüentemente, a reposição política do populismo e do tradicionalismo que se fundiram e deram sustentação ao nacionalismo de proximidade fascista, o que não era o caso, para o autor.

Esta dimensão de sua análise foi, muitas vezes, interpretada como se Cardoso adotasse uma posição próxima demais ao regime, como se estivesse fazendo concessões a fim de fazer carreira política. No entanto, em *O modelo político brasileiro* (1971), ele argumenta que, embora as críticas ao regime tenham sido atenuadas pelos padrões econômicos alcançados e se tenha difundido entre os militares, entre o empresariado e entre setores da classe média a ideia de que existe uma relação estreita entre desenvolvimento econômico e autoritarismo¹⁷⁹, a relegação da questão da democracia (ou de sua falta) não pode deixar de ser apontada:

¹⁷⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

¹⁷⁹ Arrola como principal defensor desta tese Roberto Campos, para quem o modelo político adequado para se chegar ao desenvolvimento nas condições brasileiras é o de “um executivo forte, com o funcionamento do sistema partidário e um mecanismo de ‘reconciliação popular’ baseado na informação e na comunicação entre elite e massa” (CARDOSO, 1971, p. 80).

Por trás desta situação (*referindo-se à postura efusiva em relação à ditadura*) está, naturalmente, o fato de que as ‘elites de poder’, e com elas a intelectualidade, foram incapazes de propor alternativas para resolver a questão de base: o desenvolvimento econômico mobilizou socialmente a ‘massa’, mas não preencheu o vazio histórico de uma sociedade e uma cultura que jamais lograram organizar esta massa, educá-la, torná-la capaz, enfim, de reivindicar tanto pão, como liberdades (CARDOSO, 1971, p. 82)¹⁸⁰.

Ainda em *O modelo político brasileiro*, o autor vai apresentar a ideia de que, do ponto de vista econômico, a Ditadura Militar transcorre dentro de um momento de integração com o capital externo. A empresa pública, o Estado, e os capitalistas locais continuaram a existir e a atuar, mas o eixo hegemônico do sistema de poder e a base dinâmica do sistema produtivo modificaram-se: “A transformação radical que a burguesia brasileira poderia executar consiste em integrar-se no capitalismo internacional como associada e dependente. Neste novo contexto, ganharam importância os grupos sociais que expressam o capitalismo internacional, sejam eles compostos por brasileiros ou por estrangeiros, e no aparato burocrático administrativo e repressivo” (*idem*, p. 54). Uma vez efetivada essa “integração” com o capital externo, ocorre uma maior interdependência na esfera produtiva internacional e uma modificação nas formas de dependência que condicionam os estilos de desenvolvimento dos países que se integram na periferia do capitalismo internacional. A perspectiva da ditadura, segundo Cardoso, vai se tornando bem explícita: “Estabilidade social com dinamismo econômico” (*idem*, p. 67). Com isso, o autor expõe sua concepção política sobre a transição de uma organização capitalista com presença acentuada de meios nacionais de produção e controle político, para outra com destacada presença de meios produtivos e controle internacionais.

Nesse modelo teórico, cumpre importante papel a noção de *pacto de dominação*. Em 1977, em *Estado capitalista e marxismo*, Cardoso vai estruturar tal noção justamente para apontar para os limites das principais vias de recepção do marxismo no Brasil e na América Latina

¹⁸⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1971.

(Gramsci e Althusser), insistentes em não admitir a especificidade dos processos políticos como portadores de certa autonomia em relação aos processos econômicos. Neste texto, já estará bem consolidada a visão de Cardoso segundo a qual “o espaço teórico da dominação de classe não coincide totalmente com o do Estado, embora encontre nele o ponto nodal para manter a articulação da estrutura da sociedade” (CARDOSO 1977, p. 24)¹⁸¹.

É no quadro teórico em torno de um *pacto de dominação* que o conceito de *Estado* vai aparecer como *locus* da afirmação de interesses particulares articulados, que logram apresentar tais interesses como se correspondessem aos interesses de todos. O Estado assume, assim, a função de matriz racionalizadora dos valores que permitem a articulação entre os diferentes grupos sociais. Em síntese, o Estado aparece como “comitê executivo” desse pacto de dominação. Em consonância com este enfoque, o Estado é definido pelo autor como

o *locus* privilegiado no qual se dá a articulação política entre as classes e se estrutura primariamente a ideologia. Ele ao mesmo tempo que consolida interesses e molda políticas específicas que delineiam o perfil dos vencedores, elabora também o retrato transfigurado dos vencidos: desenvolvimento ‘humanizado’, o homem como meta, a educação para todos como forma de redistribuição de rendas etc. etc. são projeções da cara da nação que não existe, mas que para consolidar sua face verdadeira são tão importantes quanto. Assim, penso o Estado como forma, arena, matriz de valores e, *last but not least*, organização. Penso-o, pois, como objetivamente contraditório, na medida em que ele sintetiza o interesse particular e a aspiração geral e que nele se digladiam interesses não sempre homogêneos (1993 [1974], p. 163)¹⁸².

Assim, não cabe pensar, por exemplo, como queriam os marxistas, a ação política das camadas burocráticas como se

¹⁸¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Estado Capitalista e Marxismo**. In Estudos Cebrap n 21, 1977. São Paulo: Ed. CEBRAP. 1977.

¹⁸² CARDOSO, Fernando Henrique. **A questão do estado no Brasil**. In: A construção da democracia no Brasil: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993. Publicado originalmente na Revista Dados, abril de 1974.

cumprissem meramente a função de Comitê Executivo da burguesia; elas o fazem mediante interesses próprios. Se o Estado fosse apenas uma burocracia, as lutas de cúpula resguardadas pelo sigilo e pela competência poderiam dirimir as questões do poder. Mas o Estado é também regulador da economia e produtor direto; é, em certo sentido, ‘partido’ e assume funções puramente políticas; é agência ideológica e tem que espelhar o interesse coletivo etc. Diante desta multiplicidade de formas de ser e de funções, a solução dos compromissos palacianos e do fortalecimento de núcleos ‘abstratos’ (ou seja, não relacionados expressamente com as bases de poder) de decisão do sistema protelam mas não evitam choques dentro do bloco de poder” (1993 [1974], p. 179-182)¹⁸³.

Três aspectos merecem destaque nesta perspectiva sobre o Estado: o primeiro que ela reorienta os interesses investigativos que tradicionalmente repousam sobre o uso da força e da coação para o esclarecimento das correlações de força que o sustenta (quais os segmentos – classes ou grupos – são excluídos e quais são atraídos por uma determinada ordem política)¹⁸⁴; o segundo consiste em apontar como nenhuma forma de dominação prescinde da produção de uma legitimidade ancorada na capacidade de definir e manter regras, valores, crenças e práticas de exclusão política, capazes, por sua vez, de garantir retribuições materiais e simbólicas aos seus beneficiários¹⁸⁵; por fim, em terceiro, que o apontamento desta definição não implica, obviamente, em desconsiderar a importância da análise da ordem institucional e simbólica que lhe corresponde, como poderemos notar a partir da atenção dispensada pelo autor em momentos posteriores.

¹⁸³ CARDOSO, Fernando Henrique. **A questão do estado no Brasil**. In: A construção da democracia no Brasil: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993. Publicado originalmente na Revista Dados, abril de 1974.

¹⁸⁴ Esta atração, da qual depende fundamentalmente a manutenção da situação de dominação, está, para Cardoso, atrelada a três fatores: à capacidade de manter as normas de exclusão política, retribuir as demandas econômicas e sociais das classes no poder e, desigual e assimetricamente, atender às demandas das classes dominadas” (1993 [1974], p. 161). CARDOSO, Fernando Henrique. **A questão do estado no Brasil**. In: A construção da democracia no Brasil: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993. Publicado originalmente na Revista Dados, abril de 1974.

¹⁸⁵ Diante dessa definição, Cardoso define o estado autoritário como o “*Príncipe do capitalismo oligopólico*, que se articula pela burocracia como produtor associado às multinacionais ou às empresas locais (*idem*, p. 166).

Esta conceitualização teórica da dominação e do Estado leva Cardoso a identificar três formas políticas assumidas pelo Estado latino-americano, no que se pode considerar uma tipologia do Estado latino-americano: a) democracia restrita (Afirmação no plano formal e controle oligárquico no plano da prática política); b) O caudilhismo (repousando sobre os suportes tradicionais da família, da burocracia, tendo por base consensual o *establishment* tradicional de dominação política, econômica e cultural); c) O populismo, que assemelha-se, no plano formal, ao caudilhismo, mas é modelado pelas pressões da base (CARDOSO, 1993[1971], p.9-10)¹⁸⁶. Note-se que a forma de dominação burocrático-legal, característica da democracia liberal moderna está ausente da tipologia proposta, o que se justifica pelo ponto de vista do autor de que a democracia teve sempre uma existência episódica, nunca enraizada, nunca de longo prazo, no continente e que, de certa forma, encobre a adesão a ela como um projeto político que ia se consolidando nas crenças do autor.

Prosseguindo nesta “análise weberiana” da racionalidade do regime militar, Cardoso recorre novamente à análise das alianças políticas para explicar o novo sistema de dominação. Apresenta, para isso, o conceito de “anéis burocráticos”, que define como “círculos que cortam perpendicularmente e de forma multifacética a pirâmide social, ligando em vários subsistemas de interesse e cumplicidade” (CARDOSO, 1973[1970], p. 180)¹⁸⁷. Os anéis burocráticos representam o isolamento e a independência da burocracia diante da elite política, no qual a burocracia funcionava como parte de um sistema mais amplo e segmentado: não existindo eficazmente partidos de classe, sindicatos e associações de grupos e classes, os interesses organizavam-se nesses círculos que ligavam os vários subsistemas de interesse e cumplicidade (governo, burocracia, empresas, sindicatos). A partir deles as decisões eram agilmente tomadas e implementadas. Constituíram-se menos estáveis do que as classes, mais flexíveis que os partidos e com tendência a permanecerem na invisibilidade. Nesse cenário, os anéis burocráticos surgem como teias de cumplicidade que substituem os

¹⁸⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Alternativas Políticas na América Latina**. In. O modelo político brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993[1971].

¹⁸⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Aspectos Políticos do Planejamento**. In: LAFER, Bety Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1973[1970].

partidos políticos, sendo criados para permitir a inclusão de interesses privados no interior do Estado. Mais precisamente,

não se trata(m) de lobbies, mas círculos de informação e pressão que se constituem como mecanismo para permitir a articulação entre setores do Estado e as classes sociais. As qualidades para o pertencimento a um 'anel', entretanto, não advêm da solidariedade ou da possibilidade de busca de recursos políticos comuns entre camadas ou facções de classe mais amplas, mas da definição, nos quadros dados pelo regime, de um interesse específico que pode unir momentaneamente ou, em todo caso, não permanentemente, um *círculo de interessados* na solução de um problema. O que os distingue de um lobby é que são mais abrangentes (ou seja, não se resumem ao interesse econômico) e heterogêneos em sua composição (incluem funcionários, empresários, militares etc.), e especialmente que para ter vigência no contexto político-institucional brasileiro necessitam estar centralizados ao redor do detentor de algum cargo. Ou seja, não se trata de um instrumento de pressão da sociedade sobre o Estado, mas de uma forma de articulação que, sob a égide da 'sociedade política', assegura um mecanismo de cooptação de membros das classes dominantes nas cúpulas decisórias. Mas eles a elas se integram *quae personae* e não como 'representantes' de suas corporações de classe. A articulação por intermédio desses anéis (que chamo de 'burocráticos' para sublinhar sua necessária localização no aparelho do Estado) é a forma que o regime adotou para permitir a inclusão dos interesses privados em seu seio e para criar instrumentos de luta político-burocrática no aparelho do Estado. A noção de corporativismo é inadequada para caracterizar a relação entre Estado e classe. No corporativismo, embora sob controle estatal, as classes se organizam e atuam. Por intermédio desses anéis, as classes (mesmo as dominantes) não se organizam enquanto forma social, embora interesses econômicos e políticos específicos e individualizados possam pressionar

o sistema decisório. O Estado mantém a capacidade de remover o funcionário-chave de um dado anel. Pode provocar, assim, uma desarticulação radical das pressões que se estavam institucionalizando. Com isto assegura-se a cooptação e não a representação da sociedade civil e assegura-se, ao mesmo tempo, sua debilidade como força política autônoma (1993[1974], p. 173-174)¹⁸⁸.

Assim, as relações travadas entre os componentes do regime burocrático-autoritário e a sociedade civil demonstrariam como os interesses privados estariam fortemente enraizados no Estado: a burocracia estatal se transforma num mecanismo político supletivo aos interesses privatistas, e estes fluem, em suas relações com o Estado, através de teias de cumplicidades pessoais. Nessa perspectiva, os “anéis burocráticos” aparecem instrumentos de pressão típicos de uma sociedade desenvolvida, na qual os interesses de grupos vão buscar influir nas decisões de um Estado que também está organizado e conta com uma burocracia moderna. Completa-se, assim, o quadro da elaboração da teoria do autoritarismo.

¹⁸⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **A questão do estado no Brasil.** In: A construção da democracia no Brasil: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993. Publicado originalmente na Revista Dados, abril de 1974.

CAPÍTULO 3 – DO PENSAMENTO COMO *PRÁXIS* AO PENSAMENTO COMO *IDEOLOGIA*

No conjunto das interpretações padrão da trajetória de Cardoso, os anos que se seguem a 1978 são marcados pelo signo da “ruptura” entre a atividade intelectual e a atividade política. A partir de 1978 é paulatinamente acrescentada às interpretações do seu pensamento a ideia da “morte do intelectual”, como se o ingresso na vida política representasse o abandono, a rendição e mesmo a traição do *status* intelectual alcançado. Como consequência, especialmente ao longo dos anos 80 vai-se gerando significativa mudança na discussão do legado do autor.

Não se trata de negar a existência de uma atividade política, o que corresponderia a negar os fatos, mas, tão só de propor uma interpretação alternativa a algumas interpretações que se apoiam na atividade política para negar a pertinência dos escritos da maturidade, e que contribuem para elaborar interpretações pejorativas do conjunto da obra, como se a atividade intelectual (passada e presente) fosse meramente um exercício propedêutico da ação política. No entanto, o fato de o autor continuar a alimentar debates intelectuais e mesmo teóricos apontam para a necessidade de olhar de maneira mais contextualizada para sua produção neste período.

No contexto do tratamento da obra intelectual do autor, esta constatação leva a converter o argumento que afirma a *transição entre o intelectual e o político* em um argumento que afirma a *transição de estilos* em sua obra. De um lado, segundo as abordagens correntes, a transição entre o intelectual e o político inicia-se em meados dos anos 1970 e se consolida definitivamente em sua eleição para presidente da República. De outro, segundo o argumento que reivindicamos, os movimentos representados em seus escritos apontam para dois processos de transição de estilo no período considerado: primeiro, a transição entre um pensamento no qual a feição *teórica* é mais evidente para um pensamento em que se sobressaem os aspectos de uma *práxis* política; depois, a migração desse pensamento como *práxis* para um pensamento em que a feição *ideológica* adquire maior destaque.

Todavia, não basta indicar estas mudanças de estilo, mas, principalmente, apontar para a qualidade das ideias que o autor passa a produzir a partir desse momento de sua trajetória intelectual e investigar qual o significado que pode ser atribuído a tais ideias no conjunto de sua obra. Para isso, este capítulo enfocará momentos ilustrativos de cada

uma dessas transições. Antes de passar a elas, apenas duas observações: primeiro, há que se considerar que essas transições de estilo não implicam, obviamente, o desaparecimento completo do estilo anterior, mas tão somente uma guinada de ênfase. Assim, por exemplo, a caracterização do momento que o autor passa a produzir um pensamento cuja feição *práxica* se torna mais evidente não exclui a possibilidade de considerarmos a existência de traços de um pensamento teórico ou mesmo ideológico no mesmo período. Não se tratam, obviamente, de movimentos características mutuamente excludentes. Segundo, uma advertência em relação à especificidade (ou conteúdo) das ideias que a partir de agora passam a ser analisadas. O leitor pode ter em mente que estamos desconsiderando o risco de equiparar os escritos deste período com os escritos de momentos anteriores de sua trajetória, marcadamente escritos *teóricos*. Afinal de contas, não seriam os mesmos públicos, nem os mesmos interlocutores, nem ainda os mesmos destinatários. Não seria, em suma, o mesmo lugar ocupado pelo autor. Como então estabelecer uma linha de continuidade, colocar sob o escopo da mesma análise escritos tão diversos? O que temos em mente não consiste na equiparação de estatutos distintos, mas a inquirição das continuidades (ou não) nas crenças políticas mais fundamentais do autor acumuladas até aqui, ressaltando justamente a questão das mudanças de estilo. Assim, ao defendermos a ideia de *transição de estilos*, queremos antes enfatizar as continuidades na trajetória do autor, escapando das abordagens que enfatizam suas rupturas, em que comumente incorrem as abordagens fundadas na ideia da *transição entre o intelectual e o político*. Nesse contexto, a própria atividade do político passa a ser marcada pelas crenças acumuladas em momentos anteriores de sua trajetória. Isso posto, passemos à análise.

3.1 O PENSAMENTO COMO *PRÁXIS*: OS DESAFIOS DA DEMOCRACIA

Durante o período da abertura política, as relações entre o campo político e as possibilidades de existência das ciências sociais no Brasil se alteraram drasticamente, projetando social e politicamente a intelectualidade “renegada” e dando-lhe uma nova possibilidade de inserção no campo político, não mais pela via da necessidade do Estado em fazer seu planejamento e fundamentar sua prática (papel igualmente cumprido pelos intelectuais do ISEB nos anos 50 e pelos economistas

durante o Regime Militar), mas pelo vislumbre da possibilidade de disputar o sentido da democracia que se instauraria.

A elaboração de uma teoria do autoritarismo distanciada dos marcos da ruptura sugerida tanto pela esquerda acadêmica quanto pela luta armada conferiram uma posição privilegiada às ideias do autor no processo de redemocratização do país. Como ressaltou Lehmann (1986)¹⁸⁹, o pensamento de Cardoso galgará a estatura de “princípio articulador” da luta contra a ditadura, pela via do resgate da democracia fora dos marcos de qualquer ação revolucionária, de modo que suas análises foram se tornando uma referência teórica incontornável da formação do pensamento democrático brasileiro, ainda na vigência da ditadura militar. Não obstante, os escritos do período da Abertura política passarão a assumir um caráter mais conjuntural, conforme, anos mais tarde o próprio autor reconheceria:

Nos anos 70, abandonamos as tentativas de teorias gerais ou, pelo menos, de médio alcance, e fomos obrigados a afiar o pensamento para uma atitude mais crítica no cotidiano e que busca, sobretudo, deslindar os mecanismos internos de um Estado e de uma economia que parecia obedecer a soluções de uma lógica perversa (CARDOSO, 1995, p. 37)¹⁹⁰.

Estas ideias passam a ter implicações práticas na oposição institucionalizada, especialmente a partir de sua participação na redação do programa eleitoral do partido em 1974.¹⁹¹ No ano de 1978, a vida

¹⁸⁹ LEHMANN, David. **FHC** Cardoso: da dependência à democracia. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n.º 14, pp. 31-36, fev. 86.

¹⁹⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso proferido na cerimônia de outorga do título de Doutor *Honoris Causa*, pela Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, da Universidade Central da Venezuela, em 6 de julho de 1995.

¹⁹¹ Em 1974, Ulysses Guimarães vai até Cardoso (então líder do CEBRAP) para convencer os membros do Centro a fazer um programa para a Campanha do MDB daquele ano. Diante do assentimento da maioria dos membros, inicia-se, ali, o partido dos intelectuais de que falava Pécaut (1990), bem como a ideia do MDB como partido *omnibus*. Assim, os intelectuais vinculados ao CEBRAP, que tinham sua legitimidade advinda do campo científico, gradativamente ganharão notoriedade também na esfera política. Como expoente do CEBRAP, a trajetória de Cardoso diferirá enormemente das possibilidades institucionais postas aos intelectuais do país: no momento em que estes se recolhem para a academia (pela via da profissionalização e burocratização da carreira

política passa a ser um importante condicionante da produção intelectual do autor. Em junho, em discurso pronunciado na Convenção paulista do MDB, Cardoso assume a figura de mentor intelectual do partido¹⁹². Poucos meses depois, já como candidato, o autor assim analisa este momento de transição em sua trajetória:

Nunca pensei em vida intelectual como uma vida em torre de marfim. Não é o meu jeito. A vida acadêmica, para mim, não é isolada da vida política (...) O intelectual pode optar por uma vida partidária, mas essa possibilidade é pouco estimulante no Brasil de hoje. Sem provocação: não há intelectual que não faça um pouco de subversão - no sentido de que altera a ordem das coisas. O intelectual não pode pensar que ele comanda, que vai lá dar a palavra de ordem. Eu tenho uma visão mais modesta da função do intelectual. O que ele pode fazer é articular o debate, fazer aflorar aquilo que está na sociedade. (...) Fala-se muito que estamos numa fase de transição. Transição do que, se sabe: do autoritarismo. Agora: “para quê?”. Essa é a Questão. E é exatamente esse desafio, representado por não saber para onde vamos, que me incentivou a ter uma participação mais efetiva (CARDOSO, 1978, p. 47)¹⁹³.

Estes movimentos, por sua vez, acabam por afirmar a ideia de que a figura do político suplanta a figura do intelectual, o que, por sua vez, passa a aferir sobre o pensamento do autor uma importância que é mais ideológica (no sentido de afirmação de que a dimensão de *projeto* do pensamento sobrepuja sua dimensão analítica) do que teórica. No entanto, entender estes escritos como produção ideológica – mesmo no sentido articulador reivindicado por Lehmann – representa, de certa

universitária), cresce sua inserção político partidária. Este momento expressa, de maneira mais significativa, a entrada de Cardoso no debate político, a partir da elaboração da análise e engajamento no processo de abertura e política e de redemocratização. Nesse contexto, Cardoso assume uma posição que define como “realismo utópico”.

¹⁹² Discurso reproduzido em “Democracia para mudar” (1978).

¹⁹³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

forma, retirar deles sua pertinência lógica e conceitual. Dessa forma, este caráter ambivalente do reconhecimento de sua obra – reivindicada e negada ao mesmo tempo – é o que nos autoriza a questionar: haveria algum lugar alternativo para estes escritos além do binômio “teoria” x “ideologia”?

No primeiro capítulo deste trabalho, além das definições do pensamento como teoria e como ideologia, identificamos uma corrente da literatura que o toma como sinônimo de *práxis* e definimos o pensamento nesses termos como um estilo que procura iluminar os elos existentes entre os problemas “profissionais” da reflexão sociológica e os desafios da construção de uma agenda pública para a superação de determinados problemas. Expressa, portanto, uma “conexão” entre o pensamento teórico e as disputas de distintos projetos que permeiam a sociedade como um todo.

O argumento a ser desenvolvido nesta sessão consiste em afirmar que, por meio do mapeamento de alguns temas que ocupam a imaginação política de Cardoso, a produção dos “escritos engajados” marcará a transição de um pensamento cuja feição teórica é predominante para outro cuja feição de *práxis* se torna hegemônica. Essas demarcações apontam para a necessidade de se discutir o “tipo de intelectual” que foi Cardoso no momento em que o *autor* começa a repartir espaço com o *político*. Essa questão já fora colocada por Goertzel (2002)¹⁹⁴ no intuito de explicar a atividade política em função das características intelectuais, mas é recolocada aqui com um propósito analítico distinto, definido estritamente nos marcos de sua trajetória intelectual, qual seja o de evidenciar a continuidade de uma atividade intelectual paralela à atividade política e o de captar as mudanças de sentido produzidas e assumidas por ele em suas reflexões teóricas.

O primeiro aspecto a evidenciar deste pensamento como *práxis* refere-se à *agenda institucional da transição*, que decorrem dos dilemas abertos por uma abertura política vista pelo autor como uma conservadora. Embora, como veremos, esta perspectiva se alterará drasticamente na medida em que os acontecimentos políticos dos anos 1980 o jogarão para o epicentro do processo, à altura do governo Geisel, porém, os delineamentos conservadores do processo exprimem a percepção do autor sobre “um governo que faz concessões *liberalizantes*, mas não faz concessões *democráticas*” (CARDOSO,

¹⁹⁴ GOERTZEL, Ted. **Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

1979, p. 5-6)¹⁹⁵. A insegurança em relação aos rumos do processo de transição se transforma, durante o governo de Figueiredo em desilusão, pelo reforço da via conservadora que via a transição muito mais como fruto da ação deliberada dos militares do que uma conquista da sociedade. Esta desilusão com relação à transição brasileira pode ser percebida no registro do estabelecimento da agenda política da abertura. Segundo ele:

os grandes temas, que não foram propostos pela Oposição, ou pelo menos cujo desencadear não foi suscitado pela Oposição, e cuja forma adotada: tampouco foi o que ela queria. Tanto assim que fomos obrigados a nos opor à lei da anistia na forma proposta pelo Governo, porque ela era restritiva. E de fato era. Só que na aplicação não o foi, ou seja, o Governo, como controlava o processo, fez passar uma lei que era restritiva, tirou da oposição a vitória política de ter sido ela a autora do processo de anistia (CARDOSO, 1983, p. 12)¹⁹⁶

Então, transição pra onde? Se as alternativas políticas postas em 1963 por *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* contrapunham o socialismo a uma subdemocracia tributária de uma burguesia nacional incapaz de produzir uma revolução modernizadora tanto na economia quanto na política, as alternativas políticas que se abriam no cenário de abertura controlada derivavam, também, das visões em jogo no processo, que acabavam por encaminhar alternativas institucionais distintas. Em “*Regime político e mudança social*” (1981)¹⁹⁷, Cardoso caracteriza não mais duas, mas quatro possibilidades políticas abertas pela transição: a) a *perspectiva estratégico-conservadora*, que compreende a mudança como uma necessidade posta no intuito de frear os ímpetus ultradireitistas e as pressões da sociedade civil e dos movimentos sociais. Como projeto, a

¹⁹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **A fronda conservadora**: o Brasil depois de Geisel. Artigo publicado na Folha de São Paulo, 21/01/1979, pp.5-6.

¹⁹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Transição pra onde?** In: Democracia necessária. Campinas: Papius, 1985. Palestra proferida na Associação dos Sociólogos de Brasília em maio de 1983.

¹⁹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Regime político e mudança social**. Revista de Cultura e Política, n.3, CEDEC/Paz e Terra, São Paulo, 1981.

transição poderia, assim, ser explicada no nível da manobra política para que as elites dirigentes mantivessem os delineamentos básicos do regime autoritário precedente, num novo regime de *democracia restrita*; b) a *perspectiva liberal-democrática*, que descreve a mudança a partir da crise de legitimidade do modelo político posto em prática depois de 1967, e que levou tanto as massas quanto as elites a se dessolidarizarem do regime. Tal perspectiva, mantém a crença na viabilidade da solução negociada entre as partes e assume uma postura “gradualista” no sentido de negar a mudança brusca em favor de um modelo clássico de expansão de direitos; b) a perspectiva *estrutural-crítica*, fortemente ancorada no marxismo, que reduz os acontecimentos a suas determinações gerais, na qual o governo, em vez de ter desenvolvido uma manobra *aberturista*, foi acuado pelas pressões conjunturais. Enquanto projeto, tal concepção redundaria na rearticulação do ideário socialista por meio de uma mudança de pensamento em relação à questão da representação política e da assimilação dos riscos inerentes à concepção do partido do estado único; d) e, por fim, a *perspectiva da crise de hegemonia*, que se funda na discussão gramsciana sobre a capacidade de dirigir que uma classe social pode adquirir historicamente. Esta última perspectiva, uma vez que ancorada no “movimentalismo” e no “basismo”, nutre a desconfiança nas cúpulas decisórias e nas instituições político-representativas (vistas como elos da dominação dada a distância das bases dos centros de decisão). No limite, o projeto político desta corrente para a transição revaloriza a noção de comunidade e relativiza o debate institucional.

Todavia, se na sua obra de 1963 Cardoso deixara a pergunta como um enigma, agora ele assume uma posição clara em relação às alternativas postas. Para Cardoso, o núcleo central da transição brasileira consiste num um processo de liberalização política que procura criar espaços controlados para o exercício da crítica e que visa ajustar a dominação burguesa aos desafios de uma sociedade muito mais dinâmica do que a de anos anteriores. Logo, a questão central do processo de transição – e, conseqüentemente, da própria consolidação da democracia no Brasil – diria respeito as possibilidades de construir o controle democrático do Estado e não de negá-lo, tal como implícita na atitude *basista* e na valorização absoluta dos movimentos sociais frente aos partidos. Em suas palavras:

A questão atual não é apenas a de garantir a autonomia da sociedade civil em si, mas é a de recolocar a questão do controle democrático do

estado, sem imaginar que esse esteja em fase de desaparecimento. E é também a de criticar a recusa de pensar o estado, que existe implícita na atitude ‘basista’ e na valorização absoluta dos movimentos sociais frente aos partidos, como se o povo, a ‘base’, a periferia do centro de poder, fossem pão apenas ‘puros e bons’, mas capazes de levar a soluções sociais, econômicas e políticas sem uma visão do todo. Ora, o desprezo pelo Estado torna este tipo de pensamento generoso, mas, impotente para enfrentar o desafio do controle político das sociedades complexas. (...) a questão real não consiste em eliminar o peso da base e limitar a mobilização e o assembleísmo, mas em criar os mecanismos necessários para revitalizar a base e dispor de instrumentos eficazes de ação e de representação para pressionar e controlar os núcleos de decisão e de poder (CARDOSO, 1981, p. 19)¹⁹⁸.

Assim, a especificidade da transição no Brasil é que no país não houve uma derrota política do regime mas, antes, uma transição controlada, como no caso espanhol, resguardada uma diferença significativa: as Forças Armadas espanholas agiram muito mais contra essa transição do que ocorreu aqui e, em decorrência, essa transição se deu com um processo de luta social muito mais intenso que o brasileiro. Essa diferença básica revela, no caso brasileiro, uma fissura entre a crítica intelectual e as aspirações da sociedade: “Nós aqui passamos realmente por um processo de transição política que, se deu no que deu, é por falta de força, não por falta de vontade, não por falta de consciência nem de lucidez sobre a situação. É por falta de força da sociedade para avançar mais” (CARDOSO, 1983, p.16)¹⁹⁹. Assim, a transição brasileira transcorria muito mais pelo êxito dos militares no emprego de uma tática conservadora do que pela pressão social pela redemocratização: o mais grave nessa mudança fora o fato de que a própria ideia de democratizar o país não seria resultado dos movimentos da sociedade civil, mas, antes, da ideia de que não seria mais necessário,

¹⁹⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Regime político e mudança social.** Revista de Cultura e Política, n.3, CEDEC/Paz e Terra, São Paulo, 1981.

¹⁹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Transição pra onde?** In: Democracia necessária. Campinas: Papyrus, 1985. Palestra proferida na Associação dos Sociólogos de Brasília em maio de 1983.

da parte dos militares, de manter a postura de quem ainda está em guerra, isto porque ganharam, não porque perderam” (CARDOSO, 1978, p. 42)²⁰⁰. Não obstante, isso não implicaria paralisia política (parafrazeando Albert Hirschman, “ou você cai fora do jogo, ou tenta mudá-lo, ou se submete”), havendo espaço para disputar o significado da democracia, embora fosse necessário ter clareza sobre quais são os interesses, quais são os ideais e, mesmo, quais são os conflitos. Era essa mesma concepção que informava o pensamento do autor por ocasião das eleições de 1978, quando ele defendia, ao contrário da maioria dos setores da esquerda, que não seria apenas possível nem necessário se fazer aliança, pois “num país do tamanho do nosso, não muda nada se não houver acordo” (*idem*, p. 47).

Os efeitos desta “transição controlada” se farão sentir, sobremaneira, sobre a agenda institucional da transição e que receberá tratamento, por parte do autor, a partir da articulação entre duas questões: Como dar vazão aos interesses dos movimentos sociais e da sociedade civil? Quais devem ser os contornos da futura ordem partidária, para que esta reflita a correlação de forças presentes no país?

No caso da primeira questão, o que voga é se seria possível, num país dependente, encontrar brechas para reorganizar o sistema de alianças que sustenta o Estado garantindo a setores da sociedade civil um caminho de participação efetiva. Esta questão, posta num momento de efervescência dos movimentos sociais e de organização da sociedade civil em fins dos anos 70, dá lugar a uma angústia ao longo da primeira metade da década de 80: “A sociedade civil, depois de ter cristalizado alguns mecanismos de ação, sofreu uma paralisação. Houve uma espécie de rotinização, houve uma burocratização da sociedade civil” (CARDOSO, 1983, p. 37)²⁰¹, já apontada por ele durante os anos Figueiredo.

A questão da nova ordem partidária estaria intrinsecamente relacionada às possibilidades de se garantir espaços efetivos de participação para setores da sociedade civil. Os partidos políticos, mais do que qualquer outra instituição democrática, constituíram-se nos elementos estratégicos que forçaram a reinvenção da teoria democrática. Segundo ele, “os partidos socialistas, ao pleitearem o alargamento do

²⁰⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

²⁰¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Transição pra onde?** In: Democracia necessária. Campinas: Papirus, 1985. Palestra proferida na Associação dos Sociólogos de Brasília em maio de 1983.

direito ao voto às mulheres e aos trabalhadores no fim do século XIX, contribuem para que os partidos deixassem de ser um clube que existia no parlamento e se tornam elementos aglutinadores da massa, criando raízes na sociedade e vínculos com o movimento social mais amplo” (CARDOSO, 1985, p. 53)²⁰² Nesse sentido, o que preocupa Cardoso é a indagação teórica de que tipos de partidos poderiam enraizar-se diante de uma cultura política em mudança, no sentido de expressar as novas aspirações da população. Cardoso parte da ideia de que pensar uma ordem partidária a partir de um simples exercício de redução às análises clássicas sobre a estruturação das classes na Europa e nos Estados Unidos não seria frutífero, já que o processo de desenvolvimento capitalista em sociedades semi-industriais e periféricas expressaria uma nova face da divisão internacional do trabalho:

A inserção no sistema produtivo internacional de economias dependentes mas *associada* requer certa abertura da sociedade para à disseminação nas elites locais das ideologias correntes em sociedades de desenvolvimento capitalista originário. Por trás de cada uma destas proposições não existe apenas o mimetismo das soluções importadas, mas um amálgama entre esse processo e os impulsos políticos e ideológicos derivados da heterogeneidade de interesses estruturais tal como estes se foram expressando no plano político e cultural nos anos recentes (CARDOSO, 1978, p. 08)²⁰³.

Nesta situação de singularidade, além das carências básicas, emergem aspirações próprias de um novo modelo societário, como a busca da liberação e da individualização. É precisamente desta multiplicação de demandas que emerge o desafio político de construção de uma nova ordem partidária: como construir partidos políticos que, partindo de reivindicações heterogêneas, “se encaminhem para unificar ações políticas que converjam para um pacto em torno da democracia” (*idem*, p. 07). Estas possibilidades de uma nova ordem partidária

²⁰² CARDOSO, Fernando Henrique. **O desafio da participação** In: A democracia necessária. Campinas: Papirus, 1985. Palestra proferida para funcionários do Metrô de São Paulo janeiro de 1983.

²⁰³ CARDOSO, Fernando Henrique. **A Questão dos partidos**. CONTEXTO, nº 5, março de 1978.

democrática têm de ser postas na perspectiva da existência de duas concepções que polarizam a cultura política brasileira: o *a-politicismo partidário*, decorrente da percepção de que o Estado seria a “fivela” que amarraria o interesse das elites, e a sociedade civil seria o polo virtuoso, isento da contaminação com o poder e com a política; e o princípio do *partido-único totalitarizante*, que partiria das contradições antagônicas entre elite e massa para afirmar que o jogo político institucional expressa o conflito de classe. Assim, a essas duas tendências articuladoras se associam algumas concepções equivocadas e que dificultam o encaminhamento das questões políticas no país, dentre as quais a questão central seria, de um lado, a valorização a “pureza” da sociedade civil e a despreocupação com a questão do Estado e, de outro, a recusa da pluralidade partidária como formas válidas de organização e ação.

No Brasil, nem existe a generalização de um sentimento democrático no seio do povo, nem há um forte movimento sindical e operário, nem a burguesia quer aliança alguma e se quisesse não teria autonomia frente ao Estado e às empresas multinacionais para selar um pacto com os trabalhadores que assegurasse a estes a condição de eventuais dirigentes do Estado, ainda que limitados por sua condição de classe subalterna. Tudo isso sem considerar a mesma e crucial questão da heterogeneidade de interesses das classes populares que também obstaculiza a ‘transição pacífica’ ao poder compartilhado (...) A partir desses movimentos, cresce a oposição popular não política, relutante para aceitar que os caminhos da regeneração da sociedade passam pela constituição de partidos, posto que as alternativas que se apresentam colocam, de um lado, um *democratismo espontaneista*, e, no polo oposto, os riscos de uma organização partidária burocrática, que contém os germens do autoritarismo exercido em nome do povo (CARDOSO, 1978, p. 15)²⁰⁴.

²⁰⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **A Questão dos partidos**. CONTEXTO, n° 5, março de 1978.

O segundo ponto da agenda de um pensamento como *práxis* emerge da articulação de um discurso sobre o tema da participação política. Já em 1972, Cardoso indicava, em *A cidade e a política*, que o problema da participação nas sociedades latino-americanas assume contornos dramáticos na medida em que as diferentes vias para o desenvolvimento fizeram surgir “cidades sem cidadãos”, nas quais o comportamento urbano de massas apresentava poucas características requeridas pela cidadania moderna, como o voto urbano de protesto e o movimento operário: “quando se menciona a urbanização com marginalização e a cidade sem cidadania têm-se, implicitamente, uma situação em que, se existem massas na cidade, estas não passam pelo aprendizado político das organizações profissionais e de classe e, ainda menos, pela disciplina de partidos políticos” (CARDOSO, 1972, p. 38-39)²⁰⁵. Nesse texto, ainda, o autor vislumbra no Estado (no papel que assume como empresário, na ampliação da burocracia e da tecnocracia pública) e na empresa capitalista os pontos estratégicos de que podem dispor as classes médias para fazer sentir sua presença e participar das decisões sobre políticas sociais e econômicas:

em ‘cidades sem cidadãos’ e num meio social pobre de organizações civis, as organizações públicas se tornam, ao lado das empresas modernas, formas fundamentais de organização social e centros privilegiados para o controle das decisões que afetam toda sociedade. Está claro que os riscos do predomínio de uma concepção corporativista de sociedade aumentam tremendamente neste tipo de desenvolvimento. (...) É, entretanto, um corporativismo *sui generis*, pois, em seus desdobramentos recentes, tem dispensado a mobilização das massas e, portanto, a formação de partidos. (...) Antes, se contentam com um autoritarismo imbuído do ‘sentido de missão’, que quer coexistir com a apatia das massas. (...) as linhas de redefinição do sistema de poder são dadas pela corporação internacional e pelo Estado, que passa a estimular nos grupos sociais um estilo de participação política

²⁰⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **A Cidade e a Política**: do compromisso ao inconformismo. In: Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975. Publicado originalmente na Revista Estudios Sociales Centro-americanos, San José, Ano I, n.2, Junho-Agosto de 1972.

corporativo-profissional. (...) As conjunturas de poder são historicamente fluidas. Não há razão para pensar que a forma de dominação corporativa-tecnocrática dependente e os regimes que ela suscita nos países mais industrializados da A.L. escapem à regra segundo a qual a história é, essencialmente, movimento” (CARDOSO, 1972, p. 44-49).

Diante desse quadro, em *A questão da democracia* (1974), frente ao que considera como o “amálgama constitutivo do sistema político brasileiro” – organizado em torno de dois tipos distintos de organização política, uma baseada na existência de classes inseridas numa ordem capitalista industrial e monopólica, outra enraizada no patrimonialismo estatal originado no sistema capitalista colonial –, Cardoso passará a afirmar a necessidade de um *pacto* necessário à reativação da sociedade civil, no qual se definam as condições para a coexistência entre estas duas formas de articulação política que são próprias da sociedade brasileira: [de um lado] entre a burguesia internacionalizada e os empresários públicos; [de outro] entre a existência de uma sociedade de massas e uma condução política patrimonialista e elitista (CARDOSO, 1974, p. 10-11)²⁰⁶.

Partilhando do lugar comum da “redescoberta” da sociedade civil, as análises de Cardoso sobre o tema da participação, embora reforcem em geral uma posição política liberal (ao privilegiar o caráter democrático inato à emergência da pluralidade dos interesses, resguardando uma posição valorativa em relação à política institucional), reproduzirão por vezes uma certa ambigüidade conceitual presente na discussão, que oscila entre a radicalização desta visão liberal e um basismo de novo tipo (que, reivindicando um vínculo com a teoria gramsciana, faz apologia indiscriminada dos movimentos sociais e desconsidera a política institucional). Não obstante, a partir de 1975, em *Autoritarismo e democratização*, Cardoso passa a defender uma “democratização substantiva”, que insista sobre o direito à participação, inclusive no sentido de

²⁰⁶ Debate e Crítica, n.3: 1-15, julho de 1974.

buscar fórmulas de controle e regulamentação popular para as políticas que afetam o interesse geral numa ponta e, na outra, encarar o desafio de reivindicações específicas atentando para o risco de fragmentar a sociedade diante da diversidade de demandas existentes:

O discurso do autor, neste ponto, assume um caráter bastante normativo: “é preciso ir tecendo os fios da sociedade civil de forma que ela possa expressar-se na ordem política e contrabalancear o Estado” (CARDOSO, 1975, p. 239)²⁰⁷. A luta para atender essa demanda deve ser instaurada no âmbito do próprio Estado, por dentro do regime. As propostas do autor para a redemocratização não só negam a retomada da “velha democracia” como partem da estrutura institucional construída pela ditadura militar: o problema político fundamental passa a ser o de compatibilizar um conjunto de liberdades básicas com um mundo que aparentemente continuará sendo dominado pelas grandes burocracias (CARDOSO, 1972, p. 185)²⁰⁸; Trata-se agora de promover a politização das burocracias, criando contrapesos às tendências que decorrem da natureza das grandes organizações burocráticas à manipulação, ao segredo, à não responsabilidade e à perversão autoritária.

a primeira e fundamental questão da democracia no Brasil é como substituir a irresponsabilidade do Estado perante sua clientela e a desconexão dos setores atuantes da sociedade civil frente à base da sociedade e frente ao próprio Estado. Se quisermos realmente caminhar na direção de uma democracia substantiva, não basta gritar contra o Estado e propor o melhor dos mundos. E preciso buscar o princípio de realidade da política. Este,

²⁰⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **A questão da democracia**. In: Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro: Editora. Paz e Terra, 1975. Texto publicado pela primeira vez em Debate & Crítica n.3, São Paulo, julho de 1974. Da mesma maneira, em *A questão da democracia contemporânea* (1977), vai afirmar que a questão da democracia no Brasil, embora inclua a temática liberal do Estado de Direito não se limita a ela.

²⁰⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Estado e sociedade no Brasil**. In: Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro: Editora. Paz e Terra, 1975. Versão revista de um texto apresentado ao Seminário sobre Modelos e Indicadores do Desenvolvimento Nacional na América Latina, Rio de Janeiro, 9 - 14 de maio de 1972.

democraticamente, não pode ser outro do que o das forças sociais existentes. A democracia, nas sociedades contemporâneas, tem chances quando a mediação dos interesses econômicos torna-se difícil pela via autocrática e quando aqueles que estão à margem dos grandes vetores econômicos têm força para levar a uma redefinição do Pacto Social (CARDOSO, 1978, p. 18)²⁰⁹.

Assim, para Cardoso, a construção de mecanismos de participação política se faz não pelo viés da moda à época, atrelado ao modelo de democracia operária (de, dentre outros, Carole Pateman), nem pela revitalização do ideal da democracia direta. Entre 1983 e 1984, Fernando Henrique Cardoso já consolidou uma posição de forte questionamento dos movimentos sociais – identificando-os com o corporativismo e/ou com o basismo simplista e despolitizado, e revelando, inclusive, muita descrença com relação ao potencial das novas lideranças operárias. Em 1983, em palestra proferida aos funcionários do metrô de São Paulo, Cardoso já defendia que uma concepção viável de participação política não deveria negar – antes, *reinventar* – a tradição liberal-democrática diante da conjuntura política das sociedades de massa. Dessa forma, aproximando-se da teoria democrática corrente à época, o autor considera o problema da participação como decorrência lógica do desenvolvimento da democracia liberal:

Que significa a teoria democrática? Significa como é possível, hoje, fazer funcionar o sistema democrático, tendo em vista as características da sociedade atual. (...) Os que teorizaram a questão da democracia no século XVII pensaram basicamente numa relação entre indivíduo e Estado e de que maneira o indivíduo se protege do Estado. (...) Depois, as formas que assumiria essa democracia geraram muita discussão: a grande dificuldade que se colocou referia-se a como exercer a democracia [*de maneira direta ou representativa?*]. (...) Ninguém discutiu a questão de hoje: como é que se decide? (...) Acontece que as sociedades se transformaram, devido a fatores

²⁰⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

como a industrialização, a urbanização. Todo pensamento sobre democracia foi desenvolvido para uma sociedade não-industrializada e não urbanizada. Inspirava-se numa sociedade rural, de pequenas comunas. A própria base do voto distrital vem daí. Deriva do fato de que está ali, no contato face a face. (...) Ainda no século XIX começaram a surgir sociedades mais complexas e adensadas. Instala-se a discussão de um aspecto que não foi levado em conta no pensamento anterior: o real exercício democrático reclama uma participação ampliada (...) O problema da participação política é decorrente desse desafio que passou a existir no século XX: a crítica à democracia dita formal, liberal ou burguesa, democracia que não considera que a sociedade é de massa e que a massa não participa. Simplesmente delega o exercício do poder, no quotidiano, adota a forma de uma democracia a frio, que não tem muito a ver com o interesse real, concreto e particular de cada cidadão. (...) quando se diz que o que vale mais é o movimento social, por definição ele cresce e acaba quando a demanda é atendida. Quanto a dizer que vale mais o partido, o sindicato, e outras organizações desse tipo, todos sabem que as organizações tendem à oligarquia, tendem à fossilizar-se e, portanto, a burocratizar-se e perpetuar-se sem tomar em consideração os interesses da sociedade. Então, faz-se mister buscar uma resposta que resolva essa dicotomia entre movimento, por um lado, e estrutura ou instituição, por outro (CARDOSO, 1985, p. 55) (CARDOSO, 1985 [1983], p. 49-55)²¹⁰.

Retomando os argumentos que desenvolvera em *A cidade e a política* sobre o papel das instituições (especialmente o papel dos partidos políticos na construção da dimensão política do conceito de cidadania), Cardoso vai apresentar três questões à proposição de um novo modelo de participação política. Primeiro, ao que se refere à

²¹⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **O desafio da participação**. In: Democracia necessária. Campinas: Papirus, 1985. Palestra proferida aos funcionários do Metrô de São Paulo em janeiro de 1983.

relação entre os mecanismos de participação e de representação, como equacionar a relação entre o princípio da democracia direta com o princípio representativo? Cardoso critica tanto o *basisimo* (que coloca a figura do líder em suspeita) quanto uma perspectiva delegativa da representação (que ocasiona o fechamento de canais de diálogo entre os *decision makers* e os grupos reivindicantes). Para ele, “a democracia participativa implica em reconhecer a existência de estruturas em que se tenha a divisão de poderes, mas isso não basta: há decisões que não passam pelo sistema institucional dos partidos e dos parlamentos, mas nem por isso deixam de ser políticas. É imprescindível produzir os mecanismos pelos quais também, em cada nível de decisão, os grupos interessados se organizem (CARDOSO, 1985, p.59)²¹¹. Segundo, em relação *aos níveis organizacionais de participação*: Como organizar as instâncias de participação de maneira que se constituam em filtros dos argumentos que qualifiquem as demandas? Cardoso situa esta reinvenção em dois planos: o *territorial*, o que implicaria em reformas administrativas e em descentralização do Estado; e o nível institucional (no tribunal, na empresa privada, na empresa estatal) (*idem*, p. 61-63). Terceiro, no que tange à *relação entre os aspectos técnicos e os aspectos políticos do processo*. Tomando emprestado os termos habermasianos, como conciliar a racionalidade instrumental e a racionalidade comunicativa inerentes a cada um, respectivamente? Cardoso aposta na perda de poder dos núcleos centrais sobre a informação como instrumento de aumento e qualificação da participação política. Segundo ele, “só há uma solução: acredito, que seja necessário politizar a questão técnica. Não *politizar* no sentido vulgar, mas no sentido de mostrar que há alternativas” (*idem*, p. 67-68) ao que se apresenta como ponto fora de questão.

Esta consideração sobre a importância da complementariedade entra a democracia representativa e a democracia participativa adquire para ele papel fundamental tendo em vista a consolidação da democracia.

Una estrategia de democratización tiene que pensar los modos a través de los cuales se afiancen las condiciones sociales para la ‘poliarquía’, es decir para que las decisiones

²¹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **O desafio da participação** In: A democracia necessária. Campinas: Papyrus, 1985. Palestra proferida para funcionários do Metrô de São Paulo janeiro de 1983.

puedan darse de múltiples maneras, a múltiples niveles. (...) Eso no quiere decir que la participación directa no sea importante; todo lo contrario, es esencial. Pero hay momentos para ella y momentos en los que es necesario simbolizar la voluntad aislada de los ciudadanos, a través de los medios expresivos, para que el mensaje político llegue a la sociedad. (...) El concepto de democracia es hoy muchísimo más complicado que lo que fue antes: implica acciones, organizaciones, virtudes, distintas de las del pasado, y no se puede minimizar ningún aspecto de la política en beneficio de otros. (...) en el análisis de la estrategia de consolidación de la democracia no debe insistirse en el ‘ultra participacionismo’ o en la ‘fragilidad de los partidos’. Lo que importa es no olvidar que, si se quiere construir un sistema democrático, hay que disponer de mecanismos de ‘checks and balances’, de control y de equilibrio, entre los varios niveles y movimientos de la sociedad. (...) No basta crear instituciones y hacerlas funcionar según reglas que aseguren derechos iguales a todos: o esas instituciones, gracias a sus reglas, permiten una mejora concreta de la condición de vida del pueblo, o éste va a seguir pensando que ‘la democracia’ es una cuestión que interesa únicamente a los políticos y que la vida del pueblo es otra cosa. (...) En ese caso, existe el riesgo de una recaída autoritaria’, aun cuando sea una recaída autoritaria ‘de izquierda’, que de igual modo pondrá en riesgo la construcción de la sociedad democrática (CARDOSO, 1989, p.14-19)²¹².

O terceiro aspecto do pensamento como *práxis* diz respeito à relação que se estabelece entre a redemocratização e a justiça social. A

²¹² CARDOSO, Fernando Henrique. **Estrategias para el desarrollo de la democracia em America Latina**. Instituto de Estudios Peruanos. *Documento de trabajo N° 38. Serie Sociología/Política N° 6 IEP* ediciones Lima, Abril 1990. Conferencia pública dictada dentro del marco del Seminario “Estrategias para el desarrollo de la democracia en el Perú y América Latina”, IEP, Lima, setiembre 1989.

redemocratização abre uma possibilidade inédita de se integrarem forças sociais ao processo decisório, na tentativa de se produzirem soluções para a questão do desenvolvimento. No entanto, o modelo econômico brasileiro pós 64, ao manter o Estado como principal investidor direto – embora cada vez mais dependente da atração de capital estrangeiro –, “tornou mais visível a desproporção entre os que controlam as informações o saber, as empresas, o mercado de trabalho, etc., e a massa da sociedade, que não dispõe dos mesmos recursos” (CARDOSO, 1978, p. 35)²¹³. A potencialização desse modelo nacional-estatizante com financiamento externo deu origem a um regime oligopólico, cujo ponto crítico se deu durante o governo de Figueiredo.

Quem, em sã consciência, imagina que o regime hoje ainda é *militar*, no sentido de que é a burocracia fardada quem lhe dá o rumo? O regime, hoje, é do grande capital oligopólico, instrumentado por seus técnicos, articulado dentro do Estado por seus políticos (...). A proposta Figueiredo é - que ninguém se iluda – o momento da busca da *hegemonia*. Não a liberal-burguesa, do consenso dos partidos. Mas a oligopólico-autoritária que se funda no Estado e dá à sociedade a ilusão da participação (CARDOSO, 1981, p. 206)²¹⁴.

Assim, a crítica do influxo autoritário do capitalismo oligopólico brasileiro se torna fundamental para se afirmar que a democracia como o caminho mais eficiente para o desenvolvimento, conceito que passa a ser redimensionado pelo autor pela inclusão do qualificativo “social”. Como tal modelo expressa um determinado padrão de relações simbióticas entre o Estado e o mercado, sua crítica não pode se restringir aos resultados econômicos do “milagre”, mas incluir a crítica de seus fundamentos autoritários.

Essa inter-relação entre desenvolvimento e democracia poderia ser observada no tratamento de várias questões, mas ficaria mais clarividente na negociação da dívida pública. A questão da dívida

²¹³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

²¹⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Os anos Figueiredo**. In: A construção da democracia: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993. Artigo publicado em *Novos Estudos Cebrap* 1(1): 4-11, dez. de 1981.

repercute sobre a situação política porque “carrega consigo a necessidade de se construir um marco de referência global que permita a continuidade do jogo social e político, dentro de uma certa normalidade democrática” (CARDOSO, 1987, p. 340)²¹⁵. Neste plano, a herança autoritária também se faria notar, colocando dificuldades à construção de uma agenda pública de longo prazo:

A dificuldade que se tem hoje para propor qualquer plano é devida a que hoje o grau de confiança [por parte da sociedade] é mínimo. Depois do que aconteceu com o Cruzado II, por razões bastante compreensíveis, a sociedade reage muito negativamente a qualquer proposta. Assim, a confiabilidade política é muito baixa, embora a confiabilidade técnica possa ser razoável. Daí a importância de se ter uma negociação política já que se não houver essa negociação política, a negociação social não vai ocorrer, porque ambas estão ligadas (*idem*, p. 356).

Estes fatores atuam como limitantes na produção do bem estar social, especialmente no que se refere ao combate da desigualdade. Embora este tema seja recorrente em seu pensamento, é numa aula proferida na Escola superior de Guerra, em maio de 1985, que o autor dará a ele um tratamento mais sistemático. Cardoso vai buscar reconstruir o processo de formação da imagem de um país desigual a partir do pensamento social brasileiro da segunda metade do século XX. Segundo este, contrastando com a imagem de um país agrário (predominante até a metade do século), tal imagem se formou a partir da retomada da industrialização no período pós Segunda Guerra a partir da forma de desenvolvimento adotada: a de um capitalismo incompleto, insuficiente em sua dinâmica própria, pela qual “os impulsos de crescimento não seriam suficientes nem para gerar emprego para a população, que continuava a crescer a taxas semelhantes à de países menos desenvolvidos, nem para que a acumulação dispensasse as

²¹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique et al. **Conferências “A negociação da transição”**. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de; DURHAM, Eunice Ribeiro (Coords.). Simpósio a Transição Política: necessidades e limites da negociação. Organização da Reitoria da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

injeções de capital estrangeiro” (CARDOSO, 1985, p. 79)²¹⁶. Os contornos do problema se tornam ainda mais dramáticos na medida em que, a despeito do desemprego acentuado pela crise dos anos 80 e da marginalização de setores sociais numericamente expressivos, os núcleos mais dinâmicos da sociedade se tornam mais complexos e se modernizam, aproximando a sociedade brasileira da feição das sociedades (pós)industrializadas contemporâneas. No entanto, esse processo é ambivalente, na medida em que “o desenvolvimento do capitalismo não está tendendo à homogeneização social nem tem assegurado, por sua dinâmica, forças capazes de reduzir a pobreza e eliminar as desigualdades fundamentais” (*idem*, p. 92).

Dessa forma, o principal desafio da agenda de uma sociologia pública no país seria o de transformar o *crescimento* econômico em *desenvolvimento* econômico e social. E é nessa tarefa que a democracia cumpre um papel fundamental e se torna, por si mesma, o elemento central da agenda da sociologia pública de Cardoso. Se, por um lado, o regime militar representou uma ruptura modernizadora em relação aos governos de feição populista (na medida em que pretendeu cortar o cordão com os vícios de uma cultura política paternalista e clientelista), por outro lado despolitizou o debate sobre o desenvolvimento e “deletou” a dimensão social de seu significado, como evidenciou-se na política do arrocho salarial e de fortes restrições econômicas às classes trabalhadoras observadas a partir dos anos 70. A inflação, por exemplo, é um sintoma de problemas econômicos de base e não apenas uma questão de excesso de dinheiro em circulação, ou de aumentos provocados pelos salários. “temos uma revolução democrática incompleta: Não há dúvidas quanto ao dinamismo e à modernidade do padrão de sociedade que se criou, mas faltou à sociedade brasileira romper com as estruturas mais fundamentais da desigualdade como a manutenção de antigos privilégios” (*idem*, p. 92).

A questão da relação da democracia com o bem estar social aparece de maneira mais contundente no momento da transição, quando o êxito econômico não pode mais ser usado para justificar a opressão política. A questão da democracia inclui a preservação das liberdades, o que está intimamente articulado às necessidades materiais da sociedade. É nesse momento que “a redefinição das políticas econômicas obriga ao debate, à crítica, pelo menos entre as elites. Só que o debate acaba ultrapassando o âmbito das elites porque, entre outras coisas, o próprio

²¹⁶ CARDOSO, F. H. **Guerra à miséria**. Aula proferida na Escola superior de Guerra. Maio de 1985. In: A democracia necessária. Campinas: Papirus, 1985.

desenvolvimento econômico aumentou, e muito, a proporção das camadas da população que têm condições para reivindicar e participar” (CARDOSO, 1978, p. 92)²¹⁷. Assim, a questão central da democracia no Brasil é a de saber “como se dará a ‘multiplicação dos pães’, para garantir que a democracia seja algo mais do que uma declaração de princípios”, não sendo preciso, para isso, “limitar os horizontes da política contemporânea à opção entre um *realismo autoritário* e um *liberalismo ingênuo*” (*idem*, p. 36, grifo nosso).

Diante disso, o autor conclui que, considerada a gravidade das disparidades sociais existentes, e o favorecimento à concentração de renda por parte dos mecanismos do modelo econômico, “as medidas que forem tomadas isoladamente em benefício da maioria só serão duradouras e positivas a médio prazo, se fizerem parte de reformas que modifiquem profundamente o modelo de crescimento e alterem a distribuição da propriedade, que é a base que sustenta a distribuição de renda” (*idem*, p. 96), no sentido de ampliar as bases de decisão para além dos limites tecnocráticos em que esta atividade foi levada a cabo pelo regime militar.

As considerações tecidas até aqui sobre os temas da *agenda institucional da transição*, da *participação política* e da *relação da democracia com a questão da justiça social* assumiram, como visto, um caráter conjuntural e mesmo normativo que, em muitas situações, se sobrepôs aos interesses analíticos nos escritos de Cardoso. Esta característica reforçou a ideia de que sua contribuição ao pensamento político brasileiro, neste período, se deu muito mais pela via da construção de uma ideologia democrática do que pelo oferecimento de elementos teóricos para compreender o processo.

Todavia, os esforços dispendidos pelo autor no sentido de compreender intelectualmente os movimentos da conjuntura política, nos quais ele mesmo está inserido, o levarão a fazer um movimento que assume um caráter exemplar para ilustrar como a variável ideológica presente em seu pensamento se converte em um pensamento político que assume uma feição eminentemente *prática*. Estamos nos referindo à estruturação da “teoria” dos curtos-circuitos que, no sentido apontado no parágrafo anterior, assume o caráter de uma *teoria da mudança social*. Embora o autor remeta a origem desta construção teórica às observações feitas por ele *in loco* dos eventos ocorridos durante a greve geral de maio de 1968 na França, sua elaboração é certamente enriquecida e, em

²¹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

grande medida, mesmo tributária das observações e da prática política acumuladas por ele durante o período da abertura política²¹⁸.

O pressuposto básico de tal “teoria” consiste em afirmar que a mudança política – inclusive a da redemocratização –, emerge do impulso aglutinador de fatores que remetem à indeterminação, o que representa uma ruptura em relação às explicações existentes até então sobre o tema. Cardoso articula este enfoque, pela primeira vez, no discurso de entrega do cargo da presidência da Associação Internacional de Sociologia em Nova Déli, em 1986(CARDOSO, 1986)²¹⁹. Para ele, todas as teorias da mudança histórica disponíveis partiam, até então, de duas concepções básicas: ou de uma concepção marxista, pela qual a mudança política se produziria fundamentalmente pela exacerbação da luta de classes; ou de uma concepção funcionalista, tributária de Durkheim, para a qual a mudança social se produz pelo acúmulo de disfunções parciais na sociedade. Nesse contexto, as “teorias da modernização” ou as “teorias da revolução” dos anos 1950 representavam a crença na visão autoconfiante do mundo ocidental ao pressuporem certa compatibilidade entre “crescimento econômico”, “forças sociais transformadoras” e “bem-estar humano”. A essas teorias, Cardoso dirige duas críticas: ambas partem de uma noção mais longa de “tempo histórico” do que a requerida pelas sociedades contemporâneas para explicar a mudança social; e, nelas, também há a noção de que a mudança é invariavelmente sinônimo de progresso.

Estas visões básicas foram se alterando ao longo do século XX, em função da elaboração de perspectivas mais modestas em suas ambições, que passaram a enfatizar não mais teorizações da mudança global da sociedade, mas de mudanças a aspectos parciais. Este exercício, que pode ser encontrado seminalmente em Weber, para

²¹⁸ Em várias ocasiões Cardoso observa que a inspiração para tal enfoque teve origem na observação feita por ele dos acontecimentos que circundaram o maio de 1968 na França em que, em meio a uma discussão sindical que transcorria num ambiente de certa estabilidade, a inquietação surgida a partir de reivindicações culturalmente liberalizantes dos estudantes, na medida em que passaram a se descolar das demandas clássicas do movimento operário, produziram um fenômeno que, embora não tenha mudado a estrutura e o comando da sociedade francesa, mudaram efetivamente sua estrutura. Nesse contexto, as teorias correntes da mudança social não conseguiam explicar.

²¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Problemas de mudança social, outra vez?** Novos Estudos Cebrap. São Paulo, v. 16, p. 54-61, dez. 1986. Reprodução do discurso de entrega do cargo da presidência da Associação Internacional de Sociologia em Nova Déli.

Cardoso, chega a Parsons redefinindo a temática contemporânea da *mudança*, ao propor um modelo que combina uma técnica explicativa geral e uma focalização específica do objeto e do tema de estudo, de forma a inviabilizar uma teoria geral da mudança: “mudança, sim. Teoria da mudança, não: teorias, plurais. Foi o estrutural-funcionalismo de Parsons e de Merton que deu à Sociologia dos anos 50 tanto o grande modelo explicativo das mudanças quanto o escopo da explicação: processos sociais delimitados e parciais (CARDOSO, 1986, p. 56)²²⁰”.

Da década de 60 para cá, as “Grandes Teorias” sofreram abalos substantivos. Rompeu-se a confiança na mudança pelo abandono da ideia de Progresso. Os acontecimentos sociais e políticos em conjunto, recriaram atores sociais e desenvolveram o medo e as angústias do mundo contemporâneo. Concomitantemente, a Sociologia sofreu uma nova inflexão no sentido de revalorizar a análise da *mudança social* a partir das transformações de componentes fundamentais da sociedade e da análise de aspectos mais gerais das sociedades, tanto pela via do neomarxismo quanto pelo resgate da tradição da análise estrutural-funcionalista. Tal revalorização, deu-se, por sua vez, a partir de duas vertentes principais: a da comparação entre as sociedades capitalistas e as socialistas e a do desgaste da versão gradualista das mudanças nas sociedades competitivas modernas. Assim, sem que tenha havido propriamente uma crítica sistemática consistente à teoria das classes sociais e da Revolução, houve uma paulatina substituição do interesse dos sociólogos da análise da classe operária em favor da análise dos “novos atores”, de forma que a sociologia desde então tem sido capaz de delinear novos temas e de procurar entender a dinâmica das sociedades contemporâneas com uma perspectiva mais aberta à variabilidade dos processos históricos: “ao invés do Ator Privilegiado, um caleidoscópio quanto a agentes de mudança. Ao invés de um resultado único, homogeneizador, universal, uma distribuição mais nuançada e rica de alternativas históricas” (*idem*, p. 58).

Assim, a *mudança por curto-circuito* explica, *ex post*, os movimentos de sociedades em que é pouquíssimo provável que as mudanças se deem por grandes rupturas, advindo, antes, a partir dos elementos microscópicos que tombam do inesperado:

²²⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Problemas de mudança social, outra vez?** Novos Estudos Cebrap. São Paulo, v. 16, p. 54-61, dez. 1986. Reprodução do discurso de entrega do cargo da presidência da Associação Internacional de Sociologia em Nova Déli.

o que se tem hoje é que, como as sociedades são muito diversificadas e os polos de decisão não são centralizados, podem ocorrer mudanças muito bruscas e imprevisíveis. Se houver muito fio desencapado, a probabilidade de curto-circuito é alta. Os curtos-circuitos fogem da normalidade da sociedade e não ocorrem sempre; se dão apenas quando, em diferentes níveis da sociedade, já existem rachaduras, que, as vezes, não são nem perceptíveis e, em outras, são perceptíveis mas não são reconhecidas. Os mais exaltados vão achar que a sociedade vai ferver pra sempre: não vai. Depois da fervura, ela assenta. Mas, aí, algo já mudou” (CARDOSO, 1998, p.51; p.106)²²¹.

Cardoso quer, com isso, pôr em evidência que a indeterminação e os julgamentos de valor atuam como elementos imprescindíveis para explicar a mudança nas sociedades contemporâneas: Assim, neste horizonte, a Sociologia, “ao invés de lastimar as previsões não ocorridas, se enriquece e não teme aventurar-se por campos nos quais o rigor científico pode ser pequeno, mas a angústia humana requer, se não dogmas, propostas que permitam ultrapassar impasses” (*idem*, p.61)²²²

Vista da ótica da transição para um pensamento como *práxis*, a produção intelectual de Cardoso sobre a redemocratização e a participação política adquire um significado alternativo em relação ao que lhe foi atribuído pela crítica que se dedica a este momento de sua obra. Para além de ter sido o principal canal ideológico de articulação de um discurso pró-redemocratização, seu pensamento ganha um significado relevante também para o entendimento do conjunto da sua obra, na medida em que expressa um caráter de complementariedade e amadurecimento (consolidação de crenças, reafirmação de conceitos, etc.) em relação às teses defendidas por ele em momentos anteriores.

²²¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²²² CARDOSO, Fernando Henrique. **Problemas de mudança social, outra vez?** Novos Estudos Cebrap. São Paulo, v. 16, p. 54-61, dez. 1986. Reprodução do discurso de entrega do cargo da presidência da Associação Internacional de Sociologia em Nova Déli.

3.2 O PENSAMENTO COMO *IDEOLOGIA*: DO MDB À SOCIALDEMOCRACIA

Conforme a discussão realizada no primeiro capítulo apontou, a definição de pensamento político pode assumir uma feição predominantemente *ideologia*. Nesse sentido, o pensamento aparece como um estilo a partir do qual o conhecimento é produzido a partir de um influxo propulsor definido por um cliente, seja para fornecer soluções para problemas que se apresentam à realidade social, seja, ainda, para legitimar soluções já alcançadas. No entanto, ainda que fundamentalmente definidos a partir de objetivos distintos, a aceção entre o pensamento como *ideologia* e o pensamento como *práxis* anda sobre uma linha muito tênue e, frequentemente, um se converte no outro: a ideologia pode tornar-se *práxis* quando, a partir da produção do conhecimento técnico para um cliente, dá origem a formulações teóricas que passam a ter seu valor mensurado pela sua coerência lógica e seu diálogo com outros sistemas teóricos (como no caso da *teoria dos curtos-circuitos*); da mesma forma, o pensamento como *práxis* pode frequentemente tornar-se num pensamento ideológico, quando pavimenta caminho para que o conhecimento produzido seja utilizado com propósitos de clientes específicos.

A sessão anterior deixou nas entrelinhas que o “cliente” que transformou o pensamento político de Cardoso em cimento aglutinador do discurso da oposição institucional foi o MDB. De fato, os contornos do pensamento político como *ideologia* em Cardoso começam a surgir em 1974, quando é convidado por Ulisses Guimarães para contribuir na elaboração do programa partidário do movimento, do qual emergem os seguintes objetivos programáticos: a Constituinte, a Anistia, o Estado de Direito, a Distribuição de Renda²²³; tem continuidade no ano seguinte, quando o autor transita da posição de um intelectual *ideólogo* para a de um intelectual *experto* (BOBBIO, 1997)²²⁴, por meio da produção de

²²³ Anos mais tarde, Cardoso reivindicaria a autoria: “eu escrevi o programa do MDB: intersecção entre salários, questões sociais e questão política, era esse o tema” (CARDOSO, 1978, p.100). CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

²²⁴ BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

uma análise dos resultados das eleições de 74²²⁵ que aponta como causas da vitória plebiscitária do MDB naquelas eleições a insatisfação conjuntural provocada pelo custo de vida, pelo arrocho salarial e pela opressão política, em suma, a ligação entre problemas econômicos, problemas do dia-a-dia e soluções políticas. E se completa em 1978, quando o autor, ao mesmo tempo em que decide ingressar nas disputas eleitorais, consolida seu papel de *ideólogo* dentro do partido, como se nota no discurso feito por ocasião da convenção do partido, em junho de 1978:

Senhores convencionais: um partido não se faz apenas de glórias passadas; se nós quisermos continuar a ter um papel na história brasileira, teremos de dar um passo à frente, e depressa. Nosso povo já o deu. Hoje, não basta pregar a democracia, é previsto vivê-la. Democracia já. O MDB exigirá, nesta campanha, a Constituinte porque sem ela não há lei que seja legítima. A sociedade brasileira perdeu o medo. É nosso dever, diante da luta anônima das massas brasileiras, dizer um rotundo *não* às reformas consentidas que nos tornariam parlamentares tranquilos de um regime de embuste. Nós seremos o partido que, na próxima campanha eleitoral, abrirá o caminho para que a vontade popular e nacional se expresse e diga o que quer. Discutiremos abertamente na imprensa e nos comícios e assumiremos os riscos responsabilmente, para que o povo ganhe o espaço político necessário para exigir as condições condignas de vida a que aspira e tem direito. (CARDOSO, 1978, p.13)²²⁶.

No entanto, o teor engajado manifestado neste discurso convive, com os dilemas de um partido *omnibus*, a partir de onde Cardoso passa os gérmenes dos futuros partidos que surgirão com o retorno da institucionalidade democrática. Embora em tom meramente protocolar

²²⁵ CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (Coords.). **Os partidos e as eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Cebrap, 1975. 262 p., il. (Estudos Brasileiros, v. 6).

²²⁶ In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ele manifestasse propensão a não rachar com o MDB: “Se o MDB desaparecer, estou disposto a contribuir para a organização de um partido que tenha raízes populares”, ressaltando, porém, que “difícilmente alguém poderá transformar o país baseado exclusivamente nas forças da base da sociedade”, razão pela qual seria preciso pensar num tipo de partido que não esteja bloqueado a qualquer forma de aliança” (*idem*, p. 85)²²⁷. É neste contexto que o autor passará a falar, nos anos subsequentes e até o rompimento definitivo – por ocasião da fundação do PSDB – na premência de se construírem alternativas de poder que espelhem as forças sociais que animaram, ainda que de forma controlada, a vida política do país desde a Abertura:

É no contexto de um processo político que abriu espaços mas não decantou alternativas de poder, que se colocam os desafios à Oposição. Cabe à Oposição, nestas circunstâncias, romper o nó górdio. E a ruptura há de ser conseguida utilizando-se a tática oposta à do Governo: ao invés de fazer o jogo escondido, há que abri-lo ao sol claro da opinião pública. Neste sentido é que eu creio que daqui para frente a responsabilidade da redemocratização é nossa. (...) Ou a Oposição se assume como partido popular e partido das reformas, tendo como suporte os assalariados, ou se perderá na busca de uma unidade idílica de todos para “derrubar a ditadura”, sem dizer o que fazer depois da queda. O desafio que o MDB tem pela frente é grande mas é claro. Passou a época na, qual bastava emitir símbolos indiretos de resistência ao regime para unificar as forças oposicionistas e sacudir a letargia da sociedade. Agora trata-se de assentar as bases para a democracia. (...) Mas não basta um programa. Está chegando o momento no qual o enraizamento social da Oposição implicará em que setores populares participem devidamente da vida partidária. E é este o ponto mais delicado da questão: como abrir espaço à participação efetiva das camadas populares, respeitando, ao mesmo tempo, a indispensável autonomia da sociedade civil. (...) é preciso ir construindo os alicerces de

²²⁷ *Idem*.

um partido popular moderno. Amplo. Sem sectarismos”. Eu proponho (...) um grande partido, que varie regionalmente no tom e nos temas, mas que se una nacionalmente na vontade clara e insofismável de reformar a fundo as estruturas (CARDOSO, 1979, p. 86-89)²²⁸

Assim, o compromisso de Cardoso com o MDB caminhará, ao longo da década de 1980, para uma ruptura, até o momento em que suas ideias de um novo partido amadurecem e ele passa a se dedicar a uma nova plataforma partidária. Nesse percurso, Cardoso vai deixando, progressivamente, de ocupar o lugar de ideólogo do MDB para se dedicar à elaboração de uma plataforma política que, embora parta daquele programa estabelecido para o MDB em 1974, assuma posições mais claras a respeito de alguns temas em que o partido, dada sua natureza, não conseguiu encaminhar para a construção de uma posição pactuada internamente.

Antes de fazer menção a esta ruptura, porém, cabe fazer algumas poucas considerações sobre a função ideológica que Cardoso desempenhou dentro do processo Constituinte (1987-1988). A Constituinte representa um ponto de inflexão em relação às preocupações e ao pensamento político de Cardoso: como vimos, embora já houvessem em seu pensamento desde 1978 indicativos sobre seu interesse em participar da construção de um novo partido político, até ali, o tema que dominava seu pensamento político era o dos caminhos da transição institucional e da construção de um sistema de participação que fugisse tanto dos riscos de uma democracia assembleísta e basista quanto dos limites de uma democracia limitada aos mecanismos representativos. Com a Constituinte, ocorre o abandono da afirmação teórica da democracia pela contraposição à ditadura, ao mesmo tempo em que, amparado pelo arcabouço acumulado de suas reflexões, o autor passa efetivamente a construir os contornos de uma alternativa política para o país para além da propositura de uma plataforma partidária.

Cabe ressaltar que, na agenda da sociologia pública elaborada pelo autor, a questão constitucional já adquiria um caráter central. Como vimos, no bojo de suas análises sobre a redemocratização, já em 1978, o autor afirmava que, para romper de fato com a ordem política vigente, a futura Constituinte deveria possibilitar a participação mais ampla possível das camadas populares, ainda que considerasse a necessidade

²²⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. Os rumos da oposição (1979)

de um pacto de concessões mútuas entre as elites e as camadas populares emergentes no país.

Nós podemos encarar a Constituinte de duas maneiras: ou como uma assembleia que vai promulgar um pacto e então as elites se juntam na mesma forma moderna em que se faria a transição do absolutismo a uma ordem constitucional; ou nós podemos encarar a Constituinte como um movimento social. Porque não pensar que, daqui a pouco, existe a possibilidade de a massa participar ativamente, desde que nós tenhamos a capacidade de dizer, de maneira simples, qual é a ligação que existe entre a questão eminentemente política com a questão social. Nós vamos ter que chegar a uma ordem jurídica que aceite esta demanda. A Constituinte tem sentido na medida em que for concebida não apenas como um alvo, mas como um processo [que se caracteriza] pela mais ampla participação popular no processo decisório. (CARDOSO, 1978, p. 61-70)²²⁹.

Quando, finalmente, a hora chegou, esta perspectiva das possibilidades da Constituinte, acrescida da posição construída como intelectual orgânico de um partido *omnibus*, e do perfil de mediador construído como parlamentar ao longo dos anos 80 o alçou a uma posição de destaque no centro nervoso do processo, primeiro como relator do Regimento Interno (de onde deu contribuição decisiva para a inclusão da emenda da iniciativa popular)²³⁰ e, depois como membro e relator adjunto da Comissão de sistematização). Whitehead (2010, p.

²²⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

²³⁰ Tal emenda se consolidaria, posteriormente, como importante avanço constitucional. Embora não tenha sido seu autor direto. Segundo Mendes de Lima (2012), até chegar a constar no Regimento Interno, a emenda da participação popular percorreu um longo caminho, passando pela fundação do Plenário de São Paulo (1985), pela Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (1986), pelos Plenários, comitês e Movimentos Pró-Participação Popular na Constituinte (1986-1987), antes de chegar ao Congresso.

451)²³¹ assim situa a contribuição de Cardoso nas mudanças desencadeadas no país a partir da Constituinte: ele possuía uma capacidade de comparação e discernimento que muitos de sua geração não tinham, e usou seu talento e flexibilidade para montar uma posição de liderança no Congresso (ajudando, assim, a dar forma à Constituição de 88), e também para o PSDB como o maior protagonista nos processos de acomodação da elite, reconciliação popular e a criação de instituições – processos que foram parte integral da mudança de regime no país.

No fim, o balanço geral revelava, para o autor, o sucesso na tarefa de acomodar os interesses em disputa e em consolidar a ideia da democracia como única alternativa política para o país. Cardoso – coerentemente com o que apontava em 1978 – considera o êxito do texto final da CF-1988 a partir de duas dimensões fundamentais: “liberal-progressista na ordem jurídica e um instrumento para o resgate da dívida social brasileira”²³². No que tange ao primeiro aspecto, além da reintrodução dos direitos civis e políticos, estabeleceu também um novo marco na relação sociedade-estado, sendo a concepção de democracia que prevaleceu na constituição de 1988 muito próxima da desenvolvida por Cardoso entre os anos 70 e 80 como intelectual orgânico do MDB (a de um Estado “poroso aos interesses da sociedade”). Por outro, as amplas garantias sociais introduzidas assinalaram o reconhecimento e as especificidades históricas da questão social no Brasil. E arrematava: “A nova Constituição não é apenas um texto politicamente possível, mas também o desejável para conduzir o país ao seu futuro, sem traumas”²³³. Uma vez terminado o processo, o

²³¹ WHITEHEAD, Laurence. *A astúcia fortunata* do presidente-sociólogo do Brasil. In: D’INCÃO, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). **Democracia, crise e reforma**: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

²³² CARDOSO, Fernando Henrique. **Há sintonia da constituinte com o país?** Nova carta conduzir o país ao futuro, sem traumas. O Globo, Rio de Janeiro, p. 10, 06/03/ de 1988. Entrevista concedida a Vera Manzollillo.

²³³ Olhando à distância histórica de 20 anos, Cardoso considera a Constituinte como momento privilegiado de construção histórica da nação: “a Constituição de 1988 é um marco (...) não só de fortalecimento da democracia, como é também um marco de aspiração de um Brasil melhor (...). Quantas vezes muitos de nós nos lastimamos pela incongruência entre os propósitos dados ao País pela Constituição e a falta de meios para realizá-los? Não obstante, não fossem aqueles propósitos, possivelmente nós não teríamos assistido à possibilidade de uma mobilização da sociedade civil, como nós a assistimos, já nos anos 80,

autor assim avaliou a resolução das disputas políticas que o conformaram:

Entre los constituyentes existía la misma desconfianza que había en la sociedad respecto a la conducta de los “políticos”. Me daba la impresión de estar en Nanterre [onde esteve em maio de 1968], donde el afán reivindicatorio de los diputados y senadores se expresaba en la participación directa, en la expresión de sus opiniones, en no hacer concesiones. Por eso no se logró hacer una Constitución, como se hizo en todo el mundo, por medio de un anteproyecto. Los constituyentes no aceptaban un texto preliminar. Parecía una asamblea de estudiantes donde no se acepta ninguna representación; donde todo debe ser hecho directamente por todos los participantes. Fue necesario crear un complicado sistema por medio del cual todos pudieran opinar en cualquier momento. Hemos discutido innumerables propuestas durante dos años; y más todavía, abrimos la discusión a la sociedad, permitiendo que un cierto número de personas presentaran propuestas a la Constituyente. Para aprobar ese mecanismo tuvimos un conflicto con la derecha que no aceptaba la ‘democracia directa’ (existía la posibilidad de que los que presentaran propuestas eligieran a alguien que no fuera ni diputado ni senador, para hacer la defensa de sus puntos de vista en el plenario). Aquello parecía ante los conservadores como una transgresión de la representación y como un quebrantamiento de la condición sacrosanta del recinto parlamentario. La sociedad desconfiaba de los que iban a establecer las nuevas reglas de la democratización, y los representantes del pueblo desconfiaban de los

mas, sobretudo, durante a elaboração da Constituição, com a presença ativa de vários setores, quando foi tomada uma decisão que permitia emendas feitas por pessoas que não tinham mandato parlamentar. Isso foi uma pequena revolução. (...) essa é uma luta que vem lá de trás. A Constituinte foi um desses momentos de fortalecimento do País, da Nação. (...) o que nós não podemos é, nessa briga, esquecer do fundamental, que é a formação da Nação (CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso no senado em 07/07/2009).

líderes, considerándolos manipuladores. No querían aceptar la delegación, ni siquiera en una comisión que redactara el texto preliminar de la Constitución. Esto era un síntoma de un proceso más amplio de ruptura, no solamente del eje entre la sociedad y el Estado sino en el seno de la misma sociedad civil (CARDOSO, 1989, p. 09-10)²³⁴

Não obstante, Cardoso nunca reproduzirá uma postura efusiva em relação à Constituição de 1988 a ponto de considera-la como uma ruptura total em relação à antiga ordem populista e patrimonial brasileira. Pelo contrário, embora avançada no reconhecimento dos direitos e garantias fundamentais do cidadão e generosa na antevisão dos direitos sociais, ela reforçará, em muitos aspectos, uma cultura política estatizante, corporativa e patrimonial, sendo possível encontrar nela *loci* onde se entrincheiram interesses ligados às estruturas do Estado Vargasista. No plano econômico, a Constituição manteve um viés de forte controle estatal da produção, de inibição de capital externo e, portanto, da intenção em manter a economia nacional fechada “com um governo ativo, a fomentar um estilo de crescimento baseado no mercado doméstico e na discricionariedade do Tesouro, que definiria os vencedores em cada setor da economia” (CARDOSO, 2010, p.149; p.177)²³⁵.

Se este fora o juízo do autor sobre a Constituinte desde seu término, é possível dizer que o programa do PSDB incorporaria muitos dos aspectos que, a seu ver, ela não conseguira avançar. É preciso indicar, contudo, que à altura o término do processo, esta avaliação ainda não havia avançado para algo além do propósito de marcar posição em relação a alguns aspectos não ou mal resolvidos. A clareza dos rumos ideológicos do partido só começará a se delinear a partir do ano seguinte: “Quando houve a eleição em que Mário Covas competiu, participei da formulação do discurso sobre o “choque de capitalismo”

²³⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Estrategias para el desarrollo de la democracia em America Latina**. Instituto de Estudios Peruanos. *Documento de trabajo N° 38. Serie Sociología/Política N° 6 IEP* ediciones Lima, Abril 1990. Conferencia pública dictada dentro del marco del Seminario “Estrategias para el desarrollo de la democracia en el Perú y América Latina”, IEP, Lima, setiembre 1989.

²³⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. *Xadrez internacional e socialdemocracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

[eleições de 1989]. As ideias já estavam bastante claras, mas durante a Constituinte não era assim. Nós hesitávamos muito. Lembro de mim e do Serra desesperados, sem saber que posição tomar diante do que vinha como reivindicação da esquerda e da direita” (CARDOSO, 1998, p. 230)²³⁶

De qualquer forma, a experiência da Constituinte se encerra para Cardoso 3 meses antes da promulgação da Constituição de 1988, com a fundação do PSDB em 25 de junho daquele ano, encerrando o processo de ruptura com o agora PMDB iniciado anos antes. Do ponto de vista da relação entre os intelectuais e a política no Brasil, a criação do PSDB é simbólica porque reintroduz uma das características mais questionáveis desta relação, qual seja, a da intelectualidade assumir o papel de protagonista da elaboração de um projeto de nação. Não obstante, para Cardoso, a criação do novo partido respondia “a um momento-chave de nossa história política, no qual não bastava fazer a crítica. Estava claro que nossa tarefa não poderia apenas crítica, ela tinha que ser propositiva. Éramos chamados a tomar posição diante dos novos fatos que iam redesenhando o Brasil e o mundo. O momento requeria de nós uma posição afirmativa, construída a partir de nossos compromissos políticos, nosso amadurecimento doutrinário, nossas convicções” (CARDOSO, 2000, p.15).²³⁷

Assim, a partir de 1988 Cardoso passa *novamente* a vivenciar a prática intelectual como ideólogo partidário e se volta para a atividade técnica de elaboração de um programa partidário para o PSDB. No anúncio de sua saída do partido, ele argumentava que o partido teria cumprido sua tarefa histórica de frente ampla e indicava a entrada do partido numa crise de identidade que o país não poderia esperá-lo resolver.

Acho que está mais do que na hora para um novo partido. Ao longo destes anos, depois de ter prestado excelentes serviços à luta democrática, o PMDB inchou com a adesão de muitos que se beneficiaram dos votos populares, mas não se imbuíram dos objetivos partidários. Ainda assim, é inegável que o PMDB foi o eixo da

²³⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²³⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. Palestra do presidente da República. In: INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA. **Realizações e desafios de um programa Socialdemocrata**. Rio de Janeiro: Instituto Teotônio Vilela, 2000.

redemocratização. Ocorre que agora, com a Constituição praticamente aprovada e a caminhada para a campanha presidencial quase iniciada, chegou a hora de opções substantivas para construirmos a sociedade do futuro. Eu não creio que o PMDB tenha condições para renovar, daqui para frente a vida política. Saio sem jogar pedras no partido a que me dediquei. Saio torcendo para que os grupos democráticos e progressistas que estão empenhados na luta interna ganhem o partido, embora não creia nesta aposta. Optei, com decisão e cheio de esperanças pelo novo partido. Sei que a luta será difícil. Mas não estou na vida política para viver de acomodações. Com riscos, inescusáveis, preferi o desafio do novo do que a placidez morna de uma carreira política tradicional (CARDOSO, 1988, p. A-2)²³⁸

O desafio representado pela construção de uma nova plataforma partidária representou, para a trajetória de Cardoso, como que por acréscimo e complementariedade, a possibilidade de rediscutir as questões clássicas de seu pensamento – o desenvolvimento, a democracia, a política e a economia brasileira e latino-americana, etc. – diante do novo cenário ideológico mundial, matizado, no caso brasileiro, pela ordem política emergente com a Constituição de 1988. Assim, longe de exaurir-se, o pensamento do autor passa por um processo de atualização, renovando sua estrutura argumentativa e rompendo com a especialização temática das ciências sociais no Brasil no período.

O debate ideológico e programático não era novo para o autor. A questão das ideologias já vinha ganhando espaço em suas reflexões desde a Abertura, passando pelos acontecimentos políticos do final dos anos 80, quando ele já vinha afirmando que “temos diante de nós uma tarefa de imaginação criadora, de imaginação sociológica muito importante, que é criar algo realmente novo em termos de partido político (CARDOSO, 1978, p. 39)²³⁹. Essa afirmação vem ao encontro da negação das principais alternativas partidárias existentes no campo da

²³⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Partido novo**. In: Folha de São Pulo, Caderno Opinião, p. A2. Quinta-feira, 23 de junho de 1988.

²³⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

esquerda: os partidos operários de inspiração marxista-leninista e a tradicional socialdemocracia europeia, negação esta que já estava clara para o autor desde, ao menos, 1978:

não existe possibilidade de falar numa democracia substantiva no Brasil sem reconhecer a legitimidade de uma tendência socialista. Agora, não se pode pensar que exista uma corrente socialdemocrata, como em outros países. Simplesmente porque o processo histórico no Brasil é outro. (...) A social-democracia, na Europa, foi o resultado de certas situações específicas. Primeiro: a existência de um grande partido operário; Segundo: um desenvolvimento econômico bastante forte. Terceiro: uma burguesia que procura pacto, com o movimento operário. Quarto: uma liderança operária que aceitou esse pacto. No Brasil, enquanto não se tiver um movimento de trabalhadores forte, não se tiver sindicatos ativos, nenhum partido propriamente operário, nem burguesia disposta a oferecer cogestão ou codireção para nada, quem quiser ser socialdemocrata é... bobo. (*idem*, p. 40).

Essa posição vai ser reafirmada por ocasião da fundação do PSDB, em que o autor vai ser contrário à adoção da expressão no nome do partido. Cardoso não fora convencido internamente da pertinência da referência à socialdemocracia. Defendia, de outro modo, um partido “democrático e popular”, para desvincular o partido do modelo europeu em crise e para dar conta do diálogo com todo um segmento da população espoliada inclusive do mundo do trabalho. A esse propósito, é interessante notar que, a despeito da referência na sigla, o manifesto do partido fizesse uma referência apenas matizada às teses básicas da socialdemocracia europeia (como o pleno emprego, o Estado-providência, etc.) e de descaracterizasse a classe operária como interlocutora privilegiada, além de priorizar a consolidação institucional da democracia e o empoderamento da sociedade civil como formas de combater o personalismo e valorizar a representação política, assim como a defesa da continuidade das reformas iniciadas na Constituinte. Assim, muito embora houvessem muitas semelhanças entre as crenças que originaram o PSDB e o ideário socialdemocrata, não seria possível associa-los de maneira automática, fato que explica a referência sempre

entre aspas que Cardoso faz a este ideário no período. As razões para tal não deixam de revelar um aspecto curioso da criação do partido, visto que apontam – segundo o próprio autor – para aspectos que não foram de ordem teórica ou programática:

Eu realmente não quis colocar a expressão socialdemocracia, porque nós não tínhamos sindicatos, porque aqui era uma outra realidade. Sabe porque que ficou “PSDB”? Porque parecia PMDB. A razão política para isso foi: PMDB, quatro letras; PSDB, quatro letras. Eu, que estava do lado do Montoro naquela época, queria “Partido Popular Democrático” ou algo assim. O Montoro não queria socialdemocracia por outra razão: porque ele tinha ligação com os partidos católicos da Europa, que eram contrários à socialdemocracia. Eu não tinha esta razão em mente. O meu argumento era o seguinte: “Olha, vocês vão criar um partido e vão botar esse nome. Eu sou sociólogo e vou ter que explicar como é que um partido sem sindicato vai se chamar socialdemocrata”. Socialdemocrata acabou sendo o PT. Na época eles não queriam ser, tinham horror à socialdemocracia, que não era revolucionária, era reformista. No meu caso não foi isso não. Eu dizia: “Olha, não tem correspondência. A situação brasileira é outra. Aqui nós precisamos é fincar uma democracia que tenha conotação popular. Não democracia popular *a la* comunismo, mas uma democracia popular, sem o protagonismo dos sindicatos, que atinja o conjunto da população, o povão” (*Entrevista concedida ao autor desta tese, em 23 de setembro de 2013*).

No plano oposto, a alternativa liberal pura e simples também não era uma opção consistente, o que se evidencia a partir do debate entre Cardoso e Roberto Campos no senado²⁴⁰. Cardoso e Campos exerceram

²⁴⁰ Este debate foi analisado em suas minúcias no trabalho de Mello (2009). MELO, Wanderson Fabio de. **Institucionalização e modernização: o debate no Senado Federal entre Fernando Henrique Cardoso e Roberto Campos (1983 - 1989)**. Tese de doutorado. Pontifícia universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

mandatos entre os anos de 1983 e 1991 e chegaram ao Senado por caminhos diferentes: Cardoso, alinhando setores sociais heterogêneos (movimento sindical, intelectuais, artistas, cientistas e estudantes) e Campos, apoiado basicamente pelos setores agroexportadores do Norte de Mato Grosso. Para conciliar esta diversidade, Cardoso assimilou como eixo articulador de seu programa a crítica de setores dos empresários paulistas à política de “juros abusivos” praticados no país que penalizava a esfera do capital industrial e os trabalhadores e, ao mesmo tempo, apontando para a questão da “democracia substantiva”; Campos, por seu turno, não tinha a questão da democracia como ponto prioritário; pautou-se, antes, contra a estatização da economia levada a cabo durante o governo Geisel e pelo combate prioritário ao déficit público (expressando os anseios de parte da classe capitalista financeira). Campos se auto-designou de “policrata” para representar essa posição, querendo, com isso, denotar a distinção com os “tecnocratas” do regime e reforçar seu posicionamento em consonância ao capital privado, desvinculado da fração militar defensora do autonomismo nacional na economia.

Essas diferenças na mobilização de apoios e na construção de agendas de atuação condicionaram diferentes perspectivas ideológicas sobre questões programáticas do país. Em linhas gerais, Roberto Campos construiu sua interpretação sobre a redemocratização parametrado pelo liberalismo político clássico, pela qual a proposta de institucionalização democrática deveria expressar o trânsito de uma forma bonapartista de poder para outra, a da busca de uma hegemonia burguesa²⁴¹. Já Cardoso – como se viu na sessão anterior – sustentava que o processo de “abertura política” havia se realizado a partir da ideia de transição tutelada, por meio dos rompimentos de setores expressivos que sustentaram o próprio autoritarismo e na qual a mobilização da sociedade civil e da oposição legal cumpriram um papel mais performático do que real.

Também as concepções de desenvolvimento variaram: Campos, partindo das teses do pensamento neoclássico e monetarista, argumentava que o desenvolvimento poderia ser alcançado por uma ação econômica liberalizadora, na qual a ação do Estado restringir-se-ia ao controle do crédito e da moeda; Cardoso, enfatizando a peculiaridade da estrutura social do país diante dos “percursos originários” de

²⁴¹ Mesmo a campanha das “Diretas-já!” foi vista de modo negativo porque o movimento promoveria o “debate passional” entre políticos despreocupados da economia, notadamente às do setor privado.

desenvolvimento a partir das teses do desenvolvimento associado-dependente.

O ponto a ressaltar neste debate é que, para além do rechaço da alternativa liberal pura e simples, o embate ideológico com Roberto Campos faz Cardoso, pela primeira vez, reivindicar uma posição socialdemocrata, como evidencia um texto do autor escrito para a *Folha de São Paulo* em 1990:

Ontem, o senador Roberto Campos estreou como líder do PDS no Senado fazendo uma ardorosa defesa do liberalismo. No dizer do novo líder, a década passada marcou o triunfo definitivo do liberalismo. (...) Mas, me pergunto, houve de fato o triunfo do liberalismo sobre a socialdemocracia? O ilustre senador pode argumentar, como fez, que a social democracia não passa de uma vertente envergonhada do regime de mercado. Só que o argumento tem a mesma força de outro, que qualifique o governo da sra. Thatcher de social-democrático enrustido, pois os gastos sociais na Inglaterra e as políticas de proteção aos assalariados persistiram com força. Digo isso para repetir o comentário que fiz, em aparte, ao discurso de Campos. A insistência na “supremacia do liberalismo” é tese tão apaixonada e dogmática quanto oposta, da “supremacia do socialismo”. A birra que o senador tem com os ismos, para ser mais frutífera, deveria abarcar o ismo que ele defende, o liberalismo. A discussão seria mais proveitosa em contexto mais amplo, sem paixões que estiolem as oportunidades que se abrem efetivamente à construção de um sistema que funcione a contento para promover, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico e o bem-estar do povo. É engano imaginar-se que seja possível, nas condições brasileiras, promover o desenvolvimento e aumentar a igualdade social sem que o Estado atue em alguns setores econômicos, embora de forma cada vez mais públicas, isto é, controlado pela sociedade e não pela burocracia. Engano equivalente à atitude oposta, a de não ver que amplos setores estatais devem ser privatizados e que a burocratização parasitária, o corporativismo e o clientelismo

constituem realmente males a serem controlados. É essa a diferença entre os que são favoráveis ao “evangelho liberal”, como disse Campos, e os socialdemocratas que, sem paixão por ismo algum, veem com objetividade que, por trás das questões doutrinárias, há interesses concretos. Os nossos interesses, dos socialdemocratas, são claros: subordinamos nosso endosso ao mercado a que existam contrapesos nas políticas sociais que corrijam as distorções que ele, entregue a suas próprias forças, provoca, em detrimento dos assalariados e dos que não detêm posições oligopólicas no sistema produtivo (CARDOSO, 1990, p. A-2)²⁴².

Assim, nos contornos da sociologia política de Cardoso, o debate ideológico desencadeado com Roberto Campos no Senado cumpre a função de elemento propulsor à elaboração de uma reformulação do ideário socialdemocrata, o que ele leva a cabo a partir da crítica das bases em que se erigiu o cenário ideológico no século XX. Em linhas gerais, se a crítica às alternativas políticas da esquerda já estava consolidada nas posições políticas de Cardoso, é a partir do debate com Roberto Campos que o autor vai retomar a discussão da construção de uma perspectiva ideológica à altura dos desafios políticos apresentados pela redemocratização (no plano nacional) e pela reorganização política proporcionada pela queda do socialismo real. Assim, a postura inicialmente de negação vai dar origem a um movimento de ressignificação conceitual e ideológica no sentido de uma assimilação ponderada do termo *socialdemocracia*. Vale a pena indagar: o que o fez mudar de ideia nos primeiros anos da década de 1990?

O primeiro elemento para uma resposta a esta pergunta consiste em indicar que Cardoso passou a afirmar que o debate ideológico precisaria passar por um *aggiornamento* perante os acontecimentos políticos observados a partir de fins dos anos 1980 e do novo estágio de acumulação capitalista, cada vez mais integrado pelo comércio e num estágio de desenvolvimento tecnológico acelerado.

se nós estamos tendo um mundo em que realmente as ideologias do século XIX morreram,

²⁴² CARDOSO, Fernando Henrique. **Liberalismo e social democracia**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 fev. 1990. Opinião, p. A-2.

não é porque não se tenha ideologia. Mudou o mundo e não se pode continuar com as ideias antigas. Eu assisti a isso dramaticamente na França, em maio de 68, e o que se via era que ali estourava uma coisa nova e as ideologias eram antigas. Usava-se a bandeira anarquista, cantava-se o trecho da Internacional: ‘De pé, famélicos da Terra’, com o povo gordo, quando o problema já era outro. Com algum atraso estamos agora passando a limpo as ideologias, o que não quer dizer que não haja desigualdade, injustiça, luta de classe. Tudo isso existe, mas temos que ter um modo diferente de solucionar. O que é socialdemocracia? É tão vazio quanto socialismo ou capitalismo. É preciso ter coisas mais objetivas, mais concretas. (CARDOSO, 1990, p. 116-118)²⁴³

Esta atualização parte, em seu pensamento, da crítica às formas de conceber as principais ideologias políticas do século XX: o pensamento socialista, o liberalismo e a socialdemocracia. Como visto acima, em relação à esquerda, Cardoso considera a existência de uma profunda crise de projeto, oriunda da asfixia teórica acumulada ao longo do século XX e que a deixava caudatária de teses anacrônicas; já em relação ao liberalismo, a crítica seguia a tônica do embate com Roberto Campos, e as posturas de triunfalismo pedante, comum nos prognósticos pós queda do muro de Berlim²⁴⁴; por fim, a crítica ao ideário socialdemocrata passa a apontar para a superação histórica das teses consolidadas ao longo do século XX e a impossibilidade de transplantar mecanicamente tais ideologias para outros contextos. Todavia, enquanto as alternativas socialista e liberal podiam ser negadas em função de um certo radicalismo subjacente a seus respectivos projetos, a socialdemocracia poderia vir a se transformar num referencial possível para o Brasil, na medida em que poderia partilhar do movimento de revisão então experimentado. Consequentemente, a absorção do ideário socialdemocrata na obra do autor vai passar a buscar explicações

²⁴³ CARDOSO, Fernando Henrique. Fernando Henrique Cardoso: [entrevista concedida em agosto de 1989]. In: FERREIRA, Claudiney; VASCONCELLOS, Jorge (Orgs.). Certas palavras. Apresentação de Humberto Werneck. São Paulo: Estação Liberdade; Secretaria de Estado da Cultura, 1990. p.101-118.

²⁴⁴ Reproduzido como “Liberalismo e socialdemocracia” na Folha de São Paulo em 22/02/1990.

teóricas que justifiquem sua adaptação ao contexto brasileiro e latino-americano. Assim, Cardoso passa a argumentar que a situação histórica da América Latina e do Brasil passava a ser a de construir uma alternativa socialdemocrata, que passaria por desafios distintos aos de sua congênera europeia: primeiro, enraizar a crença na democracia e reformar as instituições; depois, criar mecanismos que permitissem a inclusão não apenas da massa trabalhadora, mas de todo contingente de pessoas que não tem sequer acesso ao trabalho; por fim, enfrentar as questões sociais que emergem a partir de uma realidade econômica marcada pela crescente integração.

Em relação ao primeiro desafio, as possibilidades da socialdemocracia dependem da superação da dimensão clientelista e patrimonialista do Estado na América Latina, que passou ileso às críticas a ele dirigidas e, mesmo após os processos de redemocratização, perpetuando sua continuidade. Por esta razão, advertia Cardoso: é preciso criticar o “Estado como ele realmente é” e, deste ângulo, aceitar algumas críticas do liberalismo e mostrar, ao mesmo tempo, suas limitações e distorções. Assumir estas críticas consiste em *restringir o corporativismo-populista* (impeditivo da universalização das conquistas sociais) e *afirmar uma perspectiva de desenvolvimento global e de longo prazo* (ideia atacada de duas maneiras: de um lado, o novo liberalismo procura tirar de cena a preocupação com o desenvolvimento enquanto processo social global; de outro, o novo pensamento social católico que tende a dizer sim a toda e qualquer demanda popular) (CARDOSO, 1990)²⁴⁵. O próprio ideário socialdemocrata, teria ignorado este aspecto político e precisaria, a partir de agora, acertar as contas com este “pecado original”.

Os “proto” social-democratas latino-americanos desdenharam as chances de apoderar-se do Estado pela via de partidos de trabalhadores, para acomodarem-se nas frentes progressistas (muito mais interessadas no crescimento do PNB e na formação de uma base produtiva autônoma do que em políticas redistributivas e no controle democrático do Estado ou da produção). Esse pecado original do progressismo latino-americano fê-lo muito mais um pensamento estatizante do que democratizante, muito mais corporativista que

²⁴⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Desafios da social-democracia na América Latina**. Novos. Estudos Cebrap, n 28, outubro, 1990.

distribucionista. Por isso, curiosamente, o pensamento progressista assumiu como bandeira teses que, em princípio, seriam da burguesia. À luta pela autonomia de representação política das classes populares, à construção de *partidos verdadeiros* e de regras estáveis para a escolha dos governantes, as massas urbanas pareciam preferir uma *representação política indireta*, pela via de personalidades identificadas simbolicamente com elas, sempre que esse sistema permitisse mais emprego, algum espaço nas decisões de cúpula e salários que mitigassem a miséria (CARDOSO, 1993, p.32-36)²⁴⁶.

O segundo desafio, por sua vez, remete à superação de uma visão antinômica da relação Estado-sociedade: a “nova cara” da socialdemocracia passaria a requerer, assim, uma sociedade civil atuante na reivindicação de seus direitos; um Estado eficiente e regulador; e um mercado pujante. Neste quesito, os desafios abertos à socialdemocracia no caso latino-americano decorrem de uma discussão que transcorre tendo por substrato um conceito de democracia como ausência de Estado e como valorização irrestrita da sociedade civil. Assim, enquanto o pensamento progressista mantém-se caudatário de um modelo que está em anacrônico, a vaga neoliberalizante, em curso na Europa, acabou encontrando espaço de expansão na América Latina: o “alvo” da nova onda libertária na América Latina passou a ser o Estado-repressor e mau patrão, enquanto o mercado e o empresariado e a burguesia ficaram ao abrigo da contundência dos que lutam por mais democracia e até mesmo por melhores condições sociais de existência

Hoje mistura-se a crítica a esse Estado burocrático-patrimonialista com a crítica ao Estado do socialismo, e mesmo com o que ocorreu na Europa com o *Welfare State*. Entretanto, a crítica ao Estado na América Latina deu-se a partir de uma situação e mesmo de pressupostos teóricos muito distintos da crítica ao socialismo ou ao *Welfare State*. À altura dos anos 70, o pensamento social latino-americano passou

²⁴⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. Estado, mercado e democracia: existe uma perspectiva latino-americana? In SOLA, Lourdes (org) Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

a usar a ideia de "sociedade civil", uma ideia, senão clássica, antiga. Isso veio junto com uma outra ideia contemporânea que critiquei há alguns anos: as pessoas passaram a acreditar que estavam recriando "a comunidade". E a sociedade civil seria "a grande comunidade": o nós coletivo. (...) nos anos 70, essa ideia de sociedade civil e de comunidade comportava uma reivindicação de democracia; mais tarde, na década de 80, ela deslizou para algo que expressa mais uma atitude anti-Estado. Nesse momento vários países da América Latina vivem um ciclo em favor do interesse privado. E tudo o que é público, a partir de seu aspecto mais geral até o homem público em particular, é visto com suspeita e desencantamento. Há um desencanto da política que é a contrapartida do auge da ideologia neoliberal (CARDOSO, 1993, p. 31)²⁴⁷

Por fim, este exercício de adaptação compreende também esforços no sentido de aproximar suas análises do período acadêmico – em torno da especificidade do capitalismo na região e das possibilidades do desenvolvimento – da elaboração desse novo projeto político. No contexto brasileiro e latino-americano, o enraizamento da democracia como valor dependeu historicamente da superação da tradição política patrimonial, autoritária e clientelista, caudatária da *hacienda* como unidade básica de produção e como núcleo de ordenamento das relações sociais e políticas. Mesmo o advento da economia urbano-industrial ocorreria sem a quebra completa dessa estrutura de dominação: a questão democrática continuou menosprezada face ao atendimento de demandas sociais via populismo e à busca de maiores oportunidades de desenvolvimento econômico via anti-imperialismo. Neste modelo, a ideia do bem-estar social e do desenvolvimento ficaram umbilicalmente ligadas à defesa da ação do Estado. O estado passou a ser encarado como ente privilegiado das decisões sobre desenvolvimento e “patrono” da “concessão” de direitos, colocando em descrença as possibilidades da democracia como método de busca pela igualdade.

²⁴⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. Estado, mercado e democracia: existe uma perspectiva latino-americana? In SOLA, Lourdes (org) Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

En el caso de América Latina, el desarrollo de la idea de democracia fue quizá un poco distinto. Porque acá, a la concepción liberal del mundo se sumó la idea de “movilización” que no conllevaba el concepto de representación con la misma fuerza que ella tuvo en Europa. (...) tan importante como la existencia de mecanismos para garantizar el voto, era la expresión “auténtica” de los intereses de las clases, la cual sería posible sin necesidad de cadenas ‘formales’ de representación (formación de partidos, adhesión a ideologías, etc.). Se buscaba una ‘fusión’ entre un ideal de libertad y la movilización directa del pueblo a través del Estado CARDOSO, 1993, p. 05)²⁴⁸

Essa preocupação diferencia a socialdemocracia nas condições latino-americanas tanto da europeia quanto do populismo preexistente. É essa postura de crítica ao estilo atual do desenvolvimento, mas de responsabilidade frente às necessidades de acumulação e de crescimento econômico, e sobretudo de ser uma força moral e coercitiva em favor da redistribuição da renda e das políticas de bem-estar social, que distingue a socialdemocracia latino-americana tanto do populismo como do nacional-estatismo e do liberalismo renovado. Este “situação” ideológico coloca a socialdemocracia latino-americana diante de um conjunto muito claro de desafios no plano econômico: primeiro, *superar a dicotomia “estatização-privatização”*, em favor do aumento da competitividade da indústria e da transparência e controle pela sociedade as decisões de investimento e as que afetam o consumo; segundo, *superar a perspectiva autonomista de desenvolvimento, típica do nacional-desenvolvimentismo*, abrindo a economia a fim de que se diminuam as diferenças entre como se produz e o que se consome interna e externamente (esta seria a base de uma política econômica que objetive aumentar o bem-estar social da população); por fim, *a afirmação da democracia como valor em si*, e que, no plano institucional, representa (i) a consolidação de formas de exercício de

²⁴⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Estrategias para el desarrollo de la democracia em America Latina**. Instituto de Estudios Peruanos. *Documento de trabajo N° 38. Serie Sociología/Política N° 6 IEP* ediciones Lima, Abril 1990. Conferencia pública dictada dentro del marco del Seminario “Estrategias para el desarrollo de la democracia en el Perú y América Latina”, IEP, Lima, setiembre 1989.

poder que limitem as tendências personalistas e patrimonialistas; (ii) o estímulo à democracia participativa como acréscimo da democracia representativa com vistas à criação de outro espaço público.²⁴⁹ O autor matizava esses desafios pelas possibilidades que se abriam para o futuro pelas novas ondas de industrialização e pela unificação dos espaços econômicos, que apontavam para a construção de um cenário mais complexo do que o do pós-II Guerra, em que bloco nenhum poderia nutrir uma perspectiva de autonomia e fechamento. Em outras palavras, seria necessário afirmar uma perspectiva ideológica que corrigisse as injustiças sociais e “melhore as condições de vida do povo através de reformas livremente consentidas pela sociedade, dentro de um regime democrático, que tem como principal bandeira a luta pela manutenção e ampliação das liberdades democráticas, pela valorização do trabalho e a elevação do nível de vida dos trabalhadores e pela subordinação do poder econômico ao controle democrático da sociedade (CARDOSO & GRAEFF, 1990, p. 11)²⁵⁰.

Assim, Cardoso foi se convencendo, entre 1988 e 1990 de que a essência do ideário socialdemocrata – ao menos no caso brasileiro e latino-americano – estava menos em suas bases trabalhistas e nas políticas de pleno emprego – do que na ideia central de garantia de direitos. Enfim, “para que uma nova vaga ‘social-democrática’ sacuda o mundo no próximo milênio, será necessário tirar a socialdemocracia da palidez de suas atuais correntes, gordas e preguiçosas, graças aos próprios êxitos anteriores. Para que a socialdemocracia possa pôr em xeque o triunfalismo irritante do neoliberalismo ingênuo, é preciso repor o extermínio da pobreza como questão central da política futura” (CARDOSO, 1991, p. 228).²⁵¹

²⁴⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Caminhos para o novo milênio**. In: DAVID, Mauricio Dias (Org). Economia e política da crise brasileira: a perspectiva socialdemocrata. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo, 1991.

²⁵⁰ CARDOSO, Fernando Henrique; GRAEFF, Eduardo. **Social-democracia: o que é, o que propõe para o Brasil**. São Paulo: [s.n.], 1990. 59 p.

²⁵¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Caminhos para o novo milênio**. In: DAVID, Mauricio Dias (Org). Economia e política da crise brasileira: a perspectiva socialdemocrata. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo, 1991.

CAPÍTULO 4 – AGGIORNAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DAS CRENÇAS: A IMAGINAÇÃO POLÍTICA DO (EX)PRESIDENTE

Em grande medida, os delineamentos do pensamento do autor explorados nos dois capítulos anteriores são mais conhecidos. Todavia, foi importante apontar para eles no sentido de mapearmos como algumas crenças foram se solidificando e se transformando em sua trajetória até então. Em continuidade aos movimentos descritos no capítulo anterior, é preciso considerar que, mesmo no exercício de suas funções político-institucionais, o autor continua a produzir escritos de perfil teórico, notadamente a partir do exercício de balanço e rediscussão das ideias produzidas por ele em momentos anteriores de sua trajetória. Ao apontarmos para isto, queremos, neste capítulo, propor uma inversão da ênfase mais tradicional sobre as abordagens a respeito da trajetória mais recente do autor, preocupadas em entender *como o intelectual moldou o político*, dedicando-nos a investigar a questão sobre *como o político moldou o intelectual*.

Importa, assim, completar o movimento e tratar da natureza das ideias produzidas pelo autor no momento em que o reconhecimento de sua figura advém muito mais do capital político do que do capital acadêmico e no qual o autor tem a oportunidade de retomar alguns dos temas que se ocupou em períodos anteriores de sua trajetória intelectual. A análise proposta se estrutura a partir de uma divisão da produção do autor neste momento intelectual em dois subperíodos distintos, embora complementares: aquele no qual produz suas ideias nas condições específicas do exercício do cargo de presidente da República (os escritos do presidente-sociólogo), e a produção posterior a ela (os escritos do sociólogo-ex-presidente).

Como linha geral de nossa abordagem, procuraremos caracterizar, nos escritos do período, além da continuidade de um pensamento como *ideologia*, o retorno do autor à elaboração de um pensamento político como *práxis*. Se até aqui tínhamos como fontes privilegiadas seus escritos acadêmicos e suas intervenções na imprensa, na busca dessa respostas, além da produção bibliográfica do autor no período, privilegiamos outras duas fontes²⁵²: os discursos

²⁵² Valem também para este capítulo as observações feitas no início do capítulo anterior acerca da questão das transições de estilo e da não-equiparação das ideias.

presidenciais²⁵³, especialmente as aulas ministradas e intervenções em eventos científicos, nos quais o autor produz reflexões conceituais, retoma análises, produz balanços de sua trajetória, etc.; e, marginalmente, a entrevista que realizamos com ele na data de 23 de setembro 2013.

Antes de entrarmos na natureza das ideias presentes nos escritos do *presidente-sociólogo* e do *sociólogo ex-presidente* e na inquirição de seu significado para o conjunto da obra, apenas uma rápida menção aos escritos que cobrem o período compreendido entre o abandono das reflexões sobre a social-democracia e a eleição para presidente (1993-1994). Em relação a um perfil geral dessas reflexões, uma simples revista à bibliografia do autor mostra como a produção acadêmica foi muito reduzida.²⁵⁴ As poucas publicações do período, no entanto, nos dão uma ideia das preocupações que animam seu pensamento neste momento: os aspectos institucionais da consolidação democrática (preocupação presente em *Alcance e limites da “engenharia institucional”*), as *Alternativas econômicas para a América Latina* e a agenda da política externa (*Política externa: fatos e perspectivas*). Em seu conjunto, tais textos se caracterizam mais como uma tentativa do político que busca estabelecer algum contato com o debate acadêmico no intuito de lançar à crítica acadêmica as diretrizes de uma política econômica, do que como exercício teórico-conceitual do intelectual.

É nestes textos que, concomitantemente com o exercício do cargo de Ministro da Fazenda, Cardoso vai assimilar em seu pensamento algumas ideias que deram sustentação ao Plano Real que, por sua vez, representou para a consolidação das crenças do autor, a oportunidade prática de teste das ideias amadurecidas ao longo da Constituinte. O ciclo do desenvolvimentismo havia chegado ao seu fim sem que as

²⁵³ O conjunto dos discursos presidenciais foi reunido e publicado pela Secretaria da Presidência da República em 16 volumes, 8 por mandato, 2 por semestre. O Anexo 2, quadro 2, sintetiza os discursos presidenciais analisados neste trabalho e sua referência na coletânea “Palavra do Presidente”. Além disso, o leitor poderá encontrar na lista de referências informações mais detalhadas destes discursos.

²⁵⁴ Consulta ao levantamento bibliográfico do autor mantido por Danielle Ardaillon mostra que, no primeiro interstício, Cardoso publica 4 textos com reflexões inéditas em publicações acadêmicas (*Livros que inventaram o Brasil; Alternativas econômicas para a América Latina; Política externa: fatos e perspectivas; Alcance e limites da “engenharia institucional”*). No segundo, publica apenas um (El pensamiento socioeconómico latinoamericano: las últimas cuatro décadas)

bases de um novo ciclo estivessem visíveis. A causa profunda da crise encontrava-se, para ele, na falência do Estado Vargasista, centralizador e intervencionista. Menos protecionismo, menos corporativismo e maior permeabilidade do Estado às demandas e à participação da base da sociedade; encarar a questão das privatizações desvinculando-as de uma posição de princípio. Em suma, não haveria estabilidade econômica duradoura, nem muito menos retomada sustentada do crescimento se o Brasil se mantivesse à margem dos fluxos internacionais em expansão de comércio, investimento e tecnologia. Vistas em retrospectiva, estas passaram a ser as diretrizes que permitiram à economia brasileira “passar pelo teste da adaptação às regras da competição global, sem que se possa dizer que houve sucateamento da indústria ou desnacionalização do conjunto do setor produtivo. Houve, inegavelmente, maior participação do capital estrangeiro em setores importantes, mas normalmente, em cada um deles há parceiros nacionais, privados, públicos ou mistos (CARDOSO, 2010, p. 183)²⁵⁵.”

A dimensão ideológica do pensamento do autor neste período (no sentido de pretender estruturar-se como discurso articulador) é inegável: “Como sociólogo, eu sabia que, nas sociedades abertas, a confiança é tão importante quanto a competência técnica. Consequentemente, dei-me ao enorme trabalho de explicar nossa lógica e nossos planos ao povo brasileiro, meses antes de a moeda entrar em vigor. Creio sinceramente que essa transparência foi o fator determinante de nosso sucesso” (CARDOSO, 1998, p. 64)²⁵⁶. No entanto, como pretendemos demonstrar, nos dois períodos mencionados – o presidencial e o pós-presidencial – a ênfase neste estilo passará a repartir espaço com o regresso a um pensamento entendido como *práxis*, ou seja, como elementos estruturantes de uma apreensão conceitual do político que, de alguma forma, podem ser postos em diálogo com as teses de mais longo alcance formuladas por ele. Como veremos, este momento de sua produção será marcado, em alguns casos, pelo *aggiornamento*, em outros pela *ruptura* com as crenças acumuladas, e ainda em outros pela consolidação das crenças que ele fora decantando em momentos progressos de sua trajetória.

Em relação ao *período presidencial*, é natural que o autor concentre parte considerável de seus esforços intelectuais no sentido de

²⁵⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Xadrez internacional e socialdemocracia. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

²⁵⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

legitimar as práticas do governo que lidera. Não obstante, como veremos, suas reflexões não se restringem a esta tendência: também encontramos na obra deste período exercícios de atualização das reflexões (ou, para tomar um termo emprestado do próprio autor, *aggiornamento*), levados a cabo, muitas vezes, em aulas ministradas por ocasião do recebimento de títulos de doutor honoris causa, entrevistas e diálogos intelectuais. Já em relação ao *período pós-presidencial*, somam-se a este exercício de *aggiornamento*, esforços de autorreflexão e de empenho pessoal na construção do próprio legado²⁵⁷, em que se concentrará na produção de respostas às críticas da incoerência entre o pensado e o vivido (em obras como *A arte da política*, *Cartas a um jovem político*, *Relembrando o que escrevi*, *A soma e o resto*).

Em um e outro caso, transitando entre a tênue linha que separa o intelectual do político, o autor concentrará esforços no debate sobre governança democrática, Estado, reformas, globalização e na consolidação de um pensamento socialdemocrata diante dos desafios globais e locais, com especial foco para a realidade latino-americana, a partir do mapeamento dos novos desafios impostos pela realidade. O estudo das fontes analisadas permite, assim, apontar para alguns aspectos estruturantes de seu pensamento político: neles, encontraremos uma perspectiva filosófica sobre o Estado, sobre os movimentos sociais, sobre o poder, sobre a democracia, etc., que passamos a examinar agora a partir de quatro grandes eixos.

4.1 DA DEMOCRACIA PARLAMENTAR À DEMOCRACIA COM LIDERANÇA: REFLETINDO SOBRE O PRESIDENCIALISMO

A defesa de um modelo de democracia de caráter parlamentar tem um estatuto central na obra de Fernando Henrique Cardoso, desde ao menos, a década de 1970, ocupando um lugar importante tanto na sua dimensão teórico-analítica (a formulação da teoria do autoritarismo), quanto na sua dimensão prático/engajada como militante pela redemocratização. Esta opção foi sendo amadurecida a ponto de passar do plano analítico para o plano ideológico, ao ser eleita como uma das principais bandeiras de fundação do PSDB. No entanto, considerado o

²⁵⁷ Já em 1998, em *O mundo em português*, Cardoso salientava o desejo de trabalhar no projeto de uma fundação a partir da qual pudesse “passar a limpo suas ideias” (*Op. Cit.*, p. 337), levado a cabo por meio de textos biográficos ou de memórias.

pensamento político do autor no período (pós)presidencial, parece haver uma importante inflexão em relação a esta crença, expressa pela tônica crescente do apontamento na constatação da crise dos mecanismos tradicionais de representação e participação política, associada à crescente importância dispensada pelo autor no tratamento do tema da liderança política. Como plano de fundo destes trânsitos, está, na visão de Cardoso, o renascimento da democracia de massas, não no sentido de suplantação da democracia tradicional, mas de uma ampliação do espaço público de participação.

Existe um movimento geral de renascimento da democracia de massas. A democracia de massas foi sentida, muitas vezes, como ameaça por aqueles que pensavam em termos da democracia clássica. (...) Nós estamos assistindo no mundo atual a um processo diferente e melhor. Ao mesmo tempo que os mecanismos de representação continuam sendo pilares da democracia e as instituições se fortaleceram, há outros mecanismos de interação (CARDOSO, 2000, p.456)²⁵⁸.

Assim, a perspectiva da crise dos mecanismos tradicionais da democracia representativa passa pela tentativa de captar a dinâmica de seu funcionamento no tipo de democracia característico do século XX – a democracia de massas – visto que, quando surgiu, a democracia representativa regia sociedades menores, em que os interesses eram menos difusos, menos complexos e nas quais frequentemente havia um contato mais direto entre representante e representado. Nas democracias de massa, no plano das instituições, os mecanismos de representação e de agregação de interesses encontram dificuldades em acompanhar as demandas de representação fragmentárias da sociedade, que vão além da inserção do indivíduo no sistema produtivo. Assim, segundo o autor, este elo entre os dois lados da intermediação política tornou-se mais complexo e rarefeito:

Isso não está claro para ninguém: o Estado ainda pensa que domina tudo; os partidos ainda pensam

²⁵⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na cerimônia de abertura do Encontro Nacional de Desburocratização**. Palácio do Itamaraty, Brasília, 21 de novembro de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 61, v.12].

que podem impor suas regras à sociedade por meio do Estado; e a sociedade não aprendeu a mobilizar suficientemente os recursos não-estatais e não partidários que têm à disposição, hoje em dia, para chegar a seus objetivos (CARDOSO, 1998, p. 243)²⁵⁹.

No que tange aos partidos políticos, o autor aponta para uma alteração no sentido de sua ação: Originariamente, os primeiros partidos modernos construíram-se na Europa polarizando visões de classe, em sociedades nas quais as hierarquias eram mais nítidas. No entanto, à medida que o capitalismo industrial se desenvolveu, as diferenciações internas da sociedade civil foram se tornando progressivamente mais significativas, ao mesmo tempo em que as classes populares passaram a tomar consciência da diversidade de seus interesses e buscaram formas próprias de organização política, dando origem aos partidos de massa. Estes, por sua vez encontrariam dificuldades em acompanhar as demandas de representação geradas no contexto da fragmentação temática que caracteriza a vida política contemporânea e que “reflete a fragmentação das *constituencies* em torno de interesses específicos, setoriais, que vão muito além da mera inserção do indivíduo no sistema produtivo” (CARDOSO, 1997, p. 616)²⁶⁰. Calçados na defesa das antigas bandeiras ideológicas, os partidos têm encontrado cada vez mais dificuldades de sustentar seus quadros diante dos novos interesses que surgem. Numa época em que a disputa ideológica se esmaece, em que os interesses tornaram-se menos claros e mais dispersos, os partidos políticos correm o risco de ver diminuída sua capacidade mobilizadora.

Segundo o autor, nas democracias de massa, dada essa pluralização de demandas conduziu a institucionalização partidária e sua relação com a sociedade num sentido específico. Para entender a orientação que os partidos vêm assumindo neste quesito, o autor salienta a existência de dois modelos distintos nas democracias representativas ocidentais: o europeu e o norte-americano. Nos Estados Unidos, prevaleceu o espírito da comunidade, da coesão, da religião, do que a ideia “geral”. Fora alguns conceitos gerais, que grosso modo estão na

²⁵⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁶⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência na London School of Economics and Political Science**. Londres, Inglaterra, 3 de dezembro de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 98, volume 06].

Constituição, não há discussão sobre os grandes temas. A Constituição americana, grosso modo, resume as aspirações nacionais. Faz as vezes das ideias, que são as mesmas da Revolução Americana. Por outro lado, como se trata de uma sociedade altamente mediatizada, a liderança – o ator - assumiu mais força do que a máquina e do que a ideia. Na Europa, ao contrário, há discussões sobre os grandes temas, feitas por meio dos partidos. Nesse contexto, o partido é, primeiro, uma ideia, um valor, um conceito, para apenas posteriormente agregar interesses; só depois disso vem a ser uma organização. Para Cardoso, o que assistimos nas democracias de massa atuais, é a vitória do modelo americano sobre o europeu:

os partidos, atualmente, são congressuais. Por isso o sistema eleitoral é tão importante. Antes os partidos eram mobilizadores da sociedade, existiam fora do parlamento. Seu universo de atuação era a sociedade, que eles pretendiam organizar. Hoje isso não é aceitável. Não há partidos com capacidade, nem com legitimidade, para controlar a sociedade. A sociedade ficou muito forte. Aos partidos sobrou, então, o papel de representar a sociedade no congresso. Seu papel ficou confinado ao Estado e ele se tornou um elo entre a sociedade e o Estado. [No entanto], a opinião pública, a intelectualidade, a mídia, ainda veem o partido como uma alavanca da sociedade. (CARDOSO, 1998, p. 242)²⁶¹

No caso dos partidos latinoamericanos, o descrédito da tradição partidária é reforçado justamente pelo referencial europeu com que se julga seu papel no sistema político. Esse modelo, por assim dizer clássico de organização partidária, embora tenha influenciado decisivamente a noção corrente de partido, está longe de ter sido a única forma de organização política no mundo contemporâneo e nem sequer a mais difundida. Houve múltiplos modelos de vida partidária que não se orientaram por ideologias de classe, como, por exemplo, os partidos de tipo nazista, fascista, franquista ou salazarista. Essas tendências também se fazem sentir na América Latina na figura dos partidos de libertação nacional que, após a independência tornaram-se muitas vezes

²⁶¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

partidos únicos, mantendo o apelo à união nacional contra o estrangeiro, ancorado no discurso étnico, como elemento de criação de solidariedade partidária. Essas duas características, somadas, ajudariam a explicar o papel dos partidos no caso brasileiro: “como há ausência de ideias fortes, que discriminem os partidos, e a sociedade é mediatizada, estaríamos indo mais para o lado americano. A sociedade de massa projeta o líder e diminui a força do burocrata. O Brasil não tem a base comunitária da sociedade americana. [Então] vai-se para o lado pessoal” (CARDOSO, 1998, p. 205)²⁶².

Estes apontamentos carregam certo tom de frustração do autor. Temos, com eles, uma primeira alteração nas crenças políticas defendidas em momentos progressos de sua trajetória. Por ocasião da redemocratização do Brasil, a crença fundamental que animava a perspectiva do autor sobre o papel dos partidos era a de que a desagregação do autoritarismo poderia dar origem a um movimento de fragmentação ideológica da oposição institucionalizada no sentido de rearticular os diversos segmentos da sociedade que se opunham ao regime num novo sistema partidário, fundado na coesão doutrinária que marcou historicamente o estilo europeu. No entanto, o caso do sistema partidário brasileiro seria típico da inadequação do emprego desse referencial: os partidos políticos brasileiros que nasceram da desagregação do regime autoritário adotaram implicitamente a tendência americana, no sentido de um partido eleitoral e não de um partido organizado e interveniente na sociedade e no Estado. No plano normativo, portanto, a perspectiva de Cardoso acerca dos partidos políticos mantém uma perspectiva mais afeita ao referencial europeu, atrelando a estruturação de um sistema partidário à existência de referenciais ideológicos balizadores:

Existe uma base atrasada, clientelista, que é a base que vota em qualquer governo, desde que tenha um sistema de trocas de favores e de cargos; a consistência, digamos, ideológica, doutrinária, é muito pequena. (...) Mas isso não é o principal. O principal é que, como são partidos eleitorais, ou melhor, são comitês de eleição num sistema eleitoral completamente distorcido, não vai haver partidos enquanto não mudarmos o sistema eleitoral. (...) Quantos partidos cabem num

²⁶² Cardoso, Fernando Henrique. *O presidente segundo o sociólogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

sistema? Depende de quantas ideias mobilizadoras haja num dado momento histórico” (CARDOSO, 1998, p. 100; p.104; p.242)²⁶³.

A crise dos institutos tradicionais da democracia representativa também se faz sentir, segundo as análises do autor datadas deste período, a partir da emergência de novas formas de participação política, no sentido do enfraquecimento dos movimentos sociais articulados em torno das demandas de classe e sua consequente redefinição em torno de novas demandas. É importante ressaltar que, até os anos 60, o tema da participação política não fazia parte do repertório da teoria democrática. As discussões em torno das ações do Estado giravam em torno das questões do planejamento político e do crescimento econômico. No caso dos países latino-americanos, a questão central era o treinamento de um corpo técnico (muitas vezes reunidos em escolas, institutos, centros de pesquisa) e de uma burocracia estatal capazes de organizar o Estado. Na década posterior, autores como Carole Pateman contribuíram para que a teoria democrática incorporasse a participação política como categoria. Esta incorporação foi feita, em grande medida, apostando-se no engajamento político nos espaços mais próximos do cidadão, como o local de trabalho. Daí em diante, a teoria da democracia participativa se consolidou em consonância com a luta por reconhecimento dos direitos das majorias, luta para a qual o conceito de *classe* desempenhou papel aglutinador.

Cardoso mesmo, por muitos anos, analisou a importância dos movimentos sociais e suas pressões por participação política a partir do referencial classista. Em seus textos dos anos 70 e 80, o autor sempre procurou deixar claro que tais demandas desenvolviam-se, concomitantemente ao processo de reabertura política, num processo no qual a sociedade, frequentemente, andava a frente do Estado. Mas, nos escritos mais recentes, Cardoso passa a manifestar uma nova compreensão sobre o tema. Tal perspectiva parte da constatação de que os canais existentes nas democracias de massa de hoje são diferentes dos fomentados a partir do ideal participacionista dos anos 70. Duas são, basicamente, as diferenças: primeiro, que as demandas por participação passam a andar *pari passu* com a afirmação das diferenças (culturais, étnicas, religiosas, de gênero): “Se é verdade que a igualdade continua a ser algo central na questão da democracia, o certo é que, no que diz

²⁶³ CARDOSO, Fernando Henrique. **O mundo em português**: um diálogo. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

respeito a gênero, no que diz respeito a raça, no que diz respeito a idade, temos que voltar a pensar as questões da igualdade como algo central na temática do que estamos chamando aqui de uma governabilidade progressista. (CARDOSO, 2000, p. 433).²⁶⁴ Nesse sentido, a democracia contemporânea se transforma no sentido de ampliar a participação pela inserção em processos deliberativos mais amplos do que o voto. Na ótica de Cardoso, o conceito de governança refere-se, antes, à inserção da sociedade no processo decisório, do que à competência do Estado para executar decisões: “a governança não depende só do governo, mas de um conjunto de instituições, de forças, que se organizam, o que permite que haja convergência” (CARDOSO, 1999, p.492)²⁶⁵.

Segundo, que essas demandas transcendem às fronteiras locais e nacionais, criando redes de pressão política que tem impactos sobre o próprio processo decisório dos Estados nacionais e, na medida em que dão origem a um novo tipo de “representação” política, entram em conflito com a intermediação política produzida pelos mecanismos tradicionais. Os grupos crescentemente dirigem-se diretamente, sem mediação, ao Executivo, aos empresários e a outros segmentos envolvidos no processo decisório.

um sentimento que ultrapassa as fronteiras em termos de certos valores, como os dos direitos humanos, de solidariedade necessária diante de um sistema econômico que, largado a ele próprio, leva à exclusão. (...) Na Grécia antiga, nos primórdios da democracia, afirmou-se a *Ágora* como ponto de referência para a organização do espaço urbano da *pólis*. A moderna *Ágora* é essa dimensão pública, onde o Estado é um ator essencial, mas não o único. É o espaço do confronto das ideias, dos argumentos, o espaço do diálogo, da persuasão. (...) É nesse espaço que os cidadãos, a sociedade civil organizada, uma imprensa livre, as ONGs, as associações de classe podem interagir, apresentar de forma aberta e

²⁶⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Intervenção do presidente da República na Conferência “Governança Progressiva para o século XXI”**. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.63, Vol.10].

²⁶⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Palestra na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 69, v.10].

transparente seus interesses, e buscar conciliá-los (CARDOSO, 2000, p.417)²⁶⁶.

Para o autor, esta visão renovada da participação representa um desafio à teoria democrática e à prática política em duas direções. Primeiro, no sentido da *incorporação de novas formas de participação dos novos atores, especialmente as minorias*. O desafio consiste em produzir este alargamento do espaço público sem que isto signifique a sobredeterminação da sociedade sobre o Estado, mas que também não incorra numa mera assimilação instrumental por parte deste: “É necessário encontrar o equilíbrio ideal entre a participação da sociedade e o papel do Estado na definição dos princípios que regem a vida dos países. O predomínio do Estado sobre a sociedade conduz ao autoritarismo, à tecnocracia, ao clientelismo e ao paternalismo; as pressões desordenadas da sociedade sobre o Estado podem gerar a percepção de ausência de rumo” (CARDOSO, 1996, p. 232)²⁶⁷. O segundo desafio remete ao *aperfeiçoamento do sistema político representativo e do sistema jurídico*: El fortalecimiento de la representación supone naturalmente que sus instituciones capturen las nuevas dinámicas. (...) “En realidad, para atender las demandas de nuestro tiempo, se están incorporando a la práctica política democrática nuevos actores extra e intragubernamentales, que tejen relaciones al margen de las instituciones tradicionales del Estado” (CARDOSO, 1997, p. 16)²⁶⁸. Para o autor, a participação direta não substitui a representação tradicional e para que essas novas demandas por participação política não se frustrem e diminuam a legitimidade da democracia, o arcabouço institucional precisa estar em consonância com as transformações políticas da sociedade civil. Na aula ministrada por

²⁶⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso por ocasião da sessão de abertura da II Assembleia do Movimento Mundial pela democracia**. Memorial da América Latina, São Paulo, 12 de novembro de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 55, v.12].

²⁶⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência sob o título “A revitalização da arte da política”**. Universidade de Stanford, Califórnia, 11 de março de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 32, v.03].

²⁶⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. Algunos aspectos de la cuestión de la democracia em nuestros días. Boletín Técnico Interamericano de Formación Profesional, Montevideo, n. 138, p. 7-16, enero-marzo 1997. Exposición del Presidente de la República Federativa del Brasil em oportunidad de recibir el título de Doctor Honoris Causa em la Universidad de Bolonia, el 13 de febrero de 1997.

ocasião do recebimento do título de doutor *Honoris Causa* na Universidade de Bolonha, o autor assim sintetiza sua perspectiva a respeito, manifestando sua adesão a uma perspectiva ampliada e trata da necessidade de se fazer o *aggiornamento* dos institutos clássicos da democracia representativa:

a democracia não é nunca um processo que se esgote nas instituições. Estas são essenciais, e é impossível qualificar de democrático um regime em que faltem a independência dos poderes, as eleições periódicas, a instituição das liberdades civis. O que dá vida a essa moldura, porém, são práticas quotidianas, os modos de participação e engajamento dos cidadãos nas decisões que lhes afetam, em suma, modos de conviver com a sociedade (...) Articulam-se demandas tipicamente parciais, como as que dizem respeito às identidades de minorias, por sua própria definição refratárias a se incorporarem em agregados reivindicatórios maiores. Se as doutrinas políticas que modelam os partidos clássicos deveriam organizar visões mobilizadoras do bem comum, o problema que temos hoje é a própria ampliação da definição do que é o bem comum, do que constitui, como queriam os clássicos, o caminho para a felicidade do cidadão. Talvez não possamos mais contar com uma meta predefinida e abrangente e tenhamos que lidar com um complexo processo de demandas, sempre renovadas. (...) O vigor das democracias contemporâneas identifica-se, cada vez mais, com processos multiformes de articulação de demandas por transformação, demandas estas que deixam de ser orientadas por objetivos unificadores e passam a refletir a própria diversidade e complexidade do mundo moderno. O fortalecimento da representação supõe, naturalmente, que as instituições *capturem* as novas dinâmicas. É essencial que o façam, porque, queira-se ou não, as *novas demandas* não podem ser repelidas ou escamoteadas nas decisões de governo, já que compreendê-las e atendê-las passa a constituir o cerne da democracia moderna. Além disso, em sociedades ainda fortemente desiguais,

persistem as demandas clássicas (CARDOSO, 1997, p. 179-181)²⁶⁹

Essas considerações, até certo ponto bastante genéricas sobre as ressignificações dos mecanismos tradicionais de representação e participação política feitas pelo autor durante o período como presidente, de certa forma preparam o caminho para que ele passe a tratar do tema da liderança política, tema que aparece na obra do autor no período pós-presidencial, embora seja possível encontrar uma linha de continuidade nessas preocupações: fazendo o caminho inverso, notamos como podemos encontrar raízes do tema na obra do presidente sociólogo: “Numa sociedade em que tudo é cada vez mais estrutural e regulamentado, a força das pessoas é muito grande. Precisa-se de quem desempenhe determinados papéis, precisa-se do ator. Toda nossa formação sociológica privilegiou o grupo como ator, a classe. Continua sendo assim, não tenho dúvidas, mas o indivíduo reassumiu um papel grande na história” (CARDOSO, 1998, p. 52)²⁷⁰. Poderíamos remeter estas considerações, por sua vez, à relação ator-estrutura, princípio filosófico de interpretação da realidade que caracterizou a trajetória do autor como um todo, segundo a qual as estruturas são fundamentais para explicar a sociedade, mas não bastam para esclarecer as mudanças, manifestadas desde *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* e reafirmado também nem suas intervenções mais recentes: “Sem levar em conta a ação humana inspirada por valores, é impossível explicar a dinâmica do processo histórico. (...) gradualmente forjei o que veio a ser chamado de uma abordagem histórico-estrutural. As estruturas fornecem o campo das possibilidades para a ação humana, mas é a vontade de indivíduos, grupos e classes, movida por valores e ideologias, que cria a oportunidade de mudança. Essa visão me permitiu unir minha formação acadêmica a meu impulso a promover mudanças e influenciar a realidade (CARDOSO, 2012, p. 166).²⁷¹

²⁶⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Aula ministrada por ocasião do recebimento do título de Doutor Honoris Causada Universidade de Bolonha**. Bolonha, 13 de fevereiro de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 28, v.5].

²⁷⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁷¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Razão e emoção**. Revista Política Externa, vol. 21, n. 2, Set/Out/Nov 2012.

Embora consideradas estas origens, é apenas na medida em que é afetado pela experiência da presidência, que Cardoso passa a reproduzir de maneira explícita preocupações teóricas com o tema da liderança democrática. Em *Algunos aspectos de la cuestión de la democracia en nuestros días* (1997), o autor manifesta, pela primeira vez, sua preocupação explícita com o tema: “Ante las presiones y los objetivos que se forman entre el Estado y la sociedad civil – uniéndolos de manera inovadora –, y las cuasi-organizaciones, en parte voluntarias, en parte ancladas en el poder público, corresponde al hombre político, al líder, crear formas no tradicionales de interlocución y de interpelación” (CARDOSO, 1997, p. 16)²⁷².

A entrada deste tema na agenda do autor, associada ao arrefecimento da retórica de defesa do parlamentarismo, expressa o trânsito entre uma perspectiva de democracia *de corte parlamentar* para a adesão a uma forma de democracia *com liderança*. Num primeiro momento, tal movimento pode ser interpretado como idêntico ao que Max Weber conduziu em suas análises mais maduras, entre 1917 e 1919. Em sua análise de 1917, Max Weber aponta a democracia parlamentar como a única fórmula capaz de canalizar os impulsos emocionais das massas na direção da racionalização da atividade política. Como observa Sell (2011)²⁷³, a operação teórica que permitiu a Weber inverter sua apreciação axiológica da democracia plebiscitária reside no abandono do vínculo democracia e cesarismo que, neste novo contexto, recebe um novo nexo categorial: a associação entre democracia plebiscitária e carisma, a partir de onde Weber reinterpreta o *carisma* como forma não exclusivamente autoritária de dominação, mas como forma acoplada ao legal-racional. Assim, ao contrário do que tinha defendido em escritos anteriores, no fim de sua trajetória, Weber passa a acreditar que o elemento emocional da democracia plebiscitária não implicava, necessariamente, em consequências irracionais. Motivado pela falta de legitimidade do parlamento (motivada, por sua

²⁷² CARDOSO, Fernando Henrique. **Algunos aspectos de la cuestión de la democracia en nuestros días**. Boletín Técnico Interamericano de Formación Profesional, Montevideo, n. 138, p. 7-16, enero-marzo 1997. Exposición del Presidente de la República Federativa del Brasil en oportunidad de recibir el título de Doctor Honoris Causa en la Universidad de Bolonia, el 13 de febrero de 1997.

²⁷³ SELL, Carlos Eduardo. **Democracia com liderança**: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária. Rev. Bras. Ciênc. Polít. no.5 Brasília Jan./Jul. 2011.

vez, pela erosão da monarquia) e pelo quadro de crise econômica que exigia respostas rápidas, Weber passa a reconsiderar positivamente, no seu quadro teórico das formas de dominação, o componente cesarista da dominação carismática.

São, até certo ponto, as mesmas razões que informaram Weber as que levam Cardoso a fazer o mesmo movimento. Numa conferência datada de 2003,²⁷⁴ Cardoso conecta a reflexão sobre o perfil do líder nas democracias de massa às dimensões de crise dos mecanismos representativos e de participação aludidos anteriormente (o descentramento do conceito “classe” como elemento aglutinador das identidades sociais e das iniciativas de participação, e a reinvenção das formas tradicionais de mediação política e encaminhamento de demandas). Diante desse quadro, o líder precisaria, cada vez mais, de “uma comprovada capacidade para síntese mais do que de análise” (CARDOSO, 2003, p. 97)²⁷⁵.

Contudo, há nuances no tratamento dispensado por Cardoso em relação à orientação dada por Weber ao tema. Na base do pensamento de Weber sobre o papel do líder na democracia de massa, seja no Weber de *Parlamentarismo e Governo na Alemanha reordenanda* (1917) ou no Weber de *O presidente do Reich* (1919), subjaz uma concepção do líder como demagogo (no sentido etimológico do termo, aquele que arrebatava as massas com base numa racionalidade instrumental que se apoia na manipulação dos afetos)²⁷⁶. Cardoso, por seu turno, vai se concentrar mais na reflexão sobre os requisitos de um “novo tipo” de liderança, característico das democracias globalizadas. Em outras palavras: se o

²⁷⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Exercising Political Leadership in the National Interest** Conference, promoted by the Madrid Club, in Serbia-Montenegro, on July 19, 2003.

²⁷⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Exercising Political Leadership in the National Interest** Conference, promoted by the Madrid Club, in Serbia-Montenegro, on July 19, 2003.

²⁷⁶ Para Weber, (1980, p. 75, *apud* SELL 2011), “A democratização ativa da massa significa que o líder político não é mais proclamado candidato porque demonstrou seu valor num círculo de *honoratiore*s, tendo-se tornado um líder por causa de suas proezas parlamentares, mas significa, sim, que ele adquire a confiança e a fé que as massas depositam nele e em seu poder com os meios de demagogia de massa. Em essência, isto significa uma mudança em direção ao modo cesarista de seleção. Na verdade, toda democracia propende nesta direção. Afinal de contas, a técnica especificamente cesarista é o plebiscito”. (SELL, Carlos Eduardo. Max Weber: democracia parlamentar ou plebiscitária?. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 37, Oct. 2010).

tema da liderança democrática aproxima Weber da reflexão sobre os *fins* do exercício do poder (a liderança é vista em função do fortalecimento político da Alemanha), a preocupação de Cardoso com o mesmo tema centra-se mais nos *meios* de seu exercício, em função de uma democracia de cunho deliberativo.

Cardoso não nega que as proposições weberianas possam inspirar a compreensão do exercício da liderança no mundo de hoje. Porém, sem minimizar atributos pessoais do líder, indica que há uma ressignificação das formas de exercício da liderança, motivada, fundamentalmente, por um novo tipo de relação social entre o líder e os liderados: “Ou o líder é capaz de inspirar e mobilizar em torno de uma visão compartilhada de futuro, ou a perda de eficácia na ação é inevitável (CARDOSO, 2010, p. 131)²⁷⁷. Com a produção de esclarecimento público, oriunda da introdução do componente deliberativo nas democracias de massa, o exercício da liderança passa a requerer, assim, cada vez mais a habilidade de convencimento por parte do primeiro.

Nesse sentido, a liderança se exerce sempre em um contexto relacional. E esse é tanto mais variável quanto mais dinâmica é a organização ou a própria sociedade global. Sendo assim, a liderança requer flexibilidade, capacidade de ouvir o outro pelo caráter relacional e democrático do mundo atual e, ao mesmo tempo, uma visão a ser proposta, embasada em valores que cimentem a relação entre líderes e liderados, e a determinação para perseguir objetivos. Não se trata tanto do carisma quanto da capacitação, da competência para, em sociedades complexas, apontar rumos, motivar, aceitar a divergência e convencer. O líder, portanto, tem que se fazer sentir, até certo ponto, como um companheiro. Digo até certo ponto porque, ao mesmo tempo, precisa diferenciar-se por ter maior percepção, maior preparo, melhor “visão”, para entusiasmar seus seguidores e conduzir os seus na direção de seus valores e objetivos (CARDOSO, 2003, s.p.)²⁷⁸.

²⁷⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e socialdemocracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

²⁷⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Liderazgo, hoy**. Informativo, Centro Brasileiro de Estudos em Liderança (CBEL), São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 21 jul. 2003.

Em *A arte da política* (2003), buscando fundamentação na obra de Isaiah Berlin, Cardoso passa a apontar o caráter *agonístico* do exercício desta nova condição de liderança. Para Berlin, a coexistência de valores que podem não ser conciliáveis deve ser tomado como natural na cultura política de uma determinada sociedade, defendendo, assim, a tese da pluralidade objetiva de valores, os quais, além de poderem não ser compatíveis, podem nem mesmo guardar entre si um elo lógico que permita hierarquizá-los. Diante de dilemas são frequentemente trágicos, o líder é forçado a operar no sentido de fazer escolhas radicais, guiado apenas pela sua percepção qualitativa da situação. Por esta razão, o exercício da liderança política, diferentemente do sentido weberiano, adquire um caráter *agonístico*: “é no momento das grandes decisões que o líder, em seu isolamento, ainda que cercado fisicamente de muitas pessoas, aparece em toda a sua estatura, enfrentando todas as dificuldades. Ou ele tem o senso da História, intui, julga e decide, ou ninguém o fará por ele, que pagará o preço da não-decisão ou, se for o caso, do erro pela decisão assumida” (CARDOSO, 2006, p. 49)²⁷⁹. Torna-se preciso, assim, explicar e convencer a opinião pública sobre a justeza de cada decisão, em uma busca incessante de consentimento, de legitimação, em um processo contínuo de interação, o que afeta a própria ideia de sustentação de maiorias: a “nova liderança” é capaz de sustentar a maioria é porque consegue falar para além do tradicional e para além dos círculos nos quais o poder se baseava. A relação do líder com os liderados passa a ser menos estática e o carisma, portanto, passa a ser ressignificado em função de uma racionalidade compartilhada:

A liderança genuinamente democrática está indissociavelmente ligada à capacidade de simbolizar e transmitir mensagens e, portanto, à virtude de enxergar e propor à sociedade um caminho que seja aceito pelos liderados, ainda que de forma momentânea. Em uma sociedade interativa, esse ‘projeto’ não pode ser concebido como um ato de razão ou de vontade, mas como uma construção coletiva em que uns - os líderes - expressam melhor e simbolizam em dado momento o movimento da sociedade, o qual

²⁷⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política**: a história que vivi. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

necessariamente está condicionado por valores, por modelos culturais, com os quais e sobre os quais se age. É em nome da validade intrínseca dos valores propostos e do caminho arquitetado que o poder renova no dia-a-dia sua legitimidade, mesmo quando esta, em uma democracia, tenha no voto e na Constituição sua base fundamental (CARDOSO, 2006, p. 73)²⁸⁰

Assim, o ponto em que Cardoso fundamentalmente difere do movimento realizado por Weber diz respeito a que, embora o autor brasileiro reconheça a importância da liderança nas democracias globalizadas, não traduz esta opção em adesão a um modelo de democracia plebiscitária. Se Weber mostra como, em certas circunstâncias, uma ordem tradicional pode ser rompida pela ação transformadora do líder, por outro lado, dá pouca ênfase aos mecanismos pelos quais o carisma pode converter-se em rotina e, assim, reforçar formas tradicionais de dominação, como a liderança populista.

Isso força o autor a fazer uma distinção entre o populismo clássico do neopopulismo. Na análise do populismo clássico sempre se atribuiu certo carisma ao líder, embora contemplando variações. Os casos paradigmáticos de populismo na Argentina, no Brasil ou no México deram-se em um período de transição para a formação de sociedades urbano-industriais, nas quais o mercado de trabalho incorporava as massas trabalhadoras e o Estado criava mecanismos institucionais para assegurar maior bem-estar social. Este cenário se alterou profundamente, e, com ele a retórica do líder populista, que passou a ser, fundamentalmente, “anti”:

Nos casos atuais, a incorporação ao mercado de trabalho é menos intensa, e o Estado, mais do que fortalecer sindicatos, incentiva e controla movimentos sociais difusos. As “massas” desses países estão acampadas nas periferias das cidades ou se encontram espalhadas em redutos étnicos de muito mais difícil absorção pela economia atual que, além de ser industrial, requer crescentemente serviços de maior qualificação. A reivindicação popular, mais do que ocorreu no passado, é de

²⁸⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política**: a história que vivi. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

pertencimento simbólico efetivo à nação. O líder é o totem dessa nação que habita o imaginário coletivo. Este se mantém vivo pela esperança em um “outro” desenvolvimento (como o socialismo do século XXI) que integre todos e dê sentido de respeito, dignidade e igualdade *a los de abajo*. Redimir do sentimento de humilhação as massas pobres, periféricas e desconectadas das elites passa a ser tão importante na motivação política quanto oferecer-lhes caminhos reais de ascensão social e instrumentos de organização, como sindicatos. É certo, contudo, que sem políticas assistencialistas que ofereçam melhoria de vida imediata, tampouco o “carisma” do líder, ou os apelos retóricos se sustentem (CARDOSO, 2010, p. 21)²⁸¹.

Assim, Cardoso propõe uma distinção conceitual entre o “populismo clássico” daqueles praticados em regimes “personalistas anti-globalização”: estes últimos alimentam práticas autoritárias e tem uma tendência fundacional de inaugurar a história: os “refundadores” assumem o poder pela via eleitoral e começam a distorcer as regras pela via plebiscitária, novas constituições e processos mais sumários para lograr “justiça social e étnica”. O que sobressai neles é a desconfiança dos mercados e a volta ao estatismo. Na esteira de tudo isso, esses líderes tendem a se perpetuarem no poder. Desde o período como presidente, o autor já vinha indicando o tom de dramaticidade que essa situação comporta na América Latina: “na América Latina o reestabelecimento da democracia nos anos 80 não veio acompanhado de soluções para os problemas sociais, produzindo-se uma certa nostalgia do autoritarismo que tende a manifestar impaciência com o processo de diálogo e negociação que é próprio da democracia” (CARDOSO, 1997, p.618)²⁸². Isto ocorreria porque o processo de globalização torna mais difícil que os projetos nacionais sejam dirigidos pela vontade dos próprios Estados, havendo problemas que afetam a humanidade como um todo e que necessitam ser tratados universalmente num ambiente

²⁸¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e socialdemocracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

²⁸² CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência na London School of Economics and Political Science**. Londres, Inglaterra, 3 de dezembro de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 99, volume 06].

democrático cosmopolita. Nesse sentido, aponta para a necessidade de encontrar maneiras de responder aos desafios da globalização econômica para além dos modelos autárquicos de desenvolvimento nacional.

Por estas razões, antes da ênfase no tema da liderança representar uma migração do autor para um modelo plebiscitário de democracia, representa os esforços de Cardoso em reconceptualizar do sentido atribuído por Weber ao *carisma*. Tanto no Weber de 1917, quanto no de 1919, o líder assume o papel do *condottiere* moderno, o responsável por conduzir o destino político da nação segundo fins racionais, o papel atribuído por Cardoso destina ao líder um caráter mais compartilhado desta responsabilidade, qual seja, o de produzir as sínteses e apontar para os caminhos políticos possíveis:

Estou convencido de que a única maneira de fazer mudar uma sociedade difícil como a brasileira, dada sua complexidade, desigualdade e problemas, é explicando. (...) A compreensão de que é preciso ter uma expansão muito grande dos mecanismos de explicação, de negociação, de argumentação, de mídia, de comunicação, de exposição mais aberta, para que as pessoas entendam o jogo e possam dele participar. (...) a governabilidade depende desse conjunto muitíssimo mais amplo de questões, que estão sendo progressiva e paulatinamente, incorporadas à nossa prática, mas não podem resolver do dia para a noite (CARDOSO, 1997, p.77-78).²⁸³

4.2 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

A mudança que se opera na concepção de democracia de Cardoso, deslocando-se da democracia *parlamentar* para um modelo de democracia *com liderança*, mais que motivações estritamente teóricas, reflete as preocupações práticas do autor com os conceitos de *Estado* e de *sociedade civil*, a partir de onde emergem os principais dilemas da

²⁸³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Aula magna na V Cúpula Regional para o desenvolvimento político e os princípios democráticos.** (Primeira Parte). Auditório do Memorial JK, Brasília, 03 de julho de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 04, v.06].

cidadania e das possibilidades de *participação política*. Também aqui, as reflexões do autor se inscrevem num tema primordialmente weberiano: as formas de dominação. Ao longo dos anos 1970, o autor havia consolidado uma perspectiva de análise que, divergindo da orientação marxista predominante no pensamento de esquerda, enxergava no Estado o *locus* privilegiado no qual um determinado conjunto de interesses particulares – não exclusivamente de classe – concorrem e se articulam e, uma vez afirmados em seu seio, são apresentados como correspondentes aos interesses de todos. Segundo este referencial, os sistemas de poder dependem, a cada passo, do “jogo político” que os setores de classe e os grupos sociais empreendem através de alianças, composições, que permitam o estabelecimento e concentração das forças sociais no Estado. No contexto da época, o recurso da análise dos “esquemas aliancistas” e das “correlações de forças políticas” que se cristalizam em seu seio foi a ferramenta mais recorrente na sociologia política de Cardoso, seja nas análises que o autor fez sobre as possibilidades de desenvolvimento em economias dependentes, seja, ao longo da análise do regime burocrático-autoritário (em que elabora a teoria do autoritarismo e da redemocratização). Foi deste referencial de análise que o autor extraiu, por exemplo, sua tipologia do Estado latino-americano, àquela altura essencialmente vinculado a três modelos distintos: as democracias restritas, os caudilhismos e os populismos (CARDOSO, 1972)²⁸⁴.

Também no que tange à concepção de Estado parece haver uma alteração de ênfase nas preocupações do autor e no próprio conjunto de suas crenças. Se, nos escritos anteriores, prevalece resumidamente, um esforço de análise “para dentro” (como acima descrito), nos escritos do período (pós)presidencial, o Estado passa a ser tematizado como *ator político*, arrefecendo-se a ênfase posta por ele em períodos anteriores nos arranjos de poder. Esta guinada tem motivações, obviamente, em sua mudança de posição, do analista que vê de fora e tem a liberdade suficiente para fazer a crítica para o político inserido, ele mesmo, no jogo da aliança política que exerce o poder naquele contexto. Do ponto de vista analítico, esta “transição de lugar” faz com que o autor transponha a análise dos arranjos de poder entre grupos de como elementos constitutivos do Estado para a análise do próprio Estado como elemento de um arranjo de poder no qual igualmente se inscrevem

²⁸⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Alternativas políticas na América Latina. In:** O modelo político brasileiro. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

interesses de diferentes grupos do mercado e da sociedade civil, mas no qual o Estado é, ele mesmo, apenas um dos atores. Em outras palavras, se as análises anteriores se dirigem a captar a natureza dos arranjos de poder desde “dentro” do Estado, a nova ênfase recai nas relações políticas “para fora”, com o conceito de “Estado” passando a receber um tratamento analítico diferenciado.

É importante observar que, neste trânsito, os “esquemas aliancistas”, utilizados em seus escritos acadêmicos como ferramentas analíticas, passam a ser interpretados como uma necessidade histórica, ainda que adesão a tal perspectiva não permita a ele dar a devida atenção aos efeitos nocivos do presidencialismo de coalizão que ele passará a criticar mais tarde, já fora do poder²⁸⁵. Segundo Cardoso

Não é possível fazer andar um projeto para a sociedade brasileira sem alianças. E na construção de alianças, as siglas contam muito pouco. O conservadorismo brasileiro não é político – é de costumes, é social, é de cabeça. É o atraso. Há um atraso que perpassa a todos os partidos, à direita e à esquerda (...) Como valor, é melhor ter a mudança e a prosperidade dentro da democracia. Se você tiver outra visão, se esquecer da democracia e pensar só em mudança, vai para o Lênin, ou algo parecido. Como sou filosoficamente democrata, acho que é preciso aceitar esse jogo. Mas, como também sou filosoficamente favorável à mudança, aceito o jogo [das alianças] em função de meus objetivos de mudança (...) No futuro, não sei se se colocará a exigência de uma política de maior enfrentamento. Talvez sim, porque a convergência de forças aparentemente tão díspares talvez seja momentânea. Mas neste momento histórico, é importante manter as alianças para que algumas mudanças não se inviabilizem. (...) Um partido tem que ter uma ideia, um valor para agregar e, teoricamente, tem que se dividir em função desses valores. Quando só agrega interesses, fica difícil, para ele, justificar-se perante a sociedade. Se não agregam valores, agregam o que? Interesses, é o

²⁸⁵ Esse assunto será abordado por ele mais tarde, por ele, em *Xadrez Internacional e Socialdemocracia* (2010).

que sobra – uns corporativos, outros privatistas, outros setoriais, todos legítimos, só que não submetidos à uma visão de sociedade” (CARDOSO, 1998, p. 37-42; p. 347)²⁸⁶.

Da adoção desta postura aliancista, decorre uma polêmica eminentemente ética: a assunção de uma postura excessivamente conciliadora no plano político, como se nota nas afirmativas em relação aos militares, reveladas em *O presidente segundo o sociólogo*:

A partir da presidência do Itamar, nunca vi nos militares senão a vontade de realmente sustentar o regime democrático, nem nos altos mandos, nem nos oficiais. São gente boa, de boa formação profissional e boa formação moral. São servidores públicos. (...) Quanto a isso, eles sempre tiveram um sentimento de missão. Na República Velha, esse sentimento levou os militares a se intrometer na política e a não confiar nos civis como patriotas. Esse sentimento de não-confiança, acho que desapareceu. (...) Esse é um lado bom do Brasil – o da conversa, o do aceitar o outro. Há casos, no governo, de militares trabalhando com gente que foi guerrilheira, ou “subversiva”. Eles trocam recordações do passado e riem. Conhecem-se melhor, reciprocamente, hoje. Então, houve a possibilidade de se refazerem percepções, sentimentos, visões (1998, p. 350-352)²⁸⁷

Um primeiro elemento desta guinada é que o Estado aparece, nas aulas, conferências e textos datados deste período, como ponte entre o modo de produção que transcende as fronteiras nacionais e as demandas por equidade provenientes de uma sociedade civil igualmente mundializada. Cardoso quer apontar, com isso, para a incapacidade do Estado Nação autárquico em lidar tanto com as transformações econômicas, quanto com os novos perfis de demandas que emergem da sociedade. Ou seja, os antigos Estados-nação do século XIX, embora

²⁸⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁸⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

não desapareçam e mantenham o controle sobre o território, perdem centralidade como instância máxima para onde convergem os principais conflitos da sociedade, pois estes “não têm poder para controlar os fluxos de informação, inclusive os financeiros, porque eles não passam materialmente pelas fronteiras (CARDOSO, 2001, p. 478)²⁸⁸. Assim, embora as questões econômicas (regulação, crescimento, desenvolvimento, integração, etc.) continuem a não poder ser encaradas como separadas da questão do poder e das estruturas de dominação, elas galgam um novo patamar de análise, não podendo ser mais tomadas no plano dos dilemas de uma nação isoladamente.

Esta constatação conduz o autor a fazer a crítica da natureza autárquica a partir da qual Estado-Nação foi pensado desde suas origens: “É ilusório pensar a questão do fim do Estado Nação. O velho Estado está enfraquecido, e é bom que esteja enfraquecido, porque é velho. Ele se tornou obsoleto para fazer frente aos desafios contemporâneos, mas o novo Estado tem que nascer” (CARDOSO, 2000, p.333)²⁸⁹. Todavia, as novas fronteiras políticas deste “novo Estado” não podem ser identificadas apenas com a criação e ressignificação de das estruturas trans ou supranacionais de regulação política, mas também o resgate de outras instâncias nas quais o poder passa a ser exercido de forma significativa, como é o caso do modelo da antiguidade clássica das Cidades-Estado: “no mundo de hoje, volta-se à ideia de cidade-Estado. Provavelmente, nesse mundo de linhas complexas, entrecruzadas, outra linha de comunicação supranacional serão as cidades” (CARDOSO, 1998, p. 263)²⁹⁰.

Essa guinada analítica – do Estado como ente que cristaliza os arranjos de poder de uma determinada sociedade para o Estado como ator dentro de um jogo político” impacta decisivamente sobre o tratamento dispensado pelo autor aos conceitos de *sociedade civil* e *cidadania*. Movida por este alargamento das reivindicações por equidade e na mesma linha das reconfigurações do Estado, Cardoso

²⁸⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na conferência de abertura do seminário da OAB Brasil Século XXI – Desafios, oportunidades e Riscos da Globalização**. Conselho Federal da OAB, Brasília, 24 de outubro de 2001. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 60, v.14].

²⁸⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na cerimônia de abertura da I Conferência sobre Federalismo Cooperativo**. Palácio Itamaraty, 09 de maio de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 50, v.11].

²⁹⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

passa a apontar para a emergência de uma “sociedade civil planetária”, na qual a dinâmica da vida política passa a ser conferida, cada vez mais, por movimentos sociais, ONGs e movimentos de opinião de base institucional diversa das tradicionais, atreladas às demandas de classe. Este novo perfil organizacional contribui, segundo sua ótica, pra que a formação de opinião passe a se fazer, também, por outros mecanismos.

Obviamente, esses novos tipos de relacionamento não tornam evanescentes o Estado e as velhas instituições nacional-democráticas (como os partidos) nem as da sociedade civil (sindicatos, associações, igrejas). Mas, em certas circunstâncias, “desenraízam” as pessoas, inclusive de posições hierárquicas, dando margem a conflitos de novo tipo. O mercado, aliás, sofre pressões antes desconhecidas, por parte das ONGs, dos movimentos de consumidores, dos ambientalistas etc. e por parte do próprio Estado. Este procura se modificar para ampliar sua capacidade de regulação sobre um conjunto de novos temas (como meio ambiente, direitos do consumidor ou minorias) e processos complexos, como os fluxos financeiros ou os protocolos de comunicação. (CARDOSO, 2006, p. 61)²⁹¹

Como resultado, as pessoas sentem que sua vida passa a ser, cada vez mais, afetada por processos que se desdobram no plano internacional e sobre os quais elas têm escassa ou nenhuma capacidade de influência. Por isso, a reconstrução de uma ordem política global implica também pensar novas formas de participação política, para as quais desempenham um papel central as novas tecnologias de informação e os chamados “temas globais”, como a democracia, os direitos humanos, a questão ambiental, a liberdade econômica e política, os direitos da mulher, o desenvolvimento social, a qualidade de vida. Neste aspecto, Cardoso recorre às teses de Manuel Castells para salientar que este novo paradigma está marcado pelo funcionamento de redes interligadas que, já vigorando no processo de produção, estendem-se também aos padrões de interação social. Segundo ele:

²⁹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política**: a história que vivi. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

há mecanismos que permitem visualizar outras fórmulas de discussão, de tomada de decisões e de participação que podem permitir que se mantenham os valores fundamentais do mundo contemporâneo, no centro dos quais estão a democracia, a participação e a possibilidade de que, efetivamente, cada cidadão tenha mais informação e, tendo informação, possa participar com clareza dos processos deliberativos (CARDOSO, 2000, p.232)²⁹².

Também no caso do conceito de cidadania, não se trata do abandono das antigas bases do conceito, mas da incorporação junto às bases clássicas, das novas demandas que se produzem a partir dos novos mecanismos de formação das identidades individuais: “estamos numa fase em que a demanda de cidadania se volta contra o Estado, contra o governo” (CARDOSO, 1998, p. 223)²⁹³. Isso porque, a multiplicação e dispersão das demandas por direitos se choca com aspectos dramáticos de reestruturação da capacidade dos Estados em atender-las: “o desafio que hoje está no nosso horizonte é estabelecer formas que permitam a convivência, senão harmoniosa, pelo menos suportável, nas suas dissonâncias, entre a reestruturação econômica, a partir, inclusive, da globalização e a ideia de equidade” (CARDOSO, 1998, p. 235)²⁹⁴. Reforçando uma cosmovisão política liberal, para o autor, passa a ser fundamental, neste cenário, assegurar as liberdades civis e políticas pois estas, embora não garantam a resolução das mazelas sociais, estabelecem as condições para que se aspire genuinamente à solução de tais problemas.

Mas não é só isso: assim como no caso do tratamento dispensado ao conceito de “sociedade civil”, a proximidade crescente entre as pessoas e a generalização do acesso à informação, faz com que as bases

²⁹² CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na cerimônia de abertura da I Conferência sobre Federalismo cooperativo**. Palácio Itamaraty, Brasília, 09 de maio de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 50, v.11].

²⁹³ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁹⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na III Reunião Plenária do Círculo de Montevidéu**. Granja do Torto, Brasília, 23 de março de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.41, v.07].

nacionais do conceito de cidadania se enfraqueçam e comece-se a vislumbrar uma “cidadania planetária”.

em nossos dias, a linguagem da cidadania incorpora os códigos específicos das identidades sociais diversas, majoritárias ou minoritárias, baseadas em questões como gênero, idade, cultura, etnia. A mesma cidadania, porém, exige que certos temas tenham respostas de caráter global, como é o caso na área dos direitos humanos ou do meio ambiente. A responsabilidade do cidadão é, crescentemente, projetada no espaço do mundo, e não mais, apenas, no do seu país (CARDOSO, 1998, p.341)²⁹⁵.

É este referencial de análise que justifica a preocupação do autor com o tema das “drogas” que, para ele, expressa de maneira contundente a relação dos “temas globais da cidadania” e a questão da qualidade da democracia e encerra os principais dilemas das ressignificações do Estado e da cidadania. O argumento desenvolvido por ele em “Quebrando o Tabu” (2011) transita no sentido de mostrar como um olhar mais acurado sobre o tema revela que a guerra ao tráfico frequentemente se confunde a uma guerra ao consumo e, com isso, produz a violência, o descrédito à lei, a repressão fora da lei e a corrupção o que, em conjunto, mina a crença no funcionamento das instituições democráticas (CARDOSO, 2011)²⁹⁶. A falência do tratamento da questão decorre do fato de que os países, isoladamente, não conseguiram, pela via da força, acabar com a produção, problema agravado com a criação do “mercado global da droga”. É nesse sentido que o autor investiga diferentes práticas de descriminalização do uso e que tem suscitado efeitos positivos de redução não apenas do consumo, mas da violência associada ao tráfico e da melhoria dos números em questões de saúde pública. Não obstante a solução praticada no mundo todo para tentar reduzir o consumo ainda ser a de mandar o usuário para a cadeia, a alteração no sentido da ação dos diferentes Estados aponta,

²⁹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na cerimônia de abertura da XVI Sessão Plenária do Interaction Council**. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.57, v.07].

²⁹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Argumento do filme Quebrando o Tabu**. In: SPRAY FILMES. Quebrando o tabu. Direção de Fernando Grostein. 2011.

para este tratamento concertado das questões e dos temas globais reivindicado por ele em relação aos outros temas globais da cidadania.

Por fim, este movimento de globalização dos temas da cidadania não implica, na visão do autor, na homogeneização da realidade e ele reconhece que as dificuldades de consolidação da cidadania nos países periféricos, tendem a ser maiores, dado que, “o choque entre políticas sociais de inspiração social-democrática e o clientelismo tradicional (ao qual se somam o corporativismo sindical e o burocratismo embebido da tradição patrimonialista) são obstáculos para que as políticas públicas expressem um direito da cidadania” (CARDOSO, 2010, p. 218)²⁹⁷. E esta realidade é ainda mais dramática no que se refere aos direitos sociais, porque, embora países como os da América Latina estejam conseguindo manter o respeito aos direitos civis e políticos, tendem a ter os direitos sociais penalizados em momentos de crise.

4.3 REFORMA DO ESTADO

Estas dimensões de um pensamento político sobre o Estado, que emergem como uma dimensão da *práxis* política do autor, se traduzem também numa dimensão ideológica, corporificada nas suas teses sobre a *reforma do Estado* e sobre o futuro da *socialdemocracia*. O tema da reforma do Estado já vinha se alinhavando nas preocupações do autor desde sua participação na Constituinte, mas não fora resolvido com a promulgação da nova Constituição, razão pela qual tal tema, como vimos, passa a integrar o programa partidário do PSDB. Embasado na posição privilegiada do autor no jogo político neste período, nos escritos do (ex)presidente, o tratamento do tema passa a receber um tratamento mais sistemático do que as teses esboçadas de maneira programática por ocasião da fundação do partido. Ainda na condição de candidato à presidência da República, em debate na Associação Nacional dos funcionários do Banco do Brasil, em 17 de julho de 1994, Cardoso deixa entrever as diretrizes das ações que serão levadas a cabo a partir do ano seguinte:

Temos de voltar a ter a noção de autoridade pública e de interesse público, que não seja estatal, seja público. O Estado é um instrumento

²⁹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. Xadrez internacional e socialdemocracia. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

para atender à população, ao país. Temos de revitalizar a ideia de espaços públicos, autoridade pública. Esta é a minha visão filosófica do que é o Estado. Tem de ser público, não tem de ser estatal. Agora, só porque temos democracia, isso não muda. Continuo com a convicção de que tem de ser público, não estatal. Não é a mesma coisa. Isso não quer dizer que se vai ter de privatizar o Estado. Apenas o Estado vai tornar-se um agente eficaz da sociedade, o que é fundamental. (...) Mas nós temos de mudar nossa mentalidade assistencialista e paternalista, porque isso gera protecionismo, clientelismo, pressão política. Isso gera distorções. O mercado existe e tem de ser respeitado. Esse mercado nosso é distorcido pela inflação, pelo clientelismo e por tudo mais. Mas, ao mesmo tempo, o Governo tem de ter capacidade de promover o crescimento. O mundo moderno não é neoliberal. Esse é outro aspecto (CARDOSO, 1995, p. 24-29)²⁹⁸.

Esta diretriz evolui para um programa de reforma que, a partir da análise dos textos do período, se concentra em três direções. Primeiro, a reforma do Estado requer *o resgate do seu caráter público*: O déficit de democracia permitiu, em muitos casos, uma apropriação do Estado por grupos privados. Nesse sentido, contra a retórica dos críticos, Cardoso fala da necessidade de *desprivatização* do Estado e de remoção do “entulho autoritário”. Se a necessidade de Reforma se impõe na Europa pela crise do *Welfare*, na América Latina a crise do Estado é diferente: a do Estado de “mal-estar”, de um Estado incapaz de oferecer bem-estar, muito por conta da incrustação do setor privado no Estado, o que não deixa de ser uma modalidade de privatização (CARDOSO, 1998, p. 288)²⁹⁹. Embora os processos de redemocratização tenham trazido consigo mudanças substantivas nas relações de poder na região, Cardoso reforça a continuidade de seu *modus operandi*: continua a ser clientelista, corporativista e patrimonialista, encobrindo, sob um ideal de *welfare*, a existência real de um “Estado de mal-estar social”:

²⁹⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. Debate. In: ANABB. **Debate com Fernando Henrique Cardoso**. Brasília, Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, 1995.

²⁹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

O processo de reforma do Estado responde a essa preocupação: tornar as estruturas decisórias mais permeáveis aos interesses e demandas da coletividade e menos permeáveis à manipulação por grupos minoritários; tornar o Estado mais próximo dos cidadãos, favorecendo a participação dos indivíduos e movimentos sociais na construção de um espaço efetivamente público; difundir e universalizar os serviços e políticas públicas, assegurando aos cidadãos igualdade de acesso e uma genuína capacidade de controle sobre os atos de governo. Em suma, aprofundar a democracia institucional, fazendo com que seja um caminho para democratização da sociedade. Radicalizar a democracia - esse é o sentido da ação política contemporânea (CARDOSO, 1998, p.340)³⁰⁰.

Em decorrência, uma segunda dimensão da reforma do Estado se refere à *reinvenção da relação do Estado com a sociedade*. Segundo Cardoso, num Estado pesado burocraticamente, as decisões tomadas ao nível da cúpula custam muito a se fazer sentir ao nível da sociedade, porque as cadeias de transmissão são complexas. A reforma deve ocorrer no sentido de descentralizar a tomada de decisões, estendendo-se às organizações locais e fazendo com que a sociedade civil participe crescentemente das decisões do Estado e das próprias decisões do governo. Numa expressão tomada de Gramsci pelo autor, o Estado tem que ser “poroso” aos interesses da sociedade. Cardoso considera necessário que se supere a noção de o que é bom para a cidadania deva provir diretamente do Estado, chamando a atenção para iniciativas de solidariedade no âmbito da sociedade civil fundadas em compromissos negociados e que respondem, às vezes, de forma mais positiva que o próprio Estado. Neste cenário, as organizações não governamentais passam a ser agentes catalizadores e agentes públicos de avaliação da ação do Estado. Redefine-se, assim, o significado do que seja “público”, não mais como “estatal” e sim como responsabilidade compartilhada.

³⁰⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na cerimônia de abertura da XVI Sessão Plenária do Interaction Council**. Rio de Janeiro, 03 de maio de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 57, v.07].

O segredo da boa divisão de tarefas com a sociedade pode nascer, não de uma fantasia ideológica, mas de compromissos negociados, fundados em consenso. (...) O Estado é ator fundamental, mas seu papel muda, Porquê tem meios mais limitados, o que fará deve ser cuidadosamente escolhido: até porque terá que escolher tendo menos instrumentos a sua disposição, as ações do Estado tornam-se mais relevantes socialmente (CARDOSO, 1995, p.398)³⁰¹.

Por fim, a terceira dimensão remete ao tema mais espinhoso, porque a ele vem sempre atrelado à crítica de endosso ao neoliberalismo: *a redefinição das funções do Estado*. A este respeito, a pesquisa dos textos revela a formulação de uma resposta diferente ao problema: Cardoso defende um conceito não essencialista de Estado e de suas funções; antes, como seria mais produtivo toma-lo como sujeito histórico, que não tem suas funções definidas aprioristicamente. O erro, aí, é de juízo histórico: consiste em “pensar a nossa relação com o mundo com categorias herdadas dos anos 50 e 60 e não ter sensibilidade para entender que o mundo já não é mais o mesmo e que o Brasil já não é mais o mesmo” (CARDOSO, 2000, p. 232)³⁰². Nesse sentido, ao mesmo tempo em que se produzem ações no sentido de fazer com que o Estado abra mão de funções, há que se atentar para o tratamento de novos problemas, que passam a requerer sua presença de maneira mais efetiva.

Os sinais estão trocados. Quem tem uma certa lucidez vê que a maior parte dos que se pensam progressistas são reacionários, são contra as mudanças, sob a alegação de que as mudanças vão prejudicar a maioria, alegação que apenas disfarça os interesses enraizados que são defendidos por aqueles que se opõem às mudanças (...) Como

³⁰¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência sob o título de “O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”**. Center for strategic and international studies, Washington, 21 de abril de 1995. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 58, v.01].

³⁰² CARDOSO, Fernando Henrique. **Palestra no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)**. Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 30, v.12].

conciliar a necessidade de manter uma maioria, de ampliar a maioria, de apresentar um horizonte de possibilidades realmente embasado em ideias novas e que levem a práticas novas e, ao mesmo tempo, operar transformações na área da empresa e na área do Estado, transformações que ferem interesses e que, facilmente, podem ser aproveitadas pelos interesses antigos como denúncia, no sentido de que ‘olha, isso aqui é direita’, quando esses conceitos já envelheceram (CARDOSO, 1998, p. 236-237)³⁰³.

Assim, antes de uma inspiração neoliberal, tal redefinição deve ter uma conotação republicana: “o que se requer hoje é um Estado mais competente: o setor privado ainda pensa que ele é o empresário, que arrisca. Ele pensa que o Estado é incapaz de ação empresarial. (...) Na verdade já é uma coisa muito diferente. Daí esta ideia de gestão empresarial no Estado, que é, até certo ponto, a solução desse enigma, porque é Estado, mas tem que ter o espírito de empresa” (CARDOSO, 2000, p. 460)³⁰⁴.

Este “novo Estado” orienta-se, segundo ele, pela superação do falso dilema entre o dirigismo estatal e o fundamentalismo do livre-mercado. Ora, Estado mais competente não pode existir se não houver um Estado e uma sociedade capazes de fornecer as bases técnicas, tecnológicas e culturais, para que o Estado exista.

não se trata de debilitar o Estado; trata-se de reconstruir o Estado. Reconstruir em que direção? Acho que há três vertentes principais nesse esforço. Uma, (...) faz com que o Estado passe a ter uma função *regulamentadora* (indutora) mais ativa e *produtora* mais moderada. (...) Outra vertente é a social: diz respeito à quebra do clientelismo e do burocratismo. (...) a terceira vertente é a recuperação e reorientação da

³⁰³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na III reunião plenária do Círculo de Montevideú**. Granja do Torto, Brasília, 23 de março de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 41, v.07].

³⁰⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na cerimônia de abertura do Encontro Nacional de Desburocratização**. Palácio Itamaraty, Brasília, 21 de novembro de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 62, v.12].

capacidade de investimento do Estado (CARDOSO, 1997, p.689-701)³⁰⁵.

Em resumo, a concepção do autor sobre o tema da reforma do Estado passa pelo resgate do caráter público do Estado, pela construção de um Estado mais seletivo do ponto de vista de sua inserção no sistema produtivo, com uma função regulatória mais inteligente, mais eficiente na oferta dos serviços e mais poroso diante das demandas sociais:

Certamente pede um Estado que intervenha menos e melhor; um Estado que seja capaz de mobilizar seus recursos escassos para atingir prioridades selecionadas, um Estado que possa canalizar seus investimentos para as áreas vitais na melhoria da posição competitiva do país, tais como infraestrutura e serviços públicos básicos; um Estado que esteja pronto a transferir para mãos privadas empresas melhor administradas por elas; um Estado, finalmente, no qual os funcionários públicos estejam à altura das demandas da coletividade por melhores serviços (CARDOSO, 1996, p.81)³⁰⁶.

Mais do que construir um modelo de Estado mais atualizado em relação aos desafios contemporâneos, em seu conjunto, os elementos da reforma proposta ajudam a explicitar o sentido das crenças do autor na democracia. Primeiro porque ele as justifica em função de sedimentar as frágeis crenças democráticas numa região que o personalismo ainda consiste num importante contrapeso às instituições, “em que o carisma ameaça o respeito à norma e o cidadão ainda corre o risco de ser tratado como cliente, como dependente, que recebe concessões mais do que exerce direitos” (CARDOSO, 2007, p. 290)³⁰⁷. Segundo –e até mais

³⁰⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência aos alunos dos cursos de Altos estudos das Forças Armadas**. Escola Naval, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.111, v.06].

³⁰⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência sob o título “Consequências sociais da globalização**. Indian international centre. Nova Délhi, 27 de janeiro de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 11, Vol.03].

³⁰⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Caminhos novos?** Reflexões sobre alguns desafios da globalização. Pensamiento Iberoamericano, 2ª época, Madrid, n. 1, p. 281-302, 2007.

importante – porque redefine o próprio sentido do conceito, dando a ele uma conotação mais contemporânea:

Seria utópico opor, às tentativas de reengenharia institucional, um retrógrado *wolksgeist*, que condenaria a região ao iberismo patrimonialista; tampouco adianta sonhar com uma imersão no que foi o espírito da democracia dos primórdios americanos. Nossa democracia é contemporânea à sociedade de massas, à internet, à TV e ao sentido de solidariedade social. Não podemos pretender fundamentá-la no individualismo possessivo, nem deixá-la ser tragada pelo coletivo, pelo Estado, pelo sindicato ou o partido todo-poderoso (CARDOSO, 2010, p. 135)³⁰⁸.

Também no que tange ao tema das ideologias políticas, as reflexões do autor dão continuidade, no período (pós)presidencial, às reflexões produzidas por ele desde o final da Constituinte. Segundo ele, a questão central naquele momento, “era a de definir rumo, de ter conceito, ter uma posição valorativa. Não era a questão de fazer apenas a crítica de um regime que já estava ali se transformando. Nós estávamos no final da Constituinte. Já não havia mais o regime militar. Era (...) uma espécie de *aggiornamento*, de tomada de posição diante de novos fatos que tinham ocorrido no Brasil e no mundo. E era preciso ter uma posição afirmativa em termos de crença, de doutrina (CARDOSO, 1999, p.486)³⁰⁹”.

Na época, suas análises sobre o tema fundavam-se na tese do esmaecimento das principais ideologias políticas mais importantes do século XX: o liberalismo, o socialismo e a própria socialdemocracia. Nos escritos aqui analisados, acompanhando o movimento desencadeado a partir da queda do Muro de Berlim e do fim da URSS, o autor passa a aprofundar a análise deste esmaecimento, demonstrando uma preocupação especial com o futuro da esquerda.

³⁰⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e socialdemocracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

³⁰⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Palestra na Federação das indústrias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 69, v.10].

A mudança é tão forte que todos os conceitos com os quais nós trabalhamos até muito recentemente se esmaeceram num sentido muito profundo. (...) A chamada sociedade civil, que era composta classicamente por classes que lutavam entre si, modificou-se. E o Estado, que era visto como a expressão de uma das classes, modificou-se para ser parte desse processo de governança. Tudo foi sendo modificado. (CARDOSO, 2000, p.426)³¹⁰.

Em várias ocasiões, Cardoso credita à Gorbatchov a iniciativa de fornecer as bases para repensar o debate ideológico. Este, ao desconstruir a ideia da classe como sujeito histórico por excelência e resgatar, em seu lugar, a Humanidade, ajuda-nos a perceber emergência de valores comuns à humanidade, que vão além das oposições de classe, ampliando-se, pois, as “áreas de consenso” internacional. Não obstante, estes movimentos se desdobram num cenário de ausência de ideologias totalizadoras, que afeta profundamente a atribuição de sentido às transformações sociais e coloca o Estado e os partidos numa posição muito mais modesta do que ocuparam tradicionalmente na política moderna:

No plano social, é difícil saber como se pode conduzir um processo de transformação nas sociedades contemporâneas na ausência de ideologias totalizadoras e em conjunturas nas quais, muitas vezes, a sociedade se antecipa aos que pretendem liderá-la. É igualmente difícil saber qual pode ser o sujeito histórico dos processos de transformação quando o Estado se enfraquece e tantas formas novas de identidade social se sobrepõem às tradicionais divisões de classe. Frequentemente, os que refletem sobre este tema estão pensando situações novas com categorias antigas (CARDOSO, 2002, p. 618)³¹¹

³¹⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na solenidade de abertura do II Fórum global – O estado democrático e Governança no século XXI**. Palácio Itamaraty, Brasília, 29 de maio de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 57, v.11].

³¹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência na London School of Economics and Political Science**. Londres, Inglaterra, 3 de dezembro de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 98, volume 06].

O esmaecimento das ideologias totalizantes torna-se o mote a partir do qual o pensamento do autor sobre as ideologias vai sendo ressignificado. Tal processo desencadeou um conjunto de transformações nas formas de estruturação dos discursos e plataformas políticas dos partidos, cuja principal se refere à substituição das visões de mundo como elemento aglutinador de apoio, em favor de uma conotação mais pragmática acerca de sua atuação. Ou seja, os partidos passam a se diferenciar e a estruturar sua ação mais por aspectos pragmáticos do que por sistemas totalizantes de ideias.

Não adianta você dizer: “Eu sou socialdemocrata”. No mundo de hoje, o que é isso? É como “neoliberal”. Não são conceitos, são epítetos, que tem uma caracterização às vezes doutrinária, às vezes política, e às vezes, ideológica ou tudo junto. A globalização não é um fenômeno uniforme. Não se pode falar em mundialização de um ideário político. Não vai haver homogeneização do mundo simplesmente porque você tem um sistema produtivo que se integra mais. Na política, tem sempre um lado que é local. Você tem que ver qual é a situação, quais são os interesses em jogo. Você pode ter uma certa similitude. Obviamente eu não quero dizer que não existam diferenças entre partidos de direita e de esquerda, há. Mas esses cortes já não são mais nítidos dessa maneira. A diferença real é política, é esse enlace partido-Estado-sociedade. (...) [então], algum espaço para diferenças ideológicas sempre existe, apesar de não ser grande. Você não pode dizer que as pessoas que se filiam a uma ideologia, que tem uma utopia, que elas, mudando de partido, que essa mudança não represente uma mudança na plataforma dos seus valores. Há mudança (*Entrevista concedida ao autor desta tese em 23 de setembro de 2013*).³¹²

Como consequência, conceitos como “esquerda” e “direita” se transformaram e a incorporação de novos sentidos para suas respectivas

³¹² Entrevista concedida ao autor deste trabalho em 23 de setembro de 2013.

atuações tem possibilitado a existência de um espaço comum de ação. Nas palavras do autor,

a agenda contemporânea da polis fragmentou-se, tornando pouco nítidas as balizas de atuação política, à direita e à esquerda, no tocante a temas como a questão da mulher, da ecologia, do controle demográfico, da sexualidade. Tais temas envolvem novas concepções da interação democrática entre cidadania e o Estado, que extravasam o quadro de análise das ideologias tradicionais. (...) Se o ideário da esquerda tradicional avançou, deixando para trás noções como a ditadura do proletariado ou o planejamento central, o ideário associado à direita também evoluiu, incorporando políticas públicas compensatórias para atenuar as desigualdades mais flagrantes. Esquerda e direita ainda se distinguem, embora em marco que há maior espaço de convergência (CARDOSO, 1995, p. 130-132)³¹³.

Mas é na ressignificação da socialdemocracia que o autor concentra ainda algum esforço analítico. Como se sabe, a partir da década de 90, a preocupação com a reinvenção da socialdemocracia aproxima o autor do debate em torno da “Terceira Via”, embora ele guarde algumas ressalvas de suas teses fundamentais³¹⁴: “Não sei se

³¹³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Aula na Universidade de Coimbra**. Cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa. Coimbra, 21 de julho de 1995. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 16, v.02].

³¹⁴ Em entrevista concedida ao autor deste trabalho em setembro de 2013, Cardoso fez o seguinte balanço da Terceira Via: “o que se produziu em termos de Terceira via, que não foi muito, porque eles criaram um movimento de homens de Estado. Então, o sujeito deixava de ser governador, presidente, deixava de participar. Não enraizou. O Anthony Giddens tinha muita influência nesse tipo de pensamento. Uma parte dos socialistas aderiu a ele, outra, não. O Mário Soares, por exemplo, nunca topou isso, porque aí tem uma briga na Europa, entre facções da Internacional Socialista, então, estão envolvidas outras razões. Mas, sem dúvida alguma, nesse sentido, eu passei a falar mais em termos de uma socialdemocracia. Mas, reitero, não é mais aquela originária, que deu origem ao *Labour* na Inglaterra ou o *Socialista* na França. É muito mais próximo do Rocard na França.

seria necessário, sequer, fazer referência a novas vias. É mais do que isso, no meu entender. Existe uma movimentação, digamos, que é, no início, cultural, que é comportamental, que diz respeito a valores, mas que diz respeito à atualização desses valores, que tem consequências nas relações microssociais e que, depois, tem peso político (CARDOSO, 1999, p. 232).³¹⁵ Para Cardoso, o que continua fundamental nesta atualização de valores no ideário socialdemocrata é a ideia da garantia direitos, mas ciente de que tal busca passa a ocorrer, no cenário de uma “socialdemocracia globalizada”, ou de uma “economia social de mercado na globalização”:

É justamente na forma de definir o interesse público que uma nova esquerda, se souber retomar os ideais e a tradição de tolerância da socialdemocracia, pode oferecer caminhos inovadores, porque inspirados numa utopia viável. Nessa utopia, a esquerda não apenas descobre os movimentos sociais, mas cria espaços públicos e institucionaliza mecanismos revitalizados de democracia participativa, que fortificam diretos e motivações individuais com o fato de os indivíduos viverem situações comuns, coletivas e também com o fato de que valores comuns devem ser a base das necessárias soluções de justiça social (CARDOSO, 1995, p. 134)³¹⁶

Nesta perspectiva, o crescimento econômico propiciado por garantias de competitividade criadas pelo Estado passa a ser condição do bem estar social. Nesta socialdemocracia renovada, não são os sindicatos seus agentes propulsores, mas as necessidades políticas das massas pobres, que se faz por meio de ampla e variável parceria entre Estado e sociedade civil e que se dinamiza graças a uma opinião pública ativa, que se expressa crescentemente nos meios eletrônicos. Assim, considera que, dado o “fim das utopias” resta uma socialdemocracia

³¹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na cerimônia de sanção do projeto de lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado como OSCIP's**. Palácio do Planalto, Brasília, 23 de março de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.30, v.09].

³¹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Aula na Universidade de Coimbra**. Cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa. Coimbra, 21 de julho de 1995. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.16, v.02].

renovada. Para isso, sugere uma dupla tarefa: reafirmar a socialdemocracia como valor e apresentá-la como opção viável. Contudo, visto que ela não assegura por si só o bem-estar social, cabe, então, submetê-la aos mecanismos democráticos, à gestão e ao controle político, e com isso, chegar a uma variante de economia de mercado mais compatível com os valores democráticos. Sinteticamente, assim poderíamos resumir a perspectiva do autor:

[Esta nova socialdemocracia] não teme o mercado externo, preza as instituições e as responsabilidades dos cidadãos, tem consciência de que a estabilidade do processo democrático depende de certo progresso econômico, mas também de políticas ativas de redução da pobreza e aumento do bem-estar social. De alguma maneira, se trata da adoção, em outras condições, do que na Europa se chamou de *economia social de mercado*, com a diferença de que, além de se respeitar as regras no mercado local, se busca um engajamento no mercado global e uma linha de política econômico-social que estimule a ação social dos governos e da sociedade. (...) Ela é economicamente modernizadora, e, ao mesmo tempo, dá espaço para a ação do governo nas áreas sociais e mesmo nas produtivas e estimula uma sociedade civil ativa (CARDOSO, 2010, p. 113)³¹⁷.

Para concluir, apenas uma referência às possibilidades socialdemocratas nos casos latino-americano e brasileiro. Na aula de outorga do título de doutor *Honoris causa*, ministrada na Universidade de Coimbra, Cardoso (1995)³¹⁸ considera que a emergência do pensamento de esquerda na América Latina diferenciou-se do contexto europeu na medida em que foi movida pela necessidade de uma transformação radical, ao passo que lá, aglutinou esforços em torno da produção de reformas. Assim, no quadro latino-americano, quanto mais à esquerda, menor a importância dispensada ao debate institucional. Em

³¹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. Xadrez internacional e socialdemocracia. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

³¹⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Aula na Universidade de Coimbra.** Cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa. Coimbra, 21 de julho de 1995. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.16, v.02].

contrapartida, especialmente no Brasil, o pensamento de direita se constituiu de maneira mais prática do que ideológica: defendeu, contrariamente à direita clássica, um Estado forte; diante da questão da desigualdade, valorizou não tanto a sua naturalidade, à moda da direita tradicional europeia, mas a necessidade do controle social; a “ordem” se afirmou como valor maior e encontrou, nas doutrinas de segurança nacional, sua expressão mais acabada; na economia, defendeu soluções de mercado, às vezes, de forma radical. Os desafios à socialdemocracia renovada na América Latina são de outra natureza: a miséria, a desigualdade, a precariedade das instituições democráticas e a urgência do desenvolvimento econômico, que desembocaram no populismo: “partimos do colonialismo europeu, em alguns países da escravidão, e da formação de sociedades rurais e patrimonialistas (...) a ideologia quase natural para legitimar a ação estatal é nacionalista, enquanto na Europa os socialistas e socialdemocratas nasceram de uma tradição internacionalista, vendo o Estado Nacional como um instrumento de dominação de classe e não como um libertador da nação em face da prepotência estrangeira” (CARDOSO, 2010, p. 19).³¹⁹ Os impactos sobre as possibilidades socialdemocratas são sensíveis e imediatos:

Os interesses enraizados no Estado, que são antigos, que juntam hoje a esquerda atrasada com a direita cega, bloqueiam a ação reformadora. Tentam bloquear a ação reformadora ou tentam fazer passar a ideia de que qualquer caminho que se poderia chamar de terceira via na verdade não é mais do que um disfarce para a manutenção de uma economia de mercado. Por isso estão enraizados no Estado e querem atuar em favor dos interesses dos grupos dominantes de sempre. (CARDOSO, 1999, p.425)³²⁰.

Especificamente sobre o caso brasileiro, o autor considera que o debate ideológico permanece muito longe desses *aggiornamentos* conceituais, razão que ajuda a entender porque apenas dois partidos

³¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e socialdemocracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

³²⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Intervenção do presidente da República na Conferência “Governança progressista para o século XXI**. Florença, Itália, 20 e 21 de novembro de 1999. [In: Palavra do Presidente, 1999, Disc.63, Vol.10].

políticos têm polarizado as disputas pelo poder em nível nacional. Não obstante esses percalços e esses vícios, tanto no Brasil como na região como um todo, ocorreu a formação de um “patrimônio” de práticas e políticas sociais socialdemocratas, do qual fazem uso governos de distintas orientações. As razões que informam o recurso a este “banco de práticas” certamente nos ajuda a entender as reais opções abertas à política na região, o que nos faz voltar ao início desta seção, mais uma vez recorrendo a Cardoso: se nos anos 1970 Cardoso apontava para as possibilidades da “democracia restrita”, do “populismo” ou do “caudilhismo”, as opções visualizadas no contexto mais recente permitem que os países transitem entre as “democracias conservadoras”, os “regimes populistas fundacionais” e os “regimes tendencialmente social democráticos” (CARDOSO, 2010)³²¹. Em relação à história acumulada, para qualquer referencial ideológico, este não é o melhor dos mundos, mas certamente representa uma melhoria nas opções disponíveis.

4.4 NOVAS FACES DA DEPENDÊNCIA: OS DESAFIOS DA GLOBALIZAÇÃO

“Os mecanicistas de hoje dirão que a democracia é um subproduto da globalização, o que é outro equívoco” (CARDOSO, 2001, p.383-384)³²².

Por fim, o processo de *aggiornamento* nas crenças políticas do autor chega também a suas posições sobre o tema das novas (ou novíssimas) formas de dependência. O pressuposto que orientará seu raciocínio é o de que “não existe, atualmente, uma teoria que inclua os efeitos econômicos e políticos da globalização” (CARDOSO, 1997, p.618)³²³. Não sendo seu propósito uma empreitada deste porte, nos

³²¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e socialdemocracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

³²² CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso por ocasião da cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO)**. Quito, Equador, 01 de outubro de 2001. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 48, v.14].

³²³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência na London School of Economics and Political Science**. Londres, Inglaterra, 3 de dezembro de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 98, volume 06].

escritos do período (pós)presidencial, Cardoso se lançará à tentativa de atualizar alguns dos pressupostos das análises da *nova dependência*, a fim de entender o contexto do que veio a ser chamado de *globalização*. Identificando nos dois processos, similitudes e continuidades, ele chega a afirmar, no prefácio à nova edição de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (2004, p. 10)³²⁴, que “o que chamávamos de *nova forma de dependência* era, na verdade, o início do processo que veio a completar-se mais tarde e a ser conhecido como *globalização*”.

Sem que haja nos escritos do período uma definição precisa e exaustiva para o termo, a *globalização* será definida por ele como um processo multifacetado que se caracteriza: em sua dimensão econômica, pela dispersão mundial do processo produtivo, pela crescente mobilidade de capitais e pelo peso crescente dispensado ao papel da informação no processo de acumulação; em sua dimensão política, pela quebra das pretensões de exercício de hegemonia política característica do século XIX e XX; e, na dimensão cultural, pela ambivalência representada, por um lado, pela fragmentação cultural e, por outro, pelo ressurgimento da humanidade como sujeito universal. É para ele, em síntese, “um outro momento da história e da humanidade” (CARDOSO, 1998, p. 650)³²⁵.

No plano econômico, seguindo em linhas gerais o esquema de análise histórico-estrutural herdado do pensamento cepalino, Cardoso passa a apontar para a *globalização* como o aprofundamento das dinâmicas originárias do capitalismo. Elegerá como interlocutores privilegiados, para isso, os autores que no campo teórico do marxismo, continuam a afirmar que o termo *globalização* pouco acrescenta à inteligência da economia capitalista, enxergando, antes, no atual estágio do capitalismo, a recolocação do “imperialismo com novas roupagens”: “eu diria que se trata de uma época pós-imperialista. Porquê? Por que na época chamada imperialista, a economia, as empresas e o mercado precisavam do Estado. Hoje, as grandes empresas querem tudo, menos o Estado” (CARDOSO, 2001, p. 470)³²⁶.

³²⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio à 8ª Edição, revista, de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

³²⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na abertura do II Seminário Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 105, v.07].

³²⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na conferência de abertura do seminário da OAB: “Brasil Século XXI: Desafios, oportunidades e riscos da**

A leitura dos escritos no período permite identificar dois fatores que modificaram as bases contemporâneas de análise da questão em relação às antigas abordagens da *dependência associada*. Primeiro, ocorreu uma mudança no próprio conceito de desenvolvimento: na década de 60, este se identificava essencialmente com o crescimento econômico, ao passo que atualmente, assume uma multiplicidade conceitual no sentido de incorporar em seus delineamentos, fatores ligados à ampliação das liberdades de que desfrutam efetivamente as pessoas (endossando a perspectiva sistematizada por Amartya Sen)³²⁷. Segundo, a mudança na percepção das próprias situações de dependência, tanto no sentido de atentar para seu aprofundamento, quanto no sentido de entender que esta não é uma situação restrita aos países subdesenvolvidos, vindo a ser, antes, uma condição constitutiva da economia contemporânea: “uma diferença significativa é, porém, a que nasce do fato de que, em escala variada, os fenômenos de globalização não escolhem a identidade dos atingidos (CARDOSO, 1995, p.396)³²⁸”.

Assim, em muitas ocasiões, o autor tentará retomar e atualizar o referencial apresentado em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Em *Caminhos novos* (2007), por exemplo, ele procurará analisar o tipo de inserção resultante dos dois tipos ideais de sistemas produtivos nacionais criados por ele e Faletto em 1968 para analisar as economias latino-americanas (as economias de controle nacional e as economias de enclave), chegando à conclusão que, no primeiro caso, em geral, a continuidade do crescimento urbano-industrial, a modernização agrária e o fortalecimento do setor de serviços em geral deram origem a estratégias de inserção que lograram maior sucesso, ao passo que nas economias de enclave, houve menores chances para responder à globalização com possibilidades de sucesso: de um modo geral, é possível dizer que os países que não possuíam uma economia mais diversificada, principalmente os que guardaram semelhanças com as antigas economias de enclave tiveram maiores dificuldades para se

globalização. Conselho federal da OAB. Brasília: 24 de outubro de 2001. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 60, v.14].

³²⁷ SEN, Amartya. **Development as Freedom**. Oxford, Oxford University Press, 1999.

³²⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência sob o título de “O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”**. Center for strategic and international studies, Washington, 21 de abril de 1995. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.58, v.01].

ajustar positivamente do que os países cujas economias e sociedades vinham se diversificando há mais tempo (CARDOSO, 2007, p. 291-292)³²⁹. Se as situações “clássicas” de dependência implicavam a “internacionalização do mercado interno”, a globalização representa um capitalismo das corporações multinacionais que mundializaram o processo produtivo.

Soma-se a isso que, ao invés de acumulação produtiva, o impulso do capitalismo contemporâneo passa a ser eminentemente financeiro e desregulado pela inexistência de instituições globais efetivas. A globalização econômica consiste, neste aspecto, numa transformação no modo de produção capitalista no sentido previsto por Marx: a ampliação das correntes internacionais de comércio e a mundialização do processo produtivo e cuja expressão mais recente é a mundialização dos mercados financeiros, a ponto do autor afirmar que “O coração do capitalismo contemporâneo é o banco e não a fábrica” (CARDOSO, 1996, s.p.)³³⁰. Nesse aspecto, o ponto crucial consiste em entender o papel desempenhado pelo conhecimento na economia contemporânea, em que virtual passou a comandar o real e a especulação pode acabar controlando o processo produtivo: “na crise clássica, já se dizia isso, já se jogava na bolsa, perdiam-se ativos; mas, jogando na bolsa, estava-se jogando sobre papéis com correspondência na produção; Agora não é mais assim. Joga-se sobre apostas futuras” (CARDOSO, 1998, p. 84)³³¹. A globalização também é marcada pelo papel central da informação nas relações econômicas, pois é a base da crescente expansão dos fluxos financeiros a nível internacional, impactando de maneira dura sobre as políticas monetária e cambial das economias nacionais: “era mais fácil analisar o mundo quando os fatos pesavam mais que as expectativas (CARDOSO, 2001, p. 657)³³².

³²⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Caminhos novos?** Reflexões sobre alguns desafios da globalização. Pensamiento Iberoamericano, 2. época, Madrid, n. 1, p. 281-302, 2007.

³³⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência sob o título “Consequências sociais da globalização**. Indian International Centre, Nova Délhi, 27 de janeiro de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 11, Vol.03]

³³¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³³² CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na abertura da III Conferência Global anual sobre desenvolvimento global: Integrando conhecimento global e local**. Rio de Janeiro: 10 de dezembro de 2001. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 76, v.14].

Aprofundaram-se, também, os limites estruturais que fornecem parâmetros para as estratégias nacionais de inserção econômica. Tais limites, representados pelas características apontadas acima – dispersão mundial do processo produtivo, pela crescente mobilidade de capitais e pelo peso crescente dispensado ao papel da informação no processo de acumulação – redesenham as perspectivas de desenvolvimento dos países, dificultando ainda mais que os projetos nacionais sejam dirigidos por uma vontade autônoma. A globalização é, neste aspecto, retratada como um processo inescapável, na qual a questão nacional não pode mais ser pensada apenas do ângulo econômico e estatal, nem de modo isolado, como se o país fosse, em si, uma unidade autônoma de e para a reflexão. Em suas palavras, “o que está em jogo é a discussão de saber se, ao nos integrarmos no mundo que se globaliza, vamos nos integrar estaticamente numa posição de subordinação, de dependência, ou vamos buscar ampliar os nossos espaços de participação, de decisão” (CARDOSO, 1998, p.285)³³³.

No entanto, os contornos dentro dos quais o mercado atua continuam a ser definidos politicamente e o jogo de poder entre as nações não desapareceu. De um lado, em boa medida, os processos de integração política transcorrem, de fato, sob o influxo da globalização econômica. Cardoso faz três apontamentos sobre como o plano econômico acaba fomentando uma integração política crescente: primeira delas foi o enfraquecimento dos projetos de desenvolvimento nacional de caráter autárquico, fechado ao mercado externo. A segunda foi o acirramento da competição entre os países, notadamente os em desenvolvimento, por investimentos externos. A terceira é o surgimento de uma crescente uniformidade nos quadros institucional e regulatório em todos os países (CARDOSO, 1996, p. 123-124)³³⁴. A globalização não pode ser aceita como uma imposição e também não avançará sem conflitos políticos e mesmo “a causa da instabilidade dos mercados financeiros jamais foi técnica: era e continua a ser política” (CARDOSO, 2002, p. 186)³³⁵.

³³³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Palestra na Escola Naval**. Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 44, v.08].

³³⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência sob o título “O impacto da globalização nos países em desenvolvimento: riscos e oportunidades”**. Colégio do México, Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 16, v.03].

³³⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso por ocasião da outorga do título de Doutor Honoris Causa da Universidade Konstantin Filozof**.

Mas, de outro lado, ao ressaltar novamente os aspectos políticos dessas novas situações de dependência, o autor indicará como, para além dessas diferenciações histórico-estruturais, os resultados construídos historicamente dependeram de como as classes e os grupos sociais conseguiram estabelecer normas institucionais mais ou menos sólidas, de como os estados nacionais passaram a ter maior ou menor legitimidade e capacidade para implementar políticas de crescimento econômico e integração social, da permanência ou não de um clima de liberdade, etc. Assim, além da variável da integração à economia global, cada país foi construindo formas de organização e de reação às pressões sociais, aos estímulos econômicos e às maneiras de ordenar o poder político. Postos em análise comparada, o binômio econômico temperado por situações políticas específicas estabelecido em 1968 se converte, assim, num *puzzle* ainda mais complexo de situações e modelos de inserção. Em outras palavras, “hoje, o desenvolvimento tem de ser pensado nesse contexto, que é internacional. Mas ele não elimina o interesse nacional, não elimina a vontade política, não elimina a necessidade de que as sociedades nacionais se organizem para essa cooperação, dentro e fora dos seus limites” (CARDOSO, 1998, p. 650)³³⁶.

Assim, se o rumo da globalização é, no plano econômico, o da integração, no plano político é o da diferenciação. Por esta razão, continuam a ter relevância os conceitos tradicionais de soberania, autodeterminação e de identidade nacional e a tarefa central da ação política contemporânea passa a ser a de “assegurar que o desenvolvimento esteja orientado por valores de acordo com os quais o ganho econômico só tem sentido se trazer maior bem-estar para os cidadãos” (CARDOSO, 1996)³³⁷.

No plano da produção de projetos nacionais de desenvolvimento, diferentemente das abordagens *neoimperialistas*, o autor continua reconhecendo possibilidades de uma inserção refletida e toda a leitura

Bratislava, Eslováquia, 26 de fevereiro de 2002. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.20, v.15].

³³⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na abertura do II Seminário Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, 29 de junho de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 105, v.07].

³³⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência sob o título “O impacto da globalização nos países em desenvolvimento: riscos e oportunidades”**. Colégio do México, Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 16. v.03].

feita por ele do processo se dá na direção do entendimento das novas possibilidades de desenvolvimento que se abrem aos países periféricos: “A conjuntura é vantajosa para discutir essa questão com os países ricos porque não estamos numa situação clássica de dependência. Nessa, há um fator em que o mais forte pode destruir o mais fraco. Agora não: temos uma situação em que todos podem ser atingidos” (CARDOSO, 1998, p. 86)³³⁸. Mas tudo dependerá do tabuleiro político mundial, e principalmente, da capacidade das sociedades locais e de seus líderes para lograr políticas o quanto possível consensuais que aproveitem as oportunidades e tornem os efeitos da globalização e da democracia mais favoráveis. Até aqui, entretanto, Cardoso distingue três tipos de percurso histórico trilhados pelos países periféricos:

1) o dos países que pretendem evoluir mantendo um distanciamento relativo de tudo que a economia globalizada implica politicamente, até mesmo, das formas representativas de democracia; 2) o de países que não lograram uma inserção positiva na economia global, e tão pouco, adotam políticas sociais inclusivas, mantendo, não obstante, as formas democráticas nos moldes de uma ‘democracia restrita’; e, finalmente, 3) o dos países que se estão integrando à economia globalizada e buscam avançar na direção de formas mais substantivas de democracia, pondo em marcha políticas sociais consistentes para diminuir a desigualdade e a pobreza (CARDOSO, 2010, p. 12)³³⁹

No plano geopolítico, a globalização não significa o fim da história, nem assegura que o mundo pós-muro de Berlim deva obedecer à hegemonia de uma só grande potência, mesmo porque os abalos provocados pelas crises econômicas e pelas transformações tecnológicas produzem, frequentemente, alterações no tabuleiro de xadrez das formas de dominação contemporâneas. Diferentemente do entendimento prevalecente do mundo como conjunto de Estados Nação, onde há poucos atores estáticos e com papéis definidos, a nova ordem política

³³⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³³⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e socialdemocracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

aparece, segundo ele, com uma geometria variável, dependendo das questões postas: ora como um conjunto de Estados-Nação; ora como conjunto de províncias; ora como blocos regionais de países.

Embora a tendência observada seja a de fragmentação das hegemonias e do fim das tentações imperialistas, esta lógica não pode ser considerada como ponto pacífico: diante da crise atravessada pelos organismos multilaterais, fica cada vez mais evidente a não existência de um poder mundial legítimo, de forma que “a força, não como autoridade, mas como força, que compele sem consentimento, continua sendo fundamental no plano internacional.” (CARDOSO, 1997, p.69)³⁴⁰. Seria o caso, por exemplo, das pretensões norte-americanas que, imbuídas pela junção do capital financeiro globalizado ao seu ímpeto produtivo característico, associados às regras de comércio da OMC, os estimularam a sonhar com uma *pax americana* de larga duração.

Este contexto leva o autor a sinalizar a necessidade de que se criem e se reformem os agentes reguladores em escala mundial para lidar com o novo capitalismo, sobretudo no sentido de aumentar a representatividade e a legitimidade das organizações existentes. Conforme o autor, “se a transnacionalização dos processos produtivos e a expansão dos fluxos financeiros e comerciais parecem ter chegado para ficar, o mundo continua carecer de atualização da estrutura de deliberação e coordenação política criada no imediato pós-guerra” (CARDOSO, 2002, p. 635)³⁴¹. Sua principal crítica se dirige ao aspecto da representatividade dessas organizações: “os grandes órgãos internacionais não são representativos. Eles são representativos do poder, e do poder num determinado momento da história da humanidade. Esses órgãos de governo do mundo são ainda deficientes em termos de igualdade (CARDOSO, 2000, p.433)³⁴².

³⁴⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Aula magna na V Cúpula regional para o desenvolvimento político e os princípios democráticos.** (Segunda Parte). Auditório do memorial JK, Brasília, 3 de julho de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.05, v.06].

³⁴¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Palestra sobre o tema “Por uma governança global democrática: uma perspectiva brasileira” (Cyrill Foster Lecture 2002).** Oxford, Inglaterra, 14 de novembro de 2002. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 85, v.16].

³⁴² CARDOSO, Fernando Henrique. **Governança progressiva para o século XXI.** Política Externa, São Paulo, Paz e Terra, v. 8, n. 3, p. 173-185, dez. 1999/Jan./fev. 2000.

É nesse contexto que entra em foco a questão de uma nova governança global democrática. Neste ponto, a crítica parte do descompasso entre as instituições reguladoras supranacionais, criadas para produzir o equilíbrio de poder no mundo bipolar pós-Segunda Guerra, e as transformações geopolíticas observadas depois de 1989. Como já indicado, a ruína do comunismo parecia abrir um caminho sem obstáculos para os EUA deixarem de ser apenas o centro do mercado mundial e se tornarem um império. Entretanto, a reconstituição da Europa como unidade econômica, o ressurgimento da Federação Russa como potência energética de aspirações hegemônicas limitadas, a vitalidade dos países islâmicos e da China, abortaram estas pretensões.

Entretanto, a paz e a estabilidade política desta nova ordem não estão consolidadas, requerendo a reforma do ordenamento institucional supranacional, no sentido de se produzir um sistema decisório mais compartilhado e que sustente políticas econômico-financeiras menos assimétricas: Se as grandes potências não reconhecerem a necessidade de um outro contrato global, assistiremos surgir novos gladiadores, sem regras, aumentando os riscos de confrontos globais (CARDOSO, 2007, p. 289)³⁴³ Falta também, “uma governança mundial que declare os direitos dos povos diante da especulação” (CARDOSO, 1998, p. 87)³⁴⁴. Para ele, há três fatores que dificultam a formação de uma ordem mundial mais equilibrada: a assimetria do capitalismo; as revivescências dos fundamentalismos político-religiosos; e a pugna entre os países beneficiários da globalização pela hegemonia na definição dos rumos da globalização (CARDOSO, 2010, p. 66)³⁴⁵.

A globalização coloca, por fim, questões de ordem cultural e civilizatória. No entender de Cardoso, essa dimensão representa uma re colocação das questões filosóficas que motivaram a revolução cultural do Renascimento e a mudança no padrão civilizatório que seus ideais ensejaram, cuja expressão mais elaborada encontra-se na filosofia iluminista de Hegel e Kant. Assim como o mundo do Renascimento, o mundo de hoje requer um novo humanismo, seres humanos com uma formação muito mais ampla e com uma capacidade de adaptação maior

³⁴³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Caminhos novos?** Reflexões sobre alguns desafios da globalização. Pensamiento Iberoamericano, 2. época, Madrid, n. 1, p. 281-302, 2007.

³⁴⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁴⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e socialdemocracia.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

que nunca história e, portanto, com uma capacidade de reflexão muito maior” (CARDOSO, 1997, p.693)³⁴⁶. Cardoso trata dela como “um novo renascimento”, não mais dos ideais do Homem como medida de todas as coisas, mas da humanidade como sujeito histórico em oposição ao ideal da classe, do povo-nação, característicos da modernidade. Esta ideia já vinha sendo desenvolvida desde seus escritos de revisão das teses da socialdemocracia europeia, ocasião em que Cardoso creditava a Gorbachov a introdução da ideia:

Fue Gorbachov quien con más vigor ayudó a pasar la página de la historia, reduciendo el salvacionismo marxista a su dimensión actual, con el reconocimiento de las dos grandes dimensiones que forman la textura de la Esperanza en el mundo contemporáneo: la guerra atómica ya no representa, en la línea de *Clausewittz*, la continuación de la política por otros medios, sino más bien el exterminio de la humanidad, y el “centralismo”, sea el que fuere, marchita la creatividad e impide el progreso técnico. A partir de ahí, las consecuencias son claras: los sistemas de seguridad deben ser colectivos, no porque se tema la amenaza de un bloque contra el otro, sino porque se teme el “fin del mundo”. De ahí a dar preeminencia a las “cuestiones globales” y, por tanto, a la ecología sólo hay un pequeño paso. Y, en el otro polo, al destruirse la idea del Estado centralizador, del Plan Económico Global, etc., en beneficio de las instancias locales de decisión y de la democratización de la sociedad, se reabre no sólo la cuestión del mercado como instrumento regulador de la economía, sino también la del pluralismo político como instrumento para asegurar más justicia (CARDOSO, 1991, p. 136).³⁴⁷

³⁴⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na abertura da Conferência Internacional para a Integração e Desenvolvimento**. São Paulo, 30 de junho de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 97, v.5,].

³⁴⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Las relaciones Norte-Sur en el contexto actual: ¿una nueva dependencia?**. El socialismo del futuro, Madrid, n. 3, p. 135-140, 1991.

Duas seriam as principais questões recolocadas: a) a da integração entre comunidades e povos e; b) a recolocação de um novo paradigma filosófico, o humanismo, dando razão aos ideais kantianos da paz universal e aos ideais hegelianos da existência de um sujeito universal. A globalização, no plano cultural, não significa, a gestação de uma única humanidade. A despeito da mundialização de práticas e de valores, a própria natureza da cultura guarda um componente inventivo que impede que a humanidade seja a mesma em toda parte. Essa difusão, inclusive, se dá sob o signo de resguardar a possibilidade da existência do outro, seja como sujeito individual ou coletivo.

Acho que devemos ter presente sempre, aí, sim, uma dialética entre os fatores de homogeneização, de globalização, de transferência cultural, o que a mídia faz e tudo mais, guardando sempre a ideia de que, a despeito disso, existe sempre a possibilidade do original. Esse jogo não vai desaparecer simplesmente porque estamos vivendo num mundo mais globalizado. (...) Claro que existe uma tendência: com a unificação dos mercados, com o modo de produzir cada vez mais integrado, tudo isso leva realmente a fatores que homogeneizam; mas a cultura não se esgota nesses fatores nem ela é fruto somente de uma, digamos, adaptação a uma base material de produção ou a certos fatores externos que têm uma força de marca que leve todo mundo a agir da mesma maneira. Haverá sempre, no espírito humano, uma certa dimensão nova, de, de repente, descobrir o insuspeitado (Disc. 02, v.4, p. 48-49).³⁴⁸

Na ótica de Cardoso, a mundialização da cultura significa também uma mudança profunda nos padrões de relação que, neste aspecto, é encarada por ele como um processo ambivalente: ao mesmo tempo em que alguns valores culturais se homogeneizam, vemos também a valorização das diferenças e uma exacerbação do individualismo.

³⁴⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na abertura do seminário internacional “multiculturalismo e racismo: papel da ação afirmativa nos estudos democráticos contemporâneos”**. Palácio do Planalto. Brasília, 2 de julho de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002].

compreendo que essa humanidade, o homem e a mulher como medida de todas as coisas, hoje não quer dizer que vão ser todos iguais: quer dizer que tem que prevalecer, sim, alguns valores da justiça, da participação, da maior igualdade em termos econômicos. Mas quer dizer também que nossa capacidade de sobreviver com criatividade vai depender de nós entendermos que é na pluralidade e na manifestação muito aberta e muito competitiva das várias virtualidades espirituais dos nossos povos e de cada um de nós que vai estar preservado o núcleo dessa renovação”³⁴⁹ (CARDOSO, 1997, p.82)

Em cada país, este novo cenário cultural suscitaria efeitos distintos, dado que o efeito uniformizador da globalização passa por uma filtragem das instituições jurídico-políticas. Em todos os casos, todavia, ocorre uma crescente compreensão de respeito às diferenças culturais no plano das relações políticas entre as nações: “A revolução necessária é uma revolução cultural. O séc. XXI vai ser um século em que nós só teremos êxito na governabilidade, no lidar com o fenômeno da internacionalização, da reorganização dos núcleos de decisão, etc., se entendermos que estamos passando por uma transformação, uma mutação cultural profunda, e essa mutação cultural não pode ser pensada como um fenômeno homogeneizador. O que vai permitir atravessar o próximo século com capacidade criadora é a nossa compreensão de que essa nova humanidade não deve ter como ambição ser a mesma em toda parte” (CARDOSO, 1997, p.79)³⁵⁰.

No plano político, esta ambivalência dos valores culturais que se universalizam e se particularizam ao mesmo tempo tem encontrado alguns canais de resposta. De um lado, no plano das mobilizações políticas, em função da crítica à reintrodução das crenças nas

³⁴⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Aula magna na V cúpula regional para o desenvolvimento político e os princípios democráticos.** (segunda parte). Auditório do memorial JK. Brasília, 3 de julho de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 5, v. 06].

³⁵⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Aula magna na V cúpula regional para o desenvolvimento político e os princípios democráticos.** (Primeira parte). Auditório do memorial JK. Brasília, 3 de julho de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 04, v.06].

“expectativas racionais” dos mercados como elementos normalizadores, as alternativas produzidas tem se orientado: a) pela volta ao nacionalismo, por meio do fechamento das fronteiras, fortalecendo o Estado e as burocracias e reforçando as tradições culturais para resistir à pressão avassaladora do cosmopolitismo; b) pela busca de “identidades de resistência”, retraídas em “paraísos comunais” formados por pessoas que se opõem à exclusão econômica, cultural e política, e constituídas em oposição aos “cidadãos do mundo”; e, por fim, pela elaboração de “identidades de projeto” constituídas pelos que, também atuando em rede, desejam refazer a sociedade civil global e local e as formas de controle público (CARDOSO, 2006, capítulo 1)³⁵¹.

No plano normativo, Cardoso vai buscar em Töennies a acepção entre a noção de *sociedade* e a de *comunidade* para indicar a necessidade de reconstrução de uma ética legitimada coletivamente, que sustente as relações intersubjetivas mais próximas e capazes de restituir os elementos que compõem qualquer identidade nacional (como uma história comum, uma herança cultural, uma trajetória coletiva com êxitos e dificuldades e um sentido de futuro). Valores. É precisamente a reconstrução de um sentido de solidariedade e alteridade que, para Cardoso, está em jogo no tratamento dos problemas culturais e civilizatórios do mundo globalizado, como é o caso da questão da droga.

estamos vivendo em um mundo em que os valores comunitários e a própria motivação valorativa e emocional dá perspectivas para o renascimento de um sentimento mais autêntico de proximidade. Se entendermos o processo puramente como um processo de relação meios e fins, como um processo meramente instrumental (a polícia vai lá e prende; a justiça condena), não entendemos nada; ou se entende que é preciso refazer as relações valorativas, ou não entendemos nada. (...) essa luta contra a droga tem que ser uma luta que signifique, ao mesmo tempo, uma volta aos valores, uma valorização de certos princípios, que são princípios da boa convivência, que são

³⁵¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política**: a história que vivi. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

princípios inspirados nessa proximidade que só a comunidade dá (CARDOSO, 2001, p.675)³⁵².

4.5 O *AGGIORNAMENTO* E A CONSOLIDAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO

A investigação da “imaginação política” de Fernando Henrique Cardoso aqui considerada revelou, para além das recorrências temáticas, algumas rupturas e alguns *aggiornamenti* nas crenças que o autor acumulara em momentos anteriores de sua trajetória intelectual. À análise aqui feita, poderia se objetar que tais mudanças poderiam ser perfeitamente explicadas em função de uma estratégia pragmática de legitimação de sua atuação política e da passagem de posição do autor em relação ao jogo político: do analista ao político profissional. No entanto, as continuidades temáticas e analíticas expressas entre o período presidencial e o período que se sucede a ele sugerem uma interpretação diferente: a de que, de fato, a experiência política alterou em aspectos substanciais o sentido das análises políticas do autor, sobretudo em suas crenças mais expressivas: no conceito de democracia e no de Estado, e que se desdobram sobre o plano de análise da sociedade civil, da cidadania, da reforma do Estado e do significado das ideologias políticas modernas.

Em relação ao modelo de democracia assumido como valor, nota-se uma transição entre a opção por uma democracia de tipo “paramentar” para uma democracia com liderança. Vimos que, na medida em que é afetado pela experiência da presidência, o autor passa a reproduzir preocupações teóricas com o tema da liderança democrática, o que o aproxima de uma concepção de democracia plebiscitária. Neste aspecto, é interessante sublinhar como a mudança na crença democrática do autor se aproxima da mesma mudança de crença operada por Max Weber em seus últimos escritos políticos. Dado que o elemento plebiscitário e cesarista se manifesta em maior ou menor grau em todas as diferentes formas de democracia contemporânea, a questão da liderança passa a ser vista por Cardoso não como algo que substitui a crença na democracia parlamentar, mas que lhe ressignifica: se esta sempre se caracterizou pela busca da eliminação dos métodos

³⁵² CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso no II fórum nacional antidrogas**. Colégio militar de Brasília. Brasília, 11 de dezembro de 2001. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 78, v.14].

plebiscitários de seleção de líderes, o que está em jogo, agora, são as possibilidades de resignificação do fundamento do carisma, substituindo seu componente afetivo ou tradicional pelo potencial racional de síntese que o líder político pode representar.

Esta perspectiva de democracia com liderança reparte espaço, até mesmo de forma contraditória no pensamento do autor, com a reivindicação pela ampliação de espaços de participação política. No plano filosófico, esta perspectiva “ampliada” de democracia que baliza a perspectiva do autor sobre os outros temas tratados neste trabalho, parece comungar das teses habermasianas da democracia deliberativa. Vários dos aspectos aqui tratados expressam esta aproximação teórica, dentre os quais se destacam três: primeiro, a identificação com o modelo de interação entre Estado e sociedade civil proposto pelo filósofo alemão, tese defendida por Habermas em *Direito e Democracia* (1992). Nesta perspectiva, a ampliação do espaço público torna-se fundamental para que os conflitos de interesses sejam encaminhados de forma transparente, livre e, sobretudo, racional: “Volto à ideia de Habermas de que deve prevalecer, na discussão pública, o argumento que esteja embasado nas melhores razões (CARDOSO, 1996, p. 236)³⁵³. Nesse processo, nem a sociedade se sobrepõe ao Estado, nem o contrário: “a sociedade, quando não está passando por um ritmo muito grande de expansão que não a desorganiza, consegue, enquanto sociedade, sem depender do Estado, dar conta dos problemas sociais mais agudos. A mudança muito rápida desorganiza mais depressa do que a capacidade de reorganizar” (CARDOSO, 1998, p. 156)³⁵⁴; segundo, pela afirmação da radicalização da tolerância como valor normativo. Cardoso retoma a ideia em vários dos discursos analisados, mas três passagens parecem ser suficientes para confirmar a hipótese:

a expressão simbólica da aceitação da complexidade é a tolerância e a expressão política da tolerância é a negociação, de incorporar a opinião alheia até o limite que não distorça ou

³⁵³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência sob o título “A revitalização da arte da política”**. Universidade de Stanford, Califórnia, 11 de março de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 32, v.03].

³⁵⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

bloqueie a vontade da maioria (CARDOSO, 1997, p. 181)³⁵⁵.

A negociação é a arte fundamental da política. Parte da aceitação genuinamente democrática das diferenças, da pluralidade, da tolerância; parte da ideia de que se chega à razão pelo debate, pela articulação de consensos. É pela negociação que podemos superar dicotomias tradicionais e já desgastadas pelo tempo, como ‘esquerda’ e ‘direita’, ‘progressistas’ e ‘reacionários’: É somente pela negociação que poderemos promover as mudanças necessárias para alcançarmos o desenvolvimento com justiça (CARDOSO, 1996, p. 238)³⁵⁶.

Muitas das crises políticas e ameaças à paz que persistem no mundo procedem de conflitos internos de natureza étnica e religiosa, que não têm outra causa senão a ausência de mecanismos democráticos de diálogo. O que a democracia nos proporciona é exatamente isso: uma forma de garantir a convivência na diferença. Daí ser indispensável o aprendizado da tolerância, da aceitação do outro, de valorização do outro (CARDOSO, 2000, p. 417)³⁵⁷.

No que tange aos conceitos de Estado e sociedade civil, a análise dos discursos permite identificar, por parte do autor: a) o arrefecimento do uso dos “esquemas aliancistas” entre grupos e classes como ferramenta explicativa e de análise do Estado e sua consequente

³⁵⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Aula ministrada por ocasião do recebimento do título de doutor Honoris Causa na Universidade de Bolonha**. Bolonha, 13 de fevereiro de 1997. Universidade de Stanford, Califórnia, 11 de março de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 28, v.5].

³⁵⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Conferência sob o título “A revitalização da arte da política”**. Universidade de Stanford, Califórnia, 11 de março de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 32, v.03].

³⁵⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso por ocasião da sessão de abertura da II Assembleia do Movimento Mundial pela democracia**. Memorial da América Latina, São Paulo, 12 de novembro de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 55, v.12].

substituição pela ênfase no Estado como “ator político” global. Tal mudança explica a importância que ganhou na agenda do autor o tema da reforma do Estado e que, em suas proposições passa pela reafirmação do seu caráter público (embora em muitos casos não estatal), pela seletividade de sua inserção no processo produtivo, por uma função regulatória mais inteligente, mais porosa diante das demandas sociais e mais eficiente na oferta dos serviços; b) o enfraquecimento da retórica empregada por ele ao longo dos anos 1980 em favor dos movimentos sociais, em favor de novas organizações da sociedade civil. Neste quesito, mais do que o componente ideológico do qual o autor é costumeiramente acusado, seu pensamento parece ir de encontro à crise dos movimentos sociais tradicionais, para pensar a recriação do espaço público em outros termos.

Em síntese, embora as preocupações do autor no período não tenham se justificado por razões eminentemente teóricas, nos textos analisados encontramos elementos de um pensamento político como *práxis*, ou seja, como integrada e estruturante de uma apreensão conceitual do político que deriva da experiência do autor. Este pensamento, que surge como elemento reflexivo da prática – tem o mérito de colocar as próprias crenças acumuladas pelo autor em momentos anteriores de sua trajetória à prova, num cenário de mudanças aceleradas. Como observou Sontag (1995, p. 26)³⁵⁸, a elaboração do pensamento do autor neste período transcorre em meio à crise das filosofias “neo” e “pós” (neoliberalismo, neoconservadorismo, neopositivismo e pós-modernismo), que reduziu a capacidade criativa do pensamento e que, agora em retirada, vão gradativamente sucumbindo diante da emergência de um novo pensamento, mais integrado. No caso de Cardoso, a reelaboração do pensamento diante desse contexto aponta, antes de mais, para o reconhecimento de um exercício de honestidade intelectual que, sem que precisemos concordar com seu resultado, nos instiga a considerar as ideias como produto das vicissitudes de seu tempo.

³⁵⁸ SONTAG, Heinz. Discurso de saudação ao Professor Fernando Henrique Cardoso por ocasião da outorga do título de Doutor “Honoris Causa”, pela Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, da Universidade Central da Venezuela, em 6 de julho de 1995. In CARDOSO, Fernando Henrique. **A utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Presidência da República, 1995.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (SEGUNDA PARTE)

Ao longo dos três capítulos precedentes, procuramos reconstruir a trajetória do pensamento político de Cardoso. Tínhamos em mente, então, uma preocupação principal: partindo da recusa da ideia de ruptura entre a trajetória intelectual e a trajetória política, indagávamos se seria possível encontrar uma forma de compreender tal pensamento *restituindo-lhe um sentido de unidade*. Por esta razão, empregamos as noções de pensamento como *ideologia*, *práxis* e *teoria*, procurando mostrar como, em cada um dos momentos da trajetória do autor, essas dimensões se imbricaram, de formas específicas, com cada uma delas assumindo uma face preponderante segundo o período considerado.

O recurso a esta aceção permitiu identificar a existência de um pensamento político que acompanha toda a trajetória do autor, em grande medida como seu elemento reflexivo e articulador. Vimos que tal pensamento político assume, primeiramente, uma conotação predominantemente de *teoria*, tanto pela introdução, no quadro das abordagens da questão do desenvolvimento, de uma perspectiva que contempla as variáveis políticas (em grande medida ausentes nas abordagens teóricas concorrentes de então), quanto pela ampliação das análises que apontavam para o peso da formação patrimonial da sociedade brasileira. No entanto, esta consideração não implicou em desconsiderar a existência de um pensamento enquanto *ideologia*, especialmente na medida que o autor atenta também para a dimensão de projeto inerente ao papel da burguesia nacional diante das possibilidades de desenvolvimento econômico para o país; vimos, também, como a *teoria do autoritarismo* elaborada a partir de um forte influxo weberiano pode ser entendida como resultante de uma práxis política acumulada a partir de meados dos anos 1960, chegando a sua face mais consolidada em fins dos anos 1980, momento este a partir do qual o pensamento político do autor passa manifestar uma face mais abertamente *ideológica*; por fim, pudemos perceber como, ao longo dos anos que compreendem o período presidencial até os eminentemente posteriores, o autor se volta para um exercício de balanço e atualização das crenças políticas acumuladas ao longo de sua trajetória, o que caracteriza por excelência um exercício de pensamento político entendido como *práxis*.

A descrição de *estilos* (forma) nos permitiu tratar dos *temas* (conteúdo) sem sermos forçados a indicar uma unidade epistemológica artificialmente fabricada. Antes, obedecendo o princípio weberiano segundo o qual a realidade é caótica e tudo o que podemos fazer é

organizá-la, procuramos, analisar a obra do autor como responsiva aos dilemas do *político* em cada momento histórico analisado. Esta ênfase, por sua vez, nos permitiu encontrar um sentido de conjunto para uma obra caracterizada pela cobertura de uma gama considerável de temas. Pode-se objetar se esta organização dos momentos conforme proposta está fundada num critério permita uma releitura inteligível do conjunto da obra. Mas talvez o intuito e a novidade da abordagem que propusemos tenha sido exatamente este: permitir reler o pensamento do autor em seu conjunto. Nesse sentido específico, a reconstrução da trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso permitiu encontrar em sua reflexão política esse sentido de unidade para a obra. Essa afirmação, que se frise, não impediu considerarmos a existência de incoerências e contradições, especialmente as que decorrem de um pensamento que se produz num momento específico de sua trajetória em que o discurso se converte, em alguma medida, em elemento justificatório da prática política de seu autor.

Há uma outra inovação a considerar aqui: por meio desta forma de abordar a obra de Cardoso, assumimos um posicionamento distinto em relação a uma das polêmicas centrais que cercam a formação de seu legado, aquela centrada nas continuidades/rupturas entre o pensamento e a prática política. A abordagem proposta, neste sentido, permitiu-nos colocar esta polêmica em termos mais qualificados: tais incoerências e contradições passaram a ser compreendidas, a partir da afirmação de nossa perspectiva, como parte de um processo de revisão de crenças, e não como mero recurso pragmático de legitimação da prática política, na medida em que, como esperamos ter demonstrado, se essa necessidade pragmática é em boa medida incontornável, há também uma trajetória intelectual que seu autor preza preservar. Em outras palavras, o que o motiva neste momento é também o empenho pessoal na construção e afirmação de seu próprio legado. Esta tensão certamente esteve presente na sua mente no momento em que ele passa a conectar as vicissitudes da prática política às ideias acumuladas e desenvolvidas ao longo de sua trajetória. Dessa forma, ao contrário do comumente se afirma sobre seu pensamento, as ideias do período mais recente representam, ainda que considerado um relativo abandono do rigor nas tematizações, um processo sofisticado de revisão e atualização das crenças estabelecidas em outros momentos de sua trajetória. Assim, reforçando o que já apontamos acima, o acompanhamento das transições de estilo do pensamento de Cardoso torna possível recuperar a unidade desfeita entre o pensamento e a prática política, revelando seu fundo comum.

A recuperação da centralidade da variável política do pensamento de Cardoso nesses termos, no entanto, não esclarece, por inteiro, seu sentido último enquanto *pensamento*, conforme delimitamos no capítulo 1. Em outras palavras, permanece sem resposta a questão sobre a existência de um “fio condutor” ou de uma orientação filosófica e teórica, ou ainda de uma “cosmovisão” a interligar cada uma dessas fases ou momentos da trajetória de tal pensamento. Nesse sentido, a análise precedente não permite mais do que questionar algumas das interpretações que vão se afirmando em torno de seu pensamento, especialmente aquelas que, de um lado, encontram tal sentido nas (des)filiações do autor, *sic et simpliciter*, ao marxismo latino-americano e, de outro, procuram explicar as mudanças em suas crenças a partir da ideia de um “deslizamento” pelo qual ele, na medida em que vai transitando da condição de “sociólogo” para a condição de “cientista político”, vai progressivamente abandonando o referencial marxista em favor de um referencial de corte weberiano.³⁵⁹

Em princípio, as considerações acumuladas possibilitam apontar para um ecletismo teórico-filosófico de sua parte, na medida em que ele recorre a distintos referenciais segundo a questão a ser considerada. Tomadas as análises em seu conjunto, é possível identificar a presença constante de Weber, embora não seja raro encontrar elementos marxistas e mesmo a presença de categorias durkheimnianas em sua obra; do mesmo modo, a tradição deliberativa aparece como referência fundamental para o entendimento da democracia e da participação política (especialmente Habermas), ao passo que as análises da sociedade da informação (Castells) constituem-se referência para o entendimento dos aspectos culturais, da cidadania; enfim, poderíamos encontrar a mobilização de distintos e até contraditórios referenciais

³⁵⁹ Voltaremos a tratar desta questão na próxima parte do trabalho. Cabe, contudo, sublinhar que boa parte das críticas que tem suas proximidades ou distanciamentos com o marxismo foi produzida para reivindicar o estatuto de verdade ontológica ao pensamento marxista por parte de interpretações que nem sempre contemplam o que há de efetivamente diverso entre Marx e Weber. Por isso mesmo, tais interpretações tornam-se incapazes de ir ao cerne das controvérsias epistemológicas e dos propósitos analíticos que emergem como produto desses diferentes sistemas teóricos, como é o caso da irreconciliável questão do (não)compartilhamento de uma crença numa teoria totalizante, ou no princípio da redutibilidade da realidade social a qualquer uma de suas instâncias ou ainda na no que se refere à natureza do capitalismo (cuja ênfase marxista incide em tomar como fenômeno universal, ao passo que Cardoso toma em suas manifestações singulares).

teórico-filosóficos que, por sua vez, impossibilitariam o encontro de um sentido comum para a abordagem de tão distintos problemas. Esta conclusão, que já aparece no prefácio escrito à nova edição de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*³⁶⁰ foi reforçada na entrevista que realizamos com o autor:

De fato, me reduzir a intelectual marxista é perder um pouco do que eu realmente fui e sou. Porque eu só fui ler Marx depois que eu já tinha lido todos os autores clássicos. Se você pegar o livro que eu escrevi sobre o capitalismo e a escravidão no Brasil meridional, sem dúvida, aí tem uma influência grande de um debate *sobre* o marxismo, onde estávamos tentando fazer uma leitura que não é lá muito ortodoxa, e sim mais humanista do marxismo, a partir de Sartre, Lukács. Aquilo foi um momento da minha vida. Eu, na verdade, sempre tive uma visão mais eclética. Mesmo este livro, ele é eclético. O Roger Bastide fez uma resenha para *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* em que ele fala que este livro, na França, não seria concebível porque nós misturávamos Marx, Weber e Durkheim. Aliás, naquele caso, muito mais Marx e Weber. Então, eu nunca fui de pegar “O método” e aplicar “O método”. (...) nunca houve um dogmatismo metodológico da minha parte. E, quando eu li “O

³⁶⁰ Segundo Cardoso: “Tanto Lukacs quanto Sartre foram o oásis que nos permitiu escapar do marxismo vulgar cujo mecanicismo nos assustava. (...) Quando escrevi este livro [seu segundo livro, “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional”], eu já havia lido muito Parsons, Merton (que eram funcionalistas) e Weber. Minha leitura de Marx foi posterior a estes autores, e eu não poderia desprezar a contribuição de seus modos de análise para obter uma visão mais diferenciada da sociedade escravocrata. A ideia do patriarcalismo escravista vem de Weber. A análise de “ajustamento entre expectativas” de papel social ou da socialização incompleta vem dos funcionalistas e, assim como essas, muitas outras análises e conceitos não provém de Marx. Isto, que pode parecer *eclético* aos marxistas teológicos, era usual entre os que foram alunos e trabalharam com Florestan Fernandes” (CARDOSO, 2003, p.12).

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003.

Capital”, eu não acreditava no Partido Comunista e nem na União Soviética. Essa interpretação que você está sugerindo é verdade, corresponde absolutamente ao que eu penso. Na questão desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, teoria, Cepal, Celso Furtado aí existe *uma influência indireta* do marxismo. No discurso que eu fiz por ocasião do recebimento do Prêmio Kluge (“Razão e emoção”,³⁶¹) eu faço uma discussão sobre quais foram as minhas influências e eu mostro isso que você está dizendo aqui: a minha formação não foi dogmática numa só direção. Diga-se, de passagem, nem o Florestan! (*Entrevista concedida ao autor desta tese em 23 de setembro de 2013, grifos nossos*).

Dessa forma, antes de considerá-lo como um *marxista latino-americano ipso facto*, seria mais adequado tratar dessa filiação em termos de absorção de influências que, por sua vez, não esgotam o sentido que perpassa o conjunto de suas ideias. No caso do marxismo, inclusive, o que o autor herdou dele em termos de visão de mundo é permanentemente tensionado por seu empenho em se afastar das limitações teóricas e interpretativas que esse pensamento assumiu na América Latina em determinado momento.

Ademais, se considerarmos o escopo fundamental do “ecletismo teórico-filosófico” apontado por ele na passagem acima (Marx, Weber e Durkheim), é menos Marx e Durkheim do que Weber que aparece como um elo oculto a ligar os diferentes momentos do pensamento de Cardoso. Como pudemos observar, Weber está presente nos estudos sobre as relações raciais (por meio da análise do patrimonialismo societal); na análise da expansão do capitalismo comercial (que não pode ser entendida para o autor de maneira dissociada do tipo de cultura política em que opera); nas análises do papel do empresariado (pelo recurso ao conceito de *tipo-ideal* e, porque não, pela polemização sobre as possibilidades de um projeto nacional, em que Cardoso demonstra o mesmo pessimismo weberiano); nas análises da dependência (pelo enfoque nas alianças e nos pactos de dominação que condicionam distintas possibilidades de desenvolvimento); nas análises do regime burocrático-autoritário (em que a presença de Weber se torna

³⁶¹ Discurso de Aceitação do Prêmio Kluge. Washington, DC, 10 de julho de 2012.

acachapante); na preocupação com a questão da institucionalidade democrática (pelo tratamento do tema do parlamentarismo, dos partidos políticos; etc.).

Contudo, assim como reduzir a questão do sentido do conjunto das ideias ao marxismo representa um reducionismo, adotar o mesmo procedimento para com Weber representa incorrer no mesmo erro. Também neste caso, embora Weber seja o autor mais presente em sua trajetória, seria igualmente temerário atribuir a esta influência o caráter de variável que concede ao pensamento do autor um sentido de conjunto:

Até hoje, o modo pelo qual eu vou lidar com um processo carrega essas duas características: é histórico e é estrutural. Então, o que há de Marx, está aí, eu sempre vejo as coisas deste ângulo. Mas eu não sou determinista, não acredito na filosofia da história. Não sou hegeliano. Ah, eu não falei de outro autor que me influenciou muito: Albert Hirschman, porque ele tinha a paixão pela micro dialética e pela dialética sem terceiro termo, sem a superação da superação, sem um destino da história. O Hirschman tinha capacidade de ver, através das coisas simples, o que muda o mundo. Os americanos chamam isso hoje de *tipping point*, ou seja, como é que você, mudando um pedacinho, abre o horizonte. Ele me influenciou muito. É aí onde entra o Weber: como é que você dá significado às coisas? E, além disso, uma visão que é weberiana e que eu partilho, que é liberal no fundo, é a da pluralidade dos valores e a sua irredutibilidade. Eu sempre procurei não fazer reducionismo. Então, nesse sentido, eu não sei se eu consegui o inconciliável ou se eu uso o inconciliável dependendo do momento (*Entrevista concedida ao autor desta tese, em 23 de setembro de 2013*).

Dessa forma, a questão do sentido para as ideias entendida em termos de suas filiações a tradições exógenas de pensamento parece não esgotar a questão. Assim, se parece ser impossível fabricar uma unidade, onde estaria, então este sentido de conjunto? Em sua trajetória, haveria uma unidade de pensamento ou são realmente apenas momentos fragmentados? Ao procurar fugir dos reducionismos de todas as ordens,

o autor incorreria num ecletismo teórico-filosófico que representaria a impossibilidade de encontrar esse sentido de conjunto para seu pensamento, conferindo a ele, antes a marca de um pensamento político metamorfoseado ao sabor das circunstâncias?

É nesse sentido que se dirige a segunda de nossas preocupações. Ela consiste em inquirir o pensamento do autor exatamente sob este prisma: para além do *sentido de unidade*, recuperado pela leitura da obra pelo seu viés político, poderíamos encontrar nele uma *cosmovisão articuladora*, que confira a ele um *sentido de coerência* e que atue como fio condutor para suas ideias? Se tal sentido não pôde ser encontrado em termos de suas filiações a tradições exógenas de pensamento, seria possível buscá-lo a partir da reorientação de nosso enfoque “para dentro”, para uma série de tradições geralmente relegadas a um estatuto de segunda ordem, meramente ideológicas ou conjunturais? Na próxima parte deste trabalho, desenvolveremos a tese interpretativa de que tal sentido para suas ideias pode ser encontrado na inscrição do autor no exercício de “pensar o Brasil”, consideração que requer que suas reflexões sejam postas em diálogo com outras que se sustentam sobre os mesmos propósitos. A próxima parte, portanto, inserirá o autor na discussão das linhagens do pensamento político brasileiro.

TERCEIRA PARTE: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Ao longo dos três capítulos anteriores, pudemos perceber como a presença de interlocuções com alguns autores do pensamento político brasileiro contribuem para fundamentar teses centrais do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, como o objetivo da segunda parte deste trabalho era desenvolver a tese da centralidade da variável política para a compreensão da obra intelectual do autor, não nos concentramos numa discussão mais sistemática sobre a importância que estas fontes exercem sobre seu pensamento, nem sobre a importância que estas interlocuções adquirem frente ao debate da construção conceitual do *político* no Brasil. Em especial, permaneceram sem resposta questões que versam tanto sobre a influência dessas fontes sobre o pensamento do autor, como também a discussão sobre as formas pelas quais a obra de Cardoso foi recebida e interpretada no contexto do pensamento político brasileiro.

Cumprido, assim desenvolver a segunda tese interpretativa deste trabalho: de que tal pensamento político, sem desconsiderar outras fontes genericamente rotuladas como “universais”, estrutura-se a partir de um diálogo seletivo, sistemático e contínuo com algumas das principais matrizes de interpretação do político no país, diálogo este que, de um lado, torna possível evidenciar a existência de uma cosmovisão a atuar como “fio condutor” para o conjunto de seu pensamento (conferindo a ele um *sentido de coerência*) e, de outro, entender o impacto ressignificador desse pensamento sobre tais matrizes. Este exercício se reveste de significado especial na medida em que o pensamento do autor tem sido comumente associado a referenciais teóricos e ideológicos que negligenciam as filiações nacionais de seu pensamento, frequentemente discutindo-o a partir do viés ou da disputa da centralidade em sua obra dos referenciais marxista e/ou weberiano, ou de suas vinculações ao pensamento cepalino, ou ainda, no plano ideológico, de sua suposta vinculação ao ideário neoliberal.

Nesse sentido, as perguntas que orientam esta parte do trabalho são as seguintes: qual é a especificidade da inscrição do pensamento do autor nas tradições do pensamento político brasileiro apresentadas no capítulo primeiro? Como essas filiações acabam por se transformar em elementos fundamentais a partir dos quais o autor se inscreve em alguns dos principais debates que caracterizam a imaginação política brasileira? Por quais caminhos tem sido produzida a recepção de seu pensamento

político pelo conjunto dos intérpretes que se dedicam a discutir o seu legado?

Na direção de produzir respostas a estas perguntas, os dois capítulos que se seguem pretendem pensar a especificidade do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso no âmbito do pensamento político brasileiro, ou seja, como tal pensamento participa da ressignificação das matrizes conceituais a partir das quais se organiza o *político* no Brasil. Acompanhando os quatro momentos característicos da imaginação política brasileira ao longo do século XX (a formação, a modernização, a democratização e a inserção) e nos valendo da problematização sobre linhagens e tradições no pensamento político brasileiro, ambas levadas a cabo no primeiro capítulo, discutiremos esta tese em dois movimentos distintos: primeiro, por meio de uma proposição interpretativa, procuraremos conferir um tratamento mais sistemático à questão apenas esboçada na segunda parte deste trabalho sobre as *linhagens nacionais* a partir das quais “descende” o pensamento político do autor; em seguida, procuraremos acompanhar os movimentos de *recepção* deste pensamento político, indagando em que circunstâncias elas reforçam (ou não) as tradições mais recorrentes do pensamento político brasileiro. Em síntese, o objetivo é analisar como *recepções* e *filiações* se conjugam e como ambas, em conjunto, ao mesmo tempo em que estão ajudando a formar e a dar sentido ao legado do autor, contribuem para ressignificar o debate do *político* no país.

Tal exercício transcorrerá em consonância com o tratamento conferido a esta categoria no primeiro capítulo deste trabalho, definido desde a ótica de uma historiografia francesa das ideias como a instância a partir da qual se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica em que a experiência coletiva se enraíza e se reflete nas representações intelectuais de uma determinada cultura política (ROSANVALLON, 1995). Vimos também como esta perspectiva é mais afeita a uma conceituação do pensamento político como *práxis*, ou seja, a uma aceção em que o “pensamento político” aparece como um sistema de ideias que emerge a partir da prática política e que reconhece, portanto, sua validade não apenas a partir da variável lógica e linguística, mas também os esforços de se somar a um estoque acumulado de soluções intelectuais para os problemas políticos do cotidiano institucional. A história conceitual do político foi definida, desde esta perspectiva, como o campo de investigação sobre as representações intelectuais que derivam do encontro entre a sociedade e os atores do campo político-institucional e que, como tal, assume a dupla tarefa de, de um lado, fazer a história da maneira pela qual uma

época, um país ou grupos sociais procuram construir as respostas àquilo que percebem como problemas teóricos e práticos de sua ordem política e, de outro, fazer a história do trabalho realizado pela interação permanente entre a realidade e sua representação intelectual.

CAPÍTULO 5 – (DES)FILIAÇÕES: O PENSAMENTO POLÍTICO CARDOSIANO E AS TRADIÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

Conforme indicado acima, o objetivo deste capítulo é o de ler o pensamento de Fernando Henrique Cardoso dentro do registro de suas (des)filiações a um conjunto de questões, autores e tradições que podem ser consideradas as mais recorrentes na cultura política brasileira. Partiremos, para isso, de uma tentativa de mapear as conexões do pensamento do autor com a obra de alguns autores que julgamos serem os mais representativos do binômio *idealismo orgânico vs idealismo constitucional* que, uma vez estabelecido por Oliveira Viana, foi posteriormente sedimentando posições em torno do nacional-estatismo e do cosmopolitismo liberal, respectivamente. Para completar o quadro, juntaremos a este movimento a análise das relações nutridas pelo autor com o pensamento radical descrito por Antonio Candido. Procuraremos, assim, identificar os pontos centrais dos movimentos sincrônicos e diacrônicos de sua obra em relação às principais tradições do pensamento político nacional.

5.1 A CRÍTICA AO NACIONAL-ESTATISMO

Ainda que alguns dos elementos da crítica do autor ao nacional-estatismo possam ser encontrados em seus estudos raciais, no conjunto da obra de Fernando Henrique Cardoso, as críticas a este pensamento podem aparecer de forma mais explícita a partir da sua inscrição no debate sobre a questão do desenvolvimento, em que ele terá a oportunidade de se contrapor a algumas das mais importantes variantes do pensamento econômico brasileiro: a vertente socialista – representada na obra de Caio Prado Jr. – e a as vertentes mais explicitamente vindicantes do *nacional-desenvolvimentismo*³⁶², especialmente nas formulações que tal pensamento adquiriu na obra de Celso Furtado. Esta contraposição representa, diante de nossos objetivos, os dois momentos pelos quais Cardoso inicia e posteriormente consolida uma visão crítica em relação ao pensamento político nacional-estatista.

³⁶² Para um quadro mais completo dessas vertentes, consultar Bielschowsky (2000, p.242-243).

No caso do debate com o nacional estatismo de corte socialista, Cardoso vai se opor frontalmente à algumas das teses fundantes da corrente de pensamento representada pelas figuras de Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré³⁶³, especialmente em relação: a como estes autores se apropriam do materialismo histórico; aos propósitos políticos subjacentes às suas análises (a viabilização do desenvolvimento capitalista para preparar a passagem ao socialismo); ao tipo de participação do Estado na economia (defendendo a industrialização planificada da economia em bases estritamente nacionais e reforma agrária; a suas teses acerca da Revolução Brasileira consistir num movimento anti-imperialista e antifeudal (do que resultam compromissos apenas instrumentais com o nacional-desenvolvimentismo e com a institucionalização democrática) e, por fim, à interpretação do subdesenvolvimento (para tal pensamento, duas contradições obstruem o crescimento econômico, o monopólio da terra e o imperialismo).

Embora, sob muitos aspectos, o pensamento de Caio Prado Jr. possa ser considerado como legítimo representante de um pensamento radical no sentido descrito por Antonio Candido³⁶⁴, o diálogo que Cardoso manterá com ele não vai se referir tanto à radicalidade de suas propostas, mas ao sentido nacional-estatizante contido na concepção do autor sobre a *revolução burguesa no Brasil*. Nesse aspecto, a oposição das ideias de ambos se dará, também, em relação a algumas das principais questões econômicas concretas, como a recusa daquele autor em relação à participação do capital estrangeiro no financiamento industrial, à defesa irrestrita da empresa estatal e do planejamento estatal, à adesão de políticas protecionistas. Por estas razões, Caio Prado Jr. foi para Cardoso, certamente, a porta de entrada no debate desenvolvimentista pela via da crítica ao projeto político do PCB, com o qual Caio Prado Jr. tinha fortes ligações, ao menos até 1964³⁶⁵.

É necessário observar, contudo, que existem aspectos de aproximação e mesmo de concordância entre a obra de ambos. Cardoso reconhece que foi *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) a obra que, pela primeira vez, interpretou o sentido da colonização portuguesa, seus fundamentos econômicos, sociais e políticos. Os autores comungam, fundamentalmente, da tese de que não dá para entender o

³⁶³ Institucionalmente, Tal corrente tem como principais órgãos de divulgação a *Revista brasiliense* e a *Revista Estudos Sociais*.

³⁶⁴ Ver a próxima sessão deste capítulo.

³⁶⁵ A ruptura se dá com a publicação de “A revolução brasileira”, de 1966.

sentido da economia colonial sem que se compreenda a natureza da economia mercantilista como um empreendimento de vocação comercial e de base agro-escravista, e não uma manifestação retardatária da economia feudal europeia: “foi o capitalismo comercial em expansão (e não, portanto, a economia feudal europeia) quem instaurou a grande propriedade agrária. Assim, é fundamental entender que o latifúndio é parte integrante do capitalismo agrário brasileiro e de seu complexo que envolve a grande unidade de produção rural e uma massa de trabalhadores” (CARDOSO, 1978, p. 125).³⁶⁶ Assim, embora as relações econômicas do período colonial se caracterizassem por seu sentido “predatório”, lograram instaurar uma economia capitalista no Brasil, ao seu modo ligada ao comércio mundial (CARDOSO, 2009, p. 12)³⁶⁷. Com isso, Caio Prado Jr. mostrou como o empreendimento mercantilista-escravocrata gerou uma sociedade cuja chave explicativa precisa ser buscada nas instituições que as classes criaram e que estas se fundam na exploração econômica, e não em outro modelo societário. Cardoso reconhece, também, a importância inerente a este enfoque de Caio Prado Jr. no sentido de fazer a crítica da tese então predominante nos quadros do PCB e no pensamento de Nelson Werneck Sodré, de que os latifundiários do presente representariam uma espécie de semi-feudalismo e de que os camponeses têm sua situação social definida por formas renovadas de servidão. Ao contrário, ambos concordam que o latifúndio é parte integrante do complexo agrário capitalista brasileiro e a massa de seus trabalhadores compõe-se de “empregados” da grande exploração. Criticavam assim, ambos, a orientação de importantes setores da esquerda, que inspiravam-se em modelos de interpretação e em análises que nada tinham a ver com o tipo de sociedade e com o processo histórico brasileiros.

³⁶⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. A história e seu sentido. *Senhor Vogue Brasil*, São Paulo, n. 6, p. 125, set.. 1978. Prefácio ao resumo de Sônia Miriam Draibe, do livro “Formação do Brasil contemporâneo”, de Caio Prado Jr., da seção da revista *Senhor Vogue Brasil*, intitulada “Livros indispensáveis à compreensão do presente 6”.

³⁶⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio (Celso Furtado e a formação econômica do Brasil.). In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme (Orgs.). *Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de publicação, 1959-2009*. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Ordem dos Economistas do Brasil (OEB); Atlas, 2009. p. 8-14.

Na base do equívoco histórico de imaginar um passado feudal existe o desconhecimento do que foi específico na inserção do Brasil no mercado capitalista mundial: a instauração da escravidão moderna (uma forma de relação de produção não-capitalista) para assegurar uma produção cujo sentido orientava-se pelo capitalismo mercantil. A crença, por exemplo, de que persistiriam “restos feudais”, ancorada na pressuposição de que teria existido um sistema feudal entre nós, não encontra apoio na história. Ela gera “uma leitura do processo de desenvolvimento capitalista equivocada: relações Sociais de produção, como a “parceria” no mundo agrário, não podem ser vistas como “resquícios” de um passado que emperra o surgimento do capitalismo agrário, mas, ao contrário, como criações dele (CARDOSO, 1977, s.p.).³⁶⁸

Ambos também concordam na negação da tese de que, no contexto de uma economia permeada por setores não-capitalistas, haveria uma oposição entre setores da burguesia, de tal modo, que o setor moderno dela – especialmente o industrial – conteria um germe de progressismo que poderia levar adiante uma luta contra os latifúndios. Ambos mostram como existe uma solidariedade mais elementar entre os distintos segmentos do empresariado local e seu apoio ao capital estrangeiro, de sorte que é possível mesmo encontrar na obra de Caio Prado Jr. alguns elementos que fundamentam as análises feitas por Cardoso em *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*.

Mas, mais importante do que este influxo de pensar a especificidade do capitalismo comercial da Colônia, há uma crença política na obra que é compartilhada por Cardoso, especialmente a partir de “A Revolução brasileira”: Caio Prado Jr. não desdenha da imprevisibilidade histórica e nem assume um olhar mecanicista sobre a cultura e a política, pela qual estas seriam meras derivações das estruturas econômicas. Antes, imprime uma conotação dinâmica ao entendimento de como o passado colonial se refaz no presente: “a mesma imagem de um Estado burocrático que nasceu das cinzas do

³⁶⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **A polêmica revisitada**. Gazeta Mercantil, 16/12/1977.

Estado absolutista português, reaparece agora como Estado burocrático-capitalista, enroscando as instituições econômicas e sufocando as instituições políticas” (CARDOSO.1978, p. 125)³⁶⁹, sobrepujando, em influência política, os setores da “burguesia ortodoxa”. Nesse sentido, é certo que as análises de Cardoso sobre a complementaridade de interesses de parte do empresariado com o setor estatal, expressas em suas análises sobre a existência de uma “burguesia de Estado”, de “anéis burocráticos”, etc., tenham buscado fundamento na obra de Caio Prado Jr.

Todavia, se, no plano da análise da economia colonial Caio Prado Jr. é considerado por Cardoso como “insuperável”, as discordâncias começam a aparecer no momento em que as alternativas políticas começam a ser postas na mesa pelos autores. Em *A revolução brasileira* (1966), Caio Prado Jr., ao retomar boa parte dos argumentos de seu livro anterior, avança para afirmar como era possível haver desenvolvimento apesar do “imperialismo”³⁷⁰. Neste ponto, as divergências políticas entre os dois tornam-se explícitas: para Caio Prado Jr., como o país não se defronta com uma agenda de revolução capitalista anti-feudal, mas com a oposição entre capital e trabalho, a alternativa política seria a revolução socialista; Cardoso, como vimos, enveredou pela a defesa de um modelo de democracia mais afeito ao liberalismo político. “Caio Prado, embora sendo comunista, guardava uma visão mais aristocrática: só o partido – de quadros – poderia mudar uma sociedade tão injusta (CARDOSO, 1993, p. 33)³⁷¹; Cardoso, apostará especialmente no papel da sociedade civil na construção de uma ordem democrática. Em síntese, algumas das alternativas políticas desenhadas por Caio Prado Jr. nas duas obras referidas em favor de um modelo político nacional-

³⁶⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. A história e seu sentido. Senhor Vogue Brasil, São Paulo, n. 6, p. 125, set.. 1978. Prefácio ao resumo de Sônia Miriam Draibe, do livro “Formação do Brasil contemporâneo”, de Caio Prado Jr., da seção da revista Senhor Vogue Brasil, intitulada “Livros indispensáveis à compreensão do presente 6”.

³⁷⁰ A obra trata de uma grande polêmica contra a ortodoxia marxista nacional que, servindo-se de forma dogmática do marxismo, levou a erros políticos decisivos, que vão da errada caracterização das classes sociais no campo até as ilusões em torno de uma suposta “burguesia nacional” que estaria em antinomia com o imperialismo.

³⁷¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Livros que inventaram o Brasil**. Novos Estudos-CEBRAP, n. 37, nov. 1993. Aula Magna proferida no Instituto Rio Branco na condição de Ministro das Relações Exteriores, em 08 de março de 1993

estatizante serão justamente as teses contra as quais a perspectiva de Cardoso sobre a dependência irá se erguer:

enquanto descreve o grande painel da Colônia, Caio Prado é insuperável. A partir daí, a análise não tem a mesma força de argumentação. A partir do período, digamos, pós-30, o gosto pelo conceito abstrato e simplificador leva-o a idealizar a descrição do processo histórico. Caio passa a condicionar a análise à visão do imperialismo, à crença em certa impossibilidade do desenvolvimento industrial na periferia do capitalismo, à deformação da indústria nacional pelo capitalismo monopólico internacional. (...) há em Caio Prado Jr, uma certa malquerença do mundo moderno (CARDOSO, 1993, p.31-33)³⁷².

Assim, é no plano da elaboração de uma imagem do Brasil em processo de modernização que se dão as divergências políticas entre o pensamento político de Cardoso e o de Caio Prado Jr., divergências que podem ser resumidas em três teses afirmadas por Caio Prado Jr. e negadas por Cardoso: autossuficiência econômica, forte presença do Estado como agente econômico direto e a visão de que o sistema internacional seria hostil às aspirações nacionais de desenvolvimento e que, em suma, remetem ao caráter nacional-estatizante reivindicado pelo primeiro e criticado pelo segundo.

Se as críticas ao pensamento *nacional-estatista* na obra de Cardoso encontram em Caio Prado Jr. um momento privilegiado de sua afirmação, pode-se dizer elas encontram no diálogo com o pensamento de Celso Furtado a sua versão mais acabada. É importante sublinhar que esta leitura do debate representa uma angulação diferente daquela que geralmente lhe é atribuída: o debate entre ambos é geralmente lido no registro da reavaliação dos estudos da CEPAL e não como um debate inscrito no conjunto dos dilemas do pensamento político brasileiro. A propósito de reforçar esta inscrição, cabe ressaltar que a obra de Furtado é, em grande medida, subsidiada intelectualmente pelas preocupações industrialistas de Roberto Simonsen sobre o Brasil da primeira metade do século XX, embora ambos divirjam na avaliação das consequências do “industrialismo”. Diferentemente de Simonsen, Furtado ultrapassa a

³⁷² CARDOSO, Fernando Henrique. “Livros que inventaram o Brasil”, in **Novos Estudos CEBRAP**, n. 37, novembro de 1993, pp. 21-36.

visão do economista e vê na política o desafio para mudar padrões econômicos que acentuam as desigualdades³⁷³.

A única solução duradoura, de acordo com Furtado, estava no planejamento, vetorizado pelo Estado, de um novo ciclo de investimentos, que aumentassem a capacidade da economia para responder a uma demanda mais diversificada: Furtado tinha alta confiança nas perspectivas industriais do Brasil. Ao mesmo tempo, ele era cético sobre a capacidade do setor privado (tanto nacional quanto internacional) para conduzir o processo. O desenvolvimento seria uma tarefa para o Estado, o que exigiria uma série de reformas para facilitar a transição para a nova fase de industrialização. Ao contrário dos comunistas, no entanto, Furtado não vê uma reforma estrutural como sendo parte de um discurso revolucionário, mas como um pré-requisito para democratizar o capitalismo. Furtado adotava, assim, uma formulação adaptada do ideário do *welfare state*, enfática em crer na possibilidade de uma conciliação entre desenvolvimento, mitigação da pobreza, reivindicação de padrões de desenvolvimento mais igualitários, e manutenção de valores democráticos.

Assim como no caso do debate com o nacional estatismo representado pela corrente socialista do pensamento econômico brasileiro, Cardoso vai divergir de algumas das teses políticas centrais da corrente nacional desenvolvimentista representada no plano acadêmico por Furtado, mas que representa todo um conjunto de instituições que partilham dessas ideias. Se as críticas em relação àquela corrente se davam em relação à aplicação mecânica do materialismo histórico, a crítica a este referencial será realizada em virtude de um ecletismo pós-keynesiano que se pode remeter a Raul Prebisch e cujo projeto econômico básico consiste na industrialização planejada e fortemente apoiada por empreendimentos estatais. Todavia, algumas dissonâncias também revelam aspectos importantes do distanciamento de Cardoso em relação ao pensamento nacional-estatista representado pelo nacional-desenvolvimentismo furtadiano: se o estruturalismo

³⁷³ Furtado se preocupou mais com fatores que dificultariam ou mesmo impediriam a formação do mercado interno (a desigualdade, a concentração regional da renda, com a baixa produtividade que a abundância de mão de obra causava e, sobretudo, com a tendência ao aumento da pobreza e da desigualdade produzida pelas distorções do comércio internacional em situações estruturais de dependência). Simonsen é mais otimista quanto aos efeitos positivos da industrialização e chega a ver nesta o antídoto ao comunismo, que era a ameaça da época aos olhos do autor.

cepalino vai ser mobilizado por Furtado para pensar as possibilidades de um desenvolvimento endogenamente pensado, Cardoso o mobilizará no contexto das múltiplas conexões entre o interno e o externo para pensar as distintas situações de dependência; se Furtado manterá o pé firme na defesa da política de substituição de importações, Cardoso retomará a teoria das vantagens comparativas, evidenciando mudanças estruturais nas situações de troca desigual que permitem pensar uma postura ativa de inserção das economias nacionais; se Furtado será enfaticamente favorável à empresa e ao planejamento estatal (defendendo, inclusive, o planejamento regional), assim como à adoção de políticas protecionistas, Cardoso, por seu turno, não assumirá nenhum destes temas como cavalo de batalha. Todas essas diferenciações no plano econômico revelam, no plano das disputas pelo *político*³⁷⁴, um embate que opõe um pensamento nacional-estatizante a um cosmopolitismo liberal.

Em todas essas polêmicas, a obra de Celso Furtado desenvolve temas que ficaram apenas esboçados pelas próprias limitações temporais na obra de Caio Prado Jr. Por outro lado, se Caio tinha uma visão marxista um tanto mecânica, o ecletismo pós-keynesiano esposado por Furtado, por seu turno, explica a dinâmica do processo de transformação do capitalismo no período da industrialização, sugerindo um projeto nacional com fundamento da superação do subdesenvolvimento. Como o próprio Cardoso observou, “se Caio Prado nos dá o painel de uma economia comercial-exportadora, Furtado desenha com mais nitidez as transformações internas da economia brasileira desde o período colonial. Mais ainda, desvenda alguns mecanismos específicos da sociedade escravista brasileira, pondo-a em comparação com a norte-americana. E, sobretudo, põe ênfase naquilo que passou a ser seu tema preferido: a formação do mercado interno pós Abolição e a dinâmica que poderia levar à industrialização e ao desenvolvimento” (CARDOSO, 2009, p. 13)³⁷⁵. Ao proceder a esta inovação, Furtado retoma os temas colocados por Caio Prado Jr., projetando-os os num quadro estrutural mais amplo,

³⁷⁴ No sentido que temos empregado neste trabalho e que remete a Rosanvallon (1995).

³⁷⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio (Celso Furtado e a formação econômica do Brasil...). In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme (Orgs.). Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de publicação, 1959-2009. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Ordem dos Economistas do Brasil (OEB); Atlas, 2009. p. 8-14.

“mostrando como e por que o fluxo da renda da economia colonial percorria o circuito fechado que, ao mesmo tempo em que a tornara peça do mercado internacional, estrangulava-a na dependência comercial e financeira e estiolava seus efeitos locais pela concentração da renda em poucas mãos”³⁷⁶ (CARDOSO, 1978, p. 107)³⁷⁷. Em relação a Caio Prado, a obra de Furtado avança, sobretudo, no entendimento das limitações ao desenvolvimento, para além dos marcos esteiros do reducionismo “imperialista”, embora, no caso dos países subdesenvolvidos, a imensa massa de trabalhadores disponíveis reduza as possibilidades para que o avanço tecnológico tenha efeitos positivos no equilíbrio de forças prevalecente na sociedade. Daí certo pessimismo de Furtado sobre o desenvolvimento: mesmo quando a produtividade começa a mudar, induz mais ao consumo das classes dominantes do que ao consumo das massas. Há, portanto, uma visão crítica do capitalismo, pelo menos de seus efeitos na periferia, mas não pela via marxista:

Furtado, antes de sofrer a influência da CEPAL, já tinha de onde haver haurido ideias estruturalistas. Assim, é difícil dizer que o ‘historicismo’ de Furtado ou seu estruturalismo advieram, ainda que por intermédio dos aurores franceses, da influência de Marx. É dentro do próprio capitalismo que os autores que mais o influenciaram vão buscar solução para os problemas do desenvolvimento. No raciocínio de Celso Furtado, as questões da demanda agregada e dos incentivos governamentais primam sobre a análise dos desdobramentos dos movimentos do

³⁷⁶ Sem partilhar do referencial socialista de Caio Prado Jr., Furtado lança-se a questão de saber por que os Estados Unidos industrializaram-se no século 19, enquanto o Brasil permanecia agrário e encaminhava-se para o subdesenvolvimento. Sem descartar as diferenças na estrutura social dos dois países, mostra que só o comércio internacional poderia dinamizar uma economia periférica, à condição que a renda gerada pelas exportações pudesse fluir para criar um mercado interno (como o caso pioneiro do café no Brasil). O próprio efeito do capital estrangeiro é visto por Caio Prado de modo mais limitado, enquanto Celso Furtado o vê no circuito das relações internacionais.

³⁷⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **O descobrimento da economia**. Senhor Vogue Brasil, São Paulo, n. 5, p. 107, ago. 1978. Prefácio ao resumo de Frederico Mazzuchelli, do livro “Formação econômica do Brasil”, de Celso Furtado, da seção da revista Senhor Vogue Brasil, intitulada “Livros indispensáveis à compreensão do presente 5.

Capital à maneira da dialética marxista”
(CARDOSO, 2009, p. 12)³⁷⁸.

Contudo, embora haja este avanço na análise, o ponto central da divergência entre o referencial político expresso pelo pensamento de Furtado, por um lado, e pelo pensamento Cardoso, por outro, repousa sobre o pessimismo analítico manifestado pelo primeiro. Valendo-se das ferramentas de análise estrutural-keynesiana, adaptadas pela escola estruturalista latino-americana da CEPAL, o autor vai assumir a perspectiva de que o subdesenvolvimento não é uma condição transitória a ser naturalmente superada (como queriam as teorias das etapas do desenvolvimento), mas uma condição estrutural, necessária ao funcionamento do sistema e que a instabilidade econômica e política dos países subdesenvolvidos só poderia produzir uma espiral fatal do conflito social. Esta noção convenceu-o, inclusive, de que o Brasil iria estagnar sob o regime militar³⁷⁹. Ao que Cardoso responde: “Furtado a cada instante subjetiviza a análise e culpa as elites pelos desvios das boas práticas, entra em ondas de pessimismo, vê tendências à estagnação e obstáculos ao mercado (como, por exemplo, o caso dos trabalhadores imersos na economia de subsistência no Nordeste, que não responderiam aos estímulos de mercado por causa dos liames de dependência e favorecimento que os liga aos dominadores)” (CARDOSO, 2009, p. 12). Com esta crítica, Cardoso reforça, assim, o componente cosmopolita presente em sua crítica ao nacionalismo subjacente às análises daquele autor.

No que tange à ruptura com o componente estatizante presente no pensamento político de Furtado, os escritos de Fernando Henrique Cardoso sobre a dependência representam um questionamento quanto à confiança manifesta por aquele autor na capacidade do Estado liderar um processo autossuficiente de desenvolvimento. A esse respeito, é importante sublinhar que tanto Cardoso quanto Furtado acreditam em

³⁷⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. Prefácio (Celso Furtado e a formação econômica do Brasil...). In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme (Orgs.). Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de publicação, 1959-2009. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Ordem dos Economistas do Brasil (OEB); Atlas, 2009. p. 8-14.

³⁷⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Portrait of a Public intellectual**. Revista *In Focus*. International Poverty Centre, United Nations Development Programme, April 2005.

um estado mais ativo e um modelo de desenvolvimento que seja menos condicionado pelo mundo exterior. A divergência, todavia, se encontra no aspecto político do papel do Estado nesse processo. Ao contrário de Furtado, Cardoso pensa o Estado não como o grande protagonista, mas de um agente capaz de coordenar os interesses de longo prazo da sociedade que ele representa e assegurar a disponibilidade de bens públicos que o mercado não pode fornecer por si só.

Este é, reconhecidamente, um papel menos “épico” do que no passado, mas ao mesmo tempo mais “sofisticado”, onde o conhecimento e as informações são agora vitais. As distinções entre o nacional e o supranacional são menos claras do que antes. Empresas e associações civis assumiram maior importância em ambas as esferas. As decisões que têm implicações fundamentais para o desenvolvimento dependem cada vez mais de países atuando em conjunto. E os motivos para legitimar políticas públicas alargaram ao lado da expansão das demandas democráticas para uma maior responsabilidade no processo de tomada de decisão nacional e internacional (CARDOSO, 2001, p. 5 – *tradução nossa*)³⁸⁰.

5.2 A RUPTURA COM O PENSAMENTO RADICAL

Antes de discutir a relação do pensamento do autor com a outra corrente fundante do pensamento político indicada por Oliveira Viana – o idealismo constitucional, rebatizado por Lynch como cosmopolitismo liberal, para com a qual o autor estabelecerá uma certa relação de afinidade –, cumpre analisar as relações de seu pensamento com uma tradição política com a qual ele nutrirá uma relação não de crítica, mas de ruptura: o pensamento radical, definido por Antonio Candido como uma corrente de pensamento político predominante entre setores da classe média que se afirmou ao longo dos anos de 1930 e de 1940, como alternativa às abordagens que procuravam reduzir as alternativas

³⁸⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Portrait of a Public intellectual**. Revista *In Focus*. International Poverty Centre, United Nations Development Programme, April 2005.

políticas a categorias dicotômicas (direita/esquerda; “socialismo/fascismo”; etc.). Segundo Candido, a partir da tradição estruturalista trazida da França, tal tradição teve como elemento inovador a produção de uma perspectiva política não-aristocrática, na medida em que produziu uma certa democratização do acesso às classes médias igualmente emergentes, que prontamente se dedicaram à crítica dessa redução das alternativas políticas. Para nossos propósitos aqui, é importante também caracterizar as origens institucionais deste pensamento radical:

A Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, criada em 1934, deu elementos decisivos para a formulação do pensamento radical que se desenvolveu em todo o Brasil. Note-se que ela tem sido quase por instinto fiel a esse tipo de pensamento, o que leva frequentemente a esquerda a subestimar o seu papel, achando que ela devia por exemplo fazer a revolução. Ora, o seu interesse maior é justamente favorecer um pensamento radical e não assumir posição revolucionária. (...) A tonalidade ideológica média enquanto instituição favorece o espírito de crítica, tornando mais difícil do que em outras escolas as manifestações coletivas de cunho reacionário e mesmo conservador. Nesse sentido lembramos a obra de Florestan Fernandes e sua equipe; os estudos sobre o negro a partir de Roger Bastide. E não esqueçamos que desse espírito surgiram instituições como o CEBRAP. Ele foi a primeira formulação coerente, em nível institucional, da classe média progressista, que deste modo se exprimiu, não como cuincha da oligarquia, mas como categoria autônoma. (...) Com várias inflexões, “ela foi o ponto de partida de quase toda produção sociológica e política uspiana entre os anos 60 e 80, tal como a reconhecemos em alguns de seus principais produtos, a “teoria da dependência”, do populismo, da marginalidade etc. (CANDIDO, 2011[1974], p. 05-06)³⁸¹ .

³⁸¹ CANDIDO, Antonio. **Entrevista**. Trans/Form/Ação, v. 34. Edição especial. Marília, 2011. [Originalmente publicada na mesma revista, v. 1, p. 9-23, 1974].

Assim, embora seja possível, discordando de Candido, regressar as origens deste pensamento a acontecimentos que remetem à Colônia ou ao Império (antecedendo, portanto, a fundação da USP), as filiações de Cardoso a este pensamento radical se confundem com um momento de apogeu da influência desta tradição na cultura política brasileira, vindo tal corrente a ser a linha mestra das reflexões produzidas pela USP ao longo da segunda metade do século XX. Não obstante, a importância deste pensamento radical para a cultura política brasileira tem permanecido à sombra do mito fundador da ciência social brasileira representado pela Escola Paulista de Sociologia” que, no caso de Cardoso, tem permanecido atreladas ao estatuto de discípulo em relação a Florestan Fernandes.

Neste contexto, as filiações de Cardoso ao pensamento radical certamente só podem ser entendidas por meio da mediação exercida por Florestan. As filiações de Cardoso à obra acadêmica do mestre³⁸² já estão bastante discutidas, mas podem ser sintetizadas em dois planos: primeiro, num plano epistemológico, pelo trânsito disciplinar que Florestan cultivou entre a antropologia e a sociologia, especialmente no período inicial de sua produção e que afetou sobremaneira os fundamentos teóricos de Cardoso; segundo, no âmbito das preocupações temáticas, pela sua influência no delineamento das opções feitas no período de sua produção acadêmica (raça, modernização, industrialização e desenvolvimento). No entanto, os vínculos mais estruturantes da obra de Cardoso à escola de pensamento (ou à tradição)

³⁸² Freitag (2005) trata da biografia intelectual de Florestan Fernandes a partir de três etapas distintas. A primeira, designada por ela como “fase científico-acadêmica”, abrange o período 1941-1968, a segunda, a “fase político-revolucionária”, corresponde aos anos 1970-1986. Por fim, na terceira etapa, que ela chama de “fase solitário-militante” (1986-1995). Desses três momentos, é certamente o primeiro que guarda relação fundamental para a compreensão do pensamento de Fernando Henrique Cardoso. Neste momento, Florestan vai transitar dos estudos de corte predominantemente antropológico – que compreendem desde os primeiros estudos, como *A organização social dos Tupinambá* (1949), até os estudos realizados em fins dos anos 50 como *A etnologia e a sociologia no Brasil* (1958) –, para uma obra de corte mais sociológico, que abarca a questão do lugar do negro na sociedade emergente, passando pelos estudos sobre a crescente urbanização do país (exemplificada pela cidade de São Paulo) até chegar às teses de *A Revolução burguesa no Brasil* (1975). Esta última obra já marca a consolidação do segundo momento de sua trajetória, a partir de onde ambos passam a seguir caminhos epistemológicos e políticos diferentes.

a que estava inserido o próprio Florestan permanecem pouco ou nada sublinhados nas interpretações que vão se afirmando acerca de sua obra.

Enquanto Florestan continuará como intelectual representativo desta escola de pensamento até sua morte, Cardoso romperá com ela, tanto por meio da quebra dos vínculos institucionais com a instituição que pioneiramente a abrigou, quanto pelo rompimento valorativo com o mestre,³⁸³ que progressivamente passa a fechar posição em um marxismo popular de cunho basista e assembleísta – reforçando o caráter radical de seu pensamento –, enquanto Cardoso passará a assumir posições que abriam maior margem para a conciliação. Mais do que um rompimento ideológico, portanto, este contexto expressa um distanciamento do estilo de pensamento desenvolvido pela USP.

Este distanciamento do *mainstream* uspiano se processou no sentido de aproximar o autor de um estilo muito combatido por este pensamento radical, qual seja a tradição isebiana, que conferia importância significativa à dinâmica política, sopesando, em seus principais produtos intelectuais, a dinâmica de classes. Em última análise, esta “transição de estilo” recolocava frente a frente, como desdobramento, a polêmica teórica encampada anos antes pelos principais representantes de ambas as escolas, o próprio Florestan e Guerreiro Ramos, acerca da universalidade e da particularidade nas ciências sociais. Neste ponto, é possível dar razão à afirmação de Sorj (2001, p. 92), segundo o qual Fernando Henrique Cardoso, “embora filho da sociologia da USP, teria incorporado muito mais o modelo sociológico de Guerreiro Ramos do que o modelo sociológico de Florestan Fernandes, seu mestre”. Sorj certamente não está se referindo à ideia-força do pensamento de Guerreiro (e que será também a do ISEB), a da afirmação da autonomia nacional (seja na produção de

³⁸³ Em relação ao rompimento valorativo com Florestan, a ruptura já começa a ser sentida por ocasião do convite feito por Florestan a Sergio Buarque de Holanda para a banca de doutoramento de Cardoso (em que, em carta-convite, o mestre manifesta ao convidado seu descontentamento para com os rumos que tomara a pesquisa do pupilo) e que se tornará definitiva a partir da contenda pública com Octavio Ianni. Para Otávio Ianni, Cardoso estaria fazendo demasiadas concessões ao regime militar e parecia estar querendo fazer carreira política. Quarenta anos depois, quando o governador de Santa Catarina Esperidião Amin mandou reeditar a obra escrita pelos dois em conjunto (Cor e mobilidade social em Florianópolis), Otavio Ianni que se recusou a ver o seu nome ao lado de Cardoso, agora seu desafeto político. Como consequência o trabalho foi reeditado apenas com as partes feitas por FHC e recebeu o nome de Negros em Desterro.

interpretações quanto na produção do desenvolvimento), mas está certamente fazendo alusão a um estilo de pensamento que, ao incorporar a variável política de maneira muito mais decisiva, não se furta a se inserir no debate a partir da recusa de uma aceção radical entre o conhecimento científico e a discussão de um projeto político para o país³⁸⁴.

Esta aproximação a um estilo mais conciliador fica patente em algumas de suas falas, em que ele reconhece a importância exercida sobre seu pensamento de um dos autores expoentes do ISEB, Hélio Jaguaribe. Cardoso chega mesmo a reconhecer que tal contato este o teria introduzido na ciência política. É importante assinalar que, como pondera Weffort (2006, p. 302), a posição de Jaguaribe dentro do ISEB diferenciava-se da de intelectuais como o próprio Guerreiro Ramos, Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto, que tinham trajetórias ligadas ao Integralismo e que, não obstante, haviam evoluído para posições mais radicais de esquerda. Já a trajetória de Jaguaribe, tinha origens no pensamento católico dos anos 30 e evoluía para posições próximas da socialdemocracia. No caso desta aproximação, segundo Cardoso, se tratava menos de assumir a mesma perspectiva sobre a questão do desenvolvimento e mais se aproximar do mesmo estilo intelectual:

Eu me fascinei pelo modo como ele discutia política. Quando fui fazer minha tese de docência³⁸⁵ eu li tudo o que ele escreveu. Tanto que, neste livro, eu diálogo com ele, com o Cândido Mendes, etc. Eu gostava muito do Hélio Jaguaribe, porque ele tinha uns estudos muito bons de conjuntura política, ele tinha o “nervo” da política. Então, isso me influenciou. Tem um livro meu em que eu tento descrever as eras, nos governos autoritários ainda. Ali tem um

³⁸⁴ Outro aspecto elucidativo das distinções entre o ISEB e a USP se tratava das referências intelectuais internacionais: se, de um lado, a USP erigiu como universidade a partir do ideário francês (que, diga-se de passagem, ocupou desde a proclamação da República uma certa centralidade no cenário intelectual nacional), o ISEB teve, por seu turno, como uma de suas marcas distintivas, conforme aponta Jaguaribe, a colocação de ideias de origem germânica no centro do debate intelectual brasileiro, ainda que considerado o pluralismo de visões que o ISEB abrigava.

³⁸⁵ *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, publicado originalmente pela Difusão Europeia do Livro (Difel) em 1964.

pouquinho do que o Hélio fazia com o Juscelino, com o Jango, numas análises sucintas para tentar entender qual é a dinâmica desse processo, como é que a política está jogando nessa questão. *(Entrevista concedida ao autor desta tese, em 23 de setembro de 2013)*³⁸⁶.

À leitura de Hélio Jaguaribe vai se somar a fundação do CEBRAP, ponto institucionalmente importante para demarcar certa postura de independência do autor em relação à USP e ao pensamento radical que ela ainda abrigava. A fundação do CEBRAP é geralmente interpretada como uma tentativa de preservar o ambiente intelectual e a tradição de pesquisa que se haviam consolidado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Todavia, especialmente a partir de 1974, o Centro passa a representar para a oposição política institucionalizada mais ou menos o que o ISEB significou para o governo em seus anos áureos. Mesmo em relação à questão da pluralidade, o CEBRAP reproduziu muito mais o modelo isebiano do que o paulista. Com isso, tanto o ideal de uma pesquisa científica “pura”, quanto o modelo sociológico de Florestan, que reduzia a importância das variáveis políticas na construção da explicação sociológica fora definitivamente deixado para trás pelas novas influências que a obra de Cardoso veio a sofrer.

Houve uma politização do meu pensamento. A “descoberta” do político, embora não seja correto falar em “descoberta”. Aí tem um outro lado, que é de biografia. Aqui em São Paulo, na USP, onde nós estudávamos, eles eram muito isolados do mundo, era um grupo de gente que estava fechada na universidade. São Paulo já era isolada do governo, porque perdeu a Revolução de 1932, etc. A USP era uma torre de marfim. E eu sou de uma família de outro tipo de gente. O meu bisavô já foi homem de Estado, foi senador, foi governador. Meu avô era marechal, foi republicano. Meu pai era deputado, era general. Todos eles tinham muita ligação com o Estado, eram militares. Então, eu não podia ter a mesma visão, tão

³⁸⁶ A referência feita por Cardoso é ao ensaio “O modelo político brasileiro”, publicado como III capítulo do livro “O modelo político brasileiro e outros ensaios”.

ingênua. Na época, eu não tinha noção do que estou dizendo agora a você. Estou apenas reconstruindo porque em que eu diferia dos meus colegas. Eu tinha mais mundo do que a USP, a minha visão era mais ampla, do ponto de vista não do mundo em geral, mas do Brasil. Porque a USP era muito fechada, era muito paulista e muito ligada à França. Havia uma perspectiva de que nós iríamos criar aqui condições para fazer uma universidade de alta categoria, de nível europeu. O ISEB não, botava mais a mão na massa, era mais próximo dos problemas reais do Brasil. Esses problemas invadiram a USP só com os acontecimentos dos anos 50 e 60, Getúlio, Jango, rua, greve, trabalhador, etc. Então, nós todos fomos sendo absorvidos pela dinâmica da vida. Mas até então, o que nós fomos estudar? Negros. Capitalismo e escravidão. Ou então, o que era a ideia do Florestan, fazer de São Paulo numa Chicago, no sentido de fazer com ela o que fez a Escola de Chicago, estudar a cidade. Era uma temática que não passava pela política (*Entrevista concedida ao autor desta tese, em 23 de setembro de 2013*).

No entanto, talvez a expressão mais importante da ruptura do pensamento de Cardoso para com o pensamento radical tenha sido a “reconciliação” com o pensamento de Gilberto Freyre, cuja obra foi objeto central das críticas por parte desta tradição política a partir da década de 1940. Em seus anos sob a batuta de Florestan, Cardoso se somava ao coro das críticas ao autor pernambucano, acusado, dentre outras coisas, de romantizar as desigualdades geradas pela ordem escravocrata e obliterar, conseqüentemente, os conflitos de classe; de assumir a perspectiva do branco senhor; de apostar numa maior possibilidade de mobilidade social da sociedade patriarcal por conta dos efeitos da miscigenação; de confundir os conceitos de “raça” e cultura; de assumir um ecletismo metodológico; e, enfim, de fundar o “mito da democracia racial”.³⁸⁷

³⁸⁷ Freyre não chega a usar a expressão “democracia racial”, mas sim a noção de equilíbrio entre contrários como um ponto de encontro entre a cultura do português (que ele caracteriza como cultura que absorveu a cultura moura – os moçárabes) e a do negro: “não que no brasileiro subsistam (como no anglo-

A releitura do pensamento freyreano representará uma ruptura com esta apropriação dominante da obra, tal como levada a cabo predominantemente pelo pensamento radical uspiano. Não que tenham desaparecido as críticas. Cardoso continua apontando para os limites da obra, especialmente no plano político, cujo “ressaibo conservador” não pode ser aceito acriticamente:

As paixões, seus excessos, são sempre gabados, e esse ‘clima cultural’ não favorece a vida pública e menos ainda a democracia. (...) Da moral permissiva, dos excessos sexuais ou do arbítrio selvagem dos senhores, não há passagem para uma sociabilidade mais ampla, nacional. Fica-se atolado no patrimonialismo familístico. Não se entrevê o Estado, nem mesmo o estado patrimonialista dos estamentos de Raymundo Faoro e, muito menos, o *ethos* democrático buscado por Sérgio Buarque de Holanda e tantos outros. A ‘política’ de Gilberto Freyre estiola fora da casa grande. Com esta, ou melhor, com as características culturais e com a situação social dos habitantes do latifúndio, não se constrói uma nação, não se desenvolve capitalisticamente um país e, menos ainda, poder-se-ia construir uma sociedade democrática. (...) Esta, por certo, não é toda a verdade da nossa alma. Mas como negar que exprime algo dela? Assim também Gilberto Freyre descreveu um Brasil que, se era imaginário em certo nível, em outro, era real. Mas, como seria gostoso se fosse verdade por inteiro, à condição de todos terem sido senhores... É essa característica de quase mito que dá à *Casa-grande & senzala* a força e a perenidade. A história que está sendo contada é a história de muitos de nós, de quase todos nós, senhores e escravos. Não é por certo a dos imigrantes. Nem a das populações

americano) duas metades inimigas: a branca e a preta, o ex-escravo e o ex-senhor. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores” (CARDOSO, 2013). Como se, nas oscilações entre um e outro polo, houvesse espaços para a acomodações sem a eliminação de quaisquer deles. Não que, graças a isso, se houvesse formado propriamente uma “democracia racial”, pois a desigualdade, a crueldade e a violência entre senhores e escravos não são negadas.

autóctones. Mas a história dos portugueses, de seus descendentes e dos negros, que se não foi exatamente como aparece no livro, poderia ter sido a história de personagens ambíguos que, se abominavam certas práticas da sociedade escravocrata, se embeveciam com outras, com as mais doces, as mais sensuais. (CARDOSO, 2005, p. 22)³⁸⁸.

Contudo, desde a década de 1970, Cardoso progressivamente passará a ressignificar sua perspectiva sobre Freyre, passando a desconstruir as críticas que acusam sua obra de ser reacionária. Para Cardoso, para além dos preconceitos que carrega, se lida no horizonte do mito que cria, a obra a obra passa a expressar uma característica nacional que, embora criticável, diz muito sobre a formação e a especificidade da identidade política brasileira. Nesse aspecto, a obra se aproxima do *Macunaíma* de Mário de Andrade. Ao enunciar tão abertamente como valiosa uma situação cheia de aspectos horrorosos, Gilberto Freyre desvenda uma dimensão que, goste-se ou não, conviveu com a maioria absoluta dos brasileiros até o advento da sociedade urbanizada, competitiva e industrializada.

no plano e na linguagem do mito, há um frescor de popular - eu quase escrevi de *democrático* (...) *Casa Grande & Senzala* eleva à condição de mito um paradigma que mostra o movimento da sociedade escravocrata e ilumina o patriarcalismo vigente no Brasil pré urbano e industrial. Contém, por certo, seu lado inaceitável; mas até certo ponto é o *nosso* lado inaceitável (CARDOSO, 1978, 116)³⁸⁹.

³⁸⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. Um livro perene (Apresentação). In: FREYRE, Gilberto, 1900-1987. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal*. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso; bibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas revistas e índices atualizados por Gustavo Henrique Tuna. 50. ed. rev. São Paulo: Global, 2005.

³⁸⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **À espera de grande indústria & favela**. *Senhor Vogue Brasil*, São Paulo, n. 2, p. 115-117, maio 1978. Prefácio à síntese de Laura Vergueiro, do livro “*Casa grande & senzala*”, de Gilberto Freyre, da seção da revista *Senhor Vogue Brasil*, intitulada “*Livros indispensáveis à compreensão do presente*”.

Essa mudança de perspectiva advém de uma leitura da obra de Freyre tomada em conjunto com outras duas obras posteriores do autor: *Sobrados e Mucambos* e *Ordem e progresso*, na qual o autor completa o estudo da ordem patriarcal, com o enfoque de sua desagregação. Assim, para além de denúncia ao mito da democracia racial, a leitura da obra seria beneficiada se fossem analisados os desdobramentos da ordem patriarcal brasileira matizada a partir dos anos 30, pelo processo de industrialização e de urbanização. Na primeira, Freyre passa a ressaltar que o processo de urbanização alterou as antigas formas de acomodação social – o equilíbrio visto entre brancos e negros nas casas grandes e nas senzalas não é o mesmo do que o observado nos sobrados e nos mucambos. A civilização que se formara durante três séculos passa a sofrer os efeitos da europeização e, com isso, “perde-se muito do que nos era próprio”. Na segunda, Freyre analisa as mudanças advindas da abolição e da Proclamação da República, pondo ênfase na continuidade da unidade nacional, na manutenção de formas de coesão social, na manutenção de certo espírito herdado do Império e qualificado por ele como democrático, mas que Cardoso qualifica como “tolerante e paternalista” (CARDOSO, 2010, p.124-131)³⁹⁰. Ressalta a monarquia como um regime mais benevolente (no sentido de ser mais protetor) e menos perverso para com os negros do que a república.

Dessa forma, o registro feito por Cardoso da obra de Freyre sublinha uma situação de ambivalência: por um lado, concordando com ele, Cardoso atesta o fato de sermos uma sociedade que se orgulha de ser multirracial, formada por elementos de variada origens étnicas e que, a despeito disso, foi capaz de manter-se unida como sociedade, de manter uma certa homogeneidade da identidade nacional. Por outro lado, persistem, “aspectos de intolerância, quase sempre disfarçados pela tradição paternalista do nosso velho patriarcalismo e sempre um pouco edulcoradas, adocicadas, porque nós não manifestamos nossas distâncias e nossas reservas” (CARDOSO, 1996, p. 46)³⁹¹.

³⁹⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. Gilberto Freyre, perene. Conferência proferida na Festa literária Internacional de Paraty, em 04 de agosto de 2010. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

³⁹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na abertura do Seminário internacional “Multiculturalismo e o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos**. Palácio do Planalto, 02de julho de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 02, v.4].

Outro aspecto de inovação que Cardoso destaca em relação ao pensamento de Freyre poderia ser endereçado à crítica do pensamento nacional-estatista tratada na sessão anterior: em seu contexto originário, o pensamento de Gilberto Freyre representa uma perspectiva que retira do Estado o papel de centralidade no processo de formação da nação, tal como atribuído pelas interpretações sobre o Brasil dos anos 1930. Contrariando este clima de predomínio de ideias antiliberais, Freyre passa a defender que não é o Estado a mola que explica a organização social, mas, antes, a família patriarcal. Oliveira Viana via os males do Brasil na dispersão geográfica dos núcleos do povoamento e nos vícios decorrentes da junção da política local com o personalismo; já em Azevedo do Amaral, a defesa do Estado autoritário é aberta. Gilberto Freyre, por sua vez, representa uma ruptura com este pensamento “tanto por ter se afastado das interpretações que endeusavam o papel do Estado e se enamoravam do autoritarismo quanto por ter, a seu modo, repudiado o racismo e valorizado a miscigenação, embora não tenha feito, como Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro a crítica à nossa cultura política personalista e patrimonialista” (CARDOSO, 2010[2013], p. 131-132).³⁹² Em todo caso, também nesse sentido a crítica dirigida pelo pensamento radical sobre o caráter conciliador do pensamento de Gilberto Freyre precisaria ser revista:

Hoje, graças as políticas sociais compensatórias e as pressões a favor de uma maior democratização, aliadas a ausência de divisões culturais, verifica-se uma tendência crescente a aceitação das diferenças e até mesmo a tolerância com relação aos conflitos. Essa atitude, antes fortemente criticada como sendo uma prova da permanente conciliação política entre as elites, hoje assume um significado muito mais positivo. A história brasileira mostra como um país dessemelhante pode se tornar parte do mundo moderno (CARDOSO, 2012, p. 170)³⁹³.

³⁹² CARDOSO, Fernando Henrique. Gilberto Freyre, perene. Conferência proferida na Festa Literária Internacional de Paraty, em 04 de agosto de 2010. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

³⁹³ CARDOSO, Fernando Henrique. Razão e emoção. Revista Política Externa, vol. 21, n. 2, Set/Out/Nov 2012.

Enfim, se Freyre olhava para trás para compreender um aspecto central da formação da identidade nacional, caberia ao horizonte da comunidade dos sociólogos olhar para frente, e procurar entender como a obra respinga e reverbera no entendimento das relações sociais do presente: “o Brasil urbano, industrializado, vivendo uma situação social na qual as massas estão presentes e são reivindicantes de cidadania vai continuar lendo Gilberto Freyre. Aprenderá com ele algo do que fomos ou do que ainda somos em parte. Mas não o que queremos ser no futuro. (CARDOSO, 2005, p. 27)³⁹⁴. Por isso, continuará sendo lida menos por suas virtudes científicas e mais porque pertence a categoria das obras que constituem os grandes mitos fundadores de uma nação. Para complementar o exercício de Freyre, faltaria, no quadro da imaginação política brasileira, um *Grande Indústria & Favela*, “menos preso às virtudes do capitão de indústrias e mais sensível aos anseios, ao modo de ser e ao intuir do futuro das camadas populares” (CARDOSO, 1978, p. 116).³⁹⁵

5.3 A TRADIÇÃO LIBERAL BRASILEIRA NO PENSAMENTO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*“O liberalismo político é um valor reivindicado pelos socialistas do século XIX, inclusive Marx”
(A soma e o resto, 2011, pág. 58)*

Se, em relação ao pensamento nacional-estatista a relação de Cardoso será de oposição e em relação ao pensamento radical de uma ruptura progressiva, para com a tradição liberal brasileira tal relação vai assumir uma forma específica de filiação. Evidentemente, as filiações do

³⁹⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Um livro perene (Apresentação). In: FREYRE, Gilberto, 1900-1987. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso; bibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas revistas e índices atualizados por Gustavo Henrique Tuna. 50. ed. rev. São Paulo: Global, 2005.

³⁹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **À espera de grande indústria & favela**. Senhor Vogue Brasil, São Paulo, n. 2, p. 115-117, maio 1978. Prefácio à síntese de Laura Vergueiro, do livro “Casa grande & senzala”, de Gilberto Freyre, da seção da revista Senhor Vogue Brasil, intitulada “Livros indispensáveis à compreensão do presente 2”.

pensamento do autor a esta tradição de pensamento não se resumem às fontes locais:

E também é verdade que, do ponto de vista político, eu sempre tive uma visão mais liberal, que mantenho, não neo(liberal), mas mais liberal. Quer dizer, você vê a influência que tem sobre mim o Sérgio Buarque de Holanda: o Sérgio era um bom liberal. (...) Eu li muito a discussão, no Império, entre os conservadores e os liberais, a “Lei dos Círculos”³⁹⁶, a “Lei Saraiva”³⁹⁷, as formas de representação, etc. Tudo isso foi formando um substrato na minha cabeça. Depois, quando nós estávamos na faculdade, a onda era ler Mannheim e eu me interessei muito por ele com a leitura de *Ideologia e Utopia*, com a vinculação que ele faz entre liberdade e planejamento que, no fundo, é a questão da democracia. Isso também me influenciou. Então, não foram só as fontes locais (*Entrevista concedida ao autor desta tese, em 23 de setembro de 2013*).

Para fornecer contornos mais precisos a estas filiações reivindicada pelo autor, é necessário considerar, inicialmente, que as

³⁹⁶ O Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855, que alterou a Lei de 19 de Agosto de 1846 é considerado a primeira grande reforma eleitoral do país, ficando conhecida como a “Lei dos Círculos” (ou dos “distritos eleitorais”). Elaborada no governo do Marquês do Paraná, suas principais características eram: a divisão das províncias em círculos de 1 (um) só deputado e a eleição dos suplentes. Na ocasião, Tavares Bastos considerava o sistema de círculos de circunscrição única por província menos adequado. Em 1860, a lei foi modificada criando-se o círculo de três deputados e, abolindo a eleição de suplentes. A “Lei dos círculos”, foi inspirada diretamente na Lei Eleitoral francesa de 22 de dezembro de 1789, cujo art. 25 estabelecia três escrutínios, exigindo maioria absoluta no primeiro, no segundo e, caso em nenhum houvesse algum candidato obtido a maioria absoluta, no terceiro escrutínio, somente poderiam ser candidatos os dois mais votados na segunda eleição anterior.

³⁹⁷ A “Lei Saraiva”, de autoria do Conselheiro José Antônio Saraiva, teve a colaboração de Rui Barbosa e é considerada a grande reforma eleitoral do Império. Datada de 1880, a lei estabelecia: a) eleição direta, b) círculo de um só deputado, c) regulamentou as inelegibilidades; d) estabeleceu severas penalidades contra as fraudes e e) criou o título de eleitor.

filiações de Fernando Henrique Cardoso ao pensamento liberal encontram um ponto de partida nas questões de que se ocupam algumas correntes deste ideário no contexto da transição entre o Império e a República. Para mapear estas filiações, assumimos como pressuposto um certo distanciamento da forma usual com que a história do liberalismo brasileiro do período tem sido tratada pelo *mainstream* acadêmico, caracterizada por pares de oposição tais como *liberais moderados* vs *liberais exaltados*, *liberais republicanos* vs *liberais monárquicos*, *liberalismo ligado aos proprietários rurais* vs *aquele ligado aos profissionais urbanos*; *brasilienses*, *moderados*, *luzias*; etc. De outro modo, sugerimos considerar a questão da ênfase das ideias, a partir da qual poderíamos organizar, de uma forma esquemática, as vertentes do pensamento liberal brasileiro em três sub-tradições distintas, todas portadoras de múltiplas variantes: o liberalismo *societal*, cuja ênfase repousa sobre a igualdade civil (tal como no componente liberal do pensamento de Joaquim Nabuco, por exemplo); o *liberalismo institucionalista*, cuja ênfase recai sobre a ruptura com a ordem institucional do Império (tal como, por exemplo, no liberalismo de Alberto Sales); e o *liberalismo econômico*, mais fiel ao ideário do pensamento econômico clássico e neoclássico (tal como encontrado com maior ênfase nas ideias de Rui Barbosa e em suas práticas à frente do Ministério da Fazenda do governo de Deodoro).

Feita esta acepção, a filiação ao liberalismo reivindicada por Cardoso decorre da aproximação a duas destas três vertentes, o liberalismo societal e o liberalismo institucionalista, filiações estas expressas nos diálogos alimentados pelo autor com as obras de Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e de Raymundo Faoro.

Em relação a Joaquim Nabuco, a aproximação deu-se a partir da leitura de *O abolicionismo*, por ocasião da colaboração de Cardoso à pesquisa de Florestan Fernandes e Roger Bastide sobre os negros em São Paulo e que logo seria estendida por Cardoso e Ianni para o sul do país. A partir deste contato, Cardoso confessa ter se tornado imediatamente entusiasta de Nabuco: “Ele depositava esperança no futuro, como nós também. Assim como acreditava Nabuco, nutria-nos não o ceticismo, mas a confiança que os efeitos negativos da escravidão na sociedade seriam mitigados no decorrer do tempo. (CARDOSO, 2010 (2013), p. 30)³⁹⁸ .

³⁹⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. Democracia e memória em Joaquim Nabuco. Conferência pronunciada na ABL. Rio de Janeiro, 18 de março de

A primeira via de apropriação do pensamento de Nabuco por Cardoso será a do *liberalismo societal*. Tal filiação é percebida pela importância atribuída a Nabuco por Cardoso na elaboração da dimensão política de seus estudos sobre a especificidade do capitalismo escravista brasileiro. Cardoso afirma que, sob a inspiração daquele autor, percebera “que a oposição entre senhor e escravo se diluía na constatação de que ambos eram produto de uma ordem que se prolongou no tempo, mas que estava fadada ao esgotamento, visto que não poderia deixar de prevalecer a contradição intrínseca entre capitalismo e escravidão, uma vez que escapava aos escravos a possibilidade de reconstruir a estrutura social segundo seus próprios interesses” (CARDOSO, 1999, p. 168-169).³⁹⁹

A abolição, ao não ter sido acompanhada de medidas que indicavam a responsabilidade social dos brancos sobre a situação degradada dos negros, não trouxe consigo a democratização da ordem social e, para combater de forma definitiva um problema tão arraigado na sociedade brasileira, não bastaria a letra da lei, sendo necessário, antes, complementar a abolição com amplas reformas sociais e políticas, a fim de se destruir a obra da escravidão. Nabuco “conhecia bem o sistema de poder vigente para saber que a emancipação dos negros, para se revelar duradoura, teria de ser exaustivamente negociada (CARDOSO, 1999, p. 168-169)⁴⁰⁰. A escravidão assume, assim, o papel de variável sociológica explicativa do atraso brasileiro: o patrimonialismo nos assuntos do Estado, a desvalorização do trabalho e o não-desenvolvimento da indústria, o abismo entre o povo e a aristocracia brasileira (que abafava as possibilidades de construção de uma identidade e de uma cidadania nacionais) e até mesmo impossibilitando avanços no direito internacional:

sua crítica à posição adotada pelo Império sobre o tráfico negreiro até 1850 antecipava questões relevantes para a proteção internacional dos direitos humanos. Nabuco contesta o uso do

2010. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

³⁹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na solenidade de celebração dos 150 anos de Joaquim Nabuco**. Palácio do Itamaraty, 24 de agosto de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.26, v.10].

⁴⁰⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na solenidade de celebração dos 150 anos de Joaquim Nabuco**. Palácio do Itamaraty, 24 de agosto de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.26, v.10].

princípio da soberania nacional na defesa do tráfico: a soberania nacional, seja qual for o Estado, tem limites, sujeitando-se a considerações maiores, que têm como fonte de legitimidade a consciência internacional, a humanidade (CARDOSO, 2000, p. 168-169)⁴⁰¹.

No entanto, Nabuco será mobilizado por Cardoso também pela via da sustentação de suas crenças ligadas a um liberalismo cuja preocupação precípua será com os aspectos *institucionais* da vida política brasileira. Nesse sentido, a despeito da situação pessoal de ambivalência aristocrática de Nabuco (de alguém que, ao mesmo tempo que critica acidamente a escravidão, beneficia-se dela na infância), a aproximação do componente liberal presente no pensamento de ambos decorre da denúncia ao caráter oligárquico e patrimonial das instituições políticas brasileiras, tal como presente, por exemplo, no caráter patrimonial da burocracia pública imperial, mantido no período republicano,⁴⁰² no caráter fraudulento da experiência parlamentarismo progressista e do presidencialismo que se instalava:

Eu era monarquista porque a lógica me dizia que não se devia absolutamente aproveitar para nenhuma fundação nacional o ressentimento do escravismo; por prever que a Monarquia Parlamentar só podia ter como sucessora revolucionária a Ditadura Militar, quando sua legítima sucessora evolutiva era a Democracia Civil; por pensar que a República no Brasil seria a pseudo-república que é em toda a América Latina. Eu dizia que a República não poderia funcionar como governo livre; e que, desde o dia em que ela fosse proclamada, desapareceria a confiança, que levamos tantos anos a adquirir sob a Monarquia, de que a nossa liberdade dentro da lei era

⁴⁰¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na solenidade de celebração dos 150 anos de Joaquim Nabuco**. Palácio do Itamaraty, 24 de agosto de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.26, v.10].

⁴⁰² Nabuco denunciou o papel dos bancos que era sugar o lucro das lavouras para manter o orçamento exagerado do funcionalismo público. Este último, Nabuco lhe analisou, demonstrando sua origem no escravismo e suas ligações com o Estado Imperial. O funcionalismo era o caminho de descendentes de famílias ricas e fidalgas, que conseguiram suas fortunas mediante a escravidão.

intangível (NABUCO *apud* LYNCH, 2012, p.277)⁴⁰³

Assim, segundo Lynch (2012)⁴⁰⁴, Nabuco manterá uma adesão apenas instrumental à Monarquia, defendendo-a apenas por julgar que o advento do regime republicano, dado o caráter oligárquico subjacente à proposta em implantação, ao invés de representar um passo adiante em direção a uma sociedade autenticamente republicana, liberal e democrática, sinalizava, antes, um contrassenso em relação àqueles propósitos. Assim,

seu monarquismo não decorria de sua oposição à democracia ou à república, mas da razão oposta – porque ele se julgava um verdadeiro repúblico, comprometido até os cabelos com os ideais cívicos de liberdade e igualdade –, somada a um diagnóstico sociológico da sociedade brasileira. Nabuco não via nada de verdadeiramente republicano no movimento homônimo, cuja vocação privatista, autoritária e oligárquica crescia na medida em que ele se aliava ao latifúndio escravista e ao militarismo positivista, potencializando, com o seu êxito, os valores antirrepublicanos, antiliberais e antidemocráticos já presentes na sociedade. No nosso estágio inicial de formação nacional, a Monarquia lhe parecia o meio por que se poderia passar com segurança à República, fomentando o civismo, o liberalismo e, portanto, preparando o povo para a democracia. O caráter instrumental de sua defesa da Monarquia é patente: ele não a defende como intrinsecamente superior à República como forma de governo, mas como forma possível da República no Brasil – espécie de estufa dentro da qual poderia medrar a planta da liberdade e do civismo (LYNCH, 2012, p. 305).

⁴⁰³ LYNCH, Christian Edward Cyril. **O Império é que era a República:** a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. Lua Nova, n.85, 2012. [NABUCO, Joaquim. **Porque continuo a ser monarquista.** (Carta ao Diário do Commercio). Londres: Abraham Kingdon & Newnham, 1890].

⁴⁰⁴ LYNCH, Christian Edward Cyril. **O Império é que era a República:** a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. Lua Nova, n.85, 2012.

Esse “realismo” de Nabuco será também um ponto valorizado por Cardoso quando este indica que o ponto central da denúncia do autor seria a cultura política subjacente operação das instituições: “por muito tempo, em vez de seguir as linhas de um poder eleito e verdadeiramente representativo do povo, o país teria de viver sob uma “ditadura de fato”, com uma vontade diretora, do monarca ou do presidente” (CARDOSO, 2010).⁴⁰⁵ Nessa direção, é interessante observar o paralelo e as nuances que Cardoso estabelece entre Nabuco e outro autor em que liberalismo e conservadorismo aparecem amalgamados: Tocqueville:

por mais que o pendor tradicionalista de Nabuco o levasse à paixão monárquica, ao tomar a Inglaterra como exemplo, não se entusiasma, como Tocqueville, pela permanência da aristocracia no poder, mas pela função igualadora do judiciário inglês. (...) Nabuco, apesar de suas contradições, de ter sentimentos íntimos presos às tradições e a despeito de seu liberalismo não ter sido tão completo como ele pensava, não foi apenas abolicionista, mas tinha, de fato, uma visão democrática da sociedade. Tocqueville, sendo um aristocrata assumido, era, nesse aspecto, o intelectual distante que, embora compreendendo os novos tempos, pouca simpatia demonstrava pelos atores que surgiam. (...) Nabuco se irmanou intimamente com o negro e se mostrou simpático às características democráticas da nova sociedade, embora nunca tenha aceitado as formas republicanas no Brasil. (...) seu liberalismo não deve ser visto apenas como fruto da absorção de ideias fora do lugar, nem de um vezo retórico, ou como expressão da “cultura ornamental” de intelectuais que se sentiam entre dois mundos. Suas convicções políticas derivaram de sua preocupação com o “formar nação” sem

⁴⁰⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. Democracia e memória em Joaquim Nabuco. Conferência pronunciada na ABL. Rio de Janeiro, 18 de março de 2010. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

simplesmente copiar as instituições de outros países (CARDOSO, 2010[2013], p. 48-50)⁴⁰⁶.

Cardoso deixa entrever, com isso, que Nabuco exerce sobre ele mais influência que Tocqueville, o que o coloca em rota de aproximação ao *liberalismo institucional* de corte britânico. Como veremos no próximo capítulo, esta versão não será a dominante entre as recepções do pensamento de Cardoso, que será lido predominantemente no registro de adesão a um liberalismo americanista *a la* Tocqueville, como é o caso da interpretação sugerida por Jesse Souza⁴⁰⁷. Nesse sentido, se quisermos buscar numa referência externa o influxo fundamental dos escritos do autor, poderíamos dizer que eles se aproximam muito mais das preocupações tocquevilleanas com a formação da cultura política norte-americana do que propriamente com os temas clássicos da economia política marxista.

A aproximação ao liberalismo de Nabuco é importante também para observar o afastamento de Cardoso em relação a outras referências liberais da época, como por exemplo, Rui Barbosa. Cardoso reconhece que Rui Barbosa, embora alçado à posição de “oráculo das forças civis, democráticas e liberalizantes”, do alto de sua visão elitista enxergava no povo apenas uma massa de manobra ao invés de fundamento da ordem política republicana” (CARDOSO, 2013, p. 253)⁴⁰⁸, razão primordial pela qual Cardoso não busca referências neste autor. A isso se soma, no entanto, uma razão de corte pessoal: “Nunca li sua obra, embora merecesse. Talvez seja um preconceito, pois venho de uma família de militares positivistas. Enquanto meu bisavô era monarquista, meu avô era a favor da abolição e meu pai participou das revoluções de 1922 e 24. Todos tinham horror do Rui Barbosa, que era mais liberal enquanto eles apoiavam o Estado. E confesso que herdei um pouco dessa aversão” (CARDOSO, 2013, s.p.)⁴⁰⁹. Todavia, o que é aqui explicado como um

⁴⁰⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. Democracia e memória em Joaquim Nabuco. Conferência pronunciada na ABL. Rio de Janeiro, 18 de março de 2010. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

⁴⁰⁷ SOUZA, Jessé. **A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira**. Revista Interesse Nacional, v. 14, p. 33-41, 2011.

⁴⁰⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Um crítico do Estado**. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

⁴⁰⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Formação do Brasil - entrevista (Estadão). O Estado de São Paulo, 22 de junho de 2013

traço de “herança familiar”, acaba condicionando os contornos das crenças liberais a serem defendidas pelo autor em sua vida política pública. Assim, por exemplo, a defesa do parlamentarismo por parte de Cardoso pode ser explicada pela maior proximidade a Nabuco (que considera a Inglaterra como o berço da liberdade) e não Rui Barbosa (que tem maior proximidade do modelo político estadunidense).

Todavia, o conteúdo do componente liberal presente no pensamento de Cardoso adquire contornos mais concretos com sua leitura de Sérgio Buarque de Holanda. Como já apontado, a obra de Sérgio Buarque de Holanda opera, no pensamento político brasileiro, uma ponte entre uma geração preocupada com as questões relativas à formação e os desafios que se impõem à democratização do país num momento de modernização acelerada. No caso da apropriação que Cardoso faz das ideias deste autor, esta passagem representa um incremento de preocupações: se as referências à obra de Joaquim Nabuco direcionam a obra de Cardoso especialmente à ênfase na igualdade civil, a leitura de Sérgio Buarque de Holanda confere a aspiração republicana que aparecia tímida na apropriação feita daquele autor: “[Sérgio Buarque] me marcou muito, talvez mais do que o Nabuco, porque o Nabuco eu lia como historiador”, enquanto Sérgio Buarque permite considerar algumas problemáticas sociológicas que decorrem dessas ideias modernização a dentro. Contrariando o pensamento dominante à época, “a aposta de Sergio não foi no Estado, foi na democratização da sociedade, na classe trabalhadora subindo para democratizar”⁴¹⁰. Obviamente, o autor não se eximia de considerar que as lacunas democráticas da formação social do país não tivessem implicações no processo político a transcorrer em meio a um processo de modernização acelerada:

Sérgio Buarque fala da revolução que estaria em vigor desde a Abolição da escravidão. A cidade estava prestes a assumir o papel principal no processo histórico, colocando em xeque o mundo rural, a herança Ibérica, seus valores e suas práticas. O autor define o novo Brasil como ‘Americano’, como um tributo ao continente. A transição não estava ocorrendo, segundo ele, de uma forma linear, mas dialética. Ainda que os princípios do patriarcado estivessem sendo corroídos e a condição aristocrática exaurida, o

⁴¹⁰ *Entrevista concedida ao autor desta tese, em 23 de setembro de 2013.*

aparelho político não tinha renovado seu perfil. Parecia oscilar entre o Bellettrismo liberal e um mussolinismo indigenista. Pressentiu, então, a ameaça fundamentalista, a possibilidade do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Mas sugeriu que a democracia ainda prevaleceria como a síntese final. (...) A garantia maior da experiência democrática, no entanto, teria sido a entrada das massas no processo político. O povo viria a ser o principal protagonista dos novos tempos. E ele não teria agido através do expurgo, mas sim misturando as camadas superiores de uma ‘boa e honesta revolução’ (CARDOSO, 2000, p. 07, *tradução nossa*)⁴¹¹.

Dessa forma, para Sérgio Buarque, haveria claras afinidades entre personalismo e soluções autoritárias. O que Cardoso quer sublinhar com esta passagem são os compromissos de Sérgio Buarque com a construção de uma ordem e de uma cultura democrática no país que, à altura dos anos 1930, estava às voltas com a ascensão do comunismo e do integralismo, fatos que, tanto Cardoso quanto Buarque, julgavam colocar em evidência aspectos autoritários da sociedade brasileira, como a tendência a uma liderança autocrática: “Nossa formação leva-nos a exacerbar as virtudes pessoais e arbitrárias. Não se cria, assim, uma sociedade verdadeiramente democrática. A democracia requer regras, requer a igualdade formal, que assegure chances iguais a todos. O valor que se preza, entre nós, é o oposto: o êxito é sempre uma proeza única, pessoal, a despeito das regras (CARDOSO, 1993, p. 221)⁴¹². Assim, mais do que a caracterização da identidade política do brasileiro, esse compromisso com a democracia seria a principal inovação da obra para Cardoso.

a aposta que ele fez era rara, pois, na época, comunista é que era democrata e ele era basicamente liberal, acreditava que a ascensão das classes populares resultaria na democracia. E seu

⁴¹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Prefazione** (Radici del Brasile). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. Radici del Brasile. Prefazione di Fernando Henrique Cardoso; introduzione e cura di Nello Avella; traduzione italiana di Luciano Arcella. Firenze: Giunti, 2000.

⁴¹² CARDOSO, Fernando Henrique. “Livros que inventaram o Brasil”, in **Novos Estudos CEBRAP**, n. 37, novembro de 1993, pp. 21-36.

livro foi lido ao contrário, como se portasse uma visão tradicional, uma outra maneira de ser Gilberto Freyre (CARDOSO, 2013, s.p.)⁴¹³

A este respeito, até o advento da voga marxista que varreu a USP a partir dos anos 60, a obra de Sérgio Buarque teve um tratamento menos crítico daquele dispensado a Gilberto Freyre. Embora tenha muitas vezes se ressentido disso, Freyre encarnou, em boa medida, uma certa “consciência feudal”, que impedia a modernização do Brasil; por seu turno, a obra de Sérgio Buarque subsidiou muitos aspectos das análises do patrimonialismo societário e dos estudos raciais. Não obstante, com a orientação ideológica que se tornara preponderante, sua obra passou a experimentar um relativo abandono. Isso não impediu, contudo, que Buarque continuasse a ser uma referência central para Cardoso na questão da construção de uma cultura democrática, ponto em que, comparado a Gilberto Freyre, ele representaria uma visão radicalmente distinta sobre a imersão da sociedade brasileira no processo de modernização. Como afirma Cardoso:

Gilberto raramente fala de igualdade e, com a noção de “equilíbrio entre contrários”, passa a impressão de aceitar a desigualdade embora reaja à noção de desigualdade racial. Sérgio mostra que, sem a igualdade abstrata, formal, da lei, e sem o exercício prático ancorado na cultura política, não há democracia. Critica o que Gilberto erige como feito luso-brasileiro de adaptação aos trópicos com a colaboração indígena-africana: nossa matriz cultural. Mais ainda, Sérgio acreditava que a renovação político cultural viria com a urbanização e o advento das massas de cidadãos reivindicantes. Gilberto, ao contrário, viu na urbanização e na industrialização a ameaça ao que de melhor havia em nossas tradições culturais. (CARDOSO, 2010 [2013], p. 132-133)⁴¹⁴.

⁴¹³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Formação do Brasil**. Entrevista (Estadão). O Estado de São Paulo, 22 de junho de 2013.

⁴¹⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Gilberto Freyre, perene. Conferência proferida na Festa literária Internacional de Paraty, em 04 de agosto de 2010. In: CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

Assim, a leitura de *Raízes do Brasil* representou para Cardoso um movimento de consolidação do *liberalismo societal* a que ele aderira pela leitura de Nabuco. Os dilemas trazidos pela nódoa da escravidão continuavam presentes, mas a obra de Buarque representa a indicação de um momento limiar, conseqüente daquele, em que se vislumbram as questões centrais que pautarão o pensamento político de uma sociedade envolta em processo de modernização. Este é, precisamente o valor de *Raízes do Brasil* para Cardoso: ele foi decisivo para definir os aspectos de nossa herança cultural não afeitos com a modernidade e que inibiam a afirmação dos valores democráticos. Segundo Cardoso, “o livro se distingue de outros da mesma época por sua ‘perspectiva de futuro’, porque transforma os desafios do momento de transição que o país atravessava entre o passado agrícola e urbanização, entre os tempos coloniais e os novos, entre a oligarquia e a promessa de democracia” (CARDOSO, 2000, p. 05, *tradução nossa*)⁴¹⁵.

No entanto, a influência do referencial de Sérgio Buarque vai além das referências as argumentos contidos em *Raízes do Brasil*. É a leitura do volume sobre a Monarquia da “História geral da civilização brasileira” escrito por Sérgio Buarque já nos anos 1970⁴¹⁶, que as opções republicanas deste autor ganham a riqueza de referências históricas que ficaram faltando em *Raízes do Brasil*. Segundo Cardoso, “de sua análise da Monarquia brota um painel tão importante quanto o de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, mas mais profundo e mais objetivo” (CARDOSO, 1993, p.30)⁴¹⁷. Analisando as instituições imperiais, o autor mostra como as grandes questões emergentes (o fim da escravidão e a alegação do Exército para a participação política, após a Guerra do Paraguai) permearam as instituições imperiais e acabaram por miná-las, expondo os limites institucionais não problematizados por Joaquim Nabuco acerca da monarquia. Como vimos, para Nabuco, a verdadeira questão no final do século XIX não teria sido a opção entre

⁴¹⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Prefazione** (Radici del Brasile). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. Radici del Brasile. Prefazione di Fernando Henrique Cardoso; introduzione e cura di Nello Avella; traduzione italiana di Luciano Arcella. Firenze: Giunti, 2000.

⁴¹⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Do Império à República**. São Paulo, 1972. (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, vol. 5).

⁴¹⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Livros que inventaram o Brasil**. Novos Estudos-CEBRAP, n. 37, nov. 1993. Aula Magna proferida no Instituto Rio Branco na condição de Ministro das Relações Exteriores, em 08 de março de 1993.

República e Monarquia, mas entre Escravatura e Abolição, ao passo que para a historiografia de Sérgio Buarque de Holanda a questão de fundo era político-institucional. Como observa o próprio Cardoso, “na contraposição entre o democrata Sérgio Buarque e o aristocrata Joaquim Nabuco, esse se deixava enrolar pelos meandros do Império, enquanto Sérgio via nesse Império a dominação escravocrata. Ele desmistifica a tradição de que aquele governo era civilizador” (CARDOSO, 2013, s.p.)⁴¹⁸, ao passo que Nabuco, “em seu entusiasmo monarquista, esquecera-se que sem escravidão não haveria trono, tão amalgamadas estavam as duas instituições (CARDOSO, 2010 (2013), p. 37)⁴¹⁹”.

Com o contato com a obra historiográfica de Sérgio Buarque de Holanda, se consolida no pensamento de Cardoso, portanto, a democracia liberal como crença fundamental. Mas é a partir da leitura de Raymundo Faoro que o liberalismo institucionalista de Cardoso, que vinha se consolidando desde a década de 1970, ganha o fundamento histórico ao qual Cardoso tivera acesso por meio da leitura de Nabuco e Holanda. A teoria do Estado Autoritário e da redemocratização elaboradas por Cardoso podem ser lidas como uma continuidade histórica das teses enunciadas por Faoro, na medida em que atualiza para o período pós-Vargas (especialmente para o Regime Militar) as teses enunciadas em *Os donos do Poder* (1958). E isso tudo sem que tenha havido uma mútua referência entre os escritos de Cardoso desde então e a revisão que Faoro submeteu sua obra em 1975⁴²⁰.

A apropriação da obra de Faoro por Fernando Henrique Cardoso foi “acusada” de assumir o diagnóstico de *Os donos do poder* para justificar o projeto político do PSDB. Segundo esta perspectiva (WERNECK-VIANNA, 1999)⁴²¹, na medida em que Cardoso foi incorporando o *hábitus* político ao longo de sua trajetória, iria migrando, paulatinamente, da adesão a um liberalismo societário (típica até a

⁴¹⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. **Formação do Brasil**. Entrevista (Estadão). O Estado de São Paulo, 22 de junho de 2013.

⁴¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Democracia e memória em Joaquim Nabuco**. Conferência pronunciada na ABL. Rio de Janeiro, 18 de março de 2010. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

⁴²⁰ De fato, as análises e proposições construídas por Cardoso nos anos 1970 para analisar o Regime Militar não são diretamente tributárias da leitura de *Os Donos do poder*, o que se justifica pela ausência de referências a Faoro nos principais escritos do autor neste período.

⁴²¹ WERNECK VIANNA, L. J. **Weber e a Interpretação do Brasil**. Novos Estudos, CEBRAP, pp.1-15. 1999.

afirmação de sua perspectiva da dependência) para um liberalismo de corte institucional (assumida a partir da elaboração da teoria do autoritarismo), do qual a adesão às teses faorianas sobre a formação do patronato político brasileiro emergiriam como fundamento das teses do autor sobre as instituições políticas.⁴²² Segundo estas interpretações, Cardoso teria incorporado o referencial de Faoro apenas nos anos 1990 e, com esta adesão, endossaria uma tradição de pensamento que se vale de Weber fundamentalmente para pensar o atraso da sociedade brasileira, uma tradição que incide “menos na inquirição das patologias da modernidade e mais nas formas patológicas de acesso ao moderno” (WERNECK-VIANNA, 1999, p.34).

No entanto, como vimos acima, as origens do liberalismo institucional na obra de Cardoso, antes de serem consideradas inexistentes até a leitura de Faoro, já estavam presentes na em seu contato com a obra de Nabuco e Sérgio Buarque de Holanda, razão pela qual a tese do “adesismo” merece ser questionada. Note-se por exemplo que, ainda que admitida a ideia de transição entre as preocupações com um “patrimonialismo de sociedade civil” (presente nos escritos do período acadêmico) para preocupações centradas na análise “patrimonialismo de Estado” (características dos escritos cebrapianos) – como defendido, por exemplo, por Ribeiro (2010)⁴²³ – não é Faoro quem está lá fundamentando teses como a dos “anéis burocráticos” que, em certo sentido, representam um complemento importante às análises do “estamento burocrático” de Faoro.

⁴²² Voltaremos a analisar este aspecto no próximo capítulo.

⁴²³ Cotejando os diferentes autores contemporâneos e do passado, Ribeiro procura mostrar como é possível situar o liberalismo de Cardoso numa linha de continuidade que se inicia com a sugestão de Tavares Bastos sobre o caráter parasitário do Estado brasileiro, passa pela tese de Raymundo Faoro sobre a permanência de um estamento burocrático-patrimonial e chega à proposta de Simon Schwarzman e outros “americanistas” de “(des)construção de um Estado que rompa com sua tradição ‘ibérica’ e imponha o predomínio do mercado, ou da sociedade civil, e dos mecanismos de representação sobre os de cooptação, populismo e ‘delegação’”. RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. **Autoritarismo e democracia no pensamento político de Raymundo Faoro, Simon Schwarzman e Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Orientadora: Wania Amélia Belchior Mesquita. Campos dos Goytacazes, 2010.

O patrimonialismo, ainda hoje, se coloca no caminho da modernização do Estado. Cheguei a estudar o assunto durante os anos de autoritarismo. Falei na existência do que chamei de ‘anéis burocráticos’. (...) Com o retorno do estado de direito, o fenômeno assumiu novos contornos, mais transparentes, o que facilitou a sua crítica. Os *lobbies* ganharam os corredores do poder à busca de subsídios e crédito fácil. O estamento se encastelou em nichos cartoriais para defender privilégios e regalias. Fora e dentro do Estado, continuamos a ouvir o refrão de uma metonímia perversa, que projeta interesses tópicos como aspirações gerais, que vê o País como extensão do lar, da repartição ou da empresa (CARDOSO, 1999, p. 244)⁴²⁴.

Por esta razão, não é apropriado falar em “adesismo” da parte de Cardoso às ideias de Faoro e muito menos de que as reformas políticas implementadas nos anos 1990 possam ser tributadas a ele. De fato, assim como em Faoro, todas as análises de Cardoso sobre a dependência, sobre o autoritarismo e as possibilidades de redemocratização giraram em torno de valores, ideais e escolhas políticas. Através da análise dos interesses e valores que orientam a ação, o processo de mudança começa a perfilar-se como um processo que, nas tensões entre grupos com interesses sociais e políticos e orientações divergentes, encontra o filtro pelo qual passarão os influxos econômicos.

Não obstante, nas análises dos discursos presidenciais, fica notório como Faoro passa a ser uma referência mais presente no discurso de Cardoso do que se considerarmos os momentos anteriores de sua trajetória e Faoro cumpre certamente um papel auxiliar na estruturação das teses que nortearam as reformas políticas implementadas. No entanto, a fim de negar a tese do “adesismo”, é imprescindível considerar que, dentre os autores dedicados a investigar o “período da formação” Faoro é o último com quem Cardoso estabelece interlocução; interlocução, esta, que vem acrescentar às crenças republicanas e parlamentaristas herdadas de Nabuco e de Sérgio

⁴²⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na solenidade de abertura do Congresso Brasil-Portugal**. Palácio do Itamaraty, Brasília, 21 de setembro de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 36, v.10].

Buarque de Holanda a crença – embora já existente no pensamento de Cardoso, mas não totalmente explorada até o contato com a obra de Faoro –, na necessidade de se combater a visão largamente difundida no pensamento político brasileiro de uma sociedade amorfa cujo componente orgânico é um Estado-leviatã. Assim, inscrita no contexto de entender o período de formação, a obra de Faoro chama a atenção para a crítica das visões para as quais o Estado era quase tudo e a nação, quase nada.

[Faoro] foi um dos poucos que, ao analisar nossa história, não se deixou enredar na mística gerada pelo próprio Estado: a de que ele seria a melhor, senão a única, mola na formação nacional. (...) Esta talvez seja a maior virtude de Raymundo Faoro: sua persistência na crença democrática e em compreender a importância do liberalismo como contraponto ao roldão que o culto ao Estado representa entre nós (...) A leitura de *Os donos do poder* é um bom antídoto para evitar que a paixão pelo Estado confunda a eventual modernização progressista, mesmo que autoritária, com os melhores interesses populares e com a democracia. Na verdade, a predominância burocrático-estatal mais leva água ao moinho do conservadorismo tradicional do que representa um avanço na democratização das instituições da sociedade. Entre nós, contudo, custa muito fazer prevalecer o papel da sociedade civil e valorizar como progressista uma visão democrática não autoritária. E custa mais ainda aceitar o lado positivo da tradição liberal que valoriza a cidadania, o respeito às leis e o repúdio ao arbítrio inerente à cultura do populismo paternalista. O empreguismo e a aceitação das estripulias praticadas pelos detentores do poder estatal em nome do interesse nacional e popular acabam por facilitar a persistência do pior de nossa tradição, o patrimonialismo. Este se afina mais com o personalismo autoritário, confunde a vida privada com a pública, além de gerar arbítrio e corrupção (CARDOSO, 2013, p. 227-229)⁴²⁵

⁴²⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

Outro argumento que ajuda a negar a tese do “adesismo” consiste em mostrar como as filiações de Cardoso às ideias de Faoro não se dão sem que se faça a crítica à ênfase monotônica atribuída por Faoro à força do “estamento burocrático” na vida política brasileira. De um ponto de vista histórico, para Cardoso, a interpretação de Faoro se aplica com exatidão à análise das estruturas de mando no período do Brasil Colônia (em que as relações econômicas, como já apontara Caio Prado Jr., eram um “negócio do Rei”), mas não exatamente aos períodos históricos subsequentes. Ainda que as instituições trazidas pelo Império Português tenham legado uma visão bastante centralizadora e que a centralidade do latifúndio colonial estava menos no seu significado econômico do que no político, como já indicara Oliveira Viana, as categorias de análise de Faoro se enfraquecem ao não captarem a crescente importância adquirida pelos interesses econômicos emergentes frente à estrutura patrimonial na dinâmica das relações políticas a partir do período imperial. Com isso, Cardoso não pretende negar a interpretação de Faoro, mas simplesmente sugerir que ela seja nuançada.

É interessante observar que o contraponto a partir de onde Cardoso sugere tais nuances à obra de Faoro é a obra de Sérgio Buarque de Holanda: “enquanto Sérgio desmistifica a existência de uma democracia parlamentarista mostrando a força inegável da transformação do Poder Moderador em poder pessoal e exibe a articulação entre o Trono e sua base escravocrata-latifundiária, Faoro, sem negar tal interpretação, nuança-a para mostrar que, no final, o próprio conservadorismo preferia a tutela burocrático-imperial à preeminência dos proprietários de terra” (CARDOSO, 2013, p. 242)⁴²⁶. Assim, embora a interpretação de Faoro lance luz sobre a importância da herança estamental-burocrática para o entendimento da reprodução do patrimonialismo, Cardoso sugere que é preciso sopesar a importância de outros fatores estruturais sobre os quais se assentava o Império: a escravidão e o latifúndio. Endossando a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda, Cardoso afirma que

A imagem de um processo ziguezagueante, onde despontam ora os interesses e o poder do estamento, ora os interesses mais puramente econômicos, quando as classes ganham força,

⁴²⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

parece-me mais ajustada para descrever os momentos históricos do que a imagem de circularidade que decorre da insistência do predomínio do patrimonialismo imperial. (CARDOSO, 2013, p, 250)⁴²⁷

Na análise do período republicano, a discordância de Cardoso não vai ser apenas de ênfase ou da “carga” atribuída por Faoro ao conceito de estamento burocrático. É também de conteúdo. A centralização política do Império deu origem a uma descentralização oscilante na República. Na análise deste período, embora tenha continuado a valorizar as pressões democratizadoras vindas da base da sociedade como contraponto à realidade patrimonialista e centralizadora, Faoro segue firme com a hipótese da persistência do patrimonialismo mesmo depois do fortalecimento da sociedade civil e das práticas representativas pós 45, ainda que tais mudanças tenham tido retrocessos nos momentos de ditadura, quando houve uma imensa concentração de poderes. Segundo Cardoso, Faoro dá “a impressão de que nada mudou, quando, na verdade, houve mutação contínua. “Ao analisar o patrimonialismo no período republicano, creio que faltaria a Raymundo Faoro esmiuçar melhor o sentido da trama entre os estamentos e as classes, o Estado e as forças de mercado. Ver a cada passo da história a repetição do mesmo modelo estamental-patrimonialista empobrece a interpretação” (*idem*, p. 257)⁴²⁸.

Cardoso acrescenta que as análises de Faoro sobre o patrimonialismo, para terem eco contemporâneo, precisam passar a abarcar a variabilidade de formas e liames que, que, “se não se opõem ao patrimonialismo, são distintos do corporativismo tradicional ligado apenas ao Estado” (*idem*, p. 259). Contemporaneamente, o estamento tem feição mais civil do que militar, o que implica acrescentar à análise a influência de outros agentes econômicos e sociais:

Talvez os “ditadores sociais” possam ser substituídos por presidentes eleitos e os liames corporativos não se limitem aos estamentos estatais, senão que entrem setores da sociedade civil, como sindicatos e blocos de empresas, no condomínio patrimonial de poder (funcionando

⁴²⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

⁴²⁸ *Idem*.

como “anéis burocráticos”). Conforme se venha a dar o entrosamento entre sociedade civil e Estado, a crítica de Faoro à falta de garantias do Estado patrimonial aos direitos subjetivos dos trabalhadores e dos pobres em geral perde força como argumento para mostrar os males causados pelo patrimonialismo à racionalidade das decisões. Talvez a capacidade do Estado patrimonial de assegurar tais direitos explique a adesão continuada de camadas diversas da sociedade, incluindo as desprivilegiadas, às formas contemporâneas de patrimonialismo, que mais do que “formas de dominação” são traços persistentes de antigas formas patrimonialistas combinadas às novas, podendo ser estas até mesmo de fundamento capitalista-burguês, ou, como se diz agora, empresarial (*idem*, p. 259-260)

Esta passagem deixa clara a proximidade da análise de Faoro em *Os donos do Poder* e as análises levadas a cabo por Cardoso sobre a natureza do Estado autoritário na década de 1970, ainda que, como já dito, em seus contextos originais, elas não se referenciem. A partir do conceito de “anéis burocráticos”, Cardoso buscava representar o conluio que se dava no interior do Estado entre grandes empresários e a alta burocracia para definir onde e como se dariam os incentivos públicos. Foi uma das formas encontradas pelo arbítrio para perpetuar a gestão do bem público por interesses localizados. A perspectiva de Cardoso apresenta, nesse sentido, uma importante inovação em relação ao referencial de Faoro: leva em consideração a dinâmica transformadora das classes, ao lado da disseminação dos valores do individualismo e da liberdade, associados às novas formas de sociabilidade e de atuação, que acabam por exercer um papel de contraponto às tendências patrimonialistas:

a sociedade civil e as forças de mercado têm tido influência crescente. Eu não digo isso imaginando que, como consequência, se fortalecerá a ideologia liberal. Contemporaneamente o ‘estamento’, no caso mais civil do que militar, está cada vez mais presente. A amálgama entre partidos governantes e máquina pública dispõe de instrumentos de controle para cooptar tanto o setor empresarial (via crédito e concessões de

vantagens várias) como os trabalhadores e as massas despossuídas (via benesses sindicais e transferências diretas de renda) (CARDOSO, 2013, p.261)⁴²⁹.

Tais influxos afetam, inclusive, os modos pelos quais se dão as relações de poder. “Houveram mudanças institucionais que não permitem mais o exercício do poder à moda antiga. Por outro lado, não houve ainda a legitimação plena dos poderes que foram atribuídos a essas esferas do poder” (CARDOSO, 2000, p. 330)⁴³⁰. A despeito desta importante diferença, Cardoso reconhece como aspecto fundamental da análise de Faoro o reconhecimento da continuidade do patrimonialismo e de seus efeitos deletérios sobre as possibilidades de construção de uma sociedade civil vibrante. Nas palavras de Cardoso: “tudo passa despercebido; é a maneira brasileira de não encarar o problema, de fingir que ele não existe. A sociedade brasileira não é “anti”, é molenga” (CARDOSO, 1998, p. 344-346)⁴³¹. Neste quesito, ainda que com ímpetus nacionalistas diferenciados, Faoro e Cardoso deixam transparecer as mesmas preocupações de Weber para com a construção de uma vigorosa sociedade civil (trans?)nacional, com a constituição de atores políticos capazes de dirigir a sociedade⁴³². A diferença de Cardoso para com ambos consiste no fato de que Faoro compartilha não apenas das mesmas preocupações, mas também do mesmo prognóstico pessimista de Weber sobre essas possibilidades: Weber não via nem na burguesia alemã, nem no proletariado em ascensão, muito menos nos *junkers* possibilidades reais de transformação nacional a partir dos principais atores sociais. Faoro nutre a mesma preocupação para com a

⁴²⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

⁴³⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na cerimônia de abertura da I Conferência sobre Federalismo Cooperativo**. Palácio Itamaraty, 09 de maio de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 50, v.11].

⁴³¹ CARDOSO, Fernando Henrique. **O presidente segundo o sociólogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴³² No caso da análise do Brasil colônia, por exemplo, Faoro elege como a figura que vai até certo ponto ameaçar as bases deste capitalismo burocraticamente tutelado é a do “caudilho” que, à imitação do capitalista inovador para Weber, se contrapunha às tendências burocratizantes. Diferentemente de Weber, no entanto, Faoro não procura avaliar o potencial de todos os possíveis atores, mas se concentra em apenas um deles, o estamento burocrático.

construção da sociedade nacional, e embora tenha se preocupado em estudar apenas um desses atores, chega à mesma conclusão de Weber: o estamento burocrático não seria capaz de levar a sociedade brasileira a esta transformação, na medida em que cerceia a emergência qualquer antagonista a seu *modus vivendi*⁴³³. A ausência deste pessimismo é o que distingue o pensamento de Cardoso do de Faoro e também do de Weber. Ainda que reconheça que “em países de tradição cultural ibérica, como os nossos, o individualismo possessivo e a crença na competição no mercado como instrumento para realizar o bem de todos nunca foram assimilados. (CARDOSO, 2010, p. 113)⁴³⁴, o pensamento de Cardoso tem influxo fundamental nas crenças *possibilistas* herdadas de Albert Hirschman, Cardoso mantém uma perspectiva menos pessimista, segundo a qual

Talvez surjam tendências que não joguem na lata de lixo da História o que de positivo foi gerado pelo liberalismo político – a representação, o amor à lei e às liberdades –, mas criem um novo humanismo. Humanismo democrático que abomine as ditaduras e os patrimonialismos fantasiados de progressismo, e que tampouco se limite ao saudosismo do *self government*, nem acredite que a regulação do Estado só se possa dar no âmbito do patrimonialismo, com imposições de cima a baixo (CARDOSO, 2013, p. 262)⁴³⁵.

⁴³³ Faoro fala de uma trajetória histórica truncada no caminho da constituição da classe burguesa (e, portanto, das outras classes), o que, por sua vez, impossibilita a revolução burguesa anunciada por outras tradições de pensamento. Na sociedade brasileira, o liberalismo econômico se casou com um liberalismo comercial limitado e na verdade foi mais um eco dos exemplos anglo-saxônicos do que expressão de uma ideologia genuína. Já o liberalismo político teve mais peso entre nossos ideólogos (como Rui Barbosa).

⁴³⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. **Xadrez internacional e socialdemocracia**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

⁴³⁵ CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

CAPÍTULO 6 – AS RECEPÇÕES DO PENSAMENTO POLÍTICO CARDOSIANO E AS RECONFIGURAÇÕES DAS MATRIZES CONCEITUAIS DO *POLÍTICO*

Seriam as filiações discutidas na sessão anterior um atributo inerente apenas à estética interna do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso ou, antes, seriam elas reveladoras de aspectos mais estruturais das contendas que animam o pensamento político brasileiro tomado como uma trajetória coletiva? Se os aspectos discutidos no capítulo anterior nos ajudaram a entender a inserção do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso na estruturação do “político” no Brasil desde a perspectiva do movimento específico operado por suas ideias, cumpre, neste capítulo final, complementar tal movimento, indagando como os canais pelos quais este pensamento tem sido recebido e mobilizado ajudam a esclarecer as mesmas questões.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é levantar elementos para compreender como o pensamento do autor foi recebido e mobilizado por uma série de intérpretes para pensar cada um dos quatro processos centrais que ocuparam a imaginação política brasileira ao longo do século XX e que, em grande medida, a ocupam até hoje: a *formação*, a *modernização* a *democratização* e a *inserção*. Com esta finalidade, procuraremos recuperar um conjunto de apreensões simbólicas sobre a obra as quais julgamos como mais representativas das contendas que animam o *político* no país.

Em consonância com as demarcações conceituais da Escola Francesa do Político, tal exercício consiste em tentar restituir ao movimento das ideias como *história do passado* uma dimensão de *história do presente*. Em outras palavras, não está mais em questão como o autor se apropriou das ideias de um conjunto de tradições para conferir-lhes novos significados, mas sim como as suas ideias são apropriadas por um conjunto de intérpretes em função de entender como suas ideias contribuem para ressignificar as representações simbólicas mais fundamentais do *político* (ROSANVALLON) no Brasil. Ao recuperar estas recepções, portanto, pretendemos discutir (sem pretender esgotar o tema), como o legado político de Fernando Henrique Cardoso tem participado da construção e ressignificação das matrizes conceituais do *político* no Brasil. Tal exercício nos permitirá, ainda, situar nossa própria leitura frente ao conjunto dessas recepções.

O exercício que se segue está dividido em duas partes distintas: na primeira parte do capítulo, discutiremos aspectos mais gerais destas recepções e seus impactos sobre a construção do legado do autor; na

sequência, abordaremos separadamente tais recepções dentro de cada um dos quatro processos indicados.

6.1 DE “CARDOSO” A “FHC”: O *MAINSTREAM* DAS RECEPÇÕES

Muitas são as representações feitas sobre a figura pública e política de Fernando Henrique Cardoso, mas talvez nenhuma delas seja mais expressiva das disputas simbólicas em torno das quais gravita o nome deste intelectual do que aquela que lhe atribuiu, certa vez, Glauber Rocha, ao chamá-lo de “o príncipe dos sociólogos”. Tal representação é exemplar justamente pela diversidade de interpretações que suscita: uns a tomaram de forma pejorativa, em tom irônico, realçando um suposto caráter elitista, arrogante e mesmo vaidoso possível de ser encontrado em sua biografia; outros a empregaram em tom elogioso, considerando sua proeminência no campo das ciências sociais ou mesmo a projeção atingida por ele no cenário político brasileiro e mesmo internacional.

Como já afirmado na introdução deste trabalho, a afirmação das ideias de *transição* entre a atividade intelectual e a atividade política e da conseqüente existência entre uma *ruptura* entre ambas vem se constituindo como elemento fundante das análises que vão dando conta da produção do legado de Fernando Henrique Cardoso. No entanto, se o impacto que tais ênfases acabam por ter sobre a análise do conjunto de sua trajetória de vida resta mais ou menos esclarecido, o mesmo não se pode dizer sobre impactos que estas mesmas ênfases acabam por exercer sobre as representações intelectuais que se fazem acerca das suas ideias.

Nesse sentido, um movimento transcorrido no campo linguístico parece ser particularmente ilustrativo, que consiste na transição de tratamento pela qual, de “Cardoso”, Fernando Henrique passa progressivamente reconhecido pelo vocativo “FHC”. Para compreender corretamente como esta transição linguística vêm a se constituir num elemento central de entendimento do lugar ocupado pelo legado cardosiano na estruturação das representações simbólicas do político no Brasil, torna-se necessário reconstituir, contextualizadamente, os principais momentos de sua afirmação e seus desdobramentos mais significativos.

Embora a ideia da transição entre a atividade intelectual e a atividade política já fosse corrente nos círculos intelectuais desde a segunda metade da década de 1970, ela é enunciada pela primeira vez

em meios acadêmicos num artigo de Lehmann em meados da década seguinte (LEHMANN 1986)⁴³⁶. Ao interpretar a trajetória de Cardoso até aquele momento, o intérprete observa que a produção intelectual do autor a partir de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* expressaria muito mais um estágio de preparação para a atividade política do que a manifestação de preocupações estritamente analíticas, características de momentos anteriores de sua trajetória.

E não apenas isto. Para Lehmann, essas ideias vieram a ser o substrato pelo qual Cardoso passaria a desempenhar um papel de proeminência na transformação da atmosfera ideológica do Brasil durante o Regime Militar, acabando por centralizar em torno de seu nome a mudança operada no discurso da oposição, corporificada institucionalmente no papel desempenhado pelo MDB na transição política. Assim, desde suas seminais contribuições para o entendimento da natureza do regime militar a partir de meados dos anos 70, “suas intervenções orientaram o discurso da oposição radical no sentido de afastá-la da desconfiança com relação à democracia (como algo “burguês” ou “formal”) e encaminhá-la para um diálogo com o discurso liberal dos interesses empresariais” (LEHMANN, 1986, p. 34). Esta transição da dependência para um discurso centrado no Estado constituiu uma grande façanha articuladora no discurso da oposição ao regime, notabilizado pela necessidade de se ocuparem as brechas de participação política que iam se abrindo no regime.

Esta inflexão ajudaria a entender, inclusive, porque, em lugar da *ruptura* postulada por teóricos como André Gunder Frank, Cardoso teria enveredado, antes, por um *deslizamento ideológico*, opção levada a cabo a partir de dois passos argumentativos: primeiro, pela demonstração de que o capitalismo dependente também poderia dar origem a um processo de desenvolvimento, desde que se produzissem arranjos políticos que o possibilitassem; depois, pelo desenvolvimento de uma explicação que procura reavaliar a estrutura social e o sistema político do Brasil, no intuito de explicar os entraves políticos postos ao desenvolvimento do país pela ausência da democracia. Na visão de Lehmann, esses dois passos argumentativos teriam como consequência natural um vocativo à ação política, materializada, àquela altura, pela sua defesa e imersão numa “guerra de manobra” no interior do regime burocrático-autoritário em favor da redemocratização, tornando a mudança social possível. Para Lehmann,

⁴³⁶ LEHMANN, David. **FHC**Cardoso: da dependência à democracia. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 14, pp. 31-36, fev. 86.

não haveria dúvida de que Cardoso o fez proposadamente. Como filho de general, talvez estivesse numa posição privilegiada para levantar questões sensíveis como aquelas, e explorou politicamente muito bem tal situação, a ponto de não ser descabido sugerir que Cardoso tenha liderado a corrente dos intelectuais que, nos anos que se seguiram a 1977 decidiram ingressar nos partidos legais de oposição, e que desejasse ver estabelecido no Brasil um sistema político não populista. (...) No Brasil, nos círculos intelectuais, a influência de Cardoso foi mais política que teórica, no sentido de legitimar junto à *intelligentsia* do país uma ação política institucional aberta: [Cardoso] queria que eles falassem à massa do povo e não apenas uns com os outros: uma tarefa que claramente atribui a si próprio, ou com a qual se viu confrontado, por volta de 1977 (*Idem*, p. 33-34)⁴³⁷.

No artigo de Lehmann, a ideia de transição entre a condição de intelectual e político não aparece ainda na forma de *ruptura*, mas de *ambiguidade*, sendo importante reconhecer a continuidade das intervenções intelectuais de forma paralela à atividade política, ainda que, segundo ele, daí por diante, tais intervenções passem a ser evasivas e ocasionalmente diplomáticas, “como convém a um político-travestido-de-sociólogo” (*idem*, p. 35)⁴³⁸.

Tal mudança constitui-se num primeiro movimento que nos permite entender como o legado cardosiano impacta sobre as reconfigurações do *político* no Brasil. Primeiro, pelo lugar que tal abordagem confere ao autor para pensar tanto os contornos da

⁴³⁷ LEHMANN, David. **FHC**Cardoso: da dependência a democracia. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 14, 1986.

⁴³⁸ Lehmann relata um episódio que exemplifica essa suposta ambiguidade: “Em 1977, estive num auditório do Congresso Nacional em que ele veio falar, em meio a uma greve estudantil muito tensa na Universidade. O auditório era composto predominantemente de estudantes sem experiência política, que buscavam orientação na situação delicada em que se encontravam, e ele os manteve fascinados ao conduzi-los, a partir de Hobbes, por toda a história da teoria política, até chegar ao problema imediato do Brasil naquele momento, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

imaginação política brasileira por ocasião do processo de modernização do país, quanto para pensar a conformação do *político* no momento específico em que a política brasileira converge para a resistência e superação da ditadura; segundo, porque ao reconhecer a coexistência de esforços intelectuais (ainda que depreciando-os) junto à projeção política que vai sendo conquistada, nos permite recordar a dimensão de *práxis* existente no pensamento político; e, terceiro, porque sua abordagem, ao afirmar a ambiguidade do autor na vivência desta relação, se afirmará como ponto de partida das abordagens que discutirão acaloradamente na década seguinte a ideia da *ruptura*.

A afirmação desta ideia ao longo dos anos 90 consolida definitivamente, no plano das abordagens intelectuais, a passagem de “Cardoso” a “FHC”. Tal ideia foi expressa de maneira mais clara e contundente no ano de 1993⁴³⁹, como consequência da disseminação do bordão “esqueçam o que escrevi” e que teve um impacto devastador sobre a recepção de seu pensamento no contexto do pensamento político brasileiro. Ainda que o autor tenha recorrentemente negado sua pronúncia e alguns interlocutores tenham feito esforços no sentido de esclarecer a reflexão que deu origem a ele⁴⁴⁰, este episódio colou-se à discussão de seu legado intelectual como elemento explicativo de um ponto de chegada, da conclusão do processo de transição entre *o intelectual e o político*, iniciado em meados da década de 1970. Embora a atribuição dessa frase ao autor tenha também dado origem a um *revival* em torno do significado de sua obra intelectual pregressa, este momento é comumente interpretado como o ponto de inflexão entre o

⁴³⁹ A frase foi divulgada pela primeira vez pela Folha de São Paulo em reportagem de João Carlos de Oliveira e Antônio Carlos Seidl em 05/06/1993.

⁴⁴⁰ Sobre a famosa frase, escreve Lafer (2010): “estive presente no almoço em que alegou-se que ela teria sido proferida. É uma alteração corrompida da resposta a uma pergunta que lhe fiz, a que ele respondeu nos seguintes termos: “Celso, você que escreve tanto, sabe que, muitas vezes, quando se está numa função pública e vai se ver o que escreveu, conclui-se que não é bem assim”. Com isso, o que ele estava dizendo, e posso dar o meu testemunho como seu interlocutor naquele momento e em tantos outros, é que a reflexão não é fixa e imutável, mas passa por ajustes - não por denegações - em função da evolução das circunstâncias e do tempo. A frase, apesar de inventada, “pegou”, circulou e continua perseguindo FHC até hoje, mesmo depois de ele ter deixado a presidência, pois se tornou uma arma de combate político à eticidade da sua atuação. Ela é um excelente exemplo de como dois temas, traição e deserção, cercam, como aponta Bobbio, a recorrente controvérsia sobre a ética dos intelectuais na vida pública

intelectual e o político, entre “Fernando Henrique Cardoso” e “FHC” e a partir do qual sua obra passa a ser interpretada.

Pelo lado dos críticos, esta ruptura estaria contemplada tanto pela ideia de *traição das crenças* – pela qual a história intelectual de Cardoso, uma vez que transcorrida de maneira associada aos estudos sobre a dependência e ligada às origens do marxismo no Brasil, seria incongruente com o projeto político de reforma do Estado levado a cabo nos anos 1990 –, quanto pela ideia oposta da *conversão pragmática*, pela qual as bases programáticas da obra do político já estariam, ao menos em grande medida, presentes na obra do acadêmico. No primeiro caso, a ideia de ruptura é sustentada por uma abordagem teórica que vincula a ação do político a um processo de assimilação no campo das ideias, cuja forma mais elaborada pode ser encontrada no trabalho de Werneck Vianna (1999), para quem o político FHC teria “incorporado” o diagnóstico de Raymundo Faoro sobre o Brasil por ocasião da construção do projeto político do PSDB (1987-1992), implementando-o nos anos imediatamente subsequentes, que vão desde o Plano Real até seus mandatos como Presidente; no segundo, a conversão pragmática encontra amparo num processo de reinterpretação das ideias do autor, que transcorre no sentido de afirmar que a leitura de sua obra intelectual dentro de um registro “progressista” ou “de esquerda” é que teria se configurado num enorme equívoco por parte da intelectualidade brasileira. Em ambos os casos, esta suposta ruptura é geralmente utilizada como substrato nas análises que reduzem a complexidade da relação entre movimentos intelectuais e movimentos políticos à implementação de um nunca bem definido “neoliberalismo” econômico, com desdobramentos sobre uma concepção também “neo”liberal no plano político.

Todavia, não são apenas os que, de alguma forma, pretendem afirmar a negação do intelectual pelo político que fazem uso do expediente desta suposta ruptura. Esta ideia permanecerá presente mesmo dentre os que mais abertamente fazem a defesa do legado do autor, particularmente desde sua chegada à Presidência da República. Neste caso, todavia, a conotação passa a ser, predominantemente, a de procurar enxergar a singularidade de sua contribuição intelectual progressista como elemento a ser recordado e utilizado como recurso da prática política e, em boa medida, a razão de seu sucesso. Para nossos propósitos, é importante sublinhar que as interpretações que enfatizam a potencialização das habilidades políticas a partir do ingresso na vida partidária representam a continuidade lógica da ideia de um “estágio preparatório” enunciada por Lehmann, ainda que, agora, o façam para

sublinhar o *sucesso* da trajetória política de seu objeto. Em síntese, ao colocarem em evidência uma trajetória *maquiavelianamente afortunada e virtuosa*, tais abordagens também contribuem para o ofuscamento do legado intelectual do autor, especialmente as reflexões produzidas a partir da década de 1990⁴⁴¹.

Esta tendência se revela bastante presente num conjunto de obras de teor biográfico, quase invariavelmente conduzindo à desvinculação da trajetória individual de Cardoso dos movimentos operados no campo das ideias ou mesmo das transformações nos condicionantes da atividade intelectual no país. Esta espécie de “virtuosismo inatista” é, de certa forma, reforçado pelo próprio autor em alguns de seus textos autobiográficos. Por exemplo, em *The accidental president of Brazil* (2006), ele endossa essa linha ao afirmar que teve vantagens atípicas derivadas de sua formação intelectual em sua juventude e que, de certa maneira, essas vantagens foram decisivas para o ingresso na atividade política: “As universidades eram vistas como lugares perfeitos para se educar e se preparar para uma vida totalmente ativa. Como jovem professor, eu não tinha a intenção de entrar na política. Eu estava feliz, lecionando e aprendendo. Mas eu sempre achei que estava me preparando para alguma coisa” (CARDOSO, 2006, p. 48 – *tradução nossa*)⁴⁴².

De forma ainda mais explícita, Leoni (1997) procura reconstruir a trajetória de Cardoso enfatizando a ideia do gosto pela política como traço marcante de toda trajetória de vida do autor, sendo a mesma tratada como uma herança de berço (ideia presente desde o primeiro capítulo, intitulado “Uma família de militares”), traço que ajudaria a explicar o desenvolvimento das habilidades políticas que permitiram a Fernando Henrique tornar-se presidente. No entanto, a autora acresce a esta “herança” um momento de inflexão (ou de ruptura!), segundo o qual,

por algum tempo, Fernando Henrique continuará a ser um intelectual na política e será chamado de professor nos corredores de Brasília. Mas a

⁴⁴¹ De quebra, sugerem uma leitura depreciativa do próprio reconhecimento intelectual progressivo, na medida em que induzem a leitura de que este reconhecimento foi mais produto de estratégias de ocupação de espaços do que da qualidade das análises produzidas

⁴⁴² CARDOSO, Fernando Henrique. **The accidental president of Brazil: a Memoir**. Cambridge, MA: Public Affairs, 2006.

política começa a ser uma atividade de tempo integral. (...) *Brasília muda a vida pessoal de Fernando Henrique, mas também sua maneira de agir e pensar a política*. No Senado, ele se aproxima do poder e começa a desenvolver um verdadeiro gosto pela política e todos os seus meandros (LEONI, 1997, 216-219, *grifos nossos*).

O livro de Goertzel (2002)⁴⁴³ também é ilustrativo desta tendência. O intérprete busca resposta à pergunta “como e porque, nas circunstâncias do Brasil dos anos 90, Fernando Henrique Cardoso pode se tornar o homem certo na hora certa para levar a cabo a reconstrução democrática do Brasil?”. À parte o possível exagero, sua argumentação aponta para a necessidade de se discutir com precisão o “tipo” de intelectual que *fora* Fernando Henrique para se entender corretamente sua trajetória e ação políticas. Como observou Vilmar Faria no prefácio da obra, “a caracterização que Goertzel nos oferece do intelectual Fernando Henrique Cardoso dá elementos para compreendermos sua entrada na cena política e entender seu estilo de atuação” (GOERTZEL, 2002, p. XII). Para Goertzel, a crença fundamental de Cardoso seria a de que o conhecimento não se esgota na erudição, mas *tem que* se traduzir em ação política. A peculiaridade da trajetória de Cardoso derivaria da associação dessa crença (que teria permanecido constante ao longo da trajetória política e informaria as opções que o levaram a colaborar decisivamente na reconstrução democrática do país como Ministro e Presidente, esta sim a grande obra de Fernando Henrique) com a habilidade política de ocupar espaços. Novamente, a atividade intelectual é tomada como variável explicativa da atividade política: a biografia de Goertzel contribui para a difusão da ideia de que o intelectual explica o político e, ainda que ele reconheça uma certa atividade intelectual no período contemporâneo (capítulos 6 e 7), é esta última que mereceria destaque.

Outros exemplos abundantes nessa linha da influência do intelectual sobre o político se encontram na coletânea “Democracia, crise e Reforma” (2010).⁴⁴⁴ Nela, o texto de Celso Lafer (*O intelectual como político*), por exemplo, enfatiza em diversas passagens a

⁴⁴³ GOERTZEL, Ted. **Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução** da democracia no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2002.

⁴⁴⁴ D’INCAO, Maria Angela; MARTINS, Hermínio. **Democracia, crise e reforma**. Estudos sobre a era. Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

existência de um quadro mental haurido de sua experiência intelectual para pensar o impacto da globalização em seu governo, quadro este ligado aos seus estudos e pesquisas como sociólogo sobre dependência e desenvolvimento. Na mesma coletânea, os textos de Lamounier (*Como um intelectual se fez presidente*)⁴⁴⁵ e de Ted Goertzel (*O impacto de FHC sobre as ciências sociais*) também são marcados pelo signo da ruptura e da ênfase em explicar como a atividade intelectual influenciou a atividade do político: “ele estava um pouco cansado de debates acadêmicos e pronto para novos desafios. Seus escritos acadêmicos foram deixados de lado, mas sua obra foi trazida à baila quando foi eleito presidente” (GORTZEL, 2010, p. 433)⁴⁴⁶.

Nesta mesma linha de argumentação, merece destaque o texto de Laurence Whitehead. Retomando o argumento de Goertzel do “homem certo na hora certa”, reforça a ideia da transição ao reler a trajetória de Cardoso a partir de uma referência a Maquiavel:

FHC era o homem certo na hora certa, e naquelas condições de extrema turbulência a sorte ditou que ele herdaria raras oportunidades negadas a seus contemporâneos. Ele também demonstrou perspicácia ao perseguir tais oportunidades. Nos termos de Maquiavel, para tornar-se *governante de um principado constitucional* não por vias criminais ou por qualquer outro ato deplorável de violência, e sim pela aprovação dos cidadãos, não basta somente *virtu e fortuna*, e sim uma *astutia fortunata*” (WHITEHEAD, 2010, p. 439 – *grifos nossos*).

Whitehead elenca momentos importantes operados por esta *astutia fortunata* nas estratégias empregadas pelo autor ao longo de sua trajetória, como a possibilidade de acessar a universidade num momento da história em que ela estava aberta a poucos; a ocupação dos espaços

⁴⁴⁵LAMOUNIER, Bolivar. **Como um intelectual se fez presidente**. In: D’INCÃO, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

⁴⁴⁶GOERTZEL, Ted. **O impacto de FHC sobre as ciências sociais**. In: D’INCÃO, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

dentro de um campo intelectual extremamente disputado e desigual, no qual a USP tinha papel destacado, atuando como “porta-voz do caso brasileiro para a academia internacional” (*idem*, p. 440); no reconhecimento dos aspectos positivos de ter passado pela experiência do exílio, “evitando situações de risco, em que teria que se definir como um radical mais empenhado do que desejaria ser” (*idem*, p. 442); em outros momentos importantes de sua trajetória, como a Constituinte e a criação do PSDB, assumindo um papel de “protagonista nos processos de acomodação da elite, reconciliação popular e criação de instituições” (*idem*, p. 451); e, por fim, nos desafios colocados pelo exercício da ocupação do cargo de líder máximo da nação. Whitehead ressalta que a questão mais crucial para o entendimento da carreira e da estratégia de “FHC” diria respeito às possibilidades de existência de “uma esfera autônoma para a criatividade política, uma política de reformas e de formação de alianças dentro de um sistema político nacional dependente” (*idem*, p. 446). Em síntese, “na prática, do fim da década de 70 em diante, foi o surgimento de uma capacidade política reformista para mudar a situação estrutural dependente do Brasil que ganhou o compromisso de “FHC” e tomou conta de sua energia criativa” (*idem*, p. 446, *grifo nosso*). E reitera que, entre 1974 e 1982, seu dilema anunciado de não saber *para que* estava se preparando vai ganhando os contornos claros de uma resposta:

A transição de líder acadêmico para político não foi rápida e muito menos suave. Embora FHC tivesse recusado a cátedra em Berkeley em 1982, seu compromisso com uma carreira política já estava aparente no fim da década de 1970. (...) Sem dúvida, sua carreira no Congresso e no Ministério foram uma preparação adequada para sua última reinvenção como líder de Estado democrático, mas cada uma dessas fases foi uma grande mudança que exigia que ele cultivasse novas habilidades e estivesse livre de compromissos e expectativas anteriores. Foram muitas vidas em uma, e para ter sucesso em todas elas, sem dúvida era necessário um contexto particularmente favorável e um nível considerável de destreza (uma *astucia fortunata* da mais alta ordem). A entrada na política em tempo integral exigia ousadia, sorte e hora certa (*idem*, p. 448).

O importante sublinhar é que, assim como na obra de Leoni (1997) já mencionada, em todos os textos desta coletânea (que é a principal no quesito da articulação entre a dimensão intelectual e a política de seu legado), os intérpretes fazem menção direta ou indireta à existência de uma trajetória intelectual que transcorre junto à atividade política e, em boa medida, como seu elemento reflexivo, embora nenhum deles explore seus contornos. Mas, se todas estas referências, digamos, mais “generosas” participam da construção do legado do autor a partir de uma suposta *transição*, também é possível encontrar presente a ideia de *ruptura* nesses autores. Nesse sentido, Garcia Jr. vai ainda mais além, desvinculando a trajetória política da trajetória intelectual do autor, retirando, assim, qualquer pertinência intelectual de seus textos contemporâneos, como se o fazer intelectual fosse isento de condicionantes políticos e, inversamente, como se o fazer político não fosse motivado por ideias.

as disposições e os capitais mobilizados para abrir o caminho para a presidência da República não são de forma alguma os mesmos que aqueles empregados para construir os trabalhos sociológicos que asseguraram seu prestígio científico (...) se todas as obras anteriores a 1978 mostram uma preocupação constante com a constituição do material empírico que permita demonstrar as teses sociológicas sustentadas pelo autor, as publicações do período posterior limitam-se a reunir todos os argumentos capazes de justificar as tomadas de posição e as ações no campo político. Não se trata aqui de sublinhar o caráter ideológico desses escritos, mas de entender que eles estão a serviço de outro objetivo que não o de dialogar com seus pares, cientistas sociais. (...) Para compreender a rápida ascensão de Fernando Henrique à mais alta magistratura, é de pouca valia conhecer os modelos de análise que elaborou e as teorias que adotou em sociologia; mas é indispensável conhecer as redes sociais que deram significado e substância à sua atividade de sociólogo, pois foi a mobilização dessas redes, com outros fins que a produção do conhecimento, que tornaram possível sua carreira política. Situado na interseção do campo das ciências sociais – que se ampliava e se

diversificava desde o início dos anos de 1970 – com o campo político, ele buscou colocar todo o prestígio adquirido como sociólogo a serviço de suas novas atividades políticas (GARCIA JR., 2004, p. 297-298)⁴⁴⁷.

A descrição desenvolvida até aqui não pretende negar que o acento da trajetória do autor vá sendo progressivamente posto na prática política, especialmente desde meados da década de 1970, mas tão somente apontar que as interpretações desta trajetória a partir da afirmação das ideias de *transição* e de *ruptura* consistem no primeiro elemento para que se possa pensar o lugar ocupado pelo pensamento de Fernando Henrique Cardoso dentro do conjunto do pensamento político brasileiro. Isso porque tal movimento vai se afirmando como plano de fundo histórico por meio do qual tem se produzido qualquer sistematização de suas ideias.

É este discurso de transição e ruptura na trajetória que sustenta a ideia amplamente difundida na academia brasileira de adesão ao ideário neoliberal, que tem se constituído no principal vetor de análise de seu pensamento posteriormente ao “esqueçam o que escrevi” e em torno da qual foram se afirmando um conjunto de ideias bastante imprecisas e descontextualizadas. Para ilustrar este aspecto, produzimos um levantamento das teses e dissertações acadêmicas que tomaram por objeto direto a investigação do legado de Fernando Henrique Cardoso (seja como intelectual, seja como político), junto a dois dos principais bancos de dados desta natureza: a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e o World Catalog.⁴⁴⁸ Observe-se que estes dados não valem

⁴⁴⁷ GARCIA JR., Afrânio. **A dependência da política:** Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. *Tempo soc.* [online]. 2004, vol.16, n.1 [cited 2011-08-15], pp.285-300. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100014&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-2070. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000100014>.

⁴⁴⁸ O levantamento dos dados foi realizado entre 11 de novembro e 18 de dezembro de 2013. A BDTD é o maior sistema de informação sobre teses e dissertações existente no país, disponibilizando um catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral. O IBICT coleta e disponibiliza os metadados das teses e dissertações, sendo que o acesso ao documento integral são de responsabilidade da instituição de origem. A rede encontra-se integrada a outros provedores de dados semelhantes, em especial a Networked Digital Library of Theses and Dissertation (NDLTD), da Virginia Tech University. Já o WorldCat

apenas pelo conteúdo quantitativo que trazem mas, mais do que isso, por expressarem as orientações valorativas presentes na academia brasileira, desde seus cursos de graduação até seus programas e linhas de pesquisas na pós-graduação.

Como o objetivo era o de tentar entender os canais de recepção, apropriação e interpretação do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso pelo pensamento político brasileiro, foram considerados apenas os trabalhos produzidos por estudantes e instituições brasileiras. O levantamento reportou 291 trabalhos entre teses (91) e dissertações (200), produzidos entre os anos de 1977 e 2013. No plano geral, a maior parte desses trabalhos se caracteriza: a) por ter sido produzida a partir de 2002, último ano do segundo mandato (a partir de onde 90,1% dos trabalhos foram produzidos); b) terem sido predominantemente produzidos nas áreas da Educação (25,8%), da Sociologia (19,6%), da Ciência Política (14,8%) e da Economia (11,7%), que concentram, juntas, 72% dos trabalhos;⁴⁴⁹ e c) por mais da metade deles (51,2%) terem como origem uma dessas cinco instituições: UNICAMP, USP, UFRGS, UFSCAR e PUC-SP.

Mas os dados mais reveladores dos caminhos por onde estão se dando a construção do legado de Fernando Henrique Cardoso e a discussão crítica de suas ideias dizem respeito aos temas e às ênfases das abordagens desses trabalhos. Em relação aos temas, chama atenção que, em números absolutos, 66,6% deles tenha se dedicado ou à avaliação de aspectos do governo FHC (balanço de políticas públicas, órgãos ou atos do governo) ou ao tema das reformas empreendidas nos anos 1990, que correspondem a 68,8% dos trabalhos da área da Educação, 82,4% dos trabalhos da Economia e 56,2% dos trabalhos da sociologia, por exemplo, foram elaborados segundo uma dessas duas ênfases. Se conferirmos um tratamento agrupado das categorias criadas para analisar as temáticas dos trabalhos, classificando-as em torno dos eixos “legado político” e “legado intelectual”, temos que, arredondadamente, 94% do total dos trabalhos se dedicaram a discutir o

é um catálogo de publicações científicas gerido pelo Online Computer Library Center (OCLC) e considerado o maior catálogo online do mundo. Foi criado no ano 1971 e abriga dados de mais de 71.000 bibliotecas públicas e privadas de todo mundo. Em 2005, abarcava o 73% do National Union Catalog (catálogo de livros anteriores a 1956). Em 2009 a cifra de registos bibliográficos atinge 150 milhões em 470 idiomas.

⁴⁴⁹ Para dados complementares, conferir as tabelas constantes no Anexo 02.

legado do político, ao passo que apenas 6% deles se dedicaram a discutir o legado intelectual de Fernando Henrique Cardoso.

Outro aspecto diz respeito à transição operada nas ênfases das abordagens, que passa a ser posta, progressivamente, em aspectos de crítica ideológica (neoliberalismo, crítica às privatizações, flexibilização ou gerencialismo), o que corresponde a quase metade dos trabalhos (48,5%), como mostra a tabela abaixo.

Tabela 2: Ênfase das abordagens

	Num	%
Crítica ideológica (“neoliberalismo”, “privatismo”, “flexibilização”, “gerencialismo”, etc.)	141	48,5
Comparação de governos (governo FHC com outro(s) governo(s))	53	18,2
Crítica à condução política de processos (relações com o Congresso, Judiciário, etc.)	47	16,2
Crítica à obra teórica de Cardoso (comparação, resgate, atualidade, pertinência, etc.)	18	6,2
Análise de conteúdo/discurso feito pela mídia sobre a figura do presidente	14	4,8
Defesa do governo FHC	9	3,1
Análise de conteúdo ou de discurso (discursos e/ou falas do presidente)	7	2,4
Relato histórico da trajetória de Cardoso	2	0,7
Total	291	100,0

FONTE: Levantamento do autor.

Em relação à distribuição destas ênfases por áreas, alguns números chamam a atenção: os trabalhos de *crítica ideológica* correspondem a 83% dos trabalhos da área da Educação, a 47% dos trabalhos da de Sociologia e Economia e à quase totalidade dos trabalhos do Serviço Social (11 em 12 ou 92%); ao passo que apenas 11,8% dos trabalhos da Economia, 11,6% dos trabalhos da Ciência Política e 10,5% do total dos trabalhos da sociologia tem o propósito explícito de fazer a crítica teórica das ideias do autor (comparação, resgate, atualidade ou pertinência ou ainda sua superação).

Em síntese, sem querer nos debruçar em sua análise, os dados deste levantamento reforçam os contornos do movimento de transição

descrito acima e sintetizado pela mudança de tratamento linguístico, de “Cardoso” a “FHC”. Percebe-se, assim, como as apropriações da obra do autor, por estarem sendo levadas a cabo a partir de categorias nem sempre suficientemente discutidas, frequentemente carregadas de um senso comum acadêmico, tem incorrido numa oposição maniqueísta, que ora a concebe como polo da virtude e ora – na maioria absoluta dos casos – como polo do desastre.

6.2 AS RECEPÇÕES DA OBRA E AS LINHAGENS DO *POLÍTICO*

Mas o que estas linhas gerais de recepção, em seu conjunto, podem dizer sobre as formas específicas pelas quais o pensamento do autor tem participado dos processos de reconfiguração do *político* no país? Seguindo o fio das linhagens propostas por Oliveira Viana e retomadas por intérpretes como Lynch (2007; 2013; 2014)⁴⁵⁰, buscaremos compreender, na sequência, como, em cada um dos processos para os quais converge a imaginação política brasileira ao longo do século XX, o pensamento do autor tem sido mobilizado para reforçar, pela via dos críticos, um pensamento nacional-estatizante e, pela via de seu endosso, um pensamento cosmopolita liberal. Adicionalmente, procuraremos observar em qual direção se dá a apropriação de seu pensamento por parte do pensamento radical caracterizado por Antonio Candido (1974; 1990)⁴⁵¹ e recuperado por Brandão (2007)⁴⁵². Não se trata de buscar um enquadramento mecânico do pensamento político do autor e daí derivar um quadro de compreensão de suas crenças políticas, como se houvesse uma opção *a priori* de sua parte. Se trata, antes, de entender como as disputas que

⁴⁵⁰ LYNCH, Christian Edward Cyril. **O momento monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial**. Tese de doutorado em Ciência política, apresentada ao Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.; LYNCH, Christian Edward Cyril. Porque pensamento e não teoria? **A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica** (1880-1970). DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 56, n.4, 2013.; LYNCH, Christian Edward Cyril. **Squaremas petistas e luzias tucanos**. O Globo, 13/10/2014.

⁴⁵¹ CANDIDO, Antonio. **Entrevista**. Trans/Form/Ação, v. 34. Edição especial. Marília, 2011. [Originalmente publicada na mesma revista, v. 1, p. 9-23, 1974]; CANDIDO, Antonio. **Radicalismos**. Revista do Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, v.4, n.8, p.4-18, jan.-abr. 1990.

⁴⁵² BRANDÃO, Gildo M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

foram sendo historicamente acumuladas pelos grandes conjuntos de ideias são replicadas nas interpretações que se fazem de seu pensamento. A questão do “como”, aqui, refere-se às vinculações que se fazem – quase nunca de forma explícita – entre seu pensamento e as linhagens do pensamento político brasileiro.

Para responder a esta questão, precisamos buscar na pluralidade das *recepções* de seu pensamento, elementos que permitam colocá-lo em conexão com os momentos e linhagens fundamentais do pensamento político brasileiro. Por esta razão, nos concentraremos em entender de que forma o pensamento do autor foi mobilizado para tratar – de forma mais ou menos explícita – das questões da *formação*, da *modernização*, da *democratização* e da *inserção*. Faremos isso cotejando as apropriações mais representativas de seu pensamento para pensar cada um desses momentos.

6.2.1 Formação

Como se sabe, Cardoso inicia sua produção intelectual num momento em que o pensamento político brasileiro está às voltas com a crítica “científica” das interpretações sobre o tema da formação, tal como foram produzidas nas três primeiras décadas do século XX. Assim, embora se alimente das questões propostas pelo conjunto daquelas obras, o horizonte de questões postas pela geração de Cardoso encontrará, de fato, sustentação em outras temáticas, especialmente aquelas que passam a fazer parte da agenda a partir das transformações modernizadoras vivenciadas pelo país. O próprio autor reivindica este descolamento em algumas oportunidades:

o Brasil desses pensadores já fora “inventado” prática e intelectualmente, quando minha geração começou a se debruçar sobre as formas da sociedade brasileira, suas conexões internacionais e seus novos desafios. O horizonte intelectual-ideológico da “questão nacional”, de certa maneira, se havia esgotado. Pusemo-nos a escarafunchar e a detalhar a classe operária, a urbanização, os empreendedores capitalistas (burgueses?), a cultura de massas, os marginais – os excluídos – no campo e na cidade, os militares, as corporações multinacionais, enfim, o novo panorama do país. (...) Quando começaram a

produzir intelectualmente, as gerações posteriores à dos pensadores que “inventaram” o Brasil se encontraram com uma nação já formada (CARDOSO, 2013, p. 12)⁴⁵³.

As recepções da obra do autor têm refletido este movimento, dissociando-a das preocupações com a temática da *formação da identidade política nacional*. Mesmo o caso dos diálogos nutridos por ele com autores que poderiam ser facilmente caracterizados dentro do registro dessas preocupações tem sido interpretados de maneira subordinada ao enfrentamento de outros temas, como parte do emprego do método histórico-estrutural subsumido por ele.

Essas considerações, no entanto, não são impeditivas para se pensar na contribuição do autor neste debate, como exemplarmente mostra o caso de Sérgio Buarque de Holanda que, embora não tivesse entre suas preocupações centrais a questão da *formação da identidade política nacional*, é frequentemente lido dentro deste registro. Num primeiro momento, esta dissociação da obra do autor com o tema da formação se aprofunda com o advento das interpretações que passam a conferir ao marxismo certo *status* de *inauguralismo* no pensamento político brasileiro, assumindo-o como principal matriz de interpretação da realidade brasileira. Isso porque, consideradas as incursões do autor nesta corrente de pensamento – levadas a cabo a partir do Seminário d’O Capital e da sucedânea discussão feita por Cardoso sobre a especificidade da formação do capitalismo brasileiro –, as interpretações que passam a ser produzidas sobre seu pensamento passam a discuti-lo tendo como eixo de compreensão não as problemáticas historicamente acumuladas pelas tradições nacionais de pensamento político mas, antes, pela especificidade de sua inscrição na história do marxismo no Brasil. Exemplos destas recepções podem ser encontrados nas periodizações de Moraes quanto na de Mantega, que integram o segundo volume da *História do Marxismo no Brasil* (1991)⁴⁵⁴, em que a obra de Cardoso é

⁴⁵³ CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013. Este mesmo indicativo aparece na aula proferida no Instituto Rio Branco no ano de 1993, intitulada “Livros que inventaram o Brasil”.

⁴⁵⁴ MORAES, João Quartim de. **A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros**. In: *História do marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. v. 2.; MANTEGA, Guido. **Marxismo na economia brasileira**. In: MORAES, João Quartim de (Org). **História do marxismo no Brasil**. v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

pensada a partir de seu influxo de autonomização teórica e de maturação⁴⁵⁵ desta corrente de pensamento.

Mas há também um conjunto de recepções que, ainda que de forma tangencial, procuram recuperar o pensamento de Cardoso para pô-lo em diálogo com as questões da *formação*, vindo a constituir a base teórica a partir da qual sua obra será mobilizada para pensar os demais momentos do pensamento político brasileiro. Em consonância com a afirmação de Werneck Vianna sobre as matrizes intelectuais que animam as controvérsias presente literatura sobre a interpretação do Brasil (WERNECK-VIANNA, 1999)⁴⁵⁶, poderíamos – mesmo assumindo um certo reducionismo na análise – organizar tais recepções a partir de dois canais distintos e por vezes incomunicáveis: o que, por um lado, recorre a uma interpretação marxista da *formação* e, de outro, a uma interpretação weberiana do mesmo processo.⁴⁵⁷

No âmbito do marxismo, as recepções do pensamento de Cardoso para pensar as questões da formação assumirão, via de regra, a feição de um pensamento radical, no sentido específico atribuído ao termo por Antonio Candido a um pensamento que, embora não-aristocrático, tende

⁴⁵⁵ Moraes, enfatizando mais os aspectos políticos, concebe a história do pensamento político marxista no Brasil em três momentos que se entrecortam: primeira, designada de *dogmática*, compreende os anos 1920-1940, de teor leninista, (1920-40); a segunda, considerada de *autonomização teórica*, compreende os anos 1940-60; a terceira, de *revisão crítica*, marcada pelo retorno às fontes do pensamento revolucionário (pós-1960). Mantega, por sua vez, enfocando mais os aspectos econômicos do que políticos, organiza sua periodização da entronização do marxismo no país também a partir de três momentos, embora considerando-os de um ponto de vista evolutivo: o primeiro, chamado por ele de *materialismo primitivo* (1920-40), marcado pela entronização do ideário via do PCB e da obra do jovem Caio Prado Jr.; o segundo, chamado de *materialismo funcionalista* (1940-60), marcado pela consolidação das ideias marxistas, marcado pela obra madura de Caio Prado, Celso Furtado, Ignácio Rangel e Nelson Werneck Sodré; e a terceira, da maturidade, denominada de *materialismo dialético* (pós-1960), compreendendo as obras de Paul Singer, Maria da Conceição Tavares, Francisco de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso e outros do *Seminário do Capital*.

⁴⁵⁶ WERNECK VIANNA, Luis. **Weber e a interpretação do Brasil**. Novos Estudos Cebrap, nº 53, março de. 1999.

⁴⁵⁷ Como observa o próprio Werneck-Vianna, “a oposição entre Marx e Weber no pensamento brasileiro “nem sempre tem contemplado o que há de efetivamente diverso entre eles, abdicando das nuanças e da complexidade das suas construções teóricas originais a fim de demarcar oposições, frequentemente idiossincráticas” (*idem*, p.34).

com frequência à harmonização e à conciliação e não à soluções revolucionárias, do qual, conforme Candido (1990, p. 04-05)⁴⁵⁸, o marxismo seria o representante mais exemplar:

o radical é sobretudo um revoltado, e embora o seu pensamento possa avançar até posições realmente transformadoras, pode também recuar para posições conservadoras. O revolucionário, mesmo de origem burguesa, é capaz de sair da sua classe; mas o radical, quase nunca. Assim, o revolucionário e o radical podem ter *ideias* equivalentes, mas enquanto o primeiro chega até a *ação* adequada a elas, isto não acontece com o segundo, que em geral contemporiza na hora da ruptura definitiva. Portanto, no que tem de positivo o radical serve à causa das transformações viáveis em sociedades conservadoras como a nossa, cheias de sobrevivências oligárquicas. Neste sentido pode-se lembrar o destino histórico do marxismo, que é sempre apresentado como a doutrina em estado de pureza por todos os regimes que o adotam, mas que no entanto só tem funcionado quando se combina às tradições radicais de cada lugar.

Tal corrente encontra nos trabalhos de José Chasin sua feição mais escancarada. Munido da mesma crítica que setores da esquerda dirigiam ao processo de transição democrática ao considerá-lo uma farsa politicista (na medida em que a transição limitava-se a reproduzir o mesmo esquema de classes), este intérprete passa a considerar a “analítica paulista” e, dentro dela, a obra de Cardoso, uma espécie de marxismo *adstringido*, que supostamente desloca para o plano político as bases de estruturação do real. Segundo ele, tal apropriação do marxismo,

germinada, a partir do afamado Seminário sobre *O Capital*, se afirmou, desde o princípio como uma modalidade epistêmica de apropriação seletiva da obra marxiana de maturidade. Isso compreendeu a exclusão praticamente completa dos textos de

⁴⁵⁸ CANDIDO, Antonio. **Radicalismos**. Revista do Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, v.4, n.8, p.4-18, jan.-abr. 1990.

Marx dos anos quarenta, sob o entendimento de que eram caudatários da antropologia feuerbachiana. Por efeito, foram ignoradas as críticas ontológicas, a primeira das quais voltada à política, com as quais foi instaurada e teve continuidade a elaboração do *corpus* teórico marxiano. Operações redutoras que perfilaram uma versão do marxismo circunscrito à condição de lógica ou método analítico e de ciência do capitalismo, para a qual ficou irremediavelmente perdido o centro nervoso do pensamento marxiano, - a problemática, real e idealmente inalienável, da *emancipação humana* ou do *trabalho*, na qual e somente pela qual a própria questão da prática radical ou crítico-revolucionária encontra seu *telos* (CHASIN, 1999, p. 02)⁴⁵⁹.

Assim, na base do pensamento de Cardoso estaria uma leitura “politicista” do marxismo, desarmada da “determinação ontológica do real” (*idem*). Todavia, mais do que por sua pretensa profundidade, esta crítica merece ser recuperada na medida em que ajuda a entender uma outra ênfase nas recepções do pensamento de Cardoso: a construção da ideia de que teria havido uma transição epistemológica pela qual, progressivamente, o autor abandonaria os postulados marxistas em favor do endosso da perspectiva *pluricausal* de Max Weber. Cardoso amalgamaria Marx e Weber (especialmente o da *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*) num paradigma metodológico que se manteria como perspectiva analítica observável em toda sua produção teórica posterior ao *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*.

Reencontramos, aqui, a questão das recepções da obra de Cardoso para pensar o tema da *formação da identidade política nacional*, na medida em que perpassariam as reflexões do autor as referências a Weber para pensar o atraso relativo da sociedade brasileira que decorre da sua “herança patrimonial”. O trabalho de Cotrim (2001)⁴⁶⁰ é exemplar desta tendência: munido da crítica *politicista* de

⁴⁵⁹ CHASIN, Jose. **Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista**. In Ensaio Ad Hominem I –Tomo 1: Marxismo. Santo Andre: Ad Hominem, 1999.

⁴⁶⁰ COTRIM, Ivan. **O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

Chasin, ao descrever a análise de Cardoso sobre a questão da formação econômica brasileira em seus trânsitos entre um capitalismo de tipo *escravista* para outro de tipo *dependente*, o intérprete aponta como principal limitação das análises de Cardoso a subordinação do instrumental marxista ao referencial weberiano e que tem, no conceito de patrimonialismo, sua sustentação teórica:

O patrimonialismo, como herança colonial, será transmitido para a agro exportação e para a industrialização substitutiva, cabendo ao tradicionalismo efetivá-lo através dos setores sociais tradicionalistas que ocupam a história de cada um desses períodos. As alianças políticas que se cristalizam como poder público, como estado, impregnadas pelo tradicionalismo, manterão o suporte patrimonial como feição política, dificultando ou impedindo a modernização do estado. A liderança que emerge após a revolução de 30, imbuída desse padrão político, convertera os movimentos pro-democráticos que vinham surgindo ainda dentro da agro exportação, pela ação dos novos setores ligados as atividades urbanas, em dinâmica populista manipulável, impedindo com isso a superação do patrimonialismo (COTRIM, 2001, p.37)⁴⁶¹.

O “erro analítico” de Cardoso consistiria em atribuir à herança patrimonial da formação do Estado e da sociedade brasileira a responsabilidade por problemas como a desigualdade, a exclusão e o baixo desempenho no plano socioeconômico, ao invés de buscar nas condições materiais de reprodução da vida seus fundamentos:

Cardoso comete um tipo de incorreção (...) pois, procedendo naquela linha politicista, não busca na estrutura do capital uma determinação da burguesia em se conduzir politicamente. Isto faz com que as alianças apareçam em sua teorização ao sabor do “jogo político”. Não tomando o capital como a referência incontornável para a

⁴⁶¹ COTRIM, Ivan. **O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

formação das posturas políticas, ele deixa de reconhecer a debilidade da burguesia nacional em emergir hegemonicamente pela impotência imanente ao capital atrofico, incapaz de projetar a si mesmo como representante universal das categorias societárias brasileiras. E passa a interpretar essa debilidade pelo caráter político patrimonial-tradicionalista, afastando a base econômica fundante da política. (...) esse fetiche da “correlação de forças” a que chega Cardoso, cumpre uma função decisiva no interior de sua teorização: ele trata do ângulo político como fundamental na condução da realidade como um todo. Para tanto, lança mão do conceito de patrimonialismo, oriundo do quadro conceitual weberiano, e converte os problemas próprios da forma de capital que aqui foi se colocando em fenômenos do poder patrimonial-tradicionalista. (...) Essa análise pode ser caracterizada remetendo ao tratamento que dá, por exemplo, a fase de independência, de formação da nação e do estado nacional, em que a correlação de forças fetichizada se põe como decisiva. Com isto, evidencia-se ainda mais a base teórico-ideológica de Cardoso, responsável, a nosso ver, pelo tipo de distorção de suas análises (*idem*, p. 301-303).

Sem a necessidade de outras replicações, estes exemplos são suficientes para caracterizar uma das vertentes pelas quais o pensamento do autor tem sido mobilizado para pensar as questões da *formação da identidade política nacional*: a régua de suas (não)adequações ao marxismo. Para os autores ligados a esta corrente de pensamento, a obra de Cardoso deve ser tomada como contraponto liberal da obra de Caio Prado Jr., este sim o verdadeiro representante dos marxistas brasileiros que tematizaram as questões da *formação*. O caráter radical (e não revolucionário, frisamos) desta recepção decorre de uma postura *fechada em copas*, do tratamento inegociável e quase teológico dispensado ao conjunto de seus pressupostos mais fundamentais, dentre os quais a crença de seus autores na irredutibilidade da esfera econômica a qualquer outro domínio social, a ênfase num projeto político ocupante de um não lugar e o encastelamento purista em relação à qualquer política de alianças que possam produzir algum tipo de transformação social. Assim, as críticas à abordagem de Cardoso sobre o fenômeno da

formação da identidade política nacional, tal qual produzidas por esta vertente das interpretações, embora reivindicuem filiações a um marxismo de corte “revolucionário”, do ponto de vista de suas filiações às tradições nacionais de pensamento político, cabem com mais propriedade dentro conceito de *pensamento radical* criado por Antonio Candido.⁴⁶²

Mas há também uma via de recepção do pensamento de Cardoso que, fugindo das críticas oriundas de um pensamento radical, faz a crítica a ele com a finalidade de reforçar um pensamento nacional-estatizante. Aqui, nos limitaremos apenas à referência da crítica dirigida ao autor por parte de Jesse Souza, para o qual

Tudo o que era “positivo” em Freyre, a cordialidade, a emotividade e abertura ao “outro”, é transformado em “negativo” por Buarque e causa do atraso relativo brasileiro tanto na economia como na vida política. Começa aí a idealização dos EUA como terra da eficiência, da racionalidade e, acima de tudo, a terra das pessoas incorruptíveis e dignas de confiança, ao contrário dos brasileiros “cordiais” e sempre dispostos a sacrificar o interesse público e a racionalidade fria dos negócios em nome do interesse próprio e de seus amigos. A idealização ingênua e infantil dos EUA será o contraponto que permitirá se travestir a teoria mais conservadora dos interesses liberais em uma teoria supostamente crítica. A partir de Buarque, autores dos mais influentes de nossa inteligência pseudocrítica, como Raymundo Faoro, Simon Schwarzman, Fernando Henrique Cardoso, Roberto DaMatta e vários outros, irão simplificar a tese de Buarque e equalizar as virtudes americanas às virtudes do mercado enquanto tal e os vícios brasileiros à suposta influência do Estado na vida social brasileira. Desde Buarque, o ponto fundamental em todos esses autores extraordinariamente influentes é a

⁴⁶² Se considerarmos a chegada do PT ao poder no início dos anos 2000 como o apogeu deste pensamento radical no Brasil, daremos mais uma vez razão a Antonio Candido quando este observa o caráter contraditório de tal pensamento: embora podendo assumir posições revolucionárias, ele tende a assumir uma posição política de contemporização e conciliação.

oposição entre um Estado percebido como causa de todos os males, posto que ineficiente, politiqueiro e corrupto, e um mercado visto crescentemente como o reino de todas as virtudes (SOUZA, 2011, p.35)⁴⁶³.

Observa-se, na perspectiva deste intérprete, como a análise do processo de formação política do país é mobilizada a fim de reforçar a presença e o papel do Estado diante de uma sociedade civil, esta sim, o lócus da injustiça, do preconceito, da desigualdade, etc. Dessa forma, é no registro da contraposição ao papel afirmativo do Estado na superação desta ordem que o pensamento de Cardoso deveria ser lido. Não obstante nosso objetivo neste capítulo não seja o de tomar partido por uma destas perspectivas (qualquer que seja), cabe apenas apontar para uma limitação do enfoque sugerido por Jesse Souza: as filiações do autor ao liberalismo, conforme tratadas no capítulo anterior (ao liberalismo *societário* e ao liberalismo *institucional*), nos autorizam a afirmar que não procede a crítica à “idealização dos EUA” sugerida pelo intérprete, na medida em que ela não corresponde à totalidade do liberalismo endossado por Cardoso e mesmo por Sergio Buarque de Holanda. A plataforma liberal de ambos precisa ser complementada, antes, numa versão *societária* do liberalismo, que tem origens no pensamento de Joaquim Nabuco e é menos preocupada com o caráter do “tamanho do Estado” do que com as consequências sociais da falta de igualdade civil e política entre os cidadãos. Temperada por estas bases, o liberalismo de Cardoso (e também o de Holanda) afasta-se substancialmente do teor pragmático que ele veio a adquirir naquele país. O próprio endosso ao parlamentarismo em detrimento do presidencialismo denota uma aproximação maior do liberalismo inglês do que de sua vertente americana e justificam a adesão manifesta de Cardoso não a um *Estado mínimo*, mas a um *Estado socialmente necessário*.

Mas há também uma via de recepção da obra de Cardoso sobre o tema da *formação da identidade política nacional* que, fugindo das determinações do radicalismo e da recolocação de um pensamento nacional-estatizante, procuram recuperar as contribuições de Cardoso a partir da afirmação de um pensamento liberal. Tratam-se, fundamentalmente, de estudos que procuram ler a obra de Cardoso no

⁴⁶³ SOUZA, Jessé. **A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira**. Revista Interesse Nacional, v. 14, p. 33-41, 2011.

registro da continuidade das preocupações de autores como Joaquim Nabuco, Sérgio Buarque de Holanda e Weber. A ênfase recai, neste caso, especialmente num conjunto de escritos vistos como de menor importância em sua obra, ou ainda como propedêuticos a suas análises mais consistentes, em virtude da ruptura metodológica com o funcionalismo operada a partir de 1958 e a subsequente adesão ao marxismo acadêmico. Nesse registro, o pensamento do autor, passa a ser focado pelos seus aspectos de continuidade em relação a alguns dos temas do pensamento político brasileiro do que a suas filiações a sistemas exógenos de ideias.

Este é o caso das primeiras pesquisas acadêmicas de Cardoso e Ianni levadas a cabo entre 1957 e 1959, inscritas na temática do racismo brasileiro, e que são frequentemente concebidas mais como produto das determinações de uma agenda temática externa – um desdobramento das pesquisas de Florestan e Bastide feitas em São Paulo para o Projeto da Unesco⁴⁶⁴ – do que como fruto de preocupações com problemáticas que já vinham sendo trabalhadas há algumas décadas pelo pensamento político brasileiro. Maio (1999)⁴⁶⁵, no estudo que produz sobre o projeto da UNESCO, caracteriza este momento da produção de Cardoso desde a perspectiva do realce dos elos de ligação entre as demandas desta agência internacional e o leque de questões formuladas pelas ciências sociais brasileiras até então. Segundo ele, na medida em que as pesquisas raciais promovidas pelo projeto visavam “apresentar ao mundo os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época, singular e bem-sucedida, tanto interna quanto externamente”, acabaram por haurir dos debates acumulados algumas de

⁴⁶⁴ Embora a temática das relações raciais tenha sido o tema central da Cadeira de Sociologia I da USP durante a década de 1950, foi com o Projeto Unesco que ela se projetou como grande tema de investigação da sociologia uspiana no período. As pesquisas feitas por Roger Bastide e Florestan Fernandes que dialogavam diretamente com a obra de Gilberto Freyre com o objetivo de demonstrar que a classe não era o único critério classificatório. A partir da utilização do método funcionalista os autores procuravam demonstrar como os valores sociais se modificavam a medida que também mudavam as estruturas sociais. Desta forma, podiam demonstrar como havia uma conexão entre o preconceito de classe e o de raça. As pesquisas feitas por Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni serão um desdobramento das pesquisas de Florestan e Bastide feitas em São Paulo para o Projeto Unesco.

⁴⁶⁵ MAIO, Marcos Chor. **O projeto da UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil nos anos 40 e 50**. RBCS Vol. 14 no. 41, outubro de 1999. CD-ROM.

suas teses centrais, contribuindo para o surgimento de novas leituras acerca da sociedade brasileira em contexto de acelerado processo de modernização:

Uma instituição internacional, criada logo após o Holocausto, momento de profunda crise da civilização ocidental, procura numa espécie de anti-Alemanha nazista, localizada na periferia do mundo capitalista, uma sociedade com reduzida taxa de tensões étnico-raciais, com a perspectiva de tornar universal o que se acreditava ser particular. Por sua vez, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros haviam assumido como desafio intelectual não apenas tornar inteligível o cenário racial brasileiro, mas também responder à recorrente questão da incorporação de determinados segmentos sociais à modernidade. O êxito deste encontro entre propostas distintas contudo complementares foi a base de sustentação do Projeto Unesco (MAIO, 1999, s.p.).

Mas, o mais importante a considerar é que, para este intérprete, o programa de pesquisas realizado no Brasil – e, nele, a obra de Cardoso – guardaria mais continuidades do que descontinuidades com a tradição do pensamento brasileiro constituída até então. Nesse sentido, as pesquisas raciais de Cardoso responderiam aos interesses externos da UNESCO apenas em parte, na medida em que pretendiam também ampliar os horizontes freyreanos (no que tange a seus flertes com práticas patriarcais e patrimoniais), a partir dos quais algumas das questões políticas centrais do país vinham sendo conhecidas interna e externamente. Nesse registro de continuidade crítica, obedecendo a periodização de Guimarães (1999)⁴⁶⁶ sobre os estudos raciais no Brasil, os estudos de Cardoso ocupam uma posição de destaque.⁴⁶⁷

⁴⁶⁶ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antiracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à universidade; Ed. 34, 1999.

⁴⁶⁷ Basicamente, Guimaraes organiza as origens dos estudos raciais no país da seguinte forma: a) os estudos realizados, principalmente, por Gilberto Freyre, Donald Pierson e Roger Bastide, que fazem parte da primeira geração, foram realizados na Bahia, Recife e Pernambuco e conservaram as conclusões de Freyre de que o preconceito racial no Brasil é fraco ou inexistente; b) os de Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, Oracy Nogueira e Guimarães Ramos, da segunda geração, para os quais, havia tensas relações raciais no país, onde o

Neste quadro, *Cor e mobilidade social em Florianópolis* (1960), escrito por Cardoso junto com Octavio Ianni, acabaria por ocupar um lugar de centralidade: ao ampliar os conhecimentos acerca dos padrões de relações raciais existentes no país, revelaria um interesse central em responder questões de natureza política, como mostra Maio ao citar o prefácio escrito por Florestan para a obra:

Ninguém ignora o quanto a heterogeneidade cultural e racial afetou, está afetando e continuará a afetar as possibilidades de desenvolvimento da “civilização ocidental” no Brasil. Sob esse aspecto, as questões pertinentes ao assunto possuem o caráter de *problema nacional*, o que confere às investigações realizadas ou em curso um interesse prático iniludível. (FERNANDES *apud* MAIO, 1999, s.p.)

Desse ângulo, a obra de Cardoso passa a ser resgatada no registro de conhecer melhor o que, em nossa herança sociocultural, é incompatível com a concepção democrática da vida e com a implantação da democracia no Brasil. A maior destas questões consistiria no combate ao mito da “democracia racial” como o elemento dificultador do surgimento de uma mentalidade moderna e democrática: “Não existe democracia racial efetiva”, vaticinava Florestan ao prefaciar o estudo de Cardoso e Ianni, respaldado por uma tradição de pensamento político que deitava raízes no *liberalismo societal* de Joaquim Nabuco.

Nesta ótica, também *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* pode ser considerada uma obra inscrita no bojo das preocupações com o tema da *formação da identidade política nacional*, na medida em que, é importante sublinhar, as incursões do autor no marxismo se fazem de maneira conectada ao substrato acumulado nos estudos raciais anteriores. Nesta obra, como vimos no capítulo 2, já estão presentes a preocupação do autor com a qualidade (não)democrática das relações sociais no Brasil, ao estilo toquevilleano. Nesse sentido, a posição do autor é clara no sentido de endossar o *liberalismo societal* de Nabuco, o que se nota pela ênfase na

preconceito é forte, mas negado, foram feitos, em São Paulo, Rio de Janeiro e Sul do Brasil; c) e os de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, da terceira geração, para os quais, havia preconceito no país e uma diferença entre o Norte e o Sul do Brasil ou em áreas tradicionais e modernas do mesmo.

análise do patrimonialismo como vetor da cultura política subjacente ao processo de formação do capitalismo brasileiro. O capitalismo escravista aparece menos como categoria explicativa deste estudo do que a agenda para uma democratização das relações sociais e políticas no país, a *lâ Tocqueville*.

A argumentação de Ribeiro (2011)⁴⁶⁸ reforça esta interpretação, na medida em que propõe uma reinterpretação da questão central que está subjacente a *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1962), colocando o tema das relações raciais – e não a questão do capitalismo escravista – como variável independente na análise efetuada por Cardoso nesta obra. Seu argumento consiste em afirmar que a obra é mais tributária das pesquisas feitas por Roger Bastide e Florestan Fernandes no contexto do projeto da UNESCO do que da conversão teórico-metodológica ao marxismo a partir do *seminário*⁴⁶⁹. Ressalta-se, assim, a finalidade precípua de Cardoso em dialogar diretamente com a obra de Gilberto Freyre para caracterizar a conexão entre o preconceito de classe e o de raça, demonstrando, assim, que a classe não era o único critério classificatório da sociedade brasileira.⁴⁷⁰

Em síntese, embora se considere a existência de um corte geracional entre a obra de Cardoso e a de autores como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. e ainda que tal contribuição tenha sido feita em grande medida como recurso para fundamentar a suas análises posteriores sobre o momento da *modernização*, sua contribuição à reflexão das questões vinculadas ao tema da *formação da*

⁴⁶⁸ RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. **As relações raciais nas obras de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni e a dimensão moral do racismo no sul do Brasil**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador 07 a 10 de agosto de 2011.

⁴⁶⁹ Embora não faça menção a este aspecto, esta consideração de Ribeiro tem a importante implicação de mostrar como a insatisfação de Florestan Fernandes com relação aos rumos da tese de doutoramento de Cardoso, (expressa de maneira cabal na carta-convide a Sergio Buarque de Holanda para integrar a banca de exame da tese), não significou um rompimento integral com o funcionalismo do mestre, conforme se apregoa.

⁴⁷⁰ Numa importante nota, este intérprete faz menção de utilizar-se dos resultados publicados por Cardoso sobre as relações raciais na sociedade de classe em Porto Alegre nos anos 1950 que iriam ser parte da tese de doutorado, mas acabaram sendo obscurecidas pela virada feita por Cardoso para analisar as contradições entre capitalismo e escravidão com a fundação do Seminário de Marx. Acreditamos que a partir dela podemos conectar de maneira integrada as dimensões raça/classe para pensar o racismo.

identidade política nacional não podem ser ignoradas. Nesse sentido, especialmente seus estudos raciais podem ser concebidos em uma linha de continuidade com as preocupações em torno da formação política do país, na medida em que representam um esforço de compreender como uma determinada formação política impacta sobre o processo de modernização do país.

6.2.2 *Modernização*

Embora Cardoso contribua para se pensar o momento da *formação* – inscrevendo-se neste debate pela reivindicação de uma cultura política avessa ao patrimonialismo – é para pensar o horizonte da *modernização* que as questões do seu pensamento político vão se colocar de forma mais explícita. Correlatamente, é em função do tratamento das questões associadas a este tema que as recepções de sua obra vão ser produzidas de forma mais consistente. Como vimos no capítulo 1, dentro da trajetória do pensamento político brasileiro, a preocupação com o processo de *modernização* encontra nas disputas sobre o *desenvolvimento* seus dilemas centrais. Para além das interpretações mais corriqueiras sobre os modelos econômicos em disputa, o resgate de algumas dimensões deste debate pode ser um bom indicativo das disputas que movem o *político* neste momento histórico. Se, dentro da trajetória do pensamento político brasileiro, é a questão do *desenvolvimento* que está subjacente ao debate político sobre a *modernização*, a especificidade da contribuição de Fernando Henrique Cardoso para se pensar tal momento se encontra parametrada pelas recepções de sua perspectiva em relação ao tema da *dependência*.

Em linhas gerais, as recepções do pensamento de Cardoso no interior do debate do desenvolvimento seguirão o embate dos modelos políticos em disputa após o Golpe Militar e que, conforme Bresser-Pereira (1982),⁴⁷¹ além da via hegemônica da *interpretação autoritário-modernizante*, decantaram-se em três alternativas críticas: a interpretação funcional-capitalista, a interpretação da superexploração imperialista e interpretação da nova dependência. À exceção da interpretação autoritário-modernizadora – inimiga comum de todas as outras e que, por razões óbvias não estabelecerá um debate intelectual

⁴⁷¹ BRESSER-PREREIRA, Luis Carlos. **Seis interpretações sobre o Brasil.** DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 25, No. 3, 1982, pp. 269 a 306

com suas vertentes opositoras –, as demais farão mútuas referências no debate político sobre a questão do desenvolvimento, permitindo-nos entrever replicações dos embates do *político* acumulados historicamente desde antes dos eventos de 1964. Por esta razão, acompanharemos as distinções deste intérprete para tecer nossas considerações a respeito de como as recepções do pensamento de Cardoso permitem apontar para a replicação destes embates.

Em primeiro lugar, da análise de Bresser-Pereira decorre a inscrição da perspectiva da *nova dependência* de Cardoso num referencial político cosmopolita que complementa a ênfase liberal de sua inscrição no debate do desenvolvimento apontada por Lehmann (1986) explorada na sessão anterior. O componente cosmopolita da nova dependência consiste justamente em demover a crença no caráter predatório da integração econômica tal como partilhada pelas interpretações *nacional-burguesa*, *funcional-capitalista* e da *superexploração imperialista*. A abordagem de Bresser-Pereira atribui à abordagem de Cardoso a feição mais “possibilista” das interpretações do Brasil após o abatimento e exaltação posteriores à derrota expressa pelos acontecimentos de 1964. O sentido atribuído ao termo “possibilista” aqui, decorre da negação por parte de Cardoso tanto das teses que informaram a abordagem nacional burguesa, quanto das que informaram as teses das interpretações *funcional-capitalista* e da *superexploração imperialista*: no primeiro caso, a recusa em assumir o estado como único indutor do desenvolvimento; no segundo, em considerar o caminho radical de uma ruptura.

Do ponto de vista do *político*, este reforço do cosmopolitismo liberal sugerido pelas interpretações de Lehmann e Bresser-Pereira expõe a tensão entre o pensamento político de Cardoso tanto em relação ao pensamento radical quanto em relação ao pensamento nacional-estatista: a nova dependência, “ainda que compartilhe da crítica à interpretação nacional-burguesa, é muito menos radical nessa crítica” (BRESSER-PEREIRA, 1982, p. 287). No primeiro caso, o tensionamento do pensamento de Cardoso em relação ao pensamento radical no momento da modernização pode ser expresso pelo embate que se estabelece entre a abordagem da nova dependência e as interpretações *funcional-capitalista* e da *superexploração imperialista*, na medida em que estas últimas enxergarão no pensamento de Cardoso uma forma desviada e rendida de tratar o tema da dependência. No caso da interpretação funcional-capitalista, embora suas críticas se dirijam exponencialmente à interpretação nacional-burguesa, não deixarão de enxergar na perspectiva de Cardoso uma desconstrução das

possibilidades de uma revolução nacional que suplante o capitalismo brasileiro, como a título de exemplo, mostra o trabalho de Reis (1999).⁴⁷² Mas a polêmica entre o cosmopolitismo liberal expresso nas formulações de Cardoso em relação ao pensamento radical na discussão das questões do desenvolvimento vai assumir contornos mais precisos no debate entre sua perspectiva da dependência e a interpretação da *superexploração imperialista* de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, onde as trocas de acusação serão francas e abertas, perdurando mesmo entre os herdeiros de tais perspectivas⁴⁷³

Assim, a importância da alusão feita por Bresser-Pereira à obra de Cardoso consiste em enfatizar que as interlocuções entre estes autores não se fizeram a partir de disputas internas no marxismo, mas fundamentalmente em função de pensar a condição do Brasil no momento em que se discutem as possibilidades de sua modernização, elegendo como seu contendor central a interpretação autoritário-modernizante do país, em função da qual passa a fazer sentido sua posição crítica em relação aos marxistas brasileiros como Caio Prado Jr. (ligado à interpretação “funcional-capitalista”), Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Florestan Fernandes⁴⁷⁴ (ligados à interpretação

⁴⁷² Segundo Reis, quanto a Fernando Henrique Cardoso, “este procurou adequar sua leitura de Caio Prado, à sua própria interpretação do Brasil, principalmente quando afirma que ele percebia ser possível haver desenvolvimento apesar do imperialismo; já Caio Prado não considerava desejável o desenvolvimento ao custo da soberania, que Fernando Henrique Cardoso considera secundária (REIS, 1999, s.p.). REIS, José Carlos. **Anos 1960**: Caio Prado Jr. e “A Revolução Brasileira”. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 19, n. 37, Sept. 1999.

⁴⁷³ O trabalho de Roberta Traspadini (1999), por exemplo, referir-se-á ao pensamento de Cardoso como um pensamento que jamais foi de esquerda e nem mesmo progressista, nunca teria pertencido à “verdadeira” “teoria da dependência”, cujo crédito deveria ser remetido, para ela, às formulações da vertente marxista de Rui Mauro Marini. TRASPADINI, Roberta. **A Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

⁴⁷⁴ Florestan Fernandes, apesar de sua maior proximidade institucional e pessoal a Fernando Henrique Cardoso, se aproximará muito mais da versão marxista da dependência. Ele desenvolverá uma visão própria do desenvolvimento dependente mesclando os conceitos de estamentos e classes sociais. Para o autor, o capitalismo dependente tinha sua especificidade nas raízes coloniais que levavam as oligarquias dominantes a recusarem a criação de uma ordem social competitiva. Pressionadas pela reestruturação do capitalismo central são obrigadas a aceitar o mercado capitalista, mas o fazem de uma forma original. Realizam uma revolução burguesa que restringe a competição ao econômico,

designada por ele como “superexploração imperialista”). Por meio deste debate, o Brasil passa a ser visto no contexto latino-americano, e não mais de forma isolada.

No que tange à oposição de Cardoso em relação ao pensamento nacional-estatizante, para além da contenda com Caio Prado Jr. que a deixara nas entrelinhas, há que se considerar que ela é feita por dois caminhos distintos. Primeiro, pela via da crítica à interpretação autoritário-modernizante. Ao representar o rompimento definitivo da aliança da burguesia industrial e mercantil sob o comando político da tecnoburocracia estatal e sob a proteção do capitalismo multinacional, tal interpretação do Brasil baseia-se em algumas ideias-chave que reforçam o nacional-estatismo: o planejamento, a intervenção direta do Estado na economia, a segurança nacional e a ideia do Brasil-potência. Segundo, pela via do resgate crítico das proposições de Celso Furtado após o revés que praticamente sepultou o projeto nacional-desenvolvimentista haurido da CEPAL e do ISEB.

Em relação ao descolamento do pensamento de Cardoso do pensamento nacional-estatista representado por este diálogo crítico com o nacional-desenvolvimentismo, a polêmica transcorre no seio do pensamento político brasileiro pela oposição de dois projetos políticos para o país, especialmente no que se refere ao recurso ao capital estrangeiro para se produzir o desenvolvimento. Como observou Cruz (2008, p. 280)⁴⁷⁵, a produção de Celso Furtado e Cardoso coloca em jogo a defesa de projetos distintos de modernização para o país. Estes projetos se colocaram, com mais ou menos ênfase em alguns aspectos, de forma crítica à condução das políticas e a direção que estava tomando o processo de desenvolvimento do Brasil nos momentos distintos em

enquanto mantêm o subdesenvolvimento social, cultural e político que permite a manutenção do patrimonialismo e do mandonismo sob novas formas. Esse subdesenvolvimento tem sua raiz na preservação de setores arcaicos na economia nacional e latino-americana, em fenômenos como a marginalidade ou subproletarização – que limitam a extensão do assalariamento – e na superexploração do trabalho. A superexploração resultaria do padrão associado que assume o capitalismo dependente: para compensar a extração de excedentes da economia local pelo imperialismo, suas burguesias recorrem a uma sobreapropriação dos valores gerados por seus trabalhadores.

⁴⁷⁵ CRUZ, José Saraiva. **Celso Furtado, o teórico do movimento nacional-desenvolvimentista cepalino-isebiano**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2008.

que produziram suas principais teorizações, refletindo-se no próprio conteúdo do conceito de desenvolvimento adotado por cada um deles.⁴⁷⁶

No caso do embate entre Cardoso e Furtado, tal como apropriado por seus intérpretes, à retórica furtadiana da “autonomia” como meio de fugir à estagnação – materializada no momento da modernização tanto nos anos de apogeu do ISEB quanto nos momentos mais críticos da discussão durante o Regime Militar – é possível contrapor o enfoque no “protagonismo” elaborado pela perspectiva da *nova dependência*, de Cardoso. Este embate, central no bojo da discussão sobre a modernização do país, foi posto na balança pelo conjunto das interpretações da obra destes autores pendendo, em sua maioria, para a adesão às teses furtadianas, como evidencia o trabalho de Cruz (2008):

É de se considerar que o conceito de desenvolvimento de Furtado é bem mais complexo e ambicioso do que o de Cardoso. Para Furtado o conceito de desenvolvimento está associado a uma busca de um padrão estrutural de perspectiva igualitária que não passa por uma “etapa liberal”; Cardoso, se afasta de abordagens que privilegiam aspectos culturais e geopolíticos como identidade nacional, centros autônomos de decisão, planejamento de longo prazo, soberania e política estratégica, levados em conta pelos cepalino-isebianos e pelo pacto nacional-desenvolvimentista, tão comuns na abordagem furtadiana e até de alguns uspianos, como é o caso de Florestan Fernandes. (...) Penso que Furtado vê a natureza do capitalismo de uma forma menos positiva que Cardoso, daí que sua proposta enfatize tanto a importância da racionalidade dos

⁴⁷⁶ Em coerência com o enfoque teórico-metodológico proposto nesta tese, é importante sublinhar que esta proximidade entre intelectuais engajados como Cardoso e Furtado e a política não se faz sem trocas e concessões, de modo que a leitura da produção de ambos neste período precisa levar em conta que se tratam de propostas baseadas em pesquisas acadêmicas mas, elaborada na intenção de influir na discussão e na disputa política em um ambiente democrático sob tensão, no sentido de orientar a direção do processo de modernização em curso no país a partir dos processos de industrialização e urbanização. Sua pretensão é, assim, se colocar na disputa política com o intuito de atrair adeptos, convencendo-os através da utilização racional do discurso intelectual.

atores políticos e da democracia. Penso que Cardoso nunca aceitou a novidade metodológica holística do conceito de subdesenvolvimento cepalino-furtadiano e continuou a trabalhar com uma perspectiva etnocêntrica e analiticamente linear do desenvolvimento capitalista. Por paradoxal que pareça, entendo que o conceito de desenvolvimento do economista [Furtado] dê uma preeminência maior às ciências sociais, enquanto que o do sociólogo [Cardoso] o faça para o lado da economia. O que Cardoso imagina como desenvolvimento para Furtado não passa de uma reorganização da expansão do capitalismo. (...) Focando sua visão no patrimonialismo estatal, parece-me que Cardoso não dá a devida atenção aos reflexos sociais do pacto político e do novo modelo econômico que ele tão bem descreve e diz evidenciar. (...) Assim, o econômico pôde se distanciar do político, do social e do cultural e avançar, enquanto os outros campos retrocedem ou paralisam (CRUZ, 2008, p. 275-304, *acréscimos nossos*)⁴⁷⁷.

Esta mesma linha de raciocínio pode ser encontrada nos trabalhos de Kalvan (2001)⁴⁷⁸ e Almeida (2009)⁴⁷⁹ que, juntos, tais trabalhos expressam um certo ressentimento pelo fracasso de um projeto de desenvolvimento em moldes autonomistas e que delegam ao Estado Nação um papel de centralidade na produção do desenvolvimento, quer este conceito se restrinja à sua dimensão econômica, quer se aplique a ele uma definição mais ampla. O importante a sublinhar, aqui, é que este ressentimento denota a adesão dos intérpretes a pressupostos

⁴⁷⁷ CRUZ, José Saraiva. **Celso Furtado, o teórico do movimento nacional-desenvolvimentista cepalino-isebiano**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2008.

⁴⁷⁸ KALVAN, Fábio. **O lugar da nação**. Dissertação de mestrado. Departamento de sociologia/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

⁴⁷⁹ ALMEIDA, José. **Subdesenvolvimento e Dependência: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

epistemológicos e ético-filosóficos que, do ponto de vista das filiações às matrizes mais fundamentais do político no país, reforçam uma perspectiva nacional-estatista que nasce muito antes do nacional-desenvolvimentismo isebiano, mas que pode buscar suas origens no idealismo orgânico do Império. Do mesmo modo, como perspectiva relegada pelos intérpretes, a *nova dependência* – cuja ênfase está posta na inserção refletida do país nos movimentos mais amplos da economia e da política ocidental – se vincula de maneira mais clara ao cosmopolitismo liberal alimentado desde os tempos de afirmação do idealismo constitucional. No primeiro caso, teríamos uma perspectiva que bebe no nacionalismo estatista, que guarda estritas relações com o idealismo orgânico que remonta ao Império; no segundo, a representação mais elaborada do cosmopolitismo liberal, gestado desde a perspectiva do idealismo constitucional, sublinhado por Oliveira Viana na mesma cultura política imperial.

Uma última referência para reforçar as vinculações de Cardoso para com o cosmopolitismo liberal é a que enfoca a mobilização, por parte de Cardoso, do instrumental *weberiano* para pensar a modernização. Assim como no caso das mobilizações para pensar as questões da formação, nesse quesito, as interpretações do pensamento do autor geralmente têm encarado esta busca de fundamentação no sociólogo alemão como algo passível de críticas. Seguindo o influxo da mobilização de Weber para explicar o atraso da sociedade brasileira descrito por Werneck-Vianna, por esta perspectiva, as mobilizações de Weber

tem limitado a irradiação da sua influência a uma sociologia da modernização, que reivindica a ruptura como passo necessário para a conclusão dos processos de mudança social que levam ao moderno no caso, com o patrimonialismo ibérico. Assim, Weber incide bem menos na inquirição das patologias da modernidade do que nas formas patológicas de acesso ao moderno” (WERNECK-VIANNA, 1999, p.34).

Werneck-Vianna reconhece duas linhas de recepção de Weber no Brasil: a primeira, de corte *estatal*, reforça a marca de uma forma de Estado autônomo em relação à sociedade civil; e a segunda, de corte *societal*, enfatiza a análise da sociedade senhorial-escravocrata, sua organização estamental e suas ressonâncias posteriores. A primeira

caracteriza o Estado como uma instância radicalmente autônoma da sociedade; a segunda, o percebe em chave oposta, como portador de uma natureza efetiva de *Estado instrumento*.⁴⁸⁰ A partir dessa caracterização de Werneck Vianna, a inscrição da reflexão do pensamento de Cardoso nas questões da modernização tem como apogeu a implementação da reforma do Estado dos anos 1990; inversamente, esta passa a ser interpretada a partir de movimentos de adesão à matriz de interpretação do Brasil ancorada no conceito de patrimonialismo estatal tal como formulada por Raymundo Faoro e Simon Schwartzman.

Buscando discutir com as teses de Werneck Vianna sobre as recepções de Weber no Brasil, Ribeiro (2010)⁴⁸¹ se propõe questionar esta suposta adesão de Cardoso ao patrimonialismo de corte estatal. Para ele, seria possível localizar as origens deste patrimonialismo na própria obra de Cardoso e a relação com os autores classicamente consagrados dentro daquele registro, como Faoro e Schwartzman, poderia ser interpretada por meio de afinidades eletivas. Reforçando a abordagem de Cotrim (2001), Ribeiro afirma que a partir da produção teórica sobre o regime autoritário, as preocupações de Cardoso migrariam da crítica ao patrimonialismo de corte *societal* para a crítica ao patrimonialismo de corte *estatal*, o que, para ele, representaria *somente a partir daí*, uma adesão ao idealismo constitucional descrito por Viana, Brandão e Lynch.

dizer que houve uma simples incorporação das teses de Faoro e Schwarzman é contribuir para continuarmos tendo uma leitura simplista e equivocada da produção intelectual de Cardoso”, pois o autor possui uma construção própria sobre a formação brasileira e seu conseqüente

⁴⁸⁰ Esta recepção foi feita a partir do patrimonialismo societal, cujos autores mais importantes são Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco e José Murilo de Carvalho; e o patrimonialismo estatal oriundo da herança ibérica, cujos autores considerados fundamentais por Werneck Vianna são Raymundo Faoro e Simon Schwartzman.

⁴⁸¹ RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. **Autoritarismo e democracia no pensamento político de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Orientadora: Wania Amélia Belchior Mesquita. Campos dos Goytacazes, 2010.

autoritarismo. Ao contrário da ideia de que Cardoso teria incorporado as teses de Schwarzman e, sobretudo, Faoro ao produzir o seu projeto político no PSDB, seria possível afirmar que a ênfase desde sempre negativa de Cardoso sobre a natureza do Estado, é que o fez defender teses muito caras a autores como Faoro e Schwarzman. É neste sentido que defendemos a tese sobre a existência de *afinidades eletivas* entre a produção de Cardoso levada a cabo neste período e as interpretações desses dois intérpretes fundamentais da matriz liberal de interpretação do Brasil republicano (RIBEIRO, 2010, p.326).

Assim, Ribeiro vai atribuir ao pensamento de Cardoso o rótulo de principal herdeiro da mobilização de Weber para pensar o atraso brasileiro desde uma ótica do patrimonialismo de corte estatal, enxergando nele – e não mais em Raymundo Faoro ou Simon Schwarzman – o autor fundamental das análises do patrimonialismo que embasaram o projeto de reforma do Estado. Ribeiro rompe, assim, pelo reforço da tese de que o pensamento do autor teria sido mal interpretado, com a tese da dicotomia entre o intelectual e o político. O “protagonismo” de Cardoso, tal como concebido por Ribeiro dentro da matriz denominada por Werneck Vianna de patrimonialismo de Estado residiria, assim, na conversão de um conjunto de ideias em prática política, e o interprete termina por recuperar o referencial de Jessé Souza para se posicionar em prol da repetição da ideia – cara ao pensamento nacional-estatizante – do Estado como elemento aglutinador da sociedade:

o projeto de reforma do Estado levado a cabo nos anos 1990 teve como consequência crucial naturalizar o atraso brasileiro, pois tinha a crença de que o mercado iria incorporar os milhões de párias urbanos e rurais através de ordem competitiva baseada na livre-iniciativa. Com isso, mostrou de maneira capital um elemento efetivamente conservador. Desta forma o padrão patológico instituído na sociedade brasileira desde o período colonial responsável por hierarquizar na sociedade de classes os brasileiros em cidadãos e subcidadãos era substituído por uma visão que simplificava as perversas relações de classe no

Brasil. Ao invés de se pregar o mercado como o reino da virtude teria sido necessário uma democratização das bases do estado que pudesse gerar de maneira efetiva um processo de democratização social capaz de dar um caráter de cidadania plena a milhões de brasileiras imersos em uma miséria material e moral de profundas dimensões. Como tal ação se quer foi tentada porque o *atraso* brasileiro estaria no Estado e a solução no mercado, tivemos a perpetuação do efetivo atraso brasileiro e de sua consequente naturalização. Nesse sentido, ao invés de demonizarmos a dimensão do público é necessário uma participação efetiva em torno de sua ação no sentido da incorporação de milhões de brasileiros que compõem a *ralé* estrutural brasileira (RIBEIRO, 2010, p. 373-374).

6.2.3 Democratização

Vimos na sessão anterior que, com o Golpe de 1964, as principais matrizes de interpretação do *político* no Brasil sofrem um processo de reacomodação. Por um lado, dentro do bloco hegemônico, estas reacomodações representam a radicalização da crítica ao nacional-desenvolvimentismo e de seu viés populista, particularmente em suas formulações isebianas, que passarão, assim, por um período de obsolescência ao longo da década de 1970. Nem por isso os ideais de um Estado fortalecido, centralizado e – ora mais, ora menos – orientado por ideais políticos nacionalistas e capaz de intervir no domínio socioeconômico é deixado de lado. Permanecem estas ênfases, trocando-se o sinal: a razão tecnocrática suplanta a razão populista. Dessa forma, o idealismo orgânico, empregado por Oliveira Viana para descrever períodos anteriores da cultura política brasileira, aplicável ao nacional-desenvolvimentismo a partir da década de 1930, será retomado como orientação dominante do Regime Militar, que passará a reivindicar um estado forte e modernizador, promotor do desenvolvimento e crítico do populismo (embora no plano econômico tenha abandonado os ideais de autonomia econômica da nação).⁴⁸² Se,

⁴⁸² Esta reestruturação dentro da perspectiva do idealismo orgânico será encontrada em obras como *Aspectos Geopolíticos do Brasil* (1952), do General Golbery do Couto e Silva (onde as bases da ideologia de segurança nacional são

na medida em que o Regime Militar vai radicalizando a repressão ele vai se identificando progressivamente com os pressupostos de um idealismo orgânico, suas alternativas intelectuais, por outro lado, se bifurcam na defesa de um pensamento radical (característico das interpretações *funcional-capitalista* e da *superexploração imperialista*) e de um idealismo constitucional, em que a figura de Fernando Henrique Cardoso passará a adquirir um papel de centralidade.

Embora a vinculação da obra de Cardoso com as questões relativas ao processo de *democratização* do Estado e da sociedade brasileira possam ser caracterizadas como transversais em sua obra, o foco em que se concentram as recepções de seu pensamento sobre o tema recai sobre a teoria do autoritarismo e as análises sobre a participação política a partir dos anos 1970. Tanto a elaboração do pensamento de Cardoso sobre o autoritarismo e a redemocratização quanto suas recepções partem do quadro de reacomodação das matrizes da cultura política brasileira descritos na sessão anterior: desde o momento de suas primeiras elaborações, a posição de Cardoso diante da discussão da modernização do país, além de críticas em torno do modelo de desenvolvimento defendido, sofreu críticas de ordem estritamente política, sendo a mais notória delas a que deriva da crítica de Florestan Fernandes e Octávio Ianni sobre suas supostas concessões em reconhecer aspectos modernizantes no Regime Militar.

As diferentes recepções do pensamento político de Cardoso sobre o processo de *democratização* levadas a cabo a partir da crítica ao Regime Burocrático-Autoritário, partem dos diferentes tratamentos dispensados pelos intérpretes ao processamento da crítica de sua posição em torno dos aspectos modernizadores do Regime. Duas são as vias principais destas recepções: de um lado, enquanto um conjunto de intérpretes continuará buscando em autores das interpretações “funcional-capitalista” e “superexploração imperialista” elementos para sustentar uma perspectiva de crítica as suas posições, outros procurarão reinterpretar o posicionamento do autor em função da elaboração de uma original e consistente teoria do autoritarismo, que em boa medida teria mesmo condicionado aspectos importantes da transição democrática. Assim, se o idealismo orgânico encarnado neste momento pelo Regime Militar vai obliterar a discussão da questão da democratização, os projetos de democratização do Estado e da

definidas) e nos escritos de Roberto Campos nos anos em que este esteve vinculado à escola Superior de Guerra, que procuram associar tal ideologia de segurança a uma ideologia de crescimento.

sociedade, do ponto de vista de suas correspondências às tradições presentes na cultura política brasileira, se bifurcam em duas vias: pela via de um pensamento radical e pela via de um idealismo constitucional.

Este é o cenário que fornece os contornos das apropriações do pensamento de Cardoso sobre a questão da democratização neste momento histórico. No polo das recepções que endossam um pensamento radical, persiste o ressentimento por sua recusa em ler a conjuntura do país neste momento histórico a partir de uma adesão mecânica ao marxismo. É o caso do trabalho de Sobrinho (2003), que assume como objetivo mostrar como o pensamento do autor, no âmbito de suas proposições sobre a redemocratização do país, restringe-se ao tratamento do universo das regras institucionais, negligenciando a análise do que podem ser consideradas, segundo uma perspectiva marxista, as verdadeiras bases de compreensão ontológica do real. A autora atualiza, assim, a crítica dirigida por Chasin e por Cotrim por ocasião da discussão sobre a modernização do país, que rotulava a abordagem de Cardoso como *politicista*, apesar de toda insistência e cuidado metodológico do autor em reforçar seu propósito de levar a cabo uma análise integrada daquele processo.

Cardoso, em suas objeções incessantes às análises mecanicistas, acaba por autonomizar a esfera política. Ainda que, por vezes, procure demonstrar que há reciprocidade entre esta e as demais, prevalece sempre a ideia da política como dimensão autônoma, determinante e et por cause resolutive das questões socioeconômicas (SOBRINHO, 2003, p. 350)483.

Assim, como já observado no caso da discussão da modernização, o marxismo brasileiro continuará a ver, agora na perspectiva de Cardoso sobre o autoritarismo e a redemocratização, uma forma distorcida de captar, compreender e explicar a realidade. Esta crítica epistemológica em torno da “ontologia do político”, terá como desdobramento outra crítica, de teor mais ideológico: a de ter servido

⁴⁸³ SOBRINHO, Maria Juvêncio. **O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1973-1992):** Autoritarismo e Democratização. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo. Campinas, 2003.

como sustentáculo teórico para uma transição conservadora. Embora a interpretação dos aspectos conservadores da transição tenha sido feita, por excelência, por Florestan Fernandes (1979)⁴⁸⁴ e que, a esta altura, a ruptura metodológica entre ele e Cardoso já estivesse consolidada, esta crítica advirá com maior ênfase de outras matrizes do marxismo brasileiro, como a versão popular e basista alimentada por Weffort. Para Sader (1995), por exemplo, a perspectiva de Cardoso teria servido como elemento interpelador de diferentes segmentos sociais em torno de uma perspectiva que, em suma, prestou-se a replicar o mesmo esquema de classes, agora sob um novo cimento ideológico. O argumento de Sader consiste em afirmar que a eleição, por parte de Cardoso, do conceito de “burguesia de Estado” como eixo estruturante da compreensão do autoritarismo, encobriria uma negligência do autor em produzir uma reflexão conceitual mais sofisticada sobre o conceito, permitindo, por meio de um discurso de teor popular, manter intocados os interesses das velhas elites brasileiras e dos interesses do grande capital internacional. Nesse sentido, a perspectiva elaborada por Cardoso acabaria por ser significativa das transformações ideológicas operadas no país nos anos posteriores, tendo achado na adesão ao neoliberalismo seu porto de chegada:

A redemocratização apontada pela teoria do autoritarismo de Cardoso se reduzia à desconcentração do poder político em torno do Executivo e à desconcentração econômica em torno do Estado. À sua filiação liberal do ponto de vista político, vinha se agregar uma dimensão que se abria para as correntes neoliberais emergentes. A definição do alvo da burocracia de Estado como inimigo da democracia funciona como uma espécie de “pega ladrão!”: desvia a atenção dos diagnósticos do grande capital privado e seu processo de privatização do Estado, fornece os parâmetros para a hegemonia burguesa na transição democrática, ao mesmo tempo que bloqueia e divide a constituição de uma hegemonia democrática e popular nesse processo. Uma vez realizada a primeira etapa da democratização - a institucional -, restava

⁴⁸⁴ FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

complementá-la através da desconcentração do poder econômico em torno do Estado. Seu aprimoramento, pela privatização e pela desregulamentação, encontrou nas fórmulas neoliberais seu porto de chegada. Fica mais clara assim a lógica da evolução do pensamento e da prática de FHC, desde sua definição do regime da ditadura militar como um Estado autoritário, passando pela caracterização de uma burguesia de Estado como seu setor hegemônico, até a configuração de uma concepção neoliberal da democratização e da modernização capitalista. Esta trajetória constituiu o terreno possível para a recomposição do bloco no poder, pela confluência entre a direita tradicional brasileira e um setor oriundo da oposição -inicialmente de corte estatizante, via Cepal e, com a crise fiscal do Estado, sua reconversão do Deus Estado ao Deus Mercado, para compor a nova força hegemônica. A teoria do autoritarismo e da burguesia de Estado serviu e serve a esse processo, como ideologia e argamassa desse novo bloco no poder (SADER, 1995, p. 03)⁴⁸⁵.

Assim, reeditando a polêmica epistemológica em torno das determinações do real, tanto Sobrinho e Sader quanto uma gama considerável de intérpretes que seguem esta linha de abordagem, tomam a teoria do autoritarismo de Cardoso e suas subsequentes ênfases e posições sobre a redemocratização como o elemento teórico de sustentação de uma (re)democratização conservadora, na medida que estas, encobrendo crenças mais irrestritas na perenidade do capital, são “incapazes de ver os limites de um processo sustentado pelas mesmas classes, que logra, com uma nova roupagem, manter inalterada a estrutura econômica e a natureza autocrática do estado” (SOBRINHO, 2003, p. 161)⁴⁸⁶.

⁴⁸⁵ SADER, Emir. **Da teoria do autoritarismo ao Deus Mercado**. In: Folha de São Paulo, caderno Mais. São Paulo, domingo, 11 de junho de 1995, p. 03.

⁴⁸⁶ SOBRINHO, Maria Juvêncio. **O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1973-1992): Autoritarismo e Democratização**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas –

Mas o essencial a reter, aqui, é que as críticas à abordagem de Cardoso sobre o fenômeno do autoritarismo são produzidas desde um referencial que, embora reivindique filiações a um marxismo de corte “popular” e “revolucionário”, do ponto de vista de suas filiações às tradições nacionais de pensamento político, reeditam o embate entre um pensamento radical e um pensamento liberal-constitucional já presente na discussão sobre os processos de formação e modernização, tal como apontamos nas sessões anteriores. É por esta razão específica que tais abordagens, ao invés de atacarem o viés “liberal” do pensamento político de Cardoso, enfatizarão seus aspectos “conservadores”. Em síntese, este primeiro movimento de recepção do pensamento de Cardoso sobre os temas do autoritarismo e da (re)democratização, coloca em evidência a polêmica com uma tradição de radicalismo presente na cultura política brasileira que, sob a justificativa do “anti-popular” e do “conservador”, se contrapõem à discussão dos aspectos institucionais da democracia que será enfatizada por Cardoso.

No polo oposto, as recepções do pensamento do autor sobre o tema enfatizarão a importância de tal pensamento como substrato das mudanças democratizadoras da sociedade brasileira, repondo sua centralidade no contexto de um idealismo constitucional. Tais abordagens – na medida passam a sublinhar os compromissos do autor com a institucionalidade democrática, com a participação política e com o protagonismo da sociedade civil – chegam mesmo a encontrar neste pensamento as bases de afirmação de uma nova cidadania, calcada na pluralidade de valores e na liberalização das relações sociais. Estas orientações podem ser encontradas, por exemplo, nos trabalhos de Lahuerta (1999; 2001)⁴⁸⁷, Sorj (2001)⁴⁸⁸ e Batista (2009)⁴⁸⁹ que, embora guardem objetivos analíticos diferentes, partem da base comum segundo

UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo. Campinas, 2003.

⁴⁸⁷ LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP, São Paulo, mimeo, 1999.; LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil**. Cadernos AEL, v.8, n.14/15, 2001.

⁴⁸⁸ SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

⁴⁸⁹ BAPTISTA, Katia Aparecida. **O CEBRAP como centro de referência para as ciências sociais nos anos 70**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2009.

a qual as teses alavancadas pelo CEBRAP tiveram em Cardoso a figura central de sua elaboração. Tal condição afortunada, como observou Lahuerta (2001, p. 64), torna-se absolutamente incontestável no cenário acadêmico com o autoexílio de Florestan Fernandes durante os anos 70.

Tais trabalhos se aproximam de uma apropriação que reforça o idealismo constitucional na medida em que sublinham alguns elementos específicos. Primeiro, a negação por parte de Cardoso em considerar a ditadura militar como fascista ou totalitária, mas como um regime burocrático-autoritário que suprimia direitos e liberdades civis e políticas em favor do crescimento econômico e a modernização. Segundo, pela indicação de que essa política de crescimento, no longo prazo, criava um operariado numeroso e uma classe média forte, desencadeando pressões por mudanças institucionais que representassem a reposição destes direitos e liberdades. E, por fim, pela manifestação da preocupação de que tais pressões poderiam vir a significar a reposição da política populista se não viessem acompanhadas de um arcabouço institucional que problematizassem as formas de participação e representação política.

Nessa linha, é importante salientar que, como observa Batista (2009, p. 61), desde o momento em que surge o CEBRAP há um empenho entre seus membros em distanciar-se tanto das tradições isebiana quanto das leninistas, fossem elas mais ou menos identificadas com a esquerda revolucionária ou nacionalista. Como observa Sorj (2001, p. 28), ao não assumir a postura de “procurador” ou porta-voz da classe operária, do povo ou da nação, o CEBRAP distancia-se claramente tanto da tradição leninista como isebiana, refletindo uma postura mais “moderna”, na qual cada classe, grupo ou movimento social teria uma capacidade própria de representação: o CEBRAP não pretendeu em momento algum se transformar em centro formulador de doutrinas ou ideologias, sendo seu impacto político dado pela capacidade de oferecer sólidas análises do contexto social e político do país.

Mas, o mais importante consistiria na elaboração de uma nova “interpretação do Brasil” que, calcada nas ideias do desenvolvimento dependente-associado, passou a ver na agenda institucional inaugurada pela Abertura Política os caminhos mais eficazes para a superação não apenas do Regime Militar, mas também da formação social não-republicana que marcou a formação do Estado e da sociedade civil no país, razão dos principais problemas sociais brasileiros, como a desigualdade na distribuição da riqueza e da exclusão social. Segundo Lahuerta (2001, p. 73),

a mera constatação de que havia desenvolvimento econômico sob a ditadura conferia a certeza de que, no Brasil, o Estado era muito mais do que um mero aparelho repressivo das classes dominantes, tal como apregoava um vasto conjunto de interpretações à esquerda. Neste contexto, o pioneirismo de Cardoso se deve ao fato de ele ter sido o autor do CEBRAP que mais rapidamente deslocou seu foco analítico das dimensões estruturais para concentrar-se na representação política, nos aspectos institucionais e no fortalecimento da sociedade civil como caminhos para se contrabalançar não apenas o regime autoritário, mas o tradicional autoritarismo da sociedade brasileira. Autoritarismo e democratização: esse será o eixo norteador de suas intervenções, consubstanciadas em uma trajetória intelectual multifacetada que acaba aparecendo como a melhor expressão da constituição e do fortalecimento da sociedade civil. Aos poucos, caíam em desuso várias das posições presentes entre políticos e intelectuais, demonstrando que uma nova “interpretação do Brasil” estava se impondo, relegando muitas das elaborações teóricas dos anos 50 e 60 e pretendendo uma revisão do pensamento político no país. Era preciso superar o viés terceiro-mundista, a ideia de Estado paternalista, o revolucionarismo, assumindo a participação nas instituições da “sociedade civil” como o caminho para se democratizar e substituir a forma de Estado autoritária. Timidamente, estava ampliando-se a reflexão de fundo que possibilitaria a rediscussão do conceito de democracia quando, ainda, para muitos, o que move o embate serão as referências do período anterior ao golpe militar, com a luta pela democracia permanecendo apenas como tática instrumental de estratégias de ruptura mais ambiciosas.

A reconstituição levada a cabo por Lahuerta é ainda representativa das apropriações do pensamento de Cardoso no momento

em que se aprofunda o processo de transição, especialmente porque permitem entender os desdobramentos do embate entre o idealismo constitucional de Cardoso nesse momento e a sua principal concorrente no plano da redemocratização: o pensamento radical. Este embate é sublinhado na abordagem de Lahuerta quando este passa a tratar da dissonância entre as ênfases no processo de transição representadas no plano institucional, por um lado, o CEBRAP, e por outro, a que começa a existir a partir da fundação do CEDEC. Embora em ambos os casos esteja subjacente uma perspectiva de recusa ao nacional-desenvolvimentismo, calcada na crítica do populismo, na recusa da chamada “Era Vargas” e da tradição da esquerda comunista, diferenças importantes podem ser notadas entre elas: no caso do CEBRAP, Cardoso à frente, a ênfase continuará sendo posta na recusa do processo de apropriação do Estado por interesses privados na indicação da ausência de mecanismos de controle democrático por parte da sociedade civil, ligando-se tal problemática, eminentemente política, ao enfrentamento das questões sociais por meio do tratamento da questão da distribuição de renda; no caso do CEDEC, o grupo de intelectuais reunidos em torno da figura de Francisco Weffort, passam a enfatizar a questão da identidade dos trabalhadores, a fim de radicalizar o posicionamento quanto ao potencial de ruptura do movimento operário, valorizando os movimentos sociais, especialmente o movimento sindical autônomo da tutela do Estado.

O ideal de uma democratização substantiva – acalentado pelos intelectuais do CEBRAP, particularmente por Cardoso – acabou por propiciar para o bloco liderado por Weffort a perspectiva de uma sociedade civil mobilizada, autônoma e em oposição ao Estado. Na gênese do CEDEC estava presente a perspectiva de construir um instrumento partidário autônomo, tanto diante da frente democrática expressa no MDB quanto da tradição do movimento operário ligada ao PCB. (...) A ênfase inicial do grupo vai concentrar-se num discurso anti-institucional difuso, revelando uma grande desconfiança para com a transição política encarada como farsa politicista. Enquanto o CEBRAP, deliberadamente, mantinha-se distante da política ideológica, procurando articular um conjunto de posições intelectuais com diferentes visões da

política, o núcleo que constitui o CEDEC tem explicitamente a pretensão de funcionar como uma espécie de estado maior de uma nova agremiação, de um partido socialista e popular. Essa é, portanto, uma circunstância singular em que ocorre o encontro entre uma intelectualidade portadora de uma interpretação do Brasil que pretende romper com as tradições consideradas nacional-populistas e um movimento que, em sua recusa ao velho sindicalismo, está apto a realizar tal ruptura como programa. (LAHUERTA, 2001, p. 83-84).

Assim, ainda que tais diferenças de concepções só tenham tido impacto político com o processo de reestruturação partidária desencadeado a partir de 1979, esta oposição permite reforçar os termos da polêmica entre o *pensamento radical* e o *cosmopolitismo liberal* aludida anteriormente, para cujo entendimento, Lahuerta acrescenta outros elementos e fornece uma caracterização precisa. A citação é longa, mas elucidativa:

Entre os intelectuais acadêmicos que ajudaram a dar forma à ideologia petista, além de Francisco Weffort e Florestan Fernandes, vale destaque para Francisco de Oliveira, José Álvaro Moisés e Marilena Chauí. As leituras da realidade desses autores, ainda que tenham várias nuances, no essencial estabelecem uma relação entre o intervencionismo estatal, o autoritarismo e o elitismo [*ainda que Chauí diga que tenha horror a ela*]. A essa altura, a cultura uspiana havia consolidado a crítica à cultura política do período anterior ao golpe militar de 1964. Trata-se de denunciar o caráter ideológico dessa operação, reafirmando a centralidade das classes sociais e de seus conflitos como algo inerente à sociedade burguesa. “Esse tipo de crítica, a despeito da sofisticação conceitual a que se propõe, cai na armadilha de um certo esquematismo classista, pois toda a riqueza nacional, imposta pela objetivação particular do capitalismo, é diluída — como se fosse uma falsa questão — na postulação abstrata da contradição entre as classes fundamentais da sociedade capitalista” (...). Mas

não é possível compreendê-lo adequadamente sem relacioná-lo com a interpretação uspiana sobre o Brasil: do ponto de vista de seus desdobramentos políticos, esse era um dos temas síntese da elaboração que a “escola paulista de sociologia” vinha desenvolvendo acerca do Brasil, pelo menos desde os anos cinquenta. Por isso, é o elo que articula boa parte da produção uspiana sobre a política e o movimento sindical, definindo uma visão da história que tem nos trabalhadores o cerne de suas preocupações, que se apresenta em oposição radical à tradição varguista e pretende estar num lugar à esquerda, tanto em relação à interpretação cepalina quanto à do Partido Comunista, ao se colocar diante dos fatos. A consequência dessa radicalização conceitual é a valorização dos movimentos sociais vistos como a verdadeira expressão das aspirações populares por uma cidadania plena, corporificada na ampliação da participação política e na extensão dos direitos sociais. O importante é que essa visão reforçou o anti-estatismo e ajudou a ampliar a sensibilidade para as manifestações de autonomia da sociedade civil. Disseminado em parte expressiva do MDB, nos movimentos organizados, no sindicalismo mais combativo e nas difusas faixas de militância pulverizadas em várias atividades culturais, aos poucos, esse estado de espírito vai se tornando um atributo exclusivo do PT, mantendo-se inclusive como combustível para a fala de seus intelectuais, destilando um caldo de cultura crítico ao sindicalismo oficial, avesso à herança nacionalista, ao populismo, ao varguismo e à política frentista para realizar a transição à democracia (LAHUERTA, 2001, p.85-89) [*acréscimos nossos*].

Em síntese, a substituição *ius gladii* do pensamento nacional-desenvolvimentista pelo pensamento burocrático-autoritário (igualmente reivindicador de um estado forte), enseja, como alternativas de oposição, um *pensamento radical* e um idealismo constitucional que, em suma, representa a recolocação dos embates entre tradições do pensamento político nacional que antecedem os novos marcos representados pelo advento do Regime Militar. Do mesmo modo, tais

reacomodações se somarão a este acúmulo histórico para servir de substrato à resolução de polêmicas futuras. Dela se podem extrair, por exemplo, elementos que antevêm alguns dos desdobramentos mais importantes observados, a partir dos anos 90, no campo da teoria democrática e nos estudos dos movimentos sociais, sobretudo pelo deslocamento do eixo da participação política dos canais tradicionais (classe).

6.2.4 Globalização

“Sem que tivéssemos muita consciência do processo em curso, minha geração teve que lidar com outro momento do desenvolvimento mundial do capitalismo, chamado de globalização” (CARDOSO, 2013, p. 13)⁴⁹⁰.

Como vimos, o debate em torno da “teoria da dependência” cumpriu um papel elucidativo na caracterização dos embates do *político* do país no auge da discussão sobre o processo de *modernização*. No entanto, a partir de fins dos anos 70, as distintas perspectivas sobre a dependência começam a sofrer um processo de declínio de sua centralidade, em virtude de que cada uma de suas correntes, como observou Coutrot (1991, p.160)⁴⁹¹, apresentou inferências desmentida pela realidade dos anos 70 e 80: a industrialização cepalina não acabou com o subdesenvolvimento; vários países no entanto conseguiram desempenhos muito superiores às previsões dos adeptos da troca desigual, assim como dos marxistas, sem ruptura nem externa nem interna, mas pelo contrário através de uma integração acentuada no mercado mundial. Neste registro, ainda segundo o mesmo autor (*idem*), a perspectiva de Cardoso e Faletto, mesmo mantendo um caráter ponderado e mais condizente com as transformações observadas neste período também teve seu impacto político prejudicado, embora neste caso mais em virtude de ter vindo à tona numa época bastante maniqueísta do que pela natureza de suas proposições. Esse clima de derrota é reforçado pelo próprio Cardoso:

⁴⁹⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Pensadores que inventaram o Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

⁴⁹¹ COUTROT, Thomas. **Dependência e Informalidade**. Novos Estudos, n. 29, 1991.

A teoria da dependência que se impôs foi esta [a versão *imperialista*, segundo a qual nada vai mudar sem uma Revolução], não a minha. Eu perdi a discussão, o debate. (...) Para mim, a pergunta que se colocava era: “como mudar as coisas?”, “como entram os valores em tudo isso?”. Não é um processo mecânico, mas uma obra humana. Há uma projeção. Há uma dialética, uma luta, uma transformação. Esta sempre foi minha preocupação, mas eu perdi a parada. Sempre fui lido ao revés, como se fosse partidário do mecanicismo. Agora é pior: criticam-me dizendo que eu mudei de ideia. Não mudei em nada. Eu era contra algumas ideias antes, e não agora. Algumas ideias, não todas. (...) a verdade é que acredito que uma boa parte do que eu escrevi ainda tem validade (CARDOSO, 2002, p.381-382)⁴⁹².

Este cenário possibilita que as abordagens sobre o desenvolvimento voltem a se dirigir, a partir de meados dos anos 1980, para o interior da nação, tanto pela via do *endogenismo* quanto pela via do *neodesenvolvimentismo*. Em linhas gerais, tais abordagens repõem a questão do desenvolvimento em termos de intervenção anticíclica do Estado para manter o dinamismo dos mercados e o crescimento (TAVARES, 1978), de autonomia produtiva (CASTRO, 1985) e de controle nacional e popular sobre os meios de produção, renda e riqueza (FIORI, 1984)⁴⁹³. Como observou Martins (2011, p.261)⁴⁹⁴ a crise dos anos 80 aprofunda o pessimismo com a distribuição de renda e com o

⁴⁹² CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso por ocasião da cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO)**. Quito, Equador, 01 de outubro de 2001. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 48, v.14].

⁴⁹³ TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978; CASTRO, Antônio Barros de. **A economia brasileira em marcha forçada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.; FIORI, José Luís. **O voo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: FEA-UFRJ, 1984.

⁴⁹⁴ MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

êxito da industrialização, e se passa então a requerer ser necessário não apenas o controle democrático do Estado para dirigir a industrialização para os bens de consumo de massa mas, agora que a própria industrialização depende do controle do Estado para que através dele se estabeleça um capitalismo organizado. Do ponto de vista do *político*, ao se reintroduzir pela via do *neodesenvolvimentismo* a retórica nacionalista, autonomista e estatizante, o que se observa é que aspectos de um *idealismo orgânico* reflorescem na cultura política do país como caminho mais eficiente de superação da crise.

A década de 1990 observará uma nova guinada neste cenário, especialmente em virtude dos novos ventos políticos e ideológicos que passam a soprar. É diante deste contexto que a *teoria da dependência* será recuperada para pensar uma nova (ou novíssima!) situação estrutural. Assim como nas sessões anteriores, a hipótese é a de que a recuperação das formas com que a perspectiva de Cardoso será mobilizada neste debate nos fornece pistas de como transcorrem as ressignificações do político no momento em que a *globalização* passa a ser o conceito aglutinador da imaginação política brasileira, replicando nesse novo contexto, as tensões fundamentais do pensamento político brasileiro observada em momentos e processos reflexivos anteriores. Seguindo o exercício proposto, o que está em questão é uma tentativa de compreender como as recepções do pensamento do autor para pensar a *globalização* contribuem para entender as contendas do pensamento político brasileiro, no momento em que este está às voltas com as questões da *inserção* regional e global do país numa ordem política e econômica em mudança.

Nesse registro, cumpre indicar inicialmente duas coisas. Primeiro, que as abordagens do pensamento do autor sobre a questão se dispersam no *continuum* da linha que contrapõe dois extremos: enquanto algumas abordagens passarão a ver nela a legitimação teórica de uma inserção a reboque, irrefletida, que em grande medida acaba por reproduzir o atraso e contentar-se com a condição política de sócio menor do país no capitalismo em processo de globalização, outras ressaltarão seu caráter inovador e antecipador sobre o tema, chegando mesmo a atribuir a ela o *status* de fundamento da gestação de uma nova posição geopolítica do país e das transformações de uma sociedade que, finalmente, encontrou a rota da modernidade. É no interior desta tensão que vão se repor as principais vertentes do pensamento político brasileiro: o idealismo orgânico (que repõe agora sua forma mais explícita de nacional-estatismo) o idealismo constitucional (que explícita melhor sua orientação de cosmopolitismo liberal) e pensamento radical. Segundo,

que, no quadro das novas interpretações sobre a dependência, o resgate da perspectiva de Cardoso encontrará na discussão da (in)coerência entre o pensado e o vivido, um ponto comum de sustentação. A este respeito, como já apontamos anteriormente, não deixa de ser curioso que tanto a *afirmação* de tal ruptura quanto sua *negação* sejam mobilizadas para respaldar as análises que se dispersam de uma ponta a outra dos tensionamentos do *político*.

Começemos pelo significado das críticas dirigidas a Cardoso pela via da reposição do ideário do *nacional-estatismo*. Em meados dos anos 1990, ao fazer a crítica da desregulamentação da estrutura produtiva de base nacional, consolidada entre as décadas de 1970 e 1980, Gonçalves (1994)⁴⁹⁵, retoma o referencial autonomista furtadiano para indicar que a economia brasileira passou a padecer de uma das maiores vulnerabilidades externas se comparada a outras economias nacionais. Propõe, então, o resgate do conceito de “interesse nacional” como projeto econômico básico, passando a defender a inserção internacional do país não deveria ser vista como um fim em si mesma, mas dentro de um projeto de desenvolvimento apenas realizável, para ele, mediante a afirmação de um modelo em que o Estado torna-se o principal ator de sua formulação e execução. Ainda que esta não seja uma referência direta à reposição das ideias de Cardoso no contexto dos anos 1990, ela é importante por colocar em termos precisos o caráter *nacional-estatista* do *neodesenvolvimentismo* como principal crítica acadêmica à ênfase no *cosmopolitismo liberal* encontrada nas abordagens que recuperam o *desenvolvimento dependente-associado* e que, por razões óbvias, estará na vidraça a partir de meados dos anos 1990.

A partir de então, recoloca-se a contenda entre as alternativas políticas representadas pelas ideias de Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado, características das discussões sobre o processo de modernização, introduzindo-se nela novos elementos. De uma forma ora mais ora menos explícita e caricata, o reforço ao nacional-estatismo pela via da crítica à perspectiva associada da dependência será expressa numa gama considerável de estudos, como, por exemplo, na perspectiva defendida por Moreira (2008, p. 12-13)⁴⁹⁶, ao resumir a polêmica nos seguintes termos:

⁴⁹⁵ GONÇALVES, Reinaldo. **Ô Abre Alas:** A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial. 1.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

⁴⁹⁶ MOREIRA, Cassio Silva. **Desenvolvimentismo no contexto de globalização:** uma releitura de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso em defesa do interesse nacional. Revista Gestão Contemporânea – FAPA, 2008.

que tipo de Estado queremos? Em outras palavras, que tipo de nação buscamos: a que se aproxima das ideias de Celso Furtado ou a alternativa que foi constatada pelo sociólogo e aprofundada pelo ex-presidente Cardoso? Nacionalista ou Dependente-associado? (...) depois de quase duas décadas de neoliberalismo, o crescimento econômico continua sendo incipiente e o desenvolvimento é uma incógnita. (...) com isso, e uma nova onda de desenvolvimentistas parecer ressurgir. Entretanto, com um contexto completamente diferente: globalização financeira, megacorporações multinacionais, acordos de livre comércio, etc. A pergunta que cabe aqui é: como se engendra esse novo desenvolvimentismo? Será que enxergando o Estado apenas como regulador da atividade econômica? Cremos que ele deve ir muito mais além, pois o Estado nacional brasileiro entrou em crise, talvez, muito mais pela má administração de seus gestores e pelo impacto da elevação da taxa de juro norte-americana, do que, propriamente, pela inserção do Estado em setores produtivos da economia. (...) antes de definir os moldes desse novo desenvolvimentismo, cabe achar respostas para algumas perguntas: O que seria a nação brasileira? Quais as modificações existentes no Estado nacional?

Como se pode observar, seguindo a linha do nacional-desenvolvimentismo clássico, as críticas *neodesenvolvimentistas* ao resgate da versão *associada* da dependência se concentrarão na defesa de um quadro desejável de autonomia nacional diante dos riscos representados pelo “avanço do neoliberalismo”. Tais ênfases serão partilhadas por autores que reivindicam filiação à interpretação marxista da Escola da Dependência. No entanto, neste caso, o reforço do pensamento nacional-estatizante, embora presente, se arrefece, deslocando o centro da questão da “realização de um projeto de autonomia nacional” para a realização de um projeto de “rompimento com a ordem capitalista vigente”. Por esta razão, estas abordagens defenderão um nacional-estatismo de corte instrumental, razão pela qual elas situam-se no limiar da mudança dos fundamentos que respaldam as críticas ao liberalismo contido na perspectiva associada da dependência.

Trata-se realmente de um limiar pois, embora o componente nacional-estatizante esteja presente em tais abordagens o fundamento da crítica será progressivamente deslocado para a recuperação do pensamento radical presente nas interpretações *funcional-capitalista* e da *superexploração imperialista*, aludidas na sessão anterior. Esta tendência pode ser observada, por exemplo, no trabalho de Martins e Valência (2001), para quem

devemos nos perguntar se a visão marxista da dependência permite ainda tomar o nacional como categoria de estruturação de um projeto de desenvolvimento distinto (...) Pensamos que uma visão que estipule paradigmas de desenvolvimento alternativos à dependência deve destacar o caráter anárquico do capitalismo e sua tendência sempre incompleta à internacionalização e ao planejamento. (...) O espaço nacional é limitado e ao mesmo tempo estratégico para formar as bases de um processo de desenvolvimento que rompa com a dependência. A maneira do capitalismo articular seus níveis de agregação inferiores e superiores, impede que se crie uma instância decisória global e democrática expressiva, sem que se tenha acumulado alguns choques importantes em níveis mais anárquicos de gestão. Os desafios de escala produtiva colocados pela globalização poderiam ser suportados em grande parte através da integração nacional, mediante a inserção da população brasileira sob um outro nível educacional, tecnológico, científico e de consumo. (...) Na América Latina existem alternativas ao padrão neoliberal. Trata-se das que pensaram e estão pensando os teóricos críticos da dependência: um novo projeto de sociedade voltado para atender às necessidades sociais, o que exige superar a dependência capitalista e esse próprio sistema, e não reproduzi-lo e aprofundá-lo como afirmam os ideólogos dependentistas

neoliberais (MARTINS & VALÊNCIA, 2001, p. 10; p.13; p.14)⁴⁹⁷.

Do ponto de vista dessas duas ênfases no nacional-estatismo, as críticas ao resgate das ideias da versão associada da dependência se graduam entre a indicação da liquidação total da autonomia do *político* concebido em sua dimensão nacional, num extremo, e o contentamento com uma posição subimperialista num cenário regional, no outro. No primeiro caso, a autonomia dos Estados periféricos seria reduzida ao mínimo: “pouco relevantes politicamente, restaria a eles aceitar o monitoramento de sua economia pelas finanças internacionais e se somarem às iniciativas de construção de regimes internacionais a serem estabelecidos sob a liderança dos países centrais. A desnacionalização seria o preço a pagar pelo desenvolvimento” (MARTINS, 2011, p.254)⁴⁹⁸. Já no segundo, ela passa a ser vista como *uma estratégia de dominação possível*, especialmente dentro de um contexto regional:

O incentivo por parte de *FHC* no grande capital nacional é fundamentalmente diferente do pregado pelos “nacional-desenvolvimentistas”, por não se basear no modelo de crescimento do mercado interno e sim no de exportações. Este processo alguns autores chamam de “subimperialismo” brasileiro e toda sua política externa foi voltada para esta inserção do Brasil no mundo e criação de uma hegemonia econômica e política brasileira na América do Sul. Assim, se o “nacional-desenvolvimentismo” se baseou muitas vezes numa “substituição de importações”, o pensamento e prática de Fernando Henrique levou a um “nacional-dependentismo” baseado num modelo de “intensificação de importações”. (LIVRAMENTO, 2011, s.p., *grifo nosso*)⁴⁹⁹.

⁴⁹⁷ MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrian Sotelo. “**teoria da dependência**”, **Neoliberalismo e Desenvolvimento**: Reflexões para os 30 anos da Teoria. Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, v. 7, p. 115-129, 2001.

⁴⁹⁸ MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo: Boitempo, 2011. Versão da Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2003.

⁴⁹⁹ LIVRAMENTO, José. **Da “teoria da dependência” à prática da dependência.** Disponível em:

Mas, para além do embate entre o nacional-estatismo e o cosmopolitismo liberal, as polémicas que envolvem o *político* na discussão da globalização cobrem também aquelas que representam a recolocação do pensamento radical presente na cultura política brasileira. Esta recolocação tem como influxo fundamental uma recusa sistemática e de conjunto das proposições expressas pela perspectiva cardosiana do desenvolvimento dependente-associado. É também no caso do pensamento radical, que a discussão da (in)coerência entre o pensado e o vivido ocupará um lugar central: por um lado, a afirmação da *incoerência* estará na base das análises que passarão refutar a perspectiva cardosiana em virtude da ideia de conversão do autor ao neoliberalismo;⁵⁰⁰ por outro, a sustentação da ideia de *coerência* (ou de *continuidade*) entre o pensado e o vivido passará a sustentar uma leitura segundo a qual houveram equívocos interpretativos em relação ao significado original da sua perspectiva sobre a dependência⁵⁰¹.

www.riorevolta.wordpress.com/2011/08/17/revisitando-fhc-da-teoria-da-dependencia-a-pratica-da-dependencia. Acesso em: 10/10/2014. Acesso em 22/10/2014. Publicado em 17 de agosto de 2011.

⁵⁰⁰ Nesta linha de análise, por exemplo, Martins e Valência (2001) apontam que Cardoso e Faleto teorizam a dependência para aceitá-la. Segundo eles, ainda, essa aceitação da dependência, presente em seus escritos dos anos 60 e 70, dá lugar nos anos 90 à defesa teórica e política do neoliberalismo como forma dos países dependentes se articularem à economia mundial. MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrian Sotelo. **“teoria da dependência”, Neoliberalismo e Desenvolvimento: Reflexões para os 30 anos da Teoria. Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, v. 7, p. 115-129, 2001.**

⁵⁰¹ O trabalho de Silva (2008) é representativo destas interpretações. Em seu estudo sobre a política externa do governo FHC, segundo ele, pode-se dizer com alguma tranquilidade que Cardoso se posicionou, em grande medida, em alinhamento às reflexões do sociólogo das décadas de 1960 e 1970 e que procurou implementar grande parte do que vinha sendo defendido em seus discursos políticos nos oito anos em que permaneceu como presidente. Para Silva, a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso coincidiu com o apogeu e a crise da matriz neoliberal de inserção internacional do Brasil. Na política externa, a nova diplomacia procurou construir a imagem do Brasil como uma liderança regional que buscava uma inserção global como compensação à vulnerabilidade econômica externa, e procurou também uma maior aproximação com os países desenvolvidos, uma postura de participação e aceitação das bases e regras do ordenamento internacional, e um afastamento do discurso terceiro-mundista. Ressaltando as oportunidades geradas para os países que aderissem à nova ordem, essa política externa orientava-se pelo otimismo

Em ambos os casos, estas críticas “pelo retrovisor”, ou seja, à adequação entre o pensado e o vivido, apontam para as intervenções públicas do autor sobre o tema da *globalização* como a prova de seus respectivos argumentos. O quadro das mudanças descrito por Cardoso nestas intervenções seria marcado, pela necessidade de redefinição das instâncias decisórias supranacionais, por uma inserção seletiva num capitalismo marcado pela ampliação da mobilidade de capitais e pela dispersão do processo produtivo em escala global. Cruz (1999)⁵⁰², por exemplo, aponta dois fatores limitadores centrais nas intervenções do autor: primeiro, as extensões conferidas ao termo *globalização* (que, segundo o intérprete, tem como referente exclusivo variáveis econômicas como o deslocamento do processo produtivo da escala nacional para a mundial) e, segundo, a ambivalência das mudanças que Cardoso procura expressar com o uso do termo *globalização* (ora tratando-a como mudança radical, ora como continuidade; ora berço de um mundo mais rico, mais livre, mais dinâmico, ora geratriz de anomalias perversas). No sentido expresso por estas duas críticas, as respostas de Cardoso sobre a especificidade da *globalização*, segundo Cruz, seguem o discurso convencional: é vago, impreciso e lacunar. Este traço se estende, segundo o mesmo intérprete, inclusive ao que Cardoso reivindica como traço definidor da *globalização*: a dispersão do processo produtivo para uma escala planetária:

Em cotejo com as proposições mais recentes, as observações do autor sobre o tema da dependência põem em relevo um *ponto obscuro* e um *espaço vazio* no discurso presente de Cardoso sobre a economia mundial. *Ponto obscuro*: a periodização. Afinal, a *globalização* de que ele nos fala é um fenômeno realmente novo, ou já estava esboçado em meados dos anos 50, cabendo aos *latino-americanos* o mérito de ter reconhecido esse fato? Se é assim, a categoria mais adequada para descrever a situação emergente – no conjunto de suas expressões e em toda sua complexidade –

em relação ao processo de *globalização*, às transformações internacionais e às reformas neoliberais. (SILVA, Andre Luis Reis da. Do otimismo liberal à *globalização* assimétrica: a política externa no governo Fernando Henrique Cardoso. Tese de doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2008.

⁵⁰² CRUZ, Sebastião Velasco e. **Ideias do poder**: dependência e *globalização* em F. H. Cardoso. Estudos Avançados, vol.13, n.37, 1999.

continuaría sendo a da *dependência*. E caberia perguntar, então, o que se ganha em trocá-la pela noção muito mais tosca de *economia global*? Mas pode ser que a primeira seja a alternativa correta (que a globalização seja percebida como uma novidade radical, distintiva destas duas últimas décadas). Haveria, então, razões de sobra para abandonar os velhos conceitos, mesmo que provisoriamente fosse necessário, em troca, operar com categorias menos trabalhadas. Mas, nesse caso, seria preciso oferecer algo mais específico do que a “internacionalização da produção capitalista” para justificar o juízo adotado (CRUZ, 1999, p. 232).

A relação deste tipo de raciocínio com um pensamento radical fica mais evidente quando se observa o tipo de crítica política a que ele dá origem. Batista Jr. (1999),⁵⁰³ por exemplo, leva este argumento ao limite ao criticar as intervenções do autor sobre o tema a partir da negação da globalização como fenômeno realmente novo. Para ele, o recurso de Cardoso ao conceito encobriria uma certa tendência do autor/presidente em se negar a enfrentar os problemas econômicos mais fundamentais. De quebra, atribui ao autor a incorrência nas mesmas limitações do marxismo que ele pretendeu combater: o *economicismo*, o *determinismo* e o *internacionalismo*, de sorte que não seria difícil perceber a presença desses três elementos no discurso de Fernando Henrique Cardoso sobre a globalização.

Depurados da terminologia marxista ou quase-marxista em moda naquele período, os textos de então podem até dar um certo embasamento às opções e omissões de hoje. Não é de hoje que Fernando Henrique se ajusta bastante bem à tradicional preferência das elites brasileiras por uma integração subordinada à economia internacional. Durante o seu mandato, avançou muito o processo de desnacionalização da economia. (...) Por esse e outros motivos, se algum dia alguém resolver escrever a biografia de Fernando Henrique Cardoso, um bom título

⁵⁰³ BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Dependência:** da teoria à prática. Estudos Avançados, [S.l.], v. 13, n. 37, p. 215-224, dez. 1999.

poderia ser: *Dependência: da teoria à prática*. (...) parece clara a semelhança entre certos aspectos da tradição marxista e a ideologia da “globalização” (...) uma característica marcante dos comentários sobre a ‘globalização’ é a ausência de distinções elementares. Tudo se passa como se não houvesse grandes motivos para distinguir, por exemplo, os efeitos da ‘globalização’ e da instabilidade financeira internacional sobre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. O que transparece é uma visão pouco diferenciada, às vezes bastante simplista e caricata. (...) com tantas oscilações e contradições, o discurso de Fernando Henrique acaba não configurando nada de coerente. No fundo, o que sobra de toda essa retórica presidencial são duas marcas muito claras: a resignação e o escapismo. Nesses dois aspectos, resignação e escapismo, não há nada de original no discurso de Fernando Henrique Cardoso. São características típicas da retórica atual dos governantes fracos e omissos. Proporcionar uma vestimenta ‘moderna’ para a subserviência e a fuga à responsabilidade, eis as funções que a retórica da ‘globalização’ tem cumprido mundo afora. (BATISTA JR, 1999, p.220-223)⁵⁰⁴.

Além das abordagens que procuram negar ou apontar a ambiguidade do conceito de globalização tal como tematizado por Cardoso, a vertente *radical* das críticas pode ser notada em algumas outras correntes do marxismo acadêmico brasileiro dos anos 1990 e que fazem uma defesa mais explícita das teses defendidas pelo pensamento radical em momentos anteriores. Via de regra, tais abordagens orientam seu raciocínio meio do emprego da reintrodução de um procedimento epistemológico de redução da realidade, pelo qual a multiplicidade do real é reduzida a um jogo mecânico de contrários (centro/periferia; política/economia; etc.). É por meio deste procedimento que, por

⁵⁰⁴ BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Dependência: da teoria à prática**. Estudos Avançados, [S.l.], v. 13, n. 37, p. 215-224, dez. 1999.

exemplo, Franklin (2012)⁵⁰⁵ passa a criticar a extensão do conceito de desenvolvimento presente nas análises do autor:

a relação de vinculação entre os ciclos de acumulação dos países, resultado da ampliação da integração econômica, age de modo a impulsionar um “desenvolvimento” que se mostra necessariamente restringido e essa vinculação das economias periféricas ao capital dos países centrais mostra a forma invertida da relação de dependência, pois as nações hegemônicas dependem da contínua expropriação do excedente gerado na periferia. A dependência que surge daí é a forma com que aparece a relação de exploração entre países. Trata-se de uma forma que mistifica essa exploração e inverte a verdadeira relação de dependência. A sustentação das economias dos países centrais depende da continuidade desse processo de exploração, mas essa dependência se expressa como se os grandes beneficiados pelas relações econômicas internacionais fossem os países mais pobres (FRANKLIN, 2012, p. 126)⁵⁰⁶.

Mas esta radicalidade supera o plano conceitual quando procura derivar das análises do autor sobre a globalização as bases de uma suposta adesão ao ideário neoliberal, reforçando o quadro dominante das recepções do pensamento do autor na academia brasileira, conforme apontado ao longo deste capítulo. Jose Luis Fiori (1994) ocupa um lugar inaugural neste radicalismo ao afirmar, por ocasião da candidatura de Cardoso à presidência, não ser difícil estender e atualizar a análise de Cardoso à nova situação estrutural, definida por uma internacionalização mais avançada ou globalizada do capitalismo. Isso porque, para Fiori, a

⁵⁰⁵ FRANKLIN, Rodrigo. **Um ensaio sobre a dependência a partir das relações econômicas do Brasil contemporâneo**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

⁵⁰⁶ FRANKLIN, Rodrigo. **Um ensaio sobre a dependência a partir das relações econômicas do Brasil contemporâneo**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

nova realidade ultrapassaria, mas não invalidaria, o que de essencial Cardoso escreveu nos anos 60 e 70 sobre o fenômeno:

sua inteligência lhe impede repetir bobagens e lhe permite saber que o que interessa para o Brasil no novo contexto globalizado não tem nada a ver com a queda do Muro de Berlim nem tampouco com o esgotamento do modelo de substituição de importações. Nessa atualização, basta ter claro que a globalização não é um processo completamente apolítico. Por isto, os ajustes nacionais tampouco são puramente econômicos. Os Estados nacionais têm que optar e decidir como se conectam à nova redefinição das coalizões interna e externa de poder. No nosso caso, o velho tripé econômico e sua aliança com as elites políticas regionais entrou em crise e precisa ser refeito. FHC sabe como ninguém que mudar ou refazer esta articulação econômica e aliança política é o problema central que hoje está posto no cenário brasileiro. E, frente a esse desafio, tomou sua primeira e decisiva decisão: resolveu acompanhar a posição do seu velho objeto de estudo, o empresariado brasileiro, e assumiu como um fato irrecusável as atuais relações de poder e dependência internacionais. Deixou seu idealismo reformista e ficou com seu realismo analítico, abdicando dos 'nexos científicos' para se propor como 'condottiere' da sua burguesia industrial, capaz de reconduzi-la a seu destino manifesto de sócia-menor e dependente do mesmo capitalismo associado, renovado pela terceira revolução tecnológica e pela globalização financeira. Em síntese, FHC optou por sustentar a estratégia do Consenso de Washington, valendo-se da mesma coalizão de poder que construiu e destruiu o estado desenvolvimentista de forma igualmente excludente e autoritária. Neste sentido é que se pode concluir, sem ofender a lógica, que FHC realmente aderiu a um projeto de 'aggiornamento'

do autoritarismo anti-social de nossas elites (FIORI, 1994, s.p.)⁵⁰⁷.

Os exemplos poderiam ser multiplicados à exaustão. Todavia, como esperamos ter demonstrado até aqui, os registros feitos sobre as críticas dirigidas à reposição da perspectiva de Cardoso sobre o *desenvolvimento dependente-associado* no contexto das discussões sobre a *globalização* representam a re colocação tanto de um pensamento *nacional-estatizante*, quanto de um *pensamento radical*.

No outro extremo das recepções – o prisma da defesa do cosmopolitismo liberal –, a retomada da perspectiva do autor sobre o desenvolvimento dependente-associado ressaltará seu caráter inovador e antecipador, configurando um quadro de recepções que, do ponto de vista do político, reforça a tradição liberal do pensamento político brasileiro. Para essas abordagens, as análises de Cardoso sobre a globalização representariam uma continuidade ao esquema teórico e metodológico por ele desenvolvido para analisar as situações clássicas de dependência, em relação ao qual as suas abordagens sobre a globalização significam uma retificação em parte de seu enfoque anterior, no sentido de indicar que a globalização universalizou a dependência. Na base desta mudança, estaria uma reconceptualização das relações políticas e econômicas diante dos influxos da globalização: as relações de dependência não seriam mais exclusivas dos Estados periféricos em relação a Estados centrais, mas dos Estados uns para com os outros, tomados em seu conjunto. Assim, a globalização não romperia com o esquema de dominação entre os Estados nacionais caracterizado nas análises sobre a dependência, mas introduziria um novo quadro sistêmico e analítico caracterizado pela interconexão produtiva global e pela alta mobilidade do capital especulativo, que passa a comandar o lado real da economia. A caracterização desse novo quadro passaria a requerer dos países periféricos novas estratégias políticas de inserção no circuito do capitalismo mundializado.

Para essas interpretações, a persistência de uma cultura política avessa ao liberalismo político deixa de ser percebida como ponto pacífico para ser vista como um obstáculo à constituição de uma cultura política democrática; da mesma forma, a “Era FHC” deixa de ser considerada como um retrocesso e um desserviço ao país, para ser encarada como um problema a ser enfrentado pelo pensamento político

⁵⁰⁷ FIORI, Jose Luis. **Os Moedeiros Falsos**. Folha de São Paulo, 3 de Julho de 1994.

brasileiro a partir de suas relações de continuidade para com as tradições de pensamento que lhe dão musculatura.

A fim de não cansar o leitor, nos limitaremos a dois exemplos. O primeiro se refere à entrevista concedida por José de Souza Martins a Alfredo Bosi, publicada na revista *Estudos Avançados* (1997)⁵⁰⁸ que é, para o propósito de nosso argumento, duplamente ilustrativa, pois, além de lançar luz sobre o significado político da “teoria da dependência” de Cardoso, inclui considerações sobre as relações entre as formulações originais do tema nos anos 60 e o debate sobre a *globalização* nos anos 90. Fernando Henrique teria sido, segundo Martins, um dos primeiros cientistas sociais a perceber as transformações que estavam ocorrendo no sistema de dominação econômica e política, abrindo espaços para inserção negociada e antecipando o uso que correntemente se faz do termo *globalização*. À parte esta consideração mais geral, Martins apresenta uma interpretação dissonante em relação às críticas mais comuns dirigidas a Cardoso. Segundo ele, o fator intelectual explicativo das posições adotadas pelo político não deveria ser procurado em uma adesão ao ideário neoliberal e, em certo sentido, nem mesmo na elaboração da sua versão sobre a dependência em fins da década de 1960. Antes, seria o projeto *Economia e sociedade: Análise sociológica do subdesenvolvimento*, dirigido por Florestan a partir de 1962, que teria vindo a ser, o quadro sociológico de referência do governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo ele,

No meu modo de ver, Fernando Henrique Cardoso deu dimensionamento político a ideias fundamentais desse projeto em seu governo. (...) Uma leitura esquerdista e radical da história do grupo da USP certamente a deformaria a riqueza de possibilidades históricas presentes nas ideias e atuações da “Escola sociológica de São Paulo”. Justamente por isso é que considero completamente equivocada a suposição de ‘direitização’ quando se passa da ‘teoria da dependência’ para a teoria da *globalização*. A lógica da *globalização* já estava lá naquelas preocupações de esquerda e claramente presentes nas ideias de Fernando Henrique. No fundo, parece que a questão era a de saber qual a

⁵⁰⁸ MARTINS, José de Souza. **Sociologia e militância**. Entrevista concedida a Alfredo Bosi. *Estud. av.*, vol.11, n.31 . 1997.

oportunidade do Brasil se transformar num país moderno, democrático e desenvolvido, com justiça social, no quadro da dependência e da globalização (...) não houve uma ida para a direita, porque aquela não era, necessariamente, uma perspectiva de esquerda, e nem a atual perspectiva é, necessariamente, uma perspectiva de direita. O que há é a tentativa de ajustar o desenvolvimento do país a possibilidades reguladas fora dele, no plano internacional, pelos grandes conglomerados econômicos, pelos governos estrangeiros dos países ricos. Tenho muita resistência à ideia de colocar os rótulos direita/esquerda na questão. Naquela época, a crítica à situação de dependência era uma crítica de esquerda, mas, ao mesmo tempo, era uma proposta de adesão estratégica. Um país como o Brasil teria condições de fazer exigências, de cobrar tratamentos preferenciais, agindo simultaneamente no plano da economia e da política internacionais. Era a esquerda que falava em dependência imaginando que estava falando de imperialismo, e na verdade não estava falando de imperialismo mas do ajustamento da economia nacional na economia globalizada, que era uma coisa diferente. Hoje, na minha opinião, não se trata exatamente de uma questão de direita. Trata-se de uma questão política que, de qualquer modo, se inspira em um debate que vem da esquerda. (MARTINS, 1997, p.149-152)⁵⁰⁹.

Este tipo de raciocínio rebate, assim, as críticas a Cardoso em um ponto central: não se trataria de propor uma aceitação acrítica dos novos marcos estruturais que se originam dos centros dominantes para buscar dentro deles a melhor inserção mas, antes de participar da construção desses novos marcos, ampliando os limites das possibilidades, perspectiva reforçada por Lahuerta (2001, p. 91):

Ainda que realizando-se de formas políticas distintas, nessa trajetória há um eixo norteador que pode ser encarado como um “projeto” que quer remodelar e retificar a trajetória do país,

⁵⁰⁹ MARTINS, José de Souza. **Sociologia e militância**. Entrevista concedida a Alfredo Bosi. *Estud. av.*, vol.11, n.31 . 1997.

aprofundando a ocidentalização de sua sociedade e aproximando-a de experiências e padrões típicos daqueles vigentes em países considerados mais desenvolvidos. É como se, após décadas de prevalência do Estado sobre a sociedade e da razão política sobre os interesses privados, se pudesse, enfim, considerar que um *ethos* efetivamente identificado com os interesses modernos emergira no país como alternativa civilizatória a seus dilemas. De tal modo que, ainda que possamos vislumbrar resultados totalmente distintos do ponto de vista da política que cada um faz e dos objetivos a que se propõem, há uma mesma fundamentação e uma mesma exigência de ruptura com a tradição nacionalista e populista.

Pinçaremos o segundo exemplo do pensamento econômico. Os trabalhos de Lidia Goldenstein (1994; 1998)⁵¹⁰, vão retomar as apostas políticas no cosmopolitismo liberal pela via da atualização da perspectiva dependente-associada para o contexto dos anos 1990. Negando as teses que atribuíam ao planejamento estatal, tratadas por ela como “a ilusão da autonomia”, Goldenstein considera que o ciclo de crescimento acelerado que compreende o período entre as décadas de 1950 a 1980 não deveria ser creditado ao nacional desenvolvimentismo, só tendo fôlego, antes, graças “a uma dinâmica extremamente favorável do capitalismo internacional que permitia, através da entrada de capital estrangeiro, amortecer os conflitos internos, os quais, sem ele, bloqueariam o processo de acumulação (GOLDENSTEIN, 1994, p.32)⁵¹¹. Na realidade, “sem dúvida éramos muito mais dependentes do que imagináramos” (1994, p. 126).

A partir de então, indo de encontro aos apontamentos coetâneos de Cardoso sobre as transformações operadas desde fins dos anos 1970 (a crise da institucionalidade criada no pós-guerra, da nova dinâmica do capitalismo internacional frente às mudanças tecnológicas, financeiras e produtivas, etc.), a autora vai defender que houve no Brasil um

⁵¹⁰ GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a dependência**. Tese apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.; GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a dependência após o Plano Real**. Estudos Avançados, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 131-135, ago. 1998.

⁵¹¹ GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a dependência**. Tese apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

aprofundamento dos laços de dependência, na medida em que tais transformações possibilitavam uma movimentação do capital internacional que passa ao largo dos processos produtivos nas economias periféricas. Por esta razão, este aumento da mobilidade dos capitais muda o referencial nos quais são contabilizados os investimentos, quer financeiros, quer produtivos, deixando de funcionar como amortecedor dos conflitos. Assim, “a dependência dos recursos externos que, embora sempre tenha existido, não era tão explícita e profunda, se agrava sobremaneira, a ponto de tornar inviável qualquer alternativa de reconstrução de um modelo de crescimento que não passasse pelo retorno do fluxo internacional de capitais para o país”. (GOLDENSTEIN, 1998, p.132)⁵¹²:

Dessa forma, muito mais do que nas conexões para fora – para com o marxismo ou a sociologia compreensiva em sua obra acadêmica, ou ainda para com um pensamento neoliberal em sua fase mais tardia –, a obra de Cardoso passa a ser lida em suas conexões para dentro, ou seja, para com os diálogos que estabelece com as tradições de pensamento que se estruturaram no Brasil e que condicionam as possibilidades de desenvolvimento: “seguindo os velhos e bons cânones da *‘teoria da dependência’*, seria preciso olhar para as *condições internas* sem as quais, por maiores que fossem os fluxos de capitais internacionais que para cá se dirigissem (e eles não se dirigiriam), nenhum plano econômico teria tido sucesso em estabilizar a economia e, muito menos, em criar as condições para a retomada de um crescimento sustentado (GOLDENSTEIN, 1998, p.132)⁵¹³. Nesse quadro, como aponta Lucas (1999, p.06)⁵¹⁴, a aliança entre os setores atrasados e modernos permitiu uma sobrevida às formas tradicionais de fazer política e, conseqüentemente, a dificuldade da institucionalização de práticas modernas e racionais/democráticas na organização dos partidos políticos, aparelhos do Estado e movimentos da sociedade civil, teses que foram sendo acalentadas por Fernando Henrique desde seus primeiros estudos.

⁵¹² GOLDENSTEIN, Lúcia. **Repensando a dependência após o Plano Real**. Estudos Avançados, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 131-135, ago. 1998.

⁵¹³ GOLDENSTEIN, Lúcia. **Repensando a dependência após o Plano Real**. Estudos Avançados, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 131-135, ago. 1998.

⁵¹⁴ LUCAS, João Ignacio Pires. **Dependência e desenvolvimento na América Latina: 30 anos depois**. Simpósio “Desenvolvimento e exclusão social”. Segundas Jornadas de História Económica. Montevideo, 21 al 23 de julio de 1999.

O primeiro e decisivo passo para a viabilização das condições internas necessárias foi dado com a abertura da economia. O fechamento da economia desobrigava-as de novos investimentos, de pensar em custos e aumentos de produtividade. Ao romper esta proteção, a abertura introduz a concorrência na economia, obrigando a mudança do paradigma produtivo. Ao provocar tal mudança paradigmática, a abertura da economia, por sua vez, viabiliza a estabilização. Além de forçar a mudança do paradigma da economia e viabilizar a estabilização, a abertura tem forte impacto redistributivo. A estabilização, por sua vez, também contribui significativamente para a ampliação do mercado, não só graças ao ganho concreto que dá para as faixas mais baixas da população, as que mais perdiam com o processo inflacionário, como pelo impacto que tem sobre o crédito. Porém, o efetivo retorno dos investimentos só ocorre porque, além da transferência de renda para os segmentos que mais perdiam com a inflação e da criação de condições para a volta do crédito, a estabilização e a abertura recriam as condições de segurança aos investidores (GOLDENSTEIN, 1998, p.132-134)⁵¹⁵.

Assim, todo o processo passa a depender da manutenção da economia aberta e de uma moeda forte, para garantir o controle da inflação e da fuga de capitais o que, para a autora, só pode ser feito por duas vias: pela atração de capitais especulativos (através de elevadas taxas de juros) ou atrair capitais produtivos, sendo o segundo o que projeta a economia brasileira numa inserção internacional menos frágil (GOLDENSTEIN, 1998, p.134)⁵¹⁶. Em síntese, se a “teoria da dependência” foi importante para a análise da criação de um novo patamar da dominação internacional a partir da internacionalização da produção, a situação na economia globalizada só acentuou a

⁵¹⁵ GOLDENSTEIN, Lída. **Repensando a dependência após o Plano Real**. Estudos Avançados, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 131-135, ago. 1998.

⁵¹⁶ GOLDENSTEIN, Lída. **Repensando a dependência após o Plano Real**. Estudos Avançados, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 131-135, ago. 1998.

dependência e a internacionalização. A grande questão que se coloca para os países periféricos dependentes passa a ser a de definir a melhor estratégia para se preservar o dinamismo e garantir a continuidade do desenvolvimento com democracia e distribuição de renda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS (TERCEIRA PARTE)

Na conclusão da segunda parte deste trabalho, apontamos que a questão acerca da existência de um *sentido* de *cosmovisão* das reflexões do autor, entendido como o fio condutor de seu pensamento, não poderia ser buscado na filiação a um referencial exógeno, dada a diversidade das fontes que são mobilizadas por ele para viabilizar suas reflexões. Propusemo-nos, então, a investigar se seria possível encontrar tal sentido na atenção dispensada por ele ao exercício de “pensar o Brasil”. A atenção a esta questão implicou, de nossa parte, esforços analíticos em inserir seu pensamento num conjunto de tradições de pensamento. Ao longo dos dois capítulos que compõem esta parte, procuramos conduzir tal tarefa a partir dos movimentos de (des)filiação e de recepção de sua obra em relação à trajetória coletiva do pensamento político brasileiro.

A análise feita na terceira parte permite concluir que as fontes locais exerceram, de fato, um impacto modelador sobre o pensamento de Cardoso. Como pudemos observar, a preocupação em dialogar com as principais tradições nacionais de interpretação do *político* esteve presente em todos os momentos de sua obra, desde as críticas dirigidas por ele a Gilberto Freyre e a Caio Prado Jr., passando pela retomada da agenda democratizadora presente na obra de Joaquim Nabuco e Sérgio Buarque de Holanda, pelo debate com Celso Furtado sobre as possibilidades de se pensar um projeto de desenvolvimento nacional autônomo, pelas rupturas com o pensamento radical uspiano (especialmente na forma assumida pelo pensamento de Florestan Fernandes), pelas preocupações com a institucionalidade democrática, etc.

Mas a recíproca também parece verdadeira: seu pensamento tem sido recorrentemente mobilizado para repor e atualizar algumas das contendas cruciais que animaram a imaginação política brasileira ao longo do século XX. Nesse sentido, pudemos perceber como a obra de Cardoso vai sendo progressivamente mobilizada na discussão das principais polêmicas que compõem o universo da imaginação política brasileira (a formação, a modernização, a democratização e a globalização), seja para reforçar, seja para criticar determinadas cosmovisões sobre a sociedade e a política brasileiras. A este propósito, a maneira pela qual o próprio autor concebe a recepção de sua obra pela academia brasileira nos fornece uma boa pista para uma conclusão desta arte deste trabalho:

É equivocada! É ideológica. É destruição de imagem. Isso é influência de um pensamento petista. Porque não tem nada. Nem meu governo foi neoliberal. Se foi, o do Lula também foi. Mais até! Então, não tem nada de neoliberal. É uma coisa de adaptação. Veja bem, uma coisa é o liberalismo político. Outra coisa é o liberalismo econômico. Uma coisa é você dizer: “as regras de mercado devem ser respeitadas”; outra coisa é dizer: “só elas”. Não! Você tem que ter o Estado que regulamente. Outra coisa é você dizer “O Estado tem que controlar tudo”. Também não. Você tem que encontrar novos mecanismos de interação entre Estado, sociedade civil e mercado. Não é Estado e mercado. Bom, então você tem que fazer uma adaptação de tudo isso. De modo que essa coisa de neoliberalismo é realmente uma coisa patética, que a academia reproduz acriticamente. Acho que você tem razão. *(Entrevista concedida ao autor desta tese em 23 de setembro de 2013).*

A análise da estética interna da obra (as filiações) e das disputas subjacentes às interpretações de seu pensamento (as recepções) levadas a cabo nas análises precedentes, permitem concluir que o pensamento político de Fernando Henrique Cardoso passa gradativamente a ocupar uma posição de centralidade para o entendimento das ressignificações que se operam nas principais tradições interpretativas do *político* no país, especialmente a que coloca em atrito três das principais tradições que se constituíram como as mais representativas da cultura política brasileira ao longo do século XX: o *pensamento radical* descrito por Antonio Candido e os de idealismos constitucional e orgânico descritos por Oliveira Viana e ressignificados por Lynch como *nacional-estatismo* e *cosmopolitismo liberal*. Cumpre, a fim de reforçar o argumento, indicar que o caráter estruturante desses embates aparece, inclusive, e ao menos em parte, na própria imaginação política do autor como estruturante dos conflitos que animam a vida político-partidária do país, quando este afirma que no Brasil,

a maior parte dos partidos são atrasados, são fisiológicos. Querem ter uma ligação com o Estado. [Do ponto de vista ideológico], vão

aderindo ao que seja. Obviamente eu não quero dizer que não existam diferenças entre partidos de direita e de esquerda, há. Mas esses cortes já não são mais nítidos dessa maneira. Você tem, digamos, dois ou três polos, que são os que puxam um pouco mais pra cá, um pouco mais pra lá. No Brasil você tem dois: é o PT e o PSDB que tem capacidade de formular alguma coisa para levar adiante o processo político. Os outros, se colam em quem ganhar, desde que você pague a eles uma “boquinha” no Estado (*Entrevista concedida ao autor desta tese em 23 de setembro de 2013*).

Esta “capacidade de formular”, por sua vez, pode ser remetida às cosmovisões políticas apontadas acima e que, tanto para a literatura analisada quanto para o próprio autor, aparecem como estruturantes do debate do *político* no Brasil. Se, por um lado, Cardoso aponta para um certo arrefecimento de um pensamento radical ao indicar que sua principal matriz institucional – a USP – “perdeu eco nacional”,⁵¹⁷ de outro, as contendas entre o PSDB e o PT expressam, a seu modo, a reposição das contendas históricas entre um pensamento nacional-estatizante e um cosmopolitismo liberal, marca histórica dos confrontos que caracterizam o *político* no Brasil. Como apontou Lynch (2014, s.p.)⁵¹⁸, “orientado pelo valor da igualdade social, o nacionalismo estatista dos petistas reedita a crença em um Estado atuante e capaz de reduzir as desigualdades sociais, enquanto o cosmopolitismo liberal dos tucanos, mais inclinado ao valor da liberdade, aposta na auto-organização da sociedade e do mercado”. Novamente, como em outros momentos históricos, as opções tem a ver, de um lado, com a volta de políticas que reforçam a onipresença o Estado como elemento produtor da coesão em uma sociedade amorfa, e, de outro, com a afirmação de uma perspectiva que enfatiza a afirmação de liberdades individuais que garantem a afirmação da pluralidade de valores. Também neste caso, embora obviamente fazendo uma defesa aberta da perspectiva à qual se filia, a leitura do autor vem de encontro a esta conclusão:

⁵¹⁷ Conferir a entrevista concedida ao autor desta tese em 23 de setembro de 2013, que pode ser encontrada no Anexo 1 deste trabalho.

⁵¹⁸ LYNCH, Christian Edward Cyril. **Saquemas petistas e luzias tucanos**. O Globo, 13/10/2014.

Ideologicamente, qual é a grande diferença entre o PT e o PSDB? O PT faz de má vontade o que o PSDB faz achando que não tem outro jeito, que é modernizar o capitalismo. O PT respeita as regras de mercado; já nós, sabemos que elas não são tudo. O que o PSDB é, ou foi, pelo menos? Um partido que modernizou o Brasil nos seus aspectos produtivos, nos seus aspectos econômicos, que manteve a democracia fortemente e que deu espaço para a inclusão social – educação, organizou a saúde e todos esses programas que estão aí foram criados ou fortalecidos no meu governo. O PT custa modernizar porque ele é contra o capitalismo, mas como ele não tem nenhum caminho prático para fazer outra coisa, ele vai fazendo malfeito. E isso afeta a eficiência do que ele faz. O capital estrangeiro continua vindo muito mais. Agora estão fazendo concessões, só que estão fazendo de uma maneira estranha: eles dão dinheiro pra fazer concessão. Nós fazíamos concessão porque precisávamos de dinheiro; agora não, eles pagam pro sujeito entrar na concessão. (...) A outra diferença é acreditar mais no Estado, ou mais na sociedade. O PT acredita que a transformação se dá da seguinte forma: o partido toma conta do Estado e o Estado manda na sociedade. O PSDB não é assim. Ele acha que deve haver uma interação muito mais frouxa entre a sociedade, a política e o Estado. Essa é a grande diferença. Quanto ao resto, é conversa. Então, a diferença real é política, é esse enlace partido-Estado-sociedade. Eles são mais corporativistas e, nesse sentido, mais tradicionais na política brasileira. O PT está passando um pouco do que ele era, um partido político assembleísta – veja o orçamento participativo, desapareceu, ninguém fala mais disso – e se transformando mais um partido *a la* Brizola, mais messiânico. Tanto que está usando esses movimentos que ele organizou, de base, como instrumentos ao estilo do Getúlio, ao estilo corporativista. O PT está mudando a pele, está sendo menos basista (*Entrevista concedida ao autor desta tese em 23 de setembro de 2013*).

Em síntese, essas considerações nos permitem afirmar que a luta política atual, travada principalmente por estes dois partidos representa, de algum modo, a sobrevivência atual daquelas linhagens descritas por Oliveira Viana e retomada por intérpretes posteriores como Brandão e Lynch. Mas, principalmente, mais do que sua reprodução mecânica, tal embate representa uma atualização de algumas das principais contendas que historicamente animaram tais *cosmovisões* do político.

Mas as considerações acumuladas ao longo desta terceira parte permitem entrever também os termos precisos da inscrição do autor nestas contendas. Como já apontado, o estudo da estética interna da obra e de suas recepções revelou a especificidade da inscrição do autor neste debate a partir de uma filiação a algumas das teses centrais do cosmopolitismo liberal, especialmente na medida em que este aparece como contraponto tanto a um pensamento *nacional-estatizante* quanto a um *pensamento radical*. De fato, como pretendemos ter demonstrado até aqui, a história nacional é explicada por Cardoso mais pelas alterações nas correlações de forças sociais capazes de dar equilíbrio aos sistemas de poder, do que pela atribuição ao Estado do papel de privilegiado de promotor de mudanças sociais ou ainda pela defesa de que tais mudanças sejam possíveis apenas a partir de rupturas radicais. Indo de encontro a esta consideração, é possível encontrar no pensamento político do autor uma crítica a ambas concepções, especialmente pela sua pouca preocupação que estas demonstrem com o tema das formas institucionais da democracia. De outro modo, a história da política republicana é explicada por ele de forma a evidenciar um padrão de ajustamento institucional que se tem mantido, apesar das variações na concepção da ordem jurídico-política e, até certo ponto, do grau de sua diferenciação interna:

elitismo, política de cúpulas, regime político restrito, cooptação em lugar de representação etc., ordem política tradicionalista na qual a submissão dos que a obedecem está de tal modo enraizada em diferenças econômicas e de oportunidades culturais que o custo das imposições pela coação é muito baixo (...) no Brasil prevalece uma 'ideologia de Estado' e não uma ideologia nacionalista. Esta última, embora não necessariamente democrática, é mobilizadora e tenderia a incorporar as massas à arena política. A 'ideologia de Estado', ao contrário, supõe a

desarticulação ideológica da massa (1993[1974], p. 157-179)⁵¹⁹.

Esta vinculação à tradição liberal brasileira, no entanto, não é mecânica, mas *seletiva*. Tal seletividade ficou clara, por sua vez, a partir da divisão analítica do liberalismo brasileiro conforme estabelecemos. Como vimos, o liberalismo presente no pensamento de Cardoso filia-se mais às versões *societárias* e *institucionalistas* que esta tradição de pensamento adquiriu no debate brasileiro, do que em sua versão mais enfaticamente *economicista*, tendência que pode ser notada a partir da presença de autores como Joaquim Nabuco e Sergio Buarque de Holanda entre seus interlocutores preferenciais, mas também por seu distanciamento explícito de autores como Rui Barbosa. E é exatamente por julgar que as vertentes *societária* e *institucionalista* do liberalismo brasileiro tiveram sua leitura prejudicada pela tônica economicista deste último que Cardoso não se considera propriamente um herdeiro desta tradição:

Eu não vou a tanto. Porque eu não sou propriamente liberal no sentido que eles eram. Eu acho que você tem que ser politicamente liberal, mas economicamente não. E o liberalismo brasileiro também era, por causa do Rui (Barbosa), liberal em tudo, na economia, na política, em tudo. E eu me considero liberal no sentido, digamos, contemporâneo, que é o liberal-social, digamos. As franquias democráticas, os direitos sociais, fazem parte da minha visão política, e não simplesmente o direito individual. Eu sempre me interessei pelo meio ambiente, pelos direitos difusos, pelos direitos coletivos, que não estavam na temática dos liberais do passado, que estavam preocupados com os direitos e propriedades individuais. Eu tenho menos interesse com a garantia da propriedade e mais preocupação com a garantia de direitos coletivos. E também os individuais, não os excluo (*Entrevista concedida ao autor desta tese, em 23 de setembro de 2013*).

⁵¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. **A questão do estado no Brasil**. In: A construção da democracia no Brasil: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993. Publicado originalmente na Revista Dados, abril de 1974.

Além de delinear o sentido de suas filiações ao pensamento liberal brasileiro, a passagem anterior ainda é importante por permitir entender como o autor confere a tal tradição um sentido próprio, que lhe amplia e renova os horizontes, seja pelo deslocamento da ênfase *econômica* que o caracterizou historicamente, seja ainda pela introdução de novos temas a suas vertentes *societária* e *institucional*. Nesse sentido preciso, o componente liberal presente no pensamento do autor vai de encontro com as preocupações que, muito por força das circunstâncias, passaram a ser designadas por ele como uma renovação do ideário *socialdemocrata*. Estas preocupações *social-liberais* podem também ser notadas pelo teor da agenda que ele atribui aos que se propuserem, daqui por diante, embrenharem-se no exercício de interpretar o país:

Certas questões terminarão se impondo a futuros intérpretes do Brasil: qual é o modelo de inserção internacional que melhor atende aos interesses do país? (...) O que significa uma inserção consequente no mundo globalizado? (...) Qual é a atitude que nos convém em relação aos nossos vizinhos? (...) No Mercosul, vamos recair no discurso de exaltação da soberania e dos interesses setoriais ou vamos aceitar o desafio de negociar instituições comprometidas com objetivos comuns? (...) Como situar as responsabilidades do Estado nos novos tempos? (...) Qual as perspectivas para o bem-estar social? (...) Como compreender a relação entre crescimento e estabilidade? (...) Como encaminhar a questão federativa? (...) O que fazer para continuar a aperfeiçoar a democracia? (...) Como olhar para a questão fundiária? (...) Qual atitude esperar do poder público em relação à comunidade negra e aos índios? (...) Como fazer avançar a causa dos direitos humanos? (CARDOSO, 1999, p.301-303)⁵²⁰.

Assim, os movimentos de (des)filiação e recepção da obra analisados ao longo dos capítulos 5 e 6 permitem atribuir o sentido do

⁵²⁰ CARDOSO, Fernando Henrique. **Discurso na cerimônia de inauguração do Instituto Moreira Sales**. Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1999. [In: Palavra do Presidente, Disc.44, v.10, 2002].

conjunto da obra ao exercício de “pensar o Brasil” a partir de uma específica inscrição do pensamento do autor no cosmopolitismo liberal, encontrando numa inscrição seletiva a este seu *sentido filosófico (ou de cosmovisão) enquanto pensamento político*. Dessa forma, muito mais do que nas conexões para fora, para com uma doutrina de “ajustes neoliberalizantes”, a obra de Cardoso adquire outro significado se lida em suas conexões para dentro, ou seja, a partir de seus movimentos em relação às tradições mais representativas da cultura política do país.

CONCLUSÃO

Cumpro, para encerrar esta tese, apontar para uma síntese articulada e analítica das conclusões acumuladas e, assim, para as pistas que ela deixa para outras investigações. A principal intenção desta pesquisa foi a de investigar a relação do pensamento de Fernando Henrique Cardoso, em seus diferentes momentos constitutivos, com a trajetória coletiva de pensamento identificada pela expressão “pensamento político brasileiro”. A preocupação central do trabalho foi, nesse sentido, a de procurar conferir ao estudo da trajetória e do pensamento do autor uma perspectiva de diálogo e recorrência com o arcabouço teórico e ideológico acumulado pelo pensamento político brasileiro. Nesse sentido, a natureza dessa reflexão constituiu em olhar para a obra do autor a partir de um prisma ausente nas interpretações que até então vão dando conta de produzir o seu legado, abordando-a como um todo, o que se mostrou um exercício complexo e de difícil equacionamento.

Dada a polissemia com que a expressão “pensamento político” tem sido empregada no debate brasileiro, optamos por iniciar este estudo por um mapeamento dos principais sentidos a ela atribuídos. Identificamos três enfoques presentes na literatura: aqueles que tratam do pensamento como *ideologia*, como *práxis* e como *teoria*. Diferentemente das abordagens correntes, passamos a considerar que o sentido da expressão se esgota apenas se considerarmos esta tríplice natureza como manifestações *típico-ideais* do pensamento. Além da questão da natureza do emprego da expressão *pensamento político*, nossas preocupações em relação ao *objeto* também se dirigiram no intuito de esmiuçar sua conexão com o atributo que lhe particulariza: o qualificativo *brasileiro*. Nesse sentido, pudemos perceber aquela caracterização dá origem a distintas sistematizações sobre a constituição de *momentos* (ou *processos*) e a distintas maneiras de conceber as *tradições de pensamento*. Nossas atenções se voltaram, então, para estas duas questões.

No que tange à questão dos *momentos* ou *processos* estruturantes que movem esta “imaginação política”, propusemo-nos a entender tal imaginação como confrontada, ao longo do século XX, por quatro questões estruturantes, para as quais convergiram os interesses *teóricos*, *ideológicos* e *práticos* do pensamento político nacional: o da *formação*, o da *modernização*, o da *democratização* e, por fim, o da *globalização*. Sugerimos que, apesar de não esgotarem suas possibilidades de reflexão, cada um desses processos foi e tem sido informado por uma questão

articuladora. Assim, o debate da formação centrou-se em torno da questão da identidade política nacional, ao passo que o debate da modernização encontrou na questão do desenvolvimento sua forma privilegiada, o da democratização privilegiou as questões da participação política e a da construção das instituições, assim como o da globalização tem privilegiado a discussão da questão da inserção política do país. Para além de momentos estanques, procuramos argumentar que, uma vez iniciados, os exercícios de pensar cada um desses vetores do pensamento, dão origem a um processo cumulativo que avança para os momentos subsequentes, gerando novas sínteses e novos subsídios interpretativos. Já no que tange ao tratamento das *tradições* de pensamento, o modelo proposto nos permitiu entender como cada uma delas opera dentro de registros diferenciados, de acordo com cada um dos *tipos ideais* elencados e dos *momentos* estabelecidos. Passamos a tratar de tais tradições de pensamento como *cosmovisões*, que vão sendo, assim, replicadas momento a momento desta trajetória coletiva, traduzindo-se em formulações ora mais, ora menos *ideológicas, teóricas e práticas*. Neste ponto, optamos pela história das ideias como nosso caminho investigativo e, a partir de um mapeamento de suas principais correntes metodológicas, definimos o estudo da *lógica das ideias* e a *história conceitual do político* como estratégias de análise *imanente e transcendente* do pensamento de Cardoso.

Antes de passar às conclusões que podemos extrair dessas duas estratégias analíticas, cumpre indicar que as delimitações teórico-metodológicas acumuladas ao longo da primeira parte deste trabalho nos permitem apontar para uma agenda de investigação na área do pensamento político brasileiro. Primeiro, se, por um lado, a dimensão ideológica do pensamento político já tem recebido tratamento bastante sistemático em cada um dos quatro momentos da imaginação política brasileira abordados nesta tese, ainda se faz necessário ampliar os esforços no tratamento das suas dimensões prática e, sobretudo, teórica, a fim de que o “fantasma da condição periférica” (LYNCH, 2013)⁵²¹ seja, finalmente, exorcizado. Nesse sentido, torna-se necessário investigar se as dualidades estruturantes da cultura e das tradições do

⁵²¹ LYNCH, Christian Edward Cyril. **Porque pensamento e não teoria?** A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, n.4, 2013.

político levantadas por Lynch (2007)⁵²² – luzias e saquaremas, idealistas orgânicos e idealistas constitucionais, etc. – e replicadas em cada momento político do país seriam aplicáveis, para além da dimensão ideológica e de práxis (sentidos em que tal dualidade parece ser mais evidentemente aplicável), também à dimensão do pensamento como teoria. Se não, que bases poderiam fornecer um entendimento mais sólido da estruturação do debate teórico que transcorre no Brasil, aqui também considerando especialmente o momento em que a imaginação política a ele inerente reivindica sua maioridade intelectual?

Em segundo lugar, um importante desdobramento das discussões propostas consiste na investigação das múltiplas conexões que fazem entre si, em cada momento histórico de sua afirmação, *teoria*, *ideologia* e *práxis*, cada uma delas aparecendo ora como vetor, ora como produto uma das outras. Num contexto de ciências altamente especializadas como a sociologia e a ciência política, esta distinção mostra como parece ser cada vez mais necessário investigar questões como as formas pelas quais a práxis política, estruturada a partir dos embates ideológicos, acaba por se converter em modelos teóricos de interpretação; ou como as distintas concepções ideológicas acabam por se converter em teoria política à luz da práxis de seus autores; ou, ainda, como os diferentes modelos teóricos elaborados por eles acabam por se converter tanto em diferentes propostas ideológicas quanto em diferentes práxis políticas. A atenção a estas questões permitiria, em suma, entender de maneira mais qualificada não apenas a reprodução e reinvenção das tradições de pensamento político, mas também se as ressignificações do *político*, em sua múltipla dimensão de *teoria*, *práxis* e *ideologia* estão ensejando o surgimento de novas tradições de pensamento ainda não captadas pelas abordagens que têm procurado sistematiza-las.

No que tange ao estudo do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso e suas relações com o pensamento político brasileiro, embora a análise das dimensões *imane*nte e *transcendente* tenha sido feita em alguma medida de maneira entrecortada nas duas partes subsequentes deste trabalho, procuramos concentrar o tratamento da primeira nos capítulos 2, 3 e 4, e o da segunda nos capítulos 5 e 6.

⁵²² LYNCH, Christian Edward Cyril. **O momento monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial**. Tese de doutorado em Ciência política, apresentada ao Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

Tínhamos, então, duas teses interpretativas centrais a serem desenvolvidas, o que não se demonstrou uma tarefa pequena.

A primeira tese que levantamos consistia averiguar a centralidade da variável política para a compreensão do conjunto da obra do autor. Mais especificamente, a suspeita levantada era a de que a análise da dimensão política de seu pensamento poderia devolver-lhe a unidade desfeita pela afirmação das rupturas e das dicotomias estruturantes a partir das quais sua trajetória e pensamento têm sido avaliadas até aqui. Por isso, a partir dos delineamentos teórico-metodológicos produzidos na primeira parte do trabalho, passamos a investigar a dinâmica de elaboração e consolidação do pensamento político de Fernando Henrique Cardoso, considerando de forma conjugada os movimentos específicos operados no plano de suas ideias e os trânsitos de estilo que acompanharam sua trajetória em cada momento específico.

Pudemos perceber a partir da análise feita nos capítulos 2, 3 e 4 que a preponderância de determinado estilo em determinado momento não implicou tirar da pena do autor a presença dos demais estilos. De outro modo, o pensamento como *ideologia*, como *práxis* e como *teoria* apareceram, em boa medida, amalgamados nos escritos do autor, cada um deles assumindo uma maior ou menor centralidade, de acordo com variáveis como o perfil do público ao qual ele se dirigia e o tipo de polêmicas em jogo. Mas o ponto principal é que nosso argumento permitiu compreender esse trânsito de estilos não como uma ruptura em sua trajetória intelectual, mas antes, como um processo de atualização e de consolidação de seu pensamento.

Assim, diferentemente das interpretações correntes, o interesse pela especificidade da política na obra do autor não nasce de uma ruptura – caracterizada pelas vicissitudes de se fazer a crítica ao regime instaurado pelos militares ou ainda de sua entrada na vida partidária e institucional –, mas representa, antes, a continuidade das preocupações que ele já vinha pontuando em momentos anteriores de sua trajetória, encontrando neste momento apenas a confirmação de sua centralidade. Foi possível, portanto, identificar um processo de formação das crenças políticas do autor que antecede ao momento que ele passa a ser visto como cientista e analista político *stricto sensu*. Portanto, embora obviamente não estivesse claro para o autor em que sentido suas posições iriam evoluir, ficava patente a centralidade das questões políticas para suas análises.

Mas não apenas isto. Nos propúnhamos também retirar a ênfase da análise da preocupação em entender *como o intelectual condicionou a ação do político* para, inversamente, indagar *como o político incidiu*

sobre o intelectual. Neste caso, o conjunto das observações feitas ao longo do quarto capítulo permitiram concluir que há um processo de reinvenção da obra de Cardoso no período posterior à afirmação da ideia de transição entre o intelectual e o político. Como vimos, a ênfase das intervenções intelectuais do autor no período (pós)presidencial dirigiram-se, sobretudo, no sentido de fazer o balanço não apenas de sua experiência política, mas também de suas crenças intelectuais. A este propósito, a revisão dos seus escritos da maturidade evidenciou mudanças particularmente significativas em suas concepções de democracia e de Estado, na esteira dos quais foram afirmando-se suas (re)interpretações dos temas da reforma, da cidadania e da socialdemocracia, etc.

Em resumo, o percurso de nossa análise revelou um sequenciamento e uma complementariedade temática e analítica entre os diversos momentos de sua obra que vem de encontro à interpretação sugerida pela primeira de nossas teses. Assim, pudemos identificar a existência de um pensamento político que acompanha toda a trajetória do autor, em grande medida como seu elemento reflexivo. Esta ênfase, por sua vez, nos permitiu encontrar um *sentido de conjunto* para a obra, embora nossa análise *imaneente* da obra não nos tenha permitido afirmar a existência de uma unidade mais profunda, algo como uma *cosmovisão articuladora* dos diferentes temas tratados pelo autor ao longo de sua trajetória. A descrição de *estilos* (forma) nos permitiu, antes, tratar dos diferentes *temas* (conteúdo) sem sermos forçados a indicar uma unidade epistemológica artificialmente fabricada. No limite, as demarcações nos permitiram apenas entender como o pensamento político de Fernando Henrique Cardoso adquiriu feições distintas ao longo de sua trajetória, ora com uma expressão teórica mais evidente, ora ideológica, ora ainda de práxis e, de quebra, colocar sob suspeita as abordagens que se fundam numa ruptura rígida entre um momento intelectual e um momento político em sua trajetória.

Ao lado desse primeiro movimento, pelo qual as preocupações políticas emergem como fio condutor a unir a trama do pensamento de Cardoso, indagávamos se seria possível encontrar ainda um outro sentido de unidade, mais profundo, que operasse como *cosmovisão articuladora* nas crenças do autor. A análise levada a cabo na segunda parte demonstrou a inviabilidade de se encontrar tal sentido recorrendo-se a qualquer um dos referenciais que normalmente se lhe atribuem: o marxismo latino-americano ou a sociologia compreensiva de Weber. Destacamos, antes, um ecletismo do autor em relação a essas fontes e nos propomos analisar a centralidade das fontes locais na estruturação

de sua obra. Mais especificamente, pretendíamos, pela análise da dimensão transcendente da obra, sustentar a ideia de que o pensamento político de Cardoso, sem deixar de considerar outras referências, tem como fontes privilegiadas um conjunto de autores e de tradições intelectuais inscritos no bojo do pensamento político brasileiro. Para desenvolver tal ideia, optamos por dividir nossa análise em duas partes: primeiro, procuramos conferir um tratamento mais sistemático à dimensão dos diálogos que o pensamento do autor estabelece com esta trajetória coletiva de pensamento a partir de suas interfaces com as principais tradições que lhe dão musculatura (capítulo 5); além disso, abordamos também o impacto da recepção de seu pensamento político no Brasil (capítulo 6).

Inicialmente, pudemos observar que o ecletismo apontado nas interpretações “clássicas” da obra cardosiana, se desfaz se considerarmos o debate estabelecido por ele com as “fontes locais”: há, nesse sentido, uma clara linha de continuidade entre os autores que Cardoso recorre para fundamentar seu pensamento em seus diferentes momentos constitutivos: primeiro, é a obra de Joaquim Nabuco que aparece numa posição central, depois a de Sérgio Buarque de Holanda e, por fim – embora neste caso não se trate propriamente de uma relação de filiação – a de Raymundo Faoro. Nesse mesmo sentido, foi possível entrever um diálogo crítico com as obras de Gilberto Freyre, de Caio Prado Jr., de Celso Furtado e mesmo de Florestan Fernandes. Em síntese, muito mais do que nas conexões para fora – para com o marxismo ou a sociologia compreensiva em sua obra acadêmica, ou ainda para com um pensamento neoliberal em sua fase mais tardia –, sua obra apareceu em suas conexões para dentro, ou seja, no registro de produzir respostas aos dilemas centrais que acompanharam o pensamento político brasileiro ao longo do século XX, como produto do diálogo que estabelece entre seu pensamento e as tradições mais elementares de interpretação do *político* no país.

Assim, algumas das preocupações mais fundamentais na obra de Cardoso – como a democratização das relações no âmbito da sociedade civil, o desenvolvimento, a natureza do Estado autoritário e a necessidade de sua democratização, assim como a preocupação com uma inserção refletida nos movimentos da globalização – parecem decorrer, antes, de suas vinculações com as fontes locais do que de suas vinculações a circuitos internacionais de um saber especializado. Neste

sentido, como observou Whitehead, (2010, p. 455)⁵²³, é provável é que a especialização acadêmica observada ao longo da segunda metade do século XX tenha sido mais hostil a este *modus* intelectual: “os dilemas éticos vivenciados por ele no período mais contemporâneo (de reconstrução do Estado, de como combinar a cautela com a virtude, como fundir uma ética de responsabilidade com uma de convicção, sobre como prosperar na luta pelo poder e preservar a autoridade pública e ao mesmo tempo servir aos interesses coletivos) o aproximam mais de um intelectual público da velha guarda, mais um teórico social do que um sociólogo profissional contemporâneo”.

Nesse ponto, as descobertas de Cardoso encontram evidente paralelo com esta trajetória coletiva de pensamento, especialmente em relação àqueles intelectuais públicos que se debruçaram e ainda se debruçam a entender o processo de formação política da nação, a investigar a natureza do processo de modernização, de democratização e também da inserção do país numa ordem política em ritmo de mudança acelerada. A este propósito, as análises produzidas nos capítulos 5 e 6 revelaram como o pensamento de Cardoso foi consolidando uma identidade que pode ser caracterizada a partir de três movimentos: primeiro, por um afastamento gradativo do pensamento radical descrito por Antonio Candido; segundo, pela consolidação de uma posição crítica ao pensamento nacional-estatista; e terceiro, por uma vinculação cada vez mais explícita e seletiva com determinadas orientações da tradição do pensamento liberal no Brasil. Assim, seguindo o referencial proposto por Rosanvallon (1995), o acompanhamento dos diferentes momentos do pensamento de Cardoso nos ajudou a compreender – ainda que consideradas as limitações contidas na análise proposta – como cada uma dessas representações mais fundamentais da cultura política brasileira repõem seus respectivos problemas e significados a partir do incremento de novos processos de que passa a se ocupar a “imaginação política”.

Mas é possível, ainda, ir além desta conclusão. Pelo entendimento do alcance de seus escritos vistos em conjunto e da maneira como eles tem sido utilizados para reforçar ou criticar determinadas tradições de pensamento, é possível perceber como, neste processo de ressignificação do *político* no país, o autor e sua obra vão adquirindo

⁵²³ WHITEHEAD, Laurence. **Fernando Henrique Cardoso**: a *Astuzia Fortunata* do sociólogo-presidente do Brasil. In: D'INCÃO, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

uma posição de gradativa centralidade: quando o autor começa a produzir, o debate da formação já está, de certa forma, esgotado; já no debate da modernização, suas teses assumem um papel de crítica à vertente dominante sobre a questão do desenvolvimento; na discussão da redemocratização, seu pensamento, embora já apareça como elemento articulador da oposição institucionalizada, se afirma como uma das interpretações que passam a disputar o sentido da democracia; e, por fim, seu pensamento é alçado ao centro da polêmica do debate sobre a inserção nos processos de globalização, na medida em que sua chegada à presidência da República ensejará um balanço crítico do significado político de suas ideias (o que permitirá a ele, como vimos, rever algumas delas). Em resumo, neste aspecto, a trajetória de Cardoso ocupa uma posição privilegiada: ele é um dos poucos autores cuja trajetória atravessa todas as questões para as quais convergiu a imaginação política brasileira ao longo do século XX. Nesse sentido, cumpriu importante papel sua abertura à indeterminação e à contingência histórica, características que ajudam a explicar como seu pensamento atravessou todos estes momentos angariando para si, em cada um, um notável potencial de convergência. Tais características, como observou Sousa Santos (1995, p. 51)⁵²⁴, fazem com que “a busca do lugar das ideias, que Cardoso contrapõe às ideias fora do lugar do seu colega Roberto Schwarz, seja uma busca quase desesperada, porque, num mundo de mudança acelerada, as ideias não se limitam a mudar para acompanhar a mudança dos objetos de reflexão, mas mudando antes por via deles”.

Mas há também um aspecto presente nas abordagens correntes que vão dando conta da formação de seu legado que o conjunto das observações deste trabalho permite questionar. Trata-se da limitação representada pela ênfase na variável ideológica com que seu pensamento tem sido apropriado desde a propagação do estigma de “neoliberal”, tanto por aqueles que pretendem reforçar esta crítica, quanto por aqueles que pretendem refutá-la. Como vimos, ao menos no caso da trajetória das ideias de Cardoso, a análise *ideológica* feita sem que se considere as dimensões *teóricas* e *práticas* do pensamento torna-se parcial e bastante

⁵²⁴ SOUSA SANTOS, Boaventura. **O presidente sociólogo**. Discurso de saudação ao Professor Fernando Henrique Cardoso por ocasião da outorga do título de Doutor “Honoris Causa”, pela Faculdade de Economia, da Universidade de Coimbra. Portugal, 21 de julho de 1995. In CARDOSO, Fernando Henrique. **A utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso**. Brasília: Presidência da República, 1995.

limitada. Isto é particularmente válido para os críticos da obra. Nesse sentido, há que se observar que tal estigma, construído e institucionalizado em ementas de disciplinas universitárias, livros, etc. não representa um rumo inevitável. Como pontua Sorj (2001, p. 122)⁵²⁵ sobre a obra do político (mas que também poderia ser afirmada sobre a obra do intelectual), “afirmar que a presidência de Fernando Henrique Cardoso é a aplicação local de fórmulas neoliberais é uma obviedade e uma mistificação, pois diz muito pouco sobre o significado específico que essas políticas [*e ideias, acrescentamos*] tiveram no contexto da sociedade brasileira”. Ou, ainda, nas palavras do próprio Cardoso – numa expressão que bem pode ser aplicada também ao pensamento e à linguagem: “O que você quis fazer é uma coisa, o que você fez é outra e o que os outros entenderam que você fez é ainda uma terceira coisa. São páginas abertas. Então, não há *uma* história” (CARDOSO, 2009, p. 61)⁵²⁶.

Em conjunto, o desenvolvimento das duas teses interpretativas levantadas neste trabalho revelaram que a ênfase na dimensão *do político* torna possível não apenas restituir a unidade desfeita pelas abordagens que afirmam a ruptura na trajetória do autor, devolvendo-lhe um sentido para o pensamento, mas também entender a forma específica como este pensamento se inscreve nas principais tradições e nos processos estruturantes que movem a imaginação política brasileira. Por hora, o balanço da história da ideias do autor e das versões que se contam a respeito, denotadas ao longo deste trabalho, permite indicar um sentido fundamental para o pensamento do autor diante das ressignificações do *político* no país: primeiro, como afirmação de uma perspectiva que recorda o peso das raízes não democráticas de nossa cultura política, traduzidas tanto nas práticas sociais quanto nas instituições políticas persistentes em atualizar suas práticas patrimoniais, ambas responsáveis pelo alijamento de um enorme contingente de pessoas do acesso *de fato* ao estatuto pleno da cidadania moderna; segundo, como crítico das soluções pensadas tanto em termos de rupturas radicais quanto pela via da abdicação hobbesiana da

⁵²⁵ SORJ, Bernardo. **A Construção intelectual do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

⁵²⁶ HEYMANN, Luciana Quillet. **Memórias de presidente: reflexões sobre a construção do legado de FHC**. [Fernando Henrique Cardoso, em entrevista a Luciana Heilmann] In SOHIET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca. **Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

responsabilidade cidadã em favor da crença no Estado como demiurgo da sociedade. Terceiro, como um pensamento que repõe e ressignifica a dimensão social do cosmopolitismo liberal presente em autores como Joaquim Nabuco e Sergio Buarque de Holanda, e em alguma medida deixado de lado pelos herdeiros desta tradição de pensamento que sucederam a estes autores.

Este pensamento – que o autor também reivindica como uma perspectiva socialdemocrata renovada, típica de sociedades em que os conflitos sociais transcendem o binômio capital-trabalho, nas quais o sequenciamento da afirmação de direitos transcorre de maneira enviesada –, vai se afirmando como uma das grandes interpretações do Brasil, tributária e atualizadora das principais polêmicas que animaram historicamente a imaginação política da intelectualidade no país. Nesse sentido, quanto ao autor, como ressalta Weffort (1995, p. 17)⁵²⁷, “talvez o maior elogio que se possa fazer a um intelectual é o de dizer que sua biografia intelectual ajuda a entender a história do seu tempo”. Quanto àquelas tradições, decantadas em torno do *nacional-estatismo*, que não raro assumiu as formas de um pensamento autoritário, do *cosmopolitismo liberal*, muitas vezes próximo da importação de ideias e modelos de organização política, e de um pensamento radical recorrente ao basismo e ao messianismo como formas de romper com o caráter elitizado da vida política nacional, tudo leva a crer que perdurarão ainda por muito tempo na mente dos que se dedicam a refletir sobre o *político*, desta e das próximas gerações, atuando nelas como combustível para as reelaborações ideológicas, práxicas e teóricas que virão.

⁵²⁷ WEFFORT, Francisco. **O intelectual das identidades complexas**. Discurso por ocasião da outorga do título de Professor emérito a Fernando Henrique Cardoso na Universidade de São Paulo, em 15 de maio de 1992. In: BRASIL, Presidência da República. *A utopia do viável: Trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso*. Brasília: Presidência da República, 1995.

REFERÊNCIAS E FONTES DA PESQUISA

A) PESQUISA TEÓRICO-METODOLÓGICA SOBRE A HISTÓRIA DAS IDEIAS

ARAUJO, Cícero. **Apresentação**. In: POCOCK, John. Linguagens do ideário político. São Paulo: Edusp, 2003.

AUSTIN, John L. **How to do things with words**. Oxford, Clarendon Press, 1962.

BEVIR, Mark. **¿Hay problemas perennes en teoría política?** Res publica, 11-12, 2003.

_____. **A lógica da história das ideias**. Bauru: Edusc, 2008.

DUNN, John. **The Identity of the History of Ideas**. Philosophy, 43, 1968.

FERES JR., João. **De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner**. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 48, n. 3, pp. 655-680, 2005. Link: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v48n3/a07v48n3.pdf>

FURET, François. **O Historiador e a História: um relato de François Furet**. Entrevista concedida à Aspásia Camargo. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 143-161.

JASMIN, Marcelo Gantus. **História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares**. RBCS Vol. 20 n°. 57 fevereiro, 2005.

JASMIN, Marcelo. & FERES JR., João. (Orgs.) **História dos Conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola, IUPERJ, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **História dos conceitos: problemas teóricos e práticos**. Estudos Históricos, vol. 5, n. 10, 1992. Link: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/101.pdf>

_____. **Futuro passado:** contribuição à semântica dos tempos históricos. São Paulo: Contraponto, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **A Democracia como Problema:** Pierre Rosanvallon e a Escola Francesa do Político. In: Pierre Rosanvallon. (Org.). Por uma História do Político. São Paulo: Alameda, 2010.

OLIVEIRA JÚNIOR, Carlos Mauro de. **História política e história dos conceitos:** um estudo sobre o “político” em Pierre Rosanvallon e Marcel Gauchet. História da historiografia, número 9. Ouro preto, 2012.

OLIVEIRA, Luciano. **Claude Lefort e a democracia:** Uma visão contra o senso comum. III Encontro Procad (UFAL-UFPB-UFPE). João Pessoa: dezembro de 2012.

PALONEN, Kari. Tempos da política e temporalização conceitual. In: JASMIN, Marcelo. & FERES JR., João. (Orgs.) História dos Conceitos: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; Ed. Loyola, IUPERJ, 2007.

POCOCK, John. **Linguagens do ideário político.** São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. **The History of Political Thought:** A Methodological Enquiry. Philosophy, Politics and Society, Série II, ed. Peter Laslett e W.G. Runciman, Oxford, 1962;

ROSANVALLON, Pierre. La historia de la palabra “democracia” en la época moderna. Estudios Políticos, No. 28. Instituto de Estudios Políticos: Colombia. Enero - Junio. 2006. Link: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/colombia/iep/28/01%20rasanvallon.pdf>

_____. Por uma história conceitual do político (nota de trabalho). Revista Brasileira de História, vol. 15, n. 30, 1995.

_____. **Por uma história conceitual do político (nota de trabalho).** Revista Brasileira de História, vol. 15, n. 30, 1995.

SILVA, Ricardo. **História intelectual e teoria política.** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 301-318, out. 2009;

_____. **O contextualismo linguístico na história do pensamento político:** Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. Dados, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, 2010.

_____. **O novo historicismo na ciência política:** um encontro entre duas tradições. Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso), v. 1, p. 123-151, 2009b.

SKINNER, Quentin. **Significado e comprensión en la historia de las ideas.** Prismas, Revista de história intelectual, n. 4, 2000.

_____. **Visões da política:** sobre os métodos históricos. Algés: Difel, 2005.

STRAUSS, Leo. **Direito Natural e História.** Lisboa: Edições 70, 2009.

STRAUSS, Leo; CROSEY, Leo (orgs.). **História de la Filosofía Política.** México: Fondo de Cultura, 1996.

TUCK, Richard. **História do pensamento político.** in: BURKE, Peter. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

B) PESQUISA SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO

AMADEO, Javier. **Teoria Política:** um balanço provisório. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 19, n. 39, p. 17-34, jun. 2011.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Origens do marxismo filosófico no Brasil:** José Arthur Giannotti nos anos 60. In: MORAES, J. Q. de. *História do marxismo no Brasil.* Campinas – SP: Editora da Unicamp, 2007, pp: 127-186.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **A trajetória da pesquisa na Sociologia.** Estudos Avançados, nº 8 (22), 1994.

BAPTISTA, Katia Aparecida. **A Originalidade do CEBRAP: a busca por uma postura “moderna”**. UFPE, Recife, PE: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. 29 de maio a 1 de junho de 2007.

_____. **O CEBRAP como centro de referência para as ciências sociais nos anos 70**. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Araraquara, 2009.

BARRETO, Vicente; PAIM, Antônio. **Evolução do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1989.

BASTOS, Élide Rugai. **Pensamento social da Escola Sociológica Paulista**. in MICELI, Sérgio (org.). O que ler na ciência social brasileira, 1970-1995, São Paulo: Sumaré, ANPOCS, CAPES, 1999.

BASTOS, Elide Rugai; ABRUCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita & REGO, José Marcio. **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo, editora 34, 2006.

BIELSHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do Desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contra Ponto, 2000.

BOTELHO, André. **Interpretações do Brasil e ciências sociais: um fio de Ariadne**. Re. Sinais sociais, v.7 n°20, setembro/dezembro, 2012.

_____. **Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma**. Lua Nova, São Paulo, 82: 11-16, 2011.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____. **Linhagens do pensamento Político Brasileiro**. In. Dados - Revista de Ciências Sociais da. IUPERJ, Rio de Janeiro, Vol. 48, n° 2, 2005.

BRESSER-PREREIRA, Luis Carlos. **Seis interpretações sobre o Brasil**. DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 25, No. 3, 1982, pp. 269 a 306

CANDIDO, Antonio. **Entrevista**. Trans/Form/Ação, v. 34. Edição especial. Marília, 2011. [Originalmente publicada na mesma revista, v. 1, p. 9-23, 1974].

_____. **Radicalismos**. Revista do Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, v.4, n.8, p.4-18, jan.-abr. 1990.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.22, n.65 [online], 2007.

CASTRO, Antônio Barros de. **A economia brasileira em marcha forçada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985.

CODATO, Adriano. Pensamento político brasileiro: um modelo de análise. Disponível em: <http://adrianocodato.blogspot.com.br/2008/11/o-pensamento-politico-brasileiro-um.html>. Acesso em 21/08/2011.

CRIPPA, Adolpho. **As ideias Políticas no Brasil**. 2º vols. São. Paulo: Convívio, 1979.

FAORO, R. **Existe um pensamento político brasileiro?** Estudos Avançados. São Paulo, (1): 44, out./dez. 1987.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a Teoria do Autoritarismo**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

FERREIRA, Oliveiros S. **As Forças Armadas e o Desafio da Revolução**. Fonte Digital. Digitalização autorizada pelo Autor do livro em papel para Edições GRD (© 2004). Rio de Janeiro: GB, 1964.

FILHO, Rubem Barboza. **A modernização brasileira e nosso pensamento político**. Perspectivas, São Paulo, v. 37, p. 15-64, jan./jun. 2010).

FIORI, José Luís. **O voo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: FEA-UFRJ, 1984.

FREITAG, Barbara. Florestan Fernandes: revisitado. **Estud. av.**, São Paulo, v. 19, n. 55, Dec. 2005.

GONÇALVES, Reinaldo. **Ô Abre Alas: A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial**. 1.ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antiracismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à universidade; Ed. 34, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Do Império à República**. São Paulo, 1972. (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, vol. 5).

IANNI, Octávio. **Pensamento Social no Brasil**. Edusc, 2004.

JUNIOR, Paulo Alves. **O pensamento radical de José Honório Rodrigues: a conciliação na história do Brasil**. Texto integrante dos Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP, 2008. Cd-Rom.

LAHUERTA, M. **Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil**. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), v. 8, p. 53-95, 2001.

_____. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. Tese de Doutorado. Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP, São Paulo, mimeo, 1999.; LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil**. Cadernos AEL, v.8, n.14/15, 2001.

LAHUERTA, Milton; BOTELHO, André. **Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação**. Perspectivas, São Paulo, 28, 2005.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco**. Lua Nova, n.85, 2012.

_____. **O momento monarquiano: o Poder Moderador e o Pensamento Político Imperial**. Tese de doutorado em Ciência política, apresentada ao Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Porque pensamento e não teoria?** A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970). DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 56, n.4, 2013.

_____. **Saquereias petistas e luzias tucanos.** O Globo, 13/10/2014.

MAIA, João Marcelo. **Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa.** RBCS Vol. 24 n. 71, 2009;

_____. **Ao Sul da Teoria:** A atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado* – Volume 26 Número 2 Maio/Agosto 2011

MAIO, Marcos Chor. **O projeto da UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil nos anos 40 e 50.** RBCS Vol. 14 no. 41, outubro de 1999. CD-ROM.

MAIO, Marcos Chor; Santos, Ricardo Ventura. **Raça como questão:** história, ciência e identidades no Brasil. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2010.

MANTEGA, Guido. **Marxismo na economia brasileira.** In: Moraes, João Quartim de (Org). **História do marxismo no Brasil.** v. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MORAES, João Quartim de. **A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros.** In: *História do marxismo no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991. v. 2.;

NOBRE, Marcos. **Depois da formação.** *Revista Piauí*, n.74, nov. 2012.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **O Brasil dos cientistas sociais não brasileiros:** ensaio metodológico. Apresentado no GT: Sociologia da Cultura Brasileira, XIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu - 23 a 27 de outubro de 1989.

RAGO FILHO, Antônio. **A filosofia de José Arthur Giannotti:** *marxismo adstringido* e analítica paulista. *Cadernos de Ciências Sociais*,

Vol. I. Centro Universitário Fundação Santo André. Santo André – SP: FAFIL, 2005a, pp: 479-512.

_____. **O ‘Seminário Marx’ e sua influência nas Ciências Humanas no Brasil.** A crítica da analítica paulista: o *marxismo adstringido* de José Arthur Giannotti”. In: *Anais do 4º Colóquio Marx e Engels CEMARX*. Campinas, SP: Unicamp, Cemarx, 2005b, 10 p. CD-ROM.

REIS, José Carlos. **Anos 1960:** Caio Prado Jr. e “A Revolução Brasileira”. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo , v. 19, n. 37, Sept. 1999.

SALDANHA, Nelson. **História das ideias políticas no Brasil.** Brasília, Senado Federal, 2001 [Edição original: 1963];

SALDANHA, Néilson. **O pensamento político no Brasil.** Brasília: Senado Federal, 2001. [Edição original: 1978].

SANTOS, João Paulo de Faria. **Ações afirmativas e igualdade racial:** a contribuição de direito na construção de um. Brasil diverso. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005;

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A imaginação político-social brasileira.** Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 2, no 3, pp. 182-193, 1967;

_____. **Paradigma e história:** a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: *Roteiro Bibliográfico do brasileiro Pensamento político-social*. Horizonte, Ed. UFMG; Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 2002 [1975 – Texto preparado pelo autor em 1975 a pedido de Cândido Mendes, como material preparatório ao trabalho coletivo sobre ciências sociais no Brasil, Rússia, Holanda, Austrália, Tunísia, Tanzânia e Camarões, por solicitação da UNESCO].

_____. **Raízes da Imaginação Política Brasileira.** Dados. IUPERJ, n. 7, 1970.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; Botelho, André. **Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma.** Lua Nova, São Paulo, 82: 11-16, 2011.

SCHWARZ, Roberto. **Um seminário de Marx**. Novos Estudos CEBRAP. N. 50, março 1998.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SOUSA, Diogo Tourino de; Perlatto, Fernando. **A tradição republicana em três atos**: percursos da ideia de “república” no dezanove brasileiro. 34º Encontro Anual da ANPOCS. Seminário Temático 16: Intelectuais, cultura e democracia. Caxambu, 2010.

SOUZA, Maria Tereza Sadek R. de. **Análises sobre pensamento social e político brasileiro**. BIB. No. 12, pp. 7-21, 1982).

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1978;

TAVOLARO, Sérgio. Existe uma modernidade brasileira? **Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro**. *RBCS Vol. 20 n.º 59*, 2005.

UNB. **Curso de introdução ao pensamento político brasileiro**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

VILLAS BÔAS, Gláucia. Entrevista a Lilia Moritz Schwarcz e André Botelho. In: Simpósio: cinco questões sobre o pensamento social brasileiro. Lua Nova, São Paulo, 82: 139-159, 2011.

WEFFORT, Francisco. **Formação do pensamento político brasileiro**. Ideias e personagens. São Paulo: Ática, 2006.

WERNECK VIANNA, Luis. **Weber e a interpretação do Brasil**. Novos Estudos Cebrap, n.º 53, março de. 1999.

C) OBRAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (LIVROS, ARTIGOS, ENTREVISTAS, DISCURSOS, ETC.)

- *Livros*

CARDOSO, Fernando Henrique **O modelo político brasileiro**. Col. Corpo e alma do Brasil. 2.ed. São Paulo: Difel, 1973.

_____. **A arte da política**: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civ. Bras., 2006.

_____. **A soma e o resto**: um olhar sobre a vida aos 80 anos, em depoimento a Miguel Darcy de Oliveira. Organização e prefácio de Miguel Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 191 p. ISBN 9788520010846.

_____. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**: o Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003. [1962]

_____. **Cartas a um Jovem Político**. Rio de Janeiro: Alegro, 2006.

_____. **Democracia para mudar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Difel, 1963 [1964].

_____. **Globalização e Outros Temas Contemporâneos**. Brasília: Imprensa Oficial, 1997.

_____. **Mudanças sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Difusão Europeia do Livro, 1969.

_____. **O modelo político brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1971.

_____. **O presidente segundo o sociólogo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Pensadores que inventaram o Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

_____. **Relembrando o que escrevi:** da reconquista da democracia aos desafios da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **The accidental president of Brazil:** a Memoir. Cambridge, MA: Public Affairs, 2006.

_____. **Xadrez internacional e socialdemocracia.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; GRAEFF, Eduardo. **Social-democracia:** o que é, o que propõe para o Brasil. São Paulo: [s.n.], 1990. 59 p.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. [Versão original publicada em 1969].

CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (Coords.). **Os partidos e as eleições no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Cebrap, 1975. 262 p., il. (Estudos Brasileiros, v. 6).

CARDOSO, Fernando Henrique; SOARES, Mario. **O Mundo Em Português:** um Diálogo. Lisboa: Gradiva, 1998.

SECRETARIA DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Palavra do Presidente:** 1995 / 2002. 16 volumes. Brasília: Imprensa Oficial, 2002.

- Capítulos de livros, prefácios e artigos

CARDOSO, Fernando Henrique. **Os agentes sociais de mudança e conservação na América Latina:** um programa de estudos. In: Mudanças sociais na América Latina. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969. Versão modificada, de texto com a colocação inicial de

temas de investigação, apresentada em março de 1965 à Divisão de Programação do Desenvolvimento Social do Instituto Latino-americano de Planificação Econômica Social (ILPES).

_____. **Hegemonia burguesa e independência econômica:** raízes estruturais da crise política brasileira. In: Mudanças sociais na América Latina. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969. Escrito para o número especial sobre o Brasil da revista *Les Temps Modernes*, ano 23, nº 257, Paris, outubro de 1967.

_____. **A Cidade e a Política:** do compromisso ao inconformismo. In: Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975. Publicado originalmente na Revista Estudos Sociales Centro-americanos, San José, Ano I, n.2, Junho-Agosto de 1972.

_____. **À espera de grande indústria & favela.** Senhor Vogue Brasil, São Paulo, n. 2, p. 115-117, maio 1978. Prefácio à síntese de Laura Vergueiro, do livro “Casa grande & senzala”, de Gilberto Freyre, da seção da revista Senhor Vogue Brasil, intitulada “Livros indispensáveis à compreensão do presente 2”.

_____. **A fronda conservadora:** o Brasil depois de Geisel. Artigo publicado na Folha de São Paulo, 21/01/1979, pp.5-6.

_____. **A história e seu sentido.** Senhor Vogue Brasil, São Paulo, n. 6, p. 125, set.. 1978. Prefácio ao resumo de Sônia Miriam Draibe, do livro “Formação do Brasil contemporâneo”, de Caio Prado Jr., da seção da revista Senhor Vogue Brasil, intitulada “Livros indispensáveis à compreensão do presente 6”.

_____. **A nova agenda Sociológica da América Latina.** In: BRASIL. Presidência da República. A utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Presidência da República, 1995.

_____. **A polêmica revisitada.** Gazeta Mercantil, 16/12/1977.

_____. **A propósito de Formação econômica do Brasil.** Prefácio ao livro de COELHO, Francisco da Silva e GRANZIERA (orgs.). **Celso Furtado e a Formação econômica do Brasil.** Edição comemorativa dos 50 anos de publicação. São Paulo: Ordem dos Economistas do

Brasil/Atlas, 2009. In: CARDOSO, Fernando Henrique. Pensadores que inventaram o Brasil. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

_____. **A questão da democracia.** In: Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro: Editora. Paz e Terra, 1975. Texto publicado pela primeira vez em Debate & Crítica n.3, São Paulo, julho de 1974.

_____. **A questão do estado no Brasil.** In: A construção da democracia no Brasil: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993. Publicado originalmente na Revista Dados, abril de 1974.

_____. **A Questão dos partidos.** CONTEXTO, nº 5, março de 1978.

_____. **Alternativas Políticas na América Latina.** In. O modelo político brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993[1971].

_____. **Argumento do filme Quebrando o Tabu.** In: SPRAY FILMES. Quebrando o tabu. Direção de Fernando Grostein. 2011.

_____. **Aspectos Políticos do Planejamento.** In: LAFER, Bety Mindlin. Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1973[1970].

_____. **Caminhos novos?** Reflexões sobre alguns desafios da globalização. Pensamiento Iberoamericano, 2ª época, Madrid, n. 1, p. 281-302, 2007.

_____. **Caminhos para o novo milênio.** In: DAVID, Mauricio Dias (Org). Economia e política da crise brasileira: a perspectiva socialdemocrata. Rio de Janeiro: Ed. Rio Fundo, 1991.

_____. **Desafios da social-democracia na América Latina.** Novos. Estudos Cebrap, n 28, outubro, 1990.

_____. **Discurso de encerramento do V Fórum Eurolatino-Americano.** Lisboa, 22 de maio de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.71, v.07].

_____. **Discurso na abertura da Conferência Internacional para a Integração e Desenvolvimento.** São Paulo, 30 de junho de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 97, v.5,].

_____. **Discurso na abertura da III Conferência Global anual sobre desenvolvimento global:** Integrando conhecimento global e local. Rio de Janeiro: 10 de dezembro de 2001. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 76, v.14].

_____. **Discurso na abertura do II Seminário Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro, 29 de junho de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 105, v.07].

_____. **Discurso na abertura do seminário internacional “multiculturalismo e racismo: papel da ação afirmativa nos estudos democráticos contemporâneos”.** Palácio do Planalto. Brasília, 2 de julho de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002].

_____. **Discurso na cerimônia de abertura da I Conferência sobre Federalismo Cooperativo.** Palácio Itamaraty, 09 de maio de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 50, v.11].

_____. **Discurso na cerimônia de abertura da XVI Sessão Plenária do Interaction Council.** Rio de Janeiro, 03 de maio de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 57, v.07].

_____. **Discurso na cerimônia de abertura do Encontro Nacional de Desburocratização.** Palácio do Itamaraty, Brasília, 21 de novembro de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 61, v.12].

_____. **Discurso na cerimônia de inauguração do Instituto Moreira Sales.** Rio de Janeiro, 01 de outubro de 1999. [In: Palavra do Presidente, Disc.44, v.10, 2002].

_____. **Discurso na cerimônia de sanção do projeto de lei que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado como OSCIP's.** Palácio do Planalto, Brasília, 23 de março de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.30, v.09].

_____. **Discurso na conferência de abertura do seminário da OAB Brasil Século XXI – Desafios, oportunidades e Riscos da**

Globalização. Conselho Federal da OAB, Brasília, 24 de outubro de 2001. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 60, v.14].

_____. **Discurso na III reunião plenária do Círculo de Montevidéu.** Granja do Torto, Brasília, 23 de março de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 41, v.07].

_____. **Discurso na reunião dos interlocutores dos estados no Programa Comunidade Solidária.** Palácio do Planalto, Brasília, 24 de março de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002].

_____. **Discurso na solenidade de abertura do II Fórum global – O estado democrático e Governança no século XXI.** Palácio Itamaraty, Brasília, 29 de maio de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 57, v.11].

_____. **Discurso na solenidade de abertura do Congresso Brasil-Portugal.** Palácio do Itamaraty, Brasília, 21 de setembro de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 36, v.10].

_____. **Discurso na solenidade de celebração dos 150 anos de Joaquim Nabuco.** Palácio do Itamaraty, 24 de agosto de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.26, v.10].

_____. **Discurso no II fórum nacional antidrogas.** Colégio militar de Brasília. Brasília, 11 de dezembro de 2001. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 78, v.14].

_____. **Discurso no senado.** Brasília: Senado Federal, 2009.

_____. **Discurso por ocasião da cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO).** Quito, Equador, 01 de outubro de 2001. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 48, v.14].

_____. **Discurso por ocasião da outorga do título de Doutor Honoris Causa da Universidade Konstantin Filozof.** Bratislava, Eslováquia, 26 de fevereiro de 2002. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.20, v.15].

_____. **Discurso por ocasião da sessão de abertura da II Assembleia do Movimento Mundial pela democracia.** Memorial da América Latina, São Paulo, 12 de novembro de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 55, v.12].

_____. **Discurso proferido na cerimônia de outorga do título de Doutor *Honoris Causa*,** pela Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, da Universidade Central da Venezuela, em 6 de julho de 1995.

_____. **Estado Capitalista e Marxismo.** In Estudos Cebrap n 21, 1977. São Paulo: Ed. CEBRAP. 1977.

_____. **Estado e sociedade no Brasil.** In: Autoritarismo e Democratização. Rio de Janeiro: Editora. Paz e Terra, 1975. Versão revista de um texto apresentado ao Seminário sobre Modelos e Indicadores do Desenvolvimento Nacional na América Latina, Rio de Janeiro, 9 - 14 de maio de 1972.

_____. **Estado, mercado e democracia:** existe uma perspectiva latino-americana? In SOLA, Lourdes (org) Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Governança progressiva para o século XXI.** Política Externa, São Paulo, Paz e Terra, v. 8, n. 3, p. 173-185, dez. 1999/Jan./fev. 2000.

_____. **Las relaciones Norte-Sur en el contexto actual:** ¿una nueva dependencia?. El socialismo del futuro, Madrid, n. 3, p. 135-140, 1991.

_____. **Liderazgo, hoy.** Informativo, Centro Brasileiro de Estudos em Liderança (CBEL), São Paulo, ano 1, n. 1, p. 1, 21 jul. 2003.

_____. **Livros que inventaram o Brasil,** in **Novos Estudos CEBRAP**, n. 37, novembro de 1993, pp. 21-36.

_____. **O descobrimento da economia.** Senhor Vogue Brasil, São Paulo, n. 5, p. 107, ago. 1978. Prefácio ao resumo de Frederico Mazzuchelli, do livro “Formação econômica do Brasil”, de Celso

Furtado, da seção da revista *Senhor Vogue Brasil*, intitulada “Livros indispensáveis à compreensão do presente 5.

_____. **Os anos Figueiredo.** In: A construção da democracia: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993. Artigo publicado em *Novos Estudos Cebrap* 1(1): 4-11, dez. de 1981.

_____. **Portrait of a Public intellectual.** Revista *In Focus*. International Poverty Centre, United Nations Development Programme, April 2005.

_____. **Prefácio** (Celso Furtado e a formação econômica do Brasil...). In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme (Orgs.). Celso Furtado e a formação econômica do Brasil: edição comemorativa dos 50 anos de publicação, 1959-2009. Prefácio de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Ordem dos Economistas do Brasil (OEB); Atlas, 2009. p. 8-14.

_____. **Prefácio à 8ª Edição**, revista, de Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Prefazione** (Radici del Brasile). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. Radici del Brasile. Prefazione di Fernando Henrique Cardoso; introduzione e cura di Nello Avella; traduzione italiana di Luciano Arcella. Firenze: Giunti, 2000.

_____. **Problemas de mudança social, outra vez?** *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v. 16, p. 54-61, dez. 1986. Reprodução do discurso de entrega do cargo da presidência da Associação Internacional de Sociologia em Nova Déli.

_____. **Regime político e mudança social.** Revista de Cultura e Política, n.3, CEDEC/Paz e Terra, São Paulo, 1981.

_____. **Transição pra onde?** In: Democracia necessária. Campinas: Papyrus, 1985. Palestra proferida na Associação dos Sociólogos de Brasília em maio de 1983.

_____. **Um crítico do Estado.** In: **Pensadores que inventaram o Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

_____. **Um livro perene** (Apresentação). In: FREYRE, Gilberto, 1900-1987. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso; bibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas revistas e índices atualizados por Gustavo Henrique Tuna. 50. ed. rev. São Paulo: Global, 2005.

- Discursos, conferências e palestras

CARDOSO, Fernando Henrique. **Guerra à miséria**. Aula proferida na Escola superior de Guerra. Maio de 1985. In: A democracia necessária. Campinas: Papyrus, 1985.

_____. **Conferências “A negociação da transição”**. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de; DURHAM, Eunice Ribeiro (Coords.). Simpósio a Transição Política: necessidades e limites da negociação. Organização da Reitoria da Universidade de São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

_____. **Livros que inventaram o Brasil**, in **Novos Estudos CEBRAP**, n. 37, novembro de 1993, pp. 21-36.

_____. **Algunos aspectos de la cuestión de la democracia em nuestros dias**. Boletín Técnico Interamericano de Formación Profesional, Montevideo, n. 138, p. 7-16, enero-marzo 1997. Exposición del Presidente de la República Federativa del Brasil em oportunidad de recibir el título de Doctor Honoris Causa em la Universidad de Bolonia, el 13 de febrero de 1997.

_____. **Aula magna na V cúpula regional para o desenvolvimento político e os princípios democráticos**. (Primeira parte). Auditório do memorial JK. Brasília, 3 de julho de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 04, v.06].

_____. **Aula ministrada por ocasião do recebimento do título de doutor Honoris Causa na Universidade de Bolonha**. Bolonha, 13 de fevereiro de 1997. Universidade de Stanford, Califórnia, 11 de março de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 28, v.5].

_____. **Aula na Universidade de Coimbra.** Cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa. Coimbra, 21 de julho de 1995. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 16, v.02].

_____. **Conferência aos alunos dos cursos de Altos estudos das Forças Armadas.** Escola Naval, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.111, v.06].

_____. **Conferência na London School of Economics and Political Science.** Londres, Inglaterra, 3 de dezembro de 1997. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 98, volume 06].

_____. **Conferência sob o título “A revitalização da arte da política”.** Universidade de Stanford, Califórnia, 11 de março de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 32, v.03].

_____. **Conferência sob o título “Consequências sociais da globalização.** Indian international centre. Nova Délhi, 27 de janeiro de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 11, Vol.03].

_____. **Conferência sob o título “O impacto da globalização nos países em desenvolvimento: riscos e oportunidades”.** Colégio do México, Cidade do México, 20 de fevereiro de 1996. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 16. v.03].

_____. **Conferência sob o título de “O desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”.** Center for strategic and international studies, Washington, 21 de abril de 1995. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.58, v.01].

_____. Debate. *In:* ANABB. **Debate com Fernando Henrique Cardoso.** Brasília, Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, 1995.

_____. **Democracia e memória em Joaquim Nabuco.** Conferência pronunciada na ABL. Rio de Janeiro, 18 de março de 2010. In: **Pensadores que inventaram o Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

_____. **Estrategias para el desarrollo de la democracia em America Latina.** Instituto de Estudios Peruanos. *Documento de trabajo*

Nº 38. *Serie Sociología/Política Nº 6 IEP* ediciones Lima, Abril 1990. Conferencia pública dictada dentro del marco del Seminario “Estrategias para el desarrollo de la democracia en el Perú y América Latina”, IEP, Lima, setiembre 1989.

_____. **Exercising Political Leadership in the National Interest** Conference, promoted by the Madrid Club, in Serbia-Montenegro, on July 19, 2003.

_____. **Gilberto Freyre, perene.** Conferência proferida na Festa literária Internacional de Paraty, em 04 de agosto de 2010. In: _____. **Pensadores que inventaram o Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

_____. **Intervenção do presidente da República na Conferência “Governança Progressiva para o século XXI”.** [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc.63, Vol.10].

_____. **O desafio da participação** In: A democracia necessária. Campinas: Papirus, 1985. Palestra proferida para funcionários do Metrô de São Paulo janeiro de 1983.

_____. **Palestra do presidente da República.** In: INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA. **Realizações e desafios de um programa Socialdemocrata.** Rio de Janeiro: Instituto Teotônio Vilela, 2000.

_____. **Palestra na Escola Naval.** Rio de Janeiro, 13 de novembro de 1998. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 44, v.08].

_____. **Palestra na Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1999. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 69, v.10].

_____. **Palestra no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).** Instituto Moreira Salles, Rio de Janeiro, 14 de setembro de 2000. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 30, v.12].

_____. **Palestra sobre o tema “Por uma governança global democrática: uma perspectiva brasileira” (Cyrill Foster Lecture 2002).** Oxford, Inglaterra, 14 de novembro de 2002. [In: Palavra do Presidente, 2002, Disc. 85, v.16].

_____. **Razão e emoção.** Revista Política Externa, vol. 21, n. 2, Set/Out/Nov 2012.

- Entrevistas, debates e textos de jornal

CADENOS DA ANABB. **Debate Com Fernando Henrique Cardoso.** Brasília: Anabb, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Entrevista.** In: BASTOS, Elide Rugai; ABRÚCIO, Fernando; LOUREIRO, Maria Rita; REGO, José Marcio. Conversas com sociólogos brasileiros. São Paulo: Ed. 34, 2006.

_____. **Fernando Henrique Cardoso: [entrevista concedida em agosto de 1989].** In: FERREIRA, Claudiney; VASCONCELLOS, Jorge (Orgs.). Certas palavras. Apresentação de Humberto Werneck. São Paulo: Estação Liberdade; Secretaria de Estado da Cultura, 1990. p.101-118.

_____. **Formação do Brasil** - entrevista (Estadão). O Estado de São Paulo, 22 de junho de 2013.

_____. **Há sintonia da constituinte com o país?** nova carta conduziu o país ao futuro, sem traumas. O Globo, Rio de Janeiro, p. 10, 06/03/ de 1988. Entrevista concedida a Vera Manzollillo.

_____. **Liberalismo e social democracia.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 22 fev. 1990. Opinião, p. A-2.

_____. **Partido novo.** In: Folha de São Pulo, Caderno Opinião, p. A2. Quinta-feira, 23 de junho de 1988.

D) OBRAS SOBRE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Almeida, José Elesbão de. **Subdesenvolvimento e dependência:** uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-graduação em Economia. Porto Alegre. 2009.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. **Dependência:** da teoria à prática. Estudos Avançados, [S.l.], v. 13, n. 37, p. 215-224, dez. 1999.

Beaudoin, Viviane. **Fernando Henrique Cardoso et la 'Theorie de la Dependance'**: Essai d'Evaluation Critique. Ottawa: Bibliotheque Nationale du Canada, 1984. Microfilme.

BENTES, Ana Paula da Rocha-Lima. **Da internacionalização do mercado ao globalismo:** a trajetória de Fernando Henrique Cardoso. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: Sebastião Carlos Velasco e Cruz. Campinas, SP: [s.n.], 2006.

CHASIN, Jose. **Rota e Prospectiva de um Projeto Marxista.** In Ensaio Ad Hominem 1 –Tomo 1: Marxismo. Santo Andre: Ad Hominem, 1999.

COTRIM, Ivan. “O ‘marxismo adstringido’ de Fernando Henrique Cardoso”. *Revista da Fundação Santo André*. Nº 2. Interfaces do conhecimento. Santo André, 2003, pp: 71-86.

_____. **O capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso.** Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [s.n.], 2001.

COUTROT, Thomas. **Dependência e Informalidade.** Novos Estudos, n. 29, 1991.

Cruz, José Saraiva. **Celso Furtado, o teórico do movimento nacional-desenvolvimentista cepalino-isebiano.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2008.

CRUZ, Sebastião Velasco e. **Ideias do poder:** dependência e globalização em F. H. Cardoso. Estudos Avançados, vol.13, n.37, 1999.

Cunningham, Susan. **Made in Brazil:** Cardoso's Critical Path from Dependency via Neoliberal Options and the Third Way in the 1990s. *European Review of Latin American and Caribbean Studies* 67: 75-87+, Dec 1999.

D'INCAO, Maria Angela; MARTINS, Hermínio. **Democracia, crise e reforma**. Estudos sobre a era. Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FARIA, Vilmar F. **Prefácio**. In: Goertzel, Ted G. Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2002.

FIORI, Jose Luis. **Os Moedeiros Falsos**. Folha de São Paulo, 3 de Julho de 1994.

FRANKLIN, Rodrigo. **Um ensaio sobre a dependência a partir das relações econômicas do Brasil contemporâneo**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

GARCIA JR., Afrânio. **A dependência da política**: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil. *Tempo soc.* [online]. 2004, vol.16, n.1 [cited 2011-08-15], pp.285-300. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702004000100014&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0103-2070. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702004000100014>.

GOERTZEL, Ted. **Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução democrática no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **O impacto de FHC sobre as ciências sociais**. In: D'Incão, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GOLDENSTEIN, Lídia. **Repensando a dependência após o Plano Real**. Estudos Avançados, [S.l.], v. 12, n. 33, p. 131-135, ago. 1998.

_____. **Repensando a dependência**. Tese apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

GRAEFF, Eduardo. **FHC: ideias e atuação política**. Série Perspectivas. Arquivo digital: Edelstein, 1984.

GROSFUGEL, R. **Developmentalism, Modernity and Dependency Theory in Latin America**. Napantla: Views from the South, Vol 1, No 2, pp. 347-374, July 2000.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Memórias de presidente: reflexões sobre a construção do legado de FHC**. [Fernando Henrique Cardoso, em entrevista a Luciana Heilmann] In SOHIET, Rachel; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca. *Mitos, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

KAHL, Joseph. **Modernization, Exploitation and Dependency: Germani, González Casanova and Cardoso**. New Brunswick, NJ.: Transaction, 1976.

KALVAN, Fábio. **O lugar da nação**. Dissertação de mestrado. Departamento de sociologia/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

KANE, Richard Franklin. **The sociology and politics of Fernando Henrique Cardoso**. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre da ciência. Departamento de sociologia e antropologia. Universidade do Estado de Illinois, 2004.

KAUFMAN, Robert R. **The Impact of Cardoso and Faletto's Dependency and Development**. Paper apresentado na Conferência "International Inequality: Then and Now". Watson Center: Brown University, 2008.

LAFER, Celso. **O intelectual como político**. In: D'Incão, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LAMOUNIER, Bolivar (org). **A era FHC: um Balanço**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

_____. **Como um intelectual se fez presidente**. In: D'Incão, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LEHMANN, David. **FHC**Cardoso: da dependência à democracia. *In: Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n. 14, p. 36. fev. 1986. (Assinala que a produção teórica de Cardoso está marcada por um ecletismo no qual se articulam marxismo e liberalismo)

LEONI, Brigitte Hersant. **Fernando Henrique Cardoso**: o Brasil do Possível. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIVRAMENTO, José. **Da “teoria da dependência” à prática da dependência**. Disponível em: www.riorevolta.wordpress.com/2011/08/17/revisitando-fhc-da-teoria-da-dependencia-a-pratica-da-dependencia. Acesso em: 10/10/2014. Acesso em 22/10/2014. Publicado em 17 de agosto de 2011.

LUCAS, João Ignacio Pires. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: 30 anos depois. Simpósio “Desenvolvimento e exclusão social”. Segundas Jornadas de História Económica. Montevideo, 21 al 23 de julio de 1999.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrian Sotelo. **“Teoria da dependência”, Neoliberalismo e Desenvolvimento**: Reflexões para os 30 anos da Teoria. *Lutas Sociais (PUCSP)*, São Paulo, v. 7, p. 115-129, 2001;

MARTINS, José de Souza. **Sociologia e militância**. Entrevista concedida a Alfredo Bosi. *Estud. av.*, vol.11, n.31. 1997.

MELO, Wanderson Fabio de. **A obra teórica de Fernando Henrique Cardoso a partir do grupo de estudo d’O Capital**: pesquisa, “totalidade” e marxismo adstringido. *Verinotio – revista on-line de educação e ciências humanas*. Espaço de interlocução em ciências humanas, n. 12, Ano VI, out./2010 – Publicação semestral – ISSN 1981-061X

_____. **Institucionalização e modernização**: o debate no Senado Federal entre Fernando Henrique Cardoso e Roberto Campos (1983-1989). Programa de estudos pós-graduados em História, Doutorado. PUC/SP, 2009.

MOREIRA, Cassio Silva. **Desenvolvimentismo no contexto de globalização**: uma releitura de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso em defesa do interesse nacional. Revista Gestão Contemporânea – FAPA, 2008.

OLIVEIRA, Darci. **Apresentação**. In: CARDOSO, Fernando Henrique. Lembrando o que escrevi. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

PACKENHAM, Robert. **The Dependency Movement**: Scholarship and Politics in Development Studies. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

RIBEIRO, Marcos Abraão Fernandes. **As relações raciais nas obras de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni e a dimensão moral do racismo no sul do Brasil**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador 07 a 10 de agosto de 2011.

_____. **Autoritarismo e democracia no pensamento político de Raymundo Faoro, Simon Schwarzman e Fernando Henrique Cardoso**. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em Sociologia Política, Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense. Orientadora: Wania Amélia Belchior Mesquita. Campos dos Goytacazes, 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Fernando Henrique Cardoso: a ciência e a política como vocação**. In BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SADER, Emir. **Da teoria do autoritarismo ao Deus Mercado**. In: Folha de São Paulo, caderno Mais. São Paulo, domingo, 11 de junho de 1995, p. 03.

SILVA, Andre Luis Reis da. **Do otimismo liberal à globalização assimétrica**: a política externa no governo Fernando Henrique Cardoso. Tese de doutorado. UFRGS. Porto Alegre, 2008.

SILVA, Luis Fernando da. **Pensamento social brasileiro**. Marxismo acadêmico entre 1960 e 1980. São Paulo: Corações & Mentas, 2003

SOBRINHO, Maria Juvêncio. **O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1973-1992):** Autoritarismo e Democratização. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, sob a orientação do Prof. Dr. Caio Navarro de Toledo. Campinas, 2003.

SONTAG, Heinz. **Discurso de saudação ao Professor Fernando Henrique Cardoso por ocasião da outorga do título de Doutor “Honoris Causa”,** pela Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais, da Universidade Central da Venezuela, em 6 de julho de 1995. In CARDOSO, Fernando Henrique. **A utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso.** Brasília: Presidência da República, 1995.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **O presidente sociólogo.** Discurso de saudação ao Professor Fernando Henrique Cardoso por ocasião da outorga do título de Doutor “Honoris Causa”, pela Faculdade de Economia, da Universidade de Coimbra. Portugal, 21 de julho de 1995. In CARDOSO, Fernando Henrique. **A utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso.** Brasília: Presidência da República, 1995.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **O Presidente Segundo o Sociólogo.** São Paulo: Comp. das Letras, 1998.

TRASPADINI, Roberta. **A Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

WAGNER, Adolfo. **Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro:** o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Rui Mauro Marini. Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Orientador: Aluizio Alves Filho. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2005.

WEFFORT, Francisco. **O intelectual das identidades complexas.** Discurso por ocasião da outorga do título de Professor emérito a Fernando Henrique Cardoso na Universidade de São Paulo, em 15 de maio de 1992. In. BRASIL, Presidência da República. **A utopia do viável: Trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso.** Brasília: Presidência da República, 1995.

WHITEHEAD, Laurence. **Fernando Henrique Cardoso: a Astúzia Fortunata** do sociólogo-presidente do Brasil. In: D'Incão, Maria Angela; Martins, Hermínio (orgs). *Democracia, crise e reforma: estudos sobre a era Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

WINTER, Brian. **The accidental president of Brazil: a memoir**. New York: Public Affairs, 2006. Memórias narradas por Fernando Henrique Cardoso.

E) OUTRAS REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

BURAWOY, Michael. **Por uma sociologia pública**. Palestra de abertura da Associação Americana de Sociologia, 2004. Originalmente publicado como artigo na *American Sociological Review* Vol.70, no.1, February 2005.

EISENSTADT, S. N. **Multiple modernities**?. *Daedalus*, 129 (1), 2000).

LINZ, Juan J. e STEPAN, Alfred. **The Breakdown of Democratic Regimes**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978.

LINZ, Juan J. **El sistema de partidos en España**. Madrid: Narcea, D.L., 1979. CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

PERLATTO, Fernando. MAIA, João Marcelo. Qual sociologia pública? Uma visão a partir da periferia. *Lua Nova*, n. 87. São Paulo, 2012.

SELL, Carlos Eduardo. **Democracia com liderança: Max Weber e o conceito de democracia plebiscitária**. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* no.5 Brasília Jan./July 2011

SELL, Carlos Eduardo. Max Weber: democracia parlamentar ou plebiscitária?. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 37, Oct. 2010).

SEN, Amartya. **Development as Freedom**. Oxford, Oxford University Press, 1999.

SOUZA, Jessé. **A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira**. Revista Interesse Nacional, v. 14, p. 33-41, 2011.

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE 1: ENTREVISTA COM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

*Entrevista concedida a Marcos Antônio Beal
IFHC, Vale do Anhangabaú, São Paulo, 23 de setembro de 2013.*

BLOCO 1: FORMAÇÃO E AUTO INTERPRETAÇÃO

- *Presidente, eu estou no exercício de tentar mapear as filiações teóricas do seu pensamento, especialmente em relação ao pensamento político brasileiro. Por isso, eu organizei as questões segundo a ordem de interesses da minha pesquisa. Nesse sentido, a publicação de seu livro (Pensadores que inventaram o Brasil) foi uma feliz coincidência, pois estou nessa empreitada desde 2010. Eu gostaria de iniciar por uma consideração mais geral sobre o estilo de sua obra: Bernardo Sorj, ao comentar seu estilo intelectual, afirma o seguinte: “Filho da sociologia da USP, Fernando Henrique incorporaria muito mais o modelo sociológico de Guerreiro Ramos (Cf. Sorj, 2001, p. 92) do que o modelo sociológico de Florestan Fernandes, seu mestre (cf. Sorj, 2001, p. 93)”. Essa afirmação não subverte a interpretação dominante sobre seu pensamento? Em que medida o senhor concorda com ela?*

Fernando Henrique Cardoso: Eu não sei se o Guerreiro me influenciou mais do que o Florestan Fernandes. Acho que não. Pode ser que haja coincidência de estilo de pensamento. O Florestan foi meu professor a vida inteira, desde que eu tinha 17 pra 18 anos. Depois nós éramos, mais tarde, vizinhos e, a vida inteira trabalhamos muito. Ele me influenciou bastante. Agora, não sei em que sentido ele teria dito que o Guerreiro me influenciou. Porque? Qual é a dimensão que ele acha?

- *A caracterização que ele faz se refere ao estilo da sociologia que o senhor produziu ao longo de sua trajetória, uma sociologia mais afeita às questões públicas, menos técnica, como temos visto no Brasil hoje.*

Fernando Henrique Cardoso: Nesse sentido, é possível que sim. Mas, aí, não só o Guerreiro, como o Celso Furtado influenciou também. O Guerreiro era, pra nós aqui de São Paulo, do pessoal do Rio, o mais influente, o mais consistente. Estou olhando com olhos daquela época. O primeiro trabalho de sociologia que eu fiz foi com o Guerreiro, para o Guerreiro. Era uma pesquisa sobre evasão escolar no SENAI. O Florestan era amigo do Guerreiro e gostava dele, “redução sociológica” e aquela coisa toda. Então, possivelmente ele tenha uma influência indireta sobre mim.

- *Eu estou construindo uma interpretação de seu pensamento que se afasta do rótulo de “intelectual marxista”. Em outra direção, creio que seu pensamento bebe em três tradições do pensamento social brasileiro: o liberalismo político, a “escola paulista de sociologia” e o pensamento econômico estruturalista/desenvolvimentista. Esta interpretação está correta? Há alguma outra influência que o senhor ache que mereça destaque?*

Fernando Henrique Cardoso: De fato, me reduzir a intelectual marxista é perder um pouco do que eu realmente fui e sou. Porque eu só fui ler Marx depois que eu já tinha lido todos os autores clássicos. Se você pegar o livro que eu escrevi sobre o capitalismo e a escravidão no Brasil meridional, sem dúvida, aí tem uma influência grande de um debate sobre o marxismo, onde estávamos tentando fazer uma leitura que não é lá muito ortodoxa, e sim mais humanista do marxismo, a partir de Sartre, Lukács. O livro do Lukács “História e consciência de classe” me influenciou, a questão da consciência possível, do escravo, etc. Aquilo foi um momento da minha vida. Eu, na verdade, sempre tive uma visão mais eclética. Mesmo neste livro, ele é eclético. O Roger Bastide, de quem eu fui assistente e que também me influenciou bastante, fez uma resenha para Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional em que ele fala que este livro, na França, não seria concebível porque nós misturávamos Marx, Weber e Durkheim. Aliás, naquele caso, muito mais Marx e Weber. Então, eu nunca fui de pegar “O método” e aplicar “O método”. E, quando eu li “O Capital”, eu não acreditava no Partido Comunista e nem na União Soviética. Depois da invasão russa à Hungria em 1956, nenhum de nós tinha nenhuma ilusão com o socialismo real. Então, quando nós lemos o Marx, foi muito mais em termos de uma leitura intelectual do Marx, de entender os procedimentos dele. Essa interpretação que você está sugerindo é

verdade, corresponde absolutamente ao que eu penso. Na questão desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, teoria, Cepal, Celso Furtado aí existe uma influência indireta do marxismo. E o que eu ressaltava sempre – não sei se você leu um discurso que eu fiz nos EUA no ano passado, chama-se “Razão e emoção”⁵²⁸ –, nele eu faço uma discussão sobre quais foram as minhas influências e eu mostro isso que você está dizendo aqui: a minha formação não foi dogmática numa só direção. Diga-se, de passagem, nem o Florestan! Florestan virou marxista depois. Quando ele era meu professor, ele era um técnico e tinha uma visão acadêmica bastante cerrada, boa, e descobriu o “cada santo no seu altar” – Marx, Weber e Durkheim, dependendo da natureza do problema que nós fôssemos considerar. Então, nunca houve um dogmatismo metodológico da minha parte. E também é verdade que, do ponto de vista político, eu sempre tive uma visão mais liberal, que mantenho, não neo(liberal), mas mais liberal. Quer dizer, você vê a influência que tem sobre mim o Sérgio Buarque de Hollanda: o Sérgio era um bom liberal. Depois virou petista, mas isso não quer dizer nada! É petista, mas é liberal. Como o Weffort.

- *No estudo que estou fazendo de sua obra, visualizo duas interpretações dominantes sobre seu legado, uma no plano intelectual e outra no plano político. De um lado, sua obra acadêmica é avaliada quase exclusivamente em função da “teoria da dependência” e da abordagem feita pelo senhor do processo de redemocratização. No plano político, o que impressiona é a presença acachapante de uma interpretação que o rotula como “neoliberal”. Como o senhor concebe a apropriação que a Academia Brasileira faz de sua obra, política e acadêmica? Como o senhor vê sua obra dentro das categorizações que se fazem em torno de sua obra?*

Fernando Henrique Cardoso: Essa questão do intelectual e do político é sempre patética. Essa história de “neoliberal” é uma invenção absolutamente ideológica. Nunca fui. Quando começaram a falar disso, eu nem sabia o que era “Neoliberalismo”. Isso era o negócio do coitado do Williamson⁵²⁹, um inglês casado com uma brasileira, que criou a

⁵²⁸ Discurso de Aceitação do Prêmio Kluge. Washington, DC, 10 de julho de 2012.

⁵²⁹ O economista inglês John Williamson, do *International Institute for Economy*.

expressão “Consenso de Washington”. Quando o pessoal dizia: “Tá seguindo o Consenso de Washington”, eu nunca tinha lido o Consenso de Washington. Aqui, o que nós fizemos foi outra coisa: foi, simplesmente, adaptar à realidade brasileira, mundo novo, que é o da globalização.

- *Mas o que gostaria de sublinhar é a apropriação que a academia brasileira faz de sua obra intelectual...*

Fernando Henrique Cardoso: É equivocada! É ideológica. É destruição de imagem. Isso é influência de um pensamento petista. Porque não tem nada. Nem meu governo foi neoliberal. Se foi, o do Lula também foi. (Risos)

- Terá sido mais, inclusive...

Fernando Henrique Cardoso: Mais até. Não tem nada de neoliberal. É uma coisa de adaptação. Veja bem, uma coisa é o liberalismo político. Outra coisa é o liberalismo econômico. Nesse último discurso que fiz lá na Academia Brasileira de Letras⁵³⁰ falei um pouco disso. Uma coisa é você dizer: “as regras de mercado devem ser respeitadas”; outra coisa é dizer: “só elas”. Não! Você tem que ter o Estado que regulamente. Outra coisa é você dizer “O Estado tem que controlar tudo”. Também não. Você tem que encontrar novos mecanismos de interação entre Estado, sociedade civil e mercado. Não é Estado e mercado. Bom, então você tem que fazer uma adaptação de tudo isso. Não adianta você dizer: “Eu sou socialdemocrata”. O que é isso? No mundo de hoje, o que é isso? É como “neoliberal”. Não são conceitos, são epítetos, que tem uma caracterização às vezes doutrinária, às vezes política, e às vezes, ideológica ou tudo junto, não é? Quer dizer: você não pode imaginar que hoje você vai fazer, aqui no Brasil, um regime igual ao que foi feito na Europa da socialdemocracia. Porque a socialdemocracia foi uma extensão aos trabalhadores das liberdades civis, sociais e políticas que as outras camadas de classe média já tinham. Os trabalhadores ganharam isso. Então, a socialdemocracia foi a apropriação pelos trabalhadores das consequências do capitalismo e do liberalismo burguês. Aqui, o problema não são os trabalhadores, são os que estão fora do trabalho, o

⁵³⁰ Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, em 10 de setembro de 2013, em que passou a substituir o paulista João Scantimburgo, que ocupava a cadeira de número 36.

povo. O que recebe bolsa, os que não estão no sindicato. Então, lá no governo, eu não tinha que me preocupar, como na Europa, em estender os direitos aos trabalhadores, eles já tinham. Era incorporar mais gente, pela educação, pelas bolsas, etc. Toda assistência pública e social começou no meu governo. De modo que essa coisa de neoliberalismo é realmente uma coisa patética, que a academia reproduz acriticamente. Acho que você tem razão.

- *Eu tenho feito esse mapeamento das obras, das monografias, das dissertações, das teses e acho que não é apenas a obra do seu governo que está mal feita pela academia brasileira, mas acho que é a apropriação de sua obra intelectual, feita com o intuito de desvalorizar sua trajetória intelectual recente, no sentido de associar o senhor com o marxismo, quando suas filiações teóricas são mais amplas do que esta.*

Fernando Henrique Cardoso: Muito mais. Mesmo na questão da dependência, qual foi a posição minha e do Enzo Faletto? Foi contra o que chamávamos de dependência na época, que era um marxismo pobre. Nós reivindicamos a dimensão política, a opção, a escolha, os caminhos alternativos. Na verdade, “Dependência e Desenvolvimento” foi um dos primeiros livros que tratou da globalização sem saber. Nós não sabíamos que estávamos tratando disso. Falávamos de “internacionalização do mercado interno”, quando não era apenas disso que se tratava, foi da produção, foi de tudo. Mas a tese principal diz o seguinte: não existe uma periferia uniforme dominada por um centro. São formas diferentes de periferia que se articulam variavelmente com esses centros, cujos caminhos são variáveis também, dependendo da ação política. Isso é o que foi dito naquele livro. O que aconteceu foi que, quando nós publicamos este livro, em seguida saiu o livro do Guevara com o Debray, “Revolução da Revolução”⁵³¹, que dominou tudo e estava todo errado. Era o oposto do que nós dizíamos. Eles achavam que era “o foco”⁵³², que a Argentina e que outros países estavam prontos pra revolução.

⁵³¹ O livro é de autoria apenas de Debray. Contudo, o autor era amigo pessoal de Ernesto Guevara e o acompanhou o mesmo na guerrilha, inclusive na Bolívia, onde este foi preso.

⁵³² Referência aos “focos de subversão”, ou “focos guerrilheiros”, os centros de organização da luta armada.

BLOCO 2: CARDOSO E O PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO DO CICLO DO DESENVOLVIMENTISMO

- *A maioria dos membros do ISEB era formada por pensadores nacionalistas, influenciados pelas ideias da Cepal (entre eles Hélio Jaguaribe), instituição esta que o senhor teve passagem marcante. No entanto, existem pouquíssimas referências de sua parte ao ISEB. Embora as razões estejam mais ou menos claras em relação ao que ficou conhecida como “Escola Paulista de sociologia”, eu gostaria de saber como o senhor concebe a importância deste instituto no conjunto de suas ideias. Pode-se dizer que o ISEB o influencia indiretamente, pela via da CEPAL? Porque o silêncio sobre o ISEB?*

Fernando Henrique Cardoso: Não foi o ISEB que influenciou a CEPAL. Foi a CEPAL que influenciou o ISEB. A CEPAL tem influência política e cultural anterior. A grande figura da CEPAL era o Prebisch. Eu trabalhei diretamente com o Prebisch. Ele era um intelectual de porte, de grande argúcia, que tinha escrito um livro sobre Keynes⁵³³. Ele não conhecia Marx, ele conhecia bem Keynes. Ele acreditava muito na possibilidade do mundo se organizar de uma maneira que compensasse a diferença Norte-Sul. Toda visão dele se estruturou em torno dos conceitos Norte e Sul, influenciado pela teoria de que o valor das mercadorias primárias era, em comparação com as mercadorias industrializadas, era decrescente e que precisávamos compensar isso, que haviam desequilíbrios no comércio e que haviam outros desequilíbrios: o Norte desenvolvido tinha sindicatos; se apropriava dos ganhos de produtividade (que não se transferiam para o Sul), etc. E o Prebisch fez a UNCTAD⁵³⁴. Ele foi fiel nessa linha. A segunda pessoa que teve peso na CEPAL foi o Celso Furtado, que era jovem, mas teve peso. Eram muitos, mas o Celso se destacava bastante e que levou adiante as teorias do Prebisch e aplicou no Brasil. As análises do Celso são uma aplicação das teorias da CEPAL ao Brasil, mas com a

⁵³³ PREBISCH, Raúl. **Introducción a Keynes**. México: Fondo de Cultura Económica, 1947. No Brasil como “Keynes, uma introdução”.

⁵³⁴ Órgão da ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foi estabelecida em 1964, em Genebra, Suíça, atendendo às reclamações dos países subdesenvolvidos, que entendiam que as negociações realizadas no GATT não abordavam os produtos por eles exportados.

contribuição dele, tanto lá quanto aqui, não estou diminuindo o Celso não. Eu assisti um seminário com os dois, coisa de um mês ou dois, e foi daí que nasceu “Desenvolvimento e Dependência”, das discussões que nós tivemos lá. Estava o Enzo Faletto, o Osvaldo Sunkel, uma vez foi o Aníbal Pinto, o Weffort foi assistente lá. Enfim, fizemos uma discussão muito interessante e, àquela altura, na CEPAL, não se falava de ISEB e o nacionalismo nunca foi tão exaltado na CEPAL quanto no ISEB, porque o Prebisch, que era keynesiano, nunca perdeu o sentido de que, o que caracteriza o regime capitalista, é o ganho de produtividade, é a mais valia relativa, é aumentar a produtividade do trabalho. Portanto, nós precisaríamos ter uma base industrial aqui, para tecnicizar, e isso não se faz sem capital. Como o capital dependia de poupança e como não havia poupança suficiente, ele nunca foi contrário à poupança externa. Mas ele achava que deveria haver um instrumento de regulação, o Estado, de tal maneira que equilibrasse esse processo. Mas ele não tinha a visão de um nacionalismo anticapitalista, anti-imperialista, digamos assim. Não era essa a visão da CEPAL. A visão era de que você tinha que cuidar, forçar para que houvesse investimento produtivo. Ele não tinha a preocupação com o tipo de investimento, nacional ou estrangeiro. Tinha sim a ideia de que o Estado era o elemento de regulação. O ISEB era mais ideológico. Eles eram muito mais anti-capital estrangeiro e muito mais Estado. Nós aqui em São Paulo, sob a grande influência do Florestan, achávamos que aquilo ali era ideologia. A visão média do jovem sociólogo da USP nos anos 50 e 60 com relação ao ISEB é que o ISEB era um aparato ideológico do Estado, porque o ISEB era ligado ao Ministério da Educação. Depois veio Juscelino: eles eram juscelinistas, nós não. Nós éramos a esquerda. Na verdade, se você for olhar os nossos trabalhos desta época, inclusive do Florestan, eles são mancos, porque nós tínhamos muito pouco presente a dimensão do Estado, do governo, nós éramos muito mais classe. A gente via o mundo pela ótica da luta de classes e eles pela ótica do Estado. Estou exagerando os dois lados pra mostrar a diferença. Mas o certo é você ver que tem o Estado e tem a classe, mas tem que mesclar.

- *Nisso o senhor considera que houve uma inflexão no seu pensamento?*

Fernando Henrique Cardoso: Ah, sim! Não tenha dúvida. Houve uma politização do meu pensamento. A “descoberta” do político, embora não seja correto falar em “descoberta”. Aí tem um outro lado, que é de biografia. Aqui em São Paulo, na USP, onde nós estudávamos, eles

eram muito isolados do mundo, era um grupo de gente que estava fechada na universidade. São Paulo já era isolada do governo, porque perdeu a Revolução de 1932, etc. A USP era uma torre de marfim. E eu sou de uma família de outro tipo de gente. O meu bisavô já foi homem de Estado, foi senador, foi governador. Meu avô era marechal, foi republicano. Meu pai era deputado, era general. Todos eles tinham muita ligação com o Estado, eram militares. Então, eu não podia ter a mesma visão, tão ingênua. Na época, eu não tinha noção do que estou dizendo agora a você. Estou apenas reconstruindo porque em que eu diferia dos meus colegas. Eu tinha mais mundo do que a USP, a minha visão era mais ampla, do ponto de vista não do mundo em geral, mas do Brasil. Porque a USP era muito fechada, era muito paulista e muito ligada à França. Havia uma perspectiva de que nós iríamos criar aqui condições para fazer uma universidade de alta categoria, de nível europeu. O ISEB não, botava mais a mão na massa, era mais próximo dos problemas reais do Brasil. Esses problemas invadiram a USP só com os acontecimentos dos anos 50 e 60, Getúlio, Jango, rua, greve, trabalhador, etc. Então, nós todos fomos sendo absorvidos pela dinâmica da vida. Mas até então, o que nós fomos estudar? Negros. Capitalismo e escravidão. Ou então, o que era a ideia do Florestan, fazer de São Paulo numa Chicago, no sentido de fazer com ela o que fez a Escola de Chicago, estudar a cidade. Era uma temática que não passava pela política.

- *O senhor mesmo chegou, em algum momento de sua trajetória, aventar a possibilidade de escrever um “Grande indústria e Favela”...*

Fernando Henrique Cardoso: Essa era a ideia que eu tinha. Exatamente. Era um pouco isso. Do ISEB, o Florestan gostava do Hélio Jaguaribe. Quando fui fazer minha tese de docência eu li tudo⁵³⁵, tanto que, neste livro, eu diálogo com o Hélio Jaguaribe, o Cândido Mendes, etc. Eu gostava muito do Hélio Jaguaribe, porque ele tinha uns estudos muito bons de conjuntura política, ele tinha o “nervo” da política. Então, isso me influenciou. Tem um outro livro meu, que eu nem lembro mais como se chama, em que eu tento descrever as eras, nos governos autoritários ainda, ali tem um pouquinho do que o Hélio fazia com o Juscelino, com o Jango, numas análises sucintas para tentar entender

⁵³⁵ Publicada sob o título “Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil”. São Paulo: Difusão Europeia do Livro (Difel), 1964.

qual é a dinâmica desse processo, como é que a política está jogando nessa questão.⁵³⁶

- *Dá pra dizer que a leitura do Hélio Jaguaribe acabou, de certa forma, introduzindo o senhor na ciência política então?*

Fernando Henrique Cardoso: Ah, não tenha dúvida. Pode dizer sim. Eu me fascinei pelo modo como ele discutia política. Aqui na USP nós não estávamos na política. Éramos sociólogos. Quem andava por aqui era o Perry Anderson⁵³⁷ e com ele a gente discutia classes, era marxismo. Tivemos, depois, a influência do Touraine⁵³⁸ que foi muito grande. Com ele, nós tentamos, através do Sartre, dar um pouco mais de liberdade na análise de processos por uma interpretação mais marxista. Enfim, nós fomos criando, sem ter muita noção.

BLOCO 3: CARDOSO E O PENSAMENTO LIBERAL BRASILEIRO

- *É correta a interpretação segundo a qual a leitura crítica de Gilberto Freyre estimulada pela “Escola paulista de sociologia” e por Florestan aproxima o senhor do interesse pela tradição liberal brasileira, pavimentando o caminho para a leitura que o senhor fez de Joaquim Nabuco e Sérgio Buarque de Holanda? Ou seu interesse pelo pensamento político liberal vem de outras fontes?*

Fernando Henrique Cardoso: O Joaquim Nabuco e o Sérgio sempre me influenciaram. O Joaquim Nabuco influenciou o Florestan também, por causa dos estudos sobre os negros. E, a mim, muito, por causa do livro sobre o pai dele, “O Abolicionismo”, e o Sérgio também. O Sérgio era professor da USP, amigo nosso, uma grande pessoa, muito amigo do Antônio Cândido, mais do que dos outros. Eu ia sempre às festas de aniversário do Sérgio, o Chico cantava. Tanto o Sérgio quanto o Nabuco

⁵³⁶ A referência é ao ensaio “O modelo político brasileiro”, publicado como III capítulo do livro “O modelo político brasileiro e outros ensaios”.

⁵³⁷ Historiador marxista, professor de História e Sociologia na Universidade da Califórnia – Los Angeles, e editor da *New Left Review*.

⁵³⁸ Alain Touraine, sociólogo francês, cuja obra é reconhecida, principalmente, pelo estudo dos movimentos sociais.

tinham uma noção da coisa política. O Sérgio era um dos poucos realmente democratas, porque, na época dele, a ênfase estava posta no Estado. Ele escreveu o livro nos anos de 1930 e a aposta dele não foi no Estado, foi na democratização da sociedade, a classe trabalhadora subindo para democratizar – aquele negócio do “homem cordial”. Nada de arbítrio: para ele, o que vale é a lei, a regra. Isso me marcou muito. Talvez mais do que o Nabuco, porque o Nabuco eu lia como historiador, o Império e tudo mais. Certamente foi por aí.

- ***Mas o detalhe histórico que eu gostaria de registrar é se esse interesse pelo pensamento político liberal, se ele vem do Nabuco, ou se ele tem alguma outra fonte. Digo isso porque já há, nos seus estudos raciais, um certo gosto de sua parte por esta tradição de pensamento. Inclusive, há uma epígrafe do Joaquim Nabuco num dos seus livros...***

Fernando Henrique Cardoso: Não. Veja bem, Eu li o Tavares Bastos. Eu li muito a discussão, no Império, entre os conservadores e os liberais, a “Lei dos Círculos”⁵³⁹, a “Lei Saraiva”⁵⁴⁰, as formas de representação, etc. Tudo isso foi formando um substrato na minha cabeça. Depois, quando nós estávamos na faculdade, a onda era ler Mannheim e eu me

⁵³⁹ O Decreto nº 842, de 19 de setembro de 1855, que alterou a Lei de 19 de Agosto de 1846 é considerado a primeira grande reforma eleitoral do país, ficando conhecida como a “Lei dos Círculos” (ou dos “distritos eleitorais”). Elaborada no governo do Marquês do Paraná, suas principais características eram: a divisão das províncias em círculos de 1 (um) só deputado e a eleição dos suplentes. Na ocasião, Tavares Bastos considerava o sistema de círculos de circunscrição única por província menos adequado. Em 1860, a lei foi modificada criando-se o círculo de três deputados e, abolindo a eleição de suplentes. A “Lei dos círculos”, foi inspirada diretamente na Lei Eleitoral francesa de 22 de dezembro de 1789, cujo art. 25 estabelecia três escrutínios, exigindo maioria absoluta no primeiro, no segundo e, caso em nenhum houvesse algum candidato obtido a maioria absoluta, no terceiro escrutínio, somente poderiam ser candidatos os dois mais votados na segunda eleição anterior.

⁵⁴⁰ A “Lei Saraiva”, de autoria do Conselheiro José Antônio Saraiva, teve a colaboração de Rui Barbosa e é considerada a grande reforma eleitoral do Império. Datada de 1880, a lei estabelecia: a) eleição direta, b) círculo de um só deputado, c) regulamentou as inelegibilidades; d) estabeleceu severas penalidades contra as fraudes e e) criou o título de eleitor.

interessei muito por ele com a leitura de “Ideologia e Utopia”⁵⁴¹, com a vinculação que ele faz entre liberdade e planejamento que, no fundo, é a questão da democracia. Isso também me influenciou. Então, não foram só as fontes locais.

- *O senhor se considera um herdeiro dessa tradição, do pensamento político liberal brasileiro?*

Fernando Henrique Cardoso: Acho que não. Eu não vou a tanto. Porque eu não sou propriamente liberal, no sentido que eles eram. Porque eu acho que é outra época. Eu acho que você tem que ser politicamente liberal, mas economicamente, não. E o liberalismo brasileiro também era, por causa do Ruy (Barbosa), liberal em tudo, na economia, na política, em tudo. E eu me considero liberal no sentido, digamos, contemporâneo, que é o liberal-social, digamos. As franquias democráticas, os direitos sociais, fazem parte da minha visão política, e não simplesmente o direito individual. Eu sempre me interessei pelo meio ambiente, pelos direitos difusos, pelos direitos coletivos, que não estavam na temática dos liberais do passado, que estavam preocupados com os direitos e propriedades individuais. Eu tenho menos interesse com a garantia da propriedade e mais preocupação com a garantia de direitos coletivos e também os individuais, não os excluo.

BLOCO 4: CARDOSO E O PENSAMENTO SOCIALDEMOCRATA NO BRASIL

- *Por ocasião da fundação do PSDB, o senhor defendeu a não adoção da expressão “socialdemocracia”...*

Fernando Henrique Cardoso: Eu realmente não quis colocar a expressão socialdemocracia. Porque? Porque nós não tínhamos sindicatos. Porque aqui era uma outra realidade. Sabe porque que ficou “PSDB”? Porque parecia PMDB. A razão política que para isso foi: PMDB, quatro letras; PSDB, quatro letras. Eu, que estava do lado do Montoro naquela época, queria “Partido Popular Democrático” ou algo assim. O Montoro não queria socialdemocracia por outra razão: porque ele tinha ligação com os partidos católicos da Europa, que eram contrários à socialdemocracia. Eu não tinha esta razão em mente. O meu

⁵⁴¹ MANNHEIM, Karl. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

argumento era o seguinte: “Olha, vocês vão criar um partido e vão botar esse nome. Eu sou sociólogo e vou ter que explicar como é que um partido sem sindicato vai se chamar socialdemocrata”. Socialdemocrata acabou sendo o PT. Na época eles não queriam ser, tinham horror à socialdemocracia, que não era revolucionária, era reformista. No meu caso não foi isso não. Eu dizia: “Olha, não tem correspondência. A situação brasileira é outra. Aqui nós precisamos é fincar uma democracia que tenha conotação popular. Não democracia popular *a la* comunismo, mas uma democracia popular, sem o protagonismo dos sindicatos, que atinja o conjunto da população, o povo”.

- ***Essa discussão, pelo que lembro, foi feita no final da década de 80, início da década de 90. No entanto, de lá pra cá, parece que houve, de sua parte, uma certa incorporação da expressão “socialdemocracia”. Em seus escritos mais recentes, o senhor volta a fazer uso dela, lhe servindo, inclusive, para o título de um de seus últimos livros. O que mudou?***

Fernando Henrique Cardoso: Há sim. Pela Terceira Via. Porque voltei a falar de socialdemocracia? Porque a socialdemocracia europeia passou a ter uma outra conotação. Com o Clinton, o Tony Blair... O Clinton não é propriamente. Mas, o que eles fizeram aí? Começaram a dizer: “Olha, vamos respeitar o mercado, mas, não vamos deixar o Estado de lado e vamos garantir as liberdades individuais e coletivas”. Todavia, o que se produziu em termos de Terceira via, que não foi muito, porque eles criaram um movimento de homens de Estado. Então, o sujeito deixava de ser governador, presidente, deixava de participar. Não enraizou. Agora, o Tony Giddens, que é meu amigo, tinha muita influência nesse tipo de pensamento. Uma parte dos socialistas aderiu a ele, outra, não. O Mário Soares, por exemplo, nunca topou isso, porque aí tem uma briga na Europa, entre facções da Internacional Socialista, então, estão envolvidas outras razões. Mas, sem dúvida alguma, nesse sentido, eu passei a falar mais em termos de uma socialdemocracia. Mas, reitero, não é mais aquela originária, que deu origem ao *Labour* na Inglaterra ou o *Socialista* na França. É muito mais próximo do Rocard⁵⁴² na França.

⁵⁴² Michel Rocard ocupou o cargo de primeiro-ministro da França, entre 10 de Maio de 1988 a 15 de Maio de 1991 e é, desde 1994 deputado no Parlamento Europeu. Também é membro do grupo parlamentar do Partido Socialista Europeu. O “rocardismo”, constituiu-se numa corrente dentro do Partido Socialista que mostra uma tendência à descentralização política (Congresso de

- *Nós estamos vivendo um momento de globalização, inclusive há quem fale numa dimensão política da globalização. No entanto, nós não podemos falar da mundialização de um ideário político, qualquer que seja. Não podemos falar, hoje, de uma socialdemocracia global...*

Fernando Henrique Cardoso: Não. Não pode. Isso é uma coisa interessante. A globalização não é um fenômeno uniforme. Pega o Japão, a terceira maior economia do mundo. O Japão é muito diferente dos EUA e vai ser sempre. Na política, na cultura e em tudo mais. Não vai haver homogeneização do mundo simplesmente porque você tem um sistema produtivo que se integra mais. A China está cada vez mais integrada no sistema produtivo e, não obstante, vai ter suas diferenciações. Então, você não vai ter uma homogeneização do mundo, nem na política, nem é bom que tenha. Na política, tem sempre um lado que é local. Você tem que ver qual é a situação, quais são os interesses em jogo. Você pode ter uma certa similitude. Obviamente eu não quero dizer que não existam diferenças entre partidos de direita e de esquerda, há. Por exemplo, porque o PSDB é centro-direita e o PT é centro-esquerda? Não há lógica nisso aí. E o PMDB, é esquerda? Ou o PDT, ou o PTB? Não é nada! Esses cortes já não são mais nítidos dessa maneira. O que o PSDB é, ou foi, pelo menos? Um partido que modernizou o Brasil nos seus aspectos produtivos, nos seus aspectos econômicos, que manteve a democracia fortemente e que deu espaço para a inclusão social – educação, organizou a saúde e todos esses programas que estão aí foram criados ou fortalecidos no meu governo. Ideologicamente, qual é a grande diferença entre o PT e o PSDB? O PT respeita as regras de mercado. A Dilma não gosta, mas respeita. Já nós, sabemos que elas não são tudo. Agora, o PT acredita que a transformação se dá da seguinte forma: o partido toma conta do Estado e o Estado manda na sociedade. O PSDB não é assim. Ele acha que deve haver uma interação muito mais frouxa entre a sociedade, a política e o Estado. Essa é a grande diferença. Quanto ao resto, é conversa. O capital estrangeiro continua vindo muito mais. Agora estão fazendo concessões, só que estão fazendo de uma maneira estranha: eles dão dinheiro pra fazer concessão. Nós fazíamos concessão porque precisávamos de dinheiro; agora não, eles pagam pro sujeito entrar na concessão. Então, a diferença real é

Nantes, 1977), abertamente hostil à nacionalização integral da economia (defendida pelos *mitterrandistas*).

política, é esse enlace partido-Estado-sociedade. Eles são mais corporativistas e, nesse sentido, mais tradicionais na política brasileira.

- ***No mundo político regulado pelo pragmatismo, o senhor acha que ainda existe espaço para a ideologia e para a utopia?***

Fernando Henrique Cardoso: Não é grande, mas algum espaço sempre existe. Você não pode dizer que as pessoas que se filiam a uma ideologia, que tem uma utopia, que elas, mudando de partido, que essa mudança não represente uma mudança na plataforma dos seus valores. Há mudança. Uma é essa que estou dizendo: o PT é fiel à ideia de que o partido é tudo. O PSDB não acha isso. Outros partidos acreditam que eles são o fiel da balança... Vou contar um episódio que eu conto sempre. O Sérgio Buarque de Hollanda estava examinado aqui em São Paulo a tese de uma moça chamada Paula Beiguelman⁵⁴³, que, depois, disputou comigo a cátedra. Ela queria caracterizar as correntes do pensamento brasileiro do Império. Então, o Nabuco era o pensamento democrático-liberal; o Paraná era não sei o que lá; o Bernardo Pereira de Vasconcellos era conservador. A uma certa altura, o Sérgio disse pra ela: “Doutora Paula, a senhora acha que o Bernardo Pereira de Vasconcellos leu Burke?”; A senhora acha que o Marquês do Paraná conhecia o Burke? Eles não eram conservadores; eles eram atrasados”. Aqui, a maior parte dos partidos são atrasados: são fisiológicos, querem ter uma ligação com o Estado. Não são nada. Vão aderindo ao que seja. Você tem, digamos, dois ou três polos, que são os que puxam um pouco mais pra cá, um pouco mais pra lá. No Brasil você tem dois: é o PT e o PSDB que tem capacidade de formular alguma coisa para levar adiante o processo político. Os outros, se colam em quem ganhar, desde que você pague a eles uma “boquinha” no Estado. Qual é a diferença entre os dois? O PT faz de má vontade o que o PSDB faz achando que não tem outro jeito, que é modernizar o capitalismo. O PT custa modernizar porque ele é contra o capitalismo, mas como ele não tem nenhum caminho prático pra fazer outra coisa, ele vai fazendo malfeito. E isso afeta a eficiência do que ele faz. A outra diferença é a que eu disse antes: acreditar mais no Estado, ou mais na sociedade.

- ***Durante o processo de fundação do PT e, ao longo da década de 80, o senhor criticou muito o “basismo” praticado pelo***

⁵⁴³ BEIGUELMAN, Paula. Formação Política do Brasil. São Paulo: Pioneira, 1976.

partido e, em relação ao PDT o personalismo centralizado na figura do Leonel Brizola. O senhor acha que os problemas do PT, hoje, ainda estão ligados a esta herança?

Fernando Henrique Cardoso: O PT é uma mistura de três coisas: a Igreja Católica (Comunidades de Base, igreja renovada); os sindicalistas; e os ideológicos (que perderam a luta armada e entraram no PT). Hoje, predominam os sindicalistas. Os que eram ligados aos movimentos da Igreja não tem mais influência no PT. Podem até ter se ajustado, como o Gilberto Carvalho, que se ajustou ao poder, mas não é ele quem suscita o movimento do PT. O basismo do PT vem da Igreja Católica, vem das comunidades eclesiais de base. O PT está passando um pouco do que ele era, um partido político assembleísta – veja o orçamento participativo, desapareceu, ninguém fala mais disso – e se transformando mais um partido *a la* Brizola, mais messiânico. Tanto que está usando esses movimentos que ele organizou, de base, como instrumentos ao estilo do Getúlio, ao estilo corporativista. O PT está mudando a pele, está sendo menos basista.

- ***A propósito, onde estão os intelectuais que fundaram o PT?***

Fernando Henrique Cardoso: Desiludidos. Uns deixaram, como o Weffort, o Moisés ou o Benjamin ⁵⁴⁴. Foram para o PSDB ou para outros partidos. Outros, ainda, têm uma atitude meio pragmática, do tipo: “Eu sou PT, não me amolem”. São cultuados porque são do PT, mas não fazem nada, sumiram. Você não tem hoje, como teve, uma luta ideológica capitaneada por intelectuais petistas. A luta hoje é outra: é na sociomídia, nas redes. Mas aí não são intelectuais, são empregados, são parte do aparato, da máquina do petismo, que não estão discutindo ideias, estão criticando pessoas, xingando, fazendo infâmias. E tem alguns intelectuais, como a Marilena Chauí, que abandonaram qualquer visão crítica pra ficarem idólatras do Lula. Mas estes não tem poder no PT. O grupo intelectual perdeu poder no PT. O poder, no PT, hoje, está nas mãos dos sindicalistas, tá na mão do Lula, na verdade, do Dirceu.

⁵⁴⁴ Francisco Correa Weffort e José Álvaro Moisés foram professores da USP e intelectuais petistas na década de 1980, desligando-se do partido nos anos 1990. César de Queiroz Benjamin participou da luta armada contra o regime, sendo perseguido e exilado. Foi co-fundador do Partido dos Trabalhadores e membro dos quadros do partido até 1995. Em 2004 migrou para o PSOL, do qual também se desligou.

Mas o Dirceu⁵⁴⁵ não é a mesma coisa que o Lula, é o lado revolucionário que deixou as armas. Dessa vertente você ainda encontra alguns, mas que perderam a visão revolucionária. Acabou!

- *Para mim, isso que o senhor acaba de dizer ajuda a explicar a vida intelectual do país e o lugar do intelectual no mundo contemporâneo. O senhor acha que é possível dizer que o intelectual crítico, que quis se colocar como um intelectual de esquerda vive, hoje, uma dupla crise, de um lado pela descrença na utopia e, de outro, pela vivência de uma certa fragmentação e especialização na produção do saber?*

Fernando Henrique Cardoso: Acredito que sim. Eu não posso ser injusto. Eu tenho alguns amigos que são intelectuais e são do PT, como o Roberto Schwarz⁵⁴⁶, que continua sendo um bom intelectual e continua sendo petista, mas ele não faz a defesa das políticas do PT, ele tem uma ideia de PT. Todos eles, no fundo, tem uma racionalização: “ah, a vida dos pobres melhorou”. Mas, veio melhorando desde o meu tempo. É só acumulação de melhorias. Eu não vejo o petismo ideológico na ofensiva, isto é, propondo coisas. De repente exista e eu não conheço.

BLOCO 5: O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

- *Como senhor vê hoje a produção da Sociologia no Brasil? Acha que ela perdeu o ímpeto inicial que tinha na época do Florestan? E aquela pretensão totalizadora que os clássicos atribuíam a ela, o senhor acha que ainda tem alguma efervescência ou entrou em declínio?*

Fernando Henrique Cardoso: A sociologia virou uma disciplina, como qualquer outra disciplina, com suas regras, com seus mundos, com seus objetos. Era nossa paixão, na época, justificar a existência de uma ciência específica chamada sociologia. Durkheim! O que é o fato social? Anterior, exterior, coercitivo. Você tinha que arrumar um modo de

⁵⁴⁵ José Dirceu de Oliveira e Silva, político e advogado brasileiro, também cofundador do Partido dos Trabalhadores.

⁵⁴⁶ Roberto Schwarz, crítico literário e um dos principais continuadores do trabalho de Antônio Candido.

afirmar: “Isso é terreno meu, não é da antropologia, nem da economia, nem é da história!”. O que é válido; intelectualmente é correto. Quando você passa a se interessar pela análise de processos, discutir situações concretas, é muito difícil você limitar a sua visão à lente definida dessa maneira. Você acaba se expandido mais. O que não quer dizer que a produção acadêmica no Brasil, que é enorme, não tenha crescido e que não tenha valor. Ela cresceu e tem valor. No entanto, hoje ela é especializada.

- *O senhor tem, a meu ver, uma posição dentro das Ciências Sociais que não coloca limites rígidos entre as disciplinas. A interpretação que estou construindo de sua obra procura parte do sentido de seu pensamento na caracterização de um “estilo” próprio de fazer sociologia, que eu estou denominando de “sociologia pública” (em oposição a uma sociologia “técnica”, “especializada”). Na minha concepção, esta interpretação o aproxima de autores como Nabuco, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado e o distancia da sociologia produzida no Brasil atualmente. Estou correto? Como o senhor avalia a sociologia que o senhor produz em relação à sociologia que é produzida no Brasil atualmente? O que lhe diferencia?*

Fernando Henrique Cardoso: É verdade. Tem razão. Quando a gente fala hoje em intelectual público, não é só o sujeito que vai público, mas é o sujeito que tenta re-totalizar. A ciência, progressivamente, vai deixando de pensar o conjunto, para pensar as partes e desvendar cada vez mais. Vai da molécula ao nêutron, ao méson. De repente, alguém tenta explicar o buraco negro. Aí já é outra coisa. É claro que se você for aos ensaístas, que nós criticamos tanto no passado, eles faziam ensaio e não tinham tanta preocupação com a análise (metodológica). Hoje, um intelectual sério, público, ele não pode sacar uma ideia, tem que ter uma certa capacidade de entender também a concretude do real, suas diferenças, etc. Mas a grande diferença é essa: na medida em que eu passei a me interessar por esta dimensão de concretude (veja bem, eu fui presidente da República, eu tinha que pensar no conjunto e, antes disso, meus trabalhos foram de crítica ao autoritarismo), eu fui me preocupando crescentemente com a história, com a evolução. Aí você vai tendo que sair da camisa de força da sua área para entrar noutras. Mas eu não fiz isso como quem despreza os que estão na camisa de força, porque ela é importante. Eu acho que a sociologia brasileira tem

produzido estudos muito bons. Recentemente, eu escrevi um prefácio pro livro do Celso, está nesse livro⁵⁴⁷. Eu li uma porção daqueles autores que estão naquele livro. Eles tem um conhecimento especializado enorme, que o Celso não tinha. O Celso era um intelectual público, mas isso não diminui o Celso. Só que, se ele estivesse vivo hoje, ele incorporaria aquilo. Eu acho muito importante que continue a haver esse tipo de gente.

Então, eu não sei se perdemos o ímpeto do tempo do Florestan. Florestan era uma pessoa fora de série. Ele era um apaixonado. Depois ele virou o que não era, um homem de ação política. Ele foi deputado, eu era senador e muitas vezes ele foi lá se queixar comigo que ele estava perdido ali. Florestan não era um homem de ação política. Ele era um homem de reflexão. E era um apaixonado, motivado, com força, um homem íntegro e com uma cultura enorme. Com essa personalidade tão forte, ele induzia a gente a ser sociólogo. Ele tinha horror que eu fosse pra política. Depois ele foi deputado... a vida é assim. Quando nós fizemos o Seminário do Marx, um dia ele me disse assim: “Vocês estão loucos? Estão lendo esse velho (Luckács)? Vocês vão virar ensaístas outra vez”. Ele queria a boa ciência empírica, não queria saber de ensaio e nem de política. No fim da vida, quando ele perdeu a cátedra, e teve o autoritarismo, aí ele se embrenhou na política. Mas ele não era político. O lado grandioso do Florestan não era esse. Ele não era uma mediação que comovesse multidões, que agregasse. Ele era um intelectual de grande qualidade. Então, sem dúvida, houve essa perda na USP. A USP perdeu influência nacional. Eu nem estou falando de importância científica, estou falando de eco nacional. A USP e todas as universidades. Isso é normal, é o desenvolvimento da sociedade. Lá atrás, os intelectuais tinham um peso maior do que tem hoje, porque a sociedade era mais acanhada. Então, o intelectual, de alguma maneira, *a la* Mannheim, fazia sínteses, falava pelo outro que não falava. Hoje a pessoa fala, vai pra rua. Tem a internet, todo mundo se expressa. Não precisa do intelectual pra se expressar e nem do político sequer. Vai pra rua, sozinho. Então, estamos vivendo uma outra sociedade, na qual o intelectual tem um papel mais modesto. O político não. Até estamos

⁵⁴⁷ “A propósito de *Formação econômica do Brasil*”. Prefácio ao livro de COELHO, Francisco da Silva e GRANZIERA (orgs.). **Celso Furtado e a Formação econômica do Brasil**. Edição comemorativa dos 50 anos de publicação. São Paulo: Ordem dos Economistas do Brasil/Atlas, 2009. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. 1. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

precisando ter alguém aqui capaz de ver mais longe, falar mais forte e de dar rumo. Mas não é o intelectual quem vai fazer isso, é o político. Curiosamente, no Brasil, sempre houve um trânsito direto entre as duas atividades. Esse que nós estamos mencionando aqui, o Nabuco, foi deputado, foi ministro. Gilberto Freyre, Florestan Fernandes... todos passaram para o plano político. Uma coisa curiosa é que, quando eu fui, os meus colegas todos disseram; “Ah, agora deixou de ser intelectual”. E o Nabuco, deixou de ser? O Florestan deixou de ser? Ninguém deixou de ser.

- ***E essa perda de pretensão totalizadora interfere na produção de interpretações sobre o Brasil?***

Fernando Henrique Cardoso: Realmente! Essa perda de pretensão totalizadora diminui a capacidade de interpretar. Não tenha dúvida. Não precisa ser sociólogo pra interpretar. Se você olhar a história intelectual do Brasil, durante boa parte da nossa história, o intelectual fundamental era o advogado, o bacharel, por causa da lei. Depois foram os economistas. Houve um momento em que foram os sociólogos, mas agora continuam sendo os economistas. Talvez, agora, passem a ser os sócio-psicólogos, por causa dessa coisa de novos movimentos da sociedade. As pessoas não entendem muito bem, então vão pegar figuras como o Castells⁵⁴⁸, que é sociólogo, mas é comunicador também. Então, o sociólogo *strictu sensu* fala pouco. Por exemplo: o sociólogo fala de classes. Mas, esses movimentos recentes você não explica pela classe. Que classe esteve na rua nos últimos protestos? Hoje existem problemas que cortam as classes todas. Vai andar no trânsito de São Paulo: o rico o pobre, o classe média, sofrem todos; a poluição, o crime, os efeitos são sobre todas as classes. Não é que não existam diferenças de classe, nem importância da classe, mas é que tem outras dimensões da vida contemporânea que agregam as pessoas de uma maneira diferente. Não negam sua classe, mas se agregam. Você tem vários papéis, muitas “cartolas”, muitos chapéus, e isso afeta.

- ***François Dosse, um autor francês, emprega o conceito de “biografemas” para designar aqueles “fatos pessoais que tenham poder explicativo sobre a trajetória e o pensamento de***

⁵⁴⁸ Manuel Castells Oliván, sociólogo espanhol.

um autor”. Existe algum fato em sua trajetória que tenha este poder explicativo? Qual?

Fernando Henrique Cardoso: Tem, talvez, um fato que eu já mencionei aqui. Eu sou de uma família ligada com o governo, com a política. O meu pai foi preso duas vezes, na Revolução de 1922 e na Revolução de 1924⁵⁴⁹. Na Revolução de 1924 meu avô, que era Marechal, conspirou contra a República oligárquica. Então, isso sempre influenciou em mim, muito. O exílio também te marca. Você ser arrancado de sua terra. Para uma pessoa como eu, enraizada aqui, é uma coisa difícil de assimilar. Tanto mais porque o que eu fazia não tinha tanto risco para terceiros, pois eu só fazia pregação. Eu não cheguei a ser torturado, mas fui pra OBAN⁵⁵⁰ e vi gente ser torturada. Ir num lugar onde torturam é uma coisa que você não vai esquecer nunca.

- ***No livro “O mundo em português”, o senhor cita Giddens, Bobbio e Habermas como autores que precisamos ler para compreender politicamente o mundo contemporâneo. Os autores da teoria sociológica contemporânea que lhe fazem mais sentido são esses mesmos? Há algum outro? Porque eles são realmente importantes??***

Fernando Henrique Cardoso: O Bobbio, no fundo, é a revivescência do pensamento liberal com tinturas sociais; O Habermas é mais complicado, tem a ideia do espaço público, mas tem seu peso. Desses, o Giddens, o Bobbio e o Habermas, o Giddens é mais contemporâneo. O Bobbio é um jurista, basicamente, com formação filosófica enorme, sempre apelando para a etimologia. Como jurista, eu não sei julga-lo. O Habermas tem importância como aspiração de que haverá uma agenda pública, da criação de um espaço público, tem seu sentido. Mas, como influência sobre o mundo contemporâneo, o Giddens certamente. Agora, quem me influenciou mesmo foi o Florestan e o Bastide. Sobre o Florestan, já comentei. O Bastide foi muito importante por abrir para a

⁵⁴⁹ Ambas ocorreram no contexto do Movimento tenentista, que reivindicava o fim das oligarquias da República Velha. O pai, um tio e o avô de Fernando Henrique Cardoso eram integrantes do movimento e estiveram presos.

⁵⁵⁰ A Operação Bandeirante (OBAN) foi um centro de informações e investigações montado pelo Exército do Brasil em 1969, que a coordenava e integrava as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda durante o regime autoritário.

gente as janelas do mundo. Ele nos passava psicanálise, coisa que, na época, ninguém falava. E eu tinha interesse nisso. Eu fiz pesquisa no Instituto de Psiquiatria junto com a Maria Izaura⁵⁵¹ pra ele. A pesquisa com os negros, com ele também, me influenciou bastante, abriu minha cabeça para muitas coisas. O Antônio Cândido teve um certo papel também, por ser o oposto disso. Uma pessoa que não era totalizadora na sociologia. Na literatura, depois, foi. Ele tem um livro que eu gosto muito, “Os parceiros do Rio Bonito”. Sobretudo pelo estilo, que era impressionante para nós.

O Touraine me influenciou muito. Ele chegou aqui, nós éramos todos jovens, e ele disse: “Olha, vocês estão analisando o Brasil como se fosse a Europa. Aqui, além das classes, tem Estado, tem a ideia de Nação. O nacionalismo aqui pesa”. E, depois, continuou me influenciando, a mim e à Ruth porque foi o homem que viu a importância dos movimentos sociais. Ele veio com o negócio do feminismo e, naquela época, ninguém falava disso. Ele incorporou novos temas e novas maneiras de ver. Então, o Touraine me influenciou muito. E outro que me influenciou, embora fosse mais moço naquela época, foi o Castells, porque ele permitia compreender mais organizadamente a sociedade em rede. E, nesse sentido, o Giddens também. Teve ainda um outro autor, um liberal, o Medina Echavarría⁵⁵², com quem eu trabalhei quatro anos. Ele influenciou muito o Enzo Faletto. O Enzo era anarquista, na verdade e o Medina era liberal clássico, weberiano e liberal. Ele discutia muito conosco e via a América Latina um pouco diferente da nossa visão de latino-americanos, porque ele introduziu, entre nós, o pensamento liberal. Então, aquilo também pesou.

Esses são os autores que me influenciaram. Eu li também todos aqueles autores americanos que estão citados no meu livro, mas não são propriamente pensadores capazes de influenciar o conjunto, com exceção do Wright Mills, que pesou mais, pois ele tinha um certo pensamento, não só fazia análise. O Parsons nunca me influenciou muito, eu nunca entendi muito o que ele queria fazer. O Merton sim, não

⁵⁵¹ Maria Izaura Pereira de Queiroz, socióloga brasileira, formada na USP.

⁵⁵² José Ramón Medina Echavarría, sociólogo espanhol que trabalhou, a partir de 1952, na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL), em Santiago do Chile. Em 1957, ele se tornou o primeiro diretor da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Liderou, ainda, de novembro 1963 até sua aposentadoria em 1974, o departamento de desenvolvimento social do “Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social” (ILPES).

só pelo funcionalismo, como também pela análise que ele tem do Partido Democrata nos Estados Unidos. E, também, obviamente, o Almond, o Verba e todos os autores da teoria política americana. E outro, que ainda está vivo, está em Princeton, o Stepan⁵⁵³, que é meu amigo; o Juan Linz, que trabalhava com ele. Todos esses me ajudaram a pensar processos, mas não foram autores fundamentais. Eu passei por tantas etapas, foram tantos anos de vida intelectual.

- *A sua ideia de um Estado poroso ao interesses da sociedade...*

Fernando Henrique Cardoso: Essa veio do Gramsci, mas foi expandida também.

- *Nos anos que o senhor esteve na França, duas questões norteavam a produção do conhecimento sociológico: a questão do engajamento dos intelectuais (notadamente a polêmica que se estabeleceu entre Sartre com Merleau-Ponty) e a preocupação de Raymond Aron com a tentativa de erigir uma sociologia para além dos determinismos econômicos colocados pelo marxismo praticado na época. Gostaria que o senhor comentasse a importância desses dois pensadores na formação de sua concepção teórica. Há alguma influência?*

Fernando Henrique Cardoso: Eu fui aluno do Aron. Embora, na época a gente reagisse muito, porque que ele era lido como um liberal anti-social. Ele deu curso pra nós sobre o Marx lá na Sorbonne. E ele e o Michel Crozier⁵⁵⁴, que ministrou um outro seminário sobre burocracia que eu segui. Os livros do Aron em influenciaram, desde sua sociologia alemã até os livros dele sobre o mundo, a diplomacia e o poder no mundo. Nesse sentido, embora em outra área – a de relações

⁵⁵³ Alfred C. Stepan, cientista político comparativista, professor da Universidade de Columbia, onde também é diretor do Centro para o Estudo da Democracia, Tolerância e Religião. Em 2012, Alfred Stepan foi agraciado com o prêmio Karl Deutsch, o maior prêmio na disciplina de Política Comparada/Ciência Política, concedido pela Associação Internacional de Ciência Política e, até agora, foi dada a Juan Linz (2003), Charles Tilly (2006) e Giovanni Sartori (2009).

⁵⁵⁴ Michel Crozier foi um sociólogo francês. Foi membro da Academia de Ciências Morais e Políticas da França e Diretor de Pesquisa emérito do “Centre national de la recherche scientifique” (CNRS).

internacionais – também o Kissinger⁵⁵⁵ e o Nye⁵⁵⁶, com a ideia do “soft power”. Eu recebi muitas influências. O Sartre e o Merleau-Ponty brigaram. Todos brigaram. Eu gostei muito de “Humanisme et terreur”⁵⁵⁷, esse livro me influenciou. O livro do Sartre que me influenciou foi o “Questions de méthode”⁵⁵⁸. São autores diferentes, brigam entre si, mas, como eu sou eclético, consigo transitar entre eles.

- *Estas filiações são um aspecto pouco registrado da sua biografia, não?*

Fernando Henrique Cardoso: Quase ninguém sabe. Nem da minha ligação com o Aron. Eu tenho até uma carta dele, que está por aqui, no meu arquivo. Eu não conheci o Merleau Ponty, mas o “Humanisme et terreur” me influenciou, muito. O Sartre nos apaixonou em certa época, no final dos anos 1950, início dos anos 1960. Depois, quando eu era professor na França, já não tinha tanta paixão por ele, mas passei a ter pelo Aron.

- *Há uma referência do Reginaldo Prandi dizendo que o senhor teria proferido - ao menos no contexto brasileiro – o último discurso de um intelectual vivo⁵⁵⁹. Eu gostaria de saber qual é a sua perspectiva sobre o papel do intelectual no mundo de hoje.*

⁵⁵⁵ Henry Alfred Kissinger é um diplomata americano, de origem judaica, que teve um papel importante na política estrangeira dos Estados Unidos entre 1968 e 1976.

⁵⁵⁶ Joseph Samuel Nye Jr. é um cientista político norte-americano, o co-fundador da teoria da interdependência e da interdependência complexa nas relações internacionais e da teoria do neoliberalismo, desenvolvido em 1977 no seu livro Power and Interdependence.

⁵⁵⁷ PONTY, Merleau. **Humanismo e Terror**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

⁵⁵⁸ SARTRE, JEAN-PAUL. **Questão de método**. São Paulo. Difusão Européia do Livro, 1972.

⁵⁵⁹ A referência é a um episódio ocorrido durante a primeira campanha presidencial, em Águas de São Pedro, no qual Fernando Henrique Cardoso ia fazer uma conferência, mas estava atrasado. Então, improvisou-se um baile. Segundo o relato de Prandi, “foi todo mundo para este baile esperando por Fernando Henrique e, quando ele chegou todo mundo saiu correndo do baile para ouvi-lo.

Fernando Henrique Cardoso: Não sei se eu sou o último vivo. No sentido de intelectual público, no mundo, tem muitos. Até de tendências diversas. Chomsky⁵⁶⁰. Pensa muito diferente de mim, mas é um intelectual vivo. Falei antes do Touraine, que continua muito ativo. Na América Latina, você não observa o mesmo peso. Por exemplo, o Gino Gernani⁵⁶¹, de quem fui muito amigo: nós o criticávamos muito porque ele era funcionalista. Eu convidei ele para fazermos um trabalho juntos nos EUA. Ele foi professor do Vilmar Faria, que trabalhou muito comigo. Quer dizer, eu acho que ainda existem intelectuais. Um deles morreu há pouco, o Hessel⁵⁶² que, quando veio aqui, tinha noventa e poucos anos. Ele escreveu um livro chamado “Indignai-vos”. O movimento *de los indignados*⁵⁶³, na Espanha, é consequência direta do livro do Hessel. Ele morreu, mas, antes de morrer, escreveu um livro que produziu um movimento social. Existe um grupo, chamado “Colégio Um”, que foi organizado pelo Rocard do qual o Hessel participou e eu também. Então, você ainda tem intelectuais que são capazes de mobilizar. É mais difícil, porque o mundo está muito mais especializado, muito mais epapier, muito mais dividido. O próprio Castells é uma pessoa que tenta entender o mundo em sua globalidade. Eu nunca tive essa pretensão, de entender o mundo em sua globalidade, nem o Brasil. Sempre fui muito mais modesto nas minhas proposições, no que eu queria fazer. E continuo sendo. É difícil você encontrar, no mundo de hoje, quem totaliza. Pega um cara como o Kissinger: o último livro dele “On China”⁵⁶⁴, vale a pena ler! Ele pensa o mundo. Você pode concordar, não concordar, mas ele pensa o mundo. Tem vários cientistas políticos e de relações internacionais nos EUA e na França que tentam pensar o conjunto. É que o pessoal do Brasil é muito pouco conectado.

⁵⁶⁰ Avram Noam Chomsky, linguista, filósofo e ativista político estadunidense. É professor de Linguística no Instituto de Tecnologia de Massachusetts.

⁵⁶¹ Gino Germani, sociólogo italiano falecido em 1979. Em 1934, emigrou para a Argentina depois de ter sido preso pelo regime fascista. Participou ativamente do “Centro de Estudiantes de la Facultad de Filosofía y Letras” da Universidade de Buenos Aires.

⁵⁶² Stéphane Frédéric Hessel, diplomata, embaixador, combatente da resistência francesa e agente da Bureau Central de Renseignements et d'Action.

⁵⁶³ O *Movimiento de los indignados* é um movimento cidadão formado após a manifestação de 15 de Maio de 2011, organizado em favor de uma democracia mais participativa e contra o domínio de bancos e empresas, bem como uma "divisão real de poderes" e outras medidas destinadas a melhorar o sistema democrático.

⁵⁶⁴ KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

Eu participo de outro grupo, que o líder é um jovem empresário americano, se chama Nicolas⁵⁶⁵. Ele organizou um grupo que se chama “shadow cabinet”, um gabinete das sombras do G20. Cada vez que vai acontecer uma reunião do G20 nós nos reunimos e é muito interessante. Neste caso, não são intelectuais exatamente. Vai estar lá o Felipe González, o Gordon Brown, tem um paquistanês também, muito bom⁵⁶⁶. Essa gente pensa o mundo; e pensa globalmente. Não propõem uma solução, uma síntese, porque não é esse o caso, mas fica vendo o que está acontecendo no mundo o tempo todo. Eu pertencço a outro grupo, de outra natureza, que o Mandela criou, “The Elders”⁵⁶⁷. Nós não pensamos o mundo, mas atuamos sobre o mundo. A gente está conectado o tempo todo. Então, o Jimmy (Carter) manda uma mensagem dizendo “presta a atenção, houve tal coisa na Síria” ou outro dizendo “o governo do Irã libertou uma senhora que era ativista”, “escreva alguma coisa”. Nós, aqui, já escrevemos uma nota de apoio. Os intelectuais brasileiros estão muito deslocados dessa efervescência global. Eu gosto muito do Reginaldo, foi meu aluno. Mas ele não está conectado com essas coisas. Daí ele pensa que não existe. A atividade intelectual toma outras formas: não é mais o intelectual que publica um livro, mas tem vozes que são ouvidas no mundo por outros canais e que discutem temas que são globais.

- ***Mas essas redes de intelectuais podem ser criadas para os mais diversos propósitos e geralmente estão associadas à discussão de temáticas específicas. O senhor considera que há um potencial sub-aproveitado que a comunicação pode oferecer para a atividade intelectual?***

⁵⁶⁵ O grupo em questão é o “21st Century Council”, ligado ao Instituto Nicolas Berggruen (NBI), um think tank dedicado ao estudo comparativo e à concepção de sistemas de governança adaptados aos desafios do século XXI. Formado por ex-chefes de Estado como Gerhard Schröder, Felipe Gonzalez, Gordon Brown, Ernesto Zedillo e Ricardo Lagos, pensadores como Joseph Stiglitz, Francis Fukuyama e Amartya Sen, e empreendedores globais como Jack Dorsey (Fundador do Twitter) e Eric Schmidt (Presidente do Google), o “21st Century Council” se reúne rotineiramente antes das reuniões do G20.

⁵⁶⁶ Shaukat Aziz - Ex-primeiro-ministro do Paquistão.

⁵⁶⁷ The Elders (Os anciãos), organização não-governamental que reúne onze personalidades públicas (mais dois membros honorários), entre estadistas, pacifistas e militantes dos direitos humanos. O grupo foi reunido por Nelson Mandela em 2007. É, atualmente, presidido por Kofi Annan.

Fernando Henrique Cardoso: Mas começa a existir também uma ampliação do debate. Eu citei aqui algumas iniciativas, das que eu sei. Essa do Berggruen é muito interessante. Ele publicou um livro, agora, comigo, intitulado “Por uma governança global inteligente”. Ao mesmo tempo, ele fez, lá com o grupo dele, uma proposta de uma nova Constituição para a Califórnia, levando em consideração a possibilidade de participação das pessoas. Enfim, tem muita coisa acontecendo. Mas, o que não tem mais é o *maître à penser*, o grande pensador, como tinha, na França, o Sartre e o Aron.

- *E o Bourdieu...*

Fernando Henrique Cardoso: É, depois veio o Bourdieu. Eu nunca me afinei muito com o Bourdieu. É muito formalista pro meu gosto. Mas ele era, realmente, um *maître à penser*. Nos EUA não existe a figura do *maître à penser*, porque a sociedade é muito rica, tem muita universidade, é muito diversificada. Então, você não tem um, mas tem várias figuras, que influenciam em áreas diferentes. O que começa a existir, agora, são “capelas”: você tem um sacerdote em cada capela, mas é pequenininho, só leem aquilo, só veem aquilo, não tem essa visão mais, digamos, transversal.

- *Acabamos não falando sobre os clássicos...*

Fernando Henrique Cardoso: É porque esses são mais conhecidos. (Risos).

- *Mas há sempre uma disputa em relação à interpretação da sua obra no que se refere à apropriação que o senhor fez de Weber e de Marx...*

Fernando Henrique Cardoso: Até hoje, o modo pelo qual eu vou lidar com um processo carrega essas duas características: é histórico e é estrutural. Então, o que há de Marx, está aí, eu sempre vejo as coisas deste ângulo. Mas eu não sou determinista, não acredito na filosofia da história. Não sou hegeliano. Ah, eu não falei de outro autor que me influenciou muito: Albert Hirschman⁵⁶⁸, porque ele tinha a paixão pela

⁵⁶⁸ Albert Otto Hirschman, economista alemão e amigo pessoal de Fernando Henrique.

micro dialética e pela dialética sem terceiro termo, sem a superação da superação, sem um destino da história. O Hirschman tinha capacidade de ver, através das coisas simples, o que muda o mundo. Os americanos chamam isso hoje de *tipping point*, ou seja, como é que você, mudando um pedacinho, abre o horizonte. Ele me influenciou muito. A mim e ao Serra⁵⁶⁹. O Serra é um grande intelectual. Ele esconde isso na vida prática, mas é um grande intelectual. Então, como eu estava dizendo: sem determinismo. É aí onde entra o Weber: como é que você dá significado às coisas? E, além disso, uma visão que é weberiana e que eu partilho, que é liberal no fundo, é a da pluralidade dos valores e a sua irreducibilidade. Eu sempre procurei não fazer reducionismo. Então, nesse sentido, eu não sei se eu consegui o inconciliável ou se eu uso o inconciliável dependendo do momento.

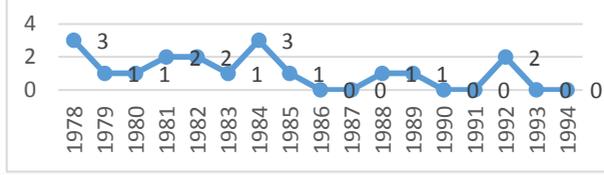
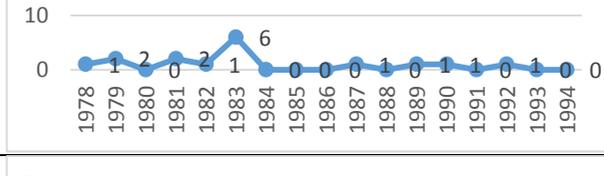
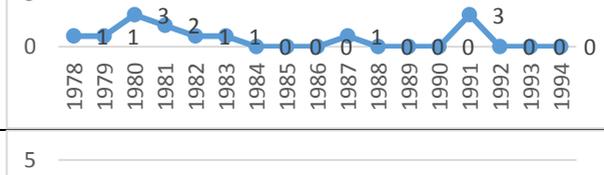
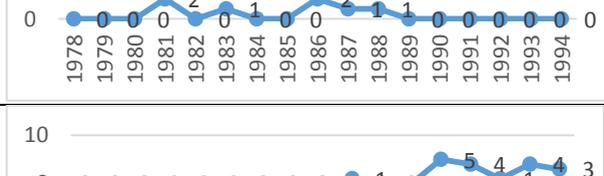
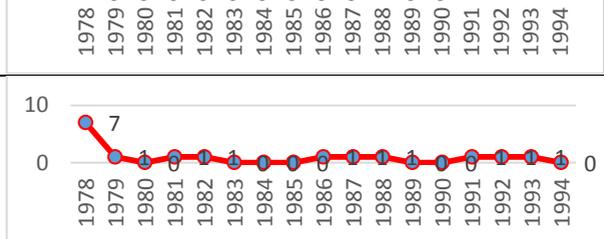
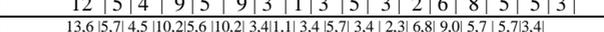
- ***Eu tenho minhas dúvidas sobre essa irreconciliação...***

Fernando Henrique Cardoso: Eu também tenho, tanto que eu assim os uso.

⁵⁶⁹ José Serra, economista e político paulistano.

APÊNDICE 2: TABELAS E QUADROS COMPLEMENTARES

Quadro 1: Perfil dos trabalhos produzidos por Fernando Henrique Cardoso entre 1978 e 1994

Trabalhos de teoria política (Regime autoritário ou Redem.)		18 20,5%
Trabalhos sobre Conjuntura política e econômica		16 18,2%
Dependência e Desenvolv. (Desdob. teóricos)		13 14,8%
Trabalhos sobre "Mudanças sociais"		7 8%
Desafios políticos e plataforma partidária		18 20,5%
Outros trabalhos (homenagem memórias etc.)		16 18,2%
Total	12 5 4 9 5 9 3 1 3 5 3 2 6 8 5 5 3	88
%	13,6 5,7 4,5 10,2 5,6 10,2 3,4 1,1 3,4 5,7 3,4 2,3 6,8 9,0 5,7 5,7 3,4	100,0%

Fonte: Levantamento feito a partir da organização da bibliografia do autor feita por Daniele Ardaillon.

Tabela 1: Ano de publicação dos trabalhos

Ano	Num	%
2013	5	1,7
2012	23	7,9
2011	27	9,3
2010	27	9,3
2009	24	8,2
2008	21	7,2
2007	28	9,6
2006	46	15,8
2005	24	8,2
2004	20	6,9
2003	11	3,8
2002	11	3,8
2001	7	2,4
2000	6	2,1
1999	5	1,7
1998	2	,7
1995	1	,3
1987	1	,3
1982	1	,3
1977	1	,3
Total	291	100,0

FONTE: Levantamento do autor.

Tabela 2: Instituição de produção dos trabalhos

	Num	%
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP	43	14,8
Universidade de São Paulo – USP	39	13,4
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	28	9,6
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR	20	6,9
Pontifícia Universidade Católica - SP	19	6,5
Universidade de Brasília – UNB	15	5,2
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	13	4,5
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UNERJ	12	4,1
Universidade Federal do Ceará - UFC	10	3,4
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE	10	3,4
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	8	2,7
Pontifícia Universidade Católica - RJ	8	2,7
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	6	2,1
Universidade Federal de Goiás - UFG	5	1,7
Universidade Federal da Bahia - UFBA	5	1,7
Universidade Estadual de Londrina - UEL	5	1,7
Universidade Federal Fluminense - UFF	5	1,7
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	4	1,4
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN	4	1,4
Pontifícia Universidade Católica - RS	3	1,0
Universidade Metodista de São Paulo	3	1,0
Universidade Tuiuti do Paraná	3	1,0
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES	3	1,0
Pontifícia Universidade Católica - Goiás	3	1,0
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF	2	,7
Universidade Federal do Maranhão - UFMA	2	,7
Universidade Federal do Pará - UFPA	2	,7
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	2	,7
Outras	9	3,1
Total	291	100,0

FONTE: Levantamento do autor.

Tabela 3: Área de publicação por tema dos trabalhos

Área	Tema								Total
	Avaliação de políticas setoriais – governo FHC	Reformas	Política Externa	Relações políticas no gov. FHC	Obra teórica	Eleição ou reeleição	Figura pública ou a instit. da presidência	Outro tema	
Sociologia	24 (17,2%)	7 (2,4%)	1 (0,3%)	13 (4,5%)	6 (2,1%)	3 (1,0%)	1 (0,3%)	2	57 (19,6%)
Educação	50 (17,2%)	18 (6,2%)	1 (0,3%)	4 (1,4%)				2 (0,7%)	75 (25,8%)
Economia	21 (7,2%)	7 (2,4%)	1 (0,3%)		4 (1,4%)	1 (0,3%)			34 (11,7%)
Relações internacionais	2 (0,7%)	1 (0,3%)	23 (7,9%)						26 (8,9%)
Administração ou gestão de pol. públ.	2 (0,7%)	4 (1,4%)							6 (2,1%)
Serviço Social	5	6 (2,1%)							12 (4,1%)
Ciência política	14 (4,8%)	11 (3,8%)	2 (0,7%)	10 (3,4%)	5 (1,7%)		1 (0,3%)		43 (14,8%)
História	3 (1,0%)	2 (0,7%)			1 (0,3%)	1 (0,3%)	1 (0,3%)		8 (2,7%)
Direito	1 (0,3%)	2 (0,7%)	1 (0,3%)	2 (0,7%)	1 (0,3%)				7 (2,4%)
Língua, comunicação e marketing	3 (1,0%)	1 (0,3%)		1 (0,3%)		7 (2,4%)	5 (1,7%)		17 (5,8%)
Outra área	6 (2,1%)								6 (2,1%)
Total	130 (44,7%)	59 (20,3%)	29 (10,0%)	30 (10,3%)	17 (5,8%)	12 (4,1%)	8 (2,7%)	6 (2,1%)	291 (100,0%)

FONTE: Levantamento do autor.

Quadro 2: Lista dos discursos presidenciais analisados neste trabalho e sua referência na coletânea “Palavra do Presidente” (número do discurso/semestre e ano)

TEMA	Primeiro Mandato	Segundo Mandato	
Ética e política	27(01/1995); 80(01/1997); (01/1998)	46	20 (01/2002);
Partidos políticos	05 (02/1997);	-	-
Democracia e governança	32(01/1996); 28(01/1997); (02/1997);	98	34(01/2000); 57(01/2000); 56(02/2000); 62(02/2000); 19(01/2000); 6(02/2001); 27(01/2002); 85(02/2002);
Participação, sociedade civil e movimentos sociais	31 (02/1996)		51(01/2002);
Cidadania e a questão social	83(01/1996); 27(02/1998);		18(01/2002); 37(01/2002);
Estado e poder	77(01/1996); 111(02/1997);41(01/1998); 57(01/1998);		70(02/2002);
Ideologias políticas	16(02/1995);		69(02/1999);
Identidade, brasilidade e pensamento político brasileiro	04(02/1995); 50(02/1995); 24(01/1997);		26(02/1999); 36(02/1999); 45(02/1999); 67(02/2000); 61(01/2002); 11(02/2002); 86(02/2002).
Globalização e transformações políticas	51(01/1995); 80(02/1996);18(02/1995); 49(02/1995); 11(01/1996); 16(01/1996); 60(01/1997); 97(01/1997); 11(01/1998);		63(02/1999); 68(02/1999); 50(01/2000); 04(01/2001); 60(02/2001); 66(02/2001); 72(02/2001); 22(01/2002);

	33(02/1998); 44 (02/1998);	
CEPAL, Desenvolvimento e pensamento latinoamericano	26 (01/1995); 58 (01/1995); 6(02/1995); 71(01/1998);	60(01/2000); 30(02/2000); 35(01/2001); 48(02/2001); 76(02/2001); 54(02/2002);

FONTE: Levantamento do autor.